

The background features several abstract blue line drawings. At the top, there are three separate curved lines, each with two solid blue circles. Below these, a larger, more complex line drawing curves around the text. In the center, there are two circular motifs: one with a solid blue center and a dashed blue outer ring, and another similar one below it. The overall aesthetic is clean and modern, using a monochromatic blue color scheme.

**A pesquisa e o ensino em
Arquivologia:**

**Perspectivas
na era digital**

Organizadores:

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS
ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR
GILBERTO GOMES CÂNDIDO
Organizadores

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA
DIGITAL**



BELÉM, PA
2019

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

Comissão Organizadora

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)
Robero Lopes dos Santos Jr
Gilberto Gomes Cândido

Presidente da Comissão Científica

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

Conselho Editorial/Comissão Científica

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

Coordenação Editorial: Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

Capa: Máira Fernandes Alencar

Revisão textual: os autores

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.
324: il.

Livro eletrônico.
978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

Thiago Henrique Bragato Barros

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

SUMÁRIO

A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia	91- 96

Tendências da preservação eletrônica e digital

Diplomática Digital: uma nova abordagem?	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos	108- 116

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental	184- 194
--	-----------------

Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência	196- 203
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades	204- 212
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros	213- 220

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)	222- 232
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos	233- 242
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	243- 250
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos	251- 260
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES	261- 269
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado	270- 278
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	279- 288
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	289- 303
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa	304- 314
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência	315- 325

A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um

Archival Research in the 21st Century

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)

Domain Analysis: Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) proceedings studies.

Andrieli Pachú da Silva, Laura Maria Rego Piva, José Augusto Chaves Guimarães

1) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília. Av. Hygino Muzzi Filho, 737, 17525-900 – Marília – SP – Brasil, e-mail: andrieli.pachu@unesp.br; laura.maria@unesp.br; chaves.guimaraes@marilia.unesp.br

Resumo

A comunicação entre os pares de um determinado saber é crucial para o desenvolvimento de uma área, seja ela dentro ou fora das universidades. Assim, efetiva-se por meio de toda uma literatura monográfica (livros, teses, dissertações), típica do universo das Ciências Humanas e Sociais, de uma literatura de eventos oriunda principalmente dos seus anais resultantes. Nesse sentido, a Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ configura-se como um domínio em que esse saber é socializado, e para melhor compreendê-lo, utilizou-se a análise de domínio, mais especificamente a abordagem histórica e bibliométrica, que possibilitou a compreensão e a ilustração dos dados dos 147 trabalhos analisados, por meio de uma linha do tempo e uma rede de citação. A linha do tempo auxilia a compreensão histórica das edições do evento e sua relação com os cursos de Arquivologia no Brasil, ao passo que a rede de citação, evidencia os autores mais citados e suas relações com as temáticas estudadas.

Palavras-chave: Análise de domínio; Arquivística; Estudo histórico; Bibliometria

Abstract

Communication between specialists working in a specific subject field is crucial to your development. That communication can be made by monographic literature (books, theses, dissertations), typical of the Human and Social Sciences, as well as science meetings proceedings. In this sense, The Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ, can be understood as a domain which a specific knowledge is socialized. Therefore, was used the domain analysis, more specifically, the historical studies and bibliometrical studies approaches, which made possible illustrate in a timeline and a citation network by the informations provides for all 147 papers analyzed. Thereby, the timeline helps to understand the meetings editions and its relation whit the Archival Science courses in Brazil, while the citation network highlights the most cited authors and their relationships with the subjects studies.

Keywords: Domain Analysis; Archival Science; Historical studies; Bibliometrical studies.

1 Introdução

A comunicação entre os pares de um determinado saber é crucial para o desenvolvimento de uma área, seja ela dentro ou fora das universidades.

No ambiente acadêmico, a comunicação científica constitui-se como elemento fundamental para a própria consolidação e desenvolvimento de um dado campo de estudos, uma vez que a divulgação dos resultados obtidos nas pesquisas garante a troca de informações entre os pares estabelecendo, também, um canal com o público em geral. Isso, em outras palavras, reflete aquilo que Smiraglia (2012) concebe como um domínio científico, enquanto um grupo que partilha uma mesma base teórico-metodológica, um olhar epistemológico em uma direção convergente, uma terminologia que o caracteriza e identifica, e uma teleologia que posa levar esse grupo a caminhos factíveis e socialmente reconhecidos.

Essa comunicação científica pode ocorrer tanto de maneira informal, como uma comunicação de caráter pessoal, normalmente vinculada a pesquisas ainda não concluídas, quanto de maneira formal, sendo por meio da divulgação do conhecimento científico em publicações como livros, periódicos etc. (MUELLER, 2000).

No caso da Arquivística, mais especialmente no Brasil, essa comunicação científica se efetiva por meio de toda uma literatura monográfica (livros, teses, dissertações), típica do universo das Ciências Humanas e Sociais, de uma literatura de eventos oriunda principalmente dos anais de eventos como a Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ e do Congresso Nacional de Arquivologia – CNA, entre outros, assim como por um conjunto de periódicos que veiculam, de forma ágil e específica, o conhecimento científico produzido na área.

Nesse sentido, destaca-se um olhar mais aprofundado para um desses canais em que a comunicação é

realizada, a REPARQ, pois a mesma constitui-se como um evento primordial para o intercâmbio de ideias e crescimento da área, no que tange ao ensino e a pesquisa, no âmbito nacional.

Assim, esse olhar aprofundado, foi realizado a partir da análise de domínio, que possibilita identificar as condições em que o conhecimento científico é construído e socializado, pois o domínio constitui-se como “comunidades de pensamento ou comunidades discursivas que integram a divisão social do trabalho” (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995, p.401),

A REPARQ é aqui o domínio estudado, que para compreendê-lo, foram aplicadas duas, das onze abordagens propostas por Hjørland (2002), nos anais decorrentes das reuniões entre 2010-2017.

As duas abordagens combinadas para compreender o domínio foram as de estudos históricos e análise bibliométrica. A primeira abordagem foi aplicada nos editoriais dos anais, verificando como se deu a construção desse evento, bem como o tema de cada edição, local, instituições e pessoas envolvidas. Já a segunda abordagem, buscou compreender o movimento da literatura utilizada por essa comunidade, verificando nos trabalhos: filiação institucional dos autores, tipo de autoria recorrente (única e/ou coautoria) e autores mais citados (análise de citação).

Com esses resultados, pretende-se contribuir com a área na medida em que esse estudo possibilita uma visão mais ampla para alunos, professores e profissionais da área, o que vem sendo estudado e produzido pela Arquivística brasileira em reuniões científicas.

2 Metodologia

A análise de domínio vem fomentando estudos no âmbito da ciência da informação internacional nas últimas duas décadas, e por meio dessa análise é possível identificar, por exemplo, tendências e padrões de um dado campo (GUIMARÃES, 2015; GUIMARÃES et al, 2017).

Uma busca por título, realizada até março de 2019 na Base de dados em Ciência da Informação – BRAPCI, revelou que dos 15 (quinze) artigos recuperados, 3 (três) especialmente, tratavam sobre essa análise no contexto da Arquivística, sendo um aplicado a compreensão dos fundos (NEGREIROS, 2008), outro voltado a gestão arquivística (ALVARENGA; DIAS, 2012) e por último, um trabalho voltado a classificação arquivística. (FREITAS; ALBUQUERQUE, 2017).

Como dito anteriormente, o presente trabalho buscou aplicar a análise de domínio nos anais da REPARQ, com o intuito de compreender as tendências da comunicação científica desse ambiente.

Assim, como é recomendado por Hjørland (2002), duas abordagens foram combinadas para compreender as possíveis tendências da REPARQ, sendo os estudos históricos aplicados aos anais, sob uma perspectiva cronológica, o que resultou em uma ilustração por meio de uma linha do tempo a partir do *software Office Timeline* (ver **Apêndice A**).

Combinada a essa abordagem histórica, os cinco anais foram submetidos a um estudo bibliométrico, sob o enfoque dos estudos de citação, pois o mesmo se constitui como uma ferramenta para compreender a comunicação científica desse domínio, possibilitando o mapeamento das áreas do conhecimento tanto de um único indivíduo como a formação de *clusters* (grupos) (VANZ; CAREGNATO, 2003).

Os 147 (cento e quarenta e sete) trabalhos, distribuídos entre os cinco anais (sendo os dois primeiros em formato analógico, disponibilizados na instituição dos pesquisadores, e os três últimos em formato digital, disponibilizados nos sites de cada evento) foram registrados em fichas coletando informações sobre o título do trabalho, autoria, filiação institucional e referências (ver **Apêndice B**).

Para identificar os autores mais citados, utilizaram-se as referências dos 147 trabalhos, que excluindo as autocitações, chegou-se a um corpus de 1.164 autores citados. Assim, aplicando a *lei de elitismo de Price*, (ALVARADO, 2009) que corresponde à raiz quadrada do total de autores citados, $\sqrt{1163}$, chegou-se aos 34 autores mais citados. No entanto, a análise foi estendida até o 38º autor, para compreender a totalidade dos autores que foram citados pelo menos nove vezes (ver **Apêndice – C**).

Nesse sentido, segue os resultados obtidos em cada abordagem.

3 Resultados

A REPARQ já conta com cinco eventos bem-sucedidos no País. Sendo realizada pelo Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia desde 2010, as reuniões vêm ocorrendo atualmente nos anos ímpares, e já foram sediadas e organizadas pelas seguintes instituições: Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Universidade Federal Fluminense - UFF, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Universidade Federal da Paraíba - UFPB e Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, situadas na região centro-oeste, sudeste e nordeste compreendendo três das cinco regiões onde há a existência de cursos de Arquivologia como pode ser verificado na linha do tempo no **Apêndice A**.

A primeira reunião foi realizada na UnB, no período de 06 a 09 de junho de 2010, tendo como tema *A formação*

e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras, resultando em um livro publicado no ano seguinte com distribuição impressa. O evento foi organizado por integrantes da Faculdade de Ciência da Informação e contou com a participação de todos os coordenadores dos Cursos de Arquivologia no Brasil. Foram apresentados trabalhos relativos a pesquisas e a formação em arquivologia, bem como o histórico dos cursos de arquivologia no Brasil. (RONCAGLIO; MARQUES E RODRIGUES, 2011)

Devido ao sucesso da I REPARQ, docentes e pesquisadores da área recomendaram que fosse realizado II REPARQ, que correu no ano seguinte entre 16 a 18 de novembro de 2011, na UNIRIO em parceria com a UFF na cidade do Rio de Janeiro com o tema *Novas dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil*.

Diferentemente da primeira reunião, os trabalhos foram divididos em três subtemas: A pesquisa em arquivologia e a construção do campo arquivístico no Brasil, O ensino da Arquivologia e Os arquivos e a Arquivologia totalizando 28 trabalhos publicados no ano de 2012 com distribuição impressa, entre as diversas deliberações constava a indicação da realização do próximo evento para 2013. (MARIZ; JARDIM; SILVA, 2012)

Assim, a III REPARQ foi realizada na UFBA, no período de 16 a 18 de outubro de 2013 com o tema: *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil*, mais uma vez os trabalhos foram divididos em subtemas: Ensino em Arquivologia, Comunicação científica e Arquivologia, Arquivos, Arquivologia e Administração Pública, Arquivos e Tecnologias e Organização e Tratamento de Acervos. Os 31 trabalhos foram disponibilizados em e-book e podendo ser acessado online a partir de 2015. (MATOS; CUNHA; SÁ; FREIXO, 2015).

A IV REPARQ foi sediada e organizada pela UFPB e UEPB e ocorreu na cidade de João Pessoa no período de 03 a 06 de agosto de 2015, tendo como tema: *Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: o estado da arte*. Essa edição os anais não contaram com subtemas, no entanto, sinalizou o trabalho da conferência de abertura, das plenárias e as comunicações orais. O ebook foi publicado com os 30 trabalhos, podendo ser acessados online no mesmo ano do evento. (NEVES; ROCHA; SILVA, 2015)

A V REPARQ foi realizada na UFMG, entre 07 a 10 de novembro de 2017, com o tema *Ensino e pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos*, os trabalhos foram divididos em Plenária e Comunicações, esta última contou com oito subtemas sendo eles: Experiências curriculares; Gestão documental e acesso à informação; Legislação e políticas arquivísticas; Patrimônio documental e ação educativa; História dos arquivos e da Arquivologia; Perfil e atuação

profissional Instituições e serviços arquivísticos; Tipologia Documental; Arquivos, universidades e museus. Os 40 trabalhos foram organizados em e-book e disponibilizados online em 2018. (SILVA; VENÂNCIO; NASCIMENTO, 2018).

Observa-se, que as primeiras edições do evento compreendiam trabalhos relativos à formação e a pesquisa em Arquivologia, a partir da terceira edição, novos temas foram sendo abordados, tratando de assuntos pertinentes em âmbito geral na Arquivologia.

No que tange a abordagem bibliométrica, percebeu-se que, o tipo de autoria mais recorrente nesse domínio foi a de autoria dupla e única, correspondendo a 44% e 33% dos trabalhos, respectivamente. Ao passo que autorias com três ou quatro autores tiveram uma menor incidência, a primeira com 19% e a última com 4%.

Os resultados sobre a filiação institucional dos autores, só foram obtidos nos anais da I, II e IV reunião, visto que a III e a V não sinalizou essa informação no corpo dos trabalhos.

Observou-se então que na I reunião houve a participação de todas as Universidades que ofereciam o curso de Arquivologia no Brasil até 2010, como demonstrado anteriormente pela abordagem histórica, bem como sinalizou a participação da *Universidad Nacional de Córdoba*, Argentina, com a pesquisadora Anna Szlejcher.

Na II reunião, dez das quinze Universidades tiveram trabalhos apresentados no evento, houve também a presença de outras instituições, tanto nacionais como internacionais, tais como Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Fundação Darcy Ribeiro, *Universidad Carlos III de Madrid* e *Universidad de Salamanca*, sendo as duas últimas espanholas.

Na IV reunião, apenas três das dezesseis Universidades não tiveram participação em trabalhos, ao passo que autores filiados a Empresa Brasil Comunicação, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidade Fernando Pessoa – UFP, de Portugal, e mais uma vez, duas universidades espanholas, sendo *Universidad Complutense de Madrid* e *Universidad Carlos III de Madrid*, apresentaram trabalhos no evento.

Assim, verificou-se a presença de instituições internacionais de países da América do Sul e da Europa.

Os resultados obtidos pela análise de citação possibilitaram a formação de uma rede a partir do *software VOSviewer*, com o intuito de ilustrar as relações existentes entre os autores citantes e citados, bem como os *clusters* (ver Apêndice – D).

Os autores são representados pelos círculos coloridos, ao passo que as relações são ilustradas pelas linhas. O tamanho do círculo dos citados corresponde à

quantidade de citação recebida, por sua vez, as cores também sinalizam os *clusters* existentes.

No aglomerado da rede, destacam-se os autores brasileiros José Maria Jardim, Maria Odila Kahl Fonseca (**ver Apêndice – E**), e Heloísa Liberalli Bellotto (**ver Apêndice – F**), cujos títulos mais citados foram: “A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro” (9 citações), “Arquivologia e ciência da informação” (21 citações) e “Arquivos permanentes: tratamento documental” (22 citações), respectivamente.

Mais ao centro da rede tem-se o nome de José Maria Jardim, as linhas ligadas ao seu nome sinalizam que suas obras são utilizadas pelos diversos *clusters* existentes na rede. Já as ligações das autoras Heloísa Liberalli Bellotto, mais a direita, e de Maria Odila Kahl Fonseca, mais a esquerda, apresentam ligações mais específicas. As obras de Bellotto, não são citadas no grupo de autores identificados pela cor marrom, e as obras de Fonseca, não são citadas no grupo de autores identificados pelas cores verdes e rosa.

A literatura internacional se faz presente nas obras de canadenses como Terry Cook, (**ver Apêndice – G**), Jean-Yves Rousseau, Carol Couture, (**ver Apêndice – H**), portugueses como Fernanda Ribeiro e Armando Malheiro da Silva (**ver Apêndice – I**), e da italiana Luciana Duranti, (**ver Apêndice – F**) entre outros autores, sinalizando que o pensamento da arquivística brasileira não é algo fechado em si mesmo.

Entre os trabalhos dos anais que tratavam sobre a temática arquivística no contexto digital, identificado na rede pelo *cluster* verde, a partir da análise de citação, chegou-se aos seguintes títulos mais citados: “Introdução à preservação digital – conceitos estratégias e actuais consensus” (7 citações) do autor português Miguel Ferreira; “Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística” (6 citações) de Vanderlei Batista dos Santos; “Arquivística: temas contemporâneos. classificação, preservação digital e gestão do conhecimento” (5 citações) dos autores Vanderlei Batista dos Santos, Humberto Celeste Innarelli e Renato Tarciso Barbosa de Sousa, bem como “Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea” (4 citações) de Rosely Curi Rondinelli, estes últimos autores brasileiros (**ver Apêndice – I**).

Tanto os títulos como as ligações existentes demonstram que a discussão sobre a temática da arquivística no contexto digital se baseia na literatura portuguesa e brasileira.

3 Conclusão

A análise de domínio possibilitou um novo olhar sobre a REPARQ, aqui compreendida como um domínio que possibilita a comunicação científica da Arquivística nacional e internacional.

Os estudos históricos sinalizaram que, já na II reunião, houve um trabalho pioneiro sobre a Arquivística e o contexto digital, o mesmo tratava sobre websites de instituições arquivísticas, já na III REPARQ, pode-se perceber uma atenção especial à discussão sobre os arquivos frente às novas tecnologias, com um subtema próprio.

Já o estudo de citação os autores que fundamentam a discussão do pensamento arquivístico nacional, bem como as relações entre os autores citados e determinados temas, como no caso dos assuntos relacionados às novas tecnologias.

Evidenciou-se pelas duas abordagens que o evento não conta com uma formatação própria dos anais, ficando de responsabilidade da instituição promotora sua formatação, por isso, houve dificuldades em conseguir a informação da filiação institucional, presentes em algumas edições e em outras não.

Sugere-se, a partir das dificuldades enfrentadas para a realização do estudo, uma padronização do *layout* para o evento, e se possível, a disponibilização dos dois primeiros anais em formato digital, bem como a concentração de todos os anais em um único site e/ou na BRAPCI. Assim, a produção resultante desses eventos poderá ter uma maior propagação, fomentando o desenvolvimento do ensino e da pesquisa arquivística, já que esse é um dos objetivos da própria reunião.

Por fim, a linha do tempo auxiliou a compreensão histórica das edições do evento e sua relação com os cursos de Arquivologia no Brasil, ao passo que a rede de citação, evidenciou os autores mais citados e suas relações com as temáticas estudadas, sinalizando a análise de domínio como uma metodologia profícua a ser utilizada na área.

Notas

[1] Esse *template* é baseado no *template* adaptado pela Brazilian Journal of Information Science: Research Trends.

Agradecimentos

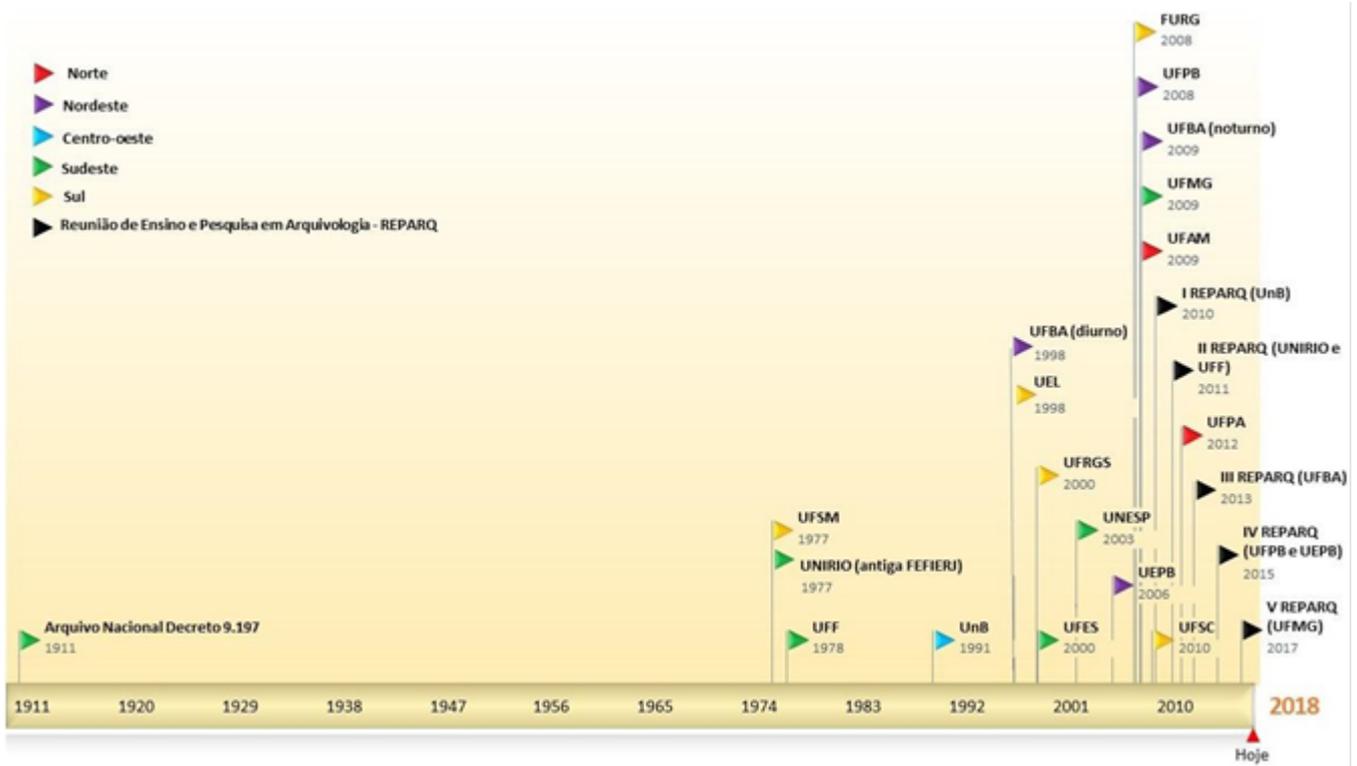
O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

Referências

ALVARADO, R.U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. *Ci. Inf.* [online]. 2009, vol.38, n.2, p.69-79.

- ALVARENGA, L.; DIAS, C. C. Análise de domínio e gestão arquivística. **DataGramaZero**, v. 13, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7635>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004, 320p.
- FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.
- FREITAS, L. M.; ALBUQUERQUE, A. C. As abordagens da análise de domínio como aporte metodológico para a classificação arquivística. **Anais..Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105090>>. Acesso em: 14 jun. 2019.
- FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005
- GUIMARÃES, J.A.C. A análise de domínio com perspectiva metodológica em organização da informação. **Ciência da Informação** (Impresso), v. 43, p. 13-21, 2015.
- GUIMARÃES, J.A.C.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; OLIVEIRA, A. M.; GOMES, P. H. C. Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise da produção científica internacional. **SCIRE** (ZARAGOZA), v. 23, p. 37-43, 2017.
- JARDIM, J.M. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ci. Inf. [online]**. 1998, vol.27, n.3, pp.00-00
- HJØRLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches-traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002.
- HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995.
- MARIZ, A. C. A., JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A. **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- MATOS, M. T. N. de B.; CUNHA, F. J. A. P. C., SÁ, A. Q. G. T.de; FREIXO, A. L. (Org.) **Perfil, Evolução e Perspectivas do Ensino e da Pesquisa em Arquivologia no Brasil**. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2015.
- MUELLER, S. P. M. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, B. S.; CENDÓN, B. V.; KREMER, J. M. **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.21-33.
- NEGREIROS, L. R. Uma compreensão dos fundos arquivísticos sob o enfoque da análise de domínio. **Informação & Informação**, v. 13, n. 2, p. 79-95, 2008. DOI: 10.5433/1981-8920.2008v13n2p79 Acesso em: 14 jun. 2019.
- NEVES, D. A.de B.; ROCHA, M. M. V.; SILVA, P.S. (Org.). **Cartografa da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. 1ed.João Pessoa: UFPB, 2015.
- REGO, L. M. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil**. 2015. 94 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/128120>>.
- RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 4ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- RONCAGLIO, C.; MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. (Orgs.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia**. Brasília, DF: Thesaurus, 2011.
- SANTOS, V. B. dos. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. Brasília: ABARQ, 2005.
- SANTOS, V. B. dos; INNARELLI, H. C.; SOUSA, R. T. B. de (Orgs.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. 2. ed. Distrito Federal: SENAC, 2008.
- SILVA, W. A.; VENÂNCIO, R. P.; NASCIMENTO, A. (Org.). **Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos**. 1 ed. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018.
- SMIRAGLIA, R.P. Epistemology of Domain Analysis. In: LEE, H-L.; SMIRAGLIA, R.P. (ed.). **Cultural frames of knowledge**. Wurzberg: Ergon, 2012. p.111-124.
- VANZ, S. A. de S.; CAREGNATO, S. E. Estudos de citação: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, v. 9, n. 2, p.295-307, jul./dez. 2003.

Apêndice A – Linha do tempo dos cursos de Arquivologia no Brasil e da REPARQ



Fonte: Linha do tempo elaborada a partir de Rego (2015) e dos anais da REPARQ no *software Office Timeline*.

Apêndice B – Modelo de ficha

Nº 00	
Autor(es):	Filiação institucional:
Referências:	

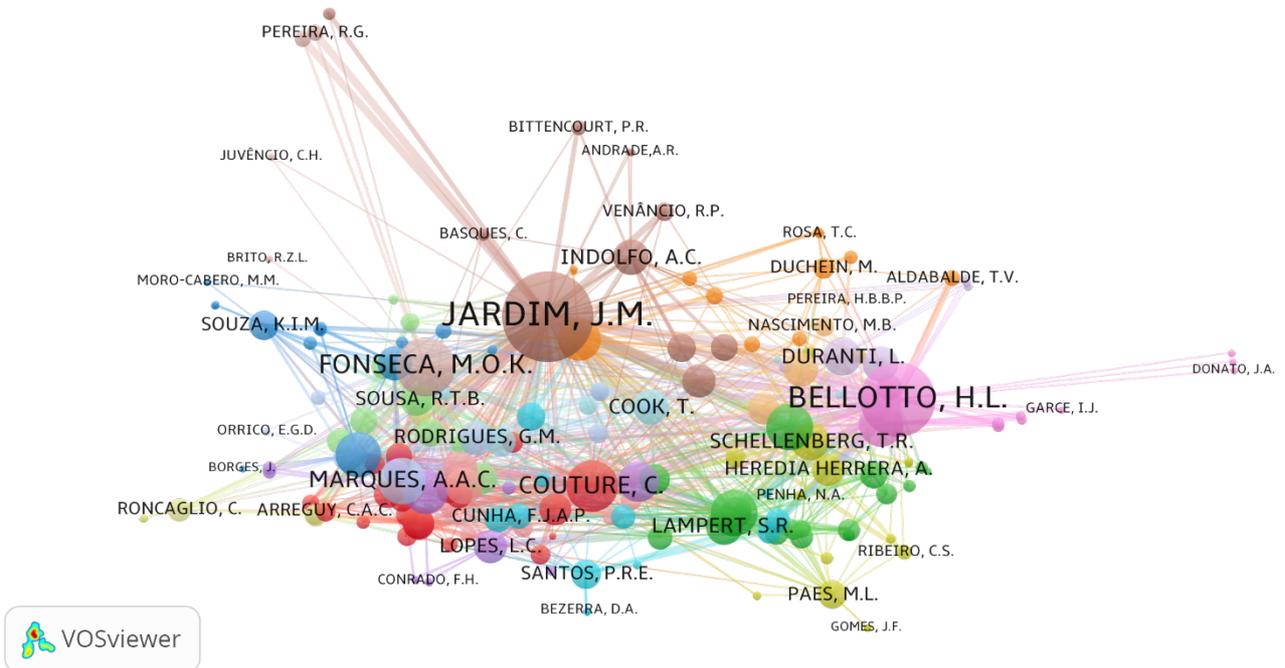
Fonte: Ficha elaborada pelos autores.

Apêndice C – Autores mais citados

Autor	Nº de citação
JARDIM, J. M.	127
BELLOTO, H. L.	77
FONSECA, M.O.K.	59
COUTURE, C.	38
MARQUES, A. A. C.	
CAMARGO, A. M. A	37
DURANTI, L.	30
RIBEIRO, F.	26
SOUSA, R. T. B.	
SILVA, A. M.	24
INDOLFO, A.C.	23
ROUSSEAU, J-Y.	
COOK, T.	22
RODRIGUES, G.M.	21
RODRIGUES, A. C.	20
SCHELLENBERG, T.R.	19
HEREDIA HERRERA, A.	18
ARAÚJO, C.A.A.	15
SANTOS, V. B.	17
SOUZA, K. I. M.	16
MARIZ, A.C.A.	
MINAYO, M. C. S.	15
REAL, M.	
LOPES, L. C.	14
RAMOS, J.	
RONDINELLI, R. C.	13
PAES, M. L.	12
DUCHARME, D.	
LOPEZ, A.P.A.	11
SANTOS, P.R.E.	
DUCHEIN, M.	10
MARTINEAU, J.	
BOURDIEU, P.	
FERREIRA, M.	
INNARELLI, H. C.	9
RIDOLPHI, W.	
RONCAGLIO, C.	
SILVA, E. P.	

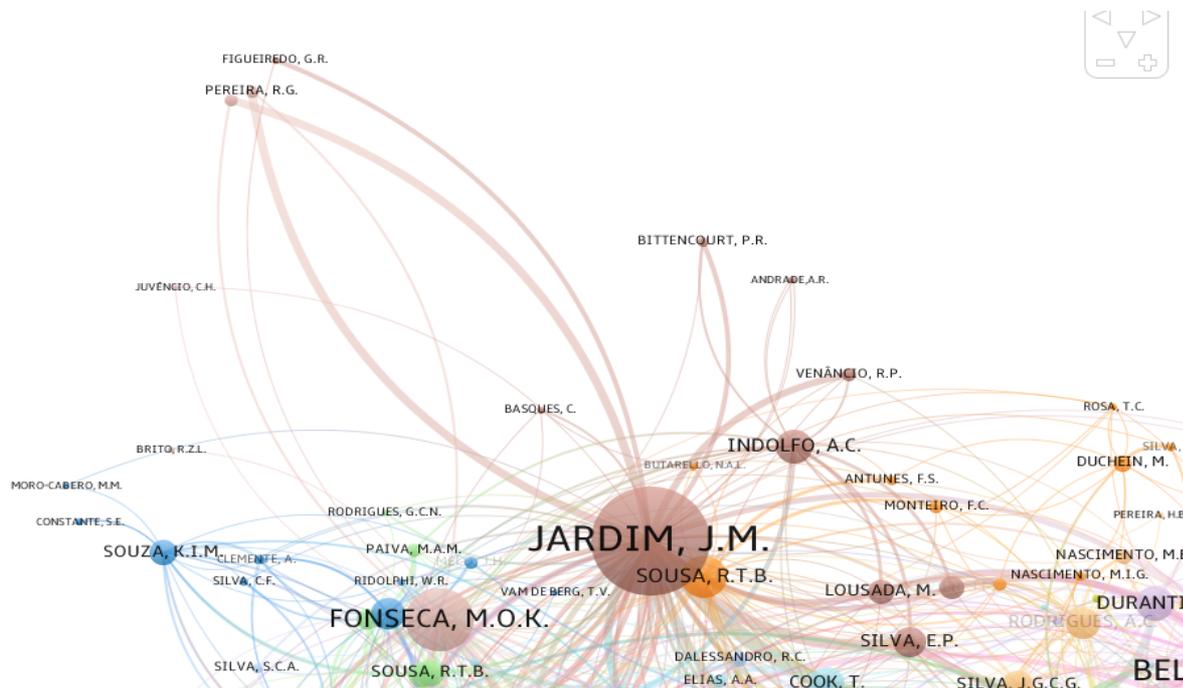
Fonte: Quadro elaborado pelos autores.

Apêndice D – Rede de citação



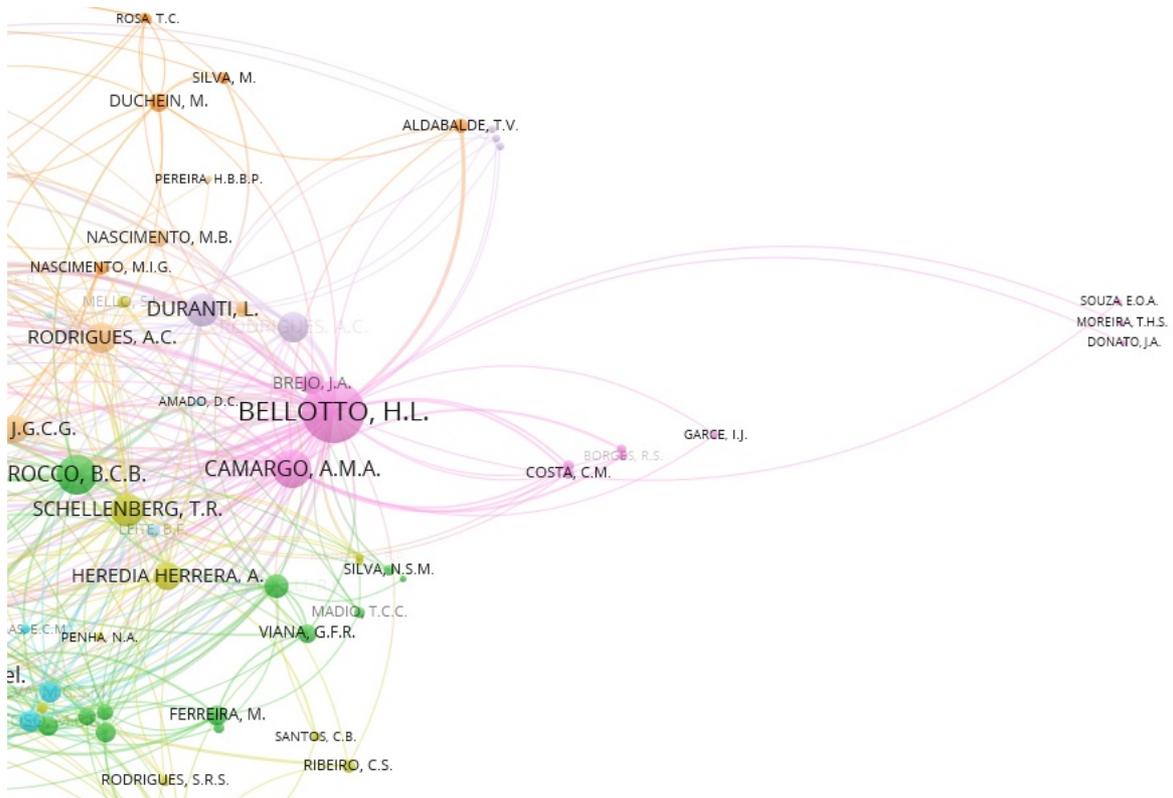
Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice E – Rede de citação



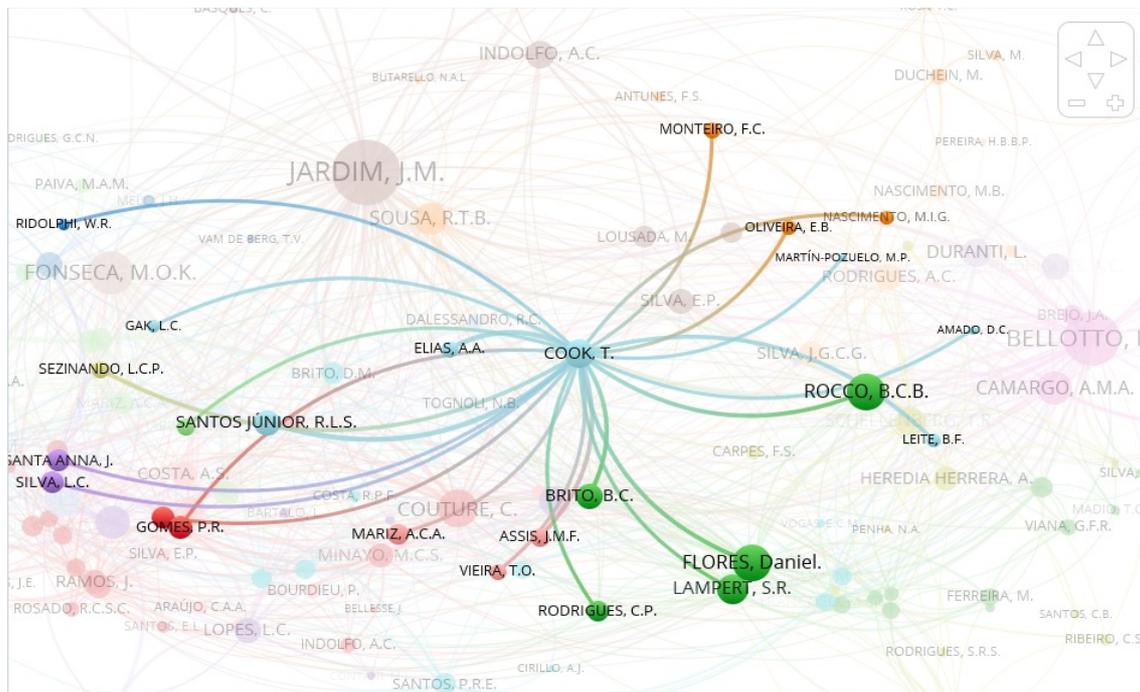
Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice F – Rede de citação



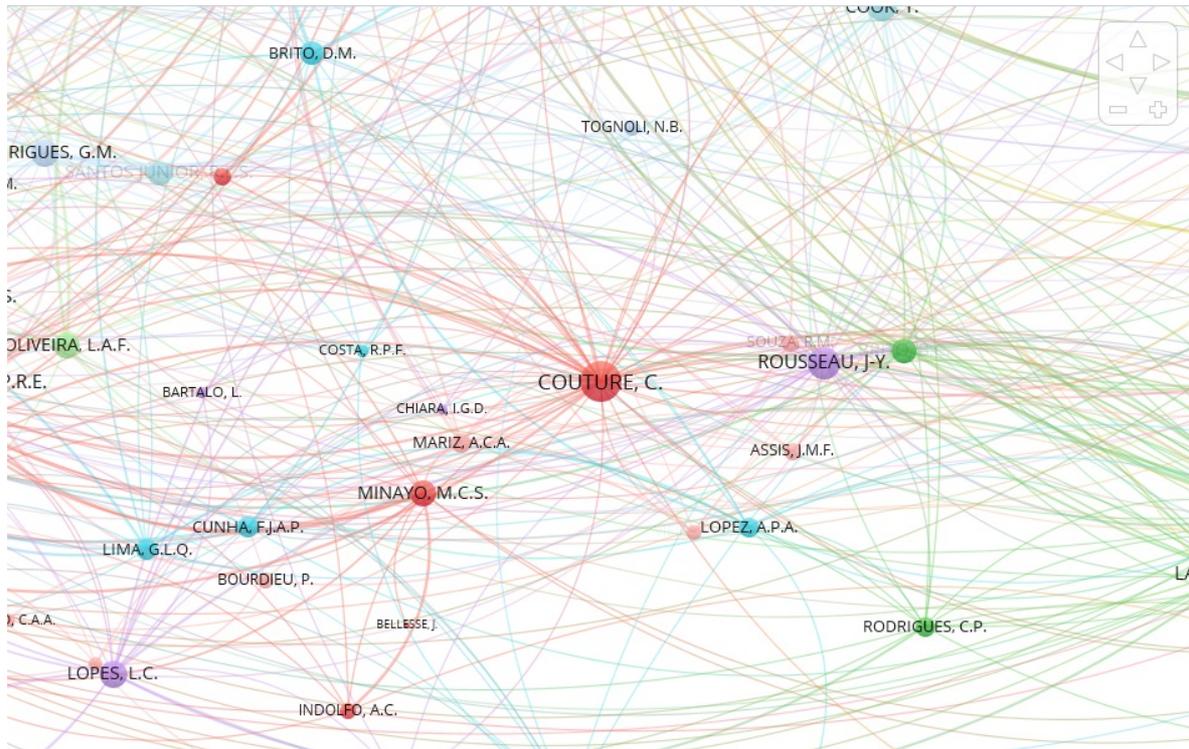
Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice G – Rede de citação



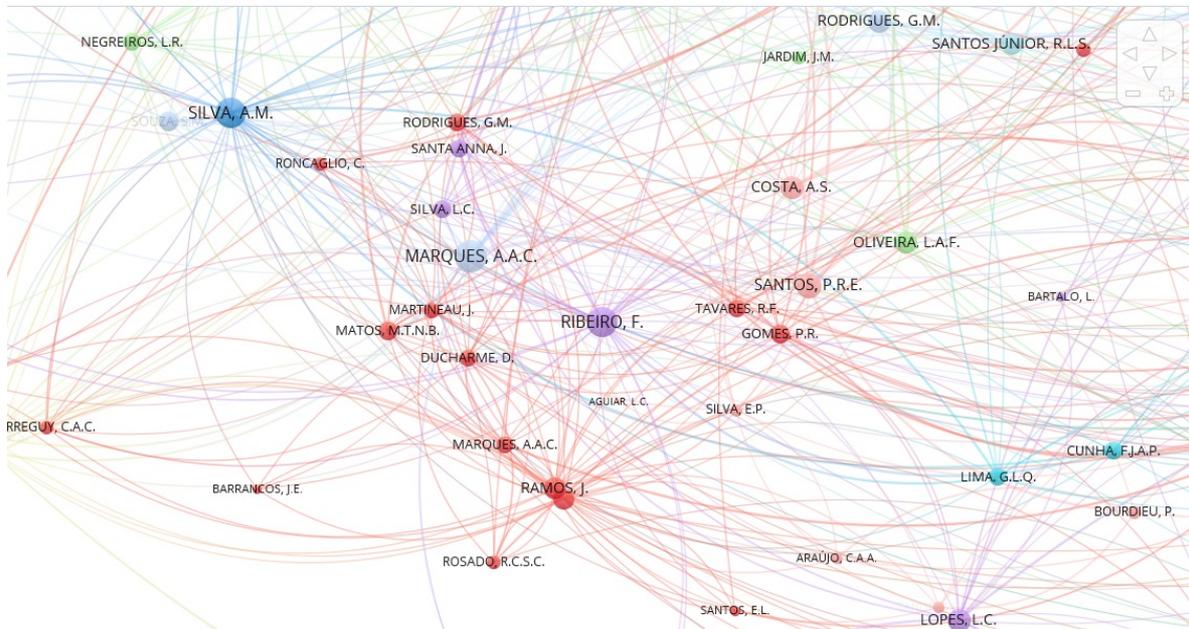
Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice H – Rede de citação



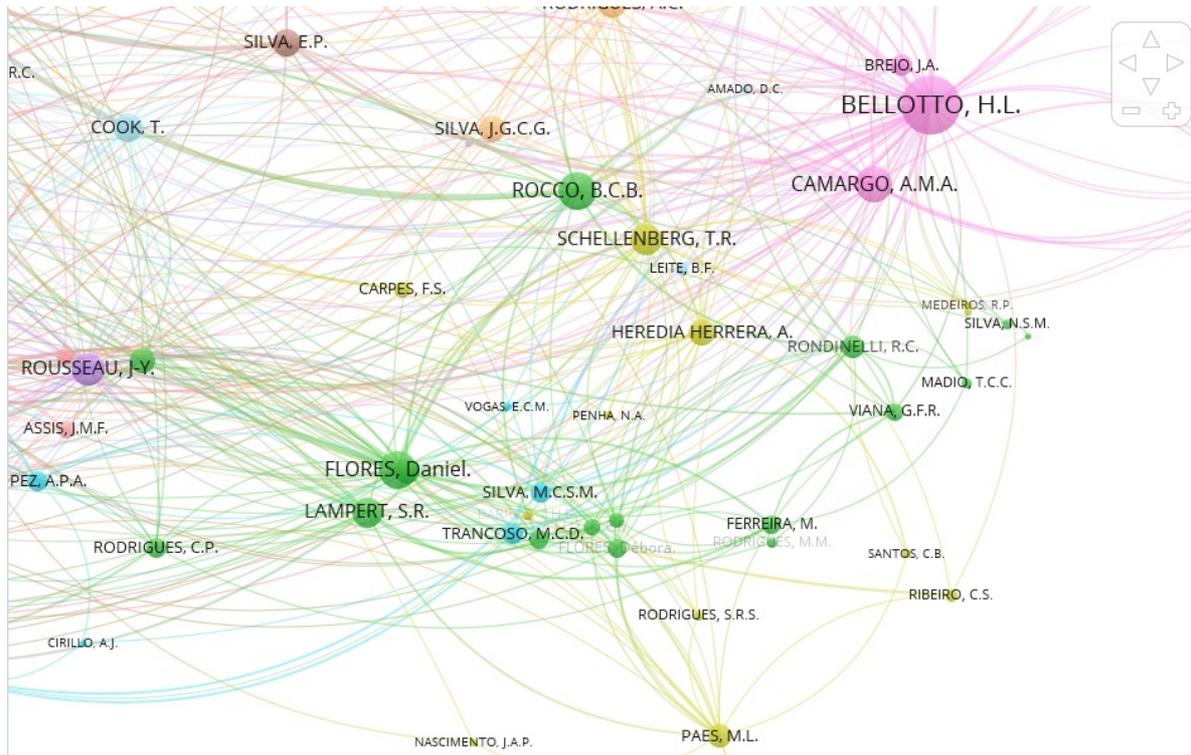
Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice I – Rede de citação



Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

Apêndice J – Rede de citação



Fonte: Rede elaborada pelos autores no *software VOSviewer*

A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ

The identification of functions and documentary types in the Classification of archive documents: the case of Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (1), Fernanda Bouth Pinto (2)

(1) Universidade Federal Fluminense, Rua Lara Vilela, 126 São Domingos/Niterói, clarissaschmidt@id.uff.br (2) Fundação Oswaldo Cruz, Av Brasil, 4365 Manguinhos/Rio de Janeiro, nandabouth@yahoo.com.br

Resumo

A classificação de documentos de arquivo visa representar o contexto no qual estes documentos são produzidos, buscando demonstrar os motivos de sua existência e não o seu conteúdo. Enquanto operação indispensável à gestão de documentos, materializa-se em instrumentos de gestão como os planos de classificação, que devem refletir as ações da instituição produtora, através das funções e atividades dão origem aos documentos e, conseqüentemente, o que podem provar, ou seja, seu valor probatório. Considera-se, neste trabalho, que o ideal é que cada instituição elabore seu próprio plano de classificação, tanto das atividades-meio como das atividades-fim, baseando-se na metodologia funcional chegando no tipo documental. A metodologia utilizada toma como embasamento a identificação arquivística, o estudo do órgão produtor e seus documentos. Diante disso, busca-se demonstrar a importância da função classificação ser realizada pela metodologia funcional, além da necessidade em vinculá-la com o tipo documental produzido no âmbito do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas – INI/FIOCRUZ.

Palavras-chave: Classificação de documentos de arquivo; Identificação; Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas; Metodologia funcional; Tipo documental.

Abstract

The classification of archival documents aims to represent the context in which these documents are produced, seeking to demonstrate the reasons for their existence and not their content. As an indispensable operation for document management, it is materialized in management instruments such as classification plans, which should reflect the actions of the producing institution, through the functions and activities that give rise to the documents and, consequently, what they can prove, that is, its probative value. It is considered, in this work, that the ideal is that each institution elaborates its own classification plan, both of the middle activities and the end activities, based on the functional methodology arriving at the documentary type. The methodology used is based on the archival identification, the study of the producing organ and its documents. Given this, we seek to demonstrate the importance of the classification function to be performed by the functional methodology, and the need to link it with the documentary type produced within the Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - INI / FIOCRUZ.

Keywords: Classification of archival documents; Document type; Functional methodology; Identification; Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas.

1 Introdução

A Classificação de documentos de arquivo pode ser considerada como a espinha dorsal da gestão de documentos e está diretamente ligada à questão da organização da informação em arquivos. Essa classificação, em termos intelectuais, deve ser feita na gênese do documental, e sua aplicação se dá no momento da produção do documento.

Na Arquivologia muito se discute sobre os motivos pelos quais a classificação pelo contexto funcional não está sendo priorizada. Além disso, não há concordância, entre os teóricos do campo dos arquivos, sobre quais e quantos níveis são necessários para identificar os elementos que caracterizam a hierarquia da ação administrativa, representado no plano de classificação. Tais questões justificam a necessidade de definição da adoção de procedimentos padronizados para elaborar

planos de classificação funcionais e como poderiam ser adotados no âmbito de programas de gestão de documentos.

Ao observar a classificação aplicada aos documentos do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas - Fiocruz, foi possível verificar que esta função arquivística não apresenta resultados satisfatórios por apresentar dúvidas aos produtores dos documentos no momento de aplicar o instrumento de gestão, ou seja, o código de classificação[1]. Em alguns casos, os códigos atribuídos a um documento podem gerar múltiplas classificações, constando em seu conteúdo mais de um assunto. Isso se explica porque, no INI, o instrumento de classificação aplicado segue, em um dos critérios, o assunto do documento, tornando subjetiva qualquer operação de organização dos documentos

Analisando o código de classificação de documentos de arquivo da Fiocruz, este apresenta como critérios de

divisão de classificação as séries, as funções, as atividades, os assuntos e as espécies, misturando diferentes elementos metodológicos. E o INI, como unidade técnico-científica da Fiocruz, utiliza este código para classificar seus documentos. Contudo, de modo a verificar a aplicabilidade de outras metodologias classificatórias, elaboramos para o instituto um plano de classificação funcional, com base na metodologia da identificação arquivística e no tipo documental. Cumpre informar que a elaboração deste plano de classificação foi realizada no âmbito da dissertação de Mestrado Profissional de Fernanda Bouth Pinto (2017), pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Na esteira dessa discussão, a arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera (2013), ao discutir metodologias de elaboração de planos de classificação, descreve as características que este instrumento deve ter, ressaltando que a consistência é condição indispensável. Afirma que a existência de uma dupla estrutura no instrumento refere-se às funções e atividades, bem como às categorias documentais, séries e subséries. Ademais, justifica que o plano precisa ser flexível e com poucas divisões, ou seja, não deve ser cópia do organograma da instituição.

Heredia Herrera (2013, p.145) também questiona se existe um plano geral de classificação em arquivos, pois se cada instituição é única, com missão e competências únicas, apesar da possibilidade de existirem funções das atividades-meio em comum entre instituições diferentes, o plano de classificação deve ser específico para a realidade do órgão produtor, refletindo cada contexto de produção documental. Desta forma, não seria correto seguir um plano de classificação padronizado para diferentes instituições, pois essa função é plural e as manifestações de seus resultados são múltiplas. Nessa perspectiva, concordamos com a autora quando ela diz não ser correto seguir um plano de classificação “padronizado”, sendo importante investigar a história do órgão produtor para a adequada elaboração do instrumento de classificação. Assim, afirma que

[...] os documentos nascem organicamente cumprindo suas funções administrativas, estimando tal realidade como um processo natural, de tal maneira que o arquivista integrará os documentos dentro das classes ou grupos que já estão determinados pela mesma atividade do organismo de onde procedem (HEREDIA HERRERA, 2013, p.157, tradução nossa).

A autora esclarece, ainda, que na classificação em arquivos, o princípio de proveniência é o mais importante princípio classificatório, ou seja, a relação entre classes e grupos está colocada através da estrutura orgânica da instituição, onde são produzidos os documentos (HEREDIA HERRERA, 2013, p.150).

Já o arquivista americano Theodore R. Schellenberg [2] (2006), ao analisar a organização de documentos públicos nas unidades de produção, o que atualmente denominamos documentos correntes, considera como elementos para classificá-los: a ação a que se referem, a estrutura do órgão produtor e o assunto dos documentos. Sobre as práticas desta classificação, coloca que podem ser divididas em três tipos: funcional, organizacional e por assuntos.

Schellenberg coloca que somente devem ser classificados por assunto os documentos que não os de arquivo. Em relação à estrutura orgânica, os documentos podem ser assim classificados se estiverem descentralizados nas várias seções de um órgão. Apesar de concordar com a classificação por classes organizacionais, o autor chama atenção para o fato de que os órgãos de governos modernos possuem estrutura organizacional fluida e em constante mudança.

Já quanto à classificação funcional, elemento da ação, o arquivista americano (2006) relata que

os documentos públicos geralmente devem ser classificados em relação à função. Resultam de uma função, são usados em relação à função e devem, portanto, ser classificados de acordo com esta (SCHELLENBERG, 2006, p.95).

Neste sentido, ressalta pontos importantes a serem considerados pelos profissionais: as classes não podem ser elaboradas *a priori*, com base na especulação dos assuntos que ainda serão produzidos; estas devem ser formadas *a posteriori*. Deve haver consistência dentro dos níveis classificatórios num sistema de classificação: “se a subdivisão primária é pelas funções, todos os cabeçalhos nesse nível devem ser funções (...)”, e assim por diante. Percebe-se, neste ponto, que devem ser preservados os mesmos critérios para a divisão das classes ou subclasses, não sendo adequado, portanto, misturar diferentes critérios como funções, assuntos, ações, tipos documentais para os mesmos níveis de classificação, algo que observamos na metodologia para a classificação proposta pelo Arquivo Nacional e materializada nos códigos de classificação do CONARQ e da FIOCRUZ[3].

Ao observar a realidade da Classificação dos documentos de arquivo do INI, a necessidade de investigar esta problemática do Instituto se fez presente. Já que o arquivo tem por atribuição recolher, tratar e disponibilizar os conjuntos de documentos por ele custodiados, sobretudo para prover aos interessados as informações contidas em seu acervo de maneira rápida e segura, estes documentos devem estar corretamente classificados.

Observando a Classificação aplicada aos documentos do INI, foi possível verificar que esta não funciona adequadamente por trazer dúvidas aos produtores dos documentos no momento de aplicar a codificação. Em alguns casos, os códigos atribuídos a um documento

podem gerar múltiplas classificações, constando em seu conteúdo mais de um assunto. Como o Código de Classificação aplicado segue, em um dos critérios, o assunto do documento, os produtores sentem dificuldade na hora de escolher um ou outro assunto.

Neste sentido, reiteramos os principais problemas práticos e dificuldades na utilização deste Código:

- ✓ O Código toma como base metodológica o modelo de código de classificação decimal, proveniente da Biblioteconomia;
- ✓ A metodologia utilizada no Código não considera a relevância da principal característica do documento – ser produto de uma ação – por isso, não deve ser classificado pelo assunto de que trata o documento. A Classificação deve buscar conhecer o contexto de produção dos documentos de arquivo;
- ✓ O Código, da forma como está colocado, permite a subjetividade no momento da Classificação;
- ✓ Entende-se que a Classificação auxilia o processo de Avaliação e, ao classificar o documento por seu assunto, este não é elemento suficiente para determinar sua destinação corretamente;
- ✓ As classes apresentadas no Código não atendem às necessidades da Classificação de documentos de arquivo, ou seja, ao tentar classificar determinados documentos, estes ficam “perdidos” pelo Código, por não possuir classes que atendam à sua Classificação. Percebe-se, portanto, uma defasagem no instrumento;
- ✓ Caso a Classificação seja feita no nível de subclasse ou classe, é possível dar margem à dupla classificação de um mesmo documento. Neste caso, o Código possibilita múltiplas interpretações para um documento;
- ✓ O Código utiliza diversos critérios de Classificação: espécies, funções, atividades, séries e assuntos, simultaneamente;
- ✓ Os produtores não reconhecem seus documentos no instrumento, o que acaba por dificultar a Classificação.

Ademais, entendemos que o embasamento teórico-metodológico para a construção de planos de classificação do tipo funcional pode ser beneficiado pelos estudos de identificação arquivística. A aparição do termo identificação na literatura arquivística remonta aos anos 1980, como resultado de experiências metodológicas desenvolvidas por grupos de trabalhos que se formaram em países ibero-americanos, para solucionar problemas de acumulação de documentos em

arquivos, contexto em que se inserem as práticas espanholas e brasileiras.

Nesta linha de pensamento e de acordo com Rodrigues (2008), a

identificação de tipos documentais, tomada como ponto de partida metodológico para a elaboração de planos de classificação, abre uma perspectiva nova no campo da Arquivologia.

Com base nisso, afirmamos que a identificação arquivística possibilita a realização de tarefas a partir de parâmetros padronizados, permitindo que se chegue a resultados comparáveis entre arquivos. No tratamento de fundos depositados em arquivos e nos documentos correntes, a identificação tem se revelado uma ferramenta eficaz para recuperar a proveniência e a organicidade perdidas nos processos de acumulação de documentos. O conhecimento produzido nesta fase de pesquisa fica registrado em instrumentos específicos, como o plano de classificação, e fundamentam o desenvolvimento das funções de planejamento da produção, classificação, avaliação e descrição de documentos de arquivo.

2 Classificação Funcional por Tipo Documental

O presente trabalho é um estudo de caso de análise qualitativa, tendo por base elementos comparativos. Foi elaborado o plano de classificação funcional, baseado na identificação arquivística e chegando no tipo documental.

Deste modo, nossa pesquisa teve como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico em teses, dissertações, artigos de periódicos e livros que contemplam os marcos teóricos tratados, além da revisão de literatura.

Foram realizados estudo e análise detalhada do Código de Classificação de Documentos de Arquivo da FIOCRUZ, baseado nos instrumentos técnicos de gestão de documentos do CONARQ, assim como a análise de literaturas sobre este tema, buscando compreender o contexto de sua elaboração e as perspectivas que o norteiam como instrumento de gestão documental.

Com o objetivo de compreender melhor o contexto de elaboração do Código de Classificação – assim como a constituição do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da FIOCRUZ, o SIGDA, foram feitas entrevistas com os gestores atuantes neste processo desde o início das discussões a este respeito. Foram escolhidos três profissionais que participaram da criação do SIGDA e do diálogo com o Arquivo Nacional para a elaboração do Código.

Ademais, realizou-se o levantamento de documentos produzidos no INI, o estudo do conjunto de normas e textos legais a respeito do campo empírico, entrevistas

com os responsáveis pela produção documental e sua classificação, e observação participante no que se refere às dificuldades encontradas na tarefa de classificar.

O foco da análise deu-se pelo aprofundamento no estudo da classificação de documentos de arquivo do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ, enquanto instituição onde foram percebidas determinadas situações nesta função arquivística e tomada como campo empírico para a pesquisa.

A principal justificativa para esta investigação concentra-se na tentativa de melhorar as práticas e aplicações da classificação dos documentos de arquivo do INI. Esta motivação encontra sua causa na obrigatoriedade legal em utilizar os instrumentos de gestão propostos pelo CONARQ, uma vez que, com os resultados da pesquisa, espera-se contribuir para que a classificação dos documentos na fase corrente seja feita com o conhecimento adequado e que não haja dificuldades para o classificador nesta operação arquivística.

Ao comparar o plano de classificação adotado pela FIOCRUZ, e pelo INI especificamente, com uma nova proposta de classificação através de instrumento funcional que chega no tipo documental, outra justificativa pertinente é a adequação de cada um deles às necessidades do Instituto, ou seja, a maneira de classificar implica na garantia do trâmite documental por todo o ciclo de vida dos documentos, além de facilitar o acesso. Como já colocado, é fundamental que a classificação seja feita na gênese e que o próprio produtor seja o responsável por sua aplicação prática, pois é este quem mais conhece sobre o documento que produz.

2.1 Classificação funcional

A respeito da classificação funcional, modelo metodológico tomado como referência para a classificação neste trabalho, Schellenberg (2006) traz importantes contribuições para a área. São fundamentais as reflexões colocadas por este autor (2006, p.83) sobre os princípios de classificação e o tratamento dispensado na administração de documentos administrativos, uma vez que nossa pesquisa tem como foco de análise a gestão dos documentos correntes do INI.

Cabe destacar aqui o papel da classificação no âmbito da gestão de documentos correntes, pois caso os arquivos sejam descentralizados de maneira inadequada ou classificados erroneamente, o órgão irá produzir documentos desnecessários. Ao compreender que os documentos de arquivo são o produto de uma ação, ação esta inserida num conjunto de atividades e funções de um órgão, a correta classificação facilitará o processo de avaliação, destinação e recuperação da informação.

Ao identificar a questão do acesso aos documentos como um problema básico, o arquivista americano deixa claro a necessidade que os órgãos têm em manter seus documentos bem classificados e bem arquivados. O autor defende que é possível dispor os documentos em relação às funções, já que sua classificação reflete a organização e a função do órgão produtor. Por outro lado, a classificação pela função proporciona as bases para a correta avaliação dos documentos, colaborando para a preservação ou destruição dos mesmos.

Outro elemento apontado por Schellenberg (2006) como plausível para a função classificação é a estrutura do órgão produtor. Se os documentos são produtos de uma ação, esta “pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (*transactions*).” As funções de um órgão se referem às responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado” (SCHELLENBERG, 2006, p.84).

Ainda segundo o autor, o assunto também pode ser considerado na classificação de documentos públicos. Os cabeçalhos de assunto podem ser elaborados através da análise do assunto dos documentos. Neste ponto, o autor diz que tal análise se compara à classificação de materiais da biblioteca, portanto, classificar os documentos por assuntos é uma exceção à regra. Para ele, a regra é agrupar os documentos segundo a organização e função; os assuntos podem aparecer para classificar documentos que não provêm da ação governamental ou não se vinculam a ela. Ou seja, pelo elemento assunto podemos classificar somente aqueles documentos que não os de arquivo.

Após dissertar acerca dos elementos que compõe a classificação – ação, estrutura e assunto – Schellenberg (2006, p.90) apresenta três tipos de Classificação: funcional, organizacional e por assuntos. O autor expõe sua defesa quanto a Classificação funcional e afirma o seguinte:

Na criação de um esquema de classificação para documentos oficiais, então, a função, tomada no sentido anteriormente definido, deve ser levada em consideração, dividindo-se os documentos sucessivamente em classes e subclasses. As maiores classes ou classes principais podem ser criadas tomando-se por base as maiores funções do órgão; as classes secundárias, as atividades e as classes mais detalhadas compreendem uma ou mais unidades de arquivamento, criadas em função de atos relativos a pessoas, entidades, lugares ou assuntos.

Para melhor compreensão da classificação funcional, o autor explica didaticamente a elaboração desta classificação: “o menor agrupamento pode ser chamado de unidade de arquivamento (*file unit*)”. Estas unidades de arquivamento são agrupadas em relação à atividade que lhes deram origem. E, por conseguinte, com os documentos agrupados em atividades, estes podem ser agrupados pelas funções. “Os grupos funcionais são as classes maiores normalmente criadas para a

classificação dos documentos de uma entidade” (SCHELLENBERG, 2006, p.90).

Ao classificar pela estrutura orgânica,

a divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos (SCHELLENBERG, 2006, p.91).

Ainda para o autor, é através da descentralização dos documentos, a principal forma de agrupá-los na estrutura orgânica. Neste sentido, cada órgão/setor dentro do organismo conserva seus próprios documentos de acordo com as atividades e funções que cumprem para alcançar a competência maior do organismo produtor.

Neste trabalho, compreende-se que a classificação funcional, considerada como parte integrante de um programa de gestão de documentos, independente da instituição, permite a reconstrução da organicidade de acordo com os métodos preconizados pelo princípio da proveniência. Assim, é possível entender como o documento foi produzido, por quê e para quê. Ademais, na teoria arquivística, a função classificação é destacada como indispensável à gestão dos documentos, já que visa, por meio do plano de classificação, ser um elo entre os tipos documentais e as necessidades burocráticas para a tomada de decisões da administração. Sendo a classificação uma etapa da gestão de documentos, esta deverá estabelecer a imagem do contexto onde são produzidos os documentos.

O conceito de gestão de documentos que utilizaremos neste trabalho é o definido pela Lei nº 8.159/1991, que a considera como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento, em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Os princípios trazidos pela gestão de documentos, como planejamento, controle e padronização de procedimentos, assim como os elementos de eficácia, eficiência e economia, são importantes para auxiliar a aplicação adequada da classificação de documentos de arquivo. Por outro lado, somente com os documentos classificados é possível tornar eficiente a administração de documentos correntes e o controle do ciclo de vida documental (SCHELLENBERG, 2006, p.61-62).

Em artigo intitulado "A classificação de documentos baseada em funções: comparação da teoria e da prática", Fiorella Foscarini (2010), parte do princípio de que um estudo das funções, atividades e transações de qualquer criador de documentos é um pré-requisito para o correto desenho de sistemas de classificação. Para a autora, existe pouca elaboração teórica sobre o assunto da classificação funcional. Destaca uma qualidade desigual nos métodos de classificação, tanto europeus, quanto norte-americanos, percebida pela incompreensão dos

princípios de classificação por quem elabora tais instrumentos.

Com base em sua pesquisa, Foscarini (2010) tomou como estudo de caso quatro bancos europeus que possuíam organizações com sistemas de classificação baseados em funções. Como resultado, a autora defende a classificação baseada em funções e acredita que todo plano de classificação é diferente de qualquer outro, embora seja possível esperar semelhanças entre os criadores de documentos que tenham as mesmas funções.

Compartilhamos a visão da autora, de que uma classificação por aproximação funcional está justificada pela própria natureza dos documentos. Embora o plano seja construído com base nas funções e atividades do organismo produtor, não há impedimento de que seja relacionado a ele a estrutura organizacional da instituição.

No contexto dos arquivos, a classificação é entendida a partir da lógica orgânica entre a natureza da ação que gera o documento, e a forma a ele conferida. Essa função arquivística demarca a estrutura do produtor do arquivo em suas funções, na totalidade das responsabilidades e das finalidades dessa entidade, e em atividades, enquanto ações referidas nos documentos que as efetivam. Assim, entendemos que a classificação não deve ser realizada por assuntos, pois dá margens a subjetividade no momento da classificação. Além disso, não expressa a atividade que gerou o documento, podendo descontextualizá-lo em relação a seu próprio histórico orgânico-funcional.

Na classificação de documentos de arquivo classifica-se o contexto e não o conteúdo do documento, ou seja, não há representação temática do documento, mas sim contextual. De acordo com o Princípio da Proveniência e o Princípio da ordem original, elementos basilares da classificação, o objetivo desta função arquivística é a manutenção da organicidade. Neste sentido, entende-se como a classificação mais eficaz a atividade intelectual que representa o contexto de produção do documento de arquivo. O plano de classificação deve refletir a instituição produtora dos documentos, além das funções e atividades que geram o documento.

2.2 Tipo documental e identificação arquivística

Bellotto (2000) afirma que “a tipologia documental é a ampliação da Diplomática na direção da gênese documental”, e ressalta a importância da tipologia para a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades do órgão gerador. Sua relevância é percebida nos diversos estudos da área arquivística, uma vez que é a tipologia que define o arquivo, como ressalta Rodrigues (2005, p.22):

Reflexo e produto material da ação desenvolvida no processo administrativo, a especificidade do arquivo vem comprovada pela tipologia documental produzida. Se o acesso aos documentos é uma questão que deve ser analisada do ponto de vista das políticas de arquivos, por outro, é possível estudá-la do ponto de vista da metodologia usada para gestão de documentos.

Após a determinação dos tipos documentais, de acordo com os princípios explicitados, podem-se estabelecer as séries documentais, já que as mesmas refletem o conjunto de tipos que tratam a mesma atividade. Segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, série é a “subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma sequência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (DICIONÁRIO, 2005, p.153).

Para que haja a normalização da produção documental, é fundamental que a identificação e a classificação sejam realizadas previamente a esta produção, pois como coloca Heredia Herrera (1999), ambas permitem normalizar a criação de espécies documentais sem possibilitar que se gerem ou se reproduzam documentos desnecessários à organização, impulsionando a gestão de documentos.

Diante disso, é importante destacar que a construção do plano de classificação funcional que chega no tipo documental, toma como embasamento teórico-metodológico os estudos da identificação arquivística. Segundo Ana Célia Rodrigues (2008), a identificação é uma fase da metodologia arquivística considerada como do tipo intelectual e se caracteriza pelo estudo analítico do órgão produtor e dos documentos produzidos. Trata-se de uma tarefa de pesquisa, de levantamento de dados sobre a estrutura e o funcionamento do órgão, compilando dados sobre as competências, funções e atividades desempenhadas e sobre os tipos documentais produzidos neste contexto. Em resumo, é um trabalho de investigação e de crítica sobre a gênese do documento (RODRIGUES, 2008, p.231).

Bellotto refere-se ao estudo da gênese documental para a identificação de documentos e destaca que “[...] os estudos da Diplomática e tipologia levam a entender o documento desde o seu nascedouro, a compreender o porquê e o como ele é estruturado no momento de sua produção” (BELLOTTO, 2006, p.45). A autora reforça que a identificação dos documentos deve ser compreendida à luz do contexto em que foi produzido, não sendo possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese, produção e aplicação.

Nessa perspectiva, segundo Mendo Carmona (2004), a identificação é reconhecida como uma função arquivística que se fundamenta no conceito de que é:

a fase do tratamento arquivístico que consiste na investigação e sistematização das categorias administrativas e arquivísticas que se sustentam a estrutura

de um fundo, sendo um dos seus objetivos principais assegurar através de seus resultados a avaliação das séries documentais.

Os estudos de identificação arquivística propiciam o restabelecimento da lógica de produção e acumulação documental. A metodologia da identificação evidencia a observação e análise dos documentos em relação a sua proveniência, competência, funções e atividades do órgão produtor, e revela o estreito vínculo entre a hierarquia funcional e os documentos por ele produzidos. Ao tratar da gênese documental, a Diplomática contemporânea vincula o documento ao seu contexto de produção, entende o documento como estrutura para provar o ato jurídico-administrativo, é prova da ação, colaborando assim com as práticas da Arquivologia.

2.3 Relações entre função e tipo documental

Ao relacionar o aporte teórico a respeito da classificação funcional e sua importância para a gestão de documentos, com a pesquisa aplicada que realizamos nos setores do INI selecionados para o estudo, foi possível verificar que todos os entrevistados concordaram que o tipo documental explícito no plano de classificação torna o vínculo com suas funções e atividades mais claros. Através do plano de classificação funcional que chega no tipo documental, houve a possibilidade dos produtores dos documentos reconhecerem seus documentos e os relacionarem às suas funções e atividades desempenhadas no âmbito da competência maior do Instituto.

Através do estudo deste contexto de produção documental foi possível estabelecer o vínculo arquivístico, a ligação entre as funções e atividades do INI com seus documentos. Neste sentido, é na produção do documento que podemos identificar as unidades documentais produzidas, de modo que, após a fixação das séries documentais, são facilitados os trabalhos de classificação dos documentos institucionais.

Por esses motivos, acreditamos que a classificação funcional que chega no tipo documental, atenderá melhor ao Instituto. Se o documento é produto de uma ação, nasce para registrá-la a ponto de servir como prova desta, é a partir disso que devem ser classificados, isto é, através das funções e atividades que lhes deram origem. Ao classificar os documentos sob essas abordagens, compreende-se a organicidade, ficando claras as ações que geram os documentos.

Entretanto, tais perspectivas para a construção de planos de classificação não são consideradas na metodologia de elaboração dos instrumentos pelo CONARQ, o que se reflete no plano vigente no INI e nas dificuldades de sua utilização.

2.4 O Plano de Classificação Funcional por Tipo Documental: um recorte

O plano de classificação funcional [Apêndice A] foi elaborado a partir de um recorte do organograma do INI/FIOCRUZ, sendo selecionados para o estudo quatro setores, a saber: o Serviço de Informação e Estatística; o Serviço de Coordenação da Qualidade; o Serviço de Nutrição; e a Seção de Imunodiagnóstico. Os dois primeiros referem-se às atividades-meio do Instituto e, os dois últimos, às atividades finalísticas.

3 Conclusão

Os diversos parâmetros utilizados, e significados diferentes, tornam a classificação de documentos de arquivo pelo Código de Classificação da FIOCRUZ muito ineficaz. A disparidade de critérios dificulta a aplicação do instrumento. O que observamos é que, apesar das dificuldades em se ter um único código para a FIOCRUZ, baseado em assunto, o que impede sua melhor aplicabilidade reside na escolha da metodologia utilizada para a elaboração do instrumento de classificação, ou seja, por assunto e não por função que chega no tipo documental.

Podemos afirmar, assim, que a classificação dos documentos de arquivo determina o lugar ocupado pelas séries documentais no contexto de produção, isto é, a organicidade, na medida em que sua materialização no plano de classificação espelha as atividades e funções desenvolvidas pelo órgão.

Ao compreendermos os aspectos teóricos e metodológicos que envolvem a classificação, a identificação arquivística, a Diplomática contemporânea e os estudos de tipo documental, foi possível elaborarmos o instrumento de gestão documental – plano de classificação – baseado nas funções e atividades que produzem os tipos documentais do INI.

Com esta investigação, consideramos que o ideal é que cada instituição elabore seu próprio plano de classificação, tanto das atividades-meio como das atividades-fim, baseando-se na metodologia funcional chegando no tipo documental, pois desta maneira o classificador reconhecerá, no plano de classificação, o documento que produz. Através do plano de classificação funcional, a instituição é capaz de se reconhecer enquanto produtora dos documentos que comprovam suas ações e são o reflexo de suas funções e razão de sua existência.

Notas

[1] Neste trabalho, optamos pela denominação Plano de Classificação em detrimento de outras denominações para o instrumento de classificação, como quadro de classificação ou quadro de arranjo, código de classificação, esquema de classificação ou ainda tabela de

classificação. Justificamos esta escolha conforme coloca Sousa (2014, p. 14-15), “O Dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda apresenta 17 acepções para a palavra “quadro” e nenhuma delas, no nosso entendimento, traduz com perfeição as características do instrumento de classificação em Arquivística. Tabela, com nove significados, tem o sentido de um rol, de uma lista. A noção de estrutura não é muito clara nesse termo. Diferentemente de esquema, que é entendido como uma figura que representa não a forma dos objetos, mas as suas relações e funções. Código, em um dos sentidos reconhecidos por Aurélio Buarque de Hollanda, significa “vocabulário ou sistema de sinais convencionais ou secretos utilizados em correspondências ou comunicações”. Lopes (2000, p.306) considera a expressão “código de classificação” ilógica, pois não há código capaz de classificar. Ele representa a classificação. Por fim, temos a palavra plano que aparece, entre muitos outros significados, com o sentido de representação gráfica da estrutura ou da organização de algo. Desta forma, esquema e plano são as duas palavras que melhor revelam a ideia de um instrumento de classificação. Optamos pela palavra plano, porque, entre outras razões, aparece com maior frequência na literatura arquivística, isto é, tem mais uso consagrado”.

- [2] A obra “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” de Theodore Roosevelt Schellenberg foi publicada originalmente no ano de 1956, sendo a 1ª edição publicada no Brasil em 1973. Neste trabalho, optou-se por usar a 6ª edição de 2006, traduzida por Nilza Teixeira Soares.
- [3] O Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividades-meio deve ser adotado por órgãos do Poder Executivo Federal de acordo com o disposto no parágrafo 1º, artigo 18, do decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 8.159/1991, a qual dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Por esta razão, a FioCruz sendo órgão do poder executivo federal deve seguir as normativas do CONARQ.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer)

_____. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública. Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL/FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Código de Classificação de Documentos de Arquivo. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (Coord.). Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 1996. 142p.

DICIONÁRIO brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.

FOSCARINI, Fiorella. 2010. "La clasificación de documentos basada en funciones: comparación de la teoría e y la práctica." Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, n.13, p. 41-57, 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. La identificación y la valoración documentales en la Gestión Administrativa de las Instituciones Públicas. Disponível em: <[http://www.anabad.org/boletinpdf/pdf/XLIX\(1999\)_1_19.pdf](http://www.anabad.org/boletinpdf/pdf/XLIX(1999)_1_19.pdf)> Acesso em 25 fev. 2009.

_____. Manual de archivística básica: gestión y sistemas. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013.

ILERBAIG ADELL, Juan. Clasificación de documentos y clasificación em biología. In: Tabula: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, n.13, p. 115-122, 2010.

MENDO CARMONA, Concepción. Consideraciones sobre el método en archivística. In: Documenta & Instrumenta.

Madrid, Universidad Complutense de Madrid, v. I, 2004, p. 35-46. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/documen/htm/default.htm>> Acesso em: 31 ago. 2005.

PINTO, Fernanda Bouth. Plano de Classificação por assunto ou funcional: análise de metodologias e equivalências para classificação de documentos de arquivo no Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2>> Acesso em 21 mai 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipologia documental como parâmetro de classificação e avaliação em arquivos municipais. Cadernos de Estudos Municipais. Universidade do Minho (Portugal): v. 17/18, p. 11-46, jun./dez. 2005.

_____. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. (Tese de Doutorado). Disponível em: <www.teses.usp.br> Acesso em 15 out. 2009.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2006.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Classificação em Arquivística: trajetória e apropriação de um conceito. São Paulo: Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, 2005. Acesso em: 02 maio 2017.

Apêndice A – Plano de classificação funcional do INI

Função:	1	GESTÃO DE INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICA INSTITUCIONAL
Subfunção:	01.01	Disponibilização de informações da assistência prestada por meio de estatísticas para o planejamento e a gestão
Atividade:	01.01.01	Estabelecimento e manutenção de fluxo para obtenção de informações estatísticas institucionais e nacionais de interesse da instituição
Documentos:	01.01.01.01	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a hospital dia
	01.01.01.02	Planilha de cálculo de portadores de doenças infecciosas referentes a internação
Atividade:	01.01.02	Elaboração de estatísticas periódicas de produção da Unidade
Documentos:	01.01.02.01	Boletim estatístico anual
	01.01.02.02	Planilha de cálculo de metas assistenciais
Subfunção:	01.02	Elaboração, manutenção, disponibilização e análise de dados de caráter clínico e epidemiológico dos pacientes por nosologia para fins de pesquisa
Atividade:	01.02.01	Elaboração de coortes de pacientes partindo dos CID's atribuídos nos atendimentos médicos e nos programas de pesquisa e diagnósticos na internação
Documentos:	01.02.01.01	Planilha de cálculo de coorte
	01.02.01.02	Planilha de cálculo de coorte HIV/AIDS
Atividade:	01.02.02	Elaboração de informações para fins de pesquisa
Documentos:	01.02.02.01	Levantamento de dados sobre esporotricose
	01.02.02.02	Levantamento de dados sobre pacientes HIV positivo com histórico de tentativa de suicídio
	01.02.02.03	Levantamento de dados sobre pacientes HIV positivo com infecção em tuberculose
Atividade:	01.02.03	Realização de análise estatística dos dados dos pacientes
Documentos:	01.02.03.01	Artigo sobre estudo de efeitos da profilaxia em pacientes HIV positivo com tuberculose
	01.02.03.02	Artigo sobre estudo de esporotricose
	01.02.03.03	Artigo sobre tentativa de suicídio em pacientes HIV positivo no INI
Subfunção:	01.03	Gestão das atividades relacionadas à assistência para ressarcimento ao INI no financiamento público (SUS)
Atividade:	01.03.01	Gerenciamento das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH)
Documentos:	01.03.01.01	Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)
	01.03.01.02	Espelho da autorização de internação hospitalar
	01.03.01.03	Laudos médicos para solicitação de recursos e condições especiais
	01.03.01.04	Memorando de encaminhamento da atualização de dados do CNES
Atividade:	01.03.02	Realização de faturamento para exames
Documentos:	01.03.02.01	Relatório de faturamento de Boletim de procedimentos ambulatoriais (BPA)
	01.03.02.02	Relatório de faturamento de CD4/CD8 e carga viral
Função:	2	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE QUALIDADE DO INI, DANDO SUPORTE TÉCNICO EM QUESTÕES NO ÂMBITO DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE
Subfunção:	02.01	Colaboração com a Direção do INI, de acordo com as decisões estratégicas propostas
Atividade:	02.01.01	Manutenção de interface com a Coordenação da Qualidade Fiocruz (CQualiFiocruz)
Documentos:	02.01.01.01	Ata de reunião SCQ com CQualiFiocruz

	02.01.01.02	Formulário de auto avaliação da Unidade (online)
Subfunção:	02.02	Gerenciamento das atividades de Qualidade nos Laboratórios
Atividade:	02.02.01	Acompanhamento dos ensaios de proficiência CAP, ACCUTEST, CONTROL-LAB
Documentos:	02.02.01.01	Livro de registro da entrega das amostras (Livro de protocolo)
	02.02.01.02	Planilha de acompanhamento de datas e temperatura da amostra (Excel)
	02.02.01.03	Planilha de monitoramento dos resultados dos ensaios de proficiência
Atividade:	02.02.02	Controle dos termômetros de freezers, geladeiras e estufas
Documentos:	02.02.02.01	Certificado de calibração
	02.02.02.02	Cópia do Certificado assinada e datada pelo laboratório

: Elaborado pelos autores.

Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis

Classification, description and indexing in archives: possible differences and approaches

Raquel Luise Pret (1), Rosa Inês de Novais Cordeiro (2)

(1) Universidade Federal Fluminense (UFF), Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos – Niterói/RJ – Cep: 24210-590,
 raquelpret@id.uff.br; rosanovais@id.uff.br

Resumo

Introdução: A classificação e a descrição arquivísticas são funções que possuem sua constituição, seus princípios e suas aplicações vinculadas ao campo da Arquivologia. A indexação, como outro processo de análise conceitual e representação de documentos e de suas informações, possui uma trajetória diferente, no entanto, é uma prática encontrada usualmente nos arquivos. **Objetivos:** analisar os processos de classificação, descrição e indexação no âmbito dos arquivos, considerando suas aproximações e especificidades. **Metodologia:** a partir de uma exaustiva revisão de literatura dos três processos na área da Arquivologia e na teoria da indexação, percebendo inclusive suas formações históricas e sociais, o trabalho chega às delimitações de cada processo. **Resultados e conclusões:** a classificação e a descrição arquivísticas firmaram-se como funções com especificidades próprias capazes de manter os princípios da proveniência e da ordem original e contribuir para o acesso aos documentos dos arquivos. A classificação arquivística permite a compreensão do universo documental do produtor por evidenciar os vínculos arquivísticos entre os documentos. Já a descrição registra as manipulações que o documento de arquivo foi sofrendo ao longo de sua existência. A indexação por sua construção teórica e aplicações está vinculada à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. A análise conceitual dos documentos e a tradução de seus assuntos revelam-se como um importante processo de representação dos documentos de arquivo em suas diferentes fases.

Palavras-chave: Arquivos; Classificação; Descrição; Indexação

Abstract

Introduction: The archival classification and description are functions that belong to Archival Science because of their constructions, principles and applications. The indexing, as another process about conceptual analysis and representation of documents and their information, has different path, however, it is a practice has been found in archives. **Objectives:** To analyze classification, description and indexing within the archives, not only, but also their approaches and specificities. **Methodology:** This research is based on an exhaustive literature review in Archival Science field and Indexing Theory about the three processes, including their historical and social formations, this work aims to show the delimitations about each processes. **Results and conclusions:** the archival classification and description became functions whose specificities might guarantee the principles of provenance and of respect for original order and contribute to the access to archive documents. The archival classification allows the understanding of the producer's documentary universe because it shows the archival bonds between the documents. Regarding the description, it records the manipulations that archive document has been suffered along its existence. The indexing, because of its theoretical construction and applications, is associated with Library, Documentation and Information Sciences. The conceptual analysis of documents and the translation of their subjects present themselves as a important process to represent archive documents in their different phases.

Keywords: Archives; Classification; Description; Indexing.

1 Introdução

A Arquivologia, como área do conhecimento, desenvolveu, ao longo da formação do seu campo, funções que pudessem garantir o respeito aos princípios basilares que constituem os arquivos e ao mesmo tempo que possibilitassem a organização e representação dos seus documentos.

Assim, conforme pode-se constatar em boa parte da literatura fundadora da área, a classificação e a descrição arquivísticas firmaram-se como funções com especificidades próprias capazes de manter os princípios da proveniência e da ordem original e, com o passar do tempo, acentuar a possibilidade de acesso aos

documentos dos arquivos. A classificação arquivística permite a compreensão do universo documental do produtor por evidenciar os vínculos arquivísticos entre os documentos. Já a descrição arquivística, por meio da produção de instrumentos de pesquisa, em especial nos arquivos permanentes, cuja fonte remonta a prática arquivística, permite não somente o acesso do documento de arquivo, mas registra e auxilia a compreender as formas que foi se formando ao longo de sua existência.

A indexação não faz parte das funções arquivísticas, embora a sua essência esteja no fazer de alguns dos instrumentos de pesquisa, como, por exemplo, no índice. Sua formação histórica-social, construção teórica e

análises de aplicações estão vinculadas à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. Embora haja uma literatura escassa no campo da Arquivologia acerca da indexação em arquivos, esse processo tem sido bastante utilizado na representação do conteúdo dos documentos de arquivo, visando a sua recuperação futura.

A preocupação com o contexto de produção documental no fazer arquivístico justifica-se pela relação orgânica entre estes e as atividades da entidade que os originaram. Na maioria das vezes, a atividade de uma entidade produtora não é exercida em um único ato, há inúmeros processos para o desenvolvimento desta, incluindo inúmeras ações e atividades. Os documentos, além das atividades e das funções, fazem parte da vida da instituição produtora, estão no cotidiano de seus produtores. Por estes usos dos documentos de arquivo, por esta relação mutuamente constitutiva entre os documentos e as atividades é que a classificação e a descrição arquivísticas mantêm o contexto de produção dos documentos de arquivo em seus processos. Estas operações elicitam tais vínculos.

Outrossim, considerando os cenários nos quais a indexação se estabelece, observa-se a não vinculação da técnica com a representação do contexto de produção documental, apesar de poder incorporar em suas atividades estas informações para melhor traduzir o documento e situar os usuários dos arquivos. O objetivo da indexação é representar, a partir da análise dos conceitos dominantes no documento ou no conjunto documental, aqueles que declararão os assuntos dos registros, considerando seus potenciais de uso para sua comunidade.

Portanto, a partir da revisão literária no campo da Arquivologia e na teoria da indexação, procuramos refletir sobre as aproximações e diferenças entre a classificação, a descrição e a indexação nos arquivos. Os resultados serão apresentados ao longo das seções, sendo cotejados com a literatura e com as análises conclusivas sobre tais processos. Este artigo apresenta resultados parciais da tese de doutorado.

2 Procedimentos Metodológicos

O presente trabalho busca pontos de tangência entre os conceitos de classificação, descrição e indexação nos arquivos. A análise não justapõe tais processos, mas procura compreender quais são suas especificidades e suas zonas de contato relativos à organização dos documentos de arquivo e à representação de suas informações.

Este artigo tem por base parte de pesquisa de doutorado concluída, na qual realizou-se na primeira fase do estudo uma pesquisa bibliográfica exaustiva no campo da Arquivologia, relacionando-a com outras áreas de

interlocução com o objetivo de melhor delinear os processos de classificação, descrição e indexação.

A partir da revisão de literatura, procuramos realizar uma cartografia indicial, apresentando a formação histórica, as abordagens desses processos pela teoria arquivística e da indexação, além da discussão e indicativos do tema nas normas arquivísticas.

3 A classificação arquivística

Admite-se que toda classificação é arbitrária. Nos arquivos, a classificação é uma função que possui uma lógica completamente distinta da ideia de coleção e de apagamento, aliás, o processo de classificação é de grande importância na organização dos arquivos justamente por seu compromisso em manter o contexto dos documentos desde sua produção e os vínculos entre eles. A condição da existência do documento de arquivo é a manutenção de sua própria organicidade.

De acordo com Cortés Alonso (2008), os documentos de arquivo, resultado da atividade humana, testemunho e informação da vida dos homens, são unidades que apresentam peculiaridades muito concretas, distintas de outras espécies de documentos (bibliográficos, arqueológicos, artísticos) e tais características fazem que seu tratamento deva atendê-las. Por esta razão, a classificação precisa manter as marcas resultantes da atividade pública ou privada que gerou o registro, que o circunscreve totalmente enquanto a sua configuração e que, atenta a essa atividade, o faz semelhante aos que como resultado da mesma atividade se vão produzindo no espaço e no tempo.

Tal condição, dependente dos atos jurídicos, administrativos, comerciais, fiscais, familiares, dentre outras atividades que os homens vão desenvolvendo através dos anos, dos séculos, faz com que os documentos apresentem outra característica muito particular, a de constituir séries de unidades relacionadas entre si por algum elemento, que as convertem em conjuntos orgânicos facilmente identificáveis e, portanto, formando unidades complexas de documentos.

Não existe documento de arquivo se o seu contexto de produção não for preservado. A classificação facilita a compreensão das dinâmicas em que os documentos, as ações, os agentes e suas relações participaram. Ao contrário das classificações nas unidades de informação bibliográficas, nos arquivos não é uma possibilidade o apagamento de todos os trâmites sofridos pelo documento para o estabelecimento de uma ordem por assunto. A meta principal da classificação em arquivos é justamente garantir a rede de mediações que o documento participou ou ainda participa ao longo de sua existência.

Cortés Alonso (2008, p. 412, tradução nossa) afirma que "se reunimos os documentos produzidos por um só indivíduo ou instituição ao longo de sua vida ativa, o resultado documental de uma existência longa ou curta, simples ou com grandes variações de atuação, teremos o que chamamos de arquivo" Dessa maneira, o documento de arquivo para se configurar como tal precisa manter a sua organicidade.

Segundo Sousa (2005), a classificação é a função matricial nos arquivos, pois é ela que dá sentido e preserva o caráter orgânico do conjunto documental. Esta perspectiva coaduna com a compreensão de que é preciso preservar o contexto do documento na classificação, pois ela acaba por revelar a própria condição do documento de arquivo: a de mediador de relações sociais.

Para Reed (1997), os documentos são agentes de ação, ativos participantes nos processos de trabalho e que só podem ser descritos se pensarmos nas séries de interações que eles participam. A classificação é a função que garantirá a identificação desses processos de trabalho com os documentos produzidos no seu desenvolvimento.

Na literatura da Arquivologia, atenta-se para a recorrência de autores que compartilham desta visão acerca do processo de classificação, estes advertem que por seu compromisso com o contexto é que, em seu processo, a classificação é capaz de garantir os princípios da proveniência e da ordem original.

Cruz Mundet (1994, p.239) define que "classificar consiste em agrupar hierarquicamente os documentos de um fundo mediante grupos ou classes, desde os mais amplos aos mais específicos, de acordo com os princípios de proveniência e ordem original". Lopes (1996) estabelece que os princípios de proveniência e ordem original incidem diretamente sobre a função da classificação, eles fundamentam tal processo e servem para definir estratégias nestes esquemas. Duchein (1986) alega que a separação dos documentos provenientes de um organismo e a integridade interna de um fundo são os princípios basilares que devem guiar a classificação. Essa manutenção da estrutura interna, nomeada de princípio da proveniência, e problematizada por Duchein em sua aplicação na classificação, corresponde "a manutenção dos traços gerais com a organização da administração da qual o arquivo provém" (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1986, p. 23).

Lodolini (1993), ao abordar a classificação dos documentos de arquivo por séries, afirma que esta é uma prática existente na Itália desde o século XVII e consistia em agrupar os documentos por matérias de competência de cada instituição descritas em um quadro chamado *titulario*. Heredia Herrera (1991) descreve que o respeito ao princípio da proveniência acontece em dois níveis: o primeiro trata-se da identificação da estrutura

ou do funcionamento da entidade produtora; o segundo corresponde a identificação das séries documentais, que de acordo com a mesma, são os testemunhos das atividades realizadas naquela estrutura. Então, a classificação dos documentos de arquivo é a organização hierárquica de séries documentais vinculadas às funções desenvolvidas pela entidade produtora ao longo de sua existência.

De acordo com Foscarini (2009), a prática da classificação de documentos vem da necessidade de tornar explícito o vínculo arquivístico entre os documentos. Este vínculo existe entre todos aqueles registros que participam da mesma atividade, desde o momento da criação destes. Através do ato de classificação, a rede de relações inerentes à natureza de qualquer documento não é somente revelada, mas também é consolidada e perpetuada por ser registrada.

Deste modo, o significado de cada documento em relação a todos os outros, bem como a estrutura do conjunto de documento (isto é, o fundo arquivístico) pode ser compreendida e transmitida ao longo do tempo (FOSCARINI, 2009, p. 28). A autora defende ainda um cuidadoso estudo sobre as atividades e as funções da entidade produtora dos documentos para a construção do sistema de classificação no arquivo.

O que distingue um arquivo (no sentido de uma pluralidade de documentos) como um todo orgânico, ou *universitas rerum*, ou seja, uma entidade estruturada, são as circunstâncias contingentes da sua criação, a partir da formação de um mero conjunto ou soma de itens únicos, unidos artificialmente para a realização de quaisquer fins. Este link incremental é original e necessário (conhecido como "vínculo arquivístico"), ele existe entre todos os documentos que pertencem juntos ao mesmo processo, porque eles são originados durante, e em virtude da mesma atividade ou processo de negócios (FOSCARINI, 2009, p.28, tradução nossa)

A classificação nos arquivos serve, sobretudo, para a instituição produtora compreender seu universo documental e as ações, atividades e funções amalgamadas pelos documentos. O compromisso da classificação arquivística não é com o conteúdo do documento, em sua unidade, mas sim com seus vínculos arquivísticos, ou seja, com seu registro em um plano de classificação que permita a compreensão das relações entre este e os demais documentos e com as atividades que os geraram. Nessa lógica, classificar desde a fase de produção documental é um exercício de compreensão da entidade de si mesma, de seu cotidiano, de suas práticas que justificam o seu ser e o seu estar no mundo.

Portanto, a classificação funcional para os documentos de arquivo justifica-se por estar baseada nos seus usos, inclusive daqueles feitos pelo seu produtor. A compreensão das funções, das atividades, das ações e dos documentos, ou seja, da *práxis* da entidade produtora, é o que motiva a operação da classificação funcional.

Entre outras propostas metodológicas de classificação dos documentos de arquivos, Foscarini (2009) e Sabourin (2001) defendem a classificação funcional, alegam ser a mais eficaz nos arquivos, pois além de facilitar o respeito aos princípios da proveniência e da ordem original que são os pilares da Arquivologia, ela permite a compreensão do universo documental, da estrutura da entidade e suas ações ao longo do tempo.

Schellenberg (2006), ao abordar o processo de classificação, afirma que tal função arquivística é uma condição para uma eficiente administração dos documentos modernos e que ela deve estar baseada nos usos que seus produtores fazem dos documentos.

Todos os outros aspectos de um programa que vise ao controle de documentos dependem da classificação. Se os documentos são adequadamente classificados, atenderão bem às necessidades das operações correntes. E, para tanto, devem ser arranjados em função do uso que têm em determinadas unidades administrativas de um órgão. Em todos os casos, desde os relativos a importantes assuntos de política até os de operações de rotina, deverão ser agrupados em relação ao seu uso (SCHELLENBERG, 2006, p. 83).

Schellenberg (2006) ao identificar três tipos de classificação mais utilizados nos arquivos públicos americanos – o funcional, o estrutural e por assuntos – defende que a melhor forma é a funcional, uma vez que as funções justificam a própria existência da entidade produtora e, portanto, possuem grande estabilidade ao longo dos tempos. Portanto, o plano de classificação funcional expõe as relações entre funções, atividades e documentos da sua entidade produtora.

Para o arquivista americano, as entidades podem modificar sua organização ao longo de sua existência, no entanto, suas funções, geralmente, continuam as mesmas. Já as classificações estruturais, também conhecidas como organizacionais, podem ser utilizadas para facilitar a compreensão da entidade de seu universo documental. "A estrutura que se imprime a um órgão é determinada, em geral, pelos objetivos ou funções a que se destina. Assim, a organização, frequentemente corresponde à função" (SCHELLENBERG, 2006, p. 86). No entanto, o mesmo adverte que tal forma de classificar deve ser utilizada apenas quando as entidades produtoras possuírem estruturas estáveis com funções e processos de trabalho bem definidos.

A classificação estrutural, chamada por Cruz Mundet (1994, p.241) de classificação orgânica, agrupa os documentos em séries de acordo com as diferentes divisões administrativas ou estrutura orgânica da entidade, reproduzindo seus serviços, seções, unidades. Somente a partir deste nível é possível estabelecer uma classificação estrutural, a qual se realizará hierarquicamente desde as unidades administrativas básicas até as divisões mais amplas.

Observa-se que, na literatura arquivística, a estrutura classificatória aos moldes de uma classificação bibliográfica enumerativa é tratada como uma influência do campo da Biblioteconomia que pouco atende às especificidades dos arquivos., justamente por não evidenciar o contexto de produção e os vínculos entre os documentos, ao contrário, promove seus apagamentos para formar conjuntos, coleções em torno de assuntos, categorias, classes. Schellenberg (2006, p. 93) recomenda que apenas os documentos que possuem exclusivamente usos referenciais e que tenham perdido a sua organicidade sejam classificados dessa forma.

Para Sousa (2014), o documento de arquivo é um artefato humano, cujo conteúdo é delimitado pelo sujeito acumulador. Compreender a forma em que as instituições se estruturam, suas missões, funções e atividades, é entender como os documentos são acumulados, segundo o autor. Dessa maneira, as classificações arquivísticas capazes de evidenciar essas relações facilitam a própria compreensão do documento de arquivo em sua gênese. A identificação arquivística apresenta-se como um importante procedimento nesse sentido, permitindo mapear as funções, as atividades e os tipos documentais da entidade produtora.

Destarte, podemos perceber que a classificação nos arquivos, compreendida como o esforço de organização do produtor de seu universo documental, procura, em seu processo, responder às necessidades de uso de sua comunidade, refletindo às dinâmicas dos próprios atos que os originaram. Ao classificar, enquadrar, criar hierarquias e escalonamentos dos seus documentos, das suas funções e das suas atividades, a entidade produtora procura melhor compreender a si mesma e viabilizar suas ações em seu cotidiano, de forma eficiente e eficaz.

As características elencadas nesta seção revelam-se fundamentais para compreender as diferenças da classificação em relação à descrição e à indexação. A interlocução com outras disciplinas do conhecimento é de extrema importância para a Arquivologia. No entanto, faz-se importante destacar as especificidades de cada área, sobretudo por terem processos análogos em suas nomenclaturas, mas completamente distintos em suas operações como são a classificação e a descrição. Possíveis equívocos ou empréstimos entre estes domínios do conhecimento sem o devido cuidado na realização dos processos podem gerar grandes perdas ou mesmo comprometer a própria compreensão dos documentos de arquivo.

4 Descrição Arquivística

A Arquivologia para atender às demandas informacionais dos usuários de arquivos no que se refere à recuperação dos documentos desenvolveu ao longo dos séculos a descrição como operação arquivística capaz de realizar tal representação e possibilitar o acesso

aos documentos de arquivo. Operação bastante evidenciada nos arquivos permanentes, mas que também tem sido incorporada nas fases corrente e intermediária. Os usos dos documentos de arquivo são múltiplos e as demarcações entre as fases estão cada vez mais fluidas, sobretudo nos ambientes digitais (COOK, 2007).

A descrição arquivística é um processo de representação do documento que se preocupa com sua autenticidade e, portanto, expõe as mediações sofridas por este desde sua produção, passando por todas as suas transmissões. Seu objetivo principal é tornar aparentes os relacionamentos entre o contexto de produção e os documentos em si, além da própria compreensão do arquivo.

A descrição trata de uma complexidade maior, de um todo. Oliveira (2010) afirma que a descrição é uma representação formulada pelo arquivista e a sua formulação envolve processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo. Um elemento fundamental para essa compreensão é a reconstrução do contexto arquivístico (OLIVEIRA, 2010, p. 46). A elaboração de mecanismos de acesso; a explicitação dos relacionamentos entre os documentos de arquivo e as funções e atividades que lhes deram origem; além do controle do acervo são atividades arquivísticas inseridas no processo de descrição.

A preocupação com o contexto do documento de arquivo, especificidade da descrição na qualidade de operação de representação da informação, atende a um dos dois níveis presentes nos arquivos, relatados por Rousseau e Couture (1998): a informação do conjunto documental que revela as ações, atividades e funções das atividades produtoras. De acordo com os autores canadenses, há outro nível de informação presente nos arquivos, que é a informação contida no documento em si, isoladamente, relacionada mais ao conteúdo do que ao contexto (ROUSSEAU, COUTURE, 1998, p. 251), a esta o processo de descrição pouco atende.

Segundo Yeo (2013), a descrição é tanto um processo quanto um produto. Um processo, pois trata-se da função arquivística de representação do documento de arquivo e um produto por gerar instrumentos de pesquisa que inclusive auxiliam na gestão dos conjuntos documentais, a exemplo dos inventários que elencam os documentos, detectando possíveis perdas ou extravios. O autor enfatiza que a descrição, acima de tudo, reúne informações sobre o contexto e por essa característica torna-se um elemento essencial no controle dos documentos de arquivo.

Jenkinson (1937, p. 120), ao abordar a importância do contexto no desenvolvimento da descrição, afirma que o arranjo, ao representar a cadeia de custódia, as formas de criação dos documentos e seus usos, realiza uma "defesa moral" dos arquivos por proteger a autenticidade dos registros.

Na Arquivologia, há duas abordagens majoritárias da função arquivística descrição: uma que privilegia fundamentalmente o contexto arquivístico pela compreensão dos documentos como presunção de prova, evidência das ações que a entidade produtora realizou; e outra que enfatiza o acesso e a localização dos documentos, visando o seu uso informacional. [1]

Segundo Yeo (2016), os profissionais que privilegiam o usuário enxergam a descrição arquivística como análoga à catalogação feita pelas bibliotecas. Para os profissionais que privilegiam os documentos, o material de arquivo não faz parte do universo bibliográfico, os documentos e os arquivos não são meras instâncias de conteúdo informativo descritíveis por meio de técnicas um tanto bibliográficas, mas representações de atividades que ocorrem no mundo real, "[...] átomos de atividades em que eles cumpriram seus papéis indispensáveis." (YEO, 2016 p. 136), intimamente ligados às transações que os engendram.

A descrição se ocupa do trabalho de descrever universos complexos, com perspectivas singulares ou múltiplas, procurando representar contextos muitas vezes não delimitáveis e procurando mapear mudanças das instituições que estão em permanente transformação, sobretudo em relação aos suportes que configuram seus documentos e sistemas por onde estes circulam na realidade da obsolescência da tecnologia e na fluidez do mundo contemporâneo (YEO, 2016, p. 147).

O detalhamento previsto como a identificação do produtor, a contextualização com o histórico da proveniência e de custódia, as condições de acesso e uso, as fontes relacionadas, o controle da descrição – elementos previstos em normas como a ISAD (G) e a Nobrade – reafirmam o empenho da função em manter o contexto da produção documental nos arquivos.

O Manual of Archival Description (MAD), as *Rules for Archival Description* (RAD), a *Norma Geral de Descrição Arquivística* (ISAD-G) e a *Norma Brasileira de Descrição Arquivística* (NOBRADE) orientam a realização de descrições retrospectivas, ou seja, processos que se dão a partir dos arquivos permanentes e chegam aos processos de custódia e produção. No entanto, há outros estudos na Arquivologia que discordam dessa perspectiva, alegando que o contexto arquivístico pode ser melhor preservado se funções como a descrição estiverem presentes desde a fase de produção documental.

Na abordagem australiana em torno do *continuum*, a descrição arquivística é um processo que abarca agentes e ações, independentemente da idade de seus documentos ou das condições de sua guarda. Portanto, deve estar em todas as fases, unindo a produção à custódia (CUNNINGHAM, 2005).

De acordo com Bearman (1992), a descrição retrospectiva é falha em diversos quesitos: exige muitos

recursos, causa enormes gargalos de processamento, não registra informações contextuais importantes, deixa de recorrer a banco de dados existentes aos quais boa parte das informações necessárias poderiam ser obtidas.

Assim, a proposta de descrição, na perspectiva dos *records continuum*, deve ser realizada desde a fase da produção documental, interagindo com os regimes de controle da gestão de documentos, não havendo a separação que o modelo de ciclo vital consolidou. As informações descritivas podem ser agregadas progressivamente, durante a vida do documento e, de forma ideal, reutilizadas e redefinidas de acordo com os contextos, as circunstâncias e as necessidades da instituição (CUNNINGHAM, 2005).

Segundo Bearman (1992), a transição para o ambiente eletrônico, tanto na criação, quanto na organização e arquivamento dos documentos de arquivo, tem transferido boa parte do enfoque descritivo para o documento elementar e não para a série. Mesmo no nível mais básico de sua decomposição em partes componentes, os documentos podem revelar redes complexas de relações. A indexação pode auxiliar essa ação.

A descrição a partir dos *records continuum* é definida pela interação dos processos que captura e liga os dados de autoridade com os documentos criados no contexto social e dos processos de trabalho no momento de sua criação e durante toda a sua vida (MCKEMMISH, 2005). A representação do contexto e das entidades são associadas às complexas relações entre eles.

Além disso, a concepção da descrição no *continuum* procura ampliar o alcance dessa função não apenas voltando as atenções para os contextos formais e administrativos dos documentos, mas também considera as visões de mundo envolvidas no processo – dos produtores, termos de indexação, usuários cujos sujeitos de dada comunidade podem ocupar todos esses papéis. Essa percepção sócio-cultural mostra a descrição como um processo parcial e circunscrito pela conjuntura em que se está realizando tal representação.

Pluralizar as equiparações entre os documentos criados, os sujeitos, as atividades com o que já foi e o que ainda será produzido, permite que a descrição se insira em formas de totalidades sociais. Além dos contextos organizacionais, é possível considerar os atores sociais, as transações, os trânsitos, os fatos sociais totais.

De acordo com Yeo (2016), pela descrição ser um processo e um produto de seu tempo e lugar, a forma mais eficaz de desenvolvê-la é considerando seus usos e as demandas dos usuários, procurando perceber as formas que estes interagem com as descrições e com os documentos de arquivo que pesquisam. “Deveríamos reconhecer que diferentes comunidades de interesse lançam diferentes preocupações e percepções sobre os mesmos objetos ou sobre grupos imbricados de objetos, e o desafio será desenvolver sistemas que efetivamente

acomodem vários quadros de referência” (YEO, 2016, p. 156).

Cook (2007) ressalta a importância de incluir no processo de descrição as informações fornecidas pelos usuários, sobretudo com o avanço das tecnologias da informação que apresentam sistemas híbridos com documentos natos digitais, múltiplas atividades que são desenvolvidas por diversas unidades de trabalho sincronicamente, exigindo descrições multiníveis. Ademais, o acesso remoto aos documentos de arquivo tornou-se uma prática comum o que eleva o desafio por formas de representação que facilitem a relação direta entre os usuários e os documentos, no que diz respeito às demandas e às respostas imediatas.

O acesso remoto, incluindo o acesso a documentos digitalizados, também se tornou comum. Qualquer investigação sobre os efeitos desses desenvolvimentos deverá atentar para questões como: a normalização dos códigos de referência, o número e a natureza dos níveis usados nas descrições, a extensão dos campos e a forma de exibição das descrições multinível (COOK, 2007, p. 130).

Entendemos que a descrição não se configura como a única forma de representação dos documentos de arquivo, embora sua importância seja incontestável como foi demonstrado nesta seção. As especificidades de cada comunidade, cada entidade, cada universo documental, cada tempo e lugar precisam ser consideradas na escolha das formas de representação. Ressaltamos que a descrição possui especificidades e propósitos já elencados que são distintos daqueles da indexação. São processos que podem estar associados, mas são independentes entre si.

Couture (1997) aborda os processos de descrição e indexação juntos. Para o autor, ambos fazem parte da política de gestão e organização dos arquivos e estão intrinsecamente ligados durante todo o ciclo de vida do documento. Contribuem não somente para facilitar o acesso, mas para racionalizar, conservar e possibilitar os múltiplos usos dos documentos, inclusive mantendo sua organicidade, possibilitando a melhor compreensão das informações registradas em seu conjunto ou em parte.

A descrição e a indexação, quando associadas na representação dos documentos de arquivo, podem tornar sua recuperação mais eficiente e eficaz. Todavia, tratam-se de processos de representação autônomos e não precisam, necessariamente, estar subordinados entre si.

5 A indexação e os arquivos

A indexação faz parte dessa análise por ser um processo de representação dos documentos com objetivos de possibilitar sua recuperação presente ostensivamente no cotidiano dos arquivos. No entanto, é importante salientar que a indexação não se trata de uma função arquivística, tanto por sua formação histórica, ao longo do desenvolvimento de suas aplicações nas unidades de

informação, quanto pela formação de seu *corpus* teórico associado à Biblioteconomia, à Documentação e à Ciência da Informação. Ademais, possui a especificidade de fundamentos e princípios constituídos e que a caracterizam como um domínio do conhecimento de aplicação no campo empírico na possível interação homem-máquina.

Por essas questões, o trabalho se propõe a investigar o processo de indexação nos arquivos, mas consideramos equivocado pensar em uma indexação arquivística, ou seja, uma função com matrizes no campo da Arquivologia tal como a classificação e a descrição. Soma-se a isso, que a técnica da indexação se instala em qualquer campo do conhecimento ou universo de documentos. Evidentemente, que os fundamentos e as particularidades de um domínio do conhecimento e sua aplicação são levados em conta na política indexação.

Diferentemente da classificação e da descrição que foram constituídas no domínio dos arquivos, a indexação possui uma trajetória muito próxima à teoria da classificação, esta última com base na Filosofia. A indexação é um processo que surgiu partir da elaboração de índices num período em que não estava tão demarcada a separação entre representação descritiva e representação temática (SILVA; FUJITA, 2004). Um contexto demarcado pelo grande volume documental e a necessidade de elaborar instrumentos que recuperassem rapidamente os mesmos para o desenvolvimento de áreas estratégicas.

Portanto, a indexação pode ser considerada um processo que surgiu da necessidade de recuperar conteúdos específicos dos documentos para viabilizar diversas atividades de seus demandantes. Sua trajetória não está associada à Arquivologia como área do conhecimento, embora sua prática tenha sido realizada nos arquivos desde o aparecimento dos instrumentos de pesquisa com a elaboração dos índices, conforme já mencionado.

Apontamos a indexação como processo capaz de representar os documentos de arquivo a partir da análise conceitual e representação dos seus assuntos, com fins de viabilizar a recuperação futura de tais documentos. De acordo com Beghtol (1986), estabelecer os assuntos (mediante análise conceitual) dos documentos e sistematizá-los em linguagem natural ou controlada é um processo que deve ser baseado nos usos que a comunidade a qual pertence tal acervo faz de seus documentos. Assim, nos arquivos, a indexação possibilita uma recuperação precisa pelo nível de detalhamento da representação, uma vez que procura identificar os conceitos presentes nos conteúdos dos documentos.

Elizabeth Yakel e Laura Bost (1994), em seu estudo sobre os usos dos arquivos pelos serviços administrativos das universidades, *Understanding Administrative Use and Users in University Archives* (1994), demonstram que a maioria das abordagens da

Arquivologia sobre arquivos está voltada para a investigação do comportamento e das necessidades dos usuários nos arquivos históricos, no entanto, os administradores, em muitos casos, são a primeira população usuária dos arquivos.

Yakel e Bost (1994) afirmam que os arquivistas têm sido lentos em estudar os usos administrativos dos arquivos. As autoras qualificam como uso administrativo qualquer demanda direcionada aos arquivos para dar assistência aos administradores-gestores, ao pessoal administrativo, às unidades de trabalho, ou qualquer atividade ou função relacionada a missão da entidade produtora.

Percebemos que as pesquisas realizadas nos arquivos pelos administradores, geralmente, são para resolver questões específicas, com começo e fim imediatos. Os documentos de arquivo em unidades de trabalho apresentam características peculiares: podem ser soluções potenciais para problemas administrativos, assim esperam por encaminhamentos ou podem estar em circulação, ao mesmo tempo, os arquivistas precisam disponibilizar esses documentos nos lugares certos para atender as demandas de uso, inclusive informacional, geradas pelo administrador.

Os processos de trabalho dependem dos documentos e muitas vezes do seu conteúdo informacional para viabilizar suas ações. Os usos administrativos e os usos informativos dos documentos são simultâneos e intrínsecos, não devem ser tratados de formas isoladas nos arquivos. A teoria arquivística dedicou-se durante um longo período aos estudos sobre organização dos arquivos, a partir do desenvolvimento de funções como a classificação e a descrição, e à consolidação dos princípios da proveniência e da ordem original em suas aplicações, assegurando a organicidade dos documentos de arquivo e possibilitando a recuperação do contexto de produção. No entanto, urge pensar técnicas que melhorem a recuperação dos documentos e das informações contidas neles. Estas técnicas devem estar pautadas nas análises dos usos que sua comunidade faz dos documentos.

A representação temática é vista nos arquivos como uma consequência da representação descritiva. A indexação se apresenta como alternativa de recuperar o conteúdo dos documentos a partir da análise centrada nesses, construindo linguagens documentárias verbais, linguagens padronizadas, linguagens controladas – sinônimos dos instrumentos criados com o objetivo de sintetizar e representar o conteúdo dos documentos.

Demasiado ocupados com a proveniência, com a classificação que desde logo constituem outros pontos de acesso à informação, os arquivos chegaram a afastar-se perigosamente de sua verdadeira razão de ser: os usuários. Por sorte esta atitude está se retificando nos últimos anos e prova disso é o papel crescente que a indexação tem entre os instrumentos de descrição (CRUZ MUNDET, 1994, p. 291, tradução nossa).

Cruz Mundet qualifica a indexação como um processo de representação do conteúdo do documento, baseado na construção de linguagens controladas que estabelecerão termos normalizados com o objetivo de sintetizar as informações, facilitando a recuperação do documento pelo assunto de interesse do usuário (1994, p. 292).

O autor estabelece três etapas para o desenvolvimento da indexação a serem adaptadas no tratamento documental nos arquivos: 1 - Análise do documento e determinação de seu conteúdo, prestando atenção aos seguintes elementos: emissor (ator), receptor, canal (procedimento), mensagem (assunto) e contexto, fazendo alusão aqui à teoria do ato comunicativo de Jakobson (1974); 2 - Identificação e seleção dos conceitos/assuntos principais, extraídos do documento mediante análise intelectual e transformados posteriormente em termos de indexação; 3 - Seleção dos termos de indexação que expressam os conceitos dos documentos, mediante termos contidos neles ou através de outros que sejam representativos, baseados em uma linguagem controlada predefinida (CRUZ MUNDET, 1994, p. 292).

Para Cruz Mundet (1994), o indexador precisa extrair do documento os principais conceitos e nomeações, simplificando o processo e diminuindo a subjetividade do analista e, por conseguinte, possibilitando a recuperação da informação de forma mais precisa. Entretanto, devemos mencionar a importância do estabelecimento de políticas de indexação para a realização da indexação.

A Nobrade aproxima o processo da indexação da descrição arquivística ao criar uma área específica, chamada de pontos de acesso e indexação (área oito), com o objetivo de "registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 59). A Nobrade orienta que os termos a serem definidos pela indexação precisam de estudo, definição e avaliação periódica da entidade custodiadora e devem ser baseados na política empreendida para recuperação sistêmica das informações e na política de indexação de assuntos.

A indexação dos assuntos deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora, levando-se em consideração a metodologia e os resultados distintos obtidos pela indexação pré-coordenada, mais comum em sistemas manuais de recuperação de informação, e pela indexação pós-coordenada, mais comum em sistemas informatizados de recuperação de informação (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 59)

Dentre os procedimentos estabelecidos para a realização da indexação pela Nobrade, recomenda-se que os elementos obrigatórios produtor e título devam ser usados na geração de índices. Para a normalização das entradas, a Nobrade indica o uso da **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística** (ISAAR - CPF), considerando também o **Código de Classificação Anglo-americano** (AACR2) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como fontes de referência.

A Nobrade indica ainda a construção de um vocabulário controlado para a indexação dos assuntos, procurando usar os termos de fontes institucionais validadoras como a *Library of Congress* e a Biblioteca Nacional ou tesauros especializados (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 60). Apesar da inovação feita pela Nobrade com a inclusão da área de indexação, este processo não faz parte dos elementos obrigatórios estabelecidos pela mesma - código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es), condições de acesso.

Já a *International Standard for Archival Description* (ISAD-G) silencia acerca da representação temática da informação dos documentos de arquivo. Não há nenhuma operação prevista neste sentido nos elementos das sete áreas estabelecidas - identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, e controle da descrição.

Pret e Cordeiro (2015) apontam, em seu estudo que analisa as publicações no *The American Archivist* e *Archivaria*, que as abordagens da indexação no campo da Arquivologia pouco têm considerado os usos dos documentos em sua fase de produção. Apesar dos usos dos documentos de arquivo serem múltiplos e ubíquos, sobretudo, no caso específico brasileiro, após a aprovação da lei nº 12.527, de acesso à informação; na fase de produção documental, majoritariamente os usos estão associados à realização das tarefas, atividades e funções das unidades de trabalho da entidade produtora. Os documentos e suas informações costumam ser recuperados para viabilizar os próprios processos de trabalho.

Diante dessa perspectiva, propõe-se que na prática da indexação tida como processo de representação dos documentos que auxilia a sua recuperação, sejam contemplados os mapeamentos realizados pelas instituições dos processos de trabalho. Tal procedimento, poderia ser estabelecido já nas diretrizes de indexação na fase de produção documental nos arquivos. As possibilidades de recuperação de informações e assuntos dos documentos fornecidas pela indexação a transformam em um importante processo que viabiliza os usos dos documentos de arquivo, bem como o acesso aos registros. Na fase de produção, tais usos viabilizam a execução dos próprios processos de trabalho pela entidade.

6 Possíveis Interseções

A classificação, a descrição e a indexação como processos de representação de documentos para possibilitar a organização e acesso dos mesmos possuem tangenciamentos que facilitam o tratamento e uso da informação nos arquivos.

De acordo com Benjamin (1989), a classificação faz parte da vida cotidiana humana, classificamos para melhor nos entendermos. Esse processo sempre fez parte das preocupações de campos como o da Filosofia, na medida que o agrupamento, a segmentação arbitrária, a circunscrição de objetos, fatos, categorias, saberes facilitam a compreensão do recorte realizado, do micro-universo criado, dos elementos amalgamados formam um todo.

Autores como Couture (1997) e Sousa (2005) apresentam a classificação como a função matricial nos arquivos, pois viabiliza diversas outras a exemplo da avaliação e da própria descrição. A tabela de temporalidade necessita da classificação dos tipos documentais e das atividades para subsidiar as análises de prazo de acordo com o ordenamento jurídico e as rotinas administrativas. Outrossim, os processos de classificação, também chamado de arranjo nos arquivos históricos, e de descrição são abordados conjuntamente como funções arquivísticas desde 1898 com o **Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos**, publicado pela Associação dos Arquivos Holandeses.

A descrição parte das próprias unidades classificadas para realizar a sua função, ou seja, elegem-se fundos, séries ou conjuntos documentais para serem descritos (SOUSA, 2014). A representação descritiva, como fora apresentado anteriormente, procura tratar das estruturas e métodos de organização da entidade produtora. A manutenção do contexto de produção, tal como na classificação, é um compromisso da descrição. Enquanto na classificação as evidências do contexto e dos vínculos arquivísticos entre os documentos se materializam na própria hierarquia entre funções, atividades e tipos documentais; na descrição, essas evidências estão dispostas na história administrativa e na história de proveniência da entidade descrita.

A indexação, que não possui sua história associada aos arquivos, mas aos campos como a Teoria da Classificação, a Documentação e a Ciência da Informação, tem sido utilizada nos arquivos para auxiliar na representação temática dos documentos de arquivo. No Brasil, a descrição procurou incorporar a indexação em suas atividades para atender às demandas por conteúdos expressos nos documentos que passam ao largo do processo de descrição.

Uma das principais críticas enfrentadas pela descrição arquivística é que sua complexidade e grau de detalhamento dos instrumentos de pesquisa muitas vezes dificultam a compreensão do documento. Outra

ponderação existente no campo é que tal processo preocupa-se mais com a representação da entidade produtora do que com as necessidades de uso da comunidade a qual pertence seu arquivo (COOK, 2007). A Nobrade prevê em sua área 8, pontos de acesso e indexação de assuntos, essa aproximação da descrição com a indexação, procurando garantir a representação descritiva e temática dos documentos.

A qualidade da indexação pode ser avaliada por alguns fatores técnicos, contudo por vezes procura-se verificar a combinação entre os conceitos nomeados que representam os documentos e as demandas de busca. Entretanto, a indexação também em sua representação deve discriminar as informações que os usuários consideram utilizáveis daquelas que eles acreditam não sê-las (BLAIR, 2006, p. 310). Os documentos recuperados costumam ser julgados por serem úteis ou não, e alguns documentos podem ser mais úteis do que outros.

O sucesso na recuperação de um documento é medido, geralmente, pelos graus de efetividade e somente sob circunstâncias especiais o documento pode ser considerado correto ou não, ou seja, corresponde exatamente à demanda expressa na pergunta do usuário ao Sistema de Recuperação da Informação. No entanto, Blair destaca que muitos documentos, apesar de não atenderem exatamente ao que foi demandado, podem ser úteis ao usuário por estarem muito próximos ao que foi requerido. “O padrão para avaliar a eficácia da recuperação dos documentos deve ser a utilidade desses e não se eles são corretos ou não” (BLAIR, 2006, p. 314, tradução nossa).

Assim, consideramos que apesar de serem processos com naturezas próprias, a classificação, a descrição e a indexação quando atuam conjuntamente nos arquivos potencializam e transformam a recuperação de documentos em um processo de grande êxito.

Conclusão

Assim sendo, chega-se neste ponto de chegada, que também pode ser considerado um ponto de partida, uma vez que as questões aqui apresentadas sobre a classificação, a descrição e a indexação nos arquivos são indiciais e abordam de maneira sucinta complexas teorias acerca desses processos. Portanto, não se exaurem, pelo contrário, sugerem, a partir de um olhar, aproximações de processos importantes na organização, tratamento e representações dos documentos de arquivo, entretanto, respeitando suas especificidades.

A classificação arquivística objetiva representar o universo documental do arquivo. Trata de um todo, procurando evidenciar as relações entre documentos, atividades, funções da entidade produtora, inclusive entre si. Processo que prima pela manutenção do

contexto de produção e do vínculo arquivístico dos documentos.

Já a descrição arquivística procura representar o documento de arquivo, não para exibir as relações de hierarquia, subordinação, coordenação entre funções, atividades e documentos, mas para promover o acesso e controle dos documentos por meio de instrumentos de pesquisa. Todavia, assim como a classificação, a descrição procura manter a organicidade e o contexto de produção dos documentos, registrando o produtor, a proveniência, o histórico de custódia, o conteúdo e a estrutura, além de informar sobre condições de acesso do documento de arquivo. Como fora abordado neste trabalho, a descrição arquivística procura detalhar o histórico do documento, preservando as características que o definem como prova, evidência das ações que os produziram.

A indexação em suas duas dimensões – a análise conceitual dos documentos e a representação (tradução) de seus assuntos para linguagens documentárias – revela-se um importante processo de representação dos documentos e de suas informações. Contudo, diferentemente da classificação e da descrição, não possui o comprometimento com o contexto de produção e com a organicidade dos documentos de arquivo. Seu propósito é viabilizar a recuperação do conteúdo de seus documentos a partir dos seus usos.

Por fim, oferecemos alguns apontamentos acerca dos processos de classificação, descrição e indexação nos arquivos, a partir da revisão de literatura nos campos da Arquivologia e da Ciência da Informação, sem qualquer pretensão de esgotar tal problematização, mas com a intenção de apresentar possíveis vetores para novos estudos que reflitam sobre essas práticas sociais como os usos dos documentos de arquivo por suas comunidades.

Notas

[1] A abordagem da descrição arquivística voltada para a representação do contexto e da preservação do documento como prova de ação é a mais encontrada na literatura arquivística, segundo Yeo (2013), inclusive em normas como a Nobrade, a ISAD(G), as RAD e o MAD. Já autores como Ribeiro (2011), Couture (2003), Ribeiro, Gagnon-arguin (1997) vão refletir sobre o processo considerando o conteúdo informativo do documento a fim de facilitar seu acesso e uso. Esses autores vão considerar o contexto de uso, o conjunto documental e a demanda do usuário como preocupações da função descrição.

Referências

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.
- BEGHTOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. **Journal of Documentation**, v. 42, n. 2, p. 84-113, Jun., 1986.
- BENJAMIN, W. Desempacotando minha biblioteca. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. v. 2. p. 227-234.
- BLAIR, D. **Wittgenstein, language and information**. Back to the rough ground! Michigan: Springer, 2006.
- COOK, M. Desenvolvimentos na descrição arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 125-132, jan./dez. 2007.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD (G): norma geral internacional de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (BRASIL). **Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- CORTÉS ALONSO, V. **Archivos de España y América: materiales para un manual**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2008.
- COUTURE, C. La description et l'indexation. In: _____. **Les fonctions de l'archiviste contemporaine**. Quebec: Presses de l'Université du Quebec, 1997. p. 255-353.
- CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez/Pirâmide, 1994.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14- 33, abr. 1982/ago. 1986.
- FOSCARINI, F. **Function-based records classification systems: an exploratory study of records management practices in central banks**. Vancouver: University British Columbia, 2009.
- GAGNONARGUIN, L. Documentary analysis 2: Current problems relating to documentary analysis. **Archives** (Quebec), Quebec, v. 28, n. 3, p. 23-41, 1997.
- HEREDIA HERRERA, A. **Manual de Archivística Básica: gestión y sistemas**. Madrid: Archivo Histórico Buap, 1991.
- JENKINSON, H. **A manual of archive administration**. Londres: P. Lund, Humpries & co., 1937.

LODOLINI, E. **Archivística**: principios y problemas. Madrid: Anabad, 1993.

LOPES, L. C. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: Eduff, 1996.

MENDO CARMONA, C. Consideraciones sobre el método en archivística. **Documenta e Instrumenta**. Madrid, v. I, 2004, p. 35-46. Disponível em: www.ucm.es/info/document/htm/default.htm. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. El largo camino de la Archivística: de práctica a ciência. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Madrid, n. 2 p. 113-132, 1995.

OLIVEIRA, L. M. V. **Modelagem e status científico da descrição arquivística nos arquivos pessoais**. 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PRET, Raquel Luise; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. A indexação como ferramenta da gestão de documentos nos arquivos. In: **Encuentro Ibérico EDICIC: Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital**, 7., 2015, Madrid. Anais... Madrid, 2015.

REED, B. Metadata: Core Record or Core Business? **Archives and Manuscript**, Londres, v.25, n. 2, p. 218-241, 1997.

RIBEIRO, F. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In: SOUZA, F. F.; SANTOS, E. C. A. **A linguagem e a informação documentária**: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011

ROUSSEAU, J. ; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SABOURIN, P. Constructing a function-based classification system: business activity structure classification system. **Archivaria**, 51, 137-154, 2001.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, M. R.; FUJITA, M. S. L.A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, 2004, v.16, n.2, p.133-161.

SOUSA, R. T. Alguns apontamentos sobre a classificação do documento de arquivo. **Brazilian**

Journal of Information Science: research trends, v. 8, n. 1-2, 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/4246/3085>. Acessado em 20 de outubro de 2017.

_____. **Classificação em Arquivística**: trajetória e apropriação de um conceito. 2005. 245f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

YEO, G. Archival description in the era of digital abundance. **Comma**, v.2, p.15-25, 2013.

YAKEL, E.; BOST, L. Understanding administrative use and users in university archives. **The American**.

INFORMAÇÃO, DOCUMENTOS, ARQUIVOS E REPOSITÓRIOS: MECANISMOS DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS PARA AS INOVAÇÕES GERENCIAIS NOS SISTEMAS DE SAÚDE

*INFORMATION, RECORDS, ARCHIVES AND REPOSITORIES: KNOWLEDGE DISSEMINATION MECHANISMS
FOR MANAGERIAL INNOVATIONS IN HEALTH SYSTEMS*

**Francisco José Aragão Pedroza Cunha, Gillian Leandro de Queiroga Lima, Louise Anunciação Fonseca de
Oliveira do Amaral, Rodrigo França Meirelles**

Instituto de Ciência da Informação
Universidade Federal da Bahia
Av. Vale do Canela, s/n,

franciscopetroza@ufba.br, gillianqueiroga@gmail.com, louise.anunciacao@ufba.br, rodrigomei@ufba.br

Resumo

Esta comunicação tem como objetivo relatar a 1ª Etapa de uma pesquisa que tem como objetivo geral avaliar os mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais em, no mínimo, 20% dos hospitais com termo de adesão a uma rede de inovação e aprendizagem em gestão hospitalar e no *website* do DATASUS. A pesquisa é exploratória, descritiva e explicativa em relação ao objetivo e conjuga aspectos qualitativos e quantitativos para identificar fatos e estabelecer as relações entre esses sobre gestão de documentos, sistemas e repositórios arquivísticos em saúde. As técnicas de análise empregadas convergem com os princípios da multirreferencialidade e do pensamento complexo. Concluímos que, em plena segunda década do século XXI, é recomendável que os organismos produtores prescindam de sistemas automatizados de informações orgânicas, a partir dos procedimentos e técnicas da Arquivologia. Essa condição é observada, particularmente, para os organismos ligados à saúde, os OPSAS – Organismos Produtores de Serviços de Atenção à Saúde, já que a qualidade do atendimento à saúde no Brasil depende de sistemas de informação estruturados. Os resultados apurados nesta pesquisa sobre mecanismos e estruturas de transferência de informação- registros orgânicos, documentos, sistemas e repositórios arquivísticos - revelam uma ausência de conhecimento sobre a relevância do tratamento e da organização das informações orgânicas em saúde entre os OPSAS investigados.

Palavras-chave: Arquivos e repositórios em saúde; Gestão de documentos arquivísticos; Conhecimento, aprendizagem e inovação organizacional.

Abstract

This communication aims to report the 1st Stage of a research which the general objective is to evaluate the mechanisms and structures of the transfer of management information in at least 20% of the hospitals adhered to a network of innovation and learning in hospital management and in the DATASUS website. The research is exploratory, descriptive and explanatory in relation to the objective and combines qualitative and quantitative aspects to identify facts and establish the relationships between them regarding health records management, systems and archival repositories. The analytical techniques applied converge with the principles of Multireferentiality and Complex Thought. We conclude that, in the second decade of the twenty-first century, it is recommended that the producing organisms disregard automated systems of organic information departing from the procedures and techniques of the Archival Science. This condition is particularly observed for health-related organizations, OPSAS - Organizations that produce health-care service, since the quality of health care in Brazil depends on structured information systems. The results obtained in this research on mechanisms and structures of the transfer of information - organic records, documents, systems and archival repositories - reveal a lack of knowledge about the relevance within the treatment and organization of organic health information among the investigated OPSAS.

Keywords: Health Records and Repositories; Archival Management; Organizational knowledge, learning and innovation.

1 Arquivos e repositórios em saúde como tecnologias avançadas para a aprendizagem e inovação nos OPSAS

Nesta pesquisa, os arquivos são um conjunto de documentos na acepção de sistemas de informações e não apenas de fundos arquivísticos. Portanto, para um efetivo Sistema Nacional de Informação em Saúde (SNIS), é recomendável a adoção e a incorporação dos processos de gestão e de preservação de documentos arquivísticos entre os Organismos Produtores de Serviços de Atenção à Saúde (OPSAS).

Os documentos arquivísticos dos OPSAS representam informações orgânicas em saúde e estão associados a um produto informacional a fim de otimizar o processamento e o uso das informações nos OPSAS. Documentos desta natureza sustentam as atividades, promovem um ambiente capilar, constituem as bases para a criação de significados, a construção de conhecimentos e as tomadas de decisões racionalmente em saúde (CHOO, 2003). Tais registros interoperáveis conformam os repositórios arquivísticos em saúde brasileiros.

Com o objetivo de informatização das atividades do Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado o Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Dentre as competências do DATASUS estão as de estruturar “**produtos e serviços** de tecnologia da informação que possibilitem [...] a **disseminação de informações** necessárias às ações de saúde; **manter o acervo** das bases de dados” e os sistemas de informações em saúde (BRASIL, 2015, grifo nosso). O DATASUS, por meio dos sistemas de informação, conforma os repositórios das informações do SUS. No entanto, não fica evidente se as informações recebidas, acumuladas e difundidas por meio do DATASUS ou se as informações geradas, recebidas e acumuladas pelos OPSAS e disseminadas para o DATASUS, utilizam métodos e técnicas arquivísticas para garantir a autenticidade e a preservação das informações orgânicas em saúde.

Para Cunha (2005, 2012, 2014b), os serviços, sistemas e repositórios arquivísticos configuram técnicas ou tecnologias de gerenciamento avançadas. Essas técnicas constituem práxis que possibilitam as lideranças dos OPSAS potencializarem o fluxo informacional em saúde de forma sistêmica (VASCONCELLOS, 2002), minimizando seus entraves de comunicação e, assim, levando os dados e as informações aos diversos sujeitos no ambiente das relações orgânicas (CUNHA, 2014a) (CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013, 2014).

É perceptível a abrangência e a variedade das informações em saúde – múltiplas proveniências – produzidas no âmbito dos diversos serviços públicos e

privados de atenção à saúde em razão dos determinantes sociais da saúde. Para Rocha (2015, p. 221) é recorrente uma compreensão dos problemas de saúde e uma nova ordem de prioridades: “o estilo de vida, o ambiente e o sistema de saúde e os fatores biológicos”.

Neste contexto, supõe-se que se as informações geradas, recebidas e acumuladas em razão das atividades dos OPSAS, tratadas e organizadas por meio das técnicas, dos princípios e dos pressupostos arquivísticos, provavelmente, haverá uma melhoria nas tomadas de decisões dos gestores e, igualmente, auxiliará na formulação de políticas públicas para a promoção, a prevenção e a atenção à saúde. (CUNHA; OLIVEIRA; LIMA, 2015, LIMA et. al., 2018, CUNHA, 2019). Isto posto, questiona-se: de que maneira os OPSAS utilizam mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais, a exemplo de serviços, sistemas e repositórios arquivísticos? Como os OPSAS e o DATASUS estão realizando o gerenciamento da informação orgânica em razão dos serviços prestados a partir das tipologias documentais geradas, recebidas e acumuladas? Quais os requisitos para os metadados e os repositórios arquivísticos digitais em saúde para a difusão das informações orgânicas do SUS?

O objetivo geral da pesquisa é o de avaliar os mecanismos e estruturas de transferência de informações gerenciais em, no mínimo, 20% dos OPSAS com termo de adesão a uma rede de inovação e aprendizagem hospitalar e no *website* do DATASUS.

Defende-se que os documentos arquivísticos são mecanismos e estruturas de transferências de informações gerenciais e a gestão desses é a base para aprendizagem e inovação nos organismos produtores (CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013, 2014, 2016, CUNHA, 2014a, 2019).

De acordo com González de Gomes (1990, p. 120), a partir das reflexões de Belkin, os mecanismos de transferência de informação são compreendidos como um conjunto de "práticas e ações de informação, institucionalizadas ou não, que interferem entre a produção de um recurso de conhecimento e sua transferência em informação, gerando um novo estado de conhecimento no receptor". Já a aprendizagem e a inovação são dependentes destes mecanismos para a informação gerar conhecimento em um determinado ente cognitivo ou em um coletivo de entes da natureza dos OPSAS (CUNHA, 2014a, LEVY, 2008, 2011).

Conhecimento, aprendizagem e inovação são fenômenos de ordem, desordem e organização no contexto de redes telemáticas (CUNHA; RIBEIRO; PEREIRA, 2013, 2016, CUNHA, 2014b, 2019). Tais fenômenos representam desafios para as entidades coletivas do século XXI religarem os conhecimentos criados por meio de informações orgânicas (MORIN, 2001, 2005). Tais fenômenos são dependentes de dados

e informações gerados, recebidos, registrados, acumulados e disseminados, por meio da adoção e assimilação de tecnologias avançadas de gestão de documentos arquivísticos entre os agentes e os OPSAS com vistas à geração de conhecimentos para as intervenções assistenciais e administrativas do SUS (CUNHA, 2014b).

2 Materiais e Métodos

A investigação foi planejada em cinco Fases e em duas Etapas. Esta comunicação relata a 1ª Etapa, desenvolvida em um período de 24 meses no âmbito do programa de Apoio a Jovens Professores Doutores–PROPESQ da Universidade Federal da Bahia e da Chamada UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016. A 2ª Etapa está sendo desenvolvida e estima-se finalizar em maio de 2020. Registra-se que esta pesquisa é vinculada ao Grupo de Estudos de Políticas de Informação, Comunicações e Conhecimento (GEPICC) e conta com o apoio de bolsas de iniciação científica PIBIC UFBA, FAPESB e CNPq.

Este estudo está no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação, mas tem caráter multi-institucional e multidisciplinar por envolver outras áreas do conhecimento (e.g. Administração, Biblioteconomia, Sociologia, Economia, Comunicação, Direito, Computação, Ciências Cognitivas, Saúde Coletiva, Matemática, Educação, Ciência de Redes) e por articular um arcabouço conceitual relacionado ao fenômeno das redes sociais, aos sistemas de inovação e saúde e aos processos de aprendizagem organizacional e da representação do conhecimento. Essa articulação multi-institucional-disciplinar possibilita inferir assertivas sobre geração de inovações gerenciais, a partir da representação e da difusão do conhecimento, por meio de mecanismos de transferência de informações orgânicas nos sistemas e redes de atenção à saúde. Tais sistemas e redes, nesta pesquisa, são compreendidos como os hospitais (OPSAS) com termo de adesão à Rede InovarH-BA e o *website* do DATASUS, os quais geram, recebem e acumulam documentos arquivísticos.

Essa investigação, portanto, corrobora para a representação do conhecimento por meio de redes sociais de inovação e aprendizagem entre os organismos produtores ou entidades coletivas que compõem a *network* do SUS e da Saúde Suplementar, caracterizando-a como uma pesquisa aplicada. Nesta perspectiva, a existência de redes sociais depende de contato, interação e colaboração entre pessoas. Dada a complexidade do tema – conhecimento, redes e sistemas – adota-se, neste trabalho, a perspectiva multirreferencial; por óticas e sistemas de referência diferentes, não redutíveis uns aos outros e explicitados com abordagens e terminologias distintas, exigindo dos

pesquisadores uma postura aberta aliada à capacidade de síntese (FRÓES BURNHAM, 1998).

A proposta desta pesquisa conjuga saberes de diversas fontes, ainda que algumas destas sigam linhas filosóficas opostas. Todavia, tais abordagens agregam conhecimentos para uma melhor compreensão dos fenômenos - aprendizagem organizacional e inovação gerencial - como condição para a configuração de mecanismos e estruturas de transferência de informações e de difusão de conhecimento (e.g. documentos, sistemas e repositórios arquivísticos de informações em saúde).

O objeto conceitual é pautado em uma revisão sobre aportes teóricos relacionados a conhecimento e informação, redes sociais, aprendizagem organizacional e inovação gerencial, em consonância com aportes documentais sobre as Leis de Acesso à Informação e de Inovação no Brasil e aquelas que regulamentam o SUS e, também, sobre os documentos que tratam sobre a construção da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), as *Estratégias do e-Saúde para o Brasil* pelo Ministério da Saúde, o 2º Plano de Desenvolvimento da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (PlaDITIS) e as Resoluções e Normativas do Conselho Federal de Medicina (CFM). Essa revisão documental possibilita a sistematização de bases conceituais sobre Sistemas de Arquivos e de Repositórios, de Inovação e de Saúde, associada as de redes sociais colaborativas de inovação e aprendizagem em gestão dos serviços de atenção à saúde e *websites*.

Para a tessitura da pesquisa, cinco Fases são delineadas. Essas fases representam “efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem [...] o mundo fenomênico” do (s) objeto (s) a ser (em) avaliado (s) (MORIN, 2003) (MORIN, 2007, p. 35).

As Fases 1 a 5 são elencadas, explicitando as atividades previstas e a forma como foram realizadas para o alcance das revisões dos aportes conceituais e documentais.

A Fase 1 englobou a revisão dos aportes teóricos (pesquisa bibliográfica) acerca das seguintes temáticas: gestão de documentos e sistemas de arquivos; aprendizagem organizacional; inovação gerencial; sistemas e redes de atenção à saúde. As atividades realizadas neste período para alcance das revisões conceituais foram: a) reuniões semanais com os membros da equipe sobre os aportes teóricos; b) leitura e revisão de literatura sobre os aportes conceituais e c) realização e participação de eventos de extensão, a exemplo dos “Olhares Coletivos do GEPICC”.

A Fase 2 abarcou a revisão aportes documentais (pesquisa documental sobre a Lei de Acesso à Informação, Lei de Arquivos, Regulamentação do SUS, Política Nacional de Informação e Informática em Saúde

e as Estratégias de e-Saúde para o Brasil. As atividades realizadas neste período para alcance das revisões documentais foram as seguintes: a) reuniões semanais com os membros da equipe sobre os aportes documentais; b) leitura e revisão de literatura sobre os aportes documentais e c) realização e participação de eventos de extensão, a exemplo da oficina de trabalho para o 3º PLaDITIS e da mesa temática sobre “Ética, Privacidade e Confidencialidade das Informações em Saúde”.

A Fase 3 consistiu na pesquisa de campo. Desse modo, os *locus* 1 e 2, os sujeitos e os instrumentos de levantamento são relatados.

O *Locus 1* foi composto pelos integrantes da Rede InovarH-BA (mínimo de 20%), no qual elaborou-se os instrumentos da pesquisa de levantamento e realizou-se a validação dos instrumentos de pesquisa. As atividades realizadas no período para alcance da pesquisa de campo consistiram em: a) aplicação do **instrumento 1** (questionário) nos OPSAS em 26 hospitais com termo de adesão à Rede InovarH-BA, representando 67% de hospitais com termo de Adesão à Rede. Foram respondidos 96 questionários, totalizando 92% dos respondentes da amostra e b) aplicação do **instrumento 2** que consistiu em entrevista realizada em 13 hospitais com termo de adesão à Rede InovarH-BA, representando 33,33 % de hospitais com termo de adesão à rede. Foram entrevistados 24 sujeitos, totalizando 46,15% dos respondentes da amostra.

O *Locus 2* contemplou o Datasus. As atividades envolvidas neste momento da pesquisa de campo foram voltadas a aplicação de dois instrumentos. O **instrumento 3** consistiu na elaboração de um *checklist*, entre junho e dezembro de 2017. As assertivas do *checklist* foram desenvolvidas a partir de 5 Planos de Trabalhos de Iniciação Científica (IC), vinculados aos PIBIC, a saber: a) plano 1 - Gestão de Documentos e Sistemas de Arquivos em Saúde; b) plano 2 - Representação da Informação e do Conhecimento nos Repositórios em Saúde; c) plano 3 - Tipologias Documentais nos Arquivos e no Acesso à Informação em Saúde; d) plano 4 - Inovações Tecnológicas em Saúde: Arquivos e Repositórios de Informações em Saúde; e e) plano 5 - Sistema e Redes de Atenção à Saúde. A aplicação do *checklist* foi realizada em dois momentos: Janeiro a Março de 2018 e Janeiro a Março de 2019. Por sua vez, o **instrumento 4** foi um roteiro de entrevista semiestruturado para os gestores do DATASUS. Os resultados e as inferências relacionadas à aplicação do *checklist* subsidiaram a formulação do roteiro de entrevista semiestruturado a ser aplicado em agosto de 2019 aos gestores do DATASUS (2ª Etapa da pesquisa). Este roteiro foi formulado entre os meses de março de 2018 a abril de 2019 e foi realizado um pré-teste deste roteiro no mês de maio de 2019, no Distrito Federal/DF.

A Fase 4 da pesquisa consistiu na pesquisa de levantamento para o alcance dos objetivos específicos (OE). As técnicas de análise para bibliografias, documentos e campo foram análise de conteúdo e estatística descritiva. Categorias operacionais para o tratamento e a análise das informações levantadas no campo para o alcance dos quatro objetivos específicos foram constituídas.

Neste sentido, o 1º objetivo específico (OE1) foi o de conhecer as tecnologias avançadas de produção, de circulação e de acesso às informações gerenciais em, no mínimo, 20% dos hospitais com Termo de Adesão à Rede InovarH-BA e do DATASUS (i.e. os mecanismos de acessibilidade e de disseminação das informações em saúde). Para o alcance deste objetivo foram estabelecidas três categorias operacionais (CO) e onze núcleos de sentidos (NS). As CO são as seguintes: CO1 - gestão de documentos; CO2 - políticas de informação; e, CO3 - aprendizagem e inovação. Os NS são os listados: NS1- Função de Classificação; NS2 Função de Avaliação; NS3 - Função de Preservação; NS4 - Função de Disseminação; NS5 - Função de Descrição; NS6- Políticas e Legislação; NS7 - Políticas de Arquivos; NS8 - Políticas de Informação em Saúde; NS9 - Aprendizagem e Inovação; NS10 - Gestão Organizacional; NS11 - Competências Infocomunicacionais. Os dados e as informações tratadas apontam que os arquivos e sistemas de informação são subutilizados pelos agentes dos OPSAS. Infere-se que a efetividade do acesso e da comunicação das informações produzidas e recebidas destes organismos produtores compromete a autenticidade das informações acumuladas no DATASUS.

O 2º objetivo específico consistiu em identificar se os sistemas de arquivos e os repositórios institucionais utilizados por, no mínimo, 20% dos hospitais com Termo de Adesão à Rede InovarH-BA e vinculados ao SUS, contemplam requisitos arquivísticos para garantir a autenticidade e a preservação digital das informações orgânicas em saúde. Para este objetivo foi estabelecido uma categoria operacional (CO) com cinco núcleos de sentidos (NS). A CO é denominada de mecanismos de transferência de informações. Os NS são: NS1 - ferramentas de produção, circulação, compartilhamento e acesso à informação; NS 2 - práticas de gestão; NS3 - arquivos e sistemas de informação; NS4 - fontes de informação; NS5 - competências infocomunicacionais. Os dados e as informações tratadas revelam a ausência das práticas de gestão de documentos arquivísticos. Tal fato compromete a concretização do SNIS brasileiro confiável.

O 3º objetivo específico foi o de compreender se os mecanismos de acessibilidade e de disseminação das informações geradas, recebidas e acumuladas no DATASUS contemplam requisitos arquivísticos para a difusão das informações orgânicas. Foram constituídas

categorias operacionais para o tratamento e a análise das informações levantadas, a saber: Arquivos; Arquivista; Informação orgânica; Redes e Sistemas de Atenção à Saúde; Políticas de Informação em Saúde; Informatização da RAS e Interoperabilidade dos SIS; Acesso; acessibilidade; Inovação Tecnológica; Inovação Social. O Portal do DATASUS é organizado de forma que possibilita o acesso, recuperação e o uso dos registros de informação em saúde. No entanto, não explicita como ocorre a comunicação entre os SIS dos diferentes níveis de atenção, principalmente no que diz respeito ao processo referência, contra-referência e regulação. Os resultados indicam que não é possível identificar quais os mecanismos e estruturas de transferências de informações utilizadas no portal do DATASUS, bem como é feito a transferência das informações dos OPSAS para o Portal do DATASUS e nem como são gerenciadas as informações produzidas, recebidas e acumuladas. Na 2ª Etapa da pesquisa, será realizado o tratamento e a análise das informações levantadas por meio das entrevistas semiestruturada aplicada aos gestores do DATASUS. Com os resultados das entrevistas, espera-se compreender e caracterizar os mecanismos e estruturas de transferências de informações do DATAUS e subsidiar as especificidades para aplicar o Modelo de Requisitos para Repositórios Arquivísticos Digitais no âmbito da Saúde.

O 4º objetivo específico (OE4) foi o de mapear tipologias documentais, sistemas de informações, padrões de representação da informação e protocolos que permitam a gestão, preservação e difusão das informações em saúde em repositórios arquivísticos para o SUS e a Saúde Suplementar. Foram instituídas as categorias: gestão de documentos e metodologia de identificação e dois núcleos de sentidos: espécie documental e tipologia documental. Este estudo justifica-se por considerar que o tratamento e a organização destes registros são imprescindíveis para a promoção, prevenção e atenção à saúde de um distrito sanitário. Esses registros são considerados as informações orgânicas em saúde e se configuram por meio das tipologias documentais acumuladas nos serviços e sistemas de arquivos dos OPSAS. Tais tipologias são mecanismos que possibilitam a mediação das informações em saúde e o melhor desempenho dos colaboradores em suas atividades rotineiras e processos decisórios. Os respondentes assinalaram nos questionários, as espécies e tipologias documentais procedentes à realidade dos OPSAS no que se refere às seguintes assertivas: contribuição para o desenvolvimento de procedimentos laborais; esclarecimento de dúvidas de processos de trabalho; e, compartilhamento de processos de trabalho. Os resultados apontam para a necessidade da conscientização dos formuladores de políticas e gestores dos OPSAS a assimilarem os procedimentos e técnicas arquivísticas nos processos organizacionais destes locais de trabalho. Ademais, os resultados evidenciam

uma fraca utilização das tipologias documentais relativas ao Registro Eletrônico em Saúde (e.g. prontuário eletrônico do paciente) nos hospitais da amostra.

A Fase 5 consistiu na apresentação dos meios ou mecanismos realizados para a difusão do desenvolvimento e dos resultados da pesquisa, em eventos científicos e periódicos nacionais e internacionais (tratamento das informações prospectadas; elaboração de relatórios parciais; elaboração de artigos; proposição de um plano de gestão de documentos e de sistemas de arquivos; proposição de um modelo de repositório institucional para as informações em Saúde e elaboração de relatório final).

Nesta perspectiva, as atividades a seguir foram realizadas na fase 5, gerando os seguintes produtos: a) apresentações dos resultados parciais em Congressos; realização de *workshops* e oficinas em serviços de saúde e em cursos de graduação e pós-graduação; b) publicações em revistas /periódicos, participações técnicas em reuniões no âmbito nacional; c) duas monografias apresentadas como Trabalho de Conclusão de Curso; d) uma dissertação defendida em abril de 2017; e) dois projetos de pesquisa de Doutorado aprovados em 2018; f) uma tese defendida em dezembro de 2018; g) um manual de gestão arquivística de documentos, submetido a Editora da UFBA e h) proposta de diretrizes de modelo de requisitos para repositórios arquivísticos digitais em Saúde (este em elaboração – 2ª Etapa).

3 Resultados – Impressões, discussões e proposições dos Mecanismos de Difusão de Conhecimentos dos OPSAS investigados

Os resultados obtidos, a partir das Fases 1, 2, 3 e 4 da pesquisa, e apresentadas na seção dos materiais e métodos revelaram que os processos relacionados à gestão arquivística de documentos entre os OPSAS investigados apontam para uma ausência da profissionalização do tratamento e da organização dos documentos produzidos, recebidos e acumulados. É recomendável que os gestores e profissionais em saúde adotem um planejamento das atividades de produção, classificação, avaliação, descrição, preservação, aquisição e disseminação das informações orgânicas para a difusão do conhecimento em saúde, a fim de aprimorar os processos de gestão do SUS e da Saúde Suplementar.

Os resultados, também, apontam sobre a ausência de uma percepção entre os profissionais que atuam em hospitais para a importância da gestão e da avaliação das informações orgânicas em saúde. Prevaecem recomendações para a qualificação destes profissionais e para a sensibilização dos gestores de políticas, dos serviços, dos sistemas e das redes de atenção à saúde para esta natureza de gestão (LIMA, 2018, p. 150).

Neste sentido, há de haver esforços

[...] para a aplicação dos princípios, técnicas e procedimentos arquivísticos nas atividades dos serviços de saúde para efetivar o cumprimento da função social destes serviços. Consta-se, ainda, que as Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos (CPAD) e as Comissões de Revisão de Prontuários do Paciente (CRPP) podem existir, mas não são atuantes, ocorrendo, portanto, um desconhecimento da sua existência por parte de profissionais que atuam nos OPSAS

Verifica-se que os serviços assistenciais e administrativos dos organismos investigados se encontram, em sua maioria, parcialmente organizados, o que prejudica o acesso e recuperação das informações em saúde. As informações em saúde são elementos fundamentais para auxiliar a tomada de decisões e a execução das ações não apenas nos ambientes hospitalares, mas nos sistemas de saúde de como um todo. Administrá-las exige a profissionalização dos gestores e dos profissionais que atuam nos serviços de atenção à saúde (LIMA, 2018, p. 150).

Os resultados permitem inferir que “os instrumentos de dominação vigentes reforçam a cultura custodial como *status quo* nos arquivos dos OPSAS, em detrimento aos processos de transformação proporcionados pelos instrumentos de gestão contemporâneos da área da Arquivologia” (LIMA, 2018, p. 150). De acordo com Lima (2018, p. 150-151), tal fato “proporciona o acúmulo indevido de documentos, serviços ineficientes e gastos financeiros elevados para armazenamento dos documentos e, conseqüentemente, compromete a difusão do conhecimento em saúde”. Verifica-se também no contexto da pesquisa

[...] a existência dos instrumentos gestão arquivísticos no discurso dos sujeitos, entretanto, estes não são devidamente operacionalizados por meio das práticas arquivísticas. Percebe-se, o receio destes sujeitos em serem punidos ao realizarem, por exemplo, o descarte de documentos. Sendo assim, o “guardar” é uma das formas de não se comprometer com as instituições responsáveis pelos dispositivos de vigilância (LIMA, 2018, p.151).

Lima (2018, p. 150) ainda diz que

Arelado a estes fatos, o perfil de formação distanciado da teoria e prática arquivística dos gestores dos arquivos e a ausência de profissionais qualificados na área de Arquivologia, atuando junto aos OPSAS, contribuem para a não operacionalização dos instrumentos arquivísticos de gestão, o que causa uma paralisia nas ações que visam a transformação do *status quo* na área dos arquivos.

Tais constatações parecem ser um reflexo de uma disciplina científica em desenvolvimento histórico no Brasil, a Arquivologia, onde as próprias técnicas e procedimentos estão em processo de maturação pelos profissionais atuantes nestes organismos. Neste sentido, esforços são necessários para alertar os agentes dos serviços, das redes e dos sistemas de atenção e inovação à saúde sobre a importância da gestão arquivística para as deliberações e difusão do conhecimento em saúde.

Destaca-se, ainda, que os arquivos, apesar de serem resultados de construções históricas moldadas pelas relações de saber e de poder, visam não apenas subsidiar os gestores no processo decisório, mas, também, garantir que os cidadãos possam ter acesso às informações existentes nestes OPSAS por meio da difusão do conhecimento em saúde. É, portanto, fundamental desconstruir a cultura custodial existente nos OPSAS, utilizando-se a gestão arquivística de documentos como estratégia para a busca de melhorias nestes locais para garantir o efetivo cumprimento do direito de acesso à informação e a qualidade no atendimento aos usuários destes serviços (LIMA, 2018, p. 151).

Para a concretização do SNIS no Brasil é recorrente que os OPSAS desenvolvam práticas de gestão de documentos e alimentem os seus bancos de dados ou arquivos. Dentre esses OPSAS estão os hospitais que, por sua vez, é recomendado que mantivessem os seus sistemas de informação internos automatizados, tratados e organizados. Um arquivo ou um sistema de informação interno de um hospital otimiza os processos decisórios administrativos e assistenciais, além de possibilitar a integração com sistemas de informação externos ligados à rede de atenção à saúde. Essa interoperabilidade atenderá uma rede de necessidades informacionais e, conseqüentemente, quando aplicada à rede do SUS possibilitará o conhecimento da realidade sobre a saúde ou doença do país. Essa geração de conhecimento potencializa a aprendizagem organizacional e as possíveis inovações gerenciais para o serviço, a rede e o sistema de saúde brasileiro (CUNHA, 2019). Esforços são necessários para alertar os agentes dos serviços, das redes e dos sistemas de atenção e inovação à saúde sobre gestão de documentos para as deliberações e geração de conhecimento em saúde (LIMA, 2018). É recomendável desenvolver estratégias para a difusão de Políticas e Legislação sobre informação e informática para os serviços assimilarem tecnologias avançadas de organização e tratamento de informações em saúde. Paralelamente a esses esforços, também são recomendadas oficinas de sensibilização para os agentes destes organismos para a Gestão de Documentos e dos Serviços de Arquivos. Esforços são necessários para alertar os agentes dos serviços, das redes e dos sistemas de atenção e inovação à saúde sobre gestão de documentos para as deliberações e a geração de conhecimento em saúde no Brasil. Os resultados revelam os seguintes aspectos: 1) a não colaboração dos agentes pesquisados na elaboração do Plano de Desenvolvimento de Informações e Tecnologias de Informações (PLaDITIS), constituindo um enfraquecimento da democracia, controle social e justiça cognitiva; 2) a Governança e Gestão da Informação e Tecnologia de Informação em Saúde (ITIS) constituem um Bem Público e a falta/precariedade de mecanismos e estruturas de compartilhamento de informações confiáveis provoca a sobreposição de registros e de fluxos de informação que prejudicam a definição de políticas em saúde para subsidiar a gestão do SUS; 3) o

SUS é carente de recursos humanos qualificados em gestão de arquivos e de mecanismos e estruturas gerenciais de transferências / disseminação das informações orgânicas, o que compromete os Sistemas de Informação em Saúde (SIS) e o seu uso sistemático pelos gestores em saúde; 4) o desenvolvimento de competências dos colaboradores em relação às informações produzidas, acumuladas e produzidas para a produção e gestão do conhecimento, envolve um trabalho transdisciplinar, para a compreensão além do ciclo saúde-doença-cuidado. Por meio desta pesquisa algumas conclusões, não extensivas à realidade brasileira, sobre os mecanismos de difusão de conhecimentos em saúde (e.g. informações, documentos, arquivos e repositórios) revelam que existe um descompasso entre o que preconiza o Ministério da Saúde e os OPSAS quanto ao processo de manutenção da cadeia de custódia das informações geradas, recebidas e acumuladas.

4 Conclusões – 1ª Etapa – Prestação de Contas ao Programa de Apoio a Jovens Cientista da UFBA

Apesar das dificuldades encontradas no desenvolvimento desta pesquisa, acreditamos que existe um esforço de ambas as partes na tentativa de melhorar a qualidade dos serviços. Foi possível compreender e conhecer as fontes e mecanismos de informações em saúde, mas não é possível afirmar que os resultados refletem a realidade do país, devido ao quantitativo da amostra dos OPSAS/hospitais. Se, por um lado, permitiu-nos identificar diversos aspectos que necessitam ser refletidos para a melhoria da realidade sanitária no país, a exemplo do desenvolvimento de políticas para promover o tratamento e a organização de informações em saúde e que o Ministério da Saúde e suas instancias possuem o papel central para a disseminação das Políticas e Estratégias sobre informação e tecnologias de informação (ITIS) nos OPSAS. Por outro lado, salienta-se que os arquivos e sistemas de informação são frequentemente subutilizados pelos gestores e profissionais de TI e Arquivo. Os resultados revelam a necessidade de uma reflexão mais apurada sobre o contexto atual das ITIS por meio das diretrizes da PNIIS, do PlaDITIS e das estratégias do e-Saúde. É recomendável, a difusão da tecnologia como um mecanismo para a integração das informações; a elaboração de estratégias para a transferência e disseminação das informações; diretrizes relacionadas aos critérios de autenticidade dos registros em saúde e da manutenção da cadeia de custódia das informações em saúde nos bancos de dados, arquivos e repositórios em saúde e, qualificação dos profissionais responsáveis pela gestão da informação no contexto dos OPSAS para a melhoria da qualidade da informação e do seu uso na saúde que são necessários ao SUS e na Saúde Suplementar. Conclui-se que esforços são

necessários para a adoção, a assimilação e a incorporação do *habitus* da interação nos e entre os agentes, as organizações, as instituições do estado Brasileiro a promoverem a Ciência, a Tecnologia e a Inovação no âmbito das Políticas Públicas de Saúde. Vale ressaltar que esta pesquisa não esgota os estudos relacionados ao seu objeto – Informação, Documentos, Arquivos e Repositórios enquanto mecanismos de difusão do conhecimento no contexto dos OPSAS, da rede de Atenção à Saúde do SUS. Salientamos que realizamos o teste piloto das entrevistas entre os Gestores do DATASUS, no mês de maio de 2019, e estaremos aplicando as entrevistas a partir de agosto, nos escritórios do DATASUS em Brasília e Rio de Janeiro – 2ª Etapa desta pesquisa. Informamos que estamos sendo financiados, até julho de 2020, pela chamada Universal do CNPq e do PIBIC UFBA 2019/2020.

Para finalizar, questionamos sobre como os professores dos cursos de arquivologia no Brasil estão preparando os futuros arquivistas para realizar a gestão eletrônica das informações orgânicas no âmbito dos sistemas e redes de saúde e extensivos às demais áreas/setores/nichos das economias dos Estados-Nação.

Referências

- CHOO, C. W. **A organização do conhecimento. Como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões.** Tradução de Eliana Rocha. São Paulo: Senac São Paulo, 2003.
- CUNHA, F. J. A. P. **Da adesão à participação em uma rede de hospitais como promoção da aprendizagem organizacional e da inovação gerencial: um olhar sobre a Rede InovarH-BA.** Tese do Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA – Faculdade de Educação, Salvador, 2012
- CUNHA, F. J. A. P. Gestão de documentos, aprendizagem e inovação organizacional em hospitais. In: **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 29-42, jul./dez., 2014a.
- CUNHA, F. J. A. P. O *complexus* do conhecimento, inovação e comunicação em serviços de atenção à saúde. In: CUNHA, Francisco J.A. Pedroza; LÁZARO, Cristiane P.; PEREIRA, Hernane B.de B. (Orgs.). **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde.** Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014b, p. 221-236.
- CUNHA, F.J.A.P. Informações orgânicas universitárias: bases para a aprendizagem organizacional e inovação gerencial das instituições de ensino superior (IES). **Tratamento de arquivos de ciência e tecnologia: organização e acesso /**

Organização Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Maria Celina Soares de Mello e Silva. – Rio de Janeiro : Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2019.

CUNHA, F.J.A.P.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. Records management: a basis for organizational learning and innovation. In: *TransInformação*, Campinas, SP, v. 25, n.2, maio/ago, 2013, p. 159-165.

CUNHA, F.J.A.P.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. Técnicas de gerenciamento de informações em uma rede de hospitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.1, p.22-36, jan./mar. 2014.

CUNHA, F.J.A.P.; RIBEIRO, N.M.; PEREIRA, H.B.de. Social network analysis as a strategy for monitoring the dissemination of information between hospitals. In: *TransInformação*, Campinas, 28(3):309-322, set./dez.,2016.

CUNHA, F.J.A.P.; LIMA, G. L. Q.; OLIVEIRA, L. A. F. Arquivos como mecanismos de difusão de conhecimentos para a aprendizagem e inovação em organismos produtores de saúde. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA – REPARQ, 4. 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 3 a 6 de agosto de 2015.

FRÓES BURNHAM, T. Complexidade, multirreferencialidade, subjetividade: três referências polêmicas para a compreensão do currículo escolar. In BARBOSA, Joaquim (Org.). **Reflexões em torno da abordagem multireferencial**. São Carlos: EdUFSCAR, 1998, p. 35-56.

GONZÁLEZ DE GOMES, Maria Nélide. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.19, n.2, p. 117-122, jul./dez. 1990.

LEVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 15ª reimpressão, 2008.

LEVY, P. **A inteligência coletiva – por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 8ª edição, 2011.

LIMA, G.L.Q.de. **As formações discursivas da Gestão arquivística e a difusão do conhecimento nos OPSAS: uma análise a partir das práticas de tratamento e organização das informações orgânicas em saúde**. Tese do Programa de Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. UFBA – Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

LIMA, G. L. Q. de. AMARAL, L. A. F. de O; MATOS, M. T. N. de B; PEREIRA, H. B. de B; CUNHA, F. J. A. P. A importância das espécies e

tipologias documentais para a mediação dos procedimentos assistenciais e administrativos nos organismos produtores de serviços de atenção à saúde. **Revista de Saúde Digital e Tecnologias Educacionais**. [online], volume 03, número especial. Editor responsável: Luiz Roberto de Oliveira. Fortaleza, mês e ano, p. 4-17. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/resdite/index>. Acesso em 25/04/2019.

MORIN, E. **O desafio do século XXI – religar os conhecimentos**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

MORIN, E. A necessidade de um pensamento complexo. In: **Representação e complexidade**. Candido Mendes (Org.); Enrique Larreta (Ed.). Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 69 – 78.

MORIN, E. **O método 1: A natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MORIN, E. **O método 3: Conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

ROCHA, P. DE M. *et al.* Avaliação do Programa Saúde da Família em municípios do Nordeste brasileiro: velhos e novos desafios. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. suppl 1, p. s69–s78, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001300012&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 jan. 2018.

VASCONCELLOS, M. J. E. de. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas, SP: Papirus, 2002.

Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação

Personal archives in Brazilian scientific communication: a mapping of scientific meetings in the areas of Archival Science and Information Science

Renato de Mattos (1), Adriana Arrojado (2), Natanael Vitor Sobral (3)

(1) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ, renato_mattos@id.uff.br. (2) adrianaarrojado@yahoo.com.br. (3) Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA), Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela, Salvador – BA, natanvsobral@gmail.com.

Resumo

Nas últimas décadas, os conjuntos de documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas assumiram um lugar de destaque na literatura arquivística brasileira. Em grande medida, o interesse que a temática desperta entre os arquivistas se fundamenta por suas especificidades teóricas e pela potencialidade informacional que os seus acervos oferecem aos estudiosos de diversas áreas. Com o objetivo de compreender o lugar dos arquivos pessoais no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação, foram mapeados os trabalhos dedicados à temática apresentados em quatro encontros científicos brasileiros: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) e a International Society for Knowledge Organization Brasil (ISKO-Brasil). Dentre os principais resultados obtidos se destacam o aumento no número de publicações relativas aos arquivos pessoais entre os anos de 2014 e 2018, bem como a identificação dos pesquisadores que mais produziram sobre o tema nos quatro eventos em análise. Por fim, cumpre destacar a necessidade de se ampliar a pesquisa empreendida de modo que encontros científicos de outras áreas sejam igualmente objeto de análise em vistas à identificação dos trabalhos publicados relativos aos arquivos pessoais.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Encontros científicos; Arquivologia; Ciência da Informação.

Abstract

In the last decades, the sets of documents produced and accumulated by natural persons have taken a prominent place in the Brazilian archival literature. To a large extent, the interest aroused by the subject among archivists is based on their theoretical specificities and the informational potential that their collections offer scholars from various fields. In order to understand the place of the personal archives in the scope of Archival Science and Information Science, the works dedicated to the theme presented in four Brazilian scientific meetings were mapped: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) e a International Society for Knowledge Organization Brasil (ISKO-Brasil). Among the main results obtained are the increase in the number of publications related to personal files between the years 2014 and 2018, as well as the identification of the researchers who produced the most on the subject in the four events under analysis. Finally, it is necessary to emphasize the need to expand the research undertaken so that scientific meetings in other areas are also subject to analysis in order to identify the published works related to personal archives.

Keywords: Personal archives; Scientific meetings; Archival Science; Information Science.

1 Introdução

Representando uma valiosa fonte da experiência humana em seus múltiplos matizes, os arquivos pessoais constituem um campo fértil de estudos, sendo, por essa razão, objeto de análise não apenas da Arquivologia, mas de diversas disciplinas, como a História, a Educação, a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, dentre outras. No que tange à Arquivologia, o interesse pelo tema se fundamenta, em grande medida, tanto na potencialidade informacional desses acervos quanto em suas especificidades teóricas e metodológicas.

Os arquivos pessoais ganharam mais visibilidade principalmente a partir do movimento de renovação historiográfica observado a partir da década de 1960. Conforme esclarece André Ancona Lopez (1996, p.16), nesse período despontou nos estudos históricos uma tendência transformadora voltada à ampliação do conceito de fonte histórica. Repercutindo em outras áreas das Ciências Humanas, este movimento de renovação contribuiu para que os arquivos pessoais fossem alçados ao *status* de um importante manancial de informações, ampliando significativamente entre os

Mattos, Renato de; Pereira, Adriana Arrojado Correia; Sobral, Natanael Vitor. Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação. *A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital*, 2019.

profissionais de arquivo a preocupação com seu tratamento e salvaguarda (LOPEZ, 1996).

Assim, nas últimas décadas, com cada vez mais frequência, os arquivos pessoais passaram a ocupar um importante espaço dentro dos estudos empreendidos na área da Arquivologia. Ao longo desse período, tanto no Brasil quanto no exterior, se verificou a profusão de publicações e eventos acadêmicos dedicadas à discussão das especificidades características dos arquivos produzidos e acumulados por pessoas físicas. Paralelamente, também se observou o surgimento e a consolidação de importantes instituições hoje consideradas referências na custódia de arquivos pessoais e na elaboração de metodologias específicas para o tratamento de documentos dessa natureza, dentre as quais, podemos assinalar a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Fundação Fernando Henrique Cardoso (FFHC).

Embora estejam conquistando mais espaço nas pesquisas da Arquivologia e, mais recentemente, da Ciência da Informação, o que aponta para a importância de se dimensionar essa produção, há poucos estudos que promovam um mapeamento dos trabalhos sobre arquivos pessoais em eventos científicos.

Nesse sentido, o presente artigo visa mapear a produção brasileira sobre os arquivos pessoais em eventos de divulgação científica da Arquivologia e da Ciência da Informação (CI). Para tal, foi realizado um levantamento dos trabalhos apresentados em quatro encontros científicos, a saber: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) e a *International Society for Knowledge Organization Brasil* (ISKO-Brasil). A escolha dos canais de comunicação que compõem o *corpus* de análise dessa pesquisa se fundamenta no fato de serem estes alguns dos principais eventos das referidas áreas, justificando sua importância e representatividade no universo que se pretende estudar.

Segundo John Ziman (1968), o compartilhamento da investigação realizada por um pesquisador com a comunidade científica – que envolve apresentação da pesquisa, trabalhos escritos, críticas subsequentes, citações de outros autores, o lugar que o trabalho irá ocupar no pensamento das futuras gerações – é tão importante quanto a ideia que deu origem à pesquisa ou os instrumentos que viabilizaram a confirmação de uma hipótese. É a avaliação e aprovação dos pares que valida o estudo e confere cientificidade ao conhecimento produzido (ZIMAN, 1968).

Alinhada a esse pensamento, Suzana Mueller (2003) afirma que a confiança nos resultados de uma pesquisa

depende de sua exposição ao julgamento e aprovação pela comunidade científica, o que demanda um complexo sistema de comunicação, composto por canais formais e informais. Segundo a autora, todo trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores carece desse sistema, que é utilizado para divulgar os resultados obtidos e para informar-se sobre os resultados alcançados por outros pesquisadores (MUELLER, 2003).

Um desses canais de comunicação utilizados pela comunidade científica dentro da lógica de legitimação e divulgação da pesquisa são os encontros científicos. De acordo com Leilah Bufrem e Elis Arboit (2011), ainda que não desfrutem do mesmo status dos periódicos científicos, especialmente sob o olhar das agências de fomento, os eventos científicos na área da Ciência da Informação são considerados de grande valor cultural para o desenvolvimento da área. Para as autoras, como um reflexo das tendências das pesquisas, pautadas nos anseios e discussões da comunidade científica, os eventos representam uma fase intermediária no processo de legitimação do conhecimento científico e são uma fonte valiosa de informação (2011).

Os eventos científicos são considerados meios mais informais e, com efeito, mais ágeis na transmissão e troca do conhecimento científico. Diferentemente dos meios convencionais de comunicação, tais como livros e periódicos, grande parte da informação é transferida oralmente, estimulando o debate instantâneo dos especialistas interessados no tema. No entanto, antes de se tornarem públicos os trabalhos submetidos ao evento passam por avaliação rigorosa do comitê científico, comumente constituído por especialistas do campo. Esse processo de avaliação é similar ao dos artigos de periódicos, apesar da publicação em periódicos científicos ser, em geral, mais valorizada. Os eventos permitem também o contato informal entre os pesquisadores que atuam na mesma área do conhecimento. Assim, congregam pessoas com interesse comum, estimulam a troca e compartilhamento de conhecimento e a criação de novas parcerias ou grupos, uma vez que a troca de informações e conhecimento se dá de forma mais dinâmica do que os outros meios de comunicação científica, apesar do seu caráter menos formal (ARBOIT; BUFREM; 2011, p. 207-208).

Atualmente, alguns eventos científicos vêm empreendendo alternativas inovadoras na comunicação científica, como a publicação de *preprints* dos trabalhos (que ficam disponíveis para o recebimento de sugestões da comunidade científica antes, durante e depois do evento), a realização de eventos totalmente *on-line* (evitando custos com o deslocamento geográfico dos participantes), dentre outras novas possibilidades. Entretanto, muitas das principais sociedades científicas utilizam os modelos clássicos de organização de encontros, que envolvem a escolha de uma sede física (demandando deslocamento dos indivíduos), chamada de trabalhos acadêmicos, avaliação, revisão, apresentação e publicação em anais. Nestes modelos de evento, em geral, realizam-se mesas redondas, palestras

e outros modos de diálogo entre pesquisadores. É o caso dos eventos que compõem o universo de estudo deste artigo.

Destarte, reforçamos que objetivo deste trabalho é acompanhar o comportamento da produção sobre o tema arquivos pessoais, ao longo dos anos, na agenda dos encontros científicos brasileiros de Arquivologia e da CI a partir dos anais dos encontros. Norteados por esse propósito, buscamos, mais especificamente: apurar a frequência com que o tema foi abordado em cada evento e sua distribuição ao longo do tempo; identificar os veículos em que o tema recebeu mais atenção e os autores com mais trabalhos neles apresentados; e descobrir se os arquivos pessoais vêm emergindo como tema de pesquisas da Arquivologia e da CI.

Importa destacar que as análises apresentadas a seguir se inscrevem em um conjunto mais amplo de reflexões empreendidas acerca do espaço que os arquivos pessoais vêm ocupando na Arquivologia brasileira, abrangendo desde o mapeamento de seu lugar nas estruturas curriculares dos cursos de graduação no país até a identificação e avaliação da produção e da difusão de pesquisas em periódicos e em outros meios de comunicação científica nos últimos anos.

2 Metodologia

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, uma vez que visa reunir dados e padrões sobre uma determinada questão e apontar estudos futuros, não objetivando testar hipóteses e inferir conclusões (Braga, 2007). Sua abordagem é predominantemente quantitativa e, para alcançar o objetivo proposto, foram adotadas técnicas bibliométricas, compreendida como “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (Araújo, 2006, p. 12). Os veículos de divulgação científica e o recorte temporal em que foram analisados são, respectivamente: Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), 2004-2018; Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), 2010-2017; Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 1994-2017 e o capítulo brasileiro da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO-Brasil), 2011-2017. No Quadro 1 sistematizamos os parâmetros e as formas de busca utilizados no levantamento de comunicações nos eventos científicos selecionados:

<i>Evento</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>Formas de busca</i>
CNA	“arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa”	Sem aspas e nos campos título, resumo e palavras-chave
REPARQ	“arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa”	Sem aspas e no campo título e no corpo do texto
ENANCIB	“arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa”	Sem aspas e no campo título
ISKO - Brasil	“arquivos pessoais” e “arquivo pessoal”	Análise dos títulos, resumos e palavras-chave das comunicações

Quadro 1. *Parâmetros e formas de levantamento de comunicações por evento*

Cabe esclarecer que não foram considerados todos os resultados recuperados, já que muitos deles não tinham os arquivos pessoais como objeto central de estudo, nem lhes conferiam papel de significativa relevância. Assim, a compilação de resultados apresentada nas próximas páginas foi fruto de uma triagem e, por conseguinte, o número de trabalhos listados é inferior ao dos resultados recuperados. Outrossim, cumpre dizer que, em virtude das especificidades e limitações de cada um dos veículos selecionados, as trajetórias e estratégias de busca variaram. Convém, desse modo, detalhá-las.

A busca por trabalhos apresentados no CNA que tratavam do tema foi realizada em títulos, resumos e palavras-chave, empregando os termos “arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa” - a escolha deste último justificou-se pela abrangência e capacidade de contemplar diversas combinações possíveis de construções frasais que possam envolver o tema dos arquivos pessoais. Todavia, a busca nas duas primeiras edições enfrentou limitações. Em função de problemas na versão *on-line* dos anais do evento, o acesso aos trabalhos e a manutenção do padrão de busca inicialmente estipulado só foi possível recorrendo ao CD-ROM distribuído à época pelos organizadores. Por sua vez, devido a problemas idênticos no acesso virtual dos anais da segunda edição do CNA e indisponibilidade de outros meios de consulta, a pesquisa das comunicações apresentadas na segunda edição do CNA se deu apenas pelos títulos dos trabalhos relacionados em sua programação.

No caso da REPARQ, como a publicação dos trabalhos não contém resumo nem palavras-chave, a pesquisa se deu através dos títulos, pelos termos “arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa”. Complementarmente, tanto nos anais publicados em formato *e-book* quanto no formato impresso, a busca foi

empreendida a partir do exame do título, resumo e palavras-chave no corpo inteiro do trabalho pela ferramenta de busca.

Na base BENANCIB, que congrega os anais do ENANCIB, a pesquisa foi realizada inicialmente pelo termo “arquivos pessoais”, em “busca geral”, produzindo 2.878 resultados. Este elevado número de trabalhos, porém, tornou tal forma de busca inviável. Assim, a fim de aumentar a precisão e reduzir a revocação, foram utilizados os termos (entre aspas) “arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa”, nos campos assunto, título e palavras-chave. Contudo, este padrão de busca foi repetido diversas vezes e os resultados encontrados diferiam. Dessa forma, desistiu-se de utilizar a base BENANCIB e optou-se por pesquisar nos anais de cada um dos encontros, disponíveis *on-line* em suas respectivas páginas. A pesquisa se deu pelos termos “arquivos pessoais”, “arquivo pessoal” e “pessoa” nos campos título, palavras-chave e resumo, em um primeiro momento. No entanto, como os sites são diferentes, os anais não são todos organizados da mesma forma e em alguns não há os campos resumo e palavras-chave. A solução encontrada para uniformizar a busca e tornar a pesquisa viável foi, então, procurar, empregando aqueles três termos, nos títulos contidos nas programações de cada encontro.

O levantamento empreendido nos anais completos dos quatro congressos nacionais promovidos pelo capítulo brasileiro da ISKO teve como critério o exame dos títulos das comunicações, seus resumos e palavras-chave. Os termos empregados na busca foram “arquivos pessoais” e “arquivo pessoal”.

Após a coleta, os dados foram inseridos em planilha de cálculo, para ser organizados, padronizados e corrigidos, com vistas à elaboração das representações gráficas a seguir apresentados, sendo cada conjunto de dados representado em um gráfico pertinente a sua característica.

2.2 Dados da pesquisa

2.2.1 Congresso Nacional de Arquivologia (CNA)

Reunindo arquivistas, docentes, discentes e outros profissionais atuantes em arquivos de todo o país, o CNA representa um importante fórum de trocas e difusão do conhecimento entre os integrantes da comunidade arquivística no Brasil. O evento é realizado bianualmente desde 2004 e em 2018 chegou a sua oitava edição.

O tema dos arquivos pessoais esteve presente em seis das oito edições do Congresso – isto é, em 75% das edições. Foram computados, ao todo, dezoito trabalhos.

Dois trabalhos na primeira edição (2004), “Projeto Arquivos Privados: resgate e organização da memória baiana” (Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Júnior e Karina Pinto Uchoa) e “Fundo Juscelino Kubitschek – organização e acesso” (Marli Guedes da Costa e Vera Lúcia Pereira Duarte). Um na terceira edição (2008), “Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional” (Telma C. de Carvalho Madio e Renato Criveli Duarte). Três na quinta edição (2012), “A organização arquivística nos arquivos pessoais de escritores brasileiros: relato do arquivo” (Marcos Ulisses Cavalheiro e Sonia Maria Troitinho Rodriguez), “O arquivo de Lina Bo Bardi: revisitando uma experiência” (José Francisco Guelfi Campos) e “Preservação e difusão do acervo histórico do CPDOC: desafios e perspectivas” (Daniele Chaves Amado e Martina Spohr). Cinco na sexta edição (2014), “Análise diplomática dos documentos da família Bisognin” (Roberta Bisognin), “Facetas de um arquivo pessoal” (José Francisco Guelfi Campos), “Arquivos pessoais de escritores no contexto da legislação arquivística brasileira” (Renato Pinto Venancio), “Memória da docência e da pesquisa na universidade de São Paulo: relato de uma experiência” (José Francisco Guelfi Campos e Lilian Miranda Bezerra) e “Perspectivas de aplicação de produtos e serviços de informações nos arquivos privados pessoais” (Ana Cláudia Cruz Córdula, Ananda Fernandes Valério, Patrícia Maria da Silva e Dereck Warwick da Silva Tavares). Três na sétima (2016), “O uso do Atom em arquivos pessoais: em busca da preservação e difusão da memória coletiva” (Roberto Moreira Chaves, Gregory Campos Beviláqua e Gislene Soares Guerra), “Arquivos pessoais, disponibilização e acesso na web: o caso do CPDOC” (Martina Spohr, Daniele Amado e Renan Marinho de Castro) e “O arquivo pessoal do teatrólogo Augusto Boal: o espetáculo continua” (Patrícia Machado Goulart França). Quatro na oitava edição (2018), “Nas entrelinhas do arquivo pessoal: José Simeão leal e a mediação sobre a jurema” (Carla Maria de Almeida e Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira), “A memória é refletida em um acervo ou um acervo reflete a memória? A questão da memória no arquivo pessoal de Santos Dumont” (Bárbara Cristina B. P. da Silva e Eliezer Pires da Silva), “A invenção do arquivo pessoal de Santos Dumont” (Bárbara Cristina B. P. da Silva; Eliezer Pires da Silva), “Em cena um arquivo pessoal: relato de uma experiência didática” (Marta Eloisa Melgaço Neves, Verona Campos Segantini e José Francisco Guelfi Campos). Na segunda (2006) e quarta (2010) edições o tema não foi abordado.

2.2.2 Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ)

Criada na Universidade de Brasília (UnB) em 2010, a REPARQ é um evento destinado a debates e reflexões

acerca das particularidades da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil, congregando docentes e pesquisadores em Arquivologia de todas as universidades públicas brasileiras. A partir de sua segunda edição, em 2011, a reunião passou a ser realizada bianualmente, contabilizando cinco edições até 2017.

Considerando as cinco edições, foram identificados sete trabalhos que se debruçaram sobre os arquivos pessoais. Apenas na primeira reunião (2010) o tema não foi abordado. Na segunda edição (2011) foram apresentados dois trabalhos: “Acervos de artistas: fontes documentais do processo de criação nas artes visuais” (Aparecido José Cirillo e Rosa da Penha Ferreira da Costa) e “Possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos da memória: o caso de Darcy Ribeiro” (Ellen Cristine Monteiro Vogas). Na terceira edição (2013) também dois trabalhos: “Metodologia para levantamento tipológico em arquivos pessoais de cientistas” (Márcia Cristina Duarte Trancos; Maria Celina Soares de Mello e Silva) e “Arquivo como instrumento: da gestão de atividades pessoais a ponto de referência de memórias coletivas – um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino” (Bruno Ferreira Leite e João Marcus Assis). Na quarta edição (2015) um trabalho: “A construção coletiva dos arquivos pessoais: um olhar sobre o arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito” (Bruno Ferreira Leite e João Marcus Assis). E, na quinta edição (2017), dois trabalhos: “Entre as obras e os documentos: interseções entre os saberes arquivístico e museológico no tratamento do acervo do artista plástico Rubens Gerchman” (Thayane Vicente Vam de Berg) e “Carta de amor como ponto de acesso: resultados de pesquisa” (Camila Mattos da Costa e Lucia Maria Velloso de Oliveira).

2.2.3 Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)

O ENANCIB é o mais importante espaço de discussão sobre a produção do conhecimento científico em CI no Brasil e atualmente está organizado em onze grupos temáticos de trabalho (GTs). Iniciado em 1994, o encontro passou a ser realizado anualmente desde 2005.

Das dezessete edições pesquisadas, o tema foi abordado em cinco - isto é, em aproximadamente 29% delas -, contabilizando oito trabalhos ao todo. Foi apresentado um trabalho na décima segunda edição (2011), “Acervos pessoais: memória individual com ponto de vista da memória coletiva” (João Paulo Borges da Silveira); um na décima terceira (2012) “De arquivos pessoais a patrimônios documentais: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO” (Renato Crivelli e Maria Leandra Bizello); um na décima quinta (2014) “O processo de aquisição de arquivos pessoais na

fundação Oswaldo Cruz” (Renata Silva Borges e Eduardo Ismael Murguia); dois na décima sexta (2015), “Nas malhas do arquivo pessoal: o legado artístico de Rossini Perez” (Marisa Pires Rodrigues) e “Arquivos pessoais e patrimônio documental: análise dos critérios de seleção dos registros memória do mundo do Brasil – UNESCO” (Renato Crivelli; Maria Leandra Bizello); três na décima sétima (2016) “As práticas documentárias e inscrições sociais nos arquivos pessoais” (Patrícia Penna Macedo e Lucia Maria Velloso de Oliveira), “O assunto “arquivos pessoais” nos ENANCIB” (Iuri Rocio Franco Rizzi) e “Carta de amor: da memória pessoal para a memória coletiva” (Camila Mattos da Costa e Lucia Maria Velloso de Oliveira).

2.2.4 International Society for Knowledge Organization Brasil (ISKO-Brasil)

Instalada oficialmente em 2007, durante a sétima edição do ENANCIB, a ISKO-Brasil se destaca por seu caráter interdisciplinar, reunindo pesquisadores de diferentes áreas cujos trabalhos têm como objeto a informação e o conhecimento. Nos anos de 2011, 2013, 2015 e 2017, foram promovidos quatro congressos nacionais dedicados ao tema da organização e representação do conhecimento. Os trabalhos apresentados foram publicados na íntegra em anais disponíveis em formato eletrônico, os quais foram analisados segundo os critérios já mencionados. A partir do levantamento realizado, verificamos que apenas no terceiro congresso (ou seja, em 25% das edições), realizado em 2015 em Marília (SP), um trabalho dedicado ao tema dos arquivos pessoais foi efetivamente apresentado, a saber: “A contribuição da identificação documental para a organização do conhecimento em arquivos pessoais” (Gabrieli Aparecida da Fonseca e Sonia Maria Troitiño Rodriguez).

2.3 Análise e discussão de resultados

Após a leitura dos dados compulsados, nota-se que, em números absolutos, o veículo de divulgação científica que mais concentrou trabalhos sobre arquivos pessoais foi o CNA, seguido, em ordem decrescente, pelo ENANCIB, REPARQ e ISKO-Brasil. A relação entre o canal de comunicação e o número de trabalhos que abordam os arquivos pessoais segue representado no Gráfico 1.

Mattos, Renato de; Pereira, Adriana Arrojado Correia; Sobral, Natanael Vitor. Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação. *A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital*, 2019.

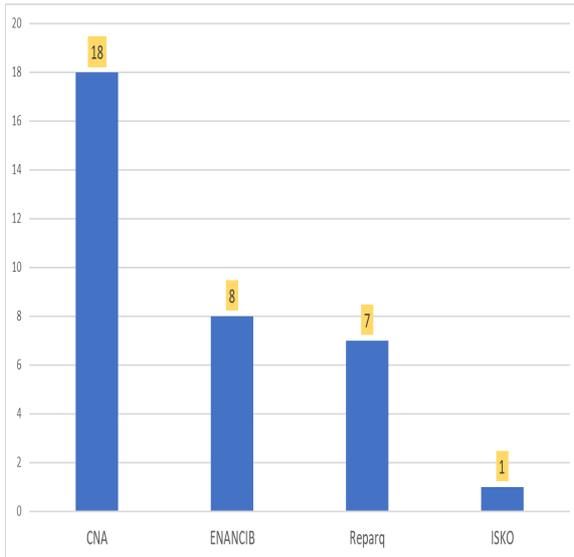


Gráfico 1. Representatividade da temática arquivos pessoais nos eventos científicos analisados

A posição ocupada pelo CNA merece destaque, uma vez que foram realizadas, entre 2004 e 2018, oito edições do evento e o tema foi explorado em 18 trabalhos. Este número é bastante expressivo se comparado às dezoito edições examinadas do ENANCIB, contando, de 1994 a 2017, 8 trabalhos. Apesar de situada em quarto lugar, é de se destacar também a posição da REPARQ, posto que a reunião foi iniciada em 2010 e, dentre as cinco edições realizadas, em quatro o tema foi tratado, totalizando sete trabalhos acerca dos arquivos pessoais. Já na ISKO-Brasil, que figura em último lugar, foi contabilizado apenas um trabalho.

Em relação à produção de cada veículo por ano, observa-se regularidade na REPARQ, uma vez que só no primeiro evento, que por ser embrionário teve um caráter introdutório e abordou questões mais gerais, não houve apresentações sobre os arquivos pessoais. Enxergamos também certa regularidade na relação evento/ano no CNA, que, tal qual a REPARQ, é realizado bianualmente e apenas em duas edições (2006 e 2010) não contou com trabalhos que tratassem do tema. Em contrapartida, o ENANCIB, o mais antigo dos quatro eventos, teve um resultado menos expressivo. Apesar de a primeira edição do evento datar de 1994, apenas a partir da edição de 2011 identificamos a apresentação de trabalhos sobre arquivos pessoais. Ademais, de acordo com a metodologia de busca empregada no levantamento dos ENANCIB e dentro do período estipulado para análise, foram detectados trabalhos acerca do tema apenas até o ano de 2016. Em último lugar encontra-se a ISKO-Brasil, que apenas em sua terceira edição, no ano de 2015, abordou o assunto em uma de suas exposições.

No Gráfico 2 é possível observar a distribuição dos trabalhos apresentados nos eventos ao longo dos anos:

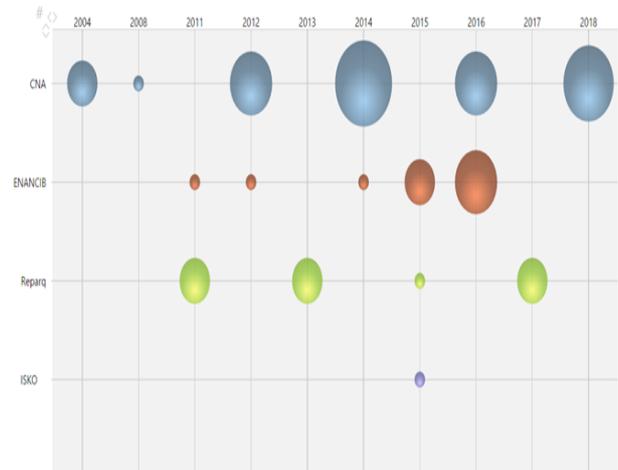


Gráfico 2. Distribuição por evento/ano da produção sobre a temática dos arquivos pessoais

Quanto à identificação dos autores que mais produziram sobre o tema nos quatro eventos em análise, constatamos que quem mais se destacou foi José Francisco Guelfi Campos, com quatro trabalhos, como pode ser observado no Gráfico 3. Vice-coordenador do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Campos possui graduação, mestrado e doutorado em História pela Universidade de São Paulo (USP) e as temáticas de pesquisa em que mais atua são arquivos pessoais, descrição documental, diplomática e tipologia documental.

O autor é seguido de perto por Renato Criveli Duarte e Lúcia Maria Velloso de Oliveira, ambos com o mesmo número de produções (três). Renato Duarte é graduado em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), mestre e doutor em Ciência da Informação pela mesma Universidade e, atualmente, é professor no Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Os temas em que mais atua são arquivologia, memória individual, memória coletiva, memória e arquivos pessoais.

Lúcia Maria de Oliveira é graduada em História (Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ) e em Arquivologia (UNIRIO), mestre em Ciência da Informação (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT), doutora em História Social (USP) e atualmente é diretora-executiva da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Seus principais temas de atuação são organização de arquivos, arquivos pessoais, gestão de documentos, descrição arquivística, usos e usuários dos arquivos e arquivos e sociedade.

O Gráfico 3 apresenta a relação entre autores e número total de produções, abarcando os quatro eventos.

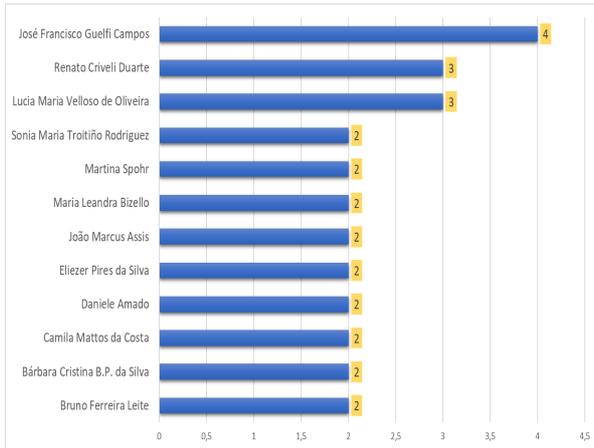


Gráfico 3. Relação de autores e suas respectivas produções sobre a temática arquivos pessoais nos eventos científicos analisados

Ainda que o levantamento realizado seja representativo do estado da arte da produção dedicada aos arquivos pessoais veiculada em alguns dos principais eventos acadêmicos da área, a relação de autores identificados não compreende a totalidade dos pesquisadores brasileiros empenhados no estudo do tema. Com efeito, ao reconhecer que parcela significativa desses pesquisadores não foi contemplada no levantamento empreendido, é possível formular alguns questionamentos: será que os eventos científicos estão sendo devidamente explorados pelos pesquisadores da temática dos arquivos pessoais? O número restrito de autores identificados expressaria o não reconhecimento da eficácia destes canais na veiculação dos resultados obtidos em seus respectivos trabalhos? Em caso afirmativo, quais seriam os canais de comunicação utilizados por estes estudiosos? Existiriam outros canais considerados mais eficientes para a divulgação científica, a exemplo das publicações e eventos específicos sobre arquivos pessoais organizados por instituições como a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), o Museu de Astronomia e Ciências Afins e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)? De outra parte, considerando a transversalidade do tema dos arquivos pessoais para além dos limites da Arquivologia e da CI, os resultados obtidos a partir da análise de eventos selecionados revelaria a necessidade de se ampliar o leque disciplinar da pesquisa a fim de abranger eventos científicos de outras áreas do conhecimento?

Por fim, somando CNA, ENANCIB, REPARQ e ISKO-Brasil, podemos acompanhar a produção de trabalhos sobre arquivos pessoais ao largo do tempo a partir do Gráfico 4.

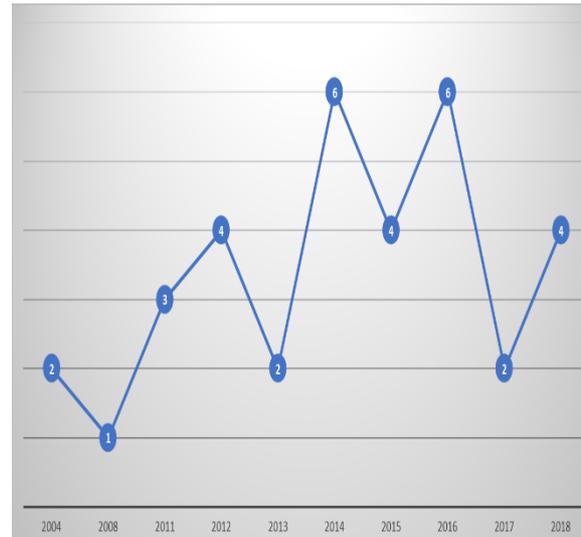


Gráfico 4. Produção no tema por ano

Observamos que não há um comportamento contínuo, posto que os momentos de crescimento são logo seguidos por quedas bruscas, provavelmente motivadas por eventos que ocorrem de maneira bianual, tendo em vista que os anuais (ENANCIB e ISKO-Brasil) apresentam produtividade média menor no assunto. O padrão parece ser a inconstância: enquanto em 2014 e 2016 assiste-se ao auge do tratamento do tema nos eventos, significativamente impulsionados pela CNA, em 2008, 2013 e 2017 são registrados os valores mais baixos.

3 Conclusão

Com o objetivo de compreender o lugar que os arquivos pessoais vêm ocupando na Arquivologia e na Ciência da Informação, no presente artigo procuramos identificar a produção e a difusão de trabalhos sobre o tema nos principais encontros científicos da área, uma vez que reconhecemos a importância desses eventos enquanto meios de difusão e validação do conhecimento produzido no âmbito de uma determinada comunidade científica. O mapeamento dos autores e de seus respectivos trabalhos publicados nos últimos anos nos quatro encontros científicos em análise suscitou aspectos elucidativos sobre as recentes pesquisas produzidas acerca dos arquivos pessoais, bem como ensejou a formulação de questões importantes a serem encaminhadas em reflexões futuras.

Ao dividir a produção em quartis, anima-nos observar o crescimento do interesse em relação ao assunto, haja vista que o último quartil (2013 a 2018) apresenta 24 trabalhos, enquanto nos 3 primeiros quartis, iniciando a

contagem a partir de 1994, identificaram-se apenas 10 produções.

Dentre os principais aspectos observados a partir dos dados levantados, cumpre ressaltar que o CNA se distinguiu como o evento acadêmico em que os arquivos pessoais mais foram abordados, uma vez que, em oito edições, o tema foi objeto de dezoito trabalhos apresentados. Por sua vez, no ENANCIB, das dezessete edições examinadas, o tema foi abordado em oito trabalhos. Já nas cinco edições da REPARQ, os arquivos pessoais foram tratados em sete comunicações, enquanto que nos quatro congressos da ISKO-Brasil o tema foi objeto de análise em apenas uma produção.

De outra parte, em relação ao quantitativo de trabalhos apresentados nos eventos analisados, observamos a existência de acentuadas quedas, em parte, motivadas pelos eventos bianuais. Assim, na continuidade da pesquisa, ao observar a produção periódica, espera-se encontrar outros padrões de comportamento, especialmente, pelo fato das revistas científicas, geralmente, apresentarem fluxo de submissão contínua, permitindo que esta produção seja escoada mais livremente, não necessariamente estando associada ao tema anual de um evento, às ementas dos seus grupos de trabalho ou à sua periodicidade.

Ademais, em que pese a representatividade do atual cenário de pesquisas sobre arquivos pessoais, o quadro de pesquisadores identificado neste artigo, empenhados na divulgação de seus trabalhos nos eventos selecionados, enseja questões que vão desde o reconhecimento da eficácia desses veículos de difusão e validação científica entre os estudiosos do tema até a preferência por outras modalidades de disseminação do conhecimento, a exemplo dos encontros promovidos por instituições especializadas na custódia de arquivos privados.

Da mesma forma, admitindo a natureza interdisciplinar dos arquivos pessoais, o encaminhamento das reflexões ora propostas impõe a ampliação do *corpus* de análise inicialmente delineado, de modo que encontros científicos de outras áreas sejam igualmente objetos de mapeamento. Igualmente, para empreender uma análise mais aprofundada, faz-se necessário incorporar outros veículos de comunicação científica à pesquisa.

É preciso ainda considerar que, em geral, os eventos científicos possuem grupos de trabalho com temas determinados e ementas específicas. Ademais, há trabalhos que são submetidos, mas recusados, além de outros que são aprovados, porém não apresentados. Deste modo, o presente estudo teve-se especificamente às produções indexadas aos anais, que, de certo, cumpriram todo o fluxo da comunicação científica, o

que não anula a existência de outras formas de interesse científico registradas.

Por fim, constatamos a necessidade de um estudo orientado à identificação de redes de relação entre pesquisadores da temática a fim de descobrir quais os canais privilegiados por esta parcela da comunidade acadêmica para difundir o conhecimento, assim como identificar as conexões entre estudiosos dos arquivos pessoais de modo que seja possível compreender a conformação de grupos de pesquisas e o compartilhamento de pressupostos teórico-metodológicos que se estabelecem no interior do domínio.

Referências

- ARAÚJO, Carlos Alberto A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, v. 12, n. 1, dez. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>>. Acesso em: 15 jun. 2019.
- ARBOIT, Aline Elis; BUFREM, Leilah Santiago. Produção de trabalhos científicos em eventos nacionais da área de Ciência da Informação. *TransInformação*, Campinas, 23(3):207-217, set./dez., 2011.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB) (Rio de Janeiro) (Org.). *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB)*. 2014. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/index>>. Acesso em: 23 maio 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB) (Belo Horizonte) (Org.). *XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XV ENANCIB)*. Além das nuvens: expandindo as fronteiras da Ciência da Informação. 2014. Disponível em: <<http://enancib2014.eci.ufmg.br/>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ANCIB) (João Pessoa) (Org.). *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)*. Informação, Memória e Patrimônio. 2015. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/schedConf/presentations>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2016, Salvador. *Anais do XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)*. Descobrimientos da Ciência da Informação: desafios da multi, inter e transdisciplinaridades. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

- (ANCIB) (Marília) (Org.). *XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVIII ENANCIB)*. 2017. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiencib/ENANCIB/schedConf/presentations>>. Acesso em: 20 maio 2019.
- BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P. M. (Org.). *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação*. Brasília: Thesaurus, 2007, p. 17-38.
- CAMPELLO, Bernadete Santos. Encontros científicos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et all (Org). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.p. 55-72.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 1., 2004, Brasília. *Anais do I Congresso Nacional de Arquivologia*. Os arquivos no século XXI: políticas e práticas de acesso às informações. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2004. Disponível em: <<https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2004/>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA (Rio de Janeiro). *II Congresso Nacional de Arquivologia*. 2006. Disponível em: <<https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2006/programacao.htm>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. *Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia: Arquivologia e suas múltiplas interfaces*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 4., 2010, Vitória. *Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia*. A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2010.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., 2012, Salvador. *Arquivologia e Internet: conexões para o futuro*. Salvador: CNA, 2012. Disponível em: <https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/Caderno_de_Resumos.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 6., 2014, Santa Maria. *VI Congresso Nacional de Arquivologia: Arquivologia, sustentabilidade e inovação*. Santa Maria: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/dfloresbr/arquivologia-sustentabilidade-e-inovao-vi-congresso-nacional-de-arquivologia-anais-do-vi-cna-2014>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA (Fortaleza). *Anais do VII Congresso Nacional de Arquivologia*. 2016. Disponível em: <<http://www.arquivece.com.br/cna/anais>>. Acesso em: 13 maio 2019.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 8., 2018, João Pessoa. *Anais VIII Congresso Nacional de Arquivologia: Ética, responsabilidade social e políticas de acessibilidade para a Arquivologia*. João Pessoa: Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), 2018. Disponível em: <http://racin.arquivologiauepb.com.br/publicacaoanterior_v6nesp.htm>. Acesso em: 13 maio 2019.
- LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da Arquivologia. *Gragoatá*, Niterói, n.15, p.69-82, 2003.
- MUELLER, Suzana P. M. A Ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et all (Org). *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2000.p. 21-34.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 1., 2011, Brasília. *A formação e a pesquisa nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: Thesaurus, 2011.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2., 2012, Rio de Janeiro. *Novas dimensões da pesquisa e do ensino de Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 3., 2015, Salvador. *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2015.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 4., 2015, João Pessoa. *Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil*. João Pessoa: UFPB, 2015.
- REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 5., 2018, Belo Horizonte. *Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.
- ZIMAN, John. Comunidade e comunicação. In: _____. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo/USP, 1979. Cap. 6, p. 115-138.

Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal

Unexpected, but possible: a diplomatic approach to newspaper clippings

José Francisco Guelfi Campos

Universidade Federal de Minas Gerais - Escola de Ciência da Informação. Av. Antônio Carlos, 6627, Gabinete B-4026, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.270-901. jfgcampos@eci.ufmg.br.

Resumo

A presença de recortes de jornal em arquivos impõe ao arquivista uma série de desafios de ordem prática e intelectual, relacionados à conservação preventiva, ao arranjo, à descrição e à representação das séries documentais nos instrumentos de pesquisa. Neste trabalho, discutimos a condição arquivística dos recortes de jornal, defendendo o reconhecimento dos atributos funcionais que podem ostentar quando integram um fundo e seu tratamento fundamentado no contexto de acumulação e na adequada identificação das espécies documentais pelas quais podem ser nomeados. Com base nos resultados de pesquisa recém-concluída, exploramos a aplicação do corpo de conceitos da diplomática geral para identificar e definir as espécies documentais derivadas das diferentes modalidades do relato jornalístico encontradas nos arquivos sob o formato de recortes. O estudo, que resultou na validação de uma diplomática especial construída por meio do cruzamento de conceitos e noções da arquivologia, da diplomática e das ciências da comunicação e da linguagem, deu origem também a um glossário ilustrado de espécies documentais.

Palavras-chave: Recortes de jornal, Diplomática, Tipologia documental; Glossário.

Abstract

The existence of newspaper clippings in the archives challenges archivists in both practical and intellectual ways, especially when it comes to preventive conservation, arrangement, description, and representation of the series in finding aids. In this paper, the archival status of newspaper clippings is discussed in order to defend the recognition of the functional attributes they can reveal when they are part of a *fonds*, as well as their treatment oriented by the context of accumulation and the identification of the terms by which the documents can be named. Based on the results of a recently completed research, the validity of the body of concepts of general diplomatics is examined in its application to different products of journalistic writing found in the archives under the format of clippings or fragments. Besides the validation of a special diplomatics built by the crossing of concepts and notions from diplomatics, archival studies, communication, and language sciences, the study resulted in an illustrated glossary of document forms.

Keywords: Newspaper clippings; Diplomatics; Contemporary Diplomatics; Glossary.

Quem trabalha com arquivos provavelmente já se deparou com conjuntos – às vezes assustadoramente extensos – daquilo a que se denomina, genericamente, recortes de jornal. Para além do volume, outras questões mais capciosas impõem dilemas para os quais é difícil encontrar solução: como acondicioná-los de modo a preservá-los em longo prazo e resguardar o restante do acervo da acidez que deles se irradia? Como descrevê-los, sem ceder a denominações imprecisas no momento de reconhecer as espécies documentais? Como traçar o elo entre o material aparentemente fragmentário e as razões que determinaram sua acumulação, sem ceder a artificios classificatórios genéricos? No limite, é possível destinar aos recortes de jornal um tratamento calcado nos princípios que norteiam o quefazer arquivístico, isto é, seria possível reconhecê-los como documentos de arquivo?

Neste trabalho, pretendemos abordar parte destes desafios à luz dos resultados obtidos em pesquisa de doutorado recentemente concluída (CAMPOS, 2018). Tendo em vista que os chamados recortes de jornal se manifestam tanto em arquivos de natureza institucional

quanto naqueles acumulados por indivíduos, procurou-se reafirmar sua condição instrumental pela via de sua correspondência às atividades e aos eventos dos quais constituem prova ou subproduto, elemento suficiente, quando balizado pela observância estrita ao princípio da proveniência, para conferir-lhes um lugar lógico na estrutura orgânica dos arquivos em que se encontram, para, então, abordá-los pelo prisma do reconhecimento das espécies documentais capazes de nomeá-los e dotá-los de identidade, marcando, assim, as especificidades das diversas modalidades do relato jornalístico que podem ser encontradas, nos arquivos, sob o formato de recorte. Para tanto, foi necessário operar na intersecção de conceitos e noções próprios da arquivística, da diplomática, da editoração e das ciências da comunicação e da linguagem, num exercício essencialmente interdisciplinar que resultou, de um lado, na concepção de uma diplomática especial caracterizada pela expansão do objeto material desta disciplina e, por outro, em glossário ilustrado composto pela definição de 88 espécies documentais.

1 Recortes de jornal: documentos de arquivo?

Não espanta que muitos profissionais de arquivo cheguem mesmo a rotular os recortes de jornal como uma “praga” ou um “pesadelo”. Sob qualquer aspecto, o jornal não é feito para durar. No que diz respeito à materialidade do suporte, a baixa qualidade e a elevada acidez do papel parecem condená-lo à incontornável autodestruição; do ponto de vista do conteúdo, os dados nele registrados também têm prazo de validade determinado, dado que o jornalismo se desenvolve sob a égide da atualidade, da instantaneidade. Não à toa os estudiosos de língua inglesa tomaram de empréstimo o termo grego *ephemera* para designar os recortes de jornal, definindo-os como documentos que “carregam informação gráfica ou textual destinada a sobreviver apenas pela duração de um evento” (OTT; TUCKER; BUCKLER, 2006, p. 18, trad. nossa).

Se a presença dos recortes de jornal nos arquivos é fato incontestável, vale observar, como o fez Camargo (2009, p. 29-30), que eles constituem, a bem da verdade, material tão pouco apreciado que não raro chegam a ser rejeitados sob o argumento de que os dados neles registrados podem ser encontrados e recuperados nas hemerotecas (físicas ou digitais) e nos centros de documentação das empresas jornalísticas [1]. Tal argumento, frágil em sua essência, desconsidera o fato de que nestes espaços, os jornais e, eventualmente, os recortes extraem seu valor tão somente de seu conteúdo, submetidos a tratamento orientado exclusivamente pelo enfoque sobre a “informação” neles veiculada.

Quando fazem parte de um arquivo, no entanto, os recortes revestem outra dimensão de sentido, dependente dos atributos funcionais determinados pelo contexto de acumulação e uso. Adquirem, portanto, um lugar lógico no complexo de atividades, eventos e esferas de ação que justificam a sedimentação do fundo, articulando-se de maneira orgânica ao conjunto documental para compor, junto dos demais documentos, um testemunho da trajetória e dos interesses da entidade que os acumulou. Se, no âmbito das instituições, os recortes podem muito bem constituir material de apoio para sondagens, pesquisas preliminares ou mesmo para o acompanhamento da repercussão da imagem corporativa, é raro que excedam a condição de subsídios para a elaboração de arazoados, pareceres, projeções e outros documentos a serem preservados em caráter permanente. Nos arquivos pessoais, entretanto, raro é não se deparar com conjuntos de recortes à espera de que alguém reconheça sua condição instrumental [2].

Como bem notou Marie-Anne Chabin (1999, p. 67-69), nos arquivos se encontram tanto documentos arquivísticos “de nascença” (dotados de evidente caráter instrumental que os habilita a viabilizar atividades rotineiras) quanto documentos arquivísticos “de batismo”, que, a despeito de serem destituídos de estatuto probatório congênito, não deixam de constituir

vestígios ou testemunhos do passado. Se é bem verdade que, por natureza, os recortes de jornal não deveriam ser considerados documentos arquivísticos, haja vista que não são meios credíveis para a materialização de fatos juridicamente relevantes, não se prestam a provar ações ou garantir direitos e nem são eivados da força necessária para criar, modificar ou extinguir situações no interior de um sistema jurídico [3], o fato de terem sido acumulados e preservados para uso posterior, à guisa de subsídios para ação ou como material de referência, faz com que sejam guindados à condição de documentos de arquivo. A relação orgânica de que passam a desfrutar com relação aos demais documentos do fundo em que se encontram lhes confere potencial informativo que supera o conteúdo neles consignado, credenciando-os, de um lado, como fontes relevantes para a pesquisa e, por outro, como documentos passíveis de tratamento arquivístico.

2 O império da imprecisão

Reconhecer os recortes de jornal como documentos passíveis de tratamento arquivístico implica duplo desafio. De um lado, impõe-se o dever de contextualizá-los a partir de categorias que revelem os seus atributos funcionais, ou seja, identificar o lugar que ocupam no complexo de atividades, eventos e áreas de ação da entidade acumuladora. De outro, é preciso nomeá-los adequadamente, reconhecendo espécies e tipos documentais. Estas duas operações (apenas aparentemente triviais) são indispensáveis para compreender o lugar lógico dos documentos no interior do fundo, fixando sua posição no quadro de arranjo, e para reunir os itens documentais em séries nos instrumentos descritivos [4].

Não é preciso muito esforço para constatar que os recortes de jornal constituem um “corpo estranho” nos arquivos. A consulta a alguns exemplares de instrumentos de pesquisa revela todo um leque de imprecisões teóricas, conceituais e terminológicas, algumas das quais vale a pena examinar.

No que tange aos quadros de arranjo, os recortes geralmente ocupam posição apartada, como se constituíssem conjunto autônomo, sem relação, portanto, com os demais grupos ou séries em que se divide o arquivo [5]. Não raro, toma-se como parâmetro a técnica de registro para reuni-los no grupo dos chamados “documentos impressos”. Também o fato de não terem sido originalmente produzidos pelo titular do arquivo justifica, inadvertidamente, sua inclusão na rubrica genérica “produção intelectual de terceiros”. Quando a opção é por manter, no arranjo, a ordenação dada pelo titular do arquivo aos seus documentos, os recortes podem figurar, naturalmente, em mais de um lugar na estrutura do fundo, como se vê no inventário do arquivo de Nelson Coelho de Senna, em que “em obediência a um procedimento do titular, ao final de

cada série foram agrupados os recortes de jornal cujos conteúdos se equivalem.” (ARQUIVO..., 2000, p. 21).

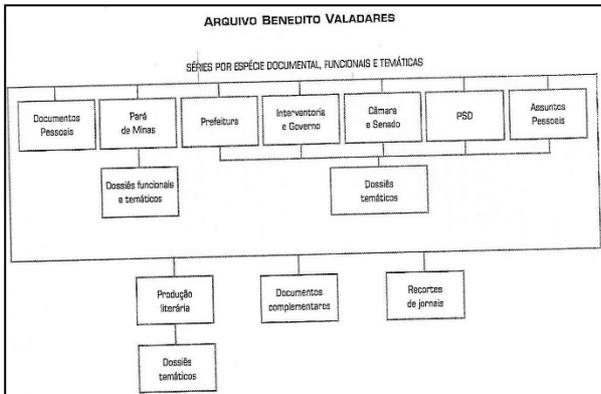


Figura 1. Quadro de arranjo do fundo Benedito Valadares (CPDOC-FGV), em que a série “recortes de jornal” figura isolada, posicionada após a série “documentos complementares” (CENTRO..., 1998, p. 18)

Estes exemplos ilustram, cada qual à sua maneira, tentativas – nem sempre bem-sucedidas – de representar a posição dos recortes no interior dos fundos em que se encontram. Evidentemente, a definição do lugar lógico dos documentos na estrutura do fundo depende do estudo minucioso da proveniência, tendo em vista a compreensão daquilo que os arquivos têm de mais específico e característico: o circuito fechado que se estabelece entre os itens documentais e as atividades rotineiras ou os eventos esporádicos que motivaram sua produção e acumulação. Esta qualidade singular e própria dos arquivos desqualifica, *ab initio*, qualquer artifício classificatório que resulte na formação de grupos ou séries orientados por elementos exteriores à funcionalidade dos documentos (suporte, formato, técnica de registro).

A controvérsia não se esgota aí. Quando se passa do arranjo para a descrição, afloram problemas de outra natureza. Trata-se da maneira de “nomear” os documentos, que perpassa o entendimento e o reconhecimento das espécies e tipos documentais. Não tem sido incomum observar, quando estão em jogo os recortes de jornal, a adoção de estratégias incongruentes, não raro orientadas pelo conjunto de elementos que compõem a referência bibliográfica, como se a autoria, o título e a data de publicação dessem conta de substituir a denominação dos documentos pela espécie ou, pior, induzir a compreensão do conteúdo, do potencial informativo ou mesmo dos atributos funcionais que garantem o real sentido dos documentos em um arquivo.



Figura 2. Descrição dos itens da série “recortes de jornais” do arquivo de Cyro dos Anjos, orientada pelas normas de redação de referência bibliográfica (ACERVO..., s.d.)

Outros exemplos revelam a tentativa de identificar os fragmentos extraídos de jornais a partir de termos genéricos – “recorte”, “texto”, “matéria” –, não raro acompanhados de resumos do conteúdo ou do “assunto”. É bem verdade que as instituições arquivísticas nem sempre se orientam por um critério único e exclusivo para descrever os recortes de jornal, situação que leva forçosamente a discrepâncias muitas vezes marcantes entre os instrumentos de pesquisa e que se explica, vale observar, por fatores diversos, entre os quais a distância temporal que separa o tratamento dos fundos ou mesmo das etapas pelas quais se desenvolve o processamento técnico de um mesmo arquivo, a rotatividade de pessoal nas equipes de trabalho, as limitações impostas pelos prazos para conclusão dos trabalhos e pelos desníveis de formação dos profissionais envolvidos, além do entendimento que se faça, em diferentes circunstâncias, do sentido da acumulação dos documentos.

A adoção de termos amplos e demasiadamente genéricos para qualificar certas parcelas dos arquivos não é exclusividade dos chamados recortes de jornal. Expressões como “documentos pessoais” e “correspondência” têm sido largamente empregados para descrever conjuntos de documentos que, apesar de diferentes entre si, parecem ostentar natureza supostamente semelhante. Tal artifício, no entanto, revela-se armadilha perigosa, dado que induz ao obscurecimento toda uma gama de espécies e tipos documentais que se manifestam na esfera da identificação civil, dos atos de relação e no universo das matérias publicadas na imprensa diária. Em que pese ao fato de tais documentos guardarem certa afinidade no que diz respeito aos suportes, aos formatos e até mesmo à funcionalidade, cumpre observar que são dotados de estruturas formais e semânticas próprias, além de outras típicas que lhes conferem identidade e os tornam, portanto, diferentes entre si.

Convém reconhecer que o recurso tão frequente a estratégias e subterfúgios classificatórios e descritivos, que se traduz no uso de termos imprecisos

para substituir as espécies e tipos documentais, chega mesmo a configurar procedimento “antiarquivístico”, na medida em que seus efeitos – vale reiterá-los: obscurecimento do potencial informativo das séries, marginalização de determinadas fatias do arquivo e destituição da identidade de certos documentos – vão na direção justamente oposta daquilo que pregou renomada arquivista alemã quando definiu a arquivística como “ciência dos contextos e relações” (MENNE-HARITZ, 1998).

3 A diplomática e os recortes de jornal

Os desafios da descrição documental, sobretudo no que tange à fixação das espécies e tipos documentais, manifestam-se independentemente da natureza institucional ou pessoal dos arquivos. No entanto, vale reconhecer que os arquivos pessoais – e é neles em que vamos encontrar maior volume de recortes de jornal – podem oferecer um grau de dificuldade acentuado, justamente porque costumam reunir grande quantidade de documentos produzidos sem o rigor que caracteriza a gênese documental no âmbito da administração e dos fatos juridicamente relevantes.

Como bem notou o professor Manuel Vázquez (1987, p. 181-182), assim como não existem “homens” em abstrato, e sim homens e mulheres, não há “documentos” em abstrato, mas *tipos documentais*. Neste sentido, como reconhecer e definir as espécies e tipos documentais obscuramente nomeadas como “recortes de jornal”?

Fomos buscar na Diplomática os subsídios para a empreitada de identificar e caracterizar as espécies que geralmente se apresentam nos arquivos sob o formato de recortes. Foi preciso, no entanto, recorrer aos aportes de outras áreas do conhecimento, como as ciências da comunicação, a linguística, a teoria do jornalismo e às técnicas de editoração, esforço que resultou na articulação, combinação e transposição de conceitos e noções próprios de cada campo disciplinar, sem perder de vista a orientação arquivística de nosso estudo.

3.1 A diplomática ontem e hoje

Surgida no século XVII, a diplomática se ocupou, tradicionalmente da verificação da autenticidade dos chamados “documentos diplomáticos”, isto é, aqueles que resultam de um fato de natureza jurídica, revestidos de uma estrutura determinada que condiz com seu conteúdo jurídico e lhes confere fê pública e valor probatório (TOGNOLI, 2014, p. 63). Justificada, em seu nascedouro, pela aplicabilidade prático-jurídica, a diplomática se afirmou, no século XIX, na condição de disciplina auxiliar da história. Contudo, as transformações no campo dos estudos históricos, com a emergência de uma “nova erudição” calcada na

renovação da crítica documental (LE GOFF, 2011) e o alargamento do conceito de fonte para os historiadores, abalaram a primazia do documento escrito como matéria-prima para o estudo e a interpretação do passado.

Em meados do século XX, vozes como as de Heinrich von Fichtenau, Georges Tessier e Robert-Henri Bautier [6] começaram a denunciar certa inquietação em relação às limitações do objeto material e da própria finalidade da diplomática. A literatura especializada tem reiterado, quase que unanimemente, a existência de uma “crise de esgotamento” da disciplina, examinando seus efeitos na ampliação da esfera de atuação dos estudos diplomáticos, embora exista quem, na contramão, procure reafirmar seu caráter histórico, filológico e essencialmente medievalista (GHIGNOLI, 2007, p. 908). Imaginária ou não, a crise de identidade ou de esgotamento fez com que a diplomática, no afã de conquistar sua independência em relação à história, acabasse por se aproximar de outro campo do saber: a arquivística.

Vale a pena insistir em apontar a necessidade de matizar a relação entre estas duas disciplinas, tendo em mente que o contato entre elas não foi (e arriscamos dizer que ainda não é) fácil ou pacífico, restando muito por estudar no que diz respeito aos pontos de conflito e dos debates construtivos que culminaram nos movimentos de aproximação iniciados na década de 1960, como bem alerta a arquivista italiana Paola Carucci (2006, p. 19).

De uma forma ou de outra, fato é que, ao longo da segunda metade do século XX, o corpo de conhecimentos e procedimentos estabelecido pela diplomática vai ganhando novas aplicações, delineando um campo de estudos que, em que pese ao seu surgimento relativamente recente, vem sendo bastante explorado e oferece terreno fértil para novas investidas e desdobramentos. Trata-se da tipologia documental, também chamada diplomática contemporânea ou diplomática arquivística, que consiste, no dizer de Bellotto (2008, p. 7), na “ampliação da diplomática em direção da gênese documental”. Para Carucci, se o objeto formal da diplomática é o estudo da gênese e da forma dos documentos e o da arquivística é o processo de formação dos arquivos e da tradição de cada entidade produtora, “o estudo de cada fundo implica necessariamente a análise diplomática dos documentos que os compõem” (CARUCCI, 2006, p. 20-21, trad. nossa).

Se o objeto material da diplomática tradicional é o documento pelo documento, isto é, a peça isolada, a tipologia documental procura observar os documentos “enquanto componentes de conjuntos orgânicos”, perseguindo sua contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade que os produz e/ou acumula, sem prescindir, no entanto, da análise atenta da configuração interna e externa dos

documentos e do estudo jurídico de suas partes e de seus caracteres (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Justamente por não abrir mão de examinar os elementos intrínsecos e as feições externas dos documentos, o estudo tipológico permite – para além de captar os documentos em seu meio genético – reconhecer as estruturas formais típicas e as fórmulas estereotipadas que conformam e introduzem o conteúdo tópico e circunstancial de cada documento, subsidiando, assim, a identificação, a caracterização e a definição das espécies documentais.

Ao aproximar-se da arquivística, a diplomática revisitou, forçosamente, o seu objeto material, superando o documento diplomático para concentrar-se no “documento escrito”, sem que isso significasse, no entanto, sua restrição ao gênero textual. Segundo Luciana Duranti (1989, p. 15, trad. nossa), o atributo “escrito”, em diplomática, deve ser entendido nos termos da “expressão de ideias numa forma objetivada (documentária) e sintática (orientada por regras de disposição).” Em seu entendimento, tais documentos interessam à diplomática na medida em que têm seu conteúdo organizado em torno de regras de representação que provam, em primeiro lugar, a intenção de transmitir informação.

Bruno Delmas, por seu turno, foi além. Partindo da definição clássica do conceito de documento, reitera a multiplicidade de suportes e gêneros que, atualmente, caracterizam os documentos de arquivo. Do papel aos cartões com *chip*, dos documentos analógicos aos digitais, passando pelos objetos, a natureza de todos eles converge para o fato de que são “instrumentos e produtos de uma ação, conservados a título de prova e testemunho” (DELMAS, 2010, p. 130).

3.2 Arquivos pessoais e documentos “inusitados”

Apesar dos diversos estudos que demonstram a versatilidade do estudo da tipologia documental e a extensão de seu objeto material (do documento diplomático ao documento de arquivo, do documento de arquivo à informação orgânica), comprovando sua utilidade como ferramenta na consecução das funções arquivísticas, cumpre observar que, não obstante a aplicação do método diplomático a uma gama cada vez mais ampla de documentos, o objeto da disciplina não superou o “documento institucional”, como o define Delmas (2010), originado no seio das rotinas administrativas e quase sempre derivado de fatos juridicamente relevantes. Estariam, assim, os arquivos pessoais – repletos de documentos cuja produção escapa à obrigação legal e aos ditames do direito, eivados, portanto, de formas discricionárias que se traduzem em estruturas inusitadas – fora do escopo das preocupações da diplomática?

Delmas (2010), em seu “Manifesto por uma diplomática contemporânea”, reconheceu a correspondência existente entre a metodologia diplomática e os mecanismos de funcionamento de sofisticados sistemas de coleta automatizada de dados. Duranti, por sua vez, à frente das sucessivas etapas do Projeto InterPARES, vem agora se ocupando dos padrões de confiabilidade de dados disponibilizados na Internet. Outros trabalhos procuraram sondar o potencial da diplomática para o tratamento temático da informação em bibliotecas e em diferentes contextos tecnológicos e informacionais (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009). Documentos derivados de fatos juridicamente irrelevantes ou de caráter essencialmente técnico, como manuais de instruções e bulas de remédio, também já figuraram como objeto de pesquisas eivadas de viés diplomático.

Diante de um quadro tão multifacetado, convém, então, questionar: o que, de fato, impede de proceder ao estudo tipológico dos documentos acumulados ao longo da vida dos indivíduos, dotados, a despeito de suas peculiaridades formais, de atributos funcionais identificáveis?

Embora trabalhe com documentos originados por força dos imperativos administrativos, Duranti defende a possibilidade de aplicação dos métodos e princípios da diplomática aos “documentos que expressam emoções e pensamentos”, criados no âmbito da intimidade, uma vez que “os hábitos sociais e rotinas tendem a penetrar todos os aspectos da vida humana” (DURANTI, 1989, p. 15, trad. nossa). Neste sentido, os usos e costumes sociais, as normas de etiqueta e as regras de conduta e convívio em sociedade desempenham não apenas um papel fundamental no controle das ações cotidianas dos indivíduos como também chegam, em alguma medida, a determinar a forma com que estas ações são transpostas para o meio escrito.

Neste sentido, convém chamar a atenção para o artigo seminal de Ana Maria Camargo (1998), em que submete uma participação de casamento, revestida das feições de um pequeno livro de poesia, à análise de seus caracteres internos e externos para demonstrar a manifestação de fórmulas estereotipadas por meio das quais é possível identificar o vínculo entre o documento e a ação a que se destina. Em face das peculiaridades típicas dos arquivos pessoais, aponta a autora que a abordagem dos documentos que os compõem depende, em larga medida, da identificação e do exame dos usos, costumes e códigos sociais (em função do tempo e do espaço em que se inserem) que, representados em fórmulas, conferem aos documentos, mesmo àqueles mais inusitados, características comuns capazes de aproximá-los no que diz respeito aos seus atributos funcionais e, conseqüentemente, aproximá-los no plano da tipologia documental.

Ao ocupar-se do estudo das estruturas física e intelectual dos documentos, a diplomática, com seu corpo de

conhecimentos renovados, pode ser aplicada na solução de um problema cotidianamente enfrentado pelos profissionais que se dedicam às funções desempenhadas nos arquivos permanentes: que “nome” dar aos documentos? Como designá-los de maneira inequívoca, de modo a formar as séries documentais e distribuí-las entre as classes contextuais que dão corpo ao arranjo?

Se o tipo documental é a “configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 80), sua fixação depende, em primeiro lugar, da identificação da espécie, entendida como “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 46). Para tanto, faz-se necessário reconhecer e caracterizar seus elementos internos e externos, examinando a maneira como eles interagem, tarefa complexa para a qual a diplomática oferece fundamentação indispensável.

Quando entram em cena os recortes de jornal, o desafio que se apresenta, no sentido de estudar a gama de espécies ofuscadas pela denominação genérica, é justamente o de discernir a respeito da extensão da validade dos aportes da diplomática (mesmo tendo em conta a ampliação de seu objeto material nas últimas décadas) e examinar a necessidade de relacioná-los com o saber produzido em outras searas do conhecimento.

3.3 Uma diplomática especial

Como bem demonstrou Duranti (1990), empregar a diplomática aos documentos que, originalmente, não fazem parte do escopo de seu objeto material não implica a reinvenção de toda a teoria ou a revolução da prática. Trata-se mais do exercício de avaliar em que medida os referenciais consagrados da disciplina se mantêm válidos e operantes e as situações em que devem ser atualizados ou adaptados em função da natureza específica do objeto que se pretende analisar.

É preciso não perder de vista, no entanto, o fato de que os recortes de jornal estão muito longe daquilo que a diplomática consagrou como seu objeto material, mesmo com as renovações introduzidas por sua vertente contemporânea. Contudo, a produção do conteúdo estampado nos jornais diários está condicionada a uma série de rotinas, normas e padrões que resultam em estruturas textuais identificáveis. Em que pese a condição marginal, para a diplomática, dos documentos cuja linguagem permanece abaixo do limiar da percepção do direito, como observou Geoffrey Yeo (2017), os recortes de jornal não estão assim tão fora do horizonte de aplicação do método diplomático, uma vez que atendem às condições destacadas por Duranti (1989, p. 16, trad. nossa): são “produzidos de acordo com um procedimento, uma rotina ou um hábito e no contexto de uma atividade prática.”

Enquanto a diplomática *geral* se caracteriza como um corpo de conceitos, a diplomática *especial* constitui o ramo de aplicação em que estes conceitos se individualizam, desenvolvem e se esclarecem à luz de casos singulares, concretos, reais e facilmente exemplificáveis (em lugar de uma documentação geral, abstrata e atípica), constituindo, no entendimento de Duranti (1989, p. 9), a real função da crítica documental. Ao privilegiarmos certos documentos derivados de atividade humana específica, com todas as ressalvas que lhes podem ser imputadas, inserimos nosso estudo na seara da chamada diplomática especial, o que demanda duplo esforço de compreensão.

De um lado, é preciso procurar entender como a atividade jornalística se organiza e se desenvolve para identificar as formas de expressão e as peculiaridades de seus produtos (as matérias jornalísticas). Mais que isso, há também que se estudar a própria lógica de composição do jornal, haja vista que nem tudo o que se estampa em suas páginas é conteúdo propriamente “jornalístico”. Por outro, é necessário buscar em outros campos do conhecimento os subsídios necessários para a (re)definição dos elementos típicos da crítica diplomática, num exercício de articulação, transposição e adaptação de conceitos e noções de uma área para a outra.

Em nossa pesquisa, partimos do exame atento do método de análise diplomática, segundo as sistematizações de Duranti (1991), Carucci (1987), Bellotto (2008) e Tognoli (2014), submetendo os conceitos aí implicados ao confronto com a terminologia própria da arquivística, observando pontos de contato e as discrepâncias entre definições propostas pelos dicionários da área [7]. Para compreender a organização da atividade jornalística e as características das manifestações textuais dela resultantes, recorremos a ampla revisão de estudos das áreas das ciências da comunicação e da linguagem [8], bem como aos manuais de redação editados por três grandes jornais diários (*O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo*) e dicionários especializados em jornalismo, comunicação, editoração e gêneros textuais (BAHIA, 2010; COSTA, 2009; NEIVA, 2013; RABAÇA; BARBOSA, 2001).

Pôde-se, então, perceber que as ciências da comunicação e da linguagem utilizam, em muitos casos, os mesmos termos que constituem a terminologia da arquivística e da diplomática, sendo possível, em que pese aos sentidos divergentes que adquirem em cada área, vislumbrar alguma equivalência entre eles.

Quadro 1. *Definições de conceitos e noções segundo a arquivística, a diplomática e as ciências da comunicação*

Conceito/ Noção	Arquivística/ Diplomática	Ciências da comunicação
--------------------	------------------------------	----------------------------

Categoria	Atributo estipulado pelo reconhecimento da gradação da representatividade jurídica do conteúdo dos documentos.	Atributo definido a partir do propósito comunicacional e da natureza estrutural do relato.
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.	Desdobramento do formato, segundo a manifestação de elementos diversos (angulação, conteúdo, estilo, morfologia, natureza, topicalidade).
Forma	Estágio de preparação e de transmissão dos documentos.	
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a sua natureza e o modo como foi confeccionado.	Instrumento pelo qual os emissores se manifestam e fazem circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas.
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo.	Categoria abrangente, estipulada por um ou mais propósitos comunicativos que resultam em unidades textuais autônomas.
Tipo	Configuração que assume uma espécie documental, de acordo com a atividade que a gerou.	Modelo assumido pela mensagem de atualidade com a finalidade de melhor preencher a função social que lhe corresponde na engrenagem midiática, exibindo singularidades geoculturais ou traços corporativos.

Fonte: Campos (2018, p. 232-233), com base em Camargo e Bellotto (2012), Costa (2008), Melo e Assis (2016) e Melo (2013, 2003).

De forma sintética, o quadro a seguir demonstra a equivalência entre conceitos e noções empregados pelas ciências da comunicação, pela arquivística e pela diplomática.

Quadro 2. *Correspondência entre conceitos e noções da arquivística, da diplomática e das ciências da comunicação*

Ciências da comunicação	Arquivística/Diplomática
--------------------------------	---------------------------------

Formato	Espécie documental
Espécie jornalística / tipo jornalístico	Tipo documental
Gênero	Categoria documental

Fonte: Campos (2018, p. 239).

O cruzamento dos conceitos aplicados nas diferentes áreas do conhecimento permitiu a delimitação e a definição dos elementos que, a despeito de assumirem posição intermediária na forma documental [9], têm importância fundamental para a caracterização tipológica dos recortes de jornal. Contudo, a identificação das espécies documentais depende do reconhecimento de toda uma gama de caracteres que se manifestam “fora” e “dentro” dos documentos, isto é, aquilo a que a diplomática considera elementos externos (ou extrínsecos) e internos (ou intrínsecos).

A manifestação dos elementos externos vai depender, em boa medida, de certos fatores como as circunstâncias da acumulação, as finalidades a que os documentos serviram e os modos como foram utilizados, os hábitos de leitura, as formas e o estágio de organização, além das técnicas de produção do jornal, que determinam o aparecimento de caracteres que concorrem para dotar as unidades textuais de identidade visual por meio de recursos das artes gráficas e da composição tipográfica, da diagramação e das ilustrações, empregados para enriquecer as matérias, delimitar espaços, separar conteúdos e embelezar as páginas.

Já os elementos internos, que respondem pela articulação do conteúdo dos documentos, podem ser percebidos por meio do estudo das técnicas e normas de redação do texto jornalístico. Estão, neste caso, também sujeitos a uma partição típica, segundo preconizam os manuais de jornalismo, que dividem o relato noticioso em três seções: “cabeça” (protocolo inicial), “corpo” (texto) e “pé” (protocolo final) [10].

Quadro 3. *Roteiro de análise do relato jornalístico*

Elementos externos	Material	Suporte Formato
	Composição e diagramação	Leiaute / Formatação Tipografia
	Arte	Destaque Ornamentação gráfica Ilustração
	Espécie/tipo documental	

Elementos intermediários	Categoria documental	
Elementos internos	Cabeça	Titulação Crédito Abertura
	Corpo	Explicação Contextualização Complementação
	Pé	Conclusão Crédito

Fonte: Campos (2018, p. 287).

O roteiro acima, elaborado a partir do cruzamento dos aportes reunidos em estudos de diferentes áreas do conhecimento, permite a análise das diferentes modalidades do relato jornalístico, independentemente do período em que foram produzidos. Variações do estilo jornalístico, que incidem diretamente sobre as fórmulas textuais empregadas na redação, fazem com que nem todos os elementos previstos num modelo de análise “ideal” se manifestem necessariamente ao mesmo tempo no interior dos documentos.

Submetido a validação, por meio de sua aplicação a exemplares redigidos segundo estilos jornalísticos diferentes e dotados de estruturas com variado grau de complexidade, o roteiro mostrou-se eficaz para a identificação das estruturas textuais que compõem os relatos jornalísticos, subsidiando o reconhecimento das características que os dotam de especificidade, contribuindo, assim, para a distinção das diferentes modalidades textuais que preenchem as páginas dos jornais, tornando possível atribuir-lhes um “nome” equivalente à espécie documental.

4 Dando nome aos documentos

Quando fazem parte de um arquivo, os recortes de jornal revestem sentido dotado de especificidade que supera em muito em o conteúdo neles consignado. Ao lado dos demais documentos com os quais convivem, passam a compor um todo orgânico capaz de oferecer um testemunho ou mesmo um reflexo *sui generis* da entidade que os acumulou. Tal constatação, por si só, já justifica o empenho em destinar-lhes tratamento condizente com o que se pratica para os demais documentos de arquivo, tarefa que passa, necessariamente, pela adequada identificação e denominação das espécies e tipos documentais.

Neste sentido, procuramos caracterizar e definir as espécies que podem ser encontradas nos jornais diários.

Para tanto, valemo-nos não apenas da lógica de uma diplomática especial (quadro 3), como também procuramos levantar, na bibliografia da teoria do jornalismo, nos dicionários especializados e nos manuais de redação, os termos que pudessem sugerir os nomes com que os profissionais e estudiosos do jornalismo denominam os produtos de seu trabalho. Estas fontes, contudo, foram capazes de revelar apenas as espécies mais consagradas, além de apontar divergências de compreensão e definição das diferentes modalidades do relato jornalístico e os vocábulos restritos ao jargão dos jornalistas, alguns verdadeiramente curiosos, mas inadequados enquanto espécies documentais.

Assim, numa segunda etapa do trabalho, procedeu-se à revisão de exemplares completos de jornais diários paulistanos publicados entre 1930 e 2000, contemplando também seus eventuais suplementos (agrícola, feminino, infantil e literário), exercício que ampliou consideravelmente o leque de espécies documentais para além dos limites dos textos essencialmente “jornalísticos”. Afinal, o jornal se constitui tanto do relato dos fatos atuais supostamente acreditados como de interesse público quanto de material destinado ao entretenimento e à propaganda.

O esforço deu origem a um glossário ilustrado de espécies documentais composto por 88 verbetes acompanhados de definições autorais, estabelecidas a partir do cotejamento daquelas colhidas em dicionários especializados, manuais de redação jornalística e na literatura das áreas da teoria do jornalismo e das ciências da comunicação, além de dicionários gerais da língua portuguesa e glossários específicos da área da arquivística. Tendo em vista que o glossário se destina aos profissionais de arquivo, a redação das definições levou em conta as especificidades do que fazer arquivístico, comportando, em certos casos, comentários acerca não apenas das fórmulas características de cada espécie e suas variações ao longo do tempo, o que procuramos demonstrar visualmente por meio de ilustrações, mas também a respeito das condições de aplicação no trabalho de descrição documental.

Cumpramos ressaltar que por mais que tenhamos procurado contemplar as especificidades dos produtos e do vocabulário próprio do jornalismo, nossa intenção não foi a de transformar o conhecimento produzido nessa área do saber e da atuação humana, mas utilizá-lo como referencial para elaborar um instrumento capaz de suprir, em alguma medida, as necessidades dos profissionais de arquivo que se dedicam à descrição documental. Por esta razão, tomamos a liberdade de propor, em alguns casos, soluções de simplificação para a denominação de determinadas espécies, notadamente aquelas que, pelas definições próprias do campo jornalístico, só podem ser inequivocamente identificadas quando observadas em função de seu

posicionamento na morfologia do jornal e do relacionamento que estabelecem com os demais conteúdos que as circundam no interior de uma página inteira, algo que muitas vezes se revela impraticável quando o objeto a ser descrito constitui um fragmento recortado. Nestes casos, sugerimos a equivalência em relação a outras espécies mais facilmente reconhecíveis, artifício que, apesar de não ser ideal, tampouco parece ferir a identidade de cada espécie, em que pese às suas diferenças formais, e evita o recurso às denominações genéricas e pouco esclarecedoras ainda tão largamente empregadas.

A pertinência deste tipo de solução, bem como da adoção de termos destinados à descrição coletiva de itens acumulados em função de um mesmo contexto (álbum de recortes, coletânea de..., fortuna crítica e noticiário, por exemplo), deve ser ponderada com base nos vários fatores que condicionam o trabalho nos/com os arquivos, como a premência dos prazos para a conclusão do trabalho, o nível de capacitação da equipe, o perfil do fundo a ser descrito e da instituição que responde por sua custódia.

Vale ter em mente que o desafio de fixar as espécies capazes de designar os recortes de jornal pode ser mais complexo do que se imagina quando se consideram as situações peculiares que podem ser manifestar nos arquivos, mesmo quando se tem à disposição um repertório de espécies previamente definidas em glossário. Uma máxima muito repetida entre os profissionais da área diz que “cada arquivo é único”. De fato, cada fundo se constitui segundo uma lógica própria, derivada dos usos e costumes de seus titulares, que se traduz na maneira como os documentos são reunidos, utilizados e conservados ao longo do tempo, o que pode, em certos casos, influir na compreensão das espécies documentais.

Caso exemplar é o da reunião de recortes em volumes encadernados, expediente que nem sempre confere ao conjunto um sentido especial. No mais das vezes, a opção pelos álbuns ou cadernos se revela apenas uma estratégia de conservação ligada à praticidade na guarda e no manuseio dos documentos, caso em que a descrição de cada item que os compõem se faz imperiosa a bem do discernimento de contextos de produção e de espécies documentais muito diferentes entre si. Mas, cumpre notar, há casos em que os itens reunidos no volume ostentam, sim, uma afinidade contextual, a despeito das diferenças estruturais de cada item, o que confere ao álbum ou caderno de recortes caráter singular, tornando-o unidade de descrição indivisível. Algo também muito comum é encontrar, no arquivo, páginas ou edições inteiras dos jornais, em lugar dos recortes, situação em que será preciso buscar por anotações, grifos e outras marcas indicativas da prática de leitura, bem como confrontar o conteúdo com as atividades e áreas de interesse do titular para inferir se há nisso uma razão específica que determine a unidade a ser descrita.

Escapou às preocupações deste trabalho dar conta das unidades de conteúdo resultantes do “jornalismo digital”. Como todas as esferas da atividade humana, o jornalismo também não está imune às inovações da tecnologia e os jornais, atualmente, vêm investindo na criação de novas formas de composição e difusão de seu conteúdo, o que tem resultado em transformações que incidem sobre a estrutura das matérias jornalísticas. Este movimento será suficiente para revelar novas espécies documentais ou apenas dará outra roupagem àquelas que já conhecemos, conferindo-lhes, assim, um aspecto supostamente inovador? Se hoje ainda lidamos com volumosos conjuntos de recortes, quase sempre em condições precárias de conservação, não demorará a encontrarmos, nos arquivos, os produtos da imprensa diária salvos como atalhos em navegadores de internet, compartilhados em perfis nas redes sociais e em aplicativos de comunicação instantânea ou copiados em discos rígidos e outros dispositivos de armazenamento.

Frente ao desafio de compreender as novas feições e extensões dos arquivos (e de dar conta das questões relativas à preservação em longo prazo e à prerrogativa de acesso aos documentos), o compromisso de reconhecer adequadamente as espécies e tipos documentais permanece o mesmo. O que vale ressaltar é que ao profissional de arquivo compete, e competirá sempre, entender a natureza dos documentos sob sua responsabilidade, nomeá-los e enquadrá-los em seu meio genético, perseguindo a trilha que os liga aos seus contextos de produção e acumulação. É neste sentido que os estudos de tipologia documental poderão renovar continuamente seu interesse e sua atualidade.

Notas

- [1] O CPDOC/FGV, instituição que ainda hoje é referência no tratamento de arquivos pessoais, preconiza em seu manual o descarte de recortes que se apresentem “incompletos” ou sem dados de identificação, como data ou título do jornal (CENTRO..., 1998, p. 22).
- [2] Não cabe, aqui, enveredar pela complexa (e não consensual) discussão a respeito da condição instrumental dos documentos que compõem os arquivos pessoais. Basta reiterar que reconhecemos, na esteira de Camargo (2009) e Camargo e Goulart (2007), que “arquivos pessoais são arquivos”, o que os torna sujeitos aos princípios fundamentais que norteiam a teoria arquivística.
- [3] Exclui-se deste escopo o conteúdo dos Diários Oficiais.
- [4] Empregamos, aqui, o conceito de série documental segundo a definição do *Dicionário de terminologia arquivística*: “sequência de unidades de um mesmo tipo documental” (CAMARGO; BELLOTTO, 2012, p. 76).
- [5] É o que preconiza o manual de organização de arquivos do CPDOC e o que pode ser observado nos quadros de arranjo dos arquivos sob custódia desta instituição.
- [6] Heinrich von Fichtenau (1912-2000) foi professor da Universidade de Viena e dirigiu, entre 1962 e 1983, o

Institut für Österreichische Geschichtsforschung, centro austríaco de destaque nos estudos diplomáticos. Georges Tessier (1891-1967) e Robert-Henri Bautier (1922-2010) diplomaram-se arquivistas-paleógrafos pela École des Chartes, em Paris, onde lecionaram na cadeira de diplomática, e trabalharam no Arquivo Nacional da França.

- [7] *Dicionário de terminologia arquivística* (2012), *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia* (2008) e *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005).
- [8] Dentre os quais se destacam Bahia (2009), Costa (2008), Fontcuberta (1981), Melo (2006, 2013), Melo e Assis (2016).
- [9] Segundo Bellotto (2008, p. 22), espécie, tipo e categoria documental configuram elementos intermediários da forma documental, posicionados entre os elementos extrínsecos e intrínsecos.
- [10] A identificação e a definição dos elementos externos e internos do relato jornalístico podem ser encontradas em Campos (2018).

Referências

- ACERVO dos Escritores Mineiros. Universidade Federal de Minas Gerais. **Inventário do acervo Cyro dos Anjos**. Apresenta a descrição do arquivo de Cyro dos Anjos. Belo Horizonte, s.d. Disponível em: <https://www.ufmg.br/aem/Inventario_cyro/layout_cyro.htm>. Acesso em: 31 jan. 2018.
- ARQUIVO Público da Cidade de Belo Horizonte. **Inventário do arquivo pessoal Nelson Coelho de Senna (1876-1952)**. Belo Horizonte: APCBH, 2000.
- BAHIA, J. **Dicionário de jornalismo Juarez Bahia: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BAHIA, J. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BELLOTTO, H.L. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CAMARGO, A.M.A.; BELLOTTO, H.L. (coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. 3 ed. São Paulo: ARQ-SP, 2012.
- CAMARGO, A.M.A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.- dez. 2009.
- CAMARGO, A.M.A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais**. São Paulo: IFHC, 2007.
- CAMARGO, A.M.A. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 169-174, 1998.
- CAMPOS, J.F.G. **Recortes de jornal: da prática social aos arquivos**. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo.
- CARUCCI, P. **L'archivística tra diplomatica e informatica**. Vaticano: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2006.
- CARUCCI, P. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.
- CHABIN, M.A. **Je pense donc j'archive: l'archive dans la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 1999.
- COSTA, L.A. **Teoria e prática dos gêneros jornalísticos: estudo empírico dos principais diários de cinco macro-regiões brasileiras**. São Bernardo do Campo, 2008, 202 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.
- COSTA, S.R. **Dicionário de gêneros textuais**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DELMAS, B. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: **Arquivos para quê? Textos escolhidos**. São Paulo: IFHC, 2010, p. 125-182.
- DURANTI, L. Diplomats: new uses for an old science (Part V). **Archivaria**, Ottawa, v. 32, p. 6-24, Summer 1991.
- DURANTI, L. Diplomats: new uses for an old science (Part III). **Archivaria**, Ottawa, v. 30, p. 4-20, Summer 1990.
- DURANTI, L. Diplomats: new uses for an old science (Part I). **Archivaria**, Ottawa, v. 28, p. 7-27, Summer 1989.
- FONTCUBERTA, M. **Estructura de la noticia periodística**. 2 ed. Barcelona: ATE, 1981.
- GHIGNOLI, A. Diplomática. In: GUERRINI, M. (ed.). **Biblioteconomia: guida classificata**. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.
- MELO, J.M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan.- abr. 2016.
- MELO, J.M. Gêneros jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MELO, J.M.; ASSIS, F. (org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2013, p. 23-41
- MELO, J.M. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.
- MELO, J.M. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3 ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MENNE-HARITZ, A. What can be achieved with archives? In: **The concept of record: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record**, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998, p. 11-24.
- NEIVA, E. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo: Publifolha, 2013.
- OTT, K.; TUCKER, S.; BUCKLER, P. **The scrapbook in American life**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.
- RABAÇA, C.A.; BARBOSA, G.G. **Dicionário de comunicação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

- TOGNOLI, N.B. **A construção teórica da Diplomática: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.
- TOGNOLI, N.B.; GUIMARÃES, J.A.C. A diplomática contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. **Congresso ISKO-España**, 9, Valencia, 11 a 13 de marzo de 2009, p. 23-35.
- YEO, G. Information, records, and the philosophy of speech acts. In: SMIT, F; GLAUDEMANS, A.; JONKER, R. (ed.). **Archives in liquid times.** 's-Gravenhage: Stichting Archiefpublicaties, 2017, p. 92-118.

Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa

Information Literacy and Archival Science: Report of research

Renata Lira Furtado (1), Regina Célia Baptista Belluzzo (2), Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (3)

(1) Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Arquivologia (FAARQ), Campus Guamá, Belém/PA. (2,3) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus Marília, Marília/SP

(1) renatalira@ufpa.br (2) rbelluzzo@gmail.com (3) marcia.pazin@unesp.br

Resumo

Apresentam-se o percurso e resultados alcançados na pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, intitulada “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada”. O objetivo geral foi identificar a inserção da temática Competência em Informação no cenário arquivístico, calcada em três pilares da Arquivologia: a produção científica da área, os cursos de formação superior e a atuação profissional do arquivista. O percurso metodológico dividiu-se em três fases: Fase 1 - Sistematização dos temas de pesquisa; Fase 2 - Desenvolvimento do Estudo de caso, dividida em três etapas de acordo com os objetivos propostos: A primeira objetivou identificar a situação da Competência em Informação na produção acadêmico-científica da Arquivologia, a segunda etapa visou identificar a inserção da Competência em Informação na formação em Arquivologia e a terceira etapa visou identificar o papel da Competência em Informação na atuação profissional do arquivista; Fase 3 - Desenvolvimento de subsídios teórico-práticos da Competência em Informação aplicáveis à Arquivologia, cujo produto configurou-se no instrumento “Dimensões Conceituais para inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivista; Competência em informação; Relato de pesquisa.

Abstract

The course and results achieved in the doctoral research developed in the Post-Graduate Program in Information Science at the State University of São Paulo - Marília Campus, entitled "Information Literacy in the archival scenario: a theoretical-applied contribution." The general objective was to identify the insertion of the subject of Information Literacy in the archival scenario, based on three pillars of the Archival Science: the scientific production of the area, the courses of higher education and the professional performance of the archivist. The methodological course was divided into three phases: Phase 1 - Systematization of research themes; Phase 2 - Development of the Case Study, divided into three stages according to the proposed objectives: The first objective was to identify the situation of Information Literacy in the academic-scientific production of the Archives, the second step was to identify the insertion of the Competence in Information in the training in Archival Science and the third stage aimed to identify the role of Information Literacy in the professional work of the archivist; Phase 3 - Development of theoretical-practical subsidies of the Information Literacy applicable to the Archival Science, whose product was configured in the instrument "Conceptual Dimensions for insertion of Information Literacy in the Brazilian archival scenario".

Keywords: Archival Science; Archivist; Information Literacy; Report of research

1 Introdução

A Competência em Informação (CoInfo) configura-se como disciplina relevante para a sociedade diante dos avanços tecnológicos, da necessidade do indivíduo de desenvolver habilidades para lidar com a informação: seja para sua autonomia, pelas suas próprias necessidades informacionais ou pelas necessidades do seu meio social, seja pelo seu exercício de cidadania. Essa configuração da CoInfo foi o que despertou a definição do problema que conduziu a pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, intitulada “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada”, cujos resultados serão apresentados nesse artigo.

Desde seu surgimento nos Estados Unidos na década de 1970, a Competência em informação vem se consolidando na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, dentre outras áreas, inclusive com a participação de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que, tem promovido ações onde a CoInfo aparece como um fator relevante nos projetos que visam à construção de uma sociedade pluralista, equitativa e participativa, capacitando os cidadãos para tomar decisões críticas e proporcionando aos países sustentabilidade para o desenvolvimento político, econômico e social.

Considerada um movimento mundial, a Competência em Informação transita em qualquer currículo ou formação e se constrói sobre um trabalho colaborativo que vai muito além dos limites da biblioteca e mesmo

das instituições de ensino. A CoInfo está inserida no processo de emancipação humana, é um diferencial de desenvolvimento socioeconômico e fator de promoção da inclusão social, fatores esses que justificam a necessidade de ampliação de estudos e debates sobre o tema; e o engajamento dos profissionais da informação que devem ser os responsáveis pelo desenvolvimento das bases epistemológicas, práticas e políticas próprias e adequadas à realidade brasileira (DUDZIAK, 2008).

Contudo, discussões que inserem a CoInfo no contexto arquivístico ainda são incipientes, mesmo estando a Arquivologia tão próxima da Ciência da Informação. Tal inferência, caracterizou-se como problema de pesquisa, e culminou para construção da questão central: Qual a situação da temática Competência em Informação no cenário arquivístico, considerando a produção científica da área, os cursos de formação básica em Arquivologia e a atuação profissional do arquivista?

Com o intuito de apresentar possíveis respostas à questão central, foram formulados os objetivos desencadeadores da presente pesquisa. Como Objetivo Geral a proposta foi identificar a situação da Competência em Informação no cenário arquivístico, considerando o universo teórico/científico, de formação e de atuação profissional, a fim de propor subsídios teórico-práticos que possam auxiliar o desenvolvimento e a aplicação dessa competência no universo arquivístico. Em decorrência, foram definidos os Objetivos Específicos: Identificar na literatura arquivística contemporânea, a situação da Competência em informação; Investigar junto aos cursos de graduação em Arquivologia, as condições de inserção da temática; Conhecer a realidade de arquivistas, a fim de identificar o papel da Competência em Informação nas práticas cotidianas; Propor subsídios teórico-práticos da Competência em Informação aplicáveis ao universo arquivístico.

A questão e os objetivos apresentados nortearam a construção do percurso metodológico, composto por três distintas fases desenvolvidas com a precisão metodológica imprescindível para construção de um trabalho dessa natureza.

• **Fase 1:** Sistematização dos temas de pesquisa: desenvolveu-se a Pesquisa Bibliográfica em documentos impressos e eletrônicos, principalmente com autores da Arquivologia, Ciência da Informação e Competência em Informação a fim de construir um referencial teórico que pudesse sustentar as fases seguintes da pesquisa, além de oferecer um breve panorama sobre essas áreas e suas inter-relações. Além de traçar um panorama sobre as áreas e suas inter-relações, buscou-se aprofundamento nessa construção pensando também no leitor dos resultados dessa pesquisa – especialistas em Arquivologia e em

Competência em Informação ou ainda pesquisadores de áreas correlatas.

• **Fase 2:** Desenvolvimento do Estudo de Caso: esse estudo foi desenvolvido em 3 etapas, com fundamento em Yin (2015): *1ª etapa* – investigação da inserção da Competência em Informação no universo arquivístico por meio de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) em periódicos da área.; *2ª etapa* – investigação das condições de inserção da temática nos cursos de graduação em Arquivologia; *3ª etapa* – investigação da realidade de profissionais arquivistas, a fim de identificar o papel da Competência em Informação nas práticas profissionais cotidianas. Assim, para a consecução dos objetivos propostos para essa pesquisa, optou-se pelas seguintes fontes de evidência: Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS), Pesquisa Documental e Questionário. Ressalte-se que o método de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011) serviu como instrumento de análise para a Pesquisa Documental e os Questionários e, num segundo momento, na 3ª fase da pesquisa embasou a triangulação dos resultados das fases 1 e 2.

Fase 3: Proposta de subsídios teórico-práticos da CoInfo aplicáveis à Arquivologia: fase que se consolidou por meio da triangulação dos resultados obtidos nas duas fases antecessoras: Sistematização dos temas de pesquisa e Desenvolvimento do Estudo de Caso, permitindo a construção do produto final da pesquisa.

Nas seções seguintes serão apresentados os resultados obtidos nas Fases 2 e 3.

2 Desenvolvimento do Estudo de caso

2.1 A Competência em Informação na produção acadêmico-científica da Arquivologia

Para alcançar o primeiro objetivo específico de “identificar na literatura arquivística contemporânea, a situação da Competência em informação”, desenvolveu-se na 1ª etapa do estudo de caso, uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) em duas vertentes: internacional e nacional.

No cenário internacional, foram realizados dois procedimentos para coleta de dados: em periódicos internacionais representativos da Arquivologia e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Os resultados no cenário internacional apontaram a inexistência de publicações relacionando diretamente o termo *Information Literacy* e suas respectivas traduções com elementos da Arquivologia, contudo foram identificados termos configurados teoricamente como uma vertente arquivística da *Information Literacy* ainda que necessitem de uma modelagem mais adequada para

tal: *Archival Literacy*, caracterizada como uma aplicação contextual da *Information Literacy* e conceituada como um conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar e usar eficientemente arquivos, manuscritos e outros tipos de fontes primárias únicas e não publicadas. Pode ser literalmente traduzido como Competência Arquivística (WEINER; MORRIS; MYKYTIUK, 2014; 2015); *Archival Intelligence*, traduzida como Inteligência Arquivística e conceituada como o conhecimento dos princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos, bem como o desenvolvimento de estratégias de busca para questões de pesquisa e compreensão das fontes (YAKEL; TORRES, 2003) e *Literacy with primary sources*, traduzido como Competência em Fontes Primárias e conceituado como a combinação de conhecimentos e habilidades para localizar, interpretar, avaliar e usar eticamente as fontes primárias em contextos específicos, a fim de criar novos conhecimentos ou de rever entendimentos. (YAKEL, 2004; CARINI, 2016; ACRL, 2018).

No âmbito nacional, a busca ocorreu nos sites dos periódicos brasileiros específicos da Arquivologia, na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BrapCI), nos Anais do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) e nos Anais da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq).

Além das produções oriundas da presente pesquisa (FURTADO, BELLUZZO, 2018; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2018; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2017; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2016), os resultados recuperaram um estudo de natureza similar ao desenvolvido na tese, de autoria de Martendal, Silva e Vitorino (2017) que buscou analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia de três universidades sulinas: Universidade Estadual de Londrina, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especificamente no que se refere ao tópico denominado “Perfil dos egressos”, proposto nos três cursos. O objetivo foi identificar em que medida as quatro dimensões da Competência em Informação – Técnica, Estética, Ética e Política, apresentadas por Vitorino e Piantola (2011) se relacionam com o perfil desejado para os egressos dos referidos cursos. Os resultados permitiram às autoras concluir que:

A Competência em Informação, como disciplina inserida na Ciência da Informação, relaciona-se com o saber lidar com as fontes de informação e seu público, num processo em que a afinidade com o acervo dote o usuário de autonomia para buscar as informações de que necessita, fazendo-o ter proximidade ao arquivo, à biblioteca, ou outra unidade de informação [...] Inerente à Arquivologia, nota-se a presença destas quatro dimensões que auxiliam o arquivista e também o usuário a apresentar uma visão

holística das instituições e de sua documentação. O código de ética do arquivista, as ações de difusão propostas pelo arquivo e para os usuários, as políticas públicas que envolvem a manutenção das instituições e a conservação dos acervos, bem como a técnica empregada pelos profissionais no momento de exercer atividades como a descrição documental, são exemplos do caráter integrador que as dimensões assumem na Arquivologia. (MARTENDAL; SILVA; VITORINO, 2017, p. 22).

Segundo as autoras, antes mesmo de desenvolver a prática profissional, o estudante de graduação em Arquivologia já convive “com a presença da competência nas disciplinas e conteúdos curriculares dos cursos, os quais as enfatizam em suas diretrizes, como observado nos Projetos Pedagógicos” (MARTENDAL; SILVA; VITORINO, 2017, p. 22).

No contexto nacional, os resultados da RBS evidenciaram uma baixa produção bibliográfica, diante de uma relação ainda pouco explorada no Brasil, mas com elevado potencial de pesquisa.

2.2 A Competência em Informação na formação em Arquivologia

A 2ª etapa, equivalente ao segundo objetivo específico, visou investigar as condições de inserção da temática CoInfo, nos dezesseis cursos de graduação em Arquivologia do Brasil, por meio da Pesquisa documental e da Análise de Conteúdo.

Os documentos coletados foram divididos em dois grupos: Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares. Para análise do *corpus* 1 – 16 Projetos Pedagógicos dos cursos de Arquivologia, o material foi submetido a um estudo aprofundado orientado pelo objetivo proposto e embasado nas proposições de Dudziak (2001) que relaciona o desenvolvimento da Competência em Informação com o processo de aquisição de conhecimentos e habilidades em diferentes contextos ao longo da vida representada por três concepções: a informação, com ênfase nas tecnologias envolvendo as habilidades de operação e comunicação por meio de computadores, a compreensão do funcionamento de equipamentos, programas e aplicações e ainda a produção, organização, disseminação e acesso de forma automatizada com vistas a resolver problemas por meio do uso da tecnologia; o conhecimento, com ênfase nos processos cognitivos, onde ocorre o processo de busca da informação para a construção do conhecimento e a inteligência, com ênfase no aprendizado ao longo da vida que engloba não só conhecimentos e habilidades como também a noção de valores atrelada à dimensão social do indivíduo, incluindo valores como ética, autonomia, responsabilidade, criatividade, pensamento crítico, “aprender a aprender,” com ênfase ao cidadão enquanto ser social.

Assim o *corpus* foi analisado considerando as três concepções de Dudziak (2001), o que possibilitou extrair as categorias para análise dos Projetos Pedagógicos de Curso: a) informação, com ênfase nas tecnologias; b) conhecimento, com ênfase nos processos cognitivos e c) inteligência, com ênfase no aprendizado ao longo da vida.

Da análise dos Projetos Pedagógicos pode-se inferir que embora a Competência em Informação, não apareça de forma explícita nos documentos analisados, seus princípios permeiam todos os documentos norteadores do ensino em Arquivologia no Brasil, considerando o ponto de vista teórico apresentado por Dudziak (2001) cujas características apresentam a CoInfo como sendo: transdisciplinar, incorporando um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos, valores pessoais e sociais; um processo de aprendizado contínuo que envolve informação, conhecimento e inteligência; e, além de permear qualquer processo de criação, resolução de problemas e/ou tomada de decisões.

Para análise do *corpus* 2 – 16 Matrizes curriculares buscou-se aporte teórico em Belluzzo (2018) que desenvolveu indicadores para análise da produção científica acerca do tema Competência em Informação: Questões terminológicas; Contextos e abordagens teóricas; Políticas e estratégias; Inclusão social e digital; Ambiente de trabalho; Cidadania e aprendizado ao longo da vida; Busca e uso da informação; Boas práticas; Gestão da informação, gestão do conhecimento e inteligência competitiva; Bibliotecas, bibliotecários e arquivistas; Mídia e tecnologias; Diferentes grupos ou comunidades; e Tendências e perspectivas. Tais indicadores foram elaborados visando a formação de séries que possibilitam visualizar tendências e perspectivas, permitem traçar comparações, perceber lacunas e necessidades de desenvolvimento de estudos e pesquisas que consolidem o estado da arte da CoInfo no contexto nacional (BELLUZZO, 2018).

Com base nos 13 Indicadores propostos por Belluzzo (2018), foram elaboradas 7 categorias para análise das Matrizes Curriculares, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias para Análise das Matrizes Curriculares

Categorias	Definição
1. Terminologia	Especificamente disciplinas que se apresentem com o nome “Competência em Informação” ou demais traduções do termo “ <i>Information Literacy</i> ”.
2. Busca e uso da informação	Disciplinas que possibilitem articular a CoInfo com práticas de pesquisa.
3. Usuários e Acesso à informação	Disciplinas que preconizam o papel do usuário no trato com a informação, bem como aquelas que tratam de distintos dispositivos de acesso à informação.

4. Ambiente de trabalho	Disciplinas que lidam com características específicas da formação e atuação profissional, com foco nas questões éticas.
5. Cidadania e Aprendizado ao longo da vida	Disciplinas com enfoque no desenvolvimento pessoal e social, nas ações de inclusão e promoção da cidadania.
6. Gestão da informação e gestão do conhecimento	Disciplinas direcionadas à gestão da informação e do conhecimento que possibilitem uma interface com a CoInfo no universo organizacional.
7. Comunicação, Mídias e Tecnologia	Disciplinas que propiciam relacionar recursos tecnológicos, comunicação e mídia no contexto da Competência em Informação.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019

Após a análise das matrizes curriculares, elencou-se 120 disciplinas cujas ementas foram analisadas à luz das teorias de Christine Bruce, especificamente o modelo “*Seven Faces of Information Literacy*” que destaca, dentre outros pontos, a relevância do ensino e da aprendizagem de novas formas de experimentar e usar as informações, como um processo que envolve os alunos em práticas informacionais relevantes para sua formação e exercício profissional. O modelo apresenta sete categorias distintas para vivenciar e experimentar a informação, que Bruce denomina de faces da Competência em Informação: Tecnologia, Fontes de Informação, Processo de Informação, Controle da Informação, Construção do Conhecimento, Extensão do Conhecimento e Sabedoria (BRUCE, 2003; 2008).

Dessa forma, obteve-se as categorias para análise das ementas disciplinares, apresentadas no Quadro 2:

Quadro 2 - Categorias para análise das Ementas disciplinares

Sete faces de Competência em Informação	Contextos
1. Tecnologia	Uso de tecnologias de informação para acesso, recuperação, compreensão e comunicação da informação.
2. Fontes de Informação	Identificação da informação em distintas formas de exposição, considerando o reconhecimento de fontes bibliográficas, humanas e organizacionais de informação.
3. Processo de Informação	Desenvolvimento de estratégias para resolução de problemas e tomadas de decisão por meio de processos de informação.
4. Controle da Informação	Controle da informação mediante o estabelecimento de formas de armazenamento e recuperação da informação para posterior manipulação e uso.
5. Construção do Conhecimento	Desenvolvimento de abordagem crítica das informações, visando a construção de novos conhecimentos.

6. Extensão do Conhecimento	Uso das capacidades intuitivas para obtenção de novas percepções ou maneiras de compreensão.
7. Sabedoria	Uso inteligente, sábio e crítico da informação, compreendendo valores pessoais, atitudes e crenças, bem como as questões éticas. Implica colocar a informação em um contexto mais amplo, e vê-la sob a ótica de uma experiência histórica, temporal, sociológica ou cultural cuja razão de ser acha-se baseada na lógica das experimentações científicas.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019

Considerando a tônica do modelo de Bruce, onde a Competência em Informação é a experimentação das diferentes formas de utilizar a informação para aprender (BRUCE, 2008, p.97), essa análise evidenciou habilidades a serem desenvolvidas pelo sujeito enquanto estudante (independente do grau e com foco no aprendizado ao longo da vida), enquanto profissional (na formação e no exercício da profissão) e enquanto cidadão. Salienta-se que o importante da contribuição dessa autora é a inclusão de revisão de uma globalização científica hegemônica em favor de um novo pensamento no qual caibam vários e distintos saberes e conhecimentos científicos em diferentes dimensões, considerados fundamentais para a melhoria da qualidade de vida de todos os seres vivos e do universo.

Da análise das Matrizes curriculares e respectivamente das Ementas disciplinares, surgiram novos questionamentos: Das 120 disciplinas analisadas nos 16 cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, apenas três oferecem disciplinas específicas de Competência em Informação. Ainda que não sejam direcionadas diretamente à formação do arquivista, cabe investigar o que difere essas instituições das demais. Seriam os vínculos teóricos, pedagógicos ou institucionais com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação? As proposições aqui apresentadas não respondem aos questionamentos, restam inferências que poderão ser respondidas em pesquisas futuras.

2.3 A Competência em Informação na atuação profissional do arquivista.

A 3ª etapa foi desenvolvida para atingir o terceiro objetivo específico proposto de conhecer a realidade de profissionais arquivistas, a fim de identificar o papel da Competência em Informação nas práticas cotidianas. Os dados foram coletados através de um questionário com questões abertas e fechadas, enviado aos arquivistas com formação em universidades brasileiras. O instrumento foi elaborado e disponibilizado por meio da ferramenta *on line Google Docs* e a divulgação e disseminação do *link* para acesso ao questionário se deu por meio das mídias e redes sociais: grupos de e-mail, *Facebook* e *LinkedIn*. Os dados coletados foram

analisados por meio da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

Ainda que a solicitação estivesse direcionada apenas aos profissionais com formação em Arquivologia, estudantes (dois graduandos em Arquivologia) e outros profissionais com formação distinta (dois bibliotecários) que atuam profissionalmente em ambientes de arquivo, responderam ao questionário, totalizando 85 respondentes. Destes profissionais 60% são mulheres e 40% homens. Com relação à faixa etária 37,6% tem entre 30 e 39 anos, 28,2% têm entre 40 e 49 anos, 22,4% têm entre 20 e 29 anos e 11,8% tem 50 anos ou mais.

Foi possível observar que 90% dos respondentes concluíram o curso nos últimos 18 anos, uma evidência do período de expansão e consolidação dos cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras. No quesito pós-graduação, 77,6% dos respondentes cursaram ou cursam pós-graduação nos níveis *Lato* e *Stricto Sensu*, nas áreas: Arquivologia, Ciência da Informação, História, Ciências Sociais e Comunicação.

Destes 85 profissionais, 14% têm menos de um ano de atuação no mercado de trabalho, 32% de 1 a 5 anos, 26% de 6 a 10 anos e 28% têm mais de 10 anos de atuação no mercado de trabalho, sendo que 68% atuam em instituições públicas, 21% em instituições privadas, 3% atuam como autônomos e 8% desenvolvem suas funções em outros ambientes. Com relação aos cargos que ocupam 80% atuam como arquivistas, 6% como técnicos em arquivo, 4% são estudantes, 2% são docentes em cursos de graduação em Arquivologia, 2% estão desempregados e 6% dos respondentes, mesmo com formação em Arquivologia ocupam outros cargos (três são assistentes administrativos, um corretor de imóveis e um massoterapeuta). Esses profissionais estão presentes em todas as regiões do Brasil (Norte – 16%, Nordeste – 11%, Sudeste – 33%, Sul – 23%, Centro Oeste – 16%) e inclusive no exterior (1%).

A questão que introduz a temática Competência em Informação no instrumento aplicado questiona o arquivista a respeito do seu conhecimento sobre a temática. Dos 85 respondentes, 51,8% afirmam conhecer, enquanto 48,2% desconhecem. Seguindo este questionamento, foi solicitada, de forma não obrigatória, a descrição da CoInfo de maneira informal e sem citações. Nessa análise observou-se que 41%, equivalente a 35 respondentes não atendeu à solicitação, considerando inclusive ser um item não obrigatório e 7% (6 respondentes) respondeu alegando não saber a resposta, totalizando 48%, percentual equivalente à resposta da questão anterior, onde 48,2% dos respondentes afirmou desconhecer a temática. As respostas dos demais 52% (44 respondentes) foram analisadas e distribuídas em 10 categorias:

1. Habilidades para produção, busca, análise, uso, avaliação e disseminação da informação

2. Controle de processos de informação
3. Ensino-aprendizagem/Aprendizado contínuo
4. Uso de tecnologias
5. Capacidade em lidar com a informação
6. Responsabilidade/mobilização sobre o conhecimento
7. Expressão desconhecida na Arquivologia
8. Necessidade, uso e usuário da informação
9. Habilidades e saberes do profissional da Informação
10. Gestão da informação e dos documentos

Ao finalizar a análise da questão sobre o conhecimento da temática Competência em Informação, é possível considerar o saldo como positivo. Quantitativamente 51,8% dos respondentes afirmam conhecer a temática e 52% apresentaram sua descrição sobre a CoInfo, mesmo não sendo este um item obrigatório. Num espectro qualitativo, excluindo duas (“Não sabe” e “Não respondeu”) das dez categorias elencadas representam também um cenário promissor para consolidação da CoInfo no universo arquivístico, considerando principalmente, além do resultado quantitativo, a qualidade das respostas: todas pertinentes ao contexto teórico pesquisado.

A questão seguinte apresentou uma citação, precedida pelo comando: “Leia com atenção o conceito de uma “pessoa competente em informação” apresentado a seguir:”

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias. [...] as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar informações e como usar a informação de tal forma que outros possam aprender com elas. São pessoas preparadas para a aprendizagem ao longo da vida, porque sempre podem encontrar a informação necessária para qualquer tarefa ou decisão em questão.” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, p. 1)

Com relação ao conceito apresentado, questionou-se se o respondente se considera um profissional competente em informação. Das 85 respostas, 69,4% afirmam que sim, enquanto 25,9% acreditam que “talvez” sejam competentes em informação e uma pequena parcela de 4,7%, reconhece que não. Solicitou-se, na continuidade dessa questão, de forma obrigatória, que fosse atribuído comentário à resposta. Seguindo a especificação de Bardin (2011), passou-se à leitura flutuante das respostas, o que permitiu elencar as categorias, considerando-as como uma continuação da resposta à pergunta em questão: Você se considera um profissional competente em informação? Sou competente em informação por que...

- 1 - Sei identificar a importância da informação, bem como buscar, avaliar e usar a informação.
- 2 - Sei aprender a aprender.

- 3 - Sei aplicar os preceitos da CoInfo às práticas arquivísticas.
- 4 - Sei utilizar recursos tecnológicos.
- 5 - Identifico-me com a citação.
- 6 - Não sei.
- 7 - Fora de contexto.
- 8 - Não respondeu.

As categorias 6, 7 e 8 foram atribuídas para justificar a exclusão de 13 respostas que não ofereciam subsídios para análise qualitativa.

Ao finalizar a análise dessa questão ficou evidente a apropriação positiva do conceito apresentado, por parte dos respondentes, considerando que a soma das respostas equivale a 85% do total (72 respostas). Cabe destacar que o produto desta análise representa o perfil do arquivista brasileiro que se reconhece como um profissional competente em informação por identificar nas suas atividades e comportamentos elementos basilares da Competência em informação.

O item seguinte questionou o respondente sobre a importância da CoInfo para a profissão de arquivista. Na análise quantitativa 98,8% afirmaram que SIM, a CoInfo é importante para a profissão de arquivista, enquanto 1,2% afirmam que TALVEZ. Tal indicação confirma, pela voz dos próprios profissionais, a relevância das práticas de competência em informação no fazer arquivístico. A fim de agregar valor ao resultado qualitativo, segue-se para análise do complemento dessa questão, cujo comando era apenas “Comente”. Para a análise desses comentários, seguiu-se à leitura flutuante (BARDIN, 2011) a fim de identificar as categorias de análise aqui apresentadas:

1. CoInfo e práticas arquivísticas
2. CoInfo e atuação profissional
3. CoInfo e Informação arquivística
4. CoInfo e Acesso à informação
5. CoInfo e Tecnologia
6. CoInfo e Formação profissional
7. Não sabe
8. Fora de contexto
9. Não respondeu

Cabe destacar que as categorias 7, 8 e 9 foram estabelecidas para justificar a exclusão de oito respostas que não se adequam à presente análise.

Ao fechar a análise dessa questão foi possível evidenciar que mesmo não estando consolidada no cenário arquivístico, a Competência em Informação exerce forte relevância na visão dos respondentes, sobretudo ao relacionar a CoInfo com as práticas arquivísticas e o desenvolvimento e atuação profissional do arquivista.

Ficou evidente que a CoInfo é uma temática reconhecida pelos arquivistas, não apenas no quesito “conheço e desconheço”, mas num todo que contempla a definição

teórica do termo e sua relevância no contexto de formação e atuação profissional.

Finalizando essa análise que buscou identificar a compreensão do arquivista sobre a CoInfo, cabe aqui apresentar algumas reflexões, considerando principalmente que a CoInfo ultrapassou as fronteiras acadêmico-científicas e adentrou-se ao universo profissional, não só no cenário arquivístico como em outras áreas de atuação.

Foi possível construir um cenário onde 51,8% dos respondentes conhecem a temática e apresentam elementos que possibilitam a descrição (ainda que sumária) e seu entendimento. Na segunda situação, onde foi apresentado o conceito de CoInfo 69,4% dos respondentes se consideram competentes em informação diante do conceito. E por fim, na última situação 98,8% dos respondentes consideram a Competência em Informação como um elemento importante para a profissão do arquivista, indicando inclusive, nos comentários das respostas o porquê dessa relevância: pela atuação profissional, pelas práticas arquivísticas, pela relação com a informação arquivística, com o acesso à informação, a tecnologia e à formação profissional.

Dessa forma, os resultados dessa pesquisa, identificaram que é necessário e urgente a inserção da CoInfo na formação profissional do arquivista, considerando que, os profissionais que já ocupam os postos de trabalho, identificam, mesmo sem o conhecimento teórico, a relevância dessas habilidades para a prática cotidiana do arquivista. Demanda justificada por Cavalcante (2006) que reitera que mesmo vivendo em um período de ansiedade da informação, ou ainda de “ditadura” informacional, considerando principalmente as imposições e exigências do mundo do trabalho, os futuros profissionais necessitam aprender a lidar com o universo informacional de modo crítico e criativo, buscando compreender, além do uso das tecnologias, a lidar com questões éticas, sociais, culturais, econômicas e políticas relativas ao desenvolvimento do meio em que estão inseridos, de modo a contribuir com um projeto de democratização da sociedade.

Uma forma de suprir essa necessidade para os profissionais que já estão atuando é a oferta de cursos, conforme recomenda a Proclamação de Alexandria (HIGH-LEVEL, 2006), no eixo “Competência Informacional para o Desenvolvimento econômico”, que dentre outras ações indica o desenvolvimento de programas de treinamento e educação continuada específica para grupos de profissionais. O documento aponta, ainda, que o atendimento dessas necessidades particulares de aprendizado e informação devem ser definidos como prioridade, considerando ser habilidade essencial a qualquer prática profissional no que se refere à leitura e entendimento de documentos, fluxogramas, registros e intervenções.

3 Proposta de subsídios teórico-práticos de CoInfo aplicável à Arquivologia

Na Fase 3 foi efetuada, de acordo com Yin (2015), a triangulação dos resultados obtidos nas fases anteriores a fim de operacionalizar o último objetivo específico que propôs construir o produto final desta pesquisa: um instrumento, nomeado como “Dimensões Conceituais para a Inserção da Competência em Informação no Cenário Arquivístico Brasileiro” (Apêndice A) e representado por um infográfico. O propósito desse instrumento é configurar-se como o embasamento teórico-conceitual para que os preceitos da CoInfo sejam inseridos no âmbito da Arquivologia, no eixo da formação e atuação profissional e na construção de um arcabouço teórico relevante que atenda tanto o universo acadêmico-científico arquivístico, como das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia e, principalmente, possa ser refletido em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo.

São cinco as dimensões apresentadas no instrumento e para cada uma são apresentadas orientações que conduzem à sua inserção no universo arquivístico:

Dimensão 1 – Informação e Conhecimento: abarca todo o contexto do instrumento, os dois elementos assumem simbolicamente uma hierarquia superior, sendo reconhecidos como insumos básicos para o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade. Configuram-se então como fenômenos interligados pela sua natureza comum, mas não são processos idênticos ou que se confundem, funcionam em níveis distintos, onde o processo de construção do conhecimento supõe estruturação e depuração de informações, processos esses que por sua vez necessitam do acionamento de habilidades que otimizem o processo de construção de conhecimento, habilidades essas que podem ser desenvolvidas por meio da Competência em Informação.

Dimensão 2 – Competência em Informação: eixo principal do instrumento, sustentado pela triade Aprendizado ao longo da vida – Cidadania - Empregabilidade que permeia também as dimensões 3 - Sociedade, 4 - Universidade e 5 - Arquivologia, considerando a configuração concreta de aplicabilidade e funcionalidade de programas e ações da CoInfo que esses três elementos representam.

Dimensão 3 – Sociedade: determina a amplitude de atuação da ferramenta e elenca elementos considerados primordiais para o desenvolvimento da sociedade: o progresso tecnológico, o acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação, a capacidade de aprendizagem, a formação do pensamento crítico, a criatividade e a autonomia. Tais elementos configurados de forma estratégica possibilitam a consolidação de uma sociedade aberta, democrática e alicerçada no

desenvolvimento de programas e ações de CoInfo, seja em ambientes formais ou informais, mas que evidenciem a tríade apresentada na Dimensão 2: Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade.

Dimensão 4 – Universidade: destaca as diretrizes norteadoras do ensino superior, por meio do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão e o desenvolvimento de competências, habilidades e capacidades que não se limitam apenas à formação profissional, direcionam-se à formação social do indivíduo, a saber: Capacidades analíticas e criativas; Espírito científico; Proficiência investigativa; Pensamento reflexivo; Formação continuada; Pensamento crítico; Criação de conhecimento e Autonomia. No contexto desta dimensão, a universidade enquanto instituição representa um ambiente para desenvolvimento dos preceitos da Competência em Informação de forma transversal, considerando principalmente os instrumentos que direcionam suas ações – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e os instrumentos que direcionam os cursos individualmente – Projeto Pedagógico de Curso, bem como a participação dos principais atores nesse cenário: docentes, discentes e técnicos, que sob a tutela da universidade necessitam de ações concretas para o desenvolvimento de suas próprias habilidades, visando a execução de suas funções laborais e acadêmicas.

Dimensão 5 – Arquivologia: representa o ambiente de inserção dos preceitos da CoInfo, considerando a relevância da área no contexto da informação e sua representatividade na sociedade. Três elementos destacam-se nessa dimensão: a Arquivologia, o Arquivo e o Arquivista. O elemento Arquivologia se desdobra em duas vertentes: 1 – Arquivologia: teoria, métodos e práticas, como a representação da área enquanto ciência e 2 – Arquivologia: formação profissional, como a representação dos cursos de graduação em Arquivologia, ambas se configuram como espaços de desenvolvimento da CoInfo, de acordo com suas relações e atribuições. Ambas as vertentes desembocam no Arquivista, considerando que ele vai adquirir durante sua formação elementos que possibilitem o desenvolvimento de suas próprias habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional considerando que as atividades desempenhadas, refletem diretamente no Arquivo enquanto instituição social.

Apresentadas as dimensões, ressalta-se que, tanto o infográfico como as orientações básicas que o acompanham, foram lançadas, a fim de que grupos de trabalho e pesquisa, docentes, gestores e instituições responsáveis pela coordenação de assuntos arquivísticos as identifiquem e possam aperfeiçoá-las.

4 Considerações Finais

A proposta deste artigo foi apresentar de forma sucinta o percurso e os resultados alcançados na pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, intitulada “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada”. Apresentar à comunidade arquivística o relato da referida pesquisa desenvolvida no âmbito da Ciência da informação, visa além da disseminação científica dos resultados, a reflexão acerca da temática, a fim de que se inicie um movimento em prol da inserção efetiva da CoInfo no cenário arquivístico, seja nos cursos de graduação, seja em novas pesquisas acerca da temática ou na formação continuada de docentes, pesquisadores e arquivistas.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam dentre outros fatores que a Competência em Informação é considerada uma abordagem de aprendizagem essencial para a formação do arquivista, no aprimoramento e no desenvolvimento da compreensão crítica da informação. Num contexto amplo a CoInfo é um elemento essencial ao desenvolvimento social considerando os avanços tecnológicos que impactam diretamente nos processos informacionais.

A pesquisa aqui relatada pode ser considerada o início dos estudos em torno da diáde “Competência em Informação – Arquivologia” no cenário brasileiro. Os resultados obtidos indicam que há muito o que se pesquisar e conseqüentemente, implementar nesse cenário.

Os resultados da RBS internacional indicaram os termos *Archival Literacy*, *Archival Intelligence* e *Literacy with primary sources*, configurados teoricamente como vertentes arquivísticas da *Information Literacy* que ainda não são pesquisados no contexto nacional.

No contexto que envolve a análise dos documentos norteadores do ensino em Arquivologia no Brasil, pautadas as devidas relações – cursos de graduação em Arquivologia e suas relações com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, os resultados indicaram novos questionamentos que poderão ser respondidos em pesquisas futuras, por exemplo: Por que, dos 16 cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, apenas três oferecem disciplinas de Competência em Informação? Os demais cursos de Arquivologia (treze), não estão vinculados teoricamente, pedagogicamente ou institucionalmente à Biblioteconomia e à Ciência da Informação?

Na etapa que visou conhecer a realidade de profissionais arquivistas, a fim de identificar o papel da Competência em informação nas práticas cotidianas, os resultados indicaram que é necessária e urgente a inserção da CoInfo na formação profissional do arquivista, considerando que os profissionais que já ocupam os

postos de trabalho, identificam, mesmo sem o conhecimento teórico, a relevância dessas habilidades para a prática cotidiana do arquivista, fatores que instigam o desenvolvimento de pesquisas futuras.

Por fim, apresenta-se o instrumento “Dimensões Conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”, cujos elementos e orientações conduzem para inserção da CoInfo no universo arquivístico, tanto no desenvolvimento de pesquisas como na implementação de ações concretas. Como exemplo é possível indicar a relação, configurada como uma interface prática, estabelecida entre as “Dimensões conceituais”, o Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” e o Projeto de Pesquisa “Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações”, no âmbito do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Da reflexão sobre as relações entremeadas pela confluência das dimensões com elementos do grupo e do projeto de pesquisa, foi possível identificar forte aderência do instrumento teórico-conceitual com as possibilidades de aplicações práticas vislumbradas na descrição e nas atividades tanto do grupo, como do projeto de pesquisa.

Cabe registrar que ainda que a Competência em Informação tenha superado barreiras disciplinares e atingido avanços significativos tanto no espectro teórico, como prático, ainda existem empecilhos que dificultam sua ampla disseminação. Dudziak (2008) elenca exemplos dessa constatação: a subestimação da importância da CoInfo por parte de bibliotecários, profissionais da informação, educadores, administradores, dentre outros. Nesse contexto, espera-se que o desconhecimento da CoInfo por parte de arquivistas, pesquisadores e docentes, não se configure como um problema para pesquisas futuras, considerando que tal constatação, ao invés de ampliar o espectro das pesquisas arquivísticas, criam barreiras que dificultam os processos interdisciplinares, a atualização curricular e a formação de arquivistas melhores capacitados.

Notas

- [1] Relato da pesquisa de doutorado desenvolvida do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp – campus Marília no período de 2015 a 2019. Tese disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950>

Referências

- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION [ALA]. **Report of the Presidential Committee on information literacy: Final Report**. Chicago, 1989. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/nili/ilit1st.html>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES [ACRL]. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BELLUZZO, R.C.B. **Competência em informação no Brasil: cenários e espectros**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018.
- BRUCE, C. S. **Informed learning**. Chicago: ALA/ACRL, 2008.
- BRUCE, C. S. Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. **Anales de Documentación**, Murcia, Espanha, n. 6, p. 289-294, 2003.
- BRUCE, C. **The seven faces of information literacy**. Adelaide, SA: Auslib Press, 1997.
- CARINI, P. Information literacy for archives and special collections: defining outcomes. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 16, n. 1, p. 191-206, 2016.
- CAVALCANTE, L. E. Políticas de formação para a competência informacional: o papel das universidades. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 47-62, dez. 2006. Disponível em: <http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/17>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- DUDZIAK, E. A. Os faróis da sociedade de informação: uma análise crítica sobre a situação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.18, n.2, p. 41-53, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1704/2109>. Acesso em 25 nov. 2018.
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 314-339, maio/ago, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881>. Acesso em: 3 dez. 2018
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. A Competência em Informação na Formação em Arquivologia. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Marília: UNESP, 2017. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950>

em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/E_NANCIB/paper/view/355. Acesso em: 30 abr. 2018

FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. Arquivologia e Competência em Informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional. XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Londrina: UEL, **Anais eletrônicos...** 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1352/1531> Acesso em 30 abr 2018

HIGH-LEVEL Colloquium on Information Literacy and Lifelong Learning Final Report. Alexandria: UNESCO/NFIL/IFLA, 2006. Disponível em: www.ifla.org/files/assets/information-literacy/publications/high-level-colloquium. Acesso em: 2 nov. 2018.

MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017.

MORRIS, S.; MYKYTIUK, L.; WEINER, S. Archival literacy for history students: Identifying faculty expectations of archival research skills. **The American Archivist**, v. 77, n. 2, p. 394-424, 2014. Disponível em: <http://www.americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.77.2.j270637g8q11p460>. Acesso em: 23 set. 2018.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensions of Information Literacy (2). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652011000100008&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 17 jun. 2018

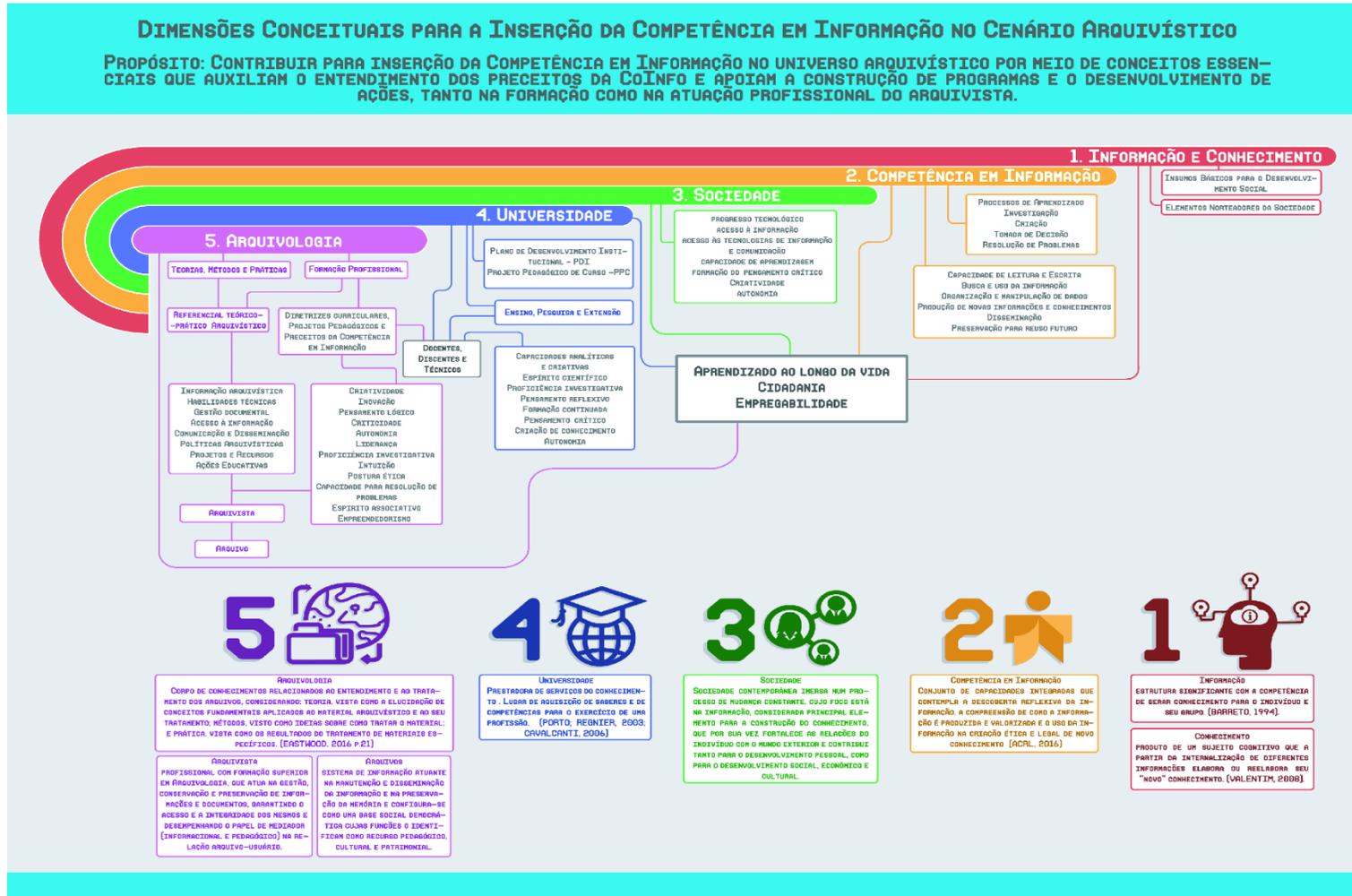
WEINER, S. A.; MORRIS, S.; MYKYTIUK, L. J. Archival Literacy Competencies for Undergraduate History Majors. **The American Archivist**, v. 78, n. 1, p. 154-180, 2015. Disponível em: <http://www.americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/0360-9081.78.1.154>. Acesso em: 23 set. 2018.

YAKEL, E. Information literacy for primary sources: Creating a new paradigm for archival researcher education. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, v. 20, n. 2, p. 61-64, 2004.

YAKEL, E.; TORRES, D. AI: archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2015.

Apêndice A – DIMENSÕES CONCEITUAIS PARA A INSERÇÃO DA COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO NO CENÁRIO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO



A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções.

The Management of Knowledge and Archival Information: possible interests.

Renata Lira Furtado (1), José Livaldo Santos dos Santos (2)

Universidade Federal do Pará (UFPA) Faculdade de Arquivologia (FAARQ), Campus Guamá, Belém/PA,

(1) renatalira@ufpa.br (2) livaldosantossantos2019@gmail.com

Resumo

Apresenta um estudo panorâmico sobre aspectos da Gestão do Conhecimento e da Informação Arquivística, apontando as nuances, origens e pontos constituintes e, principalmente, as interseções existentes entre as temáticas no contexto das organizações contemporâneas. A metodologia utilizada pautou-se na pesquisa exploratória e o procedimento de coleta de dados, na pesquisa bibliográfica, essencialmente nas áreas de Ciência da Informação, Arquivologia e Administração. Os resultados alcançados demonstram a existência de uma estreita relação entre a Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística, considerando este segundo elemento, fator indispensável para a produção de novos conhecimentos. Evidencia-se também a aproximação das temáticas em torno de ações sobre os ativos intelectuais, a fim de extrair conhecimento individual e compartilhá-lo em benefício de uma organização ou sociedade, transformação que depende de diversos fatores como ambientes, pessoas e tecnologias de informação que se entrelaçam para produzir inovações e um diferencial competitivo. Assim, estabelecer caminhos para uma boa Gestão do Conhecimento perpassa pela política de Gestão Informacional, de onde é possível extrair e canalizar a Informação Arquivística presente no contexto do exercício das funções e objetivos das entidades.

Palavras-chave: Gestão do Conhecimento; Conversão do conhecimento; Informação Arquivística; Gestão da Informação.

Abstract

It presents a panoramic study on aspects of Knowledge Management and Archival Information, pointing out the nuances, origins and constituent points and, mainly, the existing intersections between the themes in the context of contemporary organizations. The methodology used was based on the exploratory research and the procedure of data collection, in bibliographical research, essentially in the areas of Information Science, Archival Science and Administration. The results obtained demonstrate the existence of a close relationship between Knowledge Management and Archival Information, considering this second element, an indispensable factor to produce new knowledge. There is also evidence of the thematic approach around actions on intellectual assets, in order to extract individual knowledge and share it for the benefit of an organization or society, a transformation that depends on several factors such as environments, people and technologies of information that are intertwined to produce innovations and a competitive difference. Thus, establishing avenues for good Knowledge Management is guided by the Information Management policy, from which it is possible to extract and channel Archival Information present in the context of the exercise of the functions and objectives of the entities.

Keywords: Knowledge Management; Conversion of knowledge; Archival Information; Information management.

1 Introdução

Uma breve análise da conjuntura atual, permitirá perceber a complexidade das mudanças nos ambientes de negócios. A nova economia está desencadeando novas formas de estratégias competitivas e nesse contexto a informação e o conhecimento despontam como fatores determinantes tanto para organizações como para as nações de modo geral. Na busca de resultados, as empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais procuram gerenciar o intelecto humano afim de “transformar *output* intelectual em um serviço ou um grupo de serviços embutidos em um produto” (FRANCINI, 2002, p.5).

A Gestão do Conhecimento (GC) tem surpreendido aqueles que, no passado, acreditavam se tratar de mais um modismo gerencial de época e, cada vez mais ocupa

as pautas dos debates contemporâneos a respeito do aumento da produtividade e inovação nas organizações.

Nesse cenário, a Informação Arquivística (AI), aliada à Gestão Documental (GD) e da informação (GI) pode representar um insumo de alto valor para que as organizações contemporâneas alcancem seus objetivos.

Averiguar as nuances, origens e pontos constituintes de uma expressão aparentemente conhecida no ambiente organizacional como é a Gestão do Conhecimento e pô-la frente a frente a uma temática incipiente que ainda busca caminhos para se consolidar no universo científico como é caso da Informação Arquivística parece oportuno, visto que são raras as pesquisas especializadas sobre a convergência destes temas.

Assim, diante do contexto apresentado, o presente artigo propõe identificar pontos de interseção entre a Gestão

do Conhecimento e a Informação Arquivística no contexto das organizações contemporâneas. Para alcançar esse objetivo buscou-se sistematizar teoricamente ambas as temáticas, a fim de analisar e apresentar possíveis pontos de interseção entre eles e apresentar os benefícios dessa relação para as organizações contemporâneas.

Contudo destaca-se que a Gestão Documental, ainda que desempenhe um papel essencial no contexto da pesquisa desenvolvida, não se configura como um elemento presente nesta discussão, considerando principalmente o teor da sua especificidade nas relações estabelecidas com a Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística suficientes para o desenvolvimento de outra pesquisa tão abrangente como esta ora apresentada.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, considerando a possibilidade de “conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes para condução da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2006, p.80). Quanto à abordagem do problema, os dados foram analisados qualitativamente, o que permitiu focar mais no processo e em seu significado. Quanto ao procedimento adotado para a coleta de dados, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que constitui o marco inicial para qualquer pesquisa científica e segundo Cervo e Bervian (2002), utiliza as contribuições culturais e científicas do passado sobre um objeto estudado.

2 Gestão do Conhecimento (GC): a propósito de sua compreensão

O termo Gestão do Conhecimento (GC) provém do inglês *Knowledge Management* que, dentre outras concepções, remete a um

[...] processo de gestão que se inicia com a identificação dos objetivos estratégicos da organização, passando pelas práticas para identificar, desenvolver, capturar e disseminar conhecimento útil (ARIES; KEMPNER-MOREIRA; SÁ FREIRE, 2017, p.231).

As suas definições são as mais variadas possíveis e depende muito do campo de atuação ao qual o termo está inserido. Entretanto, embora aparentemente distintos os conceitos gravitam em torno de pontos em comum, remetem a uma série de ações sobre os ativos intelectuais, a fim de extrair conhecimento individual e compartilhá-lo em benefício de uma organização ou sociedade.

A expressão é conhecida na Administração Empresarial, trata de uma área de atuação transversal que permeia diversas disciplinas como Teoria das Organizações, Sistema de Informação, Gestão da Tecnologia, bem como setores mais tradicionais como Economia (CHOO, 2003), Ciência da Informação (VALENTIM,

2008), Sociologia (SIQUEIRA, 2008), Marketing (GONÇALVES FILHO, 2001), Psicologia (SANTOS, 2012), Arquivologia (BELLOTTO, 1998), dentre outros.

Não é consenso no meio acadêmico quando e por quem o termo Gestão do Conhecimento foi usado pela primeira vez. Alvares, Baptista e Araújo Júnior (2010) atribuem o conceito a Nicolas Henry que, em 1974, publicou o artigo “*Knowledge management: a new concern for public administration*”, formulando a primeira definição de GC, dirigida à construção de políticas públicas para a produção, disseminação, acessibilidade e uso de informação. Para Regensteiner (2013) a expressão passou a ser propagada a partir da publicação do livro “*Criação de Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação*” de Nonaka e Takeuchi em 1997. Já a Sociedade Brasileira em Gestão do Conhecimento aponta Karl Wiig, como o pioneiro neste campo de estudo.

O fato é que, independentemente de quem fora o precursor da discussão sobre a temática, ela não deixou de fazer parte do rol das pesquisas científicas desde seu surgimento. Barbosa (2008) ao questionar se esta expressão não passara de um modismo gerencial como tantas outras antes dela, citou em seu trabalho a experiência de Ponzi e Koenig (2002) que usaram o banco de dados do *Science Citation Index*, *Social Science Citation Index* e *ABI Inform*, para contabilizar as vezes que o termo fora publicado em periódicos científicos, seja como título, sumário ou palavra-chave. No resultado percebeu-se o crescimento exponencial de produções a respeito do assunto nos anos de 1996 a 2001.

É importante, no entanto, observar o contexto do surgimento da GC, visto que trata-se de um período permeado por projetos de racionalização como *Downsizing* [1], Reengenharia [2] e Programas de Qualidade Total [3], estratégias de gestão de negócios que buscavam aumentar a competitividade entre as empresas por meio de redução intensa de custos, o que implicava muita das vezes no processo de demissão em massa.

Nesse cenário, Paixão (2004) destaca que a necessidade de gerenciar conhecimentos foi impulsionada por conta de duas situações peculiares, uma delas se deve ao fato do crescente desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que possibilitou, dentre outras coisas, a gestão à distância. A outra, pela série de demissões provocados pelas estratégias de gestão supracitadas, que levavam a desligamentos indesejados de muitos talentos dentro das organizações. A GC surge em contracorrente das técnicas existentes, possibilitando a criação de vantagem competitiva sustentável a partir da valorização dos conhecimentos dos próprios colaboradores.

Outro fator relevante que influenciou o surgimento da Gestão do Conhecimento foi o fato das corporações industriais japonesas terem conquistado expressivas fatias de mercado a expensas de seus concorrentes dos EUA e de outras partes do mundo (REGENSTEINER, 2013). Para o autor, as vantagens competitivas das empresas orientais sobre as demais estavam justamente em sua capacidade de gerenciar conhecimento. Nonaka e Takeuchi (2008) sustentam essa afirmação ao perceberem que a visão organizacional das empresas ocidentais se pautava em considerar a organização como uma máquina para o processamento de informações, passando a considerar como útil somente o conhecimento codificado, formal e sistêmico. Os autores chamavam a atenção para existência de:

[...] outra forma de pensar o conhecimento e seu papel nas organizações empresariais. Costuma ser encontrada nos concorrentes japoneses mais bem-sucedidos, como Honda, Canon, Matsushita, NEC, Sharp e Kao. Essas empresas tornaram-se famosas por sua capacidade de responder rapidamente aos clientes, criar novos mercados, desenvolver agilmente novos produtos e dominar as tecnologias emergentes. O segredo de sucesso é uma abordagem exclusiva da gestão da criação de novos conhecimentos” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.40).

Como se pode verificar, saber como administrar o conhecimento e usá-lo como um diferencial competitivo está no cerne das empresas criadoras e inovadoras do nosso tempo. Os autores ainda chamam a atenção para fato de muito se falar em capital intelectual e outros termos ligados a Gestão do Conhecimento, mas poucos se consegue captar a verdadeira essência de seu objeto: o conhecimento e, por não o compreenderem bem, não conseguem explorá-lo adequadamente.

De certo, existem várias definições acerca do termo conhecimento, algumas amplas que o consideram como uma faculdade que nos permite pensar e entender o que ocorre em nosso redor (FERREIRA, 2010) e outras mais específicas o restringindo ao simples capital humano (FRANCINI, 2002). Considerando o alinhamento desta proposta optou-se pela definição estabelecida por Davenport e Pruzak que conceituam conhecimento como sendo:

[...] uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para avaliação e incorporação de novas experiências e informações. Ele tem origem e é aplicado na mente dos conhecedores. Nas organizações ele costuma estar embutido não só em documentos ou repositórios, mas também em rotinas, práticas e normas organizacionais. (DAVENPORT; PRUZAK, 2003, p.6).

Em linhas gerais, alguns aspectos sobre o conhecimento merecem destaque: primeiramente é importante reconhecer que a percepção do conhecimento não é algo simples, mas resultado do processamento de vários elementos complexos e altamente subjetivos. Assim, para que a informação se transforme em conhecimento

é condição primordial a intervenção do ser humano. Em segundo lugar é observar que, ao promover novas experiências, o conhecimento se torna um poderoso agente transformador capaz de alterar o comportamento das pessoas e, em última instância, atentar para sua fluidez, ou seja, apesar da possibilidade de materializar o conhecimento em documentos e/ou repositórios, sua natureza não é estática, ela é dinâmica e fluida.

Segundo os estudos de Nonaka e Takeuchi (2008) o conhecimento humano pode ser dividido em dois tipos intrinsecamente relacionados: conhecimento tácito e o explícito. Com base em Choo (2003) Furtado e Beluzzo (2018) caracterizam os dois formatos da seguinte forma:

“[...] O primeiro, que está contido na experiência de indivíduos e grupos, corresponde ao conhecimento pessoal, de difícil formalização ou comunicação, constituído do know-how subjetivo, dos insights e intuições que uma pessoa tem depois de estar imersa numa atividade por um longo período. Já o explícito, que aparece codificado nas normas, rotinas e procedimentos da organização, é o conhecimento formal, de fácil transmissão entre indivíduos e grupos e frequentemente codificado” (FURTADO; BELUZZO, 2018, p. 321).

Nonaka e Takeuchi (2008) sugerem quatro modelos úteis para a criação de conhecimento, estes formam um ciclo, conhecido na literatura como processo, modelo ou espiral SECI, por conta das iniciais das palavras Socialização, Externalização, Combinação e Internalização. Para os autores o processo de Socialização converte conhecimento tácito em conhecimento tácito, através de atividades conjuntas. Aqui o segredo para aquisição de conhecimento está na troca de experiência entre os envolvidos. Gatti Junior e Yu (2017, p.258) destacam que “nessa dimensão, o conhecimento é transformado pela visualização, pelo manuseio, pelas perguntas e pela percepção”. A Externalização, incumbida de transformar conhecimento tácito em conhecimento explícito, está intimamente ligada a produção de novos conceitos. Provocada pelo diálogo ou pela reflexão coletiva ela é a atividade fundamental para a construção do conhecimento, e “ocorre principalmente durante a fase de criação de conceito no desenvolvimento de um novo produto” (CHOO 2003, p. 39). Para converter conhecimento explícito em conhecimento explícito deve-se usar o método da Combinação, uma vez que este modo “possibilita a colocação do conhecimento recém-criado junto àquele já existente, o que resulta em um novo processo, sistema ou modo de fazer” (SANTIAGO JUNIOR, 2004 *apud* SANTANA; GOMES, 2011, p. 76). É importante ressaltar que:

[...] A tecnologia da informação é muito empregada nesse processo com o uso/criação de banco de dados, redes como intranet e softwares como CRM (customer relationship management). Outros mecanismos empregados são a padronização por meio de documentos e educação (formal), troca de relatórios e documentos. (GATTI JUNIOR; YU, 2017, p.259).

Já na Internalização ocorre a conversão do conhecimento explícito em conhecimento tácito e está, segundo Nonaka e Takeuchi (2008), voltada a organização do aprendizado, ou seja, quando os indivíduos estudam, reinterpretem ou reexperimentam vivências e práticas.

Portanto, gerir efetivamente um elemento complexo como o conhecimento humano, perpassa pela conversão contínua desses dois formatos. Mas além disso, depende também de um contexto apropriado dentro da organização. Santana e Gomes (2011) apontam que a Gestão do Conhecimento requer além do domínio do Conhecimento, competência para trabalhar as informações e dados, empregando-os adequadamente à tecnologias e sistemas emergentes.

Alvares, Baptista e Araújo Junior (2010) destacam dois pontos importantes para se descobrir onde encontrar o conhecimento e compartilhá-lo de maneira eficaz no meio organizacional. Um deles está relacionado a criação de métodos de comunicação, seja ela “incentivada por intermédio de um moderador ou por meio de ferramentas de comunicação organizacional” (p.238) que ajudaria na criação de um clima de confiança entre os membros envolvidos, facilitando a troca de informações. O outro diz respeito, as tecnologias de informação empregadas no processo, como banco de dados.

Muitas organizações, no entanto, acreditam que basta possuir tecnologias de informação para que o processo de gestão do conhecimento aconteça, o que na visão de Jannuzzi *et al* (2016, p. 116) “[...] pode inibir o crescimento e o poder de permanência da gestão do conhecimento”. As tecnologias de Informação não devem definir os procedimentos de Gestão do Conhecimento, mas ao contrário, devem corroborar na composição do modelo de gestão escolhido.

Como visto, antes de partir para aquisição de soluções tecnológicas é preciso inicialmente, haver um planejamento e principalmente uma mudança na forma em que a organização compreende o conhecimento, haja visto que a GC sofre influência direta da cultura organizacional.

Para Barbosa (2008):

[...] a cultura de uma organização é um conjunto de pressupostos e valores compartilhados por um determinado grupo e exerce impactos tanto sobre a gestão da informação quanto sobre a gestão do conhecimento (BARBOSA, 2008, p.16).

Logo, para que a GC possa surtir efeito é necessário o desenvolvimento de uma cultura receptiva e colaborativa no que tange o compartilhamento de conhecimentos. De fato, a questão do impacto do contexto apropriado na geração de conhecimento também é enfatizada por Nonaka e Takeuchi (2008) quando apresentam o conceito de *Ba*, uma palavra de

origem nipônica, cuja tradução livre se aproxima de “lugar onde acontece”. Dessa forma, para cada interação contínua e dinâmica entre conhecimento tácito e explícito existe um *Ba* apropriado.

Santana e Gomes (2011, p. 78) apresentam quatro tipos de *Ba*. O *Ba* Binário, por exemplo é ideal no processo de Socialização, pois os indivíduos compartilham sentimentos e emoções. O *Ba Cyber*, que representa o ambiente virtual, é mais indicado na Combinação, o *Ba* Interação que diz respeito ao lugar onde o conhecimento tácito se torna explícito e por fim o *Ba* Exercitar que se apóia na fase de Internalização, onde a Informação, enquanto conhecimento formal poderá gerar novos conhecimentos agregando valor institucional.

3 Informação Arquivística

Em meio a realidade que se apresenta, as tomadas de decisões nas organizações, independentemente de seu porte, estão cada vez mais ancoradas na obtenção e aplicação da informação que, nos tempos atuais, ganha *status* de ferramenta estratégica para o desenvolvimento, competitividade e geração de novos conhecimentos.

Nascimento e Silva (2004, p.49) afirmam que

[...] a capacidade de uma empresa captar e absorver informação correta e de forma ágil determina suas possibilidades de inovar, aumentar a lucratividade, atender ao cliente e ser competitiva em um mercado (NASCIMENTO; SILVA, 2004, p. 49).

Consequentemente:

[...] na sociedade pós-industrial, o problema central não consiste em saber como organizar eficazmente a produção, mas em saber como se organizar para tomar decisões – ou seja, como tratar a informação (LOJKINE, 1994, p. 15).

Para Roza (2017) a produção de informação, bem como seu armazenamento e disseminação alcançaram níveis antes inimagináveis na história da humanidade. Segundo o autor o que se apresenta é uma verdadeira revolução informacional, que está pautada nos avanços tecnológicos da informática e das telecomunicações.

Matéria prima no processo de criação de conhecimento, a informação exerce papel de extrema importância na sociedade capitalista, a ponto de condicioná-la para a manutenção e hegemonia do sistema. Essa sentença pode ser explicada pelo fato de vivermos numa sociedade que está configurada numa rede de interações entre indivíduos em torno de ideais comuns de subsistência e sobrevivência, a troca de informações entre seus agentes se torna um meio de natural.

Quando se faz uma pergunta, por exemplo, se pede informação. Ao ver televisão ou um filme, absorve-se informação. Ao ler um jornal, uma revista, ou ao ouvir músicas, lida-se com um tipo de informação. Usa-se,

absorve-se, assimila-se, manipula-se, transforma-se, produz-se e transmite-se informação o tempo todo. Nesta lógica:

[...] não é possível determinar o indivíduo humano sem tê-lo como um indivíduo social, como não é possível conceber a sociedade sem a consequente interação entre suas mínimas partes, o que significa dizer que não existe sociedade sem informações (GANZERT, 2008, p. 548).

O conceito de informação possui origem latina *informatio*, está geralmente relacionado ao processo de comunicação, porém existem inúmeras definições para este termo, algumas mais complexas, outras mais simples como a apresentada por Zorinho (1995) que define a informação como um processo que visa adquirir conhecimento e reduzir as incertezas.

De certo, essas noções são ímpares para compreendermos o *status quo* deste elemento no contexto da sociedade contemporânea. No entanto, para alcançar o objetivo deste artigo e entender como a Informação se configura na perspectiva Arquivística, cabe apresentar as concepções de Buckland (1991) que a classificou em três maneiras distintas: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa.

Ligada ao ato de informar, a informação como processo tem impacto no conhecimento existente, o que gera mudanças no sujeito receptor da novidade. Nesse sentido a informação “é a comunicação de algum fato ou ocorrência” (BUCKLAND, 1991, p. 351). A informação como conhecimento está intrinsecamente relacionada à informação como processo, haja visto que ao ser informado, o sujeito receptor adquire o conhecimento. Esse conhecimento, no entanto, é considerado algo que não pode ser tocado, medido ou destruído, pois trata-se de algo intangível. Portanto, para o autor “[...] Conhecimento, convicção e opinião são atributos individuais, subjetivos e conceituais”. (BUCKLAND, 1991, p. 351), que necessitam ser representados de maneira física para serem comunicados. Uma vez representada, a informação ganha característica tangível, seja qual for a forma (código, sinal, dados, texto e filme), ou seja, ela se torna uma coisa.

A informação como coisa, segundo Tognoli (2012):

[...] é onde reside o objeto mais palpável da Ciência da Informação (CI), ou seja, aquele sobre o qual incidirão diretamente os processos da CI e, conseqüentemente, da Arquivologia, destacando o caráter tangível dessa informação (TOGNOLI, 2012, p. 116).

Dessa forma, a Informação Arquivística, se enquadra claramente na perspectiva da informação como coisa, considerando que uma de suas principais características é estar vinculada ao registro em suporte definido (LOPES, 2002). Corroborando com essa ideia, Silva e Ribeiro (2002, p.37) conceituam a Informação Arquivística como um “conjunto estruturado de

representações mentais codificadas, socialmente contextualizadas e passíveis de ser registradas em qualquer suporte material”.

Contudo, conceituar a Informação Arquivística, não se constitui uma tarefa fácil, posto que a discussão sobre essa temática é recente na comunidade científica. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado pelo Arquivo Nacional em 2005, é uma obra de referência da área, não apresenta o termo em seus verbetes. Pesquisadores como Jardim e Fonseca (1998) e Calderon (2013), acreditam que a expressão esteja em fase de construção, carecendo de investigação teórica mais minuciosa.

Bellotto (1998) acredita se tratar de uma expressão que caiu em uso comum e que é geralmente empregada de forma equivocada, já que não carrega em sua natureza nenhuma novidade que a diferencie de termos semelhantes, dessa forma a autora expõe que não se pode chamar uma informação de Arquivística apenas pelo fato de estar num ambiente de arquivo. Para autora o que encontramos nos arquivos são:

[...] basicamente a informação jurídico-administrativa ou relativa ao funcionamento das organizações e entidades, diante das diferentes formas com que se apresenta a informação em geral (BELLOTTO, 1998, p.22).

Para Silva (2010, p.17) a expressão encontra-se associada a “uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade”. Isso se deve, por um lado pela crescente incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos produtivos da atualidade e, por outro, pela influência das escolas renovadoras (escolas de Ciência da Informação dos Estados Unidos e Canadá), que vêm acalorando as discussões acerca da possível centralidade da Informação Arquivística como objeto da Arquivologia pós-custodial.

O que é interessante a priori é identificar, nesta expressão, suas minúcias, os traços distintivos que a torna singular, frente as outras formas de informação. Nesta ótica, Oliveira (2006) aponta que, para a informação ser considerada com qualidade arquivística, ela precisa se configurar como uma representação registrada, inserida no contexto administrativo de uma entidade ou indivíduo, ser passível de organização para fins de gerar conhecimento e ajudar nas tomadas de decisões. Além dessas características, Lopes (2000) fornece uma gama de peculiaridades, enfatizando a similaridade da Informação Arquivística com a Informação Orgânica, dizendo que esta, quando registrada, é por natureza arquivística, caracterizando-se por apresentar:

1. a natureza das informações arquivísticas é específica; trata-se de informações registradas em suporte definido, acumuladas por um indivíduo ou por um organismo que é, ao mesmo tempo, produtor e receptor;

2. a primeira característica da informação arquivística é a sua natureza orgânica, isto é, sua relação umbilical com o produtor;
3. a segunda característica é a sua originalidade, logo, a sua unicidade;
4. a terceira característica é a sua capacidade de ser avaliada em termos de idade e de utilização;
5. a primeira particularidade da informação arquivística é a natureza limitada dos seus suportes – convencionais ou eletrônicos;
6. a segunda particularidade refere-se à noção de acumulação das informações – produzidas ou recebidas – por um indivíduo ou um organismo, desde que sejam informações capazes de ter significação;
7. a terceira particularidade refere-se às atividades geradoras que podem ser administrativas, técnicas ou científicas;
8. a quarta particularidade refere-se ao fato de a informação arquivística ser a primeira forma tomada por uma informação registrada, quando da sua criação. (LOPES, 2000 *apud* CALDERON *et al.* 2004, p.100)

Ao se falar da especificidade da natureza da Informação Arquivística (item 1), um fator muito importante é colocado em tela: o uso racional deste tipo de informação estar condicionado a materialidade, dado que precisa de um suporte adequado. Parece simples, mas é uma condicionante determinante que a possibilita ser portabilizada, socializada, e logo, diferenciada da informação de senso comum.

Outro ponto distintivo abordado no conceito de Lopes (2000) diz respeito a organicidade: “a primeira característica da informação arquivística é a sua natureza orgânica”, que para Calderon (2013, p.105), representa uma característica primordial capaz de revelar “a capacidade de o arquivo refletir a organização em suas diferentes dimensões”. Um princípio que para Sousa (2002, p.241) configura “a espinha dorsal de todo conhecimento arquivístico”. Dessa forma, a produção deste tipo de informação está vinculada ao cumprimento das atividades e funções no ambiente organizacional.

Entretanto, algumas das particularidades apresentadas no conceito de Lopes (2000) não se destacam, considerando que parte delas se dedicam apenas em reforçar o que já tinha sido pronunciado e, não apresentar solidamente elementos que justifiquem sua distinção de outros tipos de informações presentes numa organização.

Não é incomum perceber na literatura da área, autores utilizando a expressão Informação Arquivística como sinônimo de Documentos de Arquivo. Vidal (2015) ao analisar a forma com que o termo é caracterizado pelos autores que publicam em periódicos da área da Ciência da Informação, especificamente os indexados na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), constata que:

[...] Em quatro, dos cinco artigos analisados, o termo informação arquivística aparece vinculado ao documento

arquivístico, com características que se equivalem, sendo que o suporte recebe um destaque, sendo ressaltado o registro físico. Essa relação intrínseca ‘documento e informação’ verificada nos trabalhos nos parece um indício da falta de clareza dos dois conceitos, suas abrangências e limitações. Fato que também interfere na delimitação do objeto da arquivologia e, pode acarretar outras consequências teóricas. (VITAL, 2015, p.31).

Em meio às divergências que giram em torno do termo e, ainda, a real necessidade de maiores reflexões no meio acadêmico, percebemos que apesar de muito próximas e claramente relacionáveis, a Informação Arquivística e o Documento de Arquivo são elementos distintos, como subscreve Calderon (2013):

[...] Informação Arquivística é um conjunto estruturado de representações factuais advindas das atividades realizadas por pessoa física ou jurídica, no exercício de sua função e registradas em documentos de arquivo (CALDERON, 2013, p.109).

Nesse sentido, o que existe é a dependência de registro num suporte, o que não quer dizer que o conteúdo e o suporte sejam a mesma coisa.

4 Gestão do Conhecimento e Informação Arquivística: um diálogo possível

Para traçar um paralelo entre as temáticas Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística será necessário o resgate de alguns conceitos que já foram apresentados em seções anteriores, onde se pôde constatar que a GC está ligada ao controle de procedimentos para extrair conhecimento útil de um indivíduo e compartilhá-lo em benefício de uma organização ou sociedade e, dentro deste processo, encontra-se o elemento informação, que constitui a base para a criação de conhecimento. Tendo em vista que a Informação Arquivística é um tipo de informação com características singulares, pode-se inferir que análise ocorrerá entre um processo e um de seus elementos.

Como fora abordado, a dinâmica que envolve o adequado relacionamento entre os tipos de conhecimentos tácitos e explícitos de maneira a produzir novos conhecimentos, está contida no espiral SECI de Nonaka e Takeuchi (2008) que expõe quatro maneiras de conversão de conhecimentos: Processo de Socialização, Externalização, Combinação e Internalização, como mostra a figura abaixo:

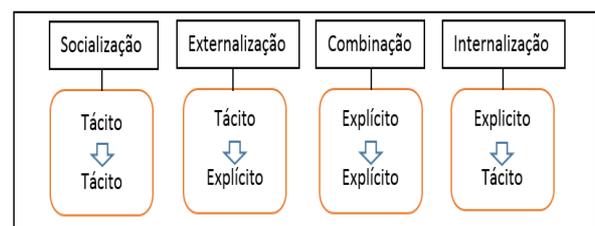


Figura 1. Processo de Conversão de Conhecimento

Fonte. Baseado em Nonaka e Takeuchi (2008)

Para identificar o papel da Informação Arquivística no contexto sinérgico de criação é necessário percebê-la como um tipo de conhecimento explícito, haja vista sua dependência de regras ou pela necessidade de codificações, características intrínsecas deste tipo de conhecimento. Outro ponto que fortalece esta assertiva se deve ao fato, da materialidade constituinte da Informação Arquivística, condicionante que a define, dentre outras coisas, como uma informação orgânica e registrada. Isto posto, se as nomenclaturas forem emparelhadas, pode-se considerar a Informação Arquivística com um tipo de conhecimento explícito, registrado em suporte definido e detentor de forte vínculo com o organismo produtor, que subsidia as ações administrativas dentro do ambiente organizacional.

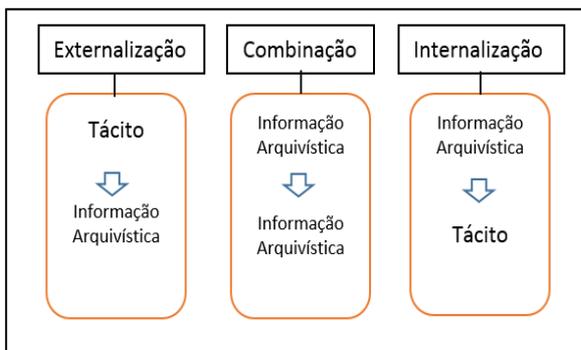


Figura 2. Processo de Conversão com base na IA.
Fonte. Baseado em Nonaka e Takeuchi (2008)

A Figura 2, é uma adaptação da Figura 1 onde apresentou-se os Processos de Conversão do Conhecimento. Nesta Figura 2 eliminou-se o processo de socialização, por não envolver em seu bojo o conhecimento explícito e o termo conhecimento explícito substituído por Informação Arquivística. Logo, nos três processos restantes poderá ser obtido o seguinte resultado:

Conforme demonstra a Figura 2, um dos pontos convergentes entre a Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística situa-se justamente no centro do processo de conversão, ora quando o conhecimento tácito gera Informação Arquivística pelo processo de Externalização, ora quando a Informação Arquivística produz conhecimento tácito pelo processo de Internalização ou ainda, pode ocorrer da Informação Arquivística ser capaz de gerar uma nova Informação Arquivística se for usado o processo de Combinação. Destarte, a Informação Arquivística está inserida no processo de Gestão do Conhecimento ora como produto, ora como produtor.

Para Choo (2003, p.37), “[...] o conhecimento explícito não surge espontaneamente, mas precisa ser cultivado a partir das sementes do conhecimento tácito”. O que faz

depreender que a Gestão do Conhecimento, quando bem aplicada, permitirá produzir um conhecimento explícito e/ou Informação Arquivística do mesmo modo que, a Informação Arquivística quando bem disponibilizada será capaz de produzir novos conhecimentos tácitos e/ou novas Informações Arquivísticas com potenciais para contribuir na tomada de decisões de uma organização.

Nesse contexto, partindo do princípio que a informação é o elemento determinante para a criação de conhecimento, pode-se considerar que a Gestão do Conhecimento perpassa pela Gestão dos Recursos Informacionais. Por isso, serão apresentados alguns caminhos para se disponibilizar a Informação Arquivística de forma adequada, bem como os elementos que contribuem para sua gestão. O que leva a pesquisa para mais um ponto de interseção: a Gestão da Informação. A este respeito Serra Junior esclarece que:

[...] Dificilmente a Gestão do Conhecimento pode ser implementada sem que práticas ligadas à Gestão da Informação estejam na pauta das ações relacionadas a externalização do conhecimento, ou seja, a transformação do conhecimento tácito para explícito. Assim, a Gestão da Informação e a Gestão do Conhecimento estão fortemente imbricadas. Sendo a primeira, elemento imprescindível para a concretização da segunda. (SERRA JUNIOR, 2006, p.8).

Para Alvarenga Neto (2005) a Gestão da Informação surge como uma estratégia aperfeiçoada para o gerenciamento eficaz da Informação Arquivística, possibilitando-a solucionar de problemas organizacionais, contribuindo para que a informação correta chegue na hora e na forma adequada ao seu destino.

Couture e Rousseau (1998) ao tratarem da Gestão Informacional, afim de resolver os problemas de acúmulo desordenado de informações nas organizações, orientam que se deve trabalhar a Informação Arquivística de forma contínua desde de sua produção até sua disponibilização ao usuário final. Dessa forma, os autores distribuem todo o processo de gestão em três fases:

A primeira fase corresponde à produção, difusão e acesso à informação orgânica, onde a informação é concebida de maneira estruturada e inteligível. É registrada em um suporte adequado, sendo posteriormente inserida no canal de difusão apropriado, a fim de ser facilmente acessível e de permitir uma comunicação máxima que tenha em conta tudo quanto do ponto de vista legal, cultural e tecnológico [...]. A segunda fase componente do programa diz respeito à classificação e à recuperação da informação. As funções e subfunções da empresa são analisadas, esquematizadas e harmonizadas num sistema de classificação e de recuperação válido para todas as suas componentes [...] a terceira e última fase centra-se na proteção e na conservação da informação. A informação bem protegida e

conservada segundo normas técnicas pode ser facilmente comunicada (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 68).

De fato, todas essas práticas como produzir, classificar, difundir e proteger a informação são deveras importantes para seu processo de gestão. Entretanto, Calderon (2004) alerta que antes de qualquer iniciativa, é fundamental conhecer bem a organização que se quer trabalhar, fazer de um levantamento histórico/sociológico, pois só assim o estudo do ciclo informacional será possível. Desta forma, segundo a autora, o ponto de partida e sustentáculo para os modelos de classificação, avaliação e descrição para qualquer projeto de organização da Informação Arquivística situam-se na obtenção do pré-diagnóstico e o diagnóstico adequado. Por esta razão é oportuno citar Davenport (1998) que em seu livro “Ecologia da informação” divide o processo de Gestão Informacional em quatro passos: Determinação das exigências, Obtenção, Distribuição e Utilização da Informação.

Davenport e Prusak (1998) esclarecem que determinar Exigências Informacionais de uma organização é o ponto de partida para uma gestão eficiente, porém não é uma tarefa fácil, já que envolve observação de como os gerentes e funcionários percebem seus ambientes de trabalho e isso requer várias perspectivas como “política, psicológica, cultural, estratégica e as ferramentas correspondentes, como avaliação individual e organizacional” (p.173). É com base nessas observações que serão extraídas as informações estruturadas [4] e não-estruturadas [5], formais [6] e informais [7], a não-computadorizadas e computadorizadas.

Em se tratando de Obtenção de Informação, que seria o segundo passo, o autor sugere que seja aplicado quatro subatividades: “exploração do ambiente informacional; classificação da informação em uma estrutura pertinente; formatação e estruturação das informações” (p.181), não necessariamente nessa ordem, mas num processo contínuo, dado que se trata de uma atividade permanente. Como supracitado, o passo seguinte é a Distribuição da Informação e esta ação está vinculada a formatação da informação. Para autor três pontos afetam a eficiência da distribuição: a “[...] arquitetura informacional, [...] as estruturas políticas e o [...] investimento tecnológico” (p.190).

Para ilustrar o último passo Davenport e Prusak (1998) fazem a seguinte analogia:

“[...] gastamos enormes recursos para desenvolver medicamentos de alta tecnologia, mas os pacientes não os tomam, ou não seguem a receita de maneira adequada” (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p.194).

Isso para dizer que, todo processo de gestão informacional deságua em sua utilização, fator que deveria ser objeto de mais atenção de pesquisadores e gerentes da área.

Como foi visto, não é fácil disponibilizar uma informação de cunho arquivístico, pois requer introduzir novos conceitos, rituais e rotinas culturais em uma organização. Assim como são árduos os meios para gerir o conhecimento pessoal, muitas vezes tácito. Entretanto, assim como existem meios eficazes de disponibilizar e utilizar adequadamente a Informação Arquivística, há diversos fatores que contribuem para o sucesso e/ou fracasso da Gestão do Conhecimento.

Diante do exposto, acredita-se ser importante destacar que Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística estão intimamente ligadas e encontram, uma na outra, um arcabouço estratégico dentro de uma organização, levando em conta questões como clima organizacional, cultural e tecnológico.

5 Conclusão

Uma vez que a produção, processamento e uso contínuo da informação e do conhecimento faz parte do *hall* de características das corporações atuais, buscar formas para obter êxito na realização uma boa gestão informacional ou de conhecimento, configura-se como um dos pontos chave das ações estratégicas atuais. Isso explica a grande gama de produções científicas nessa área.

Nonaka e Takeuchi (2008) enfatizam que quando as pessoas inventam um novo conhecimento, eles estão reinventando a si próprios, a empresa e até mesmo o mundo. Por isso as organizações devem acreditar e investir no aprendizado de seus colaboradores, estimulá-los na troca de saberes e criar meios para a disseminação de novos conhecimentos por toda a organização.

A pesquisa apresentou que a Gestão do Conhecimento remete a uma série de ações sobre os ativos intelectuais, a fim de extrair conhecimento individual e compartilhá-lo em benefício de uma organização ou sociedade e sua aproximação com Informação Arquivística, entendidos aqui como elementos indissociáveis, ocorrem no âmago do processo de sua criação. Essa transformação depende, por vezes, de diversos fatores como ambientes, pessoas e tecnologias de informação que se entrelaçam para produzir inovações e um almejado diferencial competitivo. Estabelecer caminhos para uma boa Gestão do Conhecimento perpassa pela política de gestão informacional, onde se consiga extrair e canalizar a Informação Arquivística presente no contexto do exercício das funções e objetivos das entidades.

As mudanças provocadas pela Gestão do Conhecimento e da Informação fazem com que os estudos destas temáticas permaneçam nas agendas de pesquisadores de distintas áreas do saber, especificamente da Arquivologia, considerando a necessidade de novas pesquisas que aliem a Gestão documental à Gestão da Informação e do Conhecimento, tendo como eixo a Informação Arquivística e não apenas sua

materialização no documento de arquivo. Cabe repensar novas políticas de gestão e novas formas de atuação para os profissionais envolvidos, considerando inclusive as formas contemporâneas de produção, tramitação, disseminação, e armazenamento dessas informações.

Notas

- [1] Técnica de Administração que surgiu nos Estados Unidos em meados de 1970. Trata-se de um projeto de racionalização planejado em todas as suas etapas. O processo envolve demissões, achatamento da estrutura organizacional, reestruturação, redução de custos e racionalização.
- [2] Trata-se de uma estratégia de gestão de negócios da década de 1990, criada pelos americanos Michael Hammer e James Champy, seu foco é em análise, projetos de fluxos de trabalho e processos de negócios na organização. A ideia da reengenharia consiste em auxiliar as organizações a repensar uma forma de realizar suas atividades com menor custo, melhor atendimento ao cliente.
- [3] Técnica de administração multidisciplinar formada por um conjunto de Programas, Ferramentas e Métodos, aplicados no controle do processo de produção das empresas, para obter bens e serviços pelo menor custo e melhor qualidade.
- [4] São informações que contém uma organização para serem recuperadas de forma automatizada.
- [5] São informações que estão armazenadas dentro de uma estrutura, porém de difícil recuperação visto que estão armazenados de forma desorganizada.
- [6] São informações provenientes dos canais formalmente estabelecidos por uma estrutura organizacional.
- [7] Informações oriundas fora dos canais de comunicação estabelecidos por uma estrutura organizacional.

Referências

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.
- ALVARES, Lilian; BAPTISTA, Sofia Galvão; ARAÚJO JUNIOR, Rogério Henrique. Gestão do Conhecimento: categorização conceitual. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p.235-252, jul./dez. 2010. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/15124> >. Acesso em 28 mar. 2019.
- ALVARENGA NETO, Rivadavia Correa Drummond de. Gestão do Conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. 2005. **Tese** (Doutorado em Ciência da Informação) – UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005. Disponível em: < [file:///C:/Users/regil/Downloads/doutorado_rivad_via_correa_drummond_alvarenga_net0%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/regil/Downloads/doutorado_rivad_via_correa_drummond_alvarenga_net0%20(1).pdf) >. Acesso em 02 abr. 2019.
- ARIES, Regina Wundrack do Amaral; KEMPNER-MOREIRA, Fernanda; FREIRE, Patricia de Sá. Indústria 4.0: desafios e tendências para a gestão do conhecimento. I SEMINÁRIO UNIVERSIDADES CORPORATIVAS E ESCOLAS DE GOVERNO, 2. 2017, Florianópolis. **Anais...** Santa Catarina, 2008. Disponível em: < <http://anais.suceg.ufsc.br/index.php/suceg/article/view/49> >. Acesso em: 25 mar 2019.
- BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 13, n. esp., p.1-25, 2008. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewArticle/1843> >. Acesso em 28 mar. 2019.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. A especificidade da informação arquivística. **Contracampo**, Niterói, n. 2, p. 21 -29, 1998. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17285/10923> >. Acesso em 08 abr. 2019.
- BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing, **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues. **Arquivo e a Informação Arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário, **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300011&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em 28 mar. 2019.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac, 2003.
- DAVENPORT, Thomas Hayes; PRUZAK, Laurence. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- FURTADO, Renata Lira; Belluzzo, Regina Celia Baptista. Gestão do Conhecimento e Competência em Informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 13, n.2, p.314-339, maio/ago 2018. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881> >. Acesso em 28 mar. 2019.
- GANZERT, Christian Carvalho. Capitalismo informacional: novas reflexões sobre a (re)produção Contemporânea do conhecimento e sua sistêmica econômico-social. II ENCONTRO DA ULEP, 2. 2008, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2008.
- GATTI JUNIOR, Wilian; Yu, Abraham. As transformações do conhecimento no processo de inovação: um estudo multicasos no desenvolvimento da tecnologia flexfuel no Brasil, **REGE - Revista de Gestão**. São Paulo, v.24, n.3, p.256-267, 2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/gege/article/view/135324> >. Acesso em: 02 abril 2019.

- GONÇALVES FILHO, Cid. O impacto da gestão do conhecimento de marketing na inovação e vantagem competitiva de novos produtos. **Tese** (Doutorado em Administração). Cepead, UFMG, Belo Horizonte, 2001. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-99WG4Y>>. Acesso em: 02 abril 2019.
- JANNUZZI, Celeste Sirotheau Corrêa. Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações, **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.21, n.1, p.97-118, jan./mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362016000100097&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 27 abril 2019.
- JARDIM, José Maria; Fonseca Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **Formas e expressões do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.
- NASCIMENTO, Maria de Jesus; SILVA, Paula Sanhudo. Informação: insumo básico para o desenvolvimento do setor de turismo em Santa Catarina, **Perspect. cienc. inf.**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 48-69, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/Nascimento%20e%20Silva%20Informacao%20insumo.pdf>> . Acesso em: 01 mai. 2019.
- OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação). – IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/infotec/teses00-02/_resumo_133.html>. Acesso em 01 maio 2019.
- PAIXÃO, Ricardo Luís. Gestão do Conhecimento: estudo de caso do setor público. 2004. **Dissertação** (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004. Disponível em <https://www.coppead.ufrj.br/upload/publicacoes/Ricardo_Paixao.pdf> Acesso em: 21 mar. 2019.
- RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap.3, p.76-97.
- REGENSTEINER, Roberto. Gerenciamento do Conhecimento: origem, contexto histórico e gestão, **Augusto Guzzo: Revista Acadêmica**. Santa Catarina, n.12, p.141-153, 2013. Disponível em <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/194>. Acesso em: 02 abril 2019.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas, **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.1, n.1, jul. 2009. Disponível em <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6>>. Acesso em: 19 mar. 2019.
- SANTANA, Cristiane Luz; GOMES, Almira Ferraz. Gestão do conhecimento: uma análise sob a ótica do capital humano nas empresas do setor farmacêutico em Vitória da Conquista – Bahia, **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, n.11, p.71-94, 2011. Disponível em <periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/1962/1673>. Acesso em: 27 mar 2019.
- SANTOS, Adelcio Machado dos. A psicologia organizacional e do trabalho a serviço da gestão do conhecimento, **Revista Visão**, Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2012.
- SERRA JÚNIOR, Lamberto Ricarte. **O papel do arquivista na gestão do conhecimento**. Disponível em: <<https://tudosobrearquivologia.files.wordpress.com/2009/12/modulo-1-o-papel-do-arquivista-na-gestao-do-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 17 abril. 2019.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Das ciências documentais à ciência da informação**: um ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- SILVA, Eliezar Pires da. Conceito de Informação Arquivística. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de janeiro: ENANCIB, 2010. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010496/a02acedbc1e5c9ee5598df880f3867fc>>. Acesso em 31 mar. 2019.
- SIQUEIRA, Bernadete. Aprendizagem Organizacional e a Gestão do Conhecimento: uma abordagem multidisciplinar. CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 6. 2008, Nova Lisboa. **Anais...** Portugal, 2008. Disponível em: <<http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/497.pdf>> . Acesso em: 25 mar 2019.
- SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **As bases do processo classificatório em arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000007402/17982b06556d0ee5626ec205c1c6dda8>>. Acesso em 08 abr. 2019.
- NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka; **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.
- TOGNOLI, Natalia. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica, **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, RJ, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.aerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/8>>. Acesso em 25 mar. 2019.
- VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. Informação e conhecimento em organizações complexas. In:VALENTIM, Marta Lúcia Pomim. (Org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis/Cultura Acadêmica, 2008.

VITAL, Luciane Paula. Discutindo o termo informação arquivística, **Ágora**, Florianópolis, v.25, n.50, p.19-34, jan/jun 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abcib/article/view/25260>>. Acesso em 28 mar. 2019.

ZORRINHO, Carlos. **Gestão da Informação**: condição para vencer. Disponível em (<http://www.iapmei.pt/>) Acesso em 17 mar. 2019.

A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia

The new morphology of Archivology in the 21st century: the microscope of social justice of the archives, responsibility and democracy

Luiz Eduardo Ferreira da Silva (1)

(1) Universidade Federal da Paraíba, Campus I Universidade Federal da Paraíba, Via Expressa Padre Zé, 289 - Castelo Branco III, Luizeduardo.ufpb@gmail.com

Resumo

Investiga o avanço social que a Arquivologia e os arquivos vem sofrendo na contemporaneidade. Discute as esferas múltiplas do *ethos* social dos arquivos diante da complexa sociedade. Objetiva compreender como se articula a elaboração de uma justiça social pela rica transversalidade existente hoje nos arquivos. Por intermédio de uma pesquisa teórica e do tipo bibliográfica, buscou-se sinalizar as morfologias sociais que os arquivos desempenham para o processo de democratização de uma sociedade. Neste contexto, a justiça social aqui mencionada reflete nas práticas atuais dos arquivistas no campo da responsabilidade social e da democratização. Por fim, as questões de uma tradição sociológica na Arquivologia são fundamentais para compreendermos os diferentes significados associados ao uso do termo “justiça social dos arquivos”, sobretudo, na dimensão probatória que o documento arquivístico assume.

Palavras-chave: Arquivos; Justiça Social; Responsabilidade social; Democracia; Documentos arquivísticos.

Abstract

It investigates the social advance that Archivology and archives have suffered in the contemporary world. It discusses the multiple spheres of the social ethos of archives in the face of complex society. It aims to understand how the elaboration of a social justice is articulated by the rich transversality that exists today in the archives. Through a theoretical research and bibliographical type, it was sought to signal the social morphologies that the archives play for the process of democratization of a society. In this context, the social justice mentioned here reflects in the current practices of the archivists in the field of social responsibility and democratization. Finally, the questions of a sociological tradition in Archivology are fundamental to understand the different meanings associated with the use of the term "social justice of archives", especially in the probatory dimension that the archival document assumes.

Keywords: Archives; Social justice; Social responsibility; Democracy; Archival document.

1 Introdução

A questão fundamental para se pensar as relações entre a Arquivologia e as Ciências Sociais no século XXI, coincide com a importância que os arquivos assumem para o processo de responsabilidade e democratização social. Nesse sentido, poderíamos estabelecer aqui as maneiras pelas quais a tradição sociológica se faz presente nessa “nova” morfologia social da Arquivologia com suas formulações teóricas de pensar esse novo lugar do arquivo. Diante disso, através de uma pesquisa qualitativa, teórica e bibliográfica, buscou-se compreender “a nova morfologia social da Arquivologia”, através do contexto da justiça social dos arquivos.

A **justiça social** diz respeito a distribuição de poder e riqueza da sociedade. Como o resultado existem fortes tensões históricas e lutas sobre a promulgação de justiça social, particularmente em relação ao equilíbrio de liberdades (liberdade) como bem comum (maior bem estar social) (DUFF, FIINN; SUURTAMM; WALLACE 2013, p. 06).

No alvorecer do século XXI, as questões sociais estão em toda parte. Logo, no contexto arquivístico essa relação se coaduna com o processo de responsabilidade que o arquivo vai estabelecer através do gerenciamento documental. Atualmente, a tarefa da Arquivologia, enquanto uma ciência social é, mais do que nunca, a de semear democracia e o Estado de Direito, uma vez que o sufrágio da justiça social dos arquivos é, portanto, uma ferramenta, que combate atos ilícitos nas instituições através da prova documental.

No obstante, o conceito de “justiça social dos arquivos” é útil por chamar atenção da sociedade quanto ao direito de conhecer suas garantias legais, uma vez que o arquivo é um dos “lugares mais perigosos” do século XXI, a Arquivologia explicará esse enredo. O arquivo possibilita o cidadão a denunciar e lutar por equidade, esse quando não silenciado institucionalmente produz *ethos* sociais que influenciará diretamente a vida das pessoas. A ideia de justiça social nos arquivos implica necessariamente uma referência as estruturas sociais, as

estruturas culturais e as ações comuns na sociedade, que produz documento de forma muito intensa.

A perspectiva de **arquivos para “Reescrever” o passado** pode manifestar uma realidade e uma ilusão. A saber: demonstrando progresso social e evolução ao longo do tempo, enquanto também fundamentalmente mascarando **injustiças** atuais similares através do controle do registro via sensibilidade, confidencialidade e privacidade, segurança, sigilo e classificação, e justificativas dos direitos de propriedade intelectual, entre outros. O implícito e o perigo explícito aqui é evitar e anular os vínculos entre o histórico e as lutas contemporâneas, ajudando assim a sustentar a mitologia de uma profissão de corretagem desinteressada, neutra e honesta (DUFF, FLINN; SUURTAMM; WALLACE 2013, p. 05).

Nesse contexto, as estruturas sociais nos arquivos referem-se “as responsabilidades públicas das autoridades e suas funções governamentais” (IACOVIDO, 2016, p. 286). Diante disso, os arquivos são construtores de direitos ao cidadão que deles necessitam. Logo, os arquivos são marcados por documentos com diversos conjuntos documentais que contam os pormenores de uma instituição, então, falar de justiça social nos arquivos é apontar sua relevância social perante a sociedade como um todo.

Deste modo, estreitar esse laço da Arquivologia com os aspectos da tradição sociológica é oportuno para apontar essas morfologias sociais dos arquivos e assegurar que esses sejam respeitados, enquanto um lugar de efervescência e responsabilidade democrática e como princípio regulativo de direitos. Em outras palavras, a justiça social dos arquivos tem de ser integrada a uma teoria da ordem social (a relação entre o arquivo e a cultura, o arquivo e os sistemas sociais, o arquivo e os tipos de instituições, o arquivo e as relações de resistência).

Nesse sentido, o arquivo é o lugar do acontecimento, da verdade e imparcialidade documental. O arquivo enquanto lugar de justiça social enfrenta os “perigos” constitutivos do presente na sociedade, isto é, corrupção, opressão, esquecimento do passado, abusos políticos e a tirania contra os direitos dos cidadãos.

Por fim, enfatizar a dimensão social dos arquivos é considera-lo como algo inevitavelmente e profundamente social. Sendo assim, a justiça social dos arquivos, isto é, o estudo das dimensões de responsabilidade na organização documental, contribuem para uma realidade em comum, possibilitando uma ação democrática entre os cidadãos e o Estado.

2 Estado de Direito e Arquivologia: os arquivos como responsabilidade social, uma análise em Terry Eastwood

O arquivo abrange documentos sob a forma de provas e de memória, dentro ou fora de um arquivo institucional. No mundo atual, marcado pela comunicação instantânea, documentos confiáveis e autênticos permanecem sendo essenciais para a responsabilidade pessoal, institucional e coletiva (IACOVIDO, 2016, p. 262).

A dimensão teórica da Arquivologia contemporânea, atravessa um aprofundamento de discussões em relação a sua esfera teórica e metodológica. Diante o exposto, a tessitura reflexiva da Arquivologia não se restringe apenas ao seu teor instrumental, ao contrário, a Arquivologia atualmente contribui de forma significativa para as relações entre o cidadão e o Estado.

A rigor, o professor e Arquivista canadense Terry Eastwood com várias publicações na área, dimensiona o lugar de destaque que a Arquivologia vem conseguindo conquistar nos últimos anos, principalmente, através dos produtos arquivísticos que essa disponibiliza para a sociedade.

Um dos pontos de análise de Eastwood é que os arquivos por meio do processo documental, contribuem para as responsabilidades comuns das ações humanas na historiografia do tempo social. Hordienamente, o autor destaca o valor de atuação da Arquivologia, em particular como uma espécie de microscópio social, ou seja, a Arquivologia através dos arquivos permite conhecer as estruturas sociais sobre diferentes aspectos, e, um deles seria o de Estado de Direito, uma vez que os documentos arquivísticos podem ocasionar mudanças significativas nas relações sociais.

Nas instituições da democracia ligada ao Estado de Direito se incorpora a desconfiança contra a razão falível e contra a natureza corruptível dos seres humanos. Essa desconfiança estende-se para além dos controles e dos contrapesos que podem se institucionalizar. O Estado de Direito que pretende permanecer idêntico a si mesmo se encontra diante de uma tarefa paradoxal. Ele precisa proteger e vigiar a desconfiança contra a injustiça. (HABERMAS, 2015, p. 138).

Desse modo, a relação do Estado de Direito com a Arquivologia foi direcionada pelo arquivista social canadense, Eastwood, que oferece nova forma de pensar os arquivos, isto é, os seus aspectos democráticos e de responsabilidade que irão contribuir com os cidadãos estão presentes na gestão de documentos.

A abordagem de Eastwood requeria uma visão unificada da empreitada arquivista que abrangesse todos os aspectos da gestão de documentos que pudessem contribuir para a responsabilidade coletiva de ações humanas no tempo e no espaço. A responsabilidade democrática não faz efeito apenas no final de vida de um documento, mas exige intervenção ativa por parte do profissional em termos de que tipo de document foi criado (IACOVIDO, 2016, p. 264).

Dessa forma, o arquivo é dinâmico e diversificado. Segundo Eastwood, na gestão documental o arquivista é responsável por analisar os objetivos sociais dos

conjuntos documentais produzidos institucionalmente. Então, a responsabilidade democrática é uma das características da Arquivologia, uma vez que ela decorre das relações sociais. A Arquivologia hoje, é inseparável, entre nós, do que habitualmente chamamos de mecanismos de responsabilidade social.

Além disso, no governo democrático o cidadão bem informado permanece no tempo social e, com intensidade ainda maior de cobrar dos governantes ações concretas para sua vida em sociedade.

Sendo assim, as democracias só avançam e inovam institucionalmente em direção ao “progresso” quando o povo sentir que seus interesses foram atendidos. De acordo com essa ideia, os arquivos são condições necessárias para determinar a concretização dos sistemas institucionais, ou seja, o arquivo pode facilitar as exigências de emancipação do cidadão no campo das estruturas institucionais.

Nesse sentido, os arquivos quando estimulados de acordo com sua função social, traz um pacote de benefícios que proporciona um conjunto de direitos. Alternativamente, no nível microscópio de uma realidade social, os arquivos podem flexibilizar o hiato entre o cidadão e o Estado. Diante disso, os arquivos podem exercer essa influência não apenas pela sua ênfase de justiça social, mas por permitir que os cidadãos conheçam as ações passadas.

A necessidade de cidadãos informados dificulta a justificação de procedimentos que retenham ou suprimam as informações de que necessitam para tomar decisões em seu próprio interesse. Em última análise, os cidadãos informados que vivem em uma sociedade aberta têm a oportunidade de descobrir e realizar o bem comum, que Dahl descreve como “o que os membros escolheriam se possuísem o máximo entendimento possível da experiência que resultaria de sua escolha e de sua relevância. Alternativas” (EASTWOOD, 2002, p. 64).

De acordo com o exposto, o autor chama atenção para as informações que são produzidas e a necessidade do cidadão de se manter informado. As informações não podem ser violadas, suprimida ou desrespeitada de acordo com sua finalidade de produção. Assim, Eastwood observa o poder contingente que os arquivos proporcionam para estimular a democracia em Estados democráticos. Com efeito, as observações de Eastwood mostram, além da importância de um tema até agora menos explorado, do que merece, também sua vastidão de possibilidade de estudo na Arquivologia.

Por seu turno, o Estado de direito através dos arquivos atribui esse valor de responsabilidade social e institucional. Todavia, nesse Estado de Direito as sociedades são distintas entre si e *sui generis*, onde envolvem os indivíduos e os colocam numa rede de relações sociais. Para Eastwood, não existiria uma verdadeira democracia sem a participação ativa das práticas arquivísticas e do próprio arquivista, uma vez

que estes serão fundamentais para demonstrar ao cidadão o seu lugar social através de uma gestão documental eficiente.

Por séculos, organizações e indivíduos decidiram preservar alguns dos registros que geraram pela razão óbvia de terem fornecido evidência de seus direitos e privilégios ou serem valiosos como fontes de evidências de ações passadas às quais, por alguma razão, a entidade as criava, precisaria se referir. Muitas vezes, deve-se admitir que os registros sobreviveram por nenhuma razão particular identificável e foram frequentemente negligenciados, seu valor pouco apreciado pela sociedade que os produziu. (EASTWOOD, 2002, p. 60).

Para o arquivista e professor canadense, os arquivos são espaços que possibilitam os cidadãos lutarem por direitos civis, isto é, ao falarmos de Estado de Direito e justiça social através dos arquivos, significa direcionar para uma modificação da política governamental quando não atender a necessidade comum dos cidadãos nas relações sociais, ou seja, o senso de justiça presente nos documentos arquivísticos.

Nesse sentido, os arquivos quando promovidos e reconhecidos no Estado de Direito coloca em jogo a bandeira da democracia, pois o arquivo nesse contexto do Estado de Direito, protege as instituições contra os atos infratores de governos que não respeitam as leis e nem os cidadãos. Logo, nessa relação entre o Estado de Direito e a Arquivologia, percebemos que os arquivos através dos documentos atuam como “guardião da legitimidade” democrática.

A boa vida democrática é aquela em que todos os cidadãos são tratados de forma justa de acordo com os padrões da comunidade acordados. Argumentos desse tipo dizem pouco sobre um problema particular das democracias modernas (EASTWOOD, 2002, p. 65).

Segundo o autor para que esse Estado de Direito se efetive na prática é necessário que o cidadão seja tratado de forma justa. Diante disso, o arquivo deve servir de alguma forma ao cidadão e não a tirania silenciada de alguns governantes que não tem compromisso com a democracia, logo, o arquivo nesse Estado de Direito deve ser preservado para proteger os direitos fundamentais do cidadão, um deles é o acesso as ações de governança passada.

Por fim, o arquivo pereniza a ruptura com as práticas coercitiva do Estado, valorizando os direitos individuais e a liberdade dos cidadãos de conhecer o presente, mas principalmente de ter acesso ao passado. O arquivo, nesse sentido, tona-se um *medium* em que se movem de agora em diante para a resolução de conflitos dos mais diferentes significados e possibilitando ao cidadão se informar para cobrar ações efetivas de governos.

3 A responsabilidade democrática do arquivista: a intervenção social na gestão de documentos

Os arquivistas dessa geração devem preparar-se para enfrentar a possibilidade de atuar ativamente para o processo democrático das comunidades nacionais. Precisam preparar-se para endossar a ideia de que Arquivologia é autolegitimada socialmente. Desse modo, a produção de documentos está por toda a parte, todos os dias a produção documental é frenética em diferentes instituições. Talvez, a tarefa mais difícil dos arquivistas hoje, seja expor o descaso do Estado em relação a gestão documental e o acesso do cidadão aos documentos por ele produzido.

O valor evidencial dos registros arquivísticos lhes dá maior poder - como documentos legais, como prova em tribunal, e como agentes de prestação de cotas. Mesmo se uma pessoa acessa apenas um registro, ela pode ter atingindo o impacto. Poderíamos até argumentar que a preservação do registro, mesmo se nunca é acessado, **pode promover uma cultura de responsabilidade e transparência**, tanto como salvaguarda e dissuasor, em que **os governos agem de forma responsável e os cidadãos entendem seus direitos em relação ao governo** (DUFF; FIINN; SUURTAMM; WALLACE, 2013, p. 19).

Com efeito, é preciso que o arquivista se posicione frente a um dever de Estado, Direito e Democracia, pois sua função é imprescindível para combater regimes de governança autoritários, “na ideia democrática, o princípio mais importante é o da limitação do Estado que deve respeitar os direitos humanos fundamentais” (TOURAINÉ, 1996, p. 57). Diante disso, o arquivista é, antes tudo, um ator social e institucional que garante ao cidadão o direito natural de liberdade e equidade por via dos registros documentais.

Hordienamnete, o arquivista tem a responsabilidade democrática de identificar as entranhas do Estado e instrumentalizar o cidadão para transformar a sua realidade, sobretudo nas suas garantias legais, ou seja, na democracia os direitos fundamentais precisam ser preservados.

A democracia existe realmente quando a distância que separa o Estado da vida privada é reconhecida e garantida por instituições políticas e pela lei. Ela, não reduz a procedimentos porque representa um conjunto de mediações entre a unidade do Estado e a multiplicidade dos atores sociais. É preciso que seja garantidos os direitos fundamentais dos indivíduos; é preciso também que estes se sintam cidadãos e participem da construção da vida social e da vida coletiva (TOURAINÉ, 1996, p. 43).

Assim, o arquivista orienta o cidadão em direção a uma perspectiva que coloca em foco de modo crucial as ações de governança. Desse modo, a responsabilidade democrática do arquivista é exercida diariamente nas instituições, a intervenção social do arquivista é o equivalente chamar de “espírito público”, uma vez que esse faz as instituições funcionarem melhor através da gestão documental e seu fluxo de forma racionalizada.

A dimensão ética da governança continua sendo um elemento essencial para os **arquivistas** e inclui

esforço de garantir a responsabilidade histórica e coletiva por ações passadas por meio do documento, tema dominante em sociedades pós-coloniais e pós-vigilância nas quais são muito comuns **os abusos aos direitos humanos**. Preservar documentos a fim de estabelecer direitos é um aspecto da responsabilização histórica que pode se relacionar a um acontecimento que acaba de ocorrer (IACOVINO, 2016, p. 266).

Diante o exposto, para os arquivistas a gestão de documentos tem um grande valor, sobretudo porque nessa reside a ordem subjacente da responsabilidade ética e moral desse profissional. Em outras palavras, o arquivista “pode evitar que o povo” tenha sua história destruída, seu passado negado e seus direitos violados. Dentro dessa perspectiva, o arquivista é um “agente civil” de democratização, pois sua prática quando efetuada de forma correta, tem a força de combater os “abusos aos direitos humanos” como mencionou a Iacovino.

Os arquivistas estariam, nesse sentido, elaborando seu espaço com base em práticas democráticas, de modo a garantir o bom exercício da governança. Nesse sentido, a prática da gestão de documentos é necessária para que as instituições tenham uma maior percepção da sua atividade e função, assim, a gestão de documentos realizada pelo arquivista faz um controle da produção documental, além disso, esse gerenciamento é relevante para manter a integridade dos documentos. Dessa forma, a gestão de documentos representa o substrato da democracia, isto é, o direito de ter acesso as práticas dos governos.

Diante desse pano de fundo, para a democracia o arquivista torna-se vital, principalmente porque ele afeta uma das zonas mais sensíveis do Estado de Direito, as garantias legais de se manter o cidadão informado, ou seja, o arquivista sela institucionalmente a proteção a democracia e que é legitimada através da proteção documental.

Com efeito, ao direcionar a gestão documental de acordo com os preceitos éticos da profissão, o arquivista contribui para a responsabilidade social, uma vez que as comunidades nacionais precisam identificar nos traços dos documentos de arquivo o *ethos* da sua formação.

4 A dimensão ética da governança: a justiça social dos arquivos e a proteção dos documentos

A justiça social nos arquivos é um termo fundamental para a Arquivologia do Século XXI. Na justiça social através dos arquivos, a área assume um papel de destaque nas Ciências Sociais, sua função é preservar a paz e a coesão social a partir dos documentos arquivísticos. Logo, Duff; Flinn; Suurtamm; Wallace (2013) apontam que é mais interessante considerar são as formas específicas em que arquivos - por causa da

natureza da instituição e do conteúdo detém - contribui para a justiça social.

De fato, manter um documento preservado significa colocar em equilíbrio o cidadão e o Estado, ou seja, a dimensão da boa prática da governança. Sendo assim, o arquivista e professor Eastwood pontua que a ideia de governança reside no exercício das ações de democracia.

Para esse autor, o valor do arquivo não é apenas o de compensar ou explicar o passado, ao contrário, através dos documentos o arquivo oferece uma explicação detalhada das estruturas de Estado, logo, podemos definir a justiça social nos arquivos como o restabelecimento democrático do equilíbrio social. Colocada a questão nesses termos, a justiça social dos arquivos é exatamente a de inserir as determinações objetivas do cidadão na sua relação com o Estado, “os arquivos não são capazes de evitar fraudes ou corrupção, mas podem ajudar a detectá-los” (IACOVINO, 2016, p. 261).

Diante disso, a gestão de documentos contribui de forma significativa para facilitar o processo da boa governança, uma vez que os documentos pereniza “o documentos arquivístico abrangendo tanto os correntes como os históricos contribuiria para a responsabilidade e a continuidade democrática” (IACOVINO, 2016, p. 262). De modo semelhante, o funcionamento prático dos arquivos chega a penetrar a maior parte dos setores da vida social, nesses termos, o arquivo desempenha um papel importante, isto é, o combate a intolerância.

A rigor, a justiça social dos arquivos só é vigorosa na medida em que esses agem contra as formas de autoridades e repressão. Nesse sentido, a justiça social dos arquivos possibilita as garantias legais institucionais e o respeito a projetos individuais e coletivos das comunidades nacionais.

Dessa forma, o arquivo torna-se um elemento de esforço entre a liberdade e a integração dos direitos fundamentais do espírito democrático. Diante disso, o arquivo pode assumir tarefas positivas de organização da vida social, ou seja, esses estão a serviço dos seres humanos enquanto sujeitos sociais.

Então, falar de justiça social através dos documentos arquivísticos é reconhecer o direito do cidadão de reagir contra os abusos de poder. Assim, a ideia de justiça social dos arquivos não pode ficar separada da ideia de direitos. Pelo contrário, a ideia de direitos fundamentais poderá se formar mais eficaz, quando o cidadão reconhecer o arquivo como um lugar de “recurso democrático”.

Nesse caso, os arquivos define-se não como a criação de um ato “governamental, político”, mas como um espaço social que penetra de forma significativa um número elevado de atores sociais. Mas concretamente, não

existirá uma ética de governança se os governados não tiverem o direito de saber sua história.

Portanto, a justiça social dos arquivos estabelece a integração social, a consciência individual ou coletiva. A razão é que os arquivos organizam-se em torno da defesa dos direitos fundamentais do cidadão. “A justiça social é um ideal abstrato que é tentador para o bem-estar de todos os membros da sociedade” (OPOTOW, 2012).

Por seu turno, a proteção aos documentos arquivísticos devem ser garantias legais de qualquer governo, pois os documentos estabelecem mediações repletas de reivindicações, ao mesmo tempo, de liberdade e equidade da organização social. Por fim, a ideia de justiça social através dos arquivos é sinônimo da ideia de cidadania que esses espaços oferecem para o bem-estar social. Nesse sentido, Harris (2011) apontou que a ideia de uma “memória de justiça” é crucial para descrevermos a relevância que os arquivos assume socialmente, isto é, o arquivo luta contra as práticas opressivas nas relações entre Estado e Cidadão.

Assim, os arquivos devem ajudar os indivíduos a enxergarem sua identidade, cultura e tradição. Desse modo, o arquivo enquanto um espaço de justiça social não é um fim em si, no entanto, ele é a condição institucional indispensável para a manutenção da democracia.

A Justiça social dos arquivos é, antes de tudo, a de promover o rompimento de regras institucionais autoritárias. Então, a justiça social dos arquivos é compreendida nessa dimensão da governança como a institucionalização de libertação social e nacional dos cidadãos, em detrimento aos seus direitos legais na conjuntura de um Estado de Direito.

Contudo, o papel dos arquivos é encorajar a ação pessoal do cidadão pelo reconhecimento de seus direitos, o arquivo enquanto um lugar social, só irá exercer sua função de forma efetiva, quando o maior número possível de pessoas se sentirem parte integrante desses lugares.

Por fim, o arquivo é realmente uma condição necessária para a existência da democracia, porque aponta o poder de regimes autoritários e permite que o cidadão se reconheça como parte integrante do Estado.

5 Conclusão

Esse estudo buscou compreender as novas morfologias sociais da Arquivologia do Século XXI. Fica claro, que as questões da tradição sociológica estão presentes na atividade arquivística. Sendo assim, a Arquivologia na contemporaneidade desempenha um papel importante para a vida social dos cidadãos, isto é, possibilita a responsabilidade e a democracia.

Dessa forma, os arquivos são espaços que tem na sua genealogia os documentos arquivísticos, esses são de extrema importância para detectar as injustiças sociais e os regimes autoritários. Então, dimensionar os arquivos hoje, é apontar sua relevância para promover a justiça social e as garantias institucionais e legais do cidadão que necessita de forma pontual de informações.

Diante disso, pensar essa justiça social dos arquivos é direcionar a sua visibilidade para a prática de uma boa governança, nesse sentido, preservar a integridade documental deve ser uma ação prática de governos democráticos que garantem a manutenção e a proteção ao Estado de Direito.

De modo semelhante a justiça social dos arquivos, tal como aqui foi conceitualizada não sega a importância do Estado, no entanto, defendemos que os arquivos sejam correspondentes de formulações sociais. Assim, o arquivo está baseado no princípio do progresso social. Trata-se, noutros termos, compreende que através da preservação dos registros documentais, esses podem ser direcionados aos direitos sociais.

De fato, a justiça social dos arquivos, propriamente, esses impulsionam os cidadãos e os grupos sociais ao pleno direito de conhecer a dimensão do Estado. Assim, o arquivo tem como finalidade o bem comum da sociedade. Diante disso, a justiça social dos arquivos visa proporcionar condições para a consecução dos direitos individuais e coletivos.

Nesse contexto, as novas morfologias sociais da Arquivologia do século XXI, consiste na reformulação do arquivo no ambiente democrático. Nesse viés, da justiça social os arquivos devem atender três requisitos básicos: (a) A Ordem Social; (b) A responsabilidade Social; (c) A Memória Social, pois esses possuem acepções que podem ser identificadas nas relações sociais. Então, o *ethos* social dos arquivos abrangem as relações que os seres humanos, socialmente organizados estabelecem, considerando a relevância dos registros documentais.

Nesses termos, os arquivos estão associados, portanto, ao contexto das relações dos cidadãos com as instituições, uma vez que esses propiciam a capacidade dos cidadãos de atribuírem sentidos a si mesmo e aos grupos sociais que estão inseridos, através dos registros documentais, logo, os documentos de arquivo estruturam as ações de natureza social. Contudo, a qualidade e o desempenho social dos arquivos influenciam o nível de relações com o Estado, possibilitando, assim, a quebra do poder autoritário. Além disso, a estruturação adequada dos arquivos deve promover a melhoria da governança corporativa das instituições.

Por seu turno, esses bem estruturados garantem, ordenam e provocam as transações interpessoais, ou seja, viabiliza as transações mais complexas,

notadamente, com o Estado. Por conseguinte, os arquivos na dimensão da justiça social tornam transparentes atuações da governança e oportuniza o cidadão a compreender a gestão do próprio Estado. Por fim, os arquivos são fundamentais para o processo de evolução da governança, propiciando condições favoráveis as atividades proficuas dos cidadãos e as organizações, com vista ao direito de conhecer seu passado para modificar as ações de governança futuras.

Referências

- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivo: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo, 2. ed. Editora da Unesp, 2015.
- DELMAS, Bruno. Os arquivos na sociedade contemporânea. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 2010a.
- DUFF, W. SUURTAMM, K. WALLACE, D. D. Social justice impact of archives: a preliminary investigation. **Archival Science**. 2013.
- EASTWOOD, Terry. Archival appraisal in democratic societies. Colloque international de sciences des documentation. **Congrès des archives de Castilla y León**, Département de bibliothéconomie et de documentation. Université de Salamanque, Espagne. 2002.
- HABERMAS, Jurgen. **A nova obscuridade: pequenos escritos políticos**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.
- IACOVINO, Livia. Os arquivos como arsenais de responsabilidade. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Disponível em: Acesso em: 24 Jun. 2019.
- JARDIM, J. M. **A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, [S.l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: Acesso em: 24 Jun. 2019.
- OPOTOW, S. O escopo da justiça, inter-conflito de grupo e paz. Em LR Tropp (Ed.), **Manual Oxford de conflito intergrupal e paz**. 2012.
- ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. **O que é democracia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

Tendências da preservação eletrônica e digital

Electronic and digital preservation trends

Diplomática Digital: uma nova abordagem?

Digital Diplomatics: a new approach?

Anelise Barbosa da Silva (1), Natália Bolfarini Tognoli (2)

Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Lara Vilela, 126 – São Domingos, Niterói- RJ,

anelisebarbosa@id.uff.br (1) nataliatognoli@id.uff.br (2)

Resumo

No final do século XX, por meio dos estudos de Luciana Duranti, inicia-se o desenvolvimento de uma disciplina cujos estudos estão voltados para um novo campo onde os conceitos e o método da Diplomática Moderna são aplicados no tratamento dos documentos contemporâneos, estendendo-se aos documentos digitais, no século XXI. A essa nova abordagem, Duranti chamou de Diplomática Digital. O presente artigo se propôs a reunir o conhecimento específico sobre os elementos conceituais dessa nova abordagem. Para tanto, realizamos uma sistematização do nível de desenvolvimento da abordagem, a partir de um levantamento bibliográfico comparativo nas bases de dados Brapci e Scopus, durante o período de 2009 a 2019. Os resultados demonstram um desenvolvimento tímido da temática no âmbito internacional e inexistente no âmbito nacional.

Palavras-chave: Diplomática Digital; Arquivologia; Diplomática; Análise de Citação.

Abstract

At the end of the twentieth century, the field of Modern Diplomatics is expanded towards the treatment of contemporary documents, expanding up to the digital documents in the 21st century.. Duranti called this new approach Digital Diplomatics. This paper aims to gather the specific knowledge produced about this subject through a systematization of the discipline development level from comparative bibliographical research in the Brapci and Scopus databases, during the period from 2009 to 2019. The results demonstrate a timid development at the international level and a non-existent theme at the national level.

Keywords: Digital Diplomatics; Archival Science; Diplomatics; Citation Analysis.

1 Introdução

Com a chegada da era tecnológica e digital nos arquivos, novos desafios são impostos aos arquivistas, levando a Arquivologia a revisitar suas bases teóricas e metodológicas com o intuito de garantir a produção, organização e preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos e confiáveis.

Nessa vertente, os arquivistas encontram, mais uma vez na Diplomática, – ciência que na Idade Média limitava-se a verificar a autenticidade dos diplomas e documento oficiais – a contribuição necessária para a reconfiguração de suas bases, especificamente no tocante aos documentos digitais..

Em 2009, Luciana Duranti – autora que já em 1989 propunha que novos usos fossem dados à Diplomática – arriscou a nomear o que seria uma nova abordagem da disciplina, intitulando-a de Diplomática Digital (*Digital Diplomatics*) e que englobaria a teoria e o método diplomático aplicado aos documentos digitais.

O termo foi incorporado pela comunidade científica da área sem que a devida atenção fosse dada a essa nova

estrutura conceitual, levando alguns autores a confundir as abordagens da Diplomática, nomeando-a ora contemporânea, ora digital.

Após a publicação de Duranti, outros autores começam a utilizar o termo, sem, no entanto, se aprofundar (Cohen, 2015; Rogers, 2015) em seu conceito.

Diante desse contexto, o presente artigo busca encontrar respostas para a questão: há, de fato, uma nova abordagem da Diplomática que podemos chamar de Digital? Se sim, qual a estrutura conceitual que a diferencia das outras abordagens identificadas anteriormente?

Em busca de respostas, partimos de uma sistematização teórica recorrendo aos estudos publicados sobre a temática da Diplomática digital e reunidos em duas importantes bases de dados, uma nacional (Brapci) e outra internacional (Scopus).

Pretende-se, com esse trabalho, fornecer bases teóricas e conceituais sólidas para a construção de conhecimento no âmbito do tema proposto, notadamente para os estudos brasileiros – onde observamos uma carência de literatura sobre o tema - além de dar continuidade a

estudos realizados por autores como Rodrigues (2008; 2016), Rondinelli (2011), Flores e Santos (2016) e Tognoli (2013; 2018) que têm abordado o tema da Diplomática nos estudos dos documentos arquivísticos contemporâneos.

2 As múltiplas abordagens da Diplomática: dos diplomas aos documentos de arquivo

A Diplomática, desde sua enunciação, em meados do século XVII, tinha como objetivo analisar a autenticidade dos documentos mais solenes, os chamados diplomas, para fins probatórios. Essa análise se baseava nos estudos da forma do documento, por meio de seus elementos internos e externos.

Nesse contexto, podemos entender a Diplomática como uma arte crítica, que busca, por meio da compreensão da forma documental, discernir a autenticidade e/ou falsidade do documento. Logo, a Diplomática é a arte que estuda a essência do documento, ou seja, sua forma. (TOGNOLI, 2018, p. 35)

Em 1681, Jean Mabillon anuncia a Diplomática como uma arte crítica, no tratado *De re diplomatica*. Apesar de não explicitar seu objeto, fica entendido que a mesma se limitaria ao estudo dos documentos produzidos como instrumentos autênticos e atos solenes dos soberanos. Esse período de nascimento da disciplina é conhecido como Diplomática Clássica e, embora seja decisivo não contava, ainda, com um método formalizado de análise de documentos.

No século XIX, mais precisamente em 1867, o objeto da Diplomática, o documento diplomático, é finalmente definido como “testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica” (SICKEL, 1867, p. 2). Nessa época, a aplicação da Diplomática limitava-se a documentos cujo teor interessava aos historiadores, como fontes de pesquisa.

Tognoli (2018) destaca que a definição de Sickel restringe a aplicação do método diplomático aos documentos de natureza jurídica – excluindo, portanto, todos os documentos que não possuem tal natureza, como alguns documentos de arquivo, por exemplo.

Ainda nesse período, uma estrutura de análise é finalmente proposta por Sickel dando origem ao método diplomático tal qual o conhecemos hoje, com a partição do documento em protocolo inicial, texto e protocolo final (escatocolo).

“Eu chamo texto a parte central do documento e formulário ou protocolo o conjunto de fórmulas iniciais e finais. Texto e protocolos são, portanto, os caracteres intrínsecos dos documentos (SICKEL, 1867, p. 107).

Em meados do século XX, dá-se início a expansão do objeto de estudo da Diplomática, a partir dos estudos do

francês Georges Tessier (1930). Ao unir os *actes instrumentaires* (documentos autênticos ou designados para consumação de um ato jurídico) e os documentos preparatórios aos documentos que constituem valor de prova Tessier aproximou a Diplomática da Arquivologia e dos documentos de arquivo, passando esses últimos a constituir, também, objeto dos estudos da Diplomática.

Apesar disso, a aproximação de fato da Diplomática com a Arquivologia acontece por meio de Bautier, na década de 1960. O autor acreditava que os documentos deveriam ser analisados com base nos fundos, assim como era defendido pela Arquivologia para os documentos de arquivo.

Nós estamos convencidos que os diplomatas seriam muito mais conscientes deste aspecto se eles tivessem sempre acreditado na noção de que o documento diplomático é essencialmente um documento de arquivo, quer dizer, uma peça em um conjunto, um elemento em um fundo (BAUTIER, 1961, p. 212).

Em 1987, a arquivista italiana Paola Carucci acaba por fortalecer ainda mais a relação da Diplomática e da Arquivologia, quando dilata o conceito de documento seguido pela Diplomática, afirmando que a Diplomática do documento contemporâneo não deve mais fixar-se apenas na análise da autenticidade e/ou falsidade dos documentos.

O método de Carucci (1987), considerado inovador, direciona os estudos da Diplomática para a gênese dos documentos de arquivo, considerando a unidade arquivística elementar, ou seja, o documento de arquivo, como objeto da Diplomática. Esse período de desenvolvimento da disciplina, ficou conhecido como Diplomática Contemporânea ou Diplomática Arquivística.

Importante destacar que o adjetivo “contemporânea” atribuído a essa abordagem - preocupada muito mais com a gênese do documento de arquivo do que com a verificação de sua autenticidade – deve-se ao título da obra de Carucci, *Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione*, na qual a autora expõe uma visão da Diplomática direcionada a observação do contexto de criação dos documentos, a partir de uma análise da parte (do documento) para o todo (seu contexto de produção).

Entre 1989 e 1992, Luciana Duranti, no Canadá, escreve os primeiros artigos em inglês sobre Diplomática aplicada aos documentos contemporâneos, os quais denomina de “*Diplomatics: New uses for a old Science*”.

Por meio dos estudos de Duranti, o mundo anglo-saxão descobre o método diplomático e as vantagens de seu uso para compreender o contexto de produção dos documentos contemporâneos.

Na Espanha, em paralelo, tem-se a emergência dos estudos da Tipologia Documental enquanto uma expansão da Diplomática em direção à gênese

documental, como solução para o tratamento de massas documentais acumuladas em arquivos públicos.

No Brasil, os estudos de Heloísa Liberalli Bellotto são fundamentais para a compreensão da Tipologia documental enquanto uma expansão dos estudos da Diplomática:

A tipologia documental é a ampliação da diplomática em direção da gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora (BELLOTTO, 2008, p. 7).

Mais tarde, também no Brasil, Rodrigues (2008) equipara os estudos da tipologia documental à Diplomática contemporânea, preconizando a aplicação da tipologia documental como uma das etapas da chamada Identificação arquivística.

Para fins de ilustração, apresenta-se, a seguir, um quadro com os objetivos e objetos de cada abordagem tratada até agora:

Tabela 1: *Abordagens da Diplomática*

<i>Abordagem</i>	<i>Objeto</i>	<i>Objetivo</i>
Clássica	diplomas	Verificar autenticidade para fins probatórios
Moderna	documento diplomático	Verificar autenticidade para fins históricos
Arquivística	documentos de arquivo	Contextualização da produção dos documentos – estudo dos tipos documentais

Optamos por nomear a terceira abordagem como Diplomática Arquivística, ao invés de Diplomática Contemporânea. A razão para a escolha se deve ao fato de o adjetivo “contemporânea” contemplar um período muito específico do tempo, limitando-se ao agora, além de ter um sentido conotativo de que seria a abordagem mais atualizada, deixando subtendido que as outras estariam ultrapassadas. Não é o caso aqui pois, conforme apontado por Tognoli (2014) o que irá determinar a escolha da abordagem será o objeto e o objetivo, não se tratando de uma evolução da disciplina, mas, sim, de diferentes abordagens, aplicáveis a diferentes contextos, para fins distintos.

O termo Diplomática Arquivística foi desenvolvido no âmbito do Projeto InterPARES, do qual Duranti é coordenadora e pressupõe

[...] a integração da teoria arquivística e diplomática sobre a gênese, constituição interna e transmissão de documentos; e sobre suas relações com os fatos neles representados, e com outros documentos produzidos no curso da mesma função e atividade, e com seus criadores (DURANTI, 2013, s/p).

Já MacNeil (2004, p. 205) define essa abordagem como uma integração dos conceitos e métodos da Diplomática com a teoria arquivística moderna baseada na jurisprudência, na teoria e na história da administração,

e no conhecimento sobre a natureza dos documentos e das práticas de *record-keeping* nas organizações burocráticas.

Embora ligado essencialmente aos documentos de arquivo, o termo Diplomática arquivística nasce, fundamentalmente no contexto digital, buscando unir duas disciplinas para tratar um problema inédito e desafiador: a preservação a longo prazo de registros digitais autênticos.

Rogers (2017), ao abordar a Diplomática Arquivística, compreende sua aplicação enquanto necessária na análise e compreensão da criação e preservação dos documentos digitais.

Observa-se que, após todo o caminho percorrido com a expansão do objeto da Diplomática e que proporcionou seu encontro com a Arquivologia, inicia-se o desenvolvimento de uma área com estudos voltados para um novo campo, assim como a análise da tipologia documental, capaz de atender às necessidades de tratamento dos documentos contemporâneos, especialmente dos documentos digitais.

4 Metodologia

O termo *Diplomática Digital* surge no universo arquivístico em 2009, em um artigo de Luciana Duranti intitulado “*From digital diplomatics to digital records forensics*”. Antes disso, nada havia sido publicado ou falado sobre uma abordagem de estudos da Diplomática digital – embora os estudos sobre a Diplomática aplicada aos documentos digitais datem já de meados da década de 1990 e, como vimos, sob o nome da Diplomática Arquivística.

Buscando verificar se há ou não uma quarta abordagem da Diplomática, com objeto e objetivos específico, realizamos uma revisão de literatura a partir de um levantamento sobre o tema na base de dados nacional, Brapci, e na internacional, Scopus, buscando nos periódicos científicos da área, artigos que abordassem o tema dos documentos digitais e sua relação com a Diplomática.

Além disso, intentamos compreender os atores desse contexto, ou seja, quais os autores envolvidos na produção desse conhecimento específico sobre o que estamos chamando de Diplomática Digital. Para tanto, realizamos uma análise de citação, como um dos elementos dos estudos bibliométricos enquanto uma das formas para avaliar o conhecimento produzido em uma determinada área.

Os estudos bibliométricos nos permitiram verificar: quais os autores mais citados, qual o tipo de material bibliográfico mais consultado pelos autores, qual o ano das publicações mais citadas.

A análise de citação configura-se como um método que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados, e envolve a contagem de números de referências aos diferentes títulos e/ou análises dos itens indexados por língua, país, autor, entre outros, tendo como vantagem um panorama geral do assunto (SILVA, 1990).

As buscas foram realizadas entre Agosto de 2018 e Junho de 2019, utilizando o termo combinado: *diplomática digital*, em português e inglês, nas áreas de busca identificadas como título e resumo, durante o período que compreende 2009 a 2019 – uma vez que o termo *digital diplomatics* teve sua primeira aparição na literatura em 2009.

Após o levantamento da bibliografia, buscamos a definição do termo *Diplomática digital* nos trabalhos; em seguida, realizamos uma análise de citação.

As buscas na Brapci não retornaram trabalho algum, ou seja, não há qualquer publicação na base de dados nacional durante o período com o termo “diplomática digital” presente no título ou resumo, o que corrobora a importância do presente estudo em fornecer elementos teóricos sobre o tema.

As buscas na Scopus recuperaram n=15 obras, entretanto, apenas n=6 atenderam aos requisitos pré-estabelecidos: conter o termo “*digital diplomatics*” no título ou resumo do artigo, e o período de publicação entre 2009 e 2019.

Entre os artigos recuperados na Scopus, um não possuía referências bibliográficas e, por isso, não foi incluído na análise (restando só n=5 artigos). O excluído foi o texto de Marie-Anne Chabin, intitulado “*Panama papers: a case study for records management?*”, publicado em 2017, na *Brazilian Journal of Information Science: Research Trends*.

5 Análise e discussão dos dados

Inicialmente realizamos um estudo a partir dos artigos recuperados, seus autores, datas e proveniência. Verificamos que os cinco trabalhos foram publicados em periódicos internacionais dedicados ao fomento da área de tecnologia, informação e documentos digitais.

O periódico que detêm mais publicações de artigos recuperados nessa pesquisa é o *Records Management Journal*, com n=4 (80%) publicações, seguida do periódico *Online Information Review* (OIR), com n=1 (20%) publicação.

Tabela 2: Periódicos dos artigos analisados

Periódicos	Autor/Título do artigo	Ano de Publicação
<i>Records Management Journal</i>	ROGERS, C. <i>Diplomatics of born digital documents – considering documentary form in a digital environment</i>	2015
<i>Records Management Journal</i>	COHEN, F. <i>Digital diplomatics and forensics: going forward on a global basis</i>	2015
<i>Records Management Journal</i>	JANSEN, A. <i>Object-oriented diplomatics</i>	2015
<i>Records Management Journal</i>	SHABOU, B. <i>Digital diplomatics and measurement of electronic public data qualities</i>	2015
<i>Online Information Review</i>	XIE, S. <i>Digital records management</i>	2012

Nos cinco artigos que formam o *corpus* dessa pesquisa, obteve-se n=79 obras citadas com um total de n=104 autores citados, uma ou mais vezes, considerando que uma obra pode ter múltipla autoria. Os autores mais citados foram Luciana Duranti, com n=16 (15.3%) citações, Frederick B. Cohen, com n=8 (7.6%), e Heather MacNeill, com n=5 (4.8%).

Vale ressaltar que para a contagem das citações foi levado em consideração também as autocitações e não foi feita uma contagem separada para as mesmas.

Ainda, na análise de citação, consideramos como autores InterPARES 1, 2 e 3 e o *The Sedona Conference*, com a justificativa de apresentar as obras exatamente do mesmo modo como foram citadas pelos autores em suas referências.

Tabela 3: Autores mais citados

Autor	Total de citações recebidas	Total de artigos citados
DURANTI, L.	16	10
COHEN, F.	8	7
MACNEIL, H.	5	5
THUBODEAU, K.	4	2
THE SEDONA CONFERENCE	3	3
INTERPARES 2	3	2
TENNIS, J.	2	2
INTERPARES 3	2	2
INTERPARES (Authenticity Task force)	2	2
PALMER, G.	2	2
ROGERS, C.	2	2

Para a elaboração da tabela 3 consideramos os autores que obtiveram duas ou mais citações nas referências dos cinco artigos analisados. Fora do quadro e da análise temos o total de n=55 (52.8%) autores que obtiveram apenas uma citação cada.

Os autores Frederick B. Cohen e Corinne Rogers são os únicos que aparecem nas referências consideradas na tabela 2 e que também são autores dos cinco artigos que estão sendo analisados.

A partir dos autores mais citados, elaboramos uma rede de citantes e citados com base na Lei do elitismo de Price (1963), segundo a qual “se k representa o número total de contribuintes numa disciplina, a raiz quadrada de K representaria a elite da área estudada, assim como o número de contribuintes que gera a metade de todas as contribuições” (URBIZAGASTEGUI ALVARADO, 2009, p. 70).

Nesse contexto, os autores que correspondem à frente de pesquisa em Diplomática Digital são:

Tabela 4: Frente de pesquisa

Autor	Citações	Total de artigos
DURANTI, L.	16	10
COHEN, F.	8	7
MACNEIL, H.	5	5

A seguir, apresentamos a rede de autores citantes (azul) e citados (vermelho):

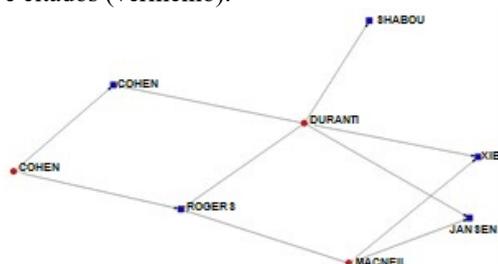


Figura 1. Rede de citantes e citados

A Rede de citações foi construída a partir de uma matriz no Microsoft Excel, onde podemos observar os pontos em vermelho, que são os autores que correspondem à frente de pesquisa sendo citados pelos autores dos textos que estão sendo analisados (pontos em azul). Com isso, vemos que Duranti é citada por todos os cinco autores em azul. Em seguida, tem-se MacNeil sendo citada por três desses autores, enquanto Cohen é citado por dois, sendo um deles uma ligação do próprio citante e citado, ou seja, correspondendo a uma autocitação.

Em relação ao tipo de fonte ou suporte bibliográfico mais citado nos artigos, os de suporte *online* são os mais representativos. Com uma ampla margem à frente, aparecem os artigos, publicações em Revista ou periódicos e dissertações. Isso demonstra a predominância dos periódicos na divulgação do conhecimento no âmbito das ciências sociais aplicadas, especificamente nos estudos dos documentos digitais.

Segundo Mueller (1999), o periódico, no âmbito da ciência, constitui o ápice da socialização do

conhecimento, com as funções de estabelecer uma ciência certificada, ser um canal de comunicação entre cientistas e de divulgação mais ampla, e um registro de autoria de determinada descoberta.

Tabela 5. Tipo de fonte ou suporte bibliográfico citado

Material bibliográfico	Citações
Em meio eletrônico - Artigos, publicações em Revistas ou periódicos e dissertações	45
Em meio eletrônico - trabalho apresentado em evento Parte do evento (apresentações) e/ou artigos publicados	15
Impresso – livro	8
Impresso e em meio eletrônico – livro	7
Documento de acesso exclusivo em meio eletrônico - Bases de dados, sites e blogs	4

Realizamos, também, uma análise do ano das publicações dos autores que obtiveram mais de duas citações. Esperava-se que a Frente de Pesquisa fosse constituída pelos autores mais citados e que os mesmos apresentassem os trabalhos mais recentes. Porém, ao observar suas publicações, não foi isso que se constatou. Pelo contrário, o artigo mais recente citado de Luciana Duranti, autora que dispôs do dobro das citações do segundo colocado, data de 2011, 8 anos atrás (considerando-se o ano da pesquisa, 2019).

Tabela 6. Ano de publicação dos artigos citados

Autor	Anos de publicação	Citações
Luciana Duranti	1989, 1991, 1997, 1998, 2002, 2005, 2006, 2008, 2009, 2010, 2011	16
Frederick B. Cohen	2009, 2010, 2011, 2012	8
Heather MacNeil	1997, 2002, 2004, 2005	5
Kenneth Thibodeau	2002, 2006	4
The Sedona Conference	2007, 2010, 2013	3
INTERPARES 2	2002-2007	3
Joseph T. Tennis	2012	2
Jeremy LeightonJohn	2008, 2010	2
INTERPARES 3	2007-2012	2
INTERPARES (Authenticity Task Force)	2000	2
Gary Palmer	2001, 2002	2
Corinne Rogers	2012	2

O artigo citado mais recente é uma publicação do instituto de pesquisa e educação chamado “*The Sedona Conference*”, do ano de 2013. Do ano de 2012, também entre os mais recentes, estão as obras de autoria de Frederick B. Cohen e de Corinne Rogers – a última em coautoria com Joseph T. Tennis.

Outra ocorrência pertinente é a data da obra mais antiga citada, 1989, de autoria de Luciana Duranti, sendo a 1º

parte de uma sequência de outros seis artigos, que formaram posteriormente a série e livro, “*Diplomatics: new uses for an old Science*”. O artigo também está na lista dos mais citados, conforme demonstra a tabela 7:

Tabela 7: Obras mais citadas

Artigo mais citado	Autor	Número de citações
<i>Diplomatics – New Uses for an Old Science</i> (1989)	DURANTI, L.	5
<i>The concept of record in interactive, experiential and dynamic environments: the view of InterPARES</i> (2006)	DURANTI, L; THIDODEAU, K.	3

A partir disso, comprova-se que os artigos que obtiveram mais citações realmente não estão entre os mais recentes, pelo contrário, nesse caso, o que mais foi citado é o mais antigo.

O segundo artigo mais citado é um artigo de Luciana Duranti em coautoria com Kenneth Thibodeau, publicado no ano de 2006, e também não é considerado recente. No trabalho os autores tratam da visão do Projeto InterPARES sobre os conceitos de documentos em ambientes interativos, experimentais e dinâmicos.

No decorrer da análise de citações, observamos a presença de artigos em coautoria, o que demonstra conectividade teórico-metodológica acerca do assunto, assim como proximidade e associação temática entre os autores.

A seleção das obras para a análise de citação fundamentou, também, o referencial teórico deste trabalho, bem como seu objetivo principal, qual seja: verificar se há, de fato, uma nova abordagem da Diplomática que podemos chamar de Digital e, em caso positivo, qual seria a estrutura conceitual que a diferencia das outras abordagens identificadas neste trabalho.

Buscando respostas à essa pergunta, realizamos uma análise nos artigos recuperados, procurando por possíveis definições do que seria essa nova abordagem intitulada Diplomática digital. Dos cinco artigos, apenas três autores apresentam definições para Diplomática Digital, sendo eles: Frederick B. Cohen, Corinne Rogers e Basma Makhoul Shabou, como veremos na tabela a seguir:

Tabela 9. Definição de Diplomática Digital segundo os autores que formam o corpus da pesquisa

Autor	Definição
COHEN (2015)	“Como um campo, a diplomática digital pode ter dois significados: um é o uso de métodos computacionais digitais para apoiar a diplomática clássica. Por exemplo, métodos digitais são usados para análises de palavras e frases para detectar mudanças em termos ao longo do tempo, a fim de datar documentos de forma mais precisa. O outro sentido é o uso dos métodos da diplomática para autenticidade de documentos digitais” (p.28-29).
ROGERS (2015)	“A diplomática digital é a aplicação da diplomática clássica aos documentos tradicionais feitos em meio digital e seu avanço teórico está sendo possível graças aos <i>affordances</i> da tecnologia digital” (p. 7). “A diplomática digital, fundamentada nos princípios da diplomática tradicional, pode ajudar a identificar os documentos por meio de seus metadados, e determinar qual metadado necessita ser capturado, gerenciado e preservado” (p.6).
SHABOU (2015)	“O que se estuda na Diplomática são as relações entre os arquivos (conteúdo, receptáculo, contexto) e o fato/ato com os quais esses arquivos lidam. A Diplomática digital tem o mesmo interesse, com exceção de que seu escopo é direcionado ao ambiente eletrônico e, mais especificamente, aos documentos digitais ou àqueles que foram convertidos em um objeto digital a partir de um documento em papel. O principal objetivo da diplomática e da diplomática digital é examinar os caracteres intrínsecos e extrínsecos dos documentos que demonstram sua autenticidade”. (p.58)

Rogers, ao definir a Diplomática Digital, considera-a como um avanço teórico da Diplomática moderna, amparado nas novas tecnologias, enquanto Shabou fala na aplicabilidade desses princípios aos documentos digitais ou aos que foram convertidos de papel para objeto digital, ou seja, os documentos digitalizados.

Rogers apresenta como objetivo da Diplomática Digital a identificação de metadados para preservação e gerenciamento dos documentos arquivísticos digitais, enquanto Shabou considera que o objetivo da Diplomática Digital é o mesmo das abordagens Clássica e moderna, ou seja, o exame dos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos, com a finalidade de analisar sua autenticidade.

Cohen apresenta duas possíveis vertentes para Diplomática Digital, a mais comum, em concordância com os outros autores, é o uso dos conceitos e do método da Diplomática para garantir a autenticidade dos documentos digitais, e a outra diz respeito à aplicação das tecnologias digitais aos documentos medievais que são digitalizados. Ou seja, trata-se de análise dos

documentos antigos/medievais com o auxílio de métodos computacionais e da tecnologia.

Buscamos também a definição de Diplomática Digital para Luciana Duranti, baseando-se na relevância inquestionável que a autora representa nos estudos da Diplomática.

Quadro 9. *Definição de Diplomática Digital por Duranti e coautores*

<i>Autor</i>	<i>Definição</i>
Duranti; Preston, (2008)	“A Diplomática Digital, um resultado de pesquisa do InterPARES, oferece ao arquivista uma metodologia para analisar a identidade e a integridade dos documentos digitais em sistemas eletrônicos e assim avaliar sua autenticidade e rastrear sua proveniência. (p. 65)”
Duranti (2005)	“A Diplomática Digital avalia a confiabilidade de um sistema de registro segundo os mesmos critérios utilizados pela diplomática geral para avaliar a confiabilidade dos procedimentos e processos de chancelarias: o nível de padronização e os controles dos sistemas de registro, ou seja, sobre o conjunto de regras que regem a criação e a manutenção dos documentos, e o conjunto de ferramentas e mecanismos utilizados para implementar essas regras. Para criar documentos confiáveis e precisos, cada sistema criador de documentos deve incluir em seu núcleo de <i>design</i> integrado e nos procedimentos documentais, esquemas de metadados, formas documentais, e privilégios de acesso na criação de documentos, e deveria preencher os requerimentos tecnológicos que garantem a integridade do sistema. (p. 54).”
Duranti (2009)	“A Diplomática Digital identifica os procedimentos para a manutenção de documentos autênticos com os procedimentos desenvolvidos para garantir que a identidade e integridade dos documentos em um sistema de manutenção de documentos estejam protegidas. Também consistente com a ciência forense digital e com a diplomática geral, a diplomática digital considera o papel do mantenedor dos documentos como um custodiador confiável a chave para a presunção da confiabilidade dos documentos digitais (p. 56).”
Duranti; Endicott-Popovsky (2010)	“A Diplomática Digital, um desenvolvimento contemporâneo de uma disciplina antiga, que estuda a natureza, gênese, características formas, estrutura, transmissão e consequências legais dos documentos (p. 45).”

Como podemos observar, Duranti apresenta algumas definições para Diplomática Digital em suas obras, sendo duas em coautoria, uma com Barbara Endicott-Popovsky e outra com Randy Preston. Destaca-se que essas três obras são também objeto da análise de citação que está sendo feita nesse trabalho.

Na definição apresentada em 2005 e em 2008 - em coautoria com Preston – a Diplomática Digital é compreendida como uma metodologia advinda de um resultado de pesquisa do Projeto InterPARES, que visa analisar a integridade, autenticidade e proveniência dos documentos digitais em sistema eletrônicos.

Em 2009, quando Duranti publica o artigo que dá nome a essa nova abordagem, a Diplomática Digital, a autora apresenta uma definição mais completa, fazendo referência aos sistemas de criação de documentos e aos requisitos e procedimentos que os mesmos devem preencher e obedecer para garantir a produção de documentos confiáveis, assim como a proteção e manutenção da autenticidade dos documentos.

Em 2010, Duranti e Endicott-Popovsky apresentam uma definição que engloba de forma sintetizada as definições apresentadas anteriormente, delimitando a Diplomática Digital ao estudo da natureza, gênese, forma, estrutura, transmissão e atos legais dos documentos arquivísticos digitais. Nota-se que essa definição pouco difere daquela apresentada pelas abordagens moderna e arquivística.

Observa-se que todos os autores concordam e apresentam a Diplomática Digital como uma adaptação da abordagem Moderna, pois acreditam que os métodos e procedimentos da ciência Diplomática podem ser aplicados a documentos de diferentes suportes, desde que desenvolvam requisitos específicos que atendam a singularidade de cada um desses. Portanto, no caso dos documentos digitais, devem obedecer a procedimentos tecnológicos específicos, baseados na Diplomática, e que garantam a criação e manutenção de documentos arquivísticos digitais autênticos, confiáveis, íntegros e estáveis.

A seguir, apresentamos o quadro final das abordagens da Diplomática, incluindo a digital:

QuadroX: *Abordagens da Diplomática II*

<i>Abordagem</i>	<i>Objeto</i>	<i>Objetivo</i>
Clássica	diplomas	Verificar autenticidade para fins probatórios
Moderna	documento diplomático	Verificar autenticidade para fins históricos
Arquivística	Documentos de arquivo	Contextualização da produção dos documentos - Estudos dos tipos documentais
Digital	Documento arquivístico digital	Garantir procedimentos para a produção, manutenção e uso de documentos arquivísticos digitais autênticos em sistemas confiáveis.

Consideramos a Diplomática digital como uma nova abordagem por considerar um objeto e um objetivo com características específicas, o que a difere de outras abordagens. Como objeto, tem-se o documento de arquivo, mas aquele digital, ou seja, gerado em ambiente digital ou, ainda, que foi digitalizado e inserido em um sistema de gestão de documentos. A análise desse documento pressupõe mais elementos do que o documento tradicional, exigindo um maior desenvolvimento da Diplomática, tanto do ponto de vista teórico quanto de seu método, o que pode configurar uma nova abordagem – uma vez que novos elementos são adicionados para tratar de uma documentação mais específica.

No tocante ao objetivo, observamos uma volta ao foco na autenticidade dos documentos – a exemplo das duas primeiras abordagens – no entanto, mais refinada, na medida em que foca, além do documento, no processo de criação dos sistemas que irão criar, manter e organizar esses documentos. Nota-se, ainda, o fato de a Diplomática digital interagir com outras disciplinas para que possa ter seu trabalho efetivado, como por exemplo, a Ciência da Computação e a Ciência Forense Digital, além, é claro, da Arquivologia.

6 Conclusão

Buscamos com o presente trabalho verificar se há na literatura nacional e internacional uma sistematização teórica que configure a aplicação da Diplomática aos documentos digitais enquanto uma nova abordagem, denominada Diplomática Digital.

Os resultados demonstraram a ausência dessa discussão no contexto brasileiro e um tímido desenvolvimento da Diplomática digital enquanto uma quarta abordagem no contexto internacional e que encontra fulcro nos trabalhos de Duranti, Cohen e Rogers, autores que figuram como uma comunidade discursiva comprometida na construção de uma teoria e de um método sólido de aplicação dessa abordagem nos documentos arquivísticos digitais.

Propomos, por fim, uma nova taxonomia das abordagens diplomáticas, complementando os estudos de Tognoli (2013), ao inserir a Diplomática Digital como uma quarta abordagem, ao lado das abordagens Clássica, Moderna e Arquivística.

Com isso, pretendemos incentivar a construção de conhecimento sobre a Diplomática Digital no âmbito das pesquisas em Arquivologia do Brasil que, segundo demonstrado neste estudo, ainda carece de desenvolvimento teórico.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e Tipologia Documental em arquivos**. 2ªed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo: diplomatica e criteri di edizione**. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- COHEN, Frederick B. Digital diplomatics and forensics: going forward on a global basis. **Records Management Journal**, 2015, vol. 25 Issue: 1, p. 21-44. Disponível em: <<https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1108/RMJ-03-2014-0016>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ (Brasil). Câmara Técnica de documentos eletrônicos. **Glossário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 7.0, 2016. Disponível em: <http://conarq.gov.br/images/ctde/Glossario/2016_glosctde.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2018.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan/jun, 1994, p.49-64. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>>. Acesso em: 15 mai. 2018.
- DURANTI, Luciana; PRESTON, Randy. Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems (InterPARES) 2: Experiential, Interactive and Dynamic Records, **Associazione Nazionale Archivistica Italiana**, 2008, Padova. Disponível em: <http://www.interpares.org/ip2/display_file.cfm?doc=ip2_book_complete.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- DURANTI, Luciana. From Digital Diplomats to Digital Records Forensics. **Archivaria**, [S.l.], p. 39-66, jan. 2009. ISSN 1923-6409. Disponível em: <<https://archivaria.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/13229/14548>>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- DURANTI, Luciana; ENDICOTT-POPOVSKY, Barbara. Digital Records Forensics: A New Science and Academic Program for Forensic Readiness. **Journal of Digital Forensics**, 2010, Security and Law: Vol. 5 : No. 2 Disponível em: <<https://commons.erau.edu/jdfsl/vol5/iss2/4/>>. Acesso em: 03 nov. 2018.
- FLORES, Daniel; SANTOS, Henrique Machado dos. Os fundamentos da diplomática contemporânea na

- preservação de documentos arquivísticos digitais. In: _____. **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 30, n.2, 2016. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/download/4825/4440>>. Acesso em: 20 Abr. 2018.
- INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Produtor**. A elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/diretrizes_produtores_digital.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.
- INTERPARES 2 PROJECT. **Diretrizes do Preservador**. A preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações. Tradução: Arquivo Nacional e Câmara dos Deputados. 2010. Disponível em: <http://www.interpares.org/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=19OcDsrjnTLrvDPOSMlnYzc5itA13xCyg_2FA_Zpm-0,&dl> Acesso em: 14 jun. 2018.
- JANSEN, Adam. Object-oriented diplomatics: Using archival diplomatics in software application development to support authenticity of digital records, **Records Management Journal**, 2015, vol. 25 Issue: 1, p.45-55.
- MABILLON, Jean. **De re diplomatia libri sex**. Paris, 1681.
- MacNeil, H. (2004). *Contemporary Archival Diplomats as a Method of Inquiry: Lessons Learned from Two Research Projects*. *Archival Science*, 4(3-4), 199–232.
- MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. **Datagrama**, n. 0, sem paginação, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/985>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- PITTELLA, Mônica Cardoso. Análise de citação de periódicos brasileiros de biblioteconomia: 1972-1982. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.191-217, 1991. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002782/fb1c24dc40627953cd493201508ce74f>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/.../TESE_A_NA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.
- RODRIGUES, Ana Célia. Diplomática e arquivística: diálogos para a construção do método de identificação da tipologia documental. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 17, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000021903/c544afc4e8f4b1b6f08eab8ba68c7c4b>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisão necessária**. 2011. 270 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2018.
- ROGERS, Corinne. Archival diplomatics and digital records forensics. South African Society of Archivists Conference Pre-Conference Workshop 4 July, 2017 Cape Town, South Africa. Disponível em: <<http://www.saarchivist.co.za/past-events/past-sasa-events/2017-conference/2017-pre-conference-workshop/22-rogers-pre-conference-workshop-archival-diplomatics-and-digital-records-forensics/file>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- ROGERS, Corinne. Diplomats of born digital documents – considering documentary form in a digital environment, **Records Management Journal**, 2015 Vol. 25 Issue: 1, p.6-20.
- ROGERS, Corinne. A literature review of authenticity of records in digital systems from ‘machinereadable’ to records in the cloud. **Acervo**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 29, n. 2, p. 16-44, jul/dez. 2016
- SICKEL, Theodor Von. **Acta regum er imperatorum Karolinorum digesta et enarrata**. Wien: Duck und Verlag Von Carl Gerold’s Sohn, 1867.
- SILVA, Gilda Olinto do Valle. Metodologia de pesquisa: trabalhando o conceito de uso de biblioteca. **Ciência da Informação**, v. 19, n. 2, p. 163-167, jul./dez. 1990. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/338>>. Acesso em: 15 jun. 2018.
- SHABOU, Basma Makhlof. Digital diplomatics and measurement of electronic public data qualities: What lessons should be learned?, **Records Management Journal**, 2015, Vol. 25 Issue: 1, p.56-77. Disponível em: <<https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1108/RMJ-01-2015-0006>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93669/tognoli_nb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 out. 2018.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n.1, p.21-44, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1084>>. Acesso em: 20 out. 2018.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática: em busca da construção dos seus marcos teóricos como subsídios para os estudos arquivísticos**. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103383>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

- TOGNOLI, Natalia Bolfarini. DIPLOMÁTICA: dos diplomas aos documentos digitais. In: _____. **Revista do Arquivo**. São Paulo, 2018, p. 34-46. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/06/artigo_02.php>. Acesso em: 18 mai. 2018
- URBIZAGASTEGUI ALVARADO, Ruben. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 38, n. 2, aug. 2009. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1246>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- XIE, Sherry L. Digital records management: The lacking foundation for continuing accessibility, **Online Information Review**, 2012, Vol. 36 Issue: 2, p. 299-306. Disponível em: <<https://doi-org.ez24.periodicos.capes.gov.br/10.1108/14684521211229084>>. Acesso em: 20 out. 2018.

Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos

Identifying connections between the Records in Context and the Records Continuum: analysis of the common multidimensionality of the models

Marcos Vinicius Bittencourt de Souza(1), María Manuela Moro-Cabero(2)

(1) Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, 1000. Prédio 48. 97105-900. Santa Maria – RS. marvin.souza@gmail.com (2) Universidad de Salamanca, Facultad de Traducción y Documentación, Departamento de Biblioteconomía y Documentación Francisco Vitoria, 6-16. 37008 Salamanca, España. moroca@usal.es

Resumo

O estabelecimento de um novo padrão internacional de descrição arquivística está em andamento, com iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA). Os padrões anteriores, ainda em vigência, definidos pelo CIA se caracterizam por serem unidimensionais e multinível, representado a hierarquia “todo-parte”, partindo-se do fundo até os documentos em si. O modelo conceitual *Records in Context* (RiC) permitirá a criação de um novo padrão de descrição, que tem como principal diferença o aspecto multidimensional ao permitir múltiplas ligações entre as entidades que representam o arquivo. Ao contrário da representação em árvore, tradicional dos modelos hierárquicos, o RiC é apresentado na forma de um grafo com as relações sendo as arestas que ligam os nós que, por sua vez, são as entidades do arquivo. O RiC ainda se encontra em fase de elaboração e conta com a contribuição da comunidade arquivística para a conclusão do seu texto final, no entanto, possui características em comum ao modelo de gestão documental *Records Continuum*, estabelecido na década de 1990. O presente artigo explora a interseção de conceitos e formas de tratamentos comuns entre o modelo de gestão documental e o novo modelo conceitual de descrição arquivística.

Palavras-chave: descrição arquivística, modelo conceitual, gestão de documentos, *Records Continuum*, *Records in Context*.

Abstract

The establishment of a new international standard of archival description is in course, with the International Council of Archives (ICA) initiative. The previous standards, still in use, defined by the ICA are characterized by being one-dimensional and multilevel, representing the hierarchy “whole-part”, starting from the fond to the records. The conceptual model *Records in Context* (RiC) will allow the creation of a new standard of archival description, whose main difference is the multidimensional aspect allowing multiple connections between the entities that represent the archive. Instead of the tree representation, traditional of the hierarchy models, the RiC is presented in a graph form with the relations being the edges that connect the nodes that, which in turn, are the archives entities. The RiC is still in the process of being elaborated and has the contribution of the archival community to complete its final text, however, it has characteristics the fits in the record management model *Records Continuum*, established in the 1990 decade. This article explores the intersection of concepts and the common ways of treatment between the record management model and the archival description conceptual model.

Keywords: archival description, conceptual model, record manager, Record Continuum, Records in Context.

1 Introdução

Em 2016, o Conselho Internacional de Arquivos (*International Council of Archives* - ICA) publicou o primeiro rascunho de um modelo conceitual para uma nova proposta de descrição arquivística, intitulado *Records in Context* (RiC). A ideia do ICA é estabelecer um novo padrão que incorpora uma nova visão da tarefa de descrição de arquivos ao mesmo tempo em que adiciona um certo grau de modernização dos seus padrões já existentes. Ainda que o objetivo seja tornar o RiC o novo padrão mundial, o próprio ICA reconhece a dificuldade inerente a esse processo, visto a heterogeneidade existente de culturas, métodos e teorias utilizadas pelos arquivistas (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2016, p.1).

A primeira missão do ICA foi criar a unificação dos padrões ISAD(G), ISAAR, ISDF e ISDIAH, adicionando mudanças que expressavam os novos conceitos decorrentes das transformações observadas no meio arquivístico. O processo de construção do RiC, que visa estabelecer o novo padrão, envolve em primeiro momento a consulta à sociedade, profissionais de arquivo que trabalham diretamente com a descrição de arquivos e pesquisadores do tema. As opiniões recolhidas formarão o embasamento principal para a finalização do padrão aumentando as probabilidades de utilização pelas entidades e a sua implementação pelas principais ferramentas de *software* existentes.

O padrão ISAD(G), predecessor ao RiC, foi concebido em uma abordagem multinível unidimensional em que

os elementos de informação são organizados de maneira hierárquica, partindo-se do elemento mais amplo, o fundo, até o elemento mais específico que representa o documento. Essa metodologia, em geral é definida como a descrição do “todo-parte” (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2000, p.12).

Em contraponto ao ISAD(G), o RiC tem como sua principal característica a abordagem multidimensional da descrição que por sua vez, incorpora ideias do modelo *Records Continuum* (RC) estabelecido por Frank Upward através de sua publicação dividida em duas partes (Upward, 1996; 1997). Segundo Sue McKemish (2001, p.334), o *Records Continuum* identifica que os documentos permanecem estáticos quanto à sua forma e conteúdo, porém estão imersos em um ambiente que muda constantemente, adicionando, inclusive, novas ligações entre os elementos que constituem o arquivo, enriquecendo o contexto à medida que o tempo passa.

O presente estudo visa identificar a intersecção de características entre a proposta do novo padrão RiC e a teoria australiana de gestão de documentos *Records Continuum*, estabelecida nos anos 1990. O estudo se caracteriza como de natureza descritiva, baseando-se na bibliografia publicada sobre os modelos e na análise das normativas empregadas na gestão e descrição arquivística. Para isso, é apresentada uma visão do modelo *Records Continuum*, as normas internacionais e as suas interações, chegando-se às conclusões finais.

2 Modelo *Records Continuum*

Baseado no surgimento e uso crescente de documentos digitais na década de 1990, a comunidade arquivística australiana, composta por profissionais da área e pesquisadores, iniciou os trabalhos para rever as práticas arquivísticas usadas até então. Como forma pioneira, a Austrália foi o primeiro país a publicar uma norma internacional para o gerenciamento de documentos (WILLIMOTT, 1999, p.3), através da série de padrões AS4390.1:1996, AS4390.2:1996 AS4390.3:1996 e AS4390.4:1996. Segundo o padrão, o modelo RC é definido, como:

“[...] um consistente e coerente regime de processos de gerenciamento desde o tempo de criação dos documentos (e antes da criação, no projeto de sistemas gerenciamento de documentos) até a preservação e uso dos documentos como memória.” (AS4390.1:1996, p.7, tradução nossa).

Após a sua ampla disseminação e discussões geradas pela publicação, os padrões australianos forneceram a base para o desenvolvimento da série de normas ISO15489-1:2001 e ISO15489-2:2001, que tratam sobre o gerenciamento de documentos. A última edição dessa norma, a ISO15489-1:2016, incorpora uma nova visão sobre o conceito *appraisal* (avaliação) como sendo um processo de avaliação sobre quais documentos devem ser criados e, principalmente, mantidos baseando-se na

análise das atividades desenvolvidas na organização e os potenciais riscos relacionados à não preservação dos mesmos para a continuidade das atividades da organização.

Para uma melhor compreensão do modelo RC, se faz necessário um estudo sobre a principal teoria a qual se contrapõe, a teoria das três idades. Ela estabelece uma analogia com o ciclo de vida biológico através de idades e fases bem delimitadas (FILHO, 2016, p. 52) prevendo um tratamento diferenciado dos documentos para cada fase. Bussel (2017) refere o uso atual corrente da teoria do ciclo de vida, ainda que com adaptações que refletem a realidade dos documentos nato-digitais.

Entre os principais autores que ajudaram a estabelecer a teoria das três idades, além de Schellenberg, considerado o pai da gestão dos documentos e da teoria, está o francês Yvez Pérotin que em sua obra traduzida para o inglês, “*Administration and the ‘three ages’ of archives*” (1966), conceitua cada fase do ciclo vital dos documentos, bem como o devido tratamento para cada uma delas.

A fase corrente é a primeira etapa do ciclo de vida do documento, quando o documento é criado e “nasce”. A principal característica dessa fase é a frequente demanda de uso e tramitação dos documentos. Nessa fase, geralmente os documentos são usados para a execução e documentação das tarefas os quais tratam e, em termos de armazenamento, são mantidos junto aos seus órgãos produtores (PEROTIN, 1966, p.369).

A fase intermediária ocorre após decorrida a fase corrente, sendo os documentos ainda necessários à instituição para a realização de suas atividades, porém com uso pouco frequente (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.31). No caso dos documentos físicos, eles são transferidos dos órgãos produtores para outros órgãos centralizadores que os absorvem e realizam determinados procedimentos relativos à preservação. Para os documentos físicos, essa fase é crítica pois envolve a transferência dos documentos e, portanto, faz-se necessária uma preocupação de se manter a ordem e integridade dos documentos (PEROTIN, 1966, p.369). No caso dos documentos nato-digitais, o sistema de gerenciamento pode realizar rotinas de otimizações internas de indexação que reflitam a menor quantidade de acessos aos documentos (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 31).

Após transcorrido o prazo da fase intermediária, os documentos podem ter dois destinos: eliminação ou preservação. Os documentos com valor secundário, quando o valor do documento vai além da função para o qual foi produzido (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.18), recebem o tratamento adequado e são incluídos na fase permanente para preservação. Tais documentos são mantidos devido ao seu valor histórico, probatório ou informativo. No caso

dos documentos físicos, devem ser realizadas rotinas que previnam a deterioração dos materiais. Quando se trata de documentos nato-digitais, esses devem ser recolhidos para Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq), sendo eles “fundamentais para assegurar a preservação, o acesso e a autenticidade de longo prazo dos materiais digitais” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015, p. 8).

A principal justificativa para o uso das três idades seria o grande volume de documentos gerados, o que poderia inviabilizar o envolvimento especialista de arquivistas, podendo inclusive gerar atrasos na execução das atividades da instituição. Além disso, a eliminação dos documentos na fase intermediária gera uma menor demanda por espaço de armazenamento, uma vez que somente os documentos permanentes precisam ser mantidos.

Um dos reflexos do uso da teoria das três idades é que o documento enquanto está na fase corrente ou intermediária estaria sob os cuidados dos gerentes de documentos (*record managers*), geralmente pessoas e/ou sistemas de informação com foco no negócio da empresa ou instituição e, portanto, com muito pouco ou quase nenhum tratamento arquivístico. Somente após o recolhimento para a fase permanente é que os documentos receberiam atenção especial dos arquivistas.

Segundo McKemmish (2001), a teoria das três idades acaba por gerar uma separação dualista dos documentos, dividindo-os como documentos-como-evidência ou como documentos-como-memória. Em oposição, o modelo RC permite atribuir valor aos documentos desde o seu nascimento, não importando se eles serão usados por segundos ou durante a eternidade (Upward, 1997).

Entre as ideias estabelecidas pelo modelo RC está a aproximação dos papéis dos gerentes de documentos (*records managers*) e arquivistas, quando a visão existente na época era a de que os arquivistas se envolviam a fundo com os documentos de caráter histórico enquanto os gerentes de documentos interagiam com os documentos de caráter evidencial (MCKEMMISH, 2001).

Segundo Upward (1996), o papel do arquivista é fundamental na descrição dos documentos desde a sua gênese, adicionando informações a respeito do seu conteúdo e fornecendo detalhes sobre o seu contexto de criação. Para essa realização, fica evidente a preocupação e dedicação necessária dos arquivistas na fase de elaboração e projeto dos sistemas de gerenciamento de documentos digitais, ao estabelecer rotinas, muitas vezes automáticas, para a aquisição de informações que compõem o contexto dos documentos.

Como base central, o modelo RC está assentado sob quatro princípios, descritos por Upward (1996):

1. Conceito de arquivo inclusivo, não importando se os documentos possuem valor evidencial, transacional ou histórico, adotando-se tratamentos arquivísticos adequados sem distinguir se os documentos são mantidos por segundos ou mantidos para sempre;
2. Tratamento dos documentos como entidades lógicas e não físicas, adaptando-se muito bem à realidade dos documentos nato-digitais;
3. Disseminação do papel do arquivista nas instituições incluindo-o no mapeamento de processos e estabelecimento de rotinas dos sistemas de gerenciamento de documentos;
4. Utilização dos conceitos e teoremas do que o autor chama de “Ciência Arquivística”, referindo-se ao conhecimento necessário utilizado para a organização da informação nos sistemas de gerenciamento de documentos;

De uma forma geral, Frank Upward estabeleceu um modelo conceitual com que refletia a corrente de pensamento australiana da época à qual previa uma integração constante e ativa dos arquivistas na tomada de decisões e projeto de sistemas de gerenciamento de documentos. Essas interações entre as pessoas ligadas ao negócio, analistas de TI e arquivistas tendem a refletir mudanças nos sistemas de negócio, adotando-se as definições previstas em suas políticas de preservação digital transformando os sistemas em Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015, p. 10).

De uma forma gráfica, a **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta o modelo conceitual desenvolvido por Upward (1996) com suas dimensões, eixos e coordenadas representando os conceitos envolvidos. O diagrama contempla os “[...] quatro maiores assuntos da gestão dos documentos: identidade, transacionalidade, evidencialidade e gerenciamento de documentos” (FLYNN, 2001, p. 82, tradução nossa).

Os círculos mais internos do diagrama caracterizam um aspecto mais singular ou específico enquanto os círculos mais externos caracterizam um aspecto mais plural e abrangente das entidades envolvidas. No eixo de identidade e dimensão de criação, por exemplo, o círculo mais interno se caracteriza pelo autor enquanto o círculo mais externo é representado pela instituição responsável pelo documento.

A primeira dimensão do diagrama, representada pelo círculo mais interno, se refere ao momento da criação dos dados ou documento. No eixo identidade, temos o(s) ator(es) executando uma transação (eixo transacionalidade), que pode ser materializada em um documento (eixo sistema de gerenciamento de arquivos

– *recordkeeping*) gerando um primeiro vestígio (eixo evidencialidade).

A segunda dimensão se refere à captura de informações. O documento gerado adquire aspectos arquivísticos, uma vez que documenta as atividades desenvolvidas (eixo transacionalidade) pelo ator, que está relacionado a uma unidade de trabalho (eixo identidade) gerando evidências (eixo evidencialidade).

Adicionalmente, a segunda dimensão representa a captura de elementos que contextualizam o documento. Esse procedimento é realizado através da captura de informações, preferencialmente de forma automatizada, do contexto ao qual o documento está inserido assim como relações com outros documentos anteriormente criados. Dessa forma, são recolhidos elementos que auxiliam na identificação da proveniência dos documentos. (FLYNN, 2001, p. 83).



Figura 1. Dimensões do modelo Records Continuum. Fonte: FILHO, 2016, p. 141. Adaptado de Upward, 1996.

A terceira dimensão relaciona o documento criado e contextualizado com as funções da instituição. Nesse sentido, utiliza-se a ferramenta do Plano de Classificação de Documentos (PCD) que serve para relacionar os documentos criados pela instituição com as atividades desenvolvidas por ela (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 9). Conforme o diagrama, essa dimensão tem forte relação com o sistema de gerenciamento de arquivos (*recordkeeping*) da instituição e representa a sua própria memória. A partir dessa dimensão, é possível caracterizar o documento como sendo um documento arquivístico, uma vez que ele contém elementos de contexto que inferem a sua proveniência além de ele já estar devidamente classificado na instituição. Para o caso de documentos digitais permanentes, os arquivos devem adotar ferramentas RDC-Arq para a preservação do seu patrimônio documental. Entre as soluções disponíveis atualmente está o software Archivematica que “[...] foi projetado para a preservação digital, visando o acesso de

documentos ostensivos e a preservação digital em longo prazo[...]” (Fontana et al, 2014, p.72).

A quarta dimensão se refere ao caráter plural que o documento adquire. Nesse momento, os documentos, que muitas vezes representam as evidências das atividades desenvolvidas pelos seus criadores são disponibilizados para consulta tanto para os membros da instituição à qual pertencem quanto para a comunidade em geral, tornando-os públicos. Para cumprir a tarefa de disponibilização do seu patrimônio documental, as instituições podem implantar uma integração entre os seus repositórios ou sistemas de negócio com plataformas de disseminação de documentos como, por exemplo, o software AtoM (ARTEFACTUAL SYSTEMS INC, 2019). Dessa forma, a memória da instituição permanece preservada ao mesmo tempo em que é publicizada.

Como o modelo RC se opõe ao modelo tradicional do ciclo de vida linear dos documentos, Upward (1996, p. 9) optou por representá-lo na forma circular e enfatiza que “as dimensões não representam fronteiras fixas, as coordenadas não estão invariavelmente presentes, e as situações podem acontecer simultaneamente através das dimensões [...]” (tradução nossa). Ao se interpretar essa afirmação, podemos inferir que os documentos podem estar em mais de uma dimensão ao mesmo tempo, apresentando, inclusive, aspectos evidenciais e históricos ao mesmo tempo.

3 Normas internacionais

O modelo *Records in Context* (RiC) apresenta uma série de ideias inovadoras em relação aos padrões internacionais atualmente em uso. Para uma melhor compreensão da sua abordagem e das novidades inseridas, faz-se necessário conhecer os detalhes sobre os principais padrões internacionais para a descrição arquivística.

3.1 ISAD(G)

No ano de 1994 a Comissão de Padrões Descritivos do Conselho Internacional de Arquivos (ICA-DDS) desenvolveu o ISAD(G) (*General International Standard Archival Description – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*) com o intuito de ser um padrão amplamente aceito e vastamente utilizado pelos profissionais arquivistas e arquivos mundiais. Já durante o lançamento da primeira versão do padrão, a comissão já previa um intervalo de cinco anos para novas revisões do padrão, que teve a sua segunda versão lançada em 1999 (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1999).

O padrão ISAD(G), em sua segunda versão, possui sete principais elementos de descrição: área de identificação;

área de contextualização; área de conteúdo e estrutura; área de condições de acesso e uso; área de fontes relacionadas; área de notas, e; área de controle de descrição. Essas áreas possuem subelementos, totalizando 26, que servem para explicitar os detalhes sobre o assunto principal de cada área. Como a própria norma salienta, “esta norma estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11), entendendo-se que conforme o caso de cada instituição e norma nacional vigente, determinados elementos devem ser obrigatoriamente descritos conforme os padrões estabelecidos enquanto outros elementos podem ser tornados opcionais.

Um dos aspectos observados no ISAD(G) é a sua característica unidimensional multinível ou hierárquica, adotando o princípio de descrição do geral para o particular, também chamado princípio “todo-parte”. O ISAD(G) define as regras as serem observadas quando da descrição multinível a que faz uso (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 17):

- Descrição do geral para o particular: significa realizar a descrição de uma maneira mais geral para um nível mais amplo enquanto as especificidades são descritas nos seus subníveis;
- Informação relevante para o nível de descrição: significa descrever somente as informações pertinentes ao nível em questão, deixando os detalhes para os subníveis;
- Relação entre descrições: de forma hierárquica, representa a ligação de uma descrição com a sua superior;
- Não repetição da informação: visa diminuir a quantidade de informações desnecessárias ao evitar que se repitam informações já fornecidas em níveis mais amplos.

Llannes-Padrón e Pastor-Sanchez (2017, p. 3, tradução nossa) consideram “o princípio unidimensional baseado na descrição multinível [...] umas mais inovadoras propostas do final do século passado”. A abordagem multinível visa aplicar o conceito difundido como *Respect des Fonds* (Respeito aos fundos) que prevê o agrupamento dos arquivos produzidos ou recebidos sem misturá-los entre si. Dessa forma, descrevem-se primeiramente os fundos da instituição, seguidamente dos subfundos, seções, etc, até que se chegue à descrição dos documentos em si.

Como forma complementar ao ISAD(G), o Conselho Internacional de Arquivos desenvolveu mais três padrões utilizados para a descrição de autoridades e agentes, funções e entidades custodiadoras. A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

(ISAAR(CPF)) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004) tem como foco principal fornecer elementos que auxiliam a descrição de entidades que produzem ou mantêm documentos.

Os elementos apresentados na ISAAR(CPF) permitem a descrição de elementos que contextualizam os agentes e instituições relacionadas ao seu arquivo. Os arquivos, por sua vez se beneficiam da adoção do padrão, pois em caso de necessidade de compartilhamento de documentos, por exemplo, as descrições podem ser reaproveitadas e complementadas entre si (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11).

A Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008) tem como missão estabelecer elementos de descrição relativos às funções atribuídas aos agentes de documentos como, por exemplo, autores ou ainda para descrever as atividades desempenhadas por uma determinada instituição relacionada com o documento. A norma destaca que “a descrição de funções exerce um papel vital na explicação da proveniência de documentos.” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008, p. 11), significando que os elementos que descrevem as funções e/ou atividades auxiliam a construir o contexto do documento em qualquer das etapas da sua vida. Essa descrição, por sua vez, permite evidenciar os motivos que levaram os atores e/ou sistemas a realizar uma determinada ação sobre o documento, como por exemplo, a sua criação, tramitação, etc.

A terceira norma que complementa a ISAD(G) é a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH) (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2008), que padroniza a forma como devem ser descritas as instituições arquivísticas com documentos sob sua custódia. A norma ISDIAH possui uma forte ligação com a norma ISAAR(CPF) uma vez que permite o relacionamento entre os agentes que interagem com os documentos e as instituições às quais pertencem, favorecendo, inclusive, a criação de pontos de acesso quando a instituição prevê a utilização de uma ferramenta de disseminação dos seus documentos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2009, p. 11).

Com a publicação do padrão ISAD(G) e os seus padrões relacionados, o CIA obteve sucesso ao estabelecer um padrão internacional amplamente adotado, tendo inclusive sido adotado por *softwares* de descrição e disseminação de documentos. O seu conceito principal da descrição multinível, no entanto, acaba por trazer a consequência de permitir às entidades que somente estejam ligados a um nível superior. Embora essa abordagem permita uma organização hierárquica confortável à tarefa de descrição, ela acaba restringindo

uma contextualização mais ampla do patrimônio documental arquivístico das instituições.

4 *Records in Context (RiC)*

Em 2016, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) publicou a primeira versão do resultado dos trabalhos do *Experts Group on Archival Description* (Grupo de Especialistas em Descrição Arquivística – EGAD), anteriormente *Committee on Best Practices and Standards* (Comitê de Padrões de Boas Práticas – CBPS), que teve a atribuição de desenvolver um novo padrão de descrição arquivística baseado nos princípios arquivísticos. Um modelo conceitual de descrição arquivística pode ser entendido como “a representação da realidade a partir de um alto nível de abstração no qual são identificados os tipos de entidades arquivísticas, suas relações e atributos” (COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA, 2017, p. 23)

Reconhecido pelo EGAD como sendo um “desafio assustador” (INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES, 2016, p. 1), o estabelecimento de um novo padrão de descrição arquivística acaba por gerar impactos na comunidade caracterizada por sua heterogeneidade de linhas de pensamento e diferentes realidades práticas das instituições. O resultado desse trabalho é o documento “*Records in Contexts: A Conceptual Model for Archival Description*” (“*Records in Context: Modelo Conceitual para Descrição Arquivística*”) que modela a descrição arquivística através de entidades que representam os documentos, agentes, funções, etc, as relações que ligam as entidades e as propriedades inerentes às entidades e relações.

Paralelo ao desenvolvimento do modelo conceitual, o EGAD também desenvolve a ontologia correspondente ao modelo (RiC-O) que permite a realização da descrição dos documentos e a integração com sistemas informatizados, pois planeja ser disponibilizada em OWL (*Web Ontology Language* – Linguagem de Ontologia para a Web) e representada em RDF (*Resource Description Framework*).

Com o intuito de unificar as normas existentes e anteriormente estabelecidas pelo CIA (ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF), o RiC estabelece entidades e relações que cobrem os elementos de descrição presentes nas normas separadas. Tais entidades que possuíam normas específicas detalhando a sua descrição, agora estão reunidas sob um mesmo padrão o que tende a facilitar a compreensão e adoção pela comunidade arquivística. No RiC, as entidades “Documento” (*Record*), “Componente documental” (*Record Component*), “Conjunto documental” (*Record Set*) e “Forma documental” (*Documentary Form*) representam os elementos de descrição da norma ISAD(G), a entidade “Agente” (*Agent*) representa as

normas ISAAR(CPF) e ISDIAH. A norma ISDF está representada pelas entidades “Ocupação” (*Occupation*), “Posição” (*Position*), “Função” (*Function*), “Função abstrata” (*Function abstract*) e “Atividade” (*Activity*).

Entre os conceitos envolvidos na formulação das normas de descrição arquivística, está o Princípio da Proveniência, dividido em dois pilares: Respeito aos fundos (*Respect de fonds*) e Respeito pela ordem original. O conceito de Respeito aos fundos tem como objetivo o agrupamento dos documentos de acordo com o seu produtor, seja ele uma pessoa ou uma instituição, fornecendo evidências da existência de tais produtores e atividades desenvolvidas por eles (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 4). O Respeito à ordem original trata sobre a manutenção dos documentos de acordo a sua ordem natural.

O conceito de Respeito aos fundos, embora considerado pétreo por alguns pesquisadores e profissionais arquivistas, por outros, é bastante questionado, pois dá ênfase ao agente que produz, acumula ou preserva os documentos, deixando de abranger a realidade atual na qual muitas vezes é difícil identificar a procedência de determinados documentos (LLANES-PADRÓN; MORO-CABERO 2017, p. 527). Expressando a preocupação sobre o mundo digital e a crescente produção de documentos, o modelo RiC expressa:

Tanto a emergência da edição colaborativa no ambiente digital em rede, que está criando muitos documentos com autoria complexa, quanto o uso de serviços de armazenamento remoto que não são totalmente controlados pelos usuários, levantam questões sobre a propriedade e custódia de tais documentos. Todas essas observações e outras levam à conclusão de que a proveniência é muito mais complexa que o antigo entendimento de fundos: um fundo não existe isoladamente, mas dentro de várias camadas interconectadas de contextos, passado, presente e futuro. (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 5, tradução nossa)

Uma das principais diferenças do RiC em relação aos seus padrões predecessores é a abordagem multidimensional, que permite expressar de uma maneira mais fidedigna à realidade dos arquivos. Para alcançar a multidimensionalidade, de uma forma gráfica, a descrição é representada através de um grafo, sendo os nós equivalentes às entidades com suas devidas propriedades e as arestas sendo as relações existentes entre as entidades, também com suas propriedades. Uma das tecnologias usadas para a representação dos grafos é a RDF, que descreve os nós e arestas como tuplas sujeito-predicado-objeto que permitem alcançar a natureza não hierárquica do modelo, ao invés das árvores tradicionalmente utilizadas para a representação hierárquica (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 9).

Ainda que o modelo de descrição do RiC seja diferente dos seus anteriores, as descrições das entidades da

realidade arquivística, como fundos, subfundos, séries, etc, permanecem sendo realizadas, no entanto, o que diferencia o modelo é a possibilidade de uma reorganização das entidades para se adaptar à realidade em constante mudança.

Para Llanes-Padrón e Moro-Cabero (2017, p. 529, tradução nossa), a

[...] hierarquia não é determinante, mas sim as representações únicas baseadas em relações concisas entre entidades independentes que sejam capazes captar as diferenças e os complexos contextos de criação.

Como não há hierarquia entre as entidades, elas podem ser arranjadas através de múltiplas relações, sendo possível, inclusive que um determinado documento integre múltiplas séries, por exemplo. Ainda, como é possível relacionar entidades de diferentes arquivos, um fundo de uma instituição pode ser considerado um subfundo de uma outra instituição, promovendo o reuso de descrições e uma integração entre instituições. Mesmo que a hierarquia não seja o foco do RiC, ao não modelar subtipos das entidades, elas possuem a propriedade “tipo” que permite representar os subtipos que compõem a hierarquia presente no modelo ISAD(G), permitindo declarar que um *Record Set* representa um subfundo da instituição, por exemplo.

As ideias e conceitos presentes no modelo RiC torna evidente a preocupação com a modelagem e descrição do contexto que circunda os arquivos e seus componentes. Entre as entidades presentes no modelo, estão “Data/Período” (*Date*), “Lugar” (*Place*) e “Conceito/Coisa” (*Concept/Thing*) que permitem descrever o contexto através das propriedades de cada uma e relacionando-as com os documentos e demais entidades da descrição arquivística. Além disso, pensando-se na implementação prática do modelo, será possível conhecer os elementos do arquivo ao se navegar a partir de uma determinada data, por exemplo, agregando múltiplas formas de consulta ao patrimônio documental institucional ao mesmo tempo que a reutilização das entidades é estimulada.

Para que os conceitos estabelecidos no modelo RiC sejam utilizados na prática diária dos sistemas de gerenciamento de documentos e dos sistemas de preservação, após a conclusão do modelo será necessária a criação de um conjunto de metadados que registram as informações. A principal norma que rege a utilização e criação de metadados, é a ISO 23081-1:2006 que define que os metadados podem ser usados para “[...] identificar, autenticar e contextualizar documentos e pessoas, processos e sistemas que criam, mantêm e os usam [...]” (INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION, 2006, p. 2).

Como resposta à proposta do padrão RiC, a comunidade arquivística forneceu reflexões a seu respeito. O projeto InterPARES Trust (INTERPARES TRUST, 2016)

relata que o processo adotado pelo CIA para a criação do novo padrão não foi amplamente divulgado e não possui membros que representam todos os continentes, enquanto alguns países europeus são representados por mais de um membro na comissão de estudos. Dessa forma, é possível que realidades distintas de descrição arquivística não estejam sendo atendidas pelo padrão. Para diminuir esse impacto na publicação da versão final do padrão, o projeto InterPARES Trust sugere que hajam mais discussões com a comunidade arquivística internacional, tornando o processo mais transparente, e que a comissão de estudos seja ampliada para agregar membros de países com características peculiares e práticas diferentes das europeias.

Como desenvolvedora dos softwares Archivematica e AtoM, a empresa Artefactual Systems Inc. elaborou as suas considerações a respeito do padrão proposto e o seu possível impacto no desenvolvimento e uso das suas ferramentas. Caso as instituições optem pela migração de padrão, esse processo pode ser dispendiosa e apresentar riscos de perda de dados caso esse processo não seja minuciosamente planejado e acompanhado por uma equipe técnica capacitada. Ainda, a empresa esclarece que o padrão carece de detalhes que embasarão as modificações necessárias em suas ferramentas, sugerindo a ampliação da discussão para o amadurecimento do modelo e, posteriormente, a criação de padrões internacionais que o regulamentem.

5 Semelhanças entre os modelos RC e RiC

Ao se analisar a proposta do novo padrão de descrição arquivística RiC elaborado pelo CIA, é possível notar uma grande atenção dispensada na modelagem dos dados do contexto que cercam os documentos e demais entidades do arquivo. O modelo se propõe a uma grande mudança na maneira como a descrição deve ser realizada pelos profissionais envolvidos, dada a diferença entre a metodologia multinível e unidimensional dos padrões anteriores (ainda em vigência), e a metodologia multidimensional presente no RiC.

Ainda que com propósitos distintos, é possível observar grandes semelhanças entre o modelo de descrição arquivística RiC e o modelo *Records Continuum*, voltado ao gerenciamento de documentos e proposto há mais de duas décadas. O modelo RC emprega na gestão documental uma visão de fluxo contínuo do ciclo de vida dos documentos, sem barreiras desde a sua criação até a sua eliminação ou preservação, mesmo que a duração entre a gênese do documento e a sua destinação final seja de segundos. Analisando-se as dimensões propostas por Upward (1996), pode-se traçar um paralelo da gestão documental com a descrição do contexto do RiC, sempre em evolução e construindo novos vínculos à medida que o arquivo necessita representar a realidade ao qual está inserido.

Da mesma forma que os documentos no RC permeiam as dimensões enquanto existem, novos dados de contexto são adquiridos e relacionados aos documentos, fornecendo meios que garantem a sua proveniência consolidando a sua presunção de autenticidade (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2012). No entanto, os sistemas de gerenciamento de documentos e sistemas de negócio devem ser (re-)modelados prevendo que os documentos já nasçam com a sua descrição arquivística elaborada para que essa prática não seja mais relegada à etapa de preservação dos documentos permanentes, tal como era a prática comum dos documentos analógicos. A partir dessa etapa e obedecendo-se os requisitos necessários descritos pelas normas vigentes, como por exemplo, o e-Arq (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011), as instituições rumam à utilização de SIGADs.

As semelhanças entre os modelos ainda explicita a grande necessidade da integração entre os profissionais de negócio, de Tecnologia da Informação (TI) e arquivistas. Dada a necessidade de se documentar o contexto, os profissionais arquivistas devem se envolver na modelagem dos processos de negócio da instituição a fim de detectar os documentos produzidos e utilizados identificando quais elementos do contexto devem ser recolhidos e armazenados. O público-alvo definido pelo RiC é a comunidade arquivística, no entanto, os seus autores deixam claro que “esperamos que o RiC seja de interesse de gerentes de documentos e que as práticas de descrição entre as duas comunidades de profissionais possam ser alinhadas” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2016, p. 2). O diálogo com os profissionais da TI fornece meios para o correto entendimento das etapas que o documento percorre, permitindo alterações necessárias nos sistemas de gerenciamento de arquivos para que esses desenvolvam meios, preferencialmente automáticos, de captura de informações do contexto.

A adoção de uma gestão documental baseada no modelo RC, tida por Costa Filho (2016) como sendo a mais adequada para a realidade dos documentos nato digitais, acompanhada da utilização da descrição arquivística RiC, leva a crer que os resultados dessa prática beneficiariam a implementação dos planos de gestão de documentos das instituições. No entanto, devido à natureza de proposta em elaboração do RiC, a partir da publicação de mais detalhes e a finalização do modelo, será possível investigar a forma como o fluxo de trabalho se dará nos arquivos e os impactos gerados pela sua adoção juntamente com a crescente demanda pela captura e armazenamento dos contextos dos documentos das instituições.

4 Conclusões

Como reconhecido pelo próprio CIA, o “desafio assustador” de estabelecer um novo padrão de descrição

arquivística mundial deve iniciar um longo processo de revisão das plataformas de preservação e acesso de documentos. O RiC, como modelo conceitual deve servir como base para a elaboração de novos conjuntos de metadados que expressem a sua principal característica de ser multidimensional. Mesmo após a conclusão do modelo, esse processo ainda deve levar tempo para que hajam proposições de metadados e que esses sejam, por fim, adotados pelos sistemas de descrição e plataformas de disseminação de documentos.

O CIA espera que o RiC esteja a altura dos desafios presentes na era digital, caracterizada, muitas vezes pela dificuldade na identificação dos criadores e autores, assim como a ausência da fisicalidade dos documentos. A possibilidade de uma modelagem elástica do contexto, quando pode ser estendido ou retraído, tende a fornecer meios para uma representação mais fidedigna da realidade atual.

A adoção do modelo RC ressalta a importância das informações do contexto o qual o documento esteve envolto durante a sua existência e, portanto, a sua preservação torna-se vital para que seja possível, a qualquer momento, a reprodução de um determinado instante da vida dos documentos. Uma análise mais específica dos principais RDC-Arq deve ser realizada futuramente a fim de se verificar a compatibilidade e tratamento do padrão RiC e preservação dos documentos com seus contextos adquiridos durante a gestão documental.

Referências

- ARTEFACTUAL SYSTEMS INC. AtoM: *open source archival description software*. Disponível em: <<https://www.accesstomemory.org/pt-br/>>. Acesso em: 10 julho 2019.
- BUSSEL, G. J. *The theoretical framework for the “Archive-As-Is”. An organization oriented view on archives. Part II. An exploration of the “Archive-As-Is” framework. Archives in Liquid Times*. ed. 1, p. 43-71. ISBN EAN 978-90-71251-45-0.
- COMISIÓN DE NORMAS ESPAÑOLAS DE DESCRIPCIÓN ARCHIVÍSTICA. *Vocabulario para la descripción archivística. Terminología y glosario técnico (NEDA-Voc)*. 2017.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G). Norma geral internacional de descrição arquivística. Segunda versão. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2000.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR(CPF). Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Segunda edição. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2004.

- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDF. Norma internacional para a descrição de funções. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2008.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISDIAH: Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2009
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos às atividades-meio da administração pública. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2001.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. E-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 2011.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro, 2015.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro, 2012.
- INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. *Records in Context. A Conceptual Model for Archival Description. Consultation Draft*.v. 01, 2016.
- INTERPARES TRUST. *Comments on "Records in Context"*, 2016. Disponível em: <<https://interparestrust.com/2016/12/11/inter pares-trust-responds-to-egad-ric/>>. Acesso em 10 jul. 2019.
- FILHO, C. M. A. C. Possíveis limitações do ciclo vital dos documentos ante ao pós-custodialismo: o modelo australiano records continuum como instrumento de elucidação. 2016. 184f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- FILHO, C. M. A. C.; SOUSA, R. T. B. Compreendendo o Records Continuum: contextualização, objetivos e reflexões. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 34-60, 2017.
- FLYNN, S. J. A. *The Records Continuum Model in Context and its Implications for Archival Practice. Journal of the Society of Archivists*, v. 22, n. 1, 2001. ISSN 1465-3907. DOI: 10.1080/00379810120037522
- FONTANA, F. F. et al. Archivemática como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. *Ágora*, Florianópolis, v. 24, n. 48, 2014, p. 62-82. ISSN 0103-3557.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-1: *Information and documentation – Records management. Part 1: general*. 2001.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-1: *Information and documentation – Records management. Part 1: concepts and principles*. 2016.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 15489-2: *Information and documentation – Records management. Part 2: guidelines*. 2001.
- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. ISO 23081-1: *Information and documentation – Records management processes – Metadata for records. Part 1: principles*. 2006.
- LLANES-PADRÓN, D.; MORO-CABERO, M. *Records in Contexts: un nuevo modelo para la representación de la información archivística en el entorno de la web semántica. El profesional de la información*, v.26, n.3, p. 525-533, 2017.
- LLANES-PADRÓN, D.; PASTOR-SANCHEZ, J. A. *Records in Contexts: road of archives to semantic interoperability. Program*, v. 51, n. 4, p. 387-405, 2017
- MCKEMMISH, S. *Placing Records Continuum Theory and Practice. Archival Science* 1(4):333-359. 2001.
- PÉROTIN, Y. *Administration and the 'Three Ages' of Archives*. v. 29, n.3, p. 363-369, 1996.
- STANDARDS AUSTRALIA. *Records management general*. AS4390-1, 1996.

Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado

Management of analog and digital archival records in the public and private spheres

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal Do Rio De Janeiro

Recommendations for the implementation of the archives system of the Federal University of Rio de Janeiro

Marcelo Vasconcelos d'Almeida (1), Ana Celeste Indolfo (2)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), avenida Pasteur nº 296, Urca, Rio de Janeiro, (1) marceloalmeida@siarq.ufrj.br (2) indolfo@gmail.com

Resumo

Este artigo tem como propósito analisar as práticas de gestão de documentos adotadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo em vista que seu recém-criado Sistema de arquivos tem o intuito de promover e normatizar a gestão do patrimônio documental arquivístico da Instituição. Identifica 44 unidades, tanto administrativas como acadêmicas, que possuem em suas respectivas estruturas organizacionais setores de protocolo e setores de arquivo. Por meio da realização de visitas, aplica questionários de verificação da situação arquivística em tais unidades e, como produto, obteve-se um diagnóstico que identificou a ausência de reconhecimento da importância dos setores de protocolo e dos setores de arquivo, mal aproveitamento de recursos humanos especializados, problemas de infraestrutura e desconhecimento da legislação arquivística brasileira. Diante deste cenário, propõe recomendações, na área da gestão de documentos, com a finalidade de auxiliar na implantação do Sistema de arquivos da Instituição.

Palavras-chave: Diagnósticos em arquivos. Gestão de documentos. Sistemas de arquivo.

Abstract

This article aims to analyze the document management practices adopted at the Federal University of Rio de Janeiro, in view of the fact that its newly created File System aims to promote and standardize the management of the institution's archival documentary heritage. It identifies 44 units, both administrative and academic, that have in their respective organizational structures protocol sectors and archive sectors. By means of the visits, it applies the questionnaires to verify the archival situation in such units and, as product, a diagnosis was obtained that identified the lack of recognition of the importance of the sectors of protocol and the sectors of archive, misuse of re-sources specialized human beings, infrastructure problems and lack of knowledge of Brazilian archival legislation. In view of this scenario, it proposes recommendations, in the area of document management, with the purpose of assisting in the implementation of the Institution's File System.

Keywords: Diagnostics in archives. Document management. File systems.

1 Introdução

Nos dias de hoje é cada vez mais importante para as instituições que o acesso aos documentos relativos ao desempenho de suas funções e atividades ocorra de forma imediata. Não ter a informação certa, na hora certa, é, provavelmente, um dos maiores indícios de que as coisas não vão bem.

Bellotto (2006, p. 25) considera que “as atividades clássicas da administração [...] não se efetuam sem documentos. Quanto mais informados os administradores/dirigentes estiverem sobre um assunto, melhor e mais completamente poderão decidir sobre ele”. Mas se o contato entre administradores/dirigentes e a informação desejada sofrer atrasos, o tempo para tomada de decisão ficará comprometido e, conseqüentemente, aumentarão os riscos de insucesso na condução administrativa das instituições.

A celeridade no acesso à informação pode ser viabilizada por meio de um conjunto de medidas que visa garantir o devido controle da produção, do uso, da conservação e da destinação final dos documentos de arquivo. A este conjunto de procedimentos se atribui a denominação de gestão documental.

Instituições que atentam para a boa gestão de seus documentos, certamente, atingirão seus objetivos sem maiores contratempos. Schellenberg (2006, p. 68) apontou alguns dos benefícios promovidos pela adoção de práticas de gestão de documentos nas instituições.

Os documentos são eficientemente administrados quando, uma vez necessários, podem ser localizados com rapidez e sem transtorno ou confusão; quando conservados a um custo mínimo de espaço e manutenção enquanto indispensáveis às atividades correntes; e quando nenhum documento é preservado por tempo maior do que o

necessário a tais atividades, a menos que tenham valor contínuo para pesquisa e outros fins.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma autarquia da administração pública federal indireta e campo empírico desta pesquisa - criada no ano de 1920, sob o nome de Universidade do Rio de Janeiro (URJ), foi a primeira instituição de ensino superior do país a ser reconhecida oficialmente pelo Governo Federal. Tem cerca de 64.000 alunos matriculados e a soma entre seus cursos de graduação e pós-graduação chega ao número de seiscentos e treze (613).

Cabe à UFRJ proporcionar à sociedade brasileira os meios para ampliar, cultivar, aplicar e difundir o patrimônio universal do saber humano, capacitando todos os seus integrantes a atuar como força transformadora. Ao fornecer tais meios para a formação profissional, intelectual e cultural dos cidadãos, a UFRJ atua como qualquer instituição, que produz, recebe e acumula documentos de arquivo, que devem estar devidamente organizados e sempre disponíveis a quem deles necessite.

Ciente de tal responsabilidade, há pouco mais de uma década, a UFRJ deu início a um processo que visa padronizar os procedimentos de gestão documental em suas rotinas, tanto administrativas como acadêmicas.

A primeira iniciativa foi a de criar uma unidade administrativa voltada exclusivamente para este fim. Em agosto de 2005 foi instituída a Divisão de Gestão Documental e da Informação (DGDI), subordinada à Superintendência Geral de Administração e Finanças e que tinha como missão gerir de forma eficiente a documentação e a informação da UFRJ, criar acessibilidade, celeridade nas respostas, segurança e baixo custo no armazenamento e captura dessas informações, agregando valor à tomada de decisões estratégicas da instituição e contribuir para a desburocratização.

Até o surgimento da DGDI, o órgão responsável pela gestão de documentos na Universidade era o Serviço de Comunicações (SECOM), instituído em seu primeiro Regimento, datado de 1946. De acordo com tal ato normativo, cabia ao SECOM a gestão das atividades de arquivo e protocolo da Instituição.

Os anos de atividade do SECOM foram marcados pela prática de ações sem orientação especializada, pois não havia arquivistas em seu quadro de servidores, fato que contribuiu para uma série de equívocos na gestão de documentos. Um dos mais corriqueiros consistia na microfilmagem indiscriminada, onde diante da necessidade de novos espaços para o armazenamento de documentos, se promovia a troca de suportes sem levar em conta a temporalidade e a destinação final. Uma consequência direta da falta de conhecimentos em relação às funções da classificação e avaliação de documentos.

A criação da DGDI tornou a realização de concursos públicos para os cargos de arquivista e técnico em arquivo em algo corriqueiro na Universidade. Com a presença destes profissionais, deu-se início a aplicação do Código de classificação e da Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio. Tal iniciativa viabilizou ações para o gerenciamento de massas documentais acumuladas, a racionalização dos serviços de microfilmagem e a atribuição de prazos de guarda e destinação final quando do arquivamento dos documentos.

Com o passar do tempo, as ações implementadas pela DGDI tornaram-se conhecidas para as demais unidades da Universidade. Esta descoberta promoveu uma intensa procura para o estabelecimento de parcerias que viessem solucionar seus problemas documentais. No entanto, a DGDI era uma unidade da Superintendência Geral de Administração e Finanças e, não, uma unidade de referência para as questões arquivísticas da UFRJ.

Em virtude desta lacuna e das demandas das demais unidades da Universidade por ações que promovessem a gestão dos seus documentos, iniciou-se no ano de 2009 uma campanha de mobilização, junto às maiores instâncias de deliberação universitária, para que fosse autorizada a criação de um Sistema de Arquivos para a UFRJ, pois via-se que sua implementação poderia promover a integração das atividades arquivísticas e a normatização de procedimentos.

Após dez anos do surgimento da DGDI, em 29 de março de 2016, o Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro deliberou pela criação do seu Sistema de Arquivos, o SIARQ-UFRJ.

De acordo com as disposições da Portaria que o instituiu, o SIARQ-UFRJ está subordinado diretamente ao Gabinete do Reitor - órgão maior da estrutura organizacional da Universidade, e seu efetivo funcionamento está previsto para o ano de 2019.

Uma das principais finalidades do SIARQ-UFRJ é a de promover e normatizar a gestão do patrimônio documental arquivístico, de características administrativas e acadêmicas, por meio da prestação de apoio técnico, em matéria arquivística, aos Arquivos, Centros de Memória e Centros de Pesquisa da UFRJ, mas para que isto se viabilize, é fundamental que se identifiquem as peculiaridades de todos os serviços de protocolo e arquivo que integram a Universidade.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo elaborar o diagnóstico das práticas de gestão de documentos adotadas na Instituição e, como justificativa, acredita-se que os dados obtidos neste produto-técnico científico poderão servir de fonte de informações para a implementação de ações que visem aprimorar as práticas arquivísticas em vigor e, também, ajustar, difundir e compartilhar os procedimentos de gestão de documentos por todas as unidades que integram o SIARQ-UFRJ.

Para a confecção do diagnóstico, foi empreendida uma pesquisa de natureza aplicada, que teve como objetivo “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos”. (Silveira; Córdova, 2009, p. 35)

Paes (2004, p. 36) considera que os diagnósticos em arquivos servem para

“[...] verificar se a estrutura, atividades e conjuntos de documentos de uma instituição correspondem à sua realidade operacional. O diagnóstico seria, portanto, uma constatação dos pontos de atrito, de falhas ou lacunas existentes no complexo administrativo, enfim, das razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo”.

Definiu-se como campo empírico as unidades arquivísticas da UFRJ, ou seja, as unidades que realizam atividades de protocolo e arquivo, e que sejam, oficialmente, reconhecidas nas estruturas dos seus respectivos órgãos.

Os procedimentos metodológicos consideraram a realização de:

- ✓ levantamento bibliográfico e revisão de literatura sobre temas referentes à gestão de documentos, à formação do Estado brasileiro e ao processo de criação das primeiras universidades públicas;
- ✓ pesquisa documental com a finalidade de identificar se havia estatutos, normativas, regimentos ou portarias que oficializassem práticas de gestão de documentos no âmbito da UFRJ;
- ✓ levantamento, uma espécie de diagnóstico preliminar, que considerou a estratégia de consultar no Boletim Interno, como também nas páginas web dos órgãos que compõem a Instituição, se havia neles, setores que detinham serviços de protocolo e arquivo, reconhecidos de forma oficial.
- ✓ realização de visitas e aplicação do questionário de verificação da situação arquivística nos setores de protocolo e arquivo identificados como de interesse para a pesquisa. A estrutura do questionário foi concebida a partir de sete eixos temáticos.
- ✓ tabulação e organização dos dados coletados;
- ✓ análise e interpretação dos dados coletados que permitiram a confecção do diagnóstico das práticas de gestão de documentos adotadas na UFRJ;
- ✓ elaboração de recomendações que poderão servir aos responsáveis pela implantação do Sistema de Arquivos como fonte de orientação para a adequação de procedimentos referentes

à gestão de documentos tidos como inadequados.

2 A Universidade Federal do Rio de Janeiro

A trajetória da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) pode ser compreendida a partir de três momentos: 1) em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ) a partir da junção de três estabelecimentos de ensino isolados pré-existentes: a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito; 2) sua transformação, em pleno Estado Novo, em Universidade do Brasil (UB), por meio da reforma empreendida pelo então Ministro da Educação, Gustavo Capanema; e 3) em 1965, durante o regime militar, quando o Presidente Humberto Castello Branco aprovou a mudança da denominação “Universidade do Brasil” para “Universidade Federal do Rio de Janeiro”.

Ao longo de quase um século, desde a criação da URJ, a estrutura da UFRJ ganhou “robustez” e ampliou o número de suas de escolas, faculdades, institutos e órgãos complementares, que hoje chegam a sessenta e dois (62).

De acordo com informações obtidas junto à Pró-Reitoria de Graduação, a UFRJ oferece 139 cursos/habilitações de graduação e detinha, até o mês de novembro de 2016, um total de 52.848 alunos matriculados.

Em relação ao quantitativo de programas de pós-graduação, nas modalidades aperfeiçoamento, especialização, residência médica, mestrado, mestrado profissional e doutorado, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa informou que a Instituição disponibiliza 474 cursos de pós-graduação, sendo 122 *stricto sensu* e 352 *lato sensu*. Quanto ao número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação, a Instituição reunia, no ano de 2013, 11.542 alunos.

A realização de pesquisas nas páginas *web* das unidades que integram a estrutura organizacional da UFRJ permitiu que algumas delas fossem trazidas para o universo da pesquisa, que definiu como seu objeto de observação as unidades arquivísticas, ou seja, as unidades que realizam atividades de protocolo e arquivo e que sejam, oficialmente, reconhecidas nas estruturas dos seus respectivos órgãos.

Foram identificadas 44 unidades de interesse para a pesquisa, sendo que todas possuíam setores de protocolo, no entanto, somente 26 dispunham de setores de arquivo. Em virtude desta peculiaridade, o questionário de verificação da situação arquivística não pôde ser aplicado, em sua totalidade, nas unidades que contavam apenas com setores de protocolo, sendo coletadas, somente, informações específicas a esta atividade.

Os Quadros 1 e 2 (em apêndice) apresentam,

respectivamente, as unidades da UFRJ que dispõem, apenas, de setores de protocolo e as unidades que possuem setores de protocolo e, também, de arquivo.

Em atendimento ao que foi estabelecido nos objetivos da pesquisa, foi possível, por intermédio do diagnóstico, identificar e analisar os procedimentos de gestão de documentos que estão sendo adotados nos serviços de protocolo e arquivo da UFRJ. Nesse sentido, serão apresentados a seguir, de maneira sucinta, os dados que apresentaram maior relevância.

3 Diagnóstico das Práticas de Gestão de Documentos Adotadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em virtude de se ter optado por estruturar o questionário de verificação da situação arquivística da UFRJ em sete eixos temáticos, a apresentação dos dados coletados no diagnóstico obedecerá a este critério. No entanto, julga-se importante fazer uma breve consideração sobre determinadas características funcionais dos servidores que atuam como responsáveis pelas unidades arquivísticas pesquisadas.

Quanto aos cargos dos responsáveis pelas 44 unidades identificadas como setores de protocolo, a maioria (73%) é ocupada por assistentes em administração, que de acordo o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação, devem possuir o ensino médio. Dos 26 responsáveis pelos setores de arquivo, havia catorze ocupando o cargo de arquivista, dez como assistentes em administração, um como técnico em assuntos educacionais e um como técnico em arquivo.

Quanto à retribuição financeira pela função de responsável pela unidade arquivística, 52% dos responsáveis pelos setores de protocolo recebem gratificação pelo exercício da função, enquanto que dos responsáveis pelos setores de arquivo, apenas 11%.

No que diz respeito à formação escolar dos responsáveis pelos 44 setores de protocolo, foram identificados um servidor de nível fundamental, dezoito de nível médio e 25 com nível superior. Dentre os responsáveis pelos setores de arquivo, foram identificados dez servidores de nível médio e dezesseis que possuem nível superior, sendo catorze em Arquivologia, um em Administração de Empresas e um graduado em História.

Feita esta breve observação, a seguir serão apresentados os dados considerados de maior relevância quando da aplicação do questionário.

- *Reconhecimento institucional e conhecimento da legislação.*

Procurou-se saber se as competências da unidade arquivística constavam de algum ato normativo, sendo a pergunta dirigida a todos os 44 setores de protocolo e, também, aos 26 setores de arquivo.

Dos 44 setores de protocolo, apenas três (6,8%) têm suas competências reconhecidas por ato normativo. Os setores de protocolo que detêm reconhecimento são o da DGDI/Arquivo Central, o do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho e o do Instituto de Física. Quanto aos 26 setores de arquivo, somente quatro (15,3%) têm suas competências formalmente reconhecidas: DGDI/Arquivo Central, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Instituto de Física e Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

Por lidar com documentos de arquivo públicos, da esfera federal, é obrigatório que se cumpram as determinações do Arquivo Nacional (AN) e do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Em virtude disso, buscou-se saber junto aos entrevistados, se os mesmos tinham ciência da existência destas determinações, principalmente, se conheciam a Resolução nº 14, de 24 de outubro de 2001, do CONARQ, que instituiu o Código de Classificação e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-meio da Administração Pública e a Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011, que aprovou o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior.

Dos 44 setores de protocolo, somente seis (13,6%) de seus responsáveis afirmaram que tinham conhecimento dos instrumentos de gestão de documentos, sendo que três relacionaram o CONARQ e suas resoluções a conteúdos de provas de concursos públicos. Somente os protocolos da DGDI/Arquivo Central, Instituto de Matemática e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos tinham real conhecimento das determinações do AN e do CONARQ.

Quanto aos 38 (86,4%) que afirmaram não conhecer, a maioria justificou o fato dizendo que isto é uma atribuição do setor de arquivo, ou que ninguém veio lhe informar sobre a existência destes instrumentos. Estes números revelam um cenário preocupante, porque o desconhecimento da legislação arquivística, especialmente em relação aos Códigos de classificação e Tabelas de temporalidade e destinação, inviabiliza qualquer iniciativa para o gerenciamento de documentos, principalmente quando ocorre no protocolo, lugar onde se realiza a atuação de processos da Universidade. É fundamental que estes servidores tenham ciência da importância destes instrumentos de gestão de documentos e que sejam capazes de utilizá-los.

Nos setores de arquivo, 19 (73%) dos seus responsáveis afirmaram que conheciam as normativas do CONARQ. Sem dúvida é um bom número, mas o fato de sete responsáveis por arquivos desconhecerem completamente as Resoluções do CONARQ causa

preocupação, pois traz indícios da existência de massa documental acumulada e de possíveis eliminações sem critério algum. O Gráfico 1 (em apêndice) ilustra o nível de conhecimento dos servidores em relação aos instrumentos de gestão de documentos.

- *Fases da gestão de documentos: produção, uso, conservação e destinação de documentos.*

Ao partir do entendimento de que a gestão de documentos é um processo que considera a produção, a utilização, a avaliação, o arquivamento dos documentos nos arquivos corrente e intermediário por um determinado período, até que sejam eliminados ou recolhidos ao arquivo permanente, constatou-se que este ciclo de procedimentos se inicia nas atividades de protocolo e tem seu encerramento no arquivo; por isso, optou-se por investigar cada um destes setores de forma separada.

Em relação aos setores de protocolo, se buscou saber quais eram as atividades desenvolvidas cotidianamente nestas unidades. Foram considerados como procedimentos essenciais de protocolo: o recebimento, a distribuição, o registro, a autuação, o controle da tramitação, a expedição e a classificação de documentos.

Dentre os procedimentos relacionados, identificou-se que a grande deficiência dos setores de protocolo está na classificação, devido ao desconhecimento quase total dos instrumentos de gestão de documentos, fato já apurado no eixo temático anterior. Dos 44 setores entrevistados, apenas o Instituto de Matemática e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos promovem a classificação no momento da autuação dos processos.

Quanto ao uso de mecanismo informatizado para o controle de documentos avulsos, este não foi verificado em 33 (75%) setores de protocolo. O uso de livros de protocolo e de guias de expedição e recebimento de documentos continua sendo o recurso mais utilizado.

Em relação aos 26 setores de arquivo, procurou-se identificar a realização dos seguintes procedimentos de gestão de documentos: classificação, avaliação, seleção, eliminação, arquivamento, transferência, recolhimento, microfilmagem, digitalização, atendimento à consultas, empréstimo de documentos, treinamento de pessoal, elaboração de normas e manuais e outras iniciativas. O Quadro 3 (em apêndice) apresenta um panorama da ocorrência destes procedimentos nos 26 setores de arquivo investigados. Dentre os dados obtidos, merecem destaque a classificação/avaliação, a eliminação e as transferências e recolhimentos.

Os procedimentos de classificação e avaliação são o alicerce de qualquer programa de gestão de documentos. Foi identificada a adoção destes dois procedimentos em dezesseis (61,6%) setores de arquivo. Contudo, é necessário que se faça uma observação que tem relação

direta com a atuação do arquivista: a razão para que haja dezesseis setores de arquivo que desenvolvem as atividades de classificação e avaliação ocorre, também, em virtude da implantação de projetos de organização arquivística, que são coordenados por arquivistas da DGD/Arquivo Central. O legado destes projetos é a capacitação dos servidores das unidades, que devem dar continuidade às ações implementadas. As unidades que receberam programas de gestão de documentos foram Faculdade de Administração e Ciências Contábeis e Instituto de Matemática.

Foi perguntado aos 26 setores de arquivo se houve eliminação de documentos e, se esta ocorreu, como se processou, ou seja, se obedeceu a todas às determinações da Resolução nº 40 do CONARQ, que dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR ou se foi promovida seguindo outros critérios. De acordo com o Gráfico 2 (em apêndice), apenas 27% dos setores promoveram eliminações de documentos, sendo que todas foram realizadas obedecendo ao que dispõe a referida Resolução. A ocorrência regular de eliminações de documentos na Instituição parece algo bem distante, tendo em vista que cerca de 38% dos setores de arquivo pesquisados, sequer classificam e avaliam seus documentos.

Não foi identificada a realização de transferências e recolhimentos. Essa ausência é justificada em virtude de que não há uma delimitação de espaços dedicados exclusivamente aos arquivos corrente, intermediário e permanente. Em geral, quando os processos são considerados encerrados pelas seções que integram as estruturas administrativas ou acadêmicas das unidades, estas os encaminham imediatamente aos setores de arquivo. Na verdade, não há cumprimento das fases corrente e intermediária em espaços identificados como arquivo corrente e intermediário e, sim, a mudança do local de permanência dos documentos, pois em virtude do pouco espaço disponível nas seções, o envio dos mesmos para o setor de arquivo representa um verdadeiro “alívio” para a continuidade de suas atribuições diárias, conforme expressão usada por alguns dos entrevistados.

- *Características e composição dos acervos*

Quanto ao nível de tratamento dos acervos, o Gráfico 3 (em apêndice) ilustra que, de um total de 26 setores de arquivo, 15% afirmaram que estes encontram-se organizados totalmente, 23% disseram que não estão organizados, enquanto que 62% consideraram que seus acervos estão organizados de forma parcial. Sobre estes últimos, a maioria das respostas fez menção a um processo em construção, sobretudo, com ações iniciais de identificação dos documentos do acervo e à aplicação dos Códigos de classificação e das Tabelas de temporalidade na documentação acumulada.

Em relação à localização do acervo documental, 16 setores de arquivo informaram que possuem espaços exclusivos para o armazenamento de documentos, sete afirmaram que utilizam espaços improvisados e três promovem o armazenamento em seus locais de trabalho. Vale destacar que, embora se tenham identificado 16 setores que contam com espaços específicos, a grande maioria não dispõe de condições apropriadas.

- *Medidas de conservação e preservação*

As caixas de polionda foram o material mais citado para o acondicionamento dos documentos, sendo utilizadas em 92% dos setores de arquivo pesquisados, seguidas por caixas de papelão em 34%, pastas suspensas em 23%, sacos plásticos em 4% e latas de aço em 4%.

Em relação ao mobiliário, foi verificada a utilização de estantes de aço em 84% dos setores de arquivo, seguidas por arquivos deslizantes em 50%, arquivos de aço em 46%, estantes de madeira em 19% e arquivos de madeira em 19% dos setores. Pode-se considerar como um dado positivo o baixo número de unidades que fazem uso de estantes e arquivos de madeira, um atrativo para a presença de cupins.

Causa preocupação a ausência de mecanismos de prevenção contra incêndios, tendo em vista que apenas seis setores de arquivo afirmaram possuí-los.

Quanto à realização de ações periódicas de limpeza, constatou-se que em doze (46%) setores de arquivo estas não têm ocorrido de forma regular.

Em relação ao combate de pragas, quinze (57%) unidades informaram que esta atividade é realizada constantemente.

- *Tecnologia*

A oferta de equipamentos de informática, como computadores, impressoras e digitalizadoras, foi tida como satisfatória para 64% dos setores pesquisados.

Quanto ao uso de sistemas informatizados, identificou-se nos 44 setores de protocolo pesquisados, a utilização do Sistema de Acompanhamento de Processos (SAP) - que é de uso obrigatório na Instituição, pois só a partir deste sistema são realizadas a autuação e a tramitação de processos, atividades exclusivas dos setores de protocolo. Além do SAP, identificou-se os usos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) no protocolo da Pró-Reitoria de Pessoal, do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), usado pelo protocolo da Pró-Reitoria de Gestão e Governança e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), utilizado nos setores de protocolo da DGDI/Arquivo Central e da Pró-Reitoria de Graduação.

Em relação às atividades de arquivo, tal como ocorre nos setores de protocolo, o SAP é o único sistema informatizado destinado a este fim, pois entre outras

ações, possibilita o arquivamento e o empréstimo de processos. No entanto, dos 26 setores de arquivo, somente onze informaram que o utilizam. Doze setores afirmaram que recorrem a aplicativos do *Microsoft Office*, como *Excel*, *Word* e *Acess* para a confecção de planilhas e bancos de dados. A Procuradoria Federal usa o Sistema Sapiens, desenvolvido pela Advocacia Geral da União, enquanto que dois setores, Faculdade de Medicina e Escola de Serviço Social, não utilizam nenhum sistema informatizado em suas atividades de arquivo.

- *Recursos humanos*

Identificou-se nos 44 setores de protocolo um total de 129 servidores, onde quatro (3,1%) possuem nível fundamental, 81 (62,8%) são de nível médio e 44 (34,1%) têm nível superior. As formações mais recorrentes em nível superior foram as seguintes: Direito (5), Gestão de Recursos Humanos (4), Administração de Empresas (3), Ciências Contábeis (3) e Pedagogia (4).

Em relação aos setores de arquivo, constatou-se que 19,4% dos servidores possuem nível médio e 80,6% têm nível superior, sendo que destes, 75% são arquivistas. Deve se destacar que foi constatada a presença de arquivistas exercendo desvios de função na Faculdade de Letras (1), Decania do Centro de Tecnologia (2) e Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (1).

Quanto ao oferecimento de oportunidades para a aquisição de conhecimentos no campo da gestão de documentos, 66% dos entrevistados afirmaram que estas nunca lhes foram oferecidas e, em relação aos 34% que disseram ter tido oportunidades, a maioria informou que a iniciativa partiu do próprio servidor, pois, raramente, seus superiores têm ciência da existência de cursos sobre gestão de documentos.

- *Opinião*

A pesquisa procurou saber se a implantação do Sistema de Arquivos da UFRJ seria capaz de auxiliar os entrevistados nas demandas relativas à gestão de documentos e, como resposta, obteve a concordância de todos. Todos demonstraram grandes expectativas em relação ao que o SIARQ-UFRJ pode trazer de positivo para a melhoria de suas rotinas de trabalho.

Por fim, solicitou-se aos entrevistados que sugerissem algumas medidas que pudessem contribuir, significativamente, para a melhoria dos serviços desenvolvidos em suas respectivas unidades arquivísticas. As ações indicadas estão reunidas no Quadro 4 (em apêndice).

3.1 Recomendações para a Implantação do Sistema de Arquivos da UFRJ

As informações obtidas por meio do diagnóstico permitiram conhecer de que maneira os procedimentos

de gestão de documentos têm sido adotados, ou não, em 44 unidades da UFRJ, tanto administrativas como acadêmicas e, após o processo de análise, construiu-se um conjunto de recomendações que se espera que sejam capazes de auxiliar na implantação do SIARQ-UFRJ. Dentre as ações mais urgentes, merecem destaque:

1. Promover o reconhecimento oficial dos setores de protocolo e dos setores de arquivo como parte integrante das estruturas organizacionais das unidades pesquisadas, definindo suas atribuições e competências;
2. Oferecer, constantemente, oportunidades para a realização de cursos de capacitação na área de gestão de documentos, tendo em vista que cerca de 70% dos entrevistados afirmaram nunca ter adquirido esses conhecimentos específicos e tão necessários ao desenvolvimento de suas atividades.
3. Atender a determinação, prevista no artigo 9º da Portaria nº 5217, de 20 de junho de 2017, que instituiu o SIARQ-UFRJ, que estabelece que as unidades arquivísticas deverão contar, obrigatoriamente, no mínimo, com um arquivista ou técnico em arquivo. A restituição de servidores que, inicialmente, foram contratados para desenvolverem suas atividades nos arquivos e que se encontram em desvios de função, poderá contribuir, significativamente, para o cumprimento dessa determinação;
4. Disponibilizar aos setores de arquivo existentes, espaços específicos para o armazenamento de documentos nas fases corrente e intermediária;
5. Ampliar a capacidade de armazenamento do Arquivo Central por meio da construção de um novo prédio, tendo em vista que esta unidade encontra-se num estágio de iminente colapso, pois o espaço físico e as estantes disponíveis, brevemente, serão insuficientes para armazenar novos documentos.

4 Conclusão

A realização de diagnósticos é tarefa vital para que se conheça, com propriedade, uma dada situação, e seu produto é o fornecimento de quadros de informação que indicarão fragilidades, que precisarão ser combatidas, e pontos fortes, que deverão ser preservados.

Diante do que foi apurado, a partir da elaboração deste trabalho, pode-se concluir que as práticas de gestão de

documentos adotadas na UFRJ, em sua grande maioria, não se configuram como adequadas e, portanto, as pretensões do Sistema de Arquivos não se tornarão realidade tão facilmente.

Antes de qualquer medida, são necessárias ações de base, que considerem mudanças na cultura organizacional das unidades pesquisadas - que atinjam tanto os dirigentes como os demais servidores.

É essencial que se reconheça a importância dos setores de protocolo e arquivo, pois não são vinculados somente à gestão de documentos, mas também, à gestão administrativa das unidades. Todo o investimento a ser realizado nestes setores, seja em relação a recursos humanos ou à infraestrutura, tornará a execução dos procedimentos administrativos mais eficiente.

É fundamental que as determinações impostas pela legislação arquivística brasileira sejam seguidas e que as equipes de trabalho adquiram capacitação, principalmente com o oferecimento de cursos na área de gestão de documentos.

A integração das partes é uma das principais contribuições da gestão sistêmica, pois permite que falhas e virtudes sejam identificadas e que se implantem ações específicas para dar equilíbrio ao seu funcionamento. Considera-se que a realização desta pesquisa conseguiu identificar pontos positivos e negativos e, espera-se, que seja capaz de auxiliar o Sistema de Arquivos da UFRJ na implantação de ações que venham promover avanços nas práticas de gestão de documentos adotadas nas unidades que o integram.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVEIRA, Denise Tolfo; Córdova, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da FURGS, 2009.

Apêndice A – Quadros

Quadro 1. *unidades que dispõem apenas de setores de protocolo*

Unidade	Unidade	Unidade
Pró Reitoria de Graduação	Escola de Comunicação	Instituto de Biologia
Pró Reitoria de Pós-Graduação	Instituto de Economia	Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde
Pró Reitoria de Planejamento/ Desenvolvimento	Faculdade de Odontologia	Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé
Pró Reitoria de Pessoal	Faculdade de Farmácia	Escola Politécnica
Pró Reitoria de Gestão e Governança	Instituto de Ciências Biomédicas	Escola de Química
Instituto de Química	Hospital Escola São Francisco de Assis	Pólo Xerém

Quadro 2. *unidades que dispõem de setores de protocolo e de arquivo*

Unidade	Unidade	Unidade
Arquivo Central/DGDI	Faculdade de Letras	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
Procuradoria Geral	Decania do Centro de Filosofia e Ciências Humanas	Decania do Centro de Ciências da Saúde
Escritório Técnico Universitário	Instituto de Filosofia e Ciências Sociais	Faculdade de Medicina
Prefeitura Universitária	Faculdade de Educação	Escola de Enfermagem Anna Nery
Decania do Centro de Ciências da Matemática e Da Natureza	Escola de Serviço Social	Decania do Centro de Tecnologia
Instituto de Matemática	Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos	Museu Nacional
Instituto de Física	Decania do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas	Campus Macaé
Instituto de Geociências	Instituto de História	Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
Decania do Centro de Letras e Artes	Faculdade de Direito	

Quadro 3. *Procedimentos de gestão de documentos desempenhados nos setores de arquivo*

Procedimentos	Realiza	Não realiza
Classificação	16 (61,6%)	10 (38,4%)
Avaliação	16 (61,6%)	10 (38,4%)
Seleção	15 (57,60%)	11 (42,40%)

Eliminação	07 (26,90%)	19 (73,10%)
Transferência	-	-
Arquivamento	26 (100%)	-
Recolhimento	-	-
Microfilmagem	01 (3,80%)	25 (96,20%)
Digitalização	02 (7,70%)	24 (92,30%)
Atendimento à consultas	23 (88,40%)	03 (11,0%)
Empréstimo de processos	24 (92,30%)	02 (7,70%)
Treinamento de pessoal	08 (30,70%)	18 (69,30%)
Elaboração de manuais de procedimentos	09 (4,70%)	17 (65,30%)

Quadro 4. Medidas sugeridas para a melhoria dos serviços desenvolvidos nas unidades arquivísticas

Medidas	Número de sugestões
Adição de mão-de-obra qualificada	22
Oferecimento de cursos de capacitação em gestão de documentos	22
Aumento da capacidade e melhoria das condições de armazenamento dos acervos	12
Reconhecimento e valorização dos setores de protocolo e arquivo	12
Espaço físico adequado para a execução das atividades de processamento técnico	10
Aquisição de mobiliário adequado	7
Melhorias na infraestrutura tecnológica (SAP, wi-fi, migrações de antigos sistemas)	6
Estabelecimento de uma rede de relacionamento entre as unidades arquivísticas	6
Aumento no fornecimento de insumos para a realização de atividades cotidianas	3
Implantação de mecanismos voltados para a prevenção de incêndios	2
Conscientização dos colaboradores quanto à importância do seu trabalho	2
Aumento das ações de limpeza	1
Aumento das ações de combate à pragas	1

Apêndice B – Gráficos

Gráfico 1. Nível de conhecimento sobre instrumentos de gestão de documentos

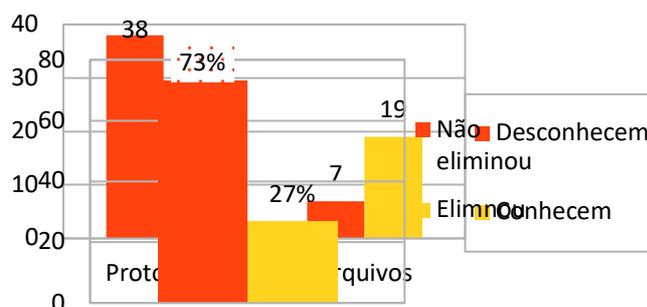
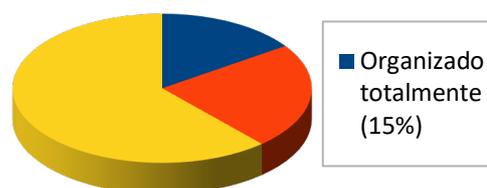


Gráfico 2. Ocorrência de eliminações nos 26 setores de arquivo

Gráfico 3. *Nível de tratamento dos acervos*



Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente

Archiving contributions for patient safety

Giselle Tiburcio Matildes (1), Eliana Maria Dos Santos Bahia Jacintho (2)

- (1) Graduanda de Arquivologia, Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis/Santa Catarina/Brasil, gideinha@hotmail.com;
 (2) Professora do Curso de Arquivologia, Biblioteconomia e Pós-Graduação em Ciência da Informação na UFSC, elianambahia@gmail.com

Resumo

Este estudo teve como objetivo reconhecer a contribuição da Arquivística para a Segurança do Paciente. O objeto investigado foi o Núcleo de segurança do paciente (NUSEP) inserido no ambiente hospitalar do Município de Florianópolis. Buscou-se identificar as unidades hospitalares da rede pública do Município que possuem NUSEP e selecionar a unidade a ser pesquisada; verificar a existência do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade na esfera de competência e analisar as atividades de Gestão Documental. Metodologia: caracteriza-se como pesquisa Aplicada, Descritiva e Exploratória, com abordagem qualitativa, do tipo Documental e de Observação. Foi utilizado o questionário e o roteiro como instrumentos de coleta de dados. Os resultados apontaram 32 NUSEP(S), sendo quatro (04) em hospitais Públicos, um (01) Federal e três (03) Estaduais. A esfera de competência não possui plano de classificação e tabela de temporalidade da atividade fim. Conclusão: a Arquivística contribui para a segurança do paciente com a função Classificação e Avaliação a ser desenvolvida pelo profissional Arquivista, através da organização documental dos NUSEP(S), que incide diretamente na melhoria dos cuidados e na redução dos incidentes e eventos adversos.

Palavras Chave: Unidades hospitalares; Núcleo de Segurança do Paciente; Informação em saúde; Arquivista.

Abstract

This study aimed to recognize the contribution of Archiving to Patient Safety. The object investigated was the Patient Safety Center (NUSEP) inserted in the hospital environment of Florianópolis. We sought to identify the hospitals in the public network that have NUSEP, select the unit to be searched; verify the existence of the Classification Plan and Table of Temporality within the sphere of competence, and analyze the activities of Document Management. Methodology: characterized as Applied, Descriptive and Exploratory research, with qualitative approach, Documentary and Observational. The questionnaire and the script were used as data collection instruments. The results showed 32 NUSEP (S), being four (04) in Public hospitals, one (01) Federal and three (03) State. The sphere of competence has no classification plan and time table of the end activity. Conclusion: Archiving contributes to patient safety with the Classification and Evaluation function to be developed by the Archivist, through the document organization of NUSEP (S), which directly affects the improvement of care and the reduction of incidents and adverse events.

Keywords: Hospital units; Patient Safety Core; Health information; Archivist.

1 Introdução

A Arquivística é uma Ciência dinâmica e atenta às necessidades de melhorias organizacionais da sociedade, de forma a preservar e disponibilizar à informação registrada. Na Saúde, a assistência ao paciente é a principal atividade desenvolvida nos ambientes hospitalares e as informações decorrentes deste cuidado, são registradas e utilizadas para os mais diversos fins. Pinto e Soares (2010) afirmam que a informação para a saúde não está relacionada somente a terapêutica médica, destarte ao registro das ações efetivadas por múltiplos profissionais. Contribuem, para a qualidade no atendimento aos pacientes, corroborando para o desenvolvimento de programas que envolvem questões política, cultural, social e científica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) lidera o que tem sido considerado uma preocupação mundial: a Segurança do Paciente e a redução dos riscos de eventos adversos, que podem causar danos de proporções variadas e conseqüentemente a morte.

Afirma Reis (2014), que os cuidados de saúde, estão complexos e com demandas crescentes, o que elevou o risco para ocorrência de incidentes, erros ou falhas.

O governo brasileiro como Estado membro da OMS, através da Portaria nº 529 de 1º de abril de 2013, instituiu o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP), que tem por objetivo contribuir para a qualidade do cuidado em todos os estabelecimentos de Saúde do território nacional (BRASIL, 2013). Está regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) na Resolução Nº 36, de 25 de julho de 2013, que define suas ações através dos Núcleos de Segurança do Paciente (NUSEP) implantados nas unidades hospitalares que visam a melhoria da qualidade e a redução dos riscos e eventos adversos. Portanto, partindo deste contexto interdisciplinar, a pergunta que norteou a pesquisa foi: como a Arquivística pode contribuir para a Segurança do Paciente?

O objetivo geral foi o de reconhecer a contribuição da Arquivística para a Segurança do Paciente no NUSEP.

Para isso, os objetivos específicos foram traçados a fim de nortear a produção deste estudo. São eles: identificar as unidades hospitalares da rede pública de Florianópolis que possuem NUSEP e selecionar a unidade a ser pesquisada; verificar a existência dos instrumentos de Gestão Documental (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade) na esfera de competência da unidade pesquisada e analisar as atividades de Gestão Documental no Núcleo de Segurança do Paciente.

A justificativa da escolha do tema considera que a pesquisa científica requer criatividade, inovação, método e conhecimento no desenvolvimento de suas práticas multidisciplinares. Aproximar a Arquivologia a outras áreas de formação como a Administração, Antropologia, Psicologia, Sociologia e Saúde, permite explorar os métodos que estão sendo utilizados para gestão dos seus arquivos.

2. Referencial teórico

A Organização Mundial de Saúde (WHO, 2018), define a segurança do paciente como a ausência de danos que podem ser evitáveis ao paciente durante o processo de assistência médica e a redução a um mínimo aceitável dos riscos de danos desnecessários relacionados aos cuidados de saúde. Uma série de estudos e documentos foram elaborados pela OMS, que exerce o papel de liderança sobre a notificação de incidentes e de aprendizagem.

Destarte, elaborou uma Classificação Internacional de Segurança do Paciente, com os termos e conceitos utilizados em relatórios, com o intuito de apoiar o compartilhamento e a gestão da informação nas unidades e núcleos de segurança do paciente.

A proposta é assegurar que os dados coletados possam ser gerenciados e utilizados para fins estatísticos, ações e melhoria contínua dos processos e rotinas (PROQUALIS, 2018). A gestão da informação, pressupõe a sua organização e recuperação, para múltiplas finalidades e evidencia sua relevância no núcleo.

No tocante aos direitos humanos, Albuquerque (2016, p.134) afirma que “[...] o direito do paciente de não sofrer danos é derivado do direito à vida e do direito à saúde”. Os arquivos de ambientes hospitalares, exercem um papel importante no tocante ao acesso do paciente as informações e colaboram para que o direito à vida e à saúde possa ser resguardado.

Reis (2014, p.75) afirma que [...] “a cultura de segurança se destaca, por refletir o comprometimento dos profissionais”. Esta cultura de Segurança, também envolve o arquivo e seus profissionais, e reflete as funções e atividades da instituição, acompanha as mudanças e precisa suprir as demandas necessárias,

principalmente de gestão, organização, acesso e preservação documental.

2.1 O programa nacional de segurança do paciente

No Brasil, as iniciativas com intuito de aperfeiçoar a qualidade do cuidado, destacam as atuações da Vigilância Sanitária e a observância do Ministério da Saúde que enfatizou a modificação na forma e na prestação de cuidados ao instituir o Programa Nacional de Segurança do Paciente (BRASIL, 2014).

Entre os objetivos específicos deste Programa destaca-se de acordo com a Portaria do Ministério da Saúde nº 529/2013 Art.3º Brasil (2013) “Promover e apoiar a implementação de iniciativas voltadas à segurança do paciente em diferentes áreas da atenção, organização e gestão”. Mediante a atuação do NUSEP nos estabelecimentos de saúde o governo pretende promover as iniciativas que visam a segurança do paciente, a ampliação do acesso às informações, o envolvimento das famílias e a pesquisa acadêmica, a fim de produzir mais conhecimentos a cerca deste tema.

Quanto a prática assistencial a portaria estabelece um conjunto de protocolos básicos que foram definidos pela OMS. Os documentos são comuns a todos os núcleos, e necessitam seguir as diretrizes do programa.

Foi desenvolvido, um sistema de notificação de incidentes, que precisa ser efetivo e deve envolver os profissionais da assistência e da gestão. O sistema de notificação de eventos adversos no Brasil se dá pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, (BRASIL, 2014).

Neste seguimento, a Arquivística se apresenta como um pilar para a organização desta documentação, fundamental para o progresso do PNSP, retratando a melhoria dos cuidados prestados ao paciente, através da identificação das causas, intervenção no processo de trabalho culminando na redução de riscos à vida do paciente.

2.2 O acesso à informação

A função social e cultural dos arquivos de preservar os documentos públicos e disponibilizar o acesso ao Patrimônio Documental respeitando as exceções de sigilo, é imprescindível para o fortalecimento da cidadania que envolve direitos e deveres de um povo, bem como sua história e memória, tão importantes para sua identidade nacional.

Os arquivos de ambientes hospitalares são constituídos por diferentes tipos de documentos que registram informações, geradas em função das suas atividades, como por exemplo o prontuário do paciente (PINTO;

SOARES, 2010), que pode estar no suporte tradicional ou digital, como no caso do prontuário eletrônico.

Investigar a Segurança do Paciente sob o aspecto da documentação, que é prova e testemunha de uma ação, tem uma responsabilidade Jurídica, Administrativa e Social, assegurada pelo Direito do consumidor e reforçadas na Lei 12.572 de 18 de novembro de 2011(BRASIL, 2011), que dispõe sobre o Acesso a Informação.

Para Targino (2009, p.80) [...] “a informação em saúde está intrinsecamente vinculada à pesquisa”, as especificidades nesta área que é dinâmica e multidisciplinar com sua documentação, necessita refletir corretamente o que foi comunicado, decidido ou implementado, apoiando as ações desenvolvidas e sempre que carecer, prestar contas das atividades realizadas.

Afirma Silva (2009, p. 204) que a “Arquivística é uma ciência da informação social que estuda o arquivo, capaz de problematizar a atividade humana e social”. Diante dessa realidade, para reforçar os princípios, as funções e os métodos dessa ciência, assim como para fundamentar as pesquisas em torno da informação arquivística, é essencial responder à questão: quais as contribuições desta área para as práticas em arquivo?

A finalidade do arquivo é servir à administração, razão pela qual ele foi criado e no decorrer do tempo, constituir-se em base do conhecimento da História e da Pesquisa, cumprindo sua função principal que é tornar acessível as informações contidas no acervo documental sob sua guarda (PAES, 2007).

Portanto, para exercer sua função e finalidade, o arquivo necessita ser gerenciado, respeitando os princípios fundamentais estabelecidos pela Arquivística que detém o conhecimento dos métodos a serem aplicados na sua organização visando a preservação e o acesso.

2.3 Funções arquivísticas

Para Couture e Rousseau (1998, p.260), a arquivística precisa “intervir de forma unificada e contínua nos documentos desde a sua criação, até a sua eliminação ou a sua conservação permanente”. Atua através de sete funções, que segundo Marques (2013, p.99) [...] “relacionam-se, aos métodos da Arquivologia que aplicados ao seu objeto de estudo à luz dos princípios, singularizam a disciplina” e refletem nas atividades desempenhadas pelo arquivista no exercício de sua profissão. As funções arquivísticas estão sintetizadas no quadro 01.

QUADRO 01- Funções arquivísticas

Classificação	Identificação e organização intelectual dos documentos de um fundo, distribuindo-os por classes/categorias, segundo um certo método.
Avaliação	Ato de julgar os valores dos documentos de arquivo (valores primário e secundário) e de decidir sobre os períodos de tempo durante os quais esses valores se aplicam a tais documentos.
Descrição	Representação precisa de uma unidade de descrição e de seus componentes, apresentando características físicas dos documentos, seu contexto de produção/ acumulação/utilização, bem como a análise do seu conteúdo.
Difusão	Ação de valorizar, de transmitir ou de tornar acessíveis as informações contidas nos documentos de arquivo aos usuários.
Incorporação	Conjunto de medidas visando ao recolhimento (institucional) e/ou aquisição (doação, compra, comodato, etc.) de fundos arquivísticos.
Preservação	Medidas de conservação com vistas a preservar os documentos.
Produção	Atividade relacionada à implementação das condições necessárias para assegurar a qualidade, a validade, a credibilidade e a perenidade da informação produzida pelas Administrações.

Fonte: adaptado de Marques (2013, p.99).

As funções da arquivística envolvem a Classificação, que visa a organização intelectual, estabelecendo as relações orgânicas do documento, que servem de base para a Avaliação e a Descrição. A avaliação é essencial, permanente e vital para os arquivos, e gera a tabela de temporalidade que é um instrumento arquivístico elaborado pela Comissão, que avalia os documentos de forma científica e administrativa. De fato, permite a Arquivística intervir sobre todos os ciclos de vida do documento, fato este que coloca a Avaliação e a Classificação como um dos pilares da gestão documental (Oliveira, 2007).

O arquivista é o profissional graduado em Arquivologia, apto a executar as funções arquivísticas, cabe a ele manter a organização física e racional dos documentos para que o acesso aos mesmos seja rápido e preciso.

Com o passar dos anos e com os avanços nos estudos arquivísticos e suas práticas, o papel do profissional arquivista se modificou, o que antes era apenas um detentor de documentos, passou a ser um gestor da informação.

Especifica Souza (2011) “as instituições públicas, criaram espaço em seus quadros para os arquivistas como gestores das informações”. Nesta perspectiva, o

arquivista social é novo paradigma arquivístico, pois modifica o conceito de arquivista perante a sociedade e seus conhecimentos adquiridos durante os cursos de graduação no Brasil, assunto que está se disseminando no mundo e possui limitada literatura a respeito.

3 Gestão documental

De acordo com o Art. 3º, da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991), que dispõe sobre os Arquivos a Gestão Documental é um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos”, envolve o ciclo de vida dos documentos, nas suas três fases, desde a produção até a eliminação ou preservação permanente. Corroborando com Jardim (1987, p.35), [...] “a gestão cobre todo o ciclo de vida dos documentos desde a produção até a eliminação ou recolha para guarda permanente”. As funções arquivísticas são fundamentais para a organização, racionalização e acesso aos documentos, destarte aos documentos públicos que conforme legislação é um dever do poder público.

Para Bernardes e Delatorre (2008), os instrumentos de gestão documental são dois: o Plano de Classificação, gerado após a Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo, resultante da Avaliação.

Tais instrumentos, asseguram a simplificação e a racionalização dos procedimentos de gestão, agilidade na recuperação dos documentos e das informações. Contudo, o e-Arq (BRASIL, 2012), considera a necessidade de elaborar uma série de instrumentos para apoiar os procedimentos e operações técnicas, destacando o Plano de Classificação, Tabela de Temporalidade e Destinação; Manual de Gestão Arquivística de Documentos; Esquema de Classificação referente à segurança e ao acesso aos documentos.

É relevante a visão da gestão como um ciclo, com atividades e ações pertinentes a cada uma das fases, Reflete a teoria das três idades (corrente, intermediária e permanente).

Bernardes e Delatorre(2008), apresentam as atividades de Gestão Documental distribuídas em três fases. A Primeira fase trata da produção de documentos que envolve a elaboração padronizada de tipos/séries documentais, implantação de sistemas de organização da informação e aplicação de novas tecnologias aos procedimentos administrativos.

Na segunda fase é enfatizada a utilização dos documentos, inclui todas as atividades de Protocolo (recebimento, classificação, registro, distribuição, tramitação e expedição), todas as atividades de Arquivo (organização e arquivamento, reprodução, acesso à documentação e recuperação de informações) e a gestão

de sistemas de protocolo e arquivo, sejam eles manuais ou informatizados.

Na terceira fase a Destinação de documentos inclui uma das atividades mais complexa da gestão de documentos que é a avaliação, que se desenvolve a partir da classificação dos documentos produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos públicos ou empresas privadas, com vistas a estabelecer seus prazos de guarda e sua destinação final, garantindo a preservação de documentos de guarda permanente e a eliminação criteriosa de documentos desprovidos de valor probatório e informativo.

Nesta pesquisa será utilizada como parâmetro as atividades de Gestão Documental citadas pelas autoras Bernardes e Delatorre(2008), posto que um dos objetivos da pesquisa é analisar tais atividades no Núcleo de Segurança do Paciente.

4 Procedimentos metodológicos

De acordo com a natureza do estudo, caracteriza-se como pesquisa aplicada. Quanto aos objetivos da pesquisa está caracterizada como Exploratória e Descritiva. Dados obtidos mediante análise de artigos e periódicos na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Portal de Periódicos CAPES e LILACS no mês de setembro de 2018, indicaram não haver publicações específicas nestes ambientes com relação a Arquivística e a segurança do paciente, que apesar de relevante é pouco explorada pela Arquivologia.

É um estudo descritivo, nesta perspectiva buscou-se descrever as atividades de Gestão Documental desenvolvidas na unidade selecionada.

Quanto à abordagem do problema, possui caráter qualitativo, a fim de analisar e interpretar as atividades desenvolvidas na unidade de informação que tem por objetivo melhorar a qualidade da assistência e propor a segurança do paciente.

De acordo com os procedimentos técnicos foi uma pesquisa Documental e de Observação. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foi o questionário e o roteiro para observação sistemática. Para a concretização desta pesquisa, foi realizado contato por e-mail com o Comitê de Ética em Pesquisas para liberação da entrada do pesquisador na unidade hospitalar.

Foi encaminhada ao Comitê de Ética a pesquisa para autorização, emitindo em resposta que por se tratar de observação estrutural e de serviços não havia necessidade de avaliação ética.

Após a liberação, foi realizado o contato telefônico com o responsável do Núcleo de Segurança do Paciente. Neste aspecto, agendou-se horário para a realização das

observações em cinco (05) visitas no NUSEP, em períodos alternados no mês de Abril de 2019, com a utilização de um roteiro semiestruturado. Optou-se por analisar somente um (01) núcleo que pertence a rede estadual de saúde, devido à complexidade destes ambientes para a pesquisa e o intervalo de tempo disponível para elaboração da investigação. Considerou-se a repetição do padrão nos demais Núcleos da rede, por utilizar o mesmo plano de classificação e tabela de temporalidade da esfera de competência. Para a verificação da existência de instrumentos de Gestão documental foi realizado contato por e-mail com a Comissão de Avaliação Documental da esfera de competência da unidade selecionada, e encaminhado um questionário com 04 perguntas fechadas e uma aberta, com intuito de responder tal indagação.

5 Apresentação e discussão dos resultados

A população investigada é formada pelos NUSEP(S) de unidades hospitalares da esfera Pública do Município de Florianópolis, Santa Catarina. Os dados foram obtidos através de pesquisa na página oficial da (ANVISA), órgão oficial do Ministério da Saúde, que se ocupa com a Notificação dos eventos adversos/incidentes.

Os resultados apontaram 32 NUSEP(S) de estabelecimentos de saúde do Município de Florianópolis cadastrados, sendo 04 deles em hospitais da rede pública, um (01) Federal e três (03) Estaduais.

O Núcleo selecionado, faz parte de um Hospital Público da esfera Estadual de Santa Catarina, de Médio Porte e alta complexidade.

A esfera de competência da unidade hospitalar possui plano de classificação e tabela de temporalidade relativo às atividades meio da instituição. O plano de classificação e Tabela de Temporalidade das atividades finalísticas estão em fase de elaboração.

Os documentos da rede hospitalar ainda não foram avaliados. Quanto as observações realizadas na unidade hospitalar e no NUSEP na categoria local, foram sintetizadas no Quadro 02.

QUADRO 02: O local

Local: unidade hospitalar	Sim	Não
Núcleo de segurança do paciente	x	
Setor de Gestão da Qualidade	x	
Setor de Humanização	x	
Arquivo Médico e Estatístico - SAME	x	
Arquivo Central		x
Arquivo Setorial	x	
Local específico de arquivamento		x

Fonte: dados da pesquisa, 2019.

Conforme quadro 02, a unidade hospitalar está organizada em setores que apoiam diretamente as unidades assistenciais, destacando-se o NUSEP, o setor de gestão da qualidade e de humanização hospitalar.

O Arquivo Médico e Estatístico - SAME realiza a organização e arquivamento exclusivamente do prontuário de paciente e fichas de emergência. A unidade não possui um arquivo geral, sendo os documentos arquivados no próprio setor.

Os documentos em suporte tradicional estão armazenados em 03 salas diferentes, em pequeno volume. Presume-se que isso ocorra devido ao espaço limitado da sala. Trata-se de massa documental acumulada, que aguarda avaliação, portanto não podem ser recolhidos ou eliminados.

Quanto as atividades de Gestão Documental, os dados foram sintetizados no quadro 03 (APÊNDICE). Conforme o quadro 03, as atividades analisadas somaram 17(dezessete), sendo que 10(dez) delas são realizadas na unidade de informação. Destarte, as demais 07(sete), tratam da classificação e da destinação documental incluindo a avaliação, a ser realizada pela Comissão da esfera de competência, não são realizadas por falta de instrumentos de gestão documental. Os Tipos e séries documentais são padronizados pelo PNSP, sendo observados, fichas e formulários preenchidos manualmente e outros em formato digital. Isto demonstra, que a produção dos documentos do núcleo é padrão, o que determina um controle quanto ao que se produz.

Em fase de adaptação, o sistema que gerencia o prontuário eletrônico do paciente, implementou a comunicação de incidentes com o paciente entre as unidades assistenciais com o núcleo. O que se observou durante a aplicação do roteiro, é que o sistema ainda necessita de ajustes e da ampliação das ações via sistema. O prontuário eletrônico é utilizado para pesquisa de eventos adversos/incidentes e histórico de paciente, porém não foi visualizado atividades que envolvessem o registro no prontuário. Os sistemas de notificação da ANVISA são constantemente utilizados.

Em relação as novas tecnologias, utiliza-se a digitalização de documentos para compartilhamento de informação. Observado também sistemas de armazenamento (google drive) e produção de documentos para automatização de processos. O NUSEP recebe documentos físicos e digitais, internos e externos. A classificação não foi observada, o documento é selecionado e organizado de acordo com a origem ou assunto. Deve se ao fato de a unidade hospitalar não possuir plano de classificação das atividades finalísticas, porém a de atividade meio não foi utilizada. Não foi observado o registro padronizado de documentos, à medida que são recebidos, passam por uma seleção e prossegue - se com a atividade que gerou o documento.

A tramitação interna e a expedição de documentos ocorre por meio tradicional e digital e a externa na maioria das vezes por meio digital. A organização e o arquivamento é empírico, o método não é padronizado, sendo observado por assunto e data cronológica, outros estavam misturados impossibilitando a categorização por falta de identificação. Estão acondicionados em pastas plásticas, pastas AZ e caixas arquivo de papelão, algumas identificadas, mas não seguem um padrão. A guarda dos documentos encontra-se em 03(três) locais diferentes (salas) por falta de mobiliário adequado para o acondicionamento de arquivos (estantes). A unidade utiliza a digitalização para compartilhamento de informações, o acesso aos documentos no sistema é realizado com *login* e senha por todos os profissionais de saúde, no tradicional é direto na estante restrito aos envolvidos no núcleo.

A Recuperação de informações se mostrou ineficiente, tanto no meio físico quanto no digital. Foi observado que houve a necessidade de localizar informações em documentos que não foram encontrados, outras que após procurar em várias pastas se obteve a informação. A dificuldade de recuperação foi mais frequente no meio físico, devido à ausência de método adequado de arquivamento, ordenação e de instrumentos de recuperação da informação. Apesar de ter sistemas de gestão de protocolo na rede, esta atividade não foi observada. A avaliação, transferência, recolhimento e a eliminação não são realizados.

Ao analisar as informações, o resultado demonstrado indica que, o acesso a informação é ineficiente em consequência da falta dos instrumentos de Gestão Documental e profissional qualificado na área de arquivos. O que contraria as prerrogativas da Lei 8.951/11, quanto ao dever da instituição pública da gestão documental e do PNSP quanto a ampliar o acesso da sociedade às informações relativas à segurança do paciente, produzir, sistematizar e difundir conhecimentos sobre segurança do paciente (BRASIL, 2013).

Considerando a iniciativa da OMS em classificar os termos e conceitos que versam da segurança do paciente, para assegurar que os dados coletados possam ser gerenciados e utilizados (FIOCRUZ, 2018). A organização da informação para o acesso e compartilhamento é um direito do cidadão e um dever do poder público brasileiro.

6 Considerações finais

A contribuição da arquivística para a segurança do paciente tem múltiplas facetas, mas parte da organização intelectual dos documentos propostos pela Classificação e segue com as demais funções arquivísticas que envolve todo o ciclo de vida do documento.

O acesso à informação e a preservação do documento, incidem diretamente na melhoria da qualidade dos

cuidados em saúde e são enfatizados pela OMS e pela legislação brasileira.

O arquivista no exercício da sua profissão, possui a incumbência de cultivar a função social e cultural dos arquivos e ser um disseminador da informação, dispondo seu conhecimento fundamentado nas funções arquivísticas. Destarte, no apoio à tomada de decisão, na formulação de políticas públicas, e no desenvolvimento de pesquisas e resgate histórico cultural.

Conclui-se que diante da realidade apresentada e da necessidade premente de organização, a arquivística contribui para a segurança do paciente com a função Classificação e Avaliação a ser desenvolvida pelo profissional Arquivista, através da organização documental do NUSEP, que realiza atividades que incide diretamente na melhoria dos cuidados e na redução dos incidentes e eventos adversos. Os instrumentos (plano e tabela) gerados por estas duas funções, colaboram para a gestão dos documentos e poderá ser replicado para os demais NUSEP(s) pois a documentação é padrão a todos os núcleos.

Recomenda-se como melhorias na unidade pesquisada a implantação de um Arquivo Central, para armazenamento, preservação e acesso ao documento para evitar a dispersão/perda em espaços inadequados, bem como a padronização dos procedimentos de arquivamento, armazenamento e recuperação no suporte tradicional e no digital.

Estes documentos necessitam ser tratados de acordo com a legislação a fim de, realizar a gestão de documentos a ser realizada pelo profissional arquivista que possui as habilidades necessárias para desenvolver a função. A organização e o arquivamento precisam sair do modo empírico e utilizar técnicas, métodos e instrumentos da área da arquivologia (documentação hospitalar) para facilitar o acesso, recuperação e uso da informação, o que poderá ser obtido com a elaboração e aplicação do Plano de Classificação que é fundamental para a organização intelectual dos documentos de arquivo.

Referências

ALBUQUERQUE, A. A SEGURANÇA DO PACIENTE À LUZ DO REFERENCIAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Revista de Direito Sanitário*, v. 17, n. 2, p. 117-137, 25 out. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/122309>. Acesso em: 13/09/2018.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologias arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 37. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 13/09/2018.

BERNARDES, I. P.; DELATORRE, H. **Gestão documental aplicada**. In: BERNARDES, Renata (Org.). **Programa**

Nacional de Segurança do Paciente já tem história para contar. 2013. Disponível em: <https://proqualis.net/noticias/programa-nacional-de-seguran%C3%A7a-do-paciente-j%C3%A1-tem-hist%C3%B3ria-para-contrar>. Acesso em: 21/09/2018.

BRASIL. Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações e dá outras providências**, Brasília, DF, nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 27/09/2018.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**, Brasília, DF, 8 jan. de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em 30/10/2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do paciente**, Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf. Acesso em: 30/09/2018.

BRASIL. Portaria nº 529, de 1 de abril de 2013. **Institui o Programa Nacional de Segurança do paciente**, Brasília, DF, 1 abr. de 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.htm. Acesso em 30/10/2018.

BRASIL. Resolução – RDC nº 36, de 25 de julho de 2013. **Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências**, Brasília, DF, jul. 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html. Acesso em: 01/10/2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **E-ARQ Brasil: modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos**. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf> Acesso em: 15/10/2018.

JARDIM, José Maria. **O conceito e a prática da gestão de documentos**. Acervo, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.35-42, 1987. Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.dez.1987.pdf>. Acesso em: 20/04/2019.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Os lugares da arquivologia no campo da informação. **Ci. Informação**, Brasília, v. 42, n. 1, p.92-106, 2013. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1397/1575>. Acesso em: 05/05/2019.

OLIVEIRA, Maria Izabel de. Classificação e Avaliação de Documentos: normalização dos procedimentos técnicos de

gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.134-147, jan. 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107489>. Acesso em: 05/05/2019.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo Teoria e Prática**.3 ed. 8. reimp. Rio de Janeiro:FGV, 2007.p. 20, 24. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.

PINTO, Virgínia Bentes; SOARES, Maria Elias. **Informação para a Área de Saúde: Prontuário do paciente, Ontologia de imagem, Terminologia, Legislação e Gerenciamento Eletrônico de Documentos**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010, p.15.

PROQUALIS, Centro Colaborador Para A Qualidade do Cuidado e A Segurança do Paciente. **Modelo de informações mínimas para a notificação de incidentes e sistemas de aprendizagem para a segurança do paciente**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018. 12 p.

REIS, Cláudia Tartaglia. Cultura em Segurança do Paciente. In: SOUSA, Paulo; MENDES, Walter. **Segurança do Paciente: criando organizações de saúde seguras**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014. p. 75-76. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/informacoes-gerais/conselhos-e-comissoes/cosep-comite-de-seguranca-do-paciente/sugestoes-de-leitura/10997-livro-2-seguranca-do-paciente-web/file>. Acesso em: 15/09/2018.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, Armando Malheiro da. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUZA, Isabelli Melo de Souza. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint. 2011.

TARGINO, Maria das Graças. **Informações em saúde: potencialidades e limitações**. Informação & Informação, Londrina, v. 14, n. 1, p.52-81, jul. 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uell/index.php/informacao/article/view/1845>. Acesso em: 28/09/2018.

UNESCO. **Programa Memória do Mundo**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/access-to-knowledge/documentary-heritage/>. Acesso:13/03/2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Patient Safety**. 2018. Disponível em: <http://www.who.int/patientsafety/en/>. Acesso em: 10/10/2018.

APÊNDICE A - QUADRO 03 – Atividades de Gestão Documental

	PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS	SIM	NÃO
1	Tipos e séries documentais padronizadas	X	
2	Implantação de sistemas de organização da informação	X	
3	Aplicação de novas tecnologias aos procedimentos administrativos	X	
	UTILIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS		
4	Recebimento	X	
5	Classificação		X
6	Registro		X
7	Tramitação	X	
8	Expedição	X	
9	Organização e arquivamento	X	
10	Reprodução	X	
11	Acesso a documentos	X	
12	Recuperação de informações	X	
13	Gestão de sistemas de protocolo		X
	DESTINAÇÃO DOS DOCUMENTOS		
14	Avaliação		X
15	Transferência		X
16	Recolhimento		X
17	Eliminação		X
	Total	10	7

Fonte: dados da pesquisa, 2019

Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS

Protection of digital and non digital documents: legislation and the INSS case

Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves (1), Maria Meriane Vieira Rocha (2), Marcos Galindo (3)

(1) DataPrev, Av. Presidente Getúlio Vargas, 47 – Centro, João Pessoa – PB, 58013-240, arquivista.saopaio@gmail.com (2) Universidade Federal da Paraíba, Campus I - Lot. Cidade Universitaria, PB, 58051-900, meriane.vieira@gmail.com, (3) Universidade Federal de Pernambuco, Av. Prof. Moraes Rego, 1235 – Cidade Universitária, Recife – PE, 50670-901, galybdo@gmail.com

Resumo

O presente estudo trata da obrigação constitucional do Poder Público no que se refere a proteção dos documentos de arquivo presente na legislação arquivística brasileira. Como estudo de caso relata a experiência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) desde o convênio com o Arquivo Nacional na década de 1980 até a atualidade, contemplando a participação de arquivistas na implantação da política arquivística e no desenvolvimento de sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Apresenta os procedimentos metodológicos e análise dos dados obtidos a partir de respostas aos pedidos de acesso à informação via Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC) bem como a partir de questionário aplicado aos arquivistas admitidos por concurso público para o cargo de analista de seguro social com formação em Arquivologia e que atuam na gestão documental do INSS. Os resultados encontrados demonstram que, não obstante a proteção aos documentos digitais e não digitais está fundamentada na legislação arquivística brasileira, há um longo caminho para que seja capaz de orientar a tomada de decisão nas instituições públicas federais. Concluiu-se que o fazer arquivístico precisa ser contemplado na produção acadêmica, bem como em eventos não só dos profissionais de arquivo, mas também, dos desenvolvedores de sistemas e dos administradores públicos.

Palavras-chave: Gestão de Documentos; Preservação Digital; Legislação Arquivística Brasileira; INSS.

Abstract

The present study deals with the constitutional obligation of the Public Authorities regarding the protection of archival documents present in Brazilian archival legislation. As a case study, report about the experience of the National Institute of Social Security (INSS), from the agreement with the National Archives in the 1980s up to the present, includes the participation of archivists in the implementation of archival policy and the development of computerized archival management systems of documents. It presents the methodological procedures and analysis of data obtained from responses to requests for access to information via the Electronic Citizen Information Service (e-SIC) as well as from a survey applied to archivists admitted by public tendering to the position of analyst of social security with a background in Archivology and that work in the INSS public records management. The results show that, although the protection of digital and non-digital documents is based on Brazilian archival legislation, there is a long way to be able to guide decision making in federal public institutions. It was concluded that archival archiving needs to be considered in academic production as well as in events not only by archival professionals, but also by system developers and public administrators.

Keywords: Document Management; Digital Preservation; Brazilian Archival Legislation; INSS.

1 Introdução

A constituição cidadã de 1988, dentre outros avanços, consolidou importante referencial para o trato arquivístico com a integração ao corpo de deveres do Estado republicano de um conjunto de direitos do cidadão que tangem a curadoria e ao acesso as informações de interesse público que estão sob a custódia dos governos. Este não foi um avanço singular, trata-se da ruptura com uma longa tradição de espírito medieval que sobrevivia no Brasil contemporâneo sobre o couro de uma cultura cartorial e custodialista.

Desde então, a sociedade arquivística organizada, capitaneada pelo Arquivo Nacional e representada por suas instâncias delegadas, vem trabalhando

ininterruptamente para construir um conjunto de normas, leis e diretrizes para regular o funcionamento do setor arquivístico no qual, entes públicos, e agentes da economia mista e privada prestam serviços de utilidade pública. Este pretendido Marco Legal deve ser sustentável e proteger os interesses de preservação e custódia dos registros de memória através das gerações.

As forças contrárias a este movimento também se organizaram para disputar este potencial espaço público e investem contra a cultura do acesso livre à informação que luta para se estabelecer. Este texto, abre uma pequena janela para discussão dos embates e tensões que se dão no microambiente do Sistema Nacional de Previdência Social.

Dessa forma, a legislação arquivística brasileira estabelece a proteção especial aos documentos de arquivo como dever do Poder Público.

Nesse contexto, o recorte temporal para análise da legislação arquivística brasileira limita o período compreendido desde o final da década de 1970 (época em que as profissões de arquivista e de técnico de arquivo foram regulamentadas) até 2019 (momento em que a Medida Provisória MP nº 881/2019 ameaça a proteção aos documentos arquivísticos).

A escolha do objeto empírico deve-se ao fato dos arquivistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)¹ atuarem como especificadores para o desenvolvimento de sistema informatizado de gestão arquivística de documentos em conformidade com o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil)².

De acordo com Chaves (2013, p. 81), a implementação do SIGA³ foi “um passo importante nas organizações públicas, para o alcance da eficiência e eficácia quanto a políticas de gestão da informação e documentação”.

Para a referida autora, “a implementação efetiva da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) nos Ministérios torna-se cada vez mais relevante para consecução das atividades de gestão da informação e documentação” (CHAVES, 2013, p. 83).

A autora reforça ainda que, a Previdência Social é um órgão público federal produtor de grande volume de documentos e informações armazenados em diversos suportes, em sistemas corporativos, processos de trabalho, repositórios pessoais de usuários e que possui “um dos maiores banco de dados do mundo em termos de reconhecimento de direito a benefícios e aposentadorias”, sendo a “segunda instituição no ranking de pedidos de acesso à informação” por meio Lei de Acesso à Informação. (CHAVES, 2012, p. 3)⁴.

Diante do exposto, essa pesquisa tem como hipótese: A legislação arquivística brasileira e o fazer arquivístico do INSS não garantem a proteção aos documentos de arquivo, sejam eles analógicos ou digitais.

¹ O INSS compõe a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), no âmbito do então Ministério da Previdência Social e de suas entidades vinculadas, conforme Portaria MPS nº 59, de 9 de fevereiro de 2015, complementada pela Portaria GM/MPS nº 169, de 30 de abril de 2015, que designa Nicir Maria Gomes Chaves como Coordenadora.

² Instrumento elaborado no âmbito da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos e publicado como anexo à Resolução Conarq nº 25, de 27 de abril de 2007 em primeira versão, atualizado pela Resolução Conarq nº 32, de 17 de maio de 2010 sendo a versão

Ao analisarmos a legislação arquivística brasileira, é possível identificar a responsabilidade do poder público em proteger o documento de arquivo. Nesse contexto, a pergunta norteadora da pesquisa está pautada em: A legislação arquivística brasileira e o fazer arquivístico são capazes de proteger documentos de arquivo na Administração Pública Federal?

Nessa linha, temos como objetivo geral: Analisar a legislação arquivística brasileira, à luz da proteção aos documentos de arquivo e seus reflexos no fazer arquivístico do INSS. Nessa linha de pensamento, como objetivos específicos propomos: Caracterizar o campo arquivístico no INSS; identificar os Instrumentos Legais relativos à proteção dos documentos de arquivo; evidenciar a política arquivística do INSS e descrever o fazer arquivístico dos profissionais do órgão.

Nesse contexto a pesquisa em pauta configura-se como uma revisão de literatura, que trata do levantamento de fontes bibliográficas com o fim de colocar os pesquisadores em contato direto com a literatura publicada e/ou eletrônicas por meio de Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC), além de uma pesquisa de campo a partir da aplicação de questionários e realização de videoconferência com os arquivistas do INSS.

2 Caminhos metodológicos

O presente trabalho foi elaborado por meio de revisão de literatura; levantamento da legislação arquivística brasileira referente à proteção de documentos de arquivo; documentos arquivísticos acessados via e-SIC do Arquivo Nacional e do INSS e questionários aplicados aos arquivistas do órgão.

Nessa perspectiva, para realização desta pesquisa de natureza aplicada, o caminho percorrido para que os objetivos fossem alcançados, foi à adoção da pesquisa documental, exploratória, descritiva e quali-quantitativa, do ponto de vista da forma de abordagem do problema, onde foram organizadas as categorias temáticas ou

1.1. publicada e disponibilizada no sítio do Conarq em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>.

³ O SIGA garante ao cidadão e aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, de forma ágil e segura, o acesso aos documentos de arquivo e às informações neles contidas, resguardados os aspectos de sigilo e as restrições administrativas ou legais.

⁴ CHAVES, Nicir Maria Gomes. O gerenciamento de processos de negócio como instrumento importante no gerenciamento da informação corporativa. Disponível no Lattes da autora: <http://lattes.cnpq.br/9827880575517439>

reuniões de significados semelhantes, visando posterior análise e interpretação, utilizando os dados obtidos.

Inicialmente, foram estabelecidos alguns critérios. O primeiro foi a seleção dos arquivistas que fariam parte da análise. E a partir daí foi feita a aplicação de questionários e videoconferência com os arquivistas do órgão, sendo utilizada a análise de conteúdo no processo de tratamento dos dados coletados, conforme abordado na seção 5.

3 Legislação arquivística brasileira

A legislação arquivística brasileira aborda a proteção a documentos como responsabilidade do poder público, incluindo documentos no rol de bens patrimoniais e define a forma como devem ser protegidos.

No final da década de 1970 as profissões de arquivista e técnico de arquivo foram regulamentadas no Brasil por meio da Lei nº 6.576/1978, especificando as atribuições e definindo as regras para habilitação de tais profissionais.

No mesmo ano, o Sistema Nacional de Arquivo (SINAR)⁵ foi instituído pelo Decreto nº 82.308/1978, com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público com vista ao interesse da comunidade ou pelo seu valor histórico, tendo como órgão central inicialmente o Arquivo Nacional.

A década de 1980 foi marcada pela promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 5 de outubro de 1988, na qual a palavra “documento” aparece 6 (seis) vezes e o termo “arquivo” 1 (uma) vez em todo o texto, destacando-se por assegurar a todos o direito de acesso à informação e considerando a proteção aos documentos como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em seu Art. 23.

Em janeiro de 1991, a assinatura da Lei nº 8.159/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos reforça aspectos relevantes como o direito de acesso a documentos públicos e privados, identificados como de interesse público e a proteção especial a documentos de arquivos, ampliando a responsabilidade do Estado ao determinar como dever do Poder Público a gestão documental.

⁵ O SINAR tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo.

⁶ Conarq é órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), bem como exercer orientação normativa

Como mais um mecanismo de proteção de documentos a referida Lei em seu Art. 9º, estabelece que "a eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público será realizada mediante autorização da instituição arquivística pública na sua específica esfera de competência". (CONARQ, 2017, p. 19-20).

A Lei dos Arquivos foi um marco legal para o estabelecimento da responsabilidade penal, civil e administrativa a quem destruir documentos públicos de valor permanente, porém a tipificação da destruição de arquivos como crime contra o patrimônio cultural e a definição da pena para tal crime só foi prevista no Art. 62 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Apesar da pena de reclusão e multa para quem destruir, inutilizar ou deteriorar arquivo protegido por Lei, com ou sem intenção, não fica claro a que agente público a Lei se aplica: se ao arquivista, ao responsável pela eliminação indiscriminada de documentos, ao chefe imediato, ao dirigente do órgão ou entidade cujos arquivos estão sujeitos à deterioração por infiltração, risco de incêndio ou à ação de insetos e roedores.

Com a finalidade de regulamentar a Lei nº 8.159/1991, o Decreto nº 4.073/2002 estabelece as competências e os membros que compõem o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)⁶. O referido Decreto estabelece a exigência de constituir Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) na Administração Pública Federal, a transferência e o recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional.

No ano seguinte, o Decreto nº 4.915/2003 organizou as atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal em forma de sistema, sob a denominação de Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo – SIGA.

É fato que até 2007, a proteção de documentos de arquivo não tinha sofrido nenhuma alteração por meio de atos legais, quando foi submetido pelo Senador Magno Malta do Partido Liberal do Espírito Santo (PL/ES) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 146⁷, que propunha mudanças significativas no cenário da gestão arquivística em mídia digital. É mister lembrar que esta propositura não foi precedida por nenhuma forma de debate antecedente com a comunidade arquivística, representada pelo Conarq. O referido projeto foi

visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

⁷ O Projeto de Lei do Senado nº 146 propunha novos critérios sobre a digitalização, o armazenamento em meio eletrônico, óptico ou digital, e a reprodução dos documentos particulares e públicos arquivados, de órgãos públicos federais, estaduais e municipais, e de entidades integrantes da administração pública indireta das três esferas de poder político.

remetido à Câmara dos Deputados em 20 de junho de 2017 dando origem o Projeto de Lei nº 7920/2017, que desde então tem sido muito criticado pela classe arquivística.

O PLS nº 146, de 2007, não era uma proposta arquivística, todavia regulamentava a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)⁸ evento de larga repercussão para as atividades arquivísticas.

Demora seu foco na migração de mídia analógica para mídia digital e na autenticação e reprodução.

Estabelece um ciclo de vida com base na noção de utilidade do registro e culmina com o desfazimento (eliminação) de documentos.

Durante o período compreendido entre o PLS nº 146/2007 e o PL nº 7.920/2017, o Decreto nº 7.430/2011 revogou os Decretos nos 1.173, de 29 de junho de 1994; 1.461, de 25 de abril de 1995; 2.182, de 20 de março de 1997 e, 2.942 de 18 de janeiro de 1999 e alterou o Decreto nº 4.073/2002, marcando o retorno da subordinação do Arquivo Nacional e do Conarq ao Ministério da Justiça, substituindo o Chefe da Casa Civil pelo Ministro de Estado da Justiça.

Apesar do direito de acesso à informação já ter sido previsto no Art. 5º, inciso XXXIII da Constituição de 1988 e no Art. 22 da Lei de Arquivos de 1991, somente em 2011 tal direito foi regulamentado pela Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011, com vigência a partir de 2012.

A partir de sua vigência em 2012, a LAI contribuiu para a proteção de documentos de arquivo, uma vez que para dar acesso, os documentos precisam ser organizados e preservados.

O ano de 2012 poderia ter sido considerado um ano de conquista para a legislação arquivística brasileira pelo início de vigência da LAI, todavia, na prática, se caracterizou um ano de risco para a proteção de documentos de arquivos em função da Lei nº 12.682/2012, originada pelo Projeto de Lei da Câmara nº 11/2007, que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.

Embora a ameaça tenha reaparecido em 2019, o dano causado ao patrimônio documental digital em 2012 foi amenizado graças ao veto dos Artigos 2º, 5º e 7º da Lei nº 12.682, 2012, que autorizaria a destruição de documentos originais após digitalização; atribuía o mesmo valor probatório do documento original ao documento digitalizado; permitia a eliminação de documentos digitais após prescrição e equiparava os

efeitos jurídicos do documento digitalizado ao documento microfilmado.

Contribuindo para proteger os documentos desde sua produção e tramitação, a Portaria Interministerial 1.677 de 07 de outubro de 2015 define os procedimentos gerais e desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Ainda no ano de 2015, o uso de sistemas informatizados para a gestão e o trâmite de processos administrativos eletrônicos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foi instituído pelo Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, que dispõe sobre a guarda dos documentos digitais e processos administrativos eletrônicos considerados de valor permanente.

Em 2017 o patrimônio arquivístico voltou a ser ameaçado pelo Projeto de Lei nº 7.920 (originado do PLS nº 146/2007), sendo denominado pela classe arquivística como “PL Queima de Arquivos”, que no momento aguarda parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

O direito de acesso à informação foi ameaçado pelo Decreto nº 9.690 de 23 de janeiro de 2019, alterando o Decreto nº 7.724/2012 que regulamenta a LAI, ampliando a delegação da competência para classificação no grau ultrassecreto e no grau secreto. Porém o Decreto nº 9.716/2019 restabeleceu a redação dada pelo Decreto nº 7.724/2012.

No entanto, os danos amenizados pelos vetos à Lei nº 12.682/2012, voltaram a ameaçar a proteção aos documentos arquivísticos por meio da Medida Provisória nº 881/2019, que iguala o efeito jurídico e o valor probatório de documentos digitalizados aos dos documentos microfilmados, autorizando a eliminação de originais, podendo ser utilizada para justificar eliminação de documentos públicos e privados após a digitalização, apesar de ressaltar em seu Art. 11 § 1 que os “documentos de valor histórico, cuja preservação observará o disposto na legislação específica”. (BRASIL, 2019).

Quando tais ameaças à proteção do patrimônio documental são fundamentadas em instrumentos legais, a comunidade arquivística, organizada em associações, conselhos e grupos de ensino e pesquisa, precisa buscar soluções teóricas e práticas. As medidas existentes, até o presente momento para proteger os documentos arquivísticos, especificamente os digitais, serão abordadas no tópico seguinte.

⁸ ICP-Brasil é uma cadeia hierárquica e de confiança que viabiliza a emissão de certificados digitais para identificação virtual do cidadão.

3.1 Proteção ao documento digital

Com a finalidade de definir a política nacional de arquivos públicos e privados, exercendo orientação normativa para gestão documental e proteção especial aos documentos de arquivo, o Conarq é composto por plenária, câmaras técnicas, câmaras setoriais e comissões especiais, conforme Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

No período de 2004 a 2006, a Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conarq elaborou a Parte I e a seção “Aspectos de funcionalidade” e na Parte II “Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos (e-ARQ Brasil) que foi apresentado à comunidade arquivística por meio da Resolução Conarq nº 25, de 27 de abril de 2007 e atualizado entre 2007 e 2009 com inserção do esquema de metadados, que complementa a Parte II, conforme Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010. (e-ARQ Brasil, 2011, p. 9).

Um Sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD)⁹ “tem que ser capaz de manter a relação orgânica entre os documentos e de garantir a confiabilidade, a autenticidade e o acesso, ao longo do tempo, aos

documentos arquivísticos, ou seja, seu valor como fonte de prova das atividades do órgão produtor.” (CONARQ, 2011, p. 11).

Entendendo como proteção a garantia de manutenção das qualidades arquivísticas do documento pelo prazo necessário, o quadro a seguir visa demonstrar como os requisitos de um SIGAD pode mitigar os riscos de perda de qualidade de acervos arquivísticos digitais:

QUALIDADE	REQUISITOS
Acessibilidade	Um SIGAD tem que fornecer facilidades para pesquisa, localização e apresentação dos documentos.
Autenticidade	Um recurso de fluxo de trabalho de um SIGAD tem que ser capaz de registrar o status de transmissão do documento, ou seja, se é minuta, original ou cópia.
Confiabilidade	A infraestrutura de um SIGAD deve prever o uso de técnicas para garantir maior confiabilidade e desempenho.
Organicidade	Um SIGAD tem que incluir e ser compatível com o plano de classificação do órgão ou entidade.
Unicidade	Um SIGAD tem que manter o identificador único do documento, e o

⁹SIGAD é um conjunto de procedimentos e operações técnicas, característico do sistema de gestão arquivística de documentos, processado por computador. Pode

	controle de versões tem que ser registrado em metadados específicos.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa com base no e-ARQ Brasil, 2019.

A Resolução Conarq nº 39, de 29 de abril de 2014, alterada pela Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015, estabelece diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do SINAR.

De acordo com o Conarq (2015, p. 9), um repositório arquivístico digital, responsável por armazenar e gerenciar documentos, deve “proteger as características do documento arquivístico, em especial a autenticidade (identidade e integridade) e a relação orgânica entre os documentos”.

Segundo o Conarq (2015, p. 19), “um repositório que segue a norma OAIS é constituído por pessoas e sistemas com a responsabilidade de preservar a informação e torná-la disponível”. O modelo conceitual definido pela ISO 14721 (Open Archival Information System) “é uma recomendação internacional desde 2003” [...], que “no Brasil foi adaptado e publicado como norma ABNT NBR 15472: 2007, sob o título Sistema Aberto de Arquivamento de Informação (SAAI)”.

Nesse contexto, a proteção das características de autenticidade e organicidade do documento arquivístico, possibilitando o acesso em longo prazo é garantida pelo RDC-Arq. Em relação à característica de confiabilidade Flores, Rocco e Santos (2016, p. 122), afirmam que:

Quando abordamos a característica confiável do repositório arquivístico digital, estamos falando que estes repositórios precisam ser auditados e certificados, e, nesse cenário, a resolução n. 43 do Conarq deixa clara a sua posição quanto à adoção da ISO 16.363:2012.

No contexto da política de repositórios, Gonzalez (2017) considerou a Norma ISO 16363:2012 (Space data and information transfer systems - Audit and certification of trustworthy digital repositories), citada por Flores, Rocco e Santos (2016, p. 122) e a Resolução Conarq nº 39, de 29 de abril de 2014, alterada pela Resolução Conarq nº 43, de 04 de setembro de 2015, também mencionada pelos referidos autores, como objeto de estudo para identificar e categorizar as recomendações, para que o arquivista possa mensurar o nível de confiabilidade de um Repositório e adequá-lo para certificação, concluindo que:

compreender um software particular, um determinado número de softwares integrados, adquiridos ou desenvolvidos por encomenda, ou uma combinação destes. (e-ARQ Brasil).

os estudos dos Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis ainda são poucos na vertente da certificação, pois as discussões, na área da Ciência da Informação, são mais frequentes no que se refere à Curadoria Digital e à utilização de software. (GONÇALEZ, 2017, p. 238).

Partindo desse pressuposto, Flores e Luz (2017, p. 6) afirmam que:

A cadeia de custódia, um conceito jurídico que reforça a confiança na autenticidade, na guarda e proteção, é fundamental e complementar à Cadeia de Preservação focada nas atividades de produção, manutenção, avaliação e preservação digital em todo o ciclo de vida.

Diante do estado da arte, a proteção de documentos arquivísticos digitais, desde a produção de documentos natos digitais, bem como da captura de documentos digitalizados, até a destinação final de guarda permanente, requer não apenas um SIGAD como também um RDC-Arq.

4 O Instituto Nacional De Seguridade Social (INSS): Breve Histórico

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi criado em 27 de junho de 1990, por meio do Decreto nº 99.350, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), como autarquia vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Compete ao INSS a operacionalização do reconhecimento dos direitos dos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) que abrange a mais de 50 milhões de segurados e aproximadamente 33 milhões de beneficiários em 2017.

O INSS caracteriza-se, portanto, como uma organização pública prestadora de serviços previdenciários para a sociedade brasileira. É nesse contexto e procurando preservar a integridade da qualidade do atendimento a esse público que o Instituto vem buscando alternativas de melhoria contínua, com programas de modernização e excelência operacional, ressaltando a otimização de resultados e de ferramentas que fundamentem o processo de atendimento ideal aos anseios dos cidadãos.

Como objeto de estudo, o INSS é um órgão com a capilaridade, forte papel social, integrante do SINAR, representado na subcomissão do SIGA, principal cliente de uma empresa de tecnologia da informação que desenvolveu um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) em conformidade com o e-ARQ Brasil e possui uma equipe formada por arquivistas qualificados.

¹⁰ Fonte: Processo_08000.006684_88_80_2, disponibilizado pelo Arquivo Nacional, em atendimento ao pedido de acesso à informação via e-SIC.

4.1 O fazer arquivístico no INSS: do rato ao mouse

Para descrever o fazer arquivístico no INSS, desde quando o rato roeu o arquivo do órgão em 1996 até os dias atuais em que o *mouse* passou a ser usado como ferramenta na produção de documentos arquivísticos digitais, foi resgatada a matéria de página inteira publicada em 25 de agosto de 1996 no caderno Economia/Sindical do jornal O Dia cuja manchete denunciava: “Rato roeu o arquivo do INSS: no prédio de Cordovil, documentos de aposentados sofrem ação de ratos, inundações e abandono”.

Embora o corpo da notícia mencionasse o projeto de recuperação de arquivos que o então Ministério da Previdência Social pretendia desenvolver em todo o país, a matéria jornalística também destacou que: “mesmo depois do trabalho em tempo integral de 23 funcionários e técnicos do INSS, desde o dia 16 de julho o arquivo ainda parece um depósito de lixo”.

Apesar do caráter sensacionalista da manchete, é importante observar que a notícia foi publicada 8 (oito) anos depois da Constituição, que preconiza a proteção aos documentos como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; 6 (seis) anos após a assinatura da Lei nº 8.159/1991, que estabelece a proteção especial a documentos de arquivos e a gestão documental como dever do Poder Público e mais de 10 (dez) anos depois da publicação do Decreto nº 90.740, de 20 de dezembro de 1984, que dispõe sobre o Grupo - Arquivo do Serviço Civil da União.

A data de publicação da matéria (25/08/1996) é posterior também ao convênio firmado para implantação do programa de modernização arquivística do então Instituto Nacional de Previdência Social (Pro-ARQ)¹⁰, visando o estabelecimento de um projeto de trabalho que garantisse melhores condições de tratamento arquivístico para o seu acervo documental, conforme mencionado por Jardim (1987, p. 41):

Ao contrário dos países onde a gestão de documentos se desenvolveu como teoria e prática, no Brasil são os arquivos públicos que, com vistas à sua modernização, se dirigem à administração pública com projetos que objetivam a adoção de elementos básicos da gestão de documentos. É o caso do Arquivo Nacional, ao realizar uma experiência piloto no Minagri e que atualmente desenvolve um projeto semelhante na Superintendência do Rio de Janeiro e na Direção-Geral do I.N.P.S.

Para Jardim, o sucesso da aplicação de um programa mínimo de gestão de documentos conforme proposta da Unesco, capaz de sistematizar a avaliação e o recolhimento de documentos, “pressupõe obrigatoriamente o reconhecimento pela administração pública de suas necessidades básicas nesta área e de

atitudes governamentais transformadoras”. (JARDIM,1987, p. 41).

O projeto do INPS, reconhecido por seu ineditismo na administração pública brasileira, fez parte do Programa de Modernização do Arquivo Nacional e criou forte comprometimento das duas instituições com os resultados que prometiam melhores condições de acesso às informações governamentais tanto pelo administrador público, como pelo cidadão, em conformidade com o recente direito constitucional.

Ocorrendo em momento oportuno para solucionar a problemática arquivística antes da criação do SIGA, o que só ocorreria em 2003, o referido projeto possibilitou a produção de conhecimento específico para o tratamento de grandes massas documentais em acervos públicos.

Tecnicamente coordenado pelo Arquivo Nacional, especificamente pela Divisão de Pré-Arquivo, o Projeto contou com uma equipe interdisciplinar formada por 58 técnicos de nível médio e superior para realizar atividades arquivísticas na Direção Geral e na Superintendência Regional do Rio de Janeiro do INPS, constituindo duas grandes frentes de trabalho: uma responsável por conhecer os problemas arquivísticos do órgão e a outra para realizar o levantamento de dados sobre a evolução administrativa e legislativa da Previdência Social no Brasil.

Ao relatar à Direção do INPS, as dificuldades para realizar o trabalho junto aos depósitos, em função da “precariedade de suas instalações físicas”, a Coordenação do Projeto forneceu por meio de parecer técnico, subsídios para que a Secretaria de Administração do INPS iniciasse obras no depósito do bairro Benfica, no estado do Rio de Janeiro com término previsto para março de 1988. A experiência oriunda da estratégia de realização de projeto piloto neste depósito possibilitou a definição de uma metodologia a ser aplicada posteriormente nas demais unidades.

Além da consultoria do Arquivo Nacional, o percurso do rato ao mouse perpassa pela atuação de arquivistas do INSS que atuaram no período em que a matéria foi publicada, como também pelos que se encontram em atividade no órgão no momento da pesquisa. Respeitando o lugar de fala dos arquivistas do INSS, foi realizada coleta de dados, conforme demonstra a sessão 4.

Na década de 1990, o sistema ARCO foi desenvolvido inicialmente, por servidores do órgão, disseminado informalmente por meio de disquetes e, posteriormente integrado e mantido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev). Porém, com o crescimento da base de dados passou a apresentar problemas de performance e, portanto, não chegou a ser implantado oficialmente na instituição. No entanto algumas de suas funcionalidades foram utilizadas para o

desenvolvimento do Módulo Arquivo do Sistema Informatizado de Protocolo da Previdência Social (SIPPS) utilizado atualmente.

O Comitê Executivo de Deliberação do Sistema de Documentação e Informação do INSS (CEDIN) instituído pela Resolução INSS/PR nº 192, de 21 de dezembro de 1993, revogada pela Resolução nº 228/PRES/INSS, de 23 de julho de 2012, foi responsável por criar e implantar a política arquivística no INSS. No entanto, foi descontinuado e suas atribuições foram incorporadas às atividades da Divisão de Gestão de Documentação e Informação – DGDIN.

Fundamentado na Lei de Arquivos, no Decreto nº 1.094/1994 que dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG), nas Resoluções Conarq nº 4 e 7 (revogadas) e em atos normativos do órgão, o Manual de Procedimentos Arquivísticos do INSS, elaborado pelo CEDIN com o objetivo de disciplinar e uniformizar os procedimentos administrativos relativos a gestão arquivística de documentos, foi aprovado pela Resolução DC nº 70 de 11 de outubro de 2001, que também deliberou a alteração da denominação Arquivo Geral para Centro de Documentação Previdenciária.

No mês seguinte, foi implantado o SIPPS, fundamentado no direito de acesso e na regulamentação do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal adotando o número único de processos (NUP).

Por meio da Resolução INSS/DC nº 124 de 8 de novembro de 2003, o INSS tomou a decisão de adotar os prazos de guarda e destinação de documentos em conformidade com a versão revista e ampliada o Código de Classificação de Documentos de Arquivo e da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividade meio, instituída pela Resolução Conarq nº 14, de 24 de outubro de 2001. O referido ato administrativo do órgão também delegou competência ao CEDIN para representar o INSS junto ao Conarq e em todo e qualquer evento relacionado ao SINAR.

Entendendo que as rotinas relativas à atuação e tramitação de processos, expedição de documentos, protocolo, estão incluídas no conceito de gestão documental, a Resolução INSS/PRES nº 48, de 21 de dezembro de 2007, aprovou o Manual de Procedimentos e Rotinas de Documentação, Protocolo e Expedição.

No período de 2008 a 2011 o INSS implantou os Centros de Documentação Previdenciária (CedocPrev) em todas as Gerências Executivas e Administração Central e estruturou os serviços da Central de Atendimento a Pesquisas Processuais (Capture) em todas as Unidades do CedocPrev.

Segundo Chaves (2012, p. 7)¹¹, “em 2010 a Previdência Social desenvolveu o Sistema de Diagnóstico de Processos e Produção Documental (SDPD)” [...] que é “composto de 6 (seis) módulos, atende os requisitos do Arquivo Nacional quanto a avaliação da produção documental, subsidia a construção do Código de Classificação dos Documentos e da Tabela de Temporalidade”.

A Resolução PRES/INSS nº 166 de 11 de novembro de 2011, fundamentada na legislação arquivística instituiu o Processo Eletrônico no âmbito do INSS e, no mesmo ano, o então Ministério da Previdência Social instituiu, por meio da Portaria nº MPS/GM 678, de 07 de dezembro de 2011, o Projeto de Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social (GIC), que tem como uma das principais finalidades a implementação de política de gestão da informação e documentação no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas.

De acordo com o inciso IV, Art. 9º da Portaria MPS Nº 751, de 29 de dezembro de 2011, compete a Divisão de Inovação Institucional e Gerenciamento de Processos (DINOV) acompanhar e avaliar a política de gestão documental e da informação corporativa, no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas.

A Política de Gestão de Documentos e Informação do INSS foi aprovada pela Resolução PRES/INSS nº 228 de 23 de julho de 2012, fundamentada na legislação arquivística brasileira.

Em 2013 a DGDIN criou o Projeto de Organização dos Arquivos do INSS com o objetivo de organizar as massas documentais acumuladas nos Arquivos Setoriais e CedocPrev's, sendo transformado em atividade no âmbito da Divisão.

Para orientar, coordenar e deliberar sobre o processo de análise, avaliação e seleção de documentos, estabelecendo prazos de guarda e destinação final do acervo produzido e recebido no âmbito do INSS, a Portaria PRES/INSS nº 1.501 de 19 de dezembro de 2014, constituiu a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) e aprovou o seu Regimento Interno.

Os arquivistas do INSS participaram do levantamento de requisitos e da implantação do SIPPS, desenvolvido e mantido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), bem como das reuniões de especificação e homologação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) denominado pela Dataprev como “e-DOC”, desenvolvido em atendimento ao Decreto nº 8.539/2015, à Portaria Interministerial 1.677/2015 e com base nos

requisitos obrigatórios do e-ARQ Brasil. Nessa perspectiva, Chaves (2013, p. 84) destaca que,

Um passo decisivo que fortalece a gestão da informação e documentação na Previdência Social está no investimento em ferramenta com base na Arquitetura Orientada a Serviços (SOA), que está em desenvolvimento pela Dataprev: o Sistema Eletrônico de Gestão da Informação e Documentação (e-DOC). O desenvolvimento segue a Resolução nº 32/2010, que dispõe sobre a inserção dos Metadados e o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil, bem como agrega outras funcionalidades de integração com outros sistemas de negócio e ferramentas de *Business Process Management Suite* - BPMS, sistema que automatiza a gestão de processos de negócio (modelagem, execução, controle e monitoração).

No entanto, apesar do e-Doc ter sido construído com base nos requisitos específicos da Previdência, identificados pelos arquivistas do INSS, PREVIC, então Ministério da Previdência Social e Dataprev, a Diretoria do órgão optou por implantar o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), que na sua forma atual não é um SIGAD de acordo com as considerações do GT SEI Avaliação. (Arquivo Nacional, 2015).

5 Coleta e análise dos dados

A coleta de dados iniciou-se com a resposta do INSS ao pedido de acesso à informação indicando a relação de servidores, esta relação está disponibilizada na Internet, que filtrando pela coluna relativa às categorias funcionais de “arquivista” e “técnico de arquivo” apontou para 19 profissionais, sendo 13 arquivistas e 6 (seis) técnicos de arquivo. No entanto, em uma segunda consulta, o INSS informou que a Lei nº 7.446/1985 estabelecia como critério para reenquadramento como Arquivista, ao ocupante de cargo ou emprego do PCC com diploma de curso superior em arquivologia ou habilitação legal equivalente.

Diante desse fato, novo pedido de informação foi gerado solicitando identificação de arquivista com formação em Arquivologia que tenha atuado no órgão por ocasião da década de 1990. A resposta indicou um arquivista contratado em 1983 e desligado em 2008, tem formação em Arquivologia (Unirio, 1982) e Biblioteconomia e Documentação (Unirio, 1985), sendo denominado como o Respondente de número zero (R0).

Em relação aos arquivistas que continuam atuando no órgão, a resposta indicou o Edital de Concurso Público, nº 01, de 26/12/2007, o qual contratou 7 (sete) arquivistas, dos quais 5 (cinco) continuam na ativa, todos formados em Arquivologia pela Universidade de Brasília (UnB), denominados de R1 a R5.

¹¹ CHAVES, Nicir Maria Gomes. O gerenciamento de processos de negócio como instrumento importante no

gerenciamento da informação corporativa. Disponível no Lattes da autora: <http://lattes.cnpq.br/9827880575517439>

As perguntas endereçadas a R0 resgatam a memória da gestão documental do INSS na década de 1990 e as perguntas relativas ao momento atual constam apenas do questionário aplicado aos respondentes R1, R2, R3, R4 e R5.

Em resposta a questão: Qual a principal contribuição da consultoria do Arquivo Nacional para a gestão documental do órgão? -, R0 indicou o levantamento dos atos constitutivos possibilitando a compreensão do fundo INPS e mencionou que em 1992 o órgão contratou a consultoria do Professor Luís Carlos Lopes, que contribuiu para a criação do Comitê Executivo de Deliberação do Sistema de Documentação e Informação do INSS (CEDIN) - órgão central de deliberação e decisão em matéria de gestão de documentos e informação do INSS, onde o R0 atuou no período de 1996 a 2008, tendo capacitado mais de 2.000 (dois mil) servidores, atuando como vice-presidente da Subcomissão do SIGA no âmbito do então Ministério da Previdência Social e participando de reuniões com a Diretoria do INSS.

Para a pergunta - qual a principal contribuição do arquivista para o processo de gestão documental do INSS? -, as respostas foram as seguintes:

R0: projeto caixa na estante, Cedocprev, Capture, capacitação, plano de classificação, tabela de temporalidade, SIPPS, Manual de Procedimentos Arquivísticos e modelação de processos de gestão documental para alimentar o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos (GED).

R1: Recuperação das informações, preservação da memória institucional, tomada de decisões, qualidade dos serviços prestados a sociedade, entre outros.

R2: A principal contribuição do profissional arquivista é manter as informações arquivísticas acessíveis observando os princípios da confiabilidade, autenticidade e integralidade visando o devido cumprimento da missão institucional do órgão: reconhecimento do direito do cidadão.

R3: Não respondeu

R4: Acompanhar se as diferentes áreas estão realizando seus trabalhos e planejando seus novos sistemas respeitando a política de gestão documental e os normativos existentes, atuando de maneira a orientar e conscientizar sobre a importância da gestão documental na preservação da memória da instituição.

R5: Possibilitar o acesso à informação do segurado, dando respaldo para a concessão de benefício e atendimento ao cidadão.

Ao considerar “recuperar informação” (R1); “manter informações acessíveis” (R2) e “possibilitar o acesso à informação” (R5) como contribuições do arquivista ao INSS, os respondentes vão de encontro ao diagnóstico

de Eastwood & Macneil (2016, p. 196) quando afirma parecer que “nem todos os arquivistas compreendem a dimensão da importância de atender a um usuário”.

Ao serem questionados se participam de reuniões com a Diretoria do INSS, R1, R2 e R3 responderam sim o que demonstra certo grau de influência dos arquivistas junto à tomada de decisão estratégica.

Em relação a pergunta – ministra treinamento? -, com exceção de R3 que não informou, todos os demais responderam “sim”.

De acordo com 100% das respostas, o INSS possui política arquivística e esta é aplicada, no entanto só R2 e R5 apontaram os aspectos que comprovam sua aplicação destacando Cedocprev, CPAD e subcomissões de avaliação de documentos (SAD’s).

Para 100% dos respondentes o INSS possui código de classificação de documentos arquivístico, embora apenas 80% afirme que os documentos são classificados na origem. Tal divergência na resposta foi esclarecida durante a videoconferência, de forma que a resposta “sim” se refere a “origem” como momento da seleção de documentos para destinação e a resposta “não” associa “origem” à produção de documentos.

De acordo com 100% das respostas, o órgão instituiu CPAD e os 5 (cinco) arquivistas lotados na área de gestão documental participam da referida comissão.

Todas as repostas informam que o INSS possui Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos (TTDD) e realiza eliminação de documentos com aprovação do Arquivo Nacional.

Os 5 (cinco) respondentes afirmaram que o órgão possui manual de procedimentos arquivísticos e adota o utilizam o SIPPS para tramitação de documentos avulsos e processos.

A pesquisa verificou que 60% dos respondentes colaborou com levantamento de requisitos para desenvolvimento de SIGAD desenvolvido pela Dataprev e 40% afirmou participar de reuniões semestrais com a diretoria do órgão cuja a pauta inclui gestão e preservação de documentos.

A participação dos respondentes em eventos da área de Arquivologia foi sinalizada em 100% das respostas, mas a unanimidade torna evidente que o órgão não paga nem reembolsa valores de inscrição, passagens e hospedagem.

Durante a videoconferência os arquivistas do INSS afirmaram que não publicaram trabalho científico sobre o fazer arquivístico do órgão, o que reforça a afirmativa de Souza (2011, p. 37) de que “a literatura arquivística brasileira apresenta pouca produção sobre o mercado de trabalho e a relação com seus agentes”.

Diante do exposto, espera-se que o presente trabalho possa incentivar a produção científica do fazer arquivístico tanto para os arquivistas do INSS como para os profissionais que atuam nos arquivos das demais instituições.

5 Considerações finais

A Constituição Federal e a Lei de Arquivos estabelecem a gestão documental e a proteção a documentos de arquivo como dever do poder público, mas a presente pesquisa aponta que há um longo caminho para que as instituições públicas federais cumpram plenamente a legislação.

Muitos avanços têm sido alcançados pelo INSS desde a notícia que comparou um de seus arquivos a um depósito de lixo submetido à ação de ratos, inundações e abandono, uma vez que a pesquisa evidenciou uma política arquivística fundamentada na legislação arquivística brasileira e seus instrumentos arquivísticos constituem um forte arcabouço para promoção da gestão e preservação dos documentos arquivísticos analógicos e digitais, garantindo o direito constitucional de acesso à informação, a transparência pública e a proteção ao patrimônio documental.

Outro ponto que precisa de destaque é quanto à proteção de documentos arquivísticos digitais, que embora não sofram ameaças da ação de ratos, baratas, mofos, entre outros, correm o risco de comprometer a qualidade de acessibilidade, organicidade, unicidade, confiabilidade e autenticidade. Nesse aspecto, o estado da arte da Arquivologia nacional e internacional apresenta como solução a adoção de SIGAD e RDC-Arq.

Visando mitigar o impacto de decisões gerenciais equivocadas à proteção de documentos de arquivo, o presente estudo apresenta as seguintes recomendações:

- ✓ aumento da visibilidade do arquivista nas instituições públicas federais, por meio de participação em reuniões de Diretoria, elaboração de relatórios gerenciais, indicadores de desempenho e pareceres técnicos para subsidiar a tomada de decisão gerencial em relação à gestão e preservação de documentos arquivísticos analógicos e digitais;
- ✓ publicação de artigos científicos evidenciando o fazer arquivístico e apresentação não restrita aos eventos acadêmicos da área de Arquivologia, mas ampliando a participação para em eventos de outras áreas como Tecnologia da Informação e Gestão Pública;
- ✓ participação de representantes das empresas públicas de tecnologia da informação na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conarq, visando o desenvolvimento de SIGAD e RDC-Arq a ser

disponibilizado para todas as instituições públicas federais;

- ✓ articulação política para influenciar parlamentares na elaboração e votação de projetos de lei que possam ameaçar a proteção dos documentos arquivísticos analógicos e digitais.

Concluindo que o fazer arquivístico e a legislação arquivística brasileira não são suficientes para garantir proteção aos documentos arquivísticos analógicos e digitais das instituições públicas federais, a exemplo do INSS, o presente estudo defende o fortalecimento da política arquivística nacional como subsídio para elaboração de políticas arquivísticas institucionais de alto nível contemplando a adoção de modelos conceituais aprovados pela Arquivologia Nacional no que tange à produção, gestão e preservação de documentos de arquivo.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2019.
- BRASIL. **Decreto-lei 4.915, de 12 de dezembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4915.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.
- BRASIL. **Decreto-lei 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 2 de mar. 2018.
- BRASIL. **Lei 12.682, de 9 de julho de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12682.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 6.576, de 30 de setembro de 1978**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6576-30-setembro-1978-365832-norma-pl.html>. Acesso em: 20 maio, 2019.
- BRASIL, **Medida provisória nº 881 de 30 de abril de 2019**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

2022/2019/Mpv/mpv881.htm. Acesso em: 24 maio, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. **Evolução dos sistemas de documentação, informação e informática da administração pública federal: SISG - SINAR - SISP - SIGA**. Rio de Janeiro, 2015.

CHAVES, Nicir Maria Gomes. **O Gerenciamento da informação corporativa na previdência social: um desafio para excelência dos serviços prestados à sociedade**. Dissertação de Mestrado. (Máster en Dirección y Gestión de los Sistema de Seguridad Social impartido conjuntamente por la Organización Iberoamericana de Seguridad Social y la Universidad de Alcalá), Madri - España, 2013.

CONARQ. **Legislação arquivística brasileira e correlata**. In: CONARQ. Coletânea da Legislação Arquivística Brasileira e Correlata, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/coletanea-da-legislacao-arquivistica-e-correlata.html>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CONARQ. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/e-arq.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2019.

FLORES, Daniel; ROCO, Brenda Couto de Brito; SANTOS, Henrique Machado dos. Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 117-132, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2017/3932-1484338245.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GONÇALEZ, Paula Regina Ventura Amorim. Recomendações para certificação ou medição de confiabilidade de Repositórios Arquivísticos Digitais com ênfase no acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 1, p 215-241, jan./dez., 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28777>. Acesso em: 24 jul. 2019.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul./dez., 1987. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/media/v.2,n.2,jul.d ez.1987.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

LUZ, Charles; FLORES, Daniel. Cadeia de custódia e de preservação: autenticidade nas plataformas de gestão e preservação de documentos arquivísticos. In. SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS, 4., 2016, São Paulo. **Artigo eletrônico**. p. 171-181. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/105-397-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/105-397-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisitação conceitual necessária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivística, visibilidade profissional: formação, associativismo e Mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011

A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança

A language of the unspeakable: contributions to the organization of dance collections

Ivana Bittencourt dos S. Severino (1)

Ricardo Coutinho Melo (2)

(1 e 2) UFBA, Salvador/BA, ivana@casaberta.com.br; ricardocoutinho@live.com

Resumo

Este artigo é um recorte da pesquisa intitulada *Passos da dança: um estudo dos tipos documentais do arquivo pessoal de Lia Robatto*, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, a qual buscou analisar como a metodologia de identificação dos tipos documentais, fundamentada nos parâmetros da diplomática contemporânea, aplicada nos conjuntos documentais referentes a Dança, permite compreender as peculiaridades desse tipo de acervo e, dessa forma, contribuir no tratamento e no uso das peças documentais. Adota como método o estudo de caso, no contexto de uma pesquisa empírica descritiva, tendo como categorias de análise os elementos pertinentes à identificação dos tipos documentais mais recorrentes na área de Dança. Como resultado, apresenta a identificação de alguns tipos documentais e seu agrupamento em um quadro de categorias documentais, de modo a contribuir para a organização, a disseminação e a preservação de acervos de dança.

Palavras-chave: Arquivo pessoal; Identificação arquivística; Tipologia Documental; Dança; Lia Robatto.

Abstract

This article is a cross-section of the research entitled *Steps of Dance: a study of the documentary types of the personal archive of Lia Robatto*, developed under the Post-Graduation Program in Information Science of the Federal University of Bahia, which sought to analyze how the methodology of identification of documentary types, based on the parameters of contemporary diplomacy, applied in the documentary sets related to Dance, allows to understand the peculiarities of this type of collection and, therefore, to contribute in the treatment and use of documentary pieces. As case study method, in the context of a descriptive empirical research, the categories of analysis are the elements pertinent to the identification of the most recurrent document types in the area of Dance. As a result, it presents the identification of some documentary types and their grouping in a category of documentary categories, in order to contribute to the organization, dissemination and preservation of dance collections.

Keywords: Personal file; Archival identification; Documentary Typology; Dance; Lia Robatto.

1 Introdução

Os primeiros registros de dança podem ser observados nos estudos iconográficos das culturas antigas, como nas pinturas em parede das dinastias egípcias, nos vasos da Grécia Antiga ou nas inúmeras pinturas rupestres encontradas no Brasil. No entanto, as primeiras “descrições verbais das danças foram encontradas na Índia”, aproximadamente no início da era cristã. Mas, é na Europa, durante os séculos XVI e XVII, “que muitos estudos da dança foram escritos em formulário de descrições frequentemente acompanhados por ilustrações” (TRINDADE; DO VALL/E, 2007, p. 201).

No início dos anos 1920, com o aumento da produção e dos estudos em dança ela passa a ser considerados uma disciplina acadêmica. No final do século XX, esses estudos são parte integrante de muitos programas de artes e humanidades das universidades, como é o caso do Brasil.

É nesse contexto que localizamos a Escola de Dança da UFBA – pioneira no Brasil a oferecer curso de

graduação em Dança –, a inserção de Lia Robatto no universo da Dança Moderna e o estudo dos tipos documentais de seu acervo. Como ela mesmo afirma:

sinto-me na obrigação de registrar as minhas experiências profissionais como forma de contribuir para a Memória da Dança Moderna no Brasil, já que faço parte da primeira geração de coreógrafos contemporâneos que aqui nasceram, se formaram e aqui realizam as suas produções”. (ROBATTO, 1994, p. 23)

A Dança Moderna surge no início do século XX, e seus pioneiros procuravam maneiras modernas, pessoais e subjetivas de expressar como se sentiam através da dança, buscando a manifestação extrema dos sentimentos através dos movimentos corporais. Diferentemente do Balé Clássico, que tem seu vocabulário bem definido, com código aceito internacionalmente, a Dança Moderna dificilmente terá uma linguagem universal (ROBATTO, 2017). Para ela,

a “dança é a linguagem do indizível¹², daquilo que é difícil decifrar concretamente e que se perde no tempo, salvaguardando os seus múltiplos significados” (ROBATTO, 1994).

Essa característica da Dança Moderna, ainda segundo Robatto (2017), se reflete nos estudos teóricos da área e na dificuldade de adoção de uma terminologia apropriada capaz de codificar todas as novas experimentações que cada coreógrafo desenvolve em seus estudos cênicos. Segundo a autora, “a imposição de uma terminologia muito rígida [...] para definir os movimentos, pode implicar numa limitação criativa [...] restringindo todas as inumeráveis possibilidades do corpo a um repertório restrito de passos convencionais” (ROBATTO, 1994, p. 27).

Por isso, a busca de uma terminologia apropriada para a Dança Moderna é tão difícil, pois envolve conceitos estéticos adotados apenas por curtos períodos e em constante processo de modificação.

Nós, profissionais da Dança Moderna vivemos adotando termos provisórios para designar os detalhes técnicos de cada trabalho específico; termos que se restringem a atender às necessidades de grupos fechados, mas que estão longe de absorver todo o universo da dança [...]. (ROBATTO, 1994, p. 28-29)

Essa adoção de termos provisórios foi a primeira dificuldade encontrada na organização do acervo de Lia Robatto. Para decifrar esse universo de tipos documentais produzidos e acumulados pela artista, fez-se necessário uma identificação criteriosa de cada item documental, assim como, pesquisas bibliográficas e, também, muitas conversas com a titular para buscar nomear, da maneira mais representativa possível, aquele documento a partir da compreensão da atividade que o gerou.

Segundo Rodrigues (2012), a Identificação Arquivística é uma ferramenta metodológica, pautada nos parâmetros da Diplomática Contemporânea, que nos permite investigar a gênese documental a partir do diagnóstico elaborado sobre o documento arquivístico e seu órgão produtor e, assim, revelar os vínculos de proveniência e organicidade, seja em fase de produção ou de acumulação.

Para Heredia Herrera (2007), os tipos documentais não são estáveis [...], podendo desaparecer e evoluir frente às transformações sociais e tecnológicas, contudo não podemos perder de vista os primeiros nomes reconhecidos, considerando que, como tal, deverão ser atualizados a cada novo arquivo organizado.

[...] a sobrevivência de todo o trabalho da dança depende do que está sendo preservado com a tradição ou do que está

sendo escrito em algum formulário, no qual a tradição é contínua e ininterrupta, [...]. Mas quando uma tradição é quebrada (se, por exemplo, as tradições culturais de um grupo étnico misturam-se nas de outro), as danças que seguem podem, não somente mudar radicalmente, mas podem mesmo desaparecer. Por esta razão, os métodos de registro da dança são importantes na preservação de sua história. (TRINDADE; DO VALLE, 2007, p. 202)

Nesta análise discursiva, buscamos estudar os métodos de registro utilizados por Robatto, entendendo, como ela mesmo afirma, que cada “coreografia tem seu método muito particular, e cada coreógrafo desenvolve o seu método de trabalho” (ROBATTO, 1994, p. 28). Essa linguagem própria da Dança Moderna dificulta nomear os movimentos e as composições coreográficas. Porém, no contexto de criação dos espetáculos foi possível identificar algumas etapas do processo criativo e, dessa forma, mapear os tipos documentais produzidos no exercício dessa atividade.

De acordo com Camargo (2009, p. 28), arquivos pessoais não nascem para cumprir uma finalidade histórica e cultural – o que pode vir a ocorrer – mas, sim, com uma funcionalidade, resultado das atividades desenvolvidas pela pessoa que os acumula. Portanto, são conjuntos orgânicos e autênticos, podendo apresentar uma variedade de tipos documentais e contextos de produção diversos, como é o caso que aqui apresentamos.

2 Dialogando com a Dança

Lia Robatto nasceu em 16 de janeiro de 1940 na cidade de São Paulo. Sua formação inicial se deu com as pioneiras da Dança Contemporânea no Brasil, a polonesa Yanka Rudzka e a húngara Maria Duschenes, ambas oriundas da linha de Dança Moderna germânica (dança expressiva e escola Rudolf Von Laban). Em 1957, a convite de Yanka Rudzka, Lia veio para a Bahia exercendo as funções de primeira bailarina do recém-criado Conjunto de Dança Contemporânea da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e como assistente de Yanka, no processo de criação da referida Escola, a primeira do Brasil e a segunda da América Latina a oferecer curso universitário em Dança. O que deveria ser uma viagem temporária acabou se concretizando numa mudança definitiva para Salvador.

Robatto se graduou em 1962 e 1963 nos cursos de Dançarino Profissional e Magistério Superior (atual Licenciatura em Dança) na referida Escola de Dança. Atuou como bailarina profissional dos 16 aos 36 anos de idade. Lecionou nas Escolas de Dança e de Teatro da Universidade Federal da Bahia, onde exerceu diversas atividades acadêmicas de 1957 a 1981. Fundou as

¹² Expressão utilizada no título de seu livro: *Dança em processo: a linguagem do indizível*, pela Editora da UFBA, em 1994.

Escolas de Iniciação Artística (1965), de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia - FUNCEB (1984), a Usina de Dança do Projeto Axé (1998) e implantou os cursos de dança na Escola Parque (1962), de Anísio Teixeira. Como coreógrafa empenhou-se na construção de uma linguagem expressiva própria. Fundou, dirigiu e coreografou para o Grupo Experimental de Dança - GED (1965); o Grupo de Dança e Comunicação - GDC (1971); o Grupo Experimental de Dança da UFBA - GEDUFBA (1977); o Grupo Viravolta (1982); a Gicá, Cia. Jovem de Dança do Projeto Axé (1998). Foi diretora artística e coreógrafa do Balé Teatro Castro Alves - BTCA (1983 e 1984).

De sua trajetória, destacamos sua produção coreográfica em mais de 40 espetáculos de dança, dos quais iremos apresentar a metodologia de organização adotada e os tipos documentais identificados.

O método de trabalho que adotamos para organização documental e tipificação dos documentos do acervo de Lia Robatto levou em consideração as etapas do processo criativo descritas por ela. Robatto (1994) define como etapas principais de seu do processo de criação coreográfica (e acredita não ser diferente para outros artistas) a: 1- escolha do conteúdo temático e abordagem cênica, que irá determinar todo o conceito da obra; 2 - definição da concepção estética, ou seja, a pesquisa do conteúdo temático ou das técnicas de linguagem; 3- “vigília criativa”, ou seja, um estado permanente de sensibilidade e criação; 4- escolha da equipe de artistas, estudo da proposta, troca de ideias; 5- ensaios práticos com os dançarinos.

Essas etapas foram fundamentais para a identificação dos diferentes tipos documentais encontrados em seu acervo, como por exemplo, os textos referência e estudos biográficos necessários para a execução das etapas 1 e 2 do processo de criação, ou as partituras musicais, os cadernos de estudos, as notações coreográficas e os planos de iluminação fundamentais para as etapas 3 e 5.

Além dessa opção metodológica, procuramos estabelecer um diálogo com outras pesquisas no campo da dança e das artes cênicas e, dessa forma, propor um quadro de *Categorias documentais por similaridade diplomática* (Quadro 1, em apêndice). Não criamos essas categorias com o objetivo de classificar os tipos documentais em cada uma delas, o processo foi exatamente o inverso, primeiro identificamos os tipos documentais – já que a metodologia era a identificação arquivística – e só depois percebemos a possibilidade de enquadrá-los em categorias, levando em consideração a similaridade diplomática (estrutura externa e interna) entre eles.

Estas categorias documentais não são estáticas, devendo ser adaptadas a cada nova realidade. Porém, ressaltamos a importância de se pensar numa categoria que privilegie os Processos de Criação quando se trata de organização

de acervos de artistas, cientistas e demais profissionais cuja etapa de criação é tão relevante quanto as demais etapas do seu trabalho.

Do ponto de vista histórico e de preservação da memória da Dança, os documentos de processo são indispensáveis, pois dizem respeito aos aspectos estéticos e formais experimentados durante a criação de uma coreografia e/ou espetáculo. Sendo a dança uma arte efêmera – no momento em que se realiza ela também se desfaz –, tanto o produtor como o pesquisador só terão acesso a essa produção artística se a salvaguarda desses documentos estiver garantida. Por isso, a importância de identificar e nomear estas fontes informacionais: planos de iluminação, estudos de figurino, roteiros de cenário, notação de movimento, ritmo e espaço etc.

Importante ressaltar, que as categorias documentais apresentadas no Quadro 1 não se referem as categorias documentais apresentadas por Bellotto (2006, p. 49) para estudo diplomático do documento. Porém, se observarmos no quadro a categoria Documentos de Gestão vemos que ela guarda documentos normativos (leis, decretos, estatutos, regimentos, portarias), enunciativos (relatórios, pareceres, laudos), de assentamento (atas, termos), comprobatórios (certidões, atestados, traslados), de ajuste (convênios, contratos) e de correspondência (avisos, cartas, memorando, editais).

Também queremos sublinhar que este quadro de categorias documentais não deve ser confundido como um quadro de arranjo. O reconhecimento de categorias documentais e dos respectivos tipos documentais que abriga, a partir da metodologia de identificação arquivística, contribuiu para a formação das séries e subséries, em conformidade com o contexto de produção, mas não é o “espelho”, ou não deveria ser, da classificação final do acervo. Exemplo disso, está na própria constituição do quadro de arranjo do acervo Lia Robatto em que, por exemplo, a série Criação Artística abriga diferentes dossiês e, em cada um deles, é possível identificar documentos pertencentes a diferentes categorias, conforme exemplificamos abaixo.

Nas Figuras 1 e 2 temos um *programa de espetáculo*, enquadrado na categoria Divulgação, mas arranjado com os demais documentos que formam o dossiê do espetáculo M’Boiuna, na série Criação Artística. Já, na Figura 3, temos uma notícia *de jornal*, da categoria Registros, pertencente ao mesmo dossiê do espetáculo M’Boiuna, da mesma série Criação Artística.



Figura 1. Programa (frente) do espetáculo M’Boiuna (1980)



Figura 2. Programa (verso) do espetáculo M'Boiuna (1980)



Figura 3. Notícia de jornal do espetáculo M'Boiuna (1980)

Em seu acervo, é possível encontrar diversos *estudos, notas e textos referência* (livros, artigos, clippagens de jornais) utilizados no processo de criação coreográfica. Todos organizados nos respectivos dossiês por espetáculo.

Esse dossiê, que estamos chamando de “dossiê genético”, possibilita um diálogo direto com o percurso criativo do artista e abre caminho para os estudos da Crítica Genética, disciplina que:

surgiu com o desejo de melhor compreender o processo de criação artística, a partir dos registros desse percurso deixados pelo artista. [...] são retratos temporais de uma gênese que agem como índices do percurso criativo, vistos como testemunho material de uma criação em processo, não sendo, portanto, o processo em si. (SALLES, 2008, p. 48)

Assim, as Figuras 4 e 5 também pertencem a categorias documentais diferentes conforme nossa classificação, estando a primeira alocada na categoria Processo de Criação, e a segunda, resultado desse estudo, materializada a partir de uma fotografia, na categoria Registros, ambas arranjadas na série Criação Artística.



Figura 4. Estudo de movimento do espetáculo Caminho (1991)



Figura 5. Registro fotográfico do espetáculo Caminho (1991)

A importância de guardar estes registros em um mesmo dossiê nos possibilita entender toda a proposta do espetáculo, mesmo não tendo a oportunidade de assisti-lo. Nesse caso, em específico, Robatto tinha como proposta “estudar o resultado plástico das estruturas corporais, como as técnicas de equilíbrio, apoio e sustentação” (ROBATTO, 2017, p.123).

Esses vestígios do processo criativo, materializados nestes documentos permitem aproximações do que foi o espetáculo cênico, mas sem a pretensão de alcançar a reconstituição integral dele. Segundo Robatto, cada espetáculo é único, pois envolve movimentos, gestos e reações particulares, tanto do artista como do público, condições que se perdem imediatamente ao final de cada apresentação.

É essa natureza transitória da apresentação cênica que impõem a necessidade, urgente, de tratamento e preservação dessa documentação, na maioria das vezes, de posse particular e de difícil acesso ou conhecimento. Nas palavras de Carvalho (2009, p. 177):

[...] o espetáculo cênico é irreconstituível por natureza e que esse pressuposto deve ser o ponto de partida para qualquer ação de documentação voltada para a formação de um patrimônio das artes cênicas. É indispensável que essa ação leve em conta, ainda, os seguintes aspectos: a natureza e a importância das artes cênicas, a articulação dessas manifestações com outras linguagens artísticas e sua repercussão na história da cultura. Além disso, impõe-se uma avaliação dos traços subsistentes do espetáculo, isto é, uma minuciosa análise sobre os tipos de materiais e documentos passíveis de preservação, no sentido de virem a servir, sobretudo, como fonte de pesquisas e como legado cultural, levando sempre em conta o caráter efêmero dessas manifestações.

Sendo assim, o trabalho de identificação e organização documental desse tipo de acervo são imprescindíveis para a construção de um patrimônio cultural – não como algo patrimonializado, mas com sujeitos dispostos e capazes de funcionarem como interlocutores desse bem cultural.

2.1 Nomeando documentos

O desafio de atribuir nome aos documentos exige diversos mecanismos e recursos intelectuais.

Sem dúvida, ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, a discussão em torno da atribuição de nomes a documentos de arquivo é uma árdua tarefa. Mais do que um simples exercício de criatividade, a escolha do nome nunca deve ser aleatória (ao menos não deveria ser) ou pela opção “fácil”. É, antes de tudo, fruto de um profundo processo reflexivo que coteja a evidênciação da lógica inerente ao documento e a incorporação da tradição em seu cerne – recuperando, indiretamente, o próprio ato propulsor do registro e sua forma material. (TROIÃO, 2015, p. 159)

Do mesmo modo que o estudo das categorias documentais, anteriormente citados, nos ajudaram a reconhecer alguns tipos documentais, o estudo de alguns conceitos também foi fundamental para identificarmos os documentos e nomeá-los.

Cada manifestação artística tem sua própria linguagem, mas deve-se levar em consideração o *tempo* e o *espaço*. Para a Dança, estes elementos têm como recurso básico o *movimento* (e a imobilidade), que podem ocorrer em diferentes intensidades, com uma combinação de técnica corporal e de expressividade, fundamentais para a definição de uma estrutura coreográfica (ROBATTO, 1994, p. 95).

Apresentamos alguns tipos documentais do acervo de Lia Robatto que já foi possível nomear após o entendimento dos conceitos e do contexto da dança. Como é o caso das Figuras 6 e 7, que retratam *estudos de movimento*.



Figura 6. Estudo de movimento, espetáculo Sina (1979)



Figura 7. Estudo de movimento, espetáculo Sina (1979)

Nesses tipos documentais é possível reconhecer, a partir do método de análise do movimento proposto por Kurt

Jooss (apud ROBATTO, 1994, p. 103), “os seguintes fatores: [...] Desenho Formal; [...] Organização Rítmica e [...] Tipo de Esforço. [...] e a consequente Dinâmica do movimento”.

Segundo Trindade e Do Valle (2007), o estudo sobre notações coreográficas vem ganhando espaço nas pesquisas sobre Dança.

As notações são registros escritos que se propõem a registrar os movimentos em seus detalhes, assim como a pauta e os sinais musicais registram a música. São métodos para anotar movimento humano meticulosamente, da impressão geral à sutileza da mudança de momento a momento. As notações foram e vêm se especializando em descrever o movimento qualitativamente e quantitativamente, dissecando-o em elementos que formam o alfabeto corporal. (TRINDADE; DO VALLE, 2007, p. 201)

É possível perceber na Figura 8 dois tipos de notação: os desenhos que representam os movimentos dos bailarinos e os traços, que representam o estudo do tempo de cada movimento.

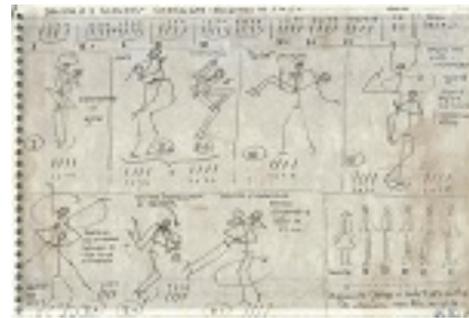


Figura 8. Notação coreográfica com estudo de tempo e movimento, Bolero (1982)

Já, na figura seguinte, o estudo é do movimento dos bailarinos no espaço cênico (palco), observando que o estudo do tempo aparece na margem dos desenhos.



Figura 9. Estudo do movimento no espaço cênico espetáculo Dona Cláudia (1979)

Abaixo, apresentamos a imagem de outros tipos de estudo, como na Figura 13, em que Robatto faz um estudo do *plano de iluminação* para espetáculo O universo imaginário de Villa-Lobôs.



Figura 10. Plano de iluminação espetáculo O universo imaginário de Villa-Lobôs (1987)



Figura 11. Desenho para figurino espetáculo Sertania (1983)

O acervo apresenta uma variedade de tipos documentais, que não cabe aqui expor em sua totalidade. Mas vale ressaltar que alguns são facilmente identificados, tais como relatório, ofício, ata, diploma, recibo, declaração. Outros, porém, precisam ser analisados mais cuidadosamente dentro do seu contexto de produção para serem corretamente nomeados.

3 Conclusão

O desenvolvimento desta pesquisa, nesse campo informacional, teve como objetivo analisar como a metodologia de identificação dos tipos documentais, fundamentada nos parâmetros da diplomática contemporânea, aplicada nos conjuntos documentais referentes a Dança, permite compreender as peculiaridades desse tipo de documentação e, dessa

forma, contribuir no tratamento e no uso das peças documentais.

As questões discutidas sobre a aplicabilidade dos princípios arquivísticos em conjuntos documentais de âmbito pessoal, nos parâmetros da Diplomática Contemporânea, a partir da metodologia de identificação, mostrou-se pertinente ao ser aplicado no estudo dos tipos documentais do acervo de Lia Robatto, contribuindo diretamente para o reconhecimento da gênese documental. A identificação arquivística, como atividade de natureza intelectual e com rigor científico, nos auxiliou na identificação do organismo produtor, dos elementos funcionais (competências, funções e atividades) e, conseqüentemente, dos tipos documentais.

Em todos os passos, as escolhas teóricas e metodológicas foram fundamentais para ajudar a refletir sobre nosso objeto de pesquisa numa perspectiva contemporânea do documento arquivístico, além do próprio entendimento de arquivos pessoais como lugar de construção de sentidos, a partir dos usos e da circulação a que estão submetidos.

Tanto os estudos da Dança, como a Arquivística e a Diplomática vêm impulsionados pelas mudanças dos paradigmas da informação, resultado das transformações científico-tecnológicas iniciadas no século do XX e, portanto, inseridos nesse novo campo de debate do papel da documentação como bem cultural e de interesse para o desenvolvimento tecnológico e científico e, portanto, fundamental para a soberania nacional numa perspectiva inclusiva e democrática.

Ao tornar aparente as singularidades desse tipo de documentação, evidenciamos a relação entre o contexto de produção dos documentos e os próprios documentos, além do entendimento dos arquivos pessoais como lugar de construção de sentidos, a partir dos usos e da circulação a que estão submetidos. Ao nomear um documento não estamos apenas batizando-o com algum nome aleatório, mas atribuindo significado.

Sendo assim, nossas escolhas não foram neutras quando decidimos por esta metodologia de trabalho. A perspectiva apresentada considerou a importância dos contextos de produção documental e do contexto da memória social, por compreender que ambos se sobrepõem e se atravessam, já que os arquivos pessoais expressam a vida do titular e suas redes de relacionamento, pessoais e profissionais.

Desse modo, tendo a Dança como informação, a partir da materialização dos processos estudados, fizemos emergir outros saberes e discussões relevantes para a pesquisa na área. O estudo dos tipos documentais não diplomáticos, como é o caso dos documentos dos processos de criação que tomamos como objeto de estudo, permite ampliar os conhecimentos sobre os tipos que não pertencem ao espaço institucional, mas indispensáveis ao fazer arquivístico entendida como

ciência do documento funcional e da informação orgânica.

Estudar arquivos pessoais de artistas é tarefa com grande potencial de pesquisa, pois a variedade de tipos documentais é um campo ainda ser explorado. Preservar os “vestígios” deixados por artistas no seu processo criativo, ou seja, aqueles documentos produzidos de forma preliminar, como os cadernos de estudos, notações coreográficas, roteiros de espetáculo, planos de iluminação, entre outros, é de fundamental importância para a preservação da memória da trajetória e do contexto de produção do titular, assim como, para a memória da arte a qual ele representa.

Referências

- AQUINO Dulce; GUIMARÃES, Maria Sofia VB. **Relatório sobre a memória da dança cênica na região metropolitana de Salvador/Bahia**. 2005. Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia.
- ARAÚJO, Lauana Vilaronga Cunha de. **Lia Robatto e o Grupo Experimental de Dança: estratégias poéticas em tempos de ditadura**. Salvador: EDUFBA, 2012. (Coleção Pesquisa em Artes)
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo; Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 8)
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, p. 27-39, jul./dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Tipologia Documental em arquivos pessoais. In: SEMINÁRIO ARRANJO E DESCRIÇÃO EM ARQUIVOS PESSOAIS, 1., 2017, Rio de Janeiro. **Apresentação...**, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dZnslZXqj30>>. Acesso em: jul. 2017.
- CAMARGO, Ana Maria de A.et al. **Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon**. - São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.
- CARVALHO, Marcelo Dias de. **A constituição de coleções especializadas em artes cênicas: do imaterial ao documental**. 2009. 160p. Dissertação (Mestrado em CI) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, SP, 2009.
- CIRILLO, José. Crítica Genética: desvelando arquivos e documentos de artistas. **Revista do Atelier da Prefeitura de Porto Alegre**, n.4, outubro de 2010.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998.
- DELMAS, Bruno. Por uma Diplomática Contemporânea: novas aproximações. In: CAMARGO, Ana Maria de A.et al. **Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon**. - São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.
- DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, CPDOC 20 anos, Rio de Janeiro, vol.7, n. 13, p.49-64, jan./jun. 1994.
- EASTWOOD, Terry. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela S. L.; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ). **Manual de organização de arquivos pessoais**. Casa de Oswaldo Cruz. Departamento de Arquivo e documentação. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.
- GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. La denominación de tipos, series y unidades documentales: modelos. In: CAMARGO, Ana Maria de A.et al. **Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon**. - São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.
- GREINER, Christine. **O corpo: pistas para estudos indisciplinados**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- GRÉSILLON, Almuth. **Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos**. Tradução Cristina Campos Velho Birk et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007 [1994].
- GUIMARÃES, Maria Sofia VB. Dança, cinema e memória: Yanka Ruzka. **Revista Caderno de Cinema**, Salvador, n. 1, jun. de 2016.

- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística General: teoría y práctica**. 5ªed. ampl. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 25-50, 2007.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p. 40-57, jul./dez., 2009.
- HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2012.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- MCKEMMISH, Sue. Provas de mim: novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Jölle; HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 17-43.
- MACNEIL, Heather. Correntes em transformação. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Orgs.) **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- OLIVEIRA, Lúcia M. V. de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jul./dez. 1989.
- RANGEL, Beth. **Entrevista** concedida em 15 de setembro de 2017. Salvador.
- RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel (Coord.). **La archivística y la ciencia de la información documental: autonomía e interdependências**. México: UNAM/ Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2017. 148 p. (Epistemología de la bibliotecología y estudios de la información)
- ROBATTO, Lia. **Dança em processo: a linguagem do indizível**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1994.
- ROBATTO, Lia. **Entrevista** concedida em 12 de setembro de 2017. Salvador.
- ROBATTO, Lia. Três cenas da Bahia nos anos 60: relatos de vivências de uma jovem bailarina paulista. **Revista Caderno de Cinema**, Salvador, n. 1, jun. de 2015.
- ROBATTO, Lia; MASCARENHAS, Lúcia. **Passos da dança: Bahia**. Capa por Humberto Vellame sobre foto de Silvio Robatto. Salvador: Casa de Palavras, 2002. (Coleção Casa de Palavras, Série memória; 4)
- RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.
- RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a arquivística. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica 2012. p. 197 -217.
- RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. 2011. 270 f.: il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011.
- SALLES, Cecilia Almeida. **Crítica genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística**. São Paulo: EDUC, 2008. (Série Trilhas).
- SHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SEVERINO, Ivana Bittencourt dos Santos. **O arquivo pessoal de Lia Robatto: a dança em processo**. 59 f. 2015.2 TCC (Graduação) - Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015.
- SEVERINO, Ivana B. dos S.; Freixo, Aurora L.; GUIMARÃES, Maria Sofia V. Acervo Lia Robatto: memória e dança na Bahia. In: OLIVEIRA, Lucia M. Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. (Org.). **Arquivos Pessoais e Cultura: o direito à memória e à intimidade**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, v. 1, p. 18-31.
- SILVA, M. C. S. M. E. Arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). **MAST: 30 anos: Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. v. 1, p. 178-203.
- SILVA, Maria Celina Soares Mello e. Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspect. Ciênc. Inf.** [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.160-174.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística Contemporânea**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. **Perspect Cienc Inf.**, v. 16, p. 21-44, 2011.

TRINDADE, Ana Lúcia; DO VALLE, Flavia Pilla. A escrita da dança: um histórico da notação do movimento. **Movimento** (ESEFID/UFRGS), Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 201-223, set. 2007. ISSN 1982-8918. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view>

/3579>. Acesso em: 20 jan. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.3579>.

TROITIÑO, Sonia Marcia. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais: dialogando com Mariano Garcia Ruipérez. In: CAMARGO, Ana Maria de A. et al. **Dar nome aos documentos: da teoria à prática / apresentação de Danielle Ardaillon**. - São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2015.

Apêndice A – Quadro 1. *Categorias documentais por similaridade diplomática*

PROCESSO DE CRIAÇÃO	ESPETÁCULO	DIVULGAÇÃO	PUBLICAÇÕES	REGISTROS	DOCUMENTOS DE GESTÃO	HONRARIAS
<ul style="list-style-type: none"> - Textos referência - Cadernos de estudos (de movimento, de ritmo, de figurino, biográfico coreográfico, do espaço cênico do conceito cênico) - Roteiros (iluminação, ensaio, tema, elenco) - Planos de iluminação e som - Partituras musicais - Desenhos (cenários, figurinos, objetos de cena, maquiagem) 	<ul style="list-style-type: none"> - Objetos Cênicos - Figurinos e acessórios (máscaras, bonecos, perucas etc.) - Materiais sonoros e de projeção visual 	<ul style="list-style-type: none"> - Releases e anúncios (impressos, eletrônicos, digitais) - Programas (de espetáculo, de eventos) - Cartazes - Folders - Flyers - Convites - Catálogos - Banners - Agendas Culturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Artigos (acadêmicos, jornalísticos, literários) - Documentários - Pesquisa de público - Discursos 	<ul style="list-style-type: none"> - Fotográficos (fotografia, contato fotográfico, negativo, retrato, álbum) - Audiovisuais (gravados em película, formato analógico ou digital – filmes 35 e 16mm, VHS, DVD, Betacam, fita de rolo) - de Imprensa (notícias, noticiários, críticas clipagens) 	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos, - Relatórios, - Atas - Prestações de conta - Currículos de artistas - Laudos, - Contratos, - Pareceres, - Alvarás - Certidões - Certificados - Cessão de direitos autorais - Convênios, - Editais - Correspondências (Bilhete, Carta, E-mail, Ofício Requerimento Circular etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> - Prêmios - Títulos - Homenagens - Medalhas - Comendas - Placas

Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos

Contextual dimensions and requirements that indicate the possibility of recording personal information in archival documents

Welder Antônio Silva (1), Renato Pinto Venâncio (2)

(1) Universidade Federal de Minas Gerias - UFMG, weldsilva@gmail.com. (2) Universidade Federal de Minas Gerias - UFMG, venancio.renato@gmail.com

Resumo

O objetivo do estudo é contribuir para as reflexões, no âmbito da Arquivologia e da Ciência da Informação, em torno do justo equilíbrio entre o direito de acesso à informação e os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem. Como ponto de partida, a pesquisa considerou a possibilidade de irregularidades e/ou dificuldades em relação à definição de informações pessoais. Diante de tal possibilidade, buscou-se apresentar um quadro de referência capaz de evidenciar os requisitos que caracterizam tais informações de modo a possibilitar a promoção do acesso pleno aos documentos arquivísticos, respeitando as exceções legais ao direito de acesso à informação. O exercício de exploração e análise da teoria (resgate teórico) foi realizado mediante dois percursos: no âmbito do Direito e no âmbito da Arquivologia. No âmbito do Direito, a finalidade foi explorar a aplicabilidade da Teoria dos Direitos Fundamentais e, em seguida, identificar e sintetizar os traços característicos e distintivos, além dos aspectos convergentes, dos direitos fundamentais que tutelam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, com vistas à compreensão de cada um dos conceitos e sua aplicabilidade no caso concreto. Na Arquivologia procurou-se destacar as características próprias dos documentos arquivísticos e a visão contemporânea e ampliada do princípio da proveniência, além do conceito de contexto arquivístico. Considerou-se que esses dois percursos de exploração e análise da teoria evidenciam requisitos que contribuem na identificação dos documentos arquivísticos que devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Palavras-chave: Documento arquivístico; Direito de acesso à informação; Informação pessoal; Contexto arquivístico; Contexto fático; Contexto jurídico; requisito.

Abstract

The aim of this study is contributing to insights, in the realm of Archival Studies and of Information Science, on the fair balance between right to information access and rights to private life, intimacy, honor and right image. As a starting point, the research considered the possibility of irregularities and / or difficulties in relation to the definition of personal information was verified. In light of such possibility, it was aimed to present a framework able to demonstrate the requisites that characterize this information to enable the promotion of unrestricted access to archival documents, abiding by the legal exceptions to the right to access to information. The exercise of exploration and analysis of the theory (theoretical overview) was conducted in two ways: in the realm of Law and in the realm of Archival Studies. In the realm of Law, the aim was to explore the applicability of the Theory of Fundamental Rights and, then, identify and summarize their characterizing and distinctive features, besides the converging aspects, of fundamental rights which pervade intimacy, private life honor and image, having as a goal the comprehension of each concept and their applicability in real cases. In Archival Studies, it was aimed to shed light on the archival documents own characteristics as well as on the contemporary and broad view of the provenience principle, besides the concept of archival context. It was taken into account that both ways of exploration and analysis of the theory demonstrate the requisites that contribute to the identification of archival documents to be generated structured, managed and interpreted as holding information violating individuals' intimacy, private life, honor and right image.

Keywords: Archival document; Right to information access; Personal information; Archival context; Principle of Provenance; Phatic context; Legal context; Requirement.

1 Introdução

No Brasil, a Lei Federal nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), dispôs especificamente sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o direito fundamental de acesso a informações previsto na Constituição

Federal e em conformidade com os princípios básicos da administração pública brasileira e suas diretrizes. A Lei Federal nº 12.527/2011, associada aos dispositivos constitucionais, traz consigo fundamentos para a consolidação da democracia, ao permitir ao cidadão participar efetivamente do processo de tomada de decisão do Estado, conhecer e tomar posse dos seus direitos; ao impor aos órgãos e entidades do poder

público compromissos e padrões de qualidade de atendimento aos cidadãos; ao possibilitar a construção de canais eficientes de comunicação entre governo e sociedade; e ao exigir a necessidade e o dever do poder público de executar com eficiência, eficácia e transparência a gestão de informações e documentos.

Mediante o objetivo proposto, a LAI determina, em seu artigo 6º, que cabe aos órgãos e entidades do poder público assegurarem a

I - gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação; II - proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade; e III - **proteção da informação sigilosa e da informação pessoal**, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso. (BRASIL. Presidência da República, 2011, grifo nosso).

Em relação à informação pessoal, foco deste trabalho, de acordo com a LAI, está “relacionada à pessoa natural identificada ou identificável” e o seu tratamento deve obedecer aos princípios de transparência. Todavia, mantendo-se o respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, assim como às liberdades e garantias individuais. A mesma lei dispõe que as informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar da sua data de produção, podendo ser autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros, diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem.

Tendo em vista os dispositivos constitucionais e legais sobre a temática em questão, a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os municípios devem divulgar e promover o acesso de informações de interesse público e fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da administração pública. **Também precisam proteger as informações consideradas sigilosas e pessoais** com eficiência e eficácia.

De acordo com Silva (2011, p. 178 – 179), os direitos à informação, à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem constituem garantias de uma convivência que tem como escopo a dignidade, a liberdade e a igualdade de todas as pessoas, devendo ser formalmente reconhecidos e concreta e materialmente efetivados.

Quanto ao direito à informação, Silva (2011, p. 259-260) explica que esse direito “não é um direito pessoal, nem simplesmente um direito profissional, mas um direito coletivo”. Argumenta que o direito à informação é um “direito coletivo da informação” ou “direito da coletividade à informação”, uma vez que, de acordo com o enunciado no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição brasileira, “amalgamam-se interesses particulares, coletivos e gerais, donde se tem que não se trata de mero direito individual”.

Em relação aos direitos individuais dispostos na Constituição, Silva (2011, p. 194) os classifica em cinco grupos: direito à vida, direito à intimidade, direito de igualdade, direito de liberdade e direito de propriedade. No que diz respeito aos conceitos de direito de intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, Silva (2011, p. 206, grifo nosso) explica que:

De fato, a terminologia não é precisa. Por isso, preferimos usar a expressão direito à privacidade, num sentido genérico e amplo, de modo a abarcar todas essas manifestações da esfera íntima, privada e da personalidade, que o texto constitucional [...] consagrou. Toma-se, pois, a privacidade como ‘o conjunto de informação acerca do indivíduo que ele pode decidir manter sob seu exclusivo controle, ou comunicar, decidindo a quem, quando, onde e em que condições, sem a isso poder ser legalmente sujeito’.

Ampliando essa questão, Silva (2011) destaca que “o direito à intimidade é quase sempre considerado como sinônimo de direito à privacidade” (p. 206, grifo do autor), que “não é fácil distinguir vida privada de intimidade” (p. 208) e que o direito à preservação da honra e da imagem “não caracteriza propriamente um direito à privacidade e menos à intimidade” e “sequer integra o conceito de direito à vida privada” (p. 209).

Essa imprecisão terminológica relatada, também é percebida, no Brasil, em relação aos termos “pessoal”, “particular” e “privado”, bem como suas variações, quando correlacionados aos termos “documento” e “arquivo”, pois ora se referem ao teor do documento, ora à condição da entidade produtora e ora a uma condição que justifica o acesso restrito. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 78) o termo documento pessoal, por exemplo, é definido como aquele “cujo teor é de caráter estritamente particular” e como o “documento que serve à identificação de uma pessoa”. Já os termos “arquivo pessoal” e “arquivo privado” (também chamado de arquivo particular) não são associados ao teor, mas às entidades produtoras: o primeiro à pessoa física e o segundo à entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 34-35). O termo privacidade, por sua vez, está relacionado ao acesso: “direito que protege os indivíduos da divulgação não autorizada de informações de caráter pessoal”. (BRASIL. Arquivo Nacional, 2005, p. 137).

Destacam-se, também, as confusões terminológicas em relação aos termos documentos sigilosos e documentos pessoais. Ressalta-se que, no Brasil, até a promulgação da Lei de Acesso, de acordo com o disposto no § 1º do art. 23 da Lei Federal 8.159/1991, os documentos que continham informações relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem também eram considerados sigilosos. No § 1º do art. 23 da Lei Federal 8.159/1991, revogado pela LAI, constava que: “os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo

da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originariamente sigilosos”. Com a promulgação da LAI, atualmente, é considerada informação sigilosa apenas “aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado”, ao passo que é considerada informação pessoal “aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável”.

Ressalta-se que, na literatura especializada, também alguns autores tratam os documentos possuidores de informações pessoais como sigilosos. Hott (2012, p. 207), por exemplo, relata que, para Duchein (1983), os documentos sigilosos podem ser categorizados em 3 grupos: “documentos relativos à segurança nacional e à ordem pública; documentos relativos à vida privada [das pessoas]; e documentos relativos aos segredos protegidos por lei.”

Ainda sobre a questão terminológica, as expressões “informação do setor público”, “informação governamental” e “informação de domínio público” muitas vezes são consideradas, equivocadamente, enquanto sinônimas e/ou são mal compreendidas. Vale ressaltar que, tendo como referência as explicações de Uhlir (2006), Indolfo (2013, p. 8) observa que: “pode-se considerar que toda informação governamental é uma informação pública, mas que nem toda informação de domínio público provém necessariamente de uma informação governamental”. Porém, acrescenta-se a seguinte questão: toda informação pública ou informação governamental deve ser de domínio público? Pergunta esta que o próprio Uhlir (2006, p. 28) responde de maneira negativa, mediante o esquema apresentado no quadro abaixo (Figura 1):

Figura 1. Os relacionamentos entre os diferentes tipos de informação do setor público e informação privada

	Informação do Setor Público	Informação do Setor Privado
Informação de domínio público	Informação produzida e voluntariamente disponibilizada sem proteção por governos ou organizações internacionais. Como princípio geral, presume-se que a informação produzida pelo setor público pode fazer parte do domínio público governamental, a menos que esteja expressamente protegida.	Informação de domínio público que não esteja no domínio público governamental. Isso inclui informação que não está mais protegida, não é passível de proteção, ou está expressamente franqueada no domínio público por detentores de direitos privados.
	Informação do Setor Público	Informação do Setor Privado
Informação protegida	Informação do setor público protegida por propriedade intelectual ou por	Informação de propriedade de particulares que esteja protegida por

	outras medidas, tais como leis de proteção da segurança nacional ou a privacidade pessoal.	propriedade intelectual, por leis como as de propriedade pessoal ou a confidencialidade (por exemplo, segredo comercial) ou por contrato.
--	--	---

Fonte: ULHIR (2006, p. 28).

Diante das imprecisões em relação aos termos intimidade, vida privada, honra e imagem, citados nos textos legais mencionados, e ao termo pessoal, na literatura arquivística, além dos termos informação pública e informação de domínio público, no senso comum, surgem as seguintes indagações: Quais as peculiaridades, circunstâncias e conjunturas que marcam, caracterizam e definem certas informações, contidas nos documentos arquivísticos públicos, como informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem? Tendo em vista os direitos fundamentais (individuais, coletivos e sociais), como se caracterizam essas exceções legais ao direito de acesso à informação?

Nesse sentido, este trabalho apresenta resultados da pesquisa de doutoramento realizada e defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCI-UFMG), cujo problema de pesquisa e o objetivo geral foram assim construídos:

Figura 2 - Problema e objetivos de pesquisa

Problema de pesquisa	Objetivo geral
Quais são os requisitos que indicam que determinados documentos arquivísticos devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (informações pessoais)?	Construir uma plataforma teórica capaz de evidenciar requisitos que caracterizam as informações pessoais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os objetivos específicos [1], destaca-se aqui os seguintes:

- explorar a aplicabilidade da Teoria dos Direitos fundamentais.
- explorar os significados e aplicabilidade dos termos intimidade, vida privada, honra e imagem elencados nos dispositivos constitucionais e legais brasileiros.
- explorar os significados e aplicabilidade dos conceitos de documento arquivístico, princípio da proveniência, contexto arquivístico e acesso pleno aos documentos arquivísticos.

- identificar e esquematizar os requisitos (conjunto de características, atributos, propriedades, funções, habilidades e/ou comportamentos) que auxiliam na caracterização e definição de categorias de informações pessoais nos documentos arquivísticos, ou seja, os requisitos que caracterizam e definem as informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Partiu-se do pressuposto que, para que a questão suscitada fosse respondida, era necessário compreender e analisar o contexto dos documentos arquivísticos, identificando e mapeando os fatores e fenômenos que determinam diretamente seus conteúdos e como estes devem ser estruturados [2], gerados [3], administrados e interpretados. Segundo Thomassem (2006, p. 10), esses fatores e fenômenos compreendem o contexto arquivístico: contexto de proveniência (contexto organizacional, contexto funcional e contexto de procedimentos administrativos), o contexto administrativo e o contexto de uso dos documentos, que são determinados pelo contexto sócio-político, cultural e econômico. Também foi considerado que para que um órgão público possa observar a publicidade dos seus atos e informações como preceito geral e ter o sigilo como exceção, bem como fomentar com eficiência e eficácia o desenvolvimento da cultura de transparência, do controle social da administração pública e a proteção das informações consideradas, as dimensões contextuais dos documentos arquivísticos, principalmente aquelas relativas à proveniência, precisam ser concebidas.

Considerou-se, ainda, que o processo de interpretar, compreender e aplicar dispositivos constitucionais e legais a respeito da vida privada, da intimidade, da honra e da imagem também envolve fatores e fenômenos contextuais. Destaca-se que, dentro da linha de pensamento aqui colocada em pauta, a interpretação, a compreensão e a aplicação dos preceitos dispostos em um texto legal não constituem a reprodução de um conjunto de imperativos fixos e unívocos. Ao contrário, esses processos precisam revelar o sentido e o alcance apropriado da lei para a vida real, tendo como referência o contexto das entidades (físicas ou jurídicas) que produziram, receberam e/ou acumularam os documentos arquivísticos, ou seja, o que, por quem, para quem, por que, para que, quando, onde, como e em que condições as informações foram coletadas, registradas e utilizadas.

Partindo-se da possibilidade de irregularidades e/ou dificuldades em relação à definição de informações pessoais, conforme pode ser verificado em Silva e Venâncio (2016) [4], buscou-se apresentar um quadro de referência capaz de evidenciar os requisitos que caracterizam tais informações de modo a possibilitar a promoção do acesso pleno aos documentos arquivísticos, respeitando as exceções legais ao direito

de acesso à informação. O exercício de exploração e análise da teoria (resgate teórico) foi realizado mediante dois percursos (estratégia metodológica): no âmbito do Direito e no âmbito da Arquivologia.

No âmbito do Direito, a finalidade foi compreender o significado da expressão “ter um direito”, explorar a aplicabilidade da Teoria dos Direitos Fundamentais (uma vez que tanto o direito de acesso à informação, quanto os direitos à vida privada, à intimidade, à honra e à imagem integram o rol dos direitos fundamentais). Feito isso, buscou-se identificar e sintetizar os traços característicos e distintivos, além dos aspectos convergentes, dos direitos fundamentais que tutelam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem, com vistas à compreensão de cada um dos conceitos e sua aplicabilidade no caso concreto.

Na Arquivologia procurou-se destacar as características próprias dos documentos arquivísticos e a visão contemporânea e ampliada do princípio da proveniência, além do conceito de contexto arquivístico. Considerou-se que esses dois percursos de exploração e análise da teoria evidenciariam requisitos que contribuem na identificação dos documentos arquivísticos que devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

2 O resgate teórico no âmbito do Direito

Em relação ao exercício de exploração e análise da teoria no âmbito do Direito, o objetivo não foi apresentar os fundamentos e perspectivas do Direito para a comunidade jurídica, mas buscar na área jurídica conhecimentos que normalmente não circulam e nem são explorados na Arquivologia e na Ciência da Informação. Ressalta-se que tais saberes são extremamente necessários aos arquivistas e cientistas da informação, pois os documentos arquivísticos têm como funções provar e testemunhar os atos de uma entidade em um contexto jurídico-administrativo. Além disso, mesmo existindo relações interdisciplinares entre a Arquivologia e o Direito e entre a Ciência da Informação e o Direito e, conseqüentemente, entre as três áreas do conhecimento, simultaneamente, as quais deveriam ser estreitadas, percebe-se que os movimentos nesse sentido são insignificantes no cenário acadêmico brasileiro. Vale ressaltar que, nos cursos de graduação e pós-graduação em Arquivologia e de pós-graduação em Ciência da Informação, as relações interdisciplinares com o Direito, quando apresentadas, são pouco exploradas. Portanto, o objetivo não foi distanciar dos conhecimentos arquivísticos, mas buscar por conhecimentos em uma área afim e pouco explorada.

No tocante à exploração quanto à aplicabilidade da Teoria dos Direitos Fundamentais, utilizou-se como

parâmetro teórico, a obra “Teoria dos direitos fundamentais”, do jurista alemão Robert Alexy, um clássico no estudo dos Direitos Fundamentais e referência de vários doutrinadores e juristas brasileiros, sem deixar de considerar abordagens e acréscimos de outros autores – por exemplo, Vieira (2006) e Nunes (2014).

Com a revisão de literatura considerou-se no desenvolvimento da pesquisa o seguinte: O disposto nos incisos X, XIV e XXXIII do art. 5º da Constituição Federal (BRASIL. Constituição, 1988) a respeito do acesso à informação e da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem possuem a natureza de princípios, por não compreenderem mandamentos definitivos ou absolutos, mas *prima facie*. Em outras palavras, tratam de mandamentos de otimização em face das possibilidades fáticas. Contemplam razões que podem ser afastadas ou restringidas em função de procedimentos que são fundamentados por outros princípios (e vice-versa). No entanto, espera-se que, como princípios, o acesso à informação e a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem sejam realizados na maior medida possível dentro das possibilidades jurídicas e fáticas existentes (necessidade de verificação da extensão da discricionariedade). Isso pressupõe uma análise cuidadosa de cada situação concreta (circunstâncias/contexto de cada caso particular), tendo como fundamento o sopesamento dos interesses envolvidos. São normas relativamente gerais, que possuem uma importância substancial e compreendem razões para o estabelecimento de um sistema de regras, como a LAI, por exemplo, compondo ambos (princípios e regras) um “modelo combinado” de direitos fundamentais.

Cumprida a análise teórica a respeito da aplicabilidade da Teoria dos Direitos Fundamentais, julgou-se importante verificar os traços característicos e distintivos, assim como a aplicabilidade dos direitos à imagem, à honra, à vida privada e à intimidade.

A exploração e análise da teoria a respeito do conceito e aplicabilidade do direito à imagem foram realizadas considerando, principalmente, os seguintes autores: Chaves (1972), Moraes (2011), Affornalli (2012), Araújo (2013), Vendrusculo (2016). Finalizadas a exploração e análise considerou-se, no âmbito da pesquisa, que, a violação à imagem se dá quando uma pessoa (física ou jurídica), não estando autorizada e/ou fundamentada nas situações/hipóteses e limitações reconhecidas como legítimas, faça uso, veicule ou divulgue a imagem (nas suas diferentes concepções e significados) de outra pessoa, contra a sua vontade, causando-lhe danos (lesões/prejuízos – diminuição ou destruição) em seus bens, valores e interesses morais e/ou patrimoniais (conforme sintetizado e esquematizado no *Apêndice A*). Vale ressaltar que, em determinadas situações/hipóteses, entre elas os casos de

consentimento (tácito ou expresso) e as limitações reconhecidas como legítimas (apresentadas no *Apêndice B*), certas condições precisam ser respeitadas.

A exploração e análise da teoria a respeito do conceito e aplicabilidade do direito à honra foram realizadas considerando, principalmente, os seguintes autores: Amarante (2005), Aranha (2005), Bornholdt (2010) e Barroso (2015). Diante da revisão de literatura realizada, considerou-se, no âmbito da pesquisa, que a violação à honra se dá quando uma pessoa (física ou jurídica), não estando fundamentada nas situações/hipóteses e limitações reconhecidas como legítimas, imputar, propalar e/ou divulgar um fato determinado ou afirmação genérica, eticamente degradante, injustificado ou ilegítimo, conforme as conjunturas sociais, locais e temporais, resultando em acusação, ofensa, ataque, agressão, xingamento, insulto, depreciação e/ou ridicularização (zombaria) de outra pessoa, ou seja, causando-lhe danos injuriosos, difamatórios ou caluniosos (conforme sintetizado e esquematizado no *Apêndice C*). Assim como acontece no direito à imagem, vale ressaltar que, também no caso do direito à honra, em determinadas situações/hipóteses, entre elas os casos de consentimento (tácito ou expresso) e as limitações reconhecidas como legítimas (apresentadas no *Apêndice D*), certas condições precisam ser respeitadas.

Quanto ao resgate teórico a respeito dos direitos à vida privada e à intimidade, ele foi realizado utilizando as obras dos seguintes autores: Dotti (1980), Habermas (2003), Silva (2003), Teixeira e Haeberlin (2005), Doneda (2006), Cachapuz (2006), Agostini (2011), Gamiz (2012), Robl Filho (2013), Arendt (2014) e Xavier (2014). Após a exploração e análise das obras em questão, considerou-se, no âmbito da pesquisa, que:

a) a violação da vida privada (*lato sensu*) se dá quando uma pessoa (física ou jurídica) intromete, invade, manipula, divulga e/ou publica, sem autorização e indevidamente, independente de má fé, assuntos, fatos e aspectos que compreendem aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos do indivíduo (em grau médio) em que acontecem relações de convivência moderada (reservada – número limitado de pessoas) com outros indivíduos e que exige comunicabilidade. (Conforme sintetizado e esquematizado no *Apêndice E*)

b) a violação da intimidade inter-relacional se dá quando uma pessoa (física ou jurídica) intromete, invade, manipula, divulga e/ou publica, sem autorização e indevidamente, independente de má fé, assuntos, fatos e aspectos que compreendem aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos do indivíduo (grau mínimo) em que acontecem relações de convivência mínima com outros indivíduos (mais reservada – número limitadíssimo de pessoas) e que

exige comunicabilidade. (Conforme sintetizado e esquematizado no *Apêndice E*)

c) a violação da intimidade subjetiva se dá quando uma pessoa (física ou jurídica) intromete, invade, manipula, divulga e/ou publica, sem autorização e indevidamente, independente de má fé, assuntos, fatos e aspectos que compreendem aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos do indivíduo (grau máximo) em que não acontecem relações de convivência com outros indivíduos, mas de vivência consigo mesmo, e que não exige comunicabilidade. (Conforme sintetizado e esquematizado no *Apêndice E*)

Vale ressaltar que, também no caso dos direitos à vida privada e à intimidade, em determinadas situações/hipóteses, entre elas os casos de consentimento (tácito ou expresso) e as limitações reconhecidas como legítimas (apresentadas no *Apêndice F*), certas condições precisam ser respeitadas.

Entende-se que os *Apêndices A, C e E* sintetizam, no âmbito da pesquisa, os traços característicos e distintivos do direito à imagem, do direito à honra e dos direitos à vida privada e intimidade, respectivamente; e evidenciam os requisitos que podem auxiliar na identificação de documentos arquivísticos que devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações pessoais que tais direitos. Por sua vez, os *Apêndices B, D e F* apresentam as exceções ao exercício dos direitos em questão.

3 O regaste teórico no âmbito da Arquivologia

No âmbito da Arquivologia, o resgate teórico a respeito das características próprias e da utilidade dos arquivos e documentos arquivísticos e, principalmente, da visão ampliada do princípio da proveniência e do conceito de contexto arquivístico, se deu, principalmente, por intermédio dos seguintes autores nacionais e internacionais: Bearman e Lytle (1985), Bellotto (2010, 2014 e 2016), Cook (1992), Delmas (2010), Douglas (2016), Duchein (1983), Horsman (2002), Jimerson (2008), Ketelaar (1996), Martín-Pozuelo Campillos (1996), Rodrigues (2010), Rosseau e Couture (1998), Sousa (2007) e Thomassem (2006).

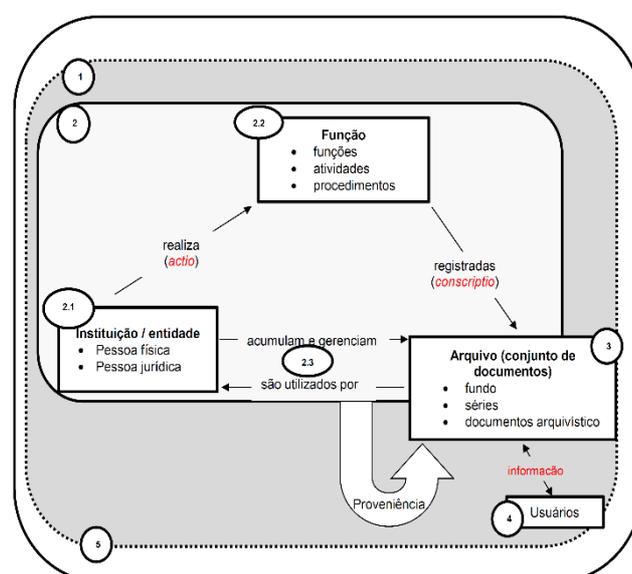
Após exploração e análise das obras em questão entende-se, no âmbito da pesquisa, que:

Os componentes do contexto arquivístico (Figura 3) e, conseqüentemente, a proveniência e a ordem original são requisitos que contribuem para a identificação dos documentos arquivísticos que devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. Parte-se do pressuposto que a análise de tais dimensões contextuais, principalmente aquelas relativas à proveniência, precisam ser consideradas, uma vez que

os documentos arquivísticos não se restringem às informações neles registradas (o conteúdo). Os significados dos documentos arquivísticos ultrapassam seus conteúdos, uma vez que eles refletem, justificam, provam e testemunham a essência da entidade produtora (sua institucionalização, sua necessidade social e suas funções). Além disso, sua gênese compreende o resultado do cumprimento das atividades da entidade produtora ou a ordem para que elas se realizem. Em outras palavras, são resultados legítimos e legitimados do caso concreto, são a união do *actio* e do *conscriptio* que compõem a rotina jurídico administrativa da entidade produtora.

Tendo como referência os argumentos dos autores elencados na revisão de literatura, considera-se que o contexto arquivístico e a proveniência podem ser representados e esquematizados na seguinte figura:

Figura 3. Contexto arquivístico e proveniência



Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Legenda:

- 1 Contexto arquivístico
- 2 Contexto de proveniência - contexto de produção dos documentos arquivísticos/arquivos.
- 2.1 Contexto organizacional - como o produtor dos documentos é organizado e pode ser percebido (estrutura interna, relações externas, das interações e mandatos dos seus atores).
- 2.2 Contexto funcional - como as funções do produtor estão estruturadas e podem ser percebidas (missão, funções, atividades, objetivos e tarefas).
- 2.3 Contexto de procedimentos administrativos - processos de trabalho, atividades, ações e transações (responsáveis pela estrutura lógica do arquivo - ordem original).
- 3 Contexto administrativo - gestão e conservação dos documentos arquivísticos.
- 4 Contexto de uso - relação com os usuários.
- 5 Contexto sócio-político, cultural e econômico - tudo aquilo que de certa forma influencia os outros fatores ambientais ou contextos e que é capaz de determinar diretamente os conteúdos, as formas e as estruturas dos documentos arquivísticos.

Esse entendimento tem como base as seguintes considerações apontadas na revisão de literatura realizada no âmbito da pesquisa:

- a) Os documentos arquivísticos têm relação direta, indissolúvel e dinâmica com quem fornece as informações que registram, quem as estabelece e quem as atesta; e se destinam a determinada(s) pessoa(s).
- b) Os documentos arquivísticos têm uma relação direta, indissolúvel e dinâmica com as funções e as atividades

próprias da sua entidade produtora/acumuladora e com os outros documentos que compõem o respectivo arquivo.

c) Nenhuma ação da entidade produtora/acumuladora é composta por um único passo, e sim por uma sucessão contextualizada deles. Além disso, nenhum passo é isolado e independente daqueles que o precedem ou daqueles que o sucedem. Isso também ocorre com os documentos arquivísticos que, produzidos para viabilizar ou comprovar determinada(s) ação(ões), representam os atos necessários ao seu cumprimento.

d) As ações da entidade produtora/acumuladora (compostas por procedimentos e etapas) materializam e acompanham os documentos arquivísticos durante todo o seu ciclo de vida. Cada ação, cada procedimento e cada etapa do procedimento correspondem a documentos arquivísticos específicos (únicos).

e) Os documentos arquivísticos são capazes de demonstrar como decorrem e/ou decorreram as relações administrativas, políticas e sociais da entidade produtora/acumuladora, tanto no âmbito interno como externo. Essas relações podem se dar com outras entidades de mesmo nível ou com as que lhes são, hierarquicamente, superiores ou inferiores.

f) Os documentos arquivísticos são resultantes dos atos de causa e/ou efeito (do que, por quem, para quem, por quê, para quê, quando, onde, como, em que condições) e do ser e do existir das entidades produtoras/acumuladoras.

g) Os documentos arquivísticos nascem para dar vida à razão de suas origens.

h) Os documentos arquivísticos são produzidos e devem ser organizados mediante as necessidades de cada ação, e não por uma escolha arbitrária.

i) Os documentos arquivísticos são provas (refletem tempo e circunstância, o que os torna únicos), antes de serem informação.

j) Enquanto provas, os documentos arquivísticos, involuntariamente, são capazes de testemunhar objetivamente sobre os atos.

k) Os documentos arquivísticos conseguem ser provas justamente por causa da simbiose indivisível entre produtor – contexto – gênese – função.

l) Os documentos arquivísticos não são apenas informação (no sentido de conteúdo), mas também potenciadores de informação.

m) Os documentos arquivísticos são resultado e prova de uma atividade contextualizada; assim, em um primeiro momento, as informações neles registradas, por mais abrangentes que sejam, são vinculadas e marcadas por essas atividades e seus contextos.

n) Os documentos arquivísticos compreendem instrumentos disponíveis aos usuários (internos e externos), nos quais as informações estão registradas.

o) A informação dos documentos arquivísticos não se resume ao que se passa, ela também se refere ao que permanece antes e após a execução dos atos pela entidade produtora. A informação é o reflexo da natureza e significado do documento arquivístico no seu contexto e circunstâncias.

p) A força probatória dos documentos arquivísticos não está relacionada apenas à informação contida no documento em si, mas, principalmente no contexto em que foram produzidos/acumulados, correspondendo às relações que os documentos arquivísticos possuem com as ações para as quais serviram de instrumentos, conferindo-lhes um caráter específico, autêntico e único.

q) São registradas nos documentos arquivísticos informações sobre o estabelecimento, a competência, as atribuições, as funções, as operações e as atuações levadas a efeito pela entidade produtora/acumuladora no decorrer da sua existência.

r) O exercício de caracterização e diferenciação dos documentos arquivísticos reflete dois movimentos cumulativos e não excludentes: (1) o contexto de produção e (2) a compreensão da informação veiculada.

s) Os conteúdos, ou seja, as informações registradas nos documentos arquivísticos são frutos de um contexto relacional e comunicacional que não pode deixar de ser considerado.

t) A compreensão dos conteúdos dos documentos arquivísticos depende da compreensão do contexto arquivístico, principalmente, o contexto de produção.

u) Tanto o ambiente quanto o conteúdo dos documentos arquivísticos são delimitados e definidos pelo sujeito produtor/acumulador (pessoa física ou jurídica).

v) A necessidade de acesso aos documentos arquivísticos se dá em três dimensões: prática/técnica, popular e acadêmica, as quais não necessariamente compreendem o contexto em que as informações foram coletadas e registradas.

x) os documentos arquivísticos são utilizados para: (1) provar - fundamentar tanto os direitos quanto as obrigações do produtor, (2) lembrar - continuidade das ações que compõem a vida dos indivíduos (3) compreender - experiências e saberes técnicos e científicos, (4) identificar-se - instrumentos de referências para a vida dos indivíduos, enquanto fontes de consciência de suas existências e de promoção de suas relações sociais.

Tendo como referência essas considerações, defende-se que os componentes do contexto arquivístico, entre eles o próprio documento arquivístico (enquanto reflexo, prova e testemunho do seu contexto), não respondem

apenas à pergunta **o quê?** (conteúdo), **mas também respondem às perguntas por quem, para quem, por quê, para que, quando, onde, como e em que condições as informações foram coletadas, registradas e utilizadas?** Dessa forma, a informação contida no documento arquivístico não se resume ao conteúdo que foi registrado; seu significado autêntico e íntegro (completo) compreende a soma do *actio* (a ação contextualizada) com o *conscriptio* (o registro contextualizado); e, desse modo, cada um desses requisitos precisam ser considerados tanto no tratamento quanto na promoção do acesso dos documentos arquivísticos.

4 Os requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos

Finalizados os dois percursos de exploração e a análise da teoria, no Direito e na Arquivologia, buscou-se fundamentar a hipótese de que os elementos que compõem o contexto arquivístico são capazes de evidenciar os requisitos que contribuem para a identificação dos documentos arquivísticos que devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

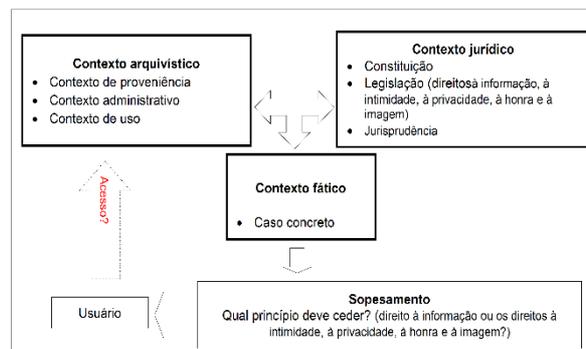
Além disso, considerou-se que a interpretação, a compreensão e a aplicação dos preceitos dispostos nos textos constitucionais e legais brasileiros sobre intimidade, vida privada, honra e imagem não constituem uma reprodução de um conjunto de imperativos fixos e unívocos. Tais procedimentos precisam revelar o sentido e o alcance apropriado da lei para a vida real, conforme praticado pelo Direito, tendo como referência o contexto e as circunstâncias do caso concreto (a extensão da discricionariedade), assim como os interesses, bens, valores, alcances e os limites de aplicação de cada um dos direitos em pauta. Entende-se que, na busca da discricionariedade, ou seja, do contexto fático e do contexto jurídico, as respostas que se pretende encontrar, nos casos de colisões entre os direitos em questão, também podem ser obtidas com o auxílio dos elementos do contexto arquivístico.

Assim, conclui-se que as dimensões contextuais consideradas no âmbito da Arquivologia e no âmbito do Direito compreendem, juntas, os requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos.

No nosso entendimento, as respostas que devem ser procuradas nos casos de colisões entre o direito de acesso à informação e os direitos à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, quando as informações solicitadas estão contidas em documentos arquivísticos, são aquelas que os componentes do contexto

arquivístico, em especial a proveniência, ajudam a responder, pois conferem ao documento seu poder de prova e testemunho dos atos e interesses envolvidos e dão ao conteúdo do documento, ou seja, à informação, seu significado autêntico e íntegro (completo) (*Figura 4*).

Figura 4. Sopesamento



Fonte: Elaboração própria.

Como instrumento de auxílio para a análise, compreensão e correlação do contexto arquivístico com o contexto fático e o contexto jurídico, quando diante de documentos arquivísticos com informações que possivelmente podem ser informações pessoais, recomenda-se o uso dos quadros elaborados no âmbito desta pesquisa que apresentam os traços característicos e distintivos do direito à imagem (*Apêndices A e B*), do direito à honra (*Apêndices C e D*), do direito à vida privada e à intimidade (*Apêndices E e F*).

Dito isso, defende-se que as dimensões contextuais que compõem a *Figura 4* e os quadros dispostos nos *Apêndices* supramencionados, resultados da exploração e sistematização da plataforma teórica apresentada no decorrer deste artigo, compreendem os requisitos que indicam que determinados documentos arquivísticos devem ser estruturados, gerados, administrados e interpretados como possuidores de informações que violam a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (informações pessoais).

5 Conclusão

A Lei de Acesso à Informação é uma conquista de valor inestimável para a sociedade brasileira. Porém, todas as precauções precisam ser tomadas em relação aos documentos arquivísticos, para que o acesso à informação seja responsável e de qualidade, atendendo, principalmente, às expectativas da sociedade em relação aos seus direitos, que não se resumem apenas ao de acesso à informação. Transparência não é sinônimo de negligência e imprudência.

Vale destacar que, para que um órgão público possa observar a publicidade dos seus atos e informações como preceito geral e ter o sigilo como exceção, bem como fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da Administração Pública e proteger as informações consideradas pessoais com eficiência e eficácia, as dimensões contextuais aqui elencadas, principalmente aquelas relativas ao contexto arquivístico e à proveniência, precisam ser consideradas.

Notas

[1] Também se configurou como objetivo específico da pesquisa, no âmbito do doutoramento, analisar os pedidos de informações junto ao Poder Executivo Federal com negativa de acesso por conterem “dados pessoais” e cujos os dados estão disponíveis no e-SIC da CGU. Parte dos resultados obtidos nesta etapa da pesquisa foram publicados em Silva e Venâncio (2016). No artigo em questão, após realizarem uma primeira sondagem, referente aos dois primeiros anos de aplicação da Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal, verificaram uma imprecisão em relação aos termos informação pessoal, intimidade, vida privada, honra e/ou imagem e confirmaram a necessidade da realização de um estudo sobre a temática em questão. Também concluíram que: “existe uma possibilidade real de irregularidades e/ou uma dificuldade por parte dos servidores, órgãos e entidades do Poder Executivo Federal no quesito definição de informações pessoais; bem como ocorre uma dificuldade por parte do cidadão, em relação aos pedidos de informação apresentados.” Diante do exposto, apontaram que frente a essa constatação, justifica-se a necessidade de construir uma plataforma teórica capaz de evidenciar requisitos que caracterizam as informações pessoais, de modo que seja possível promover o acesso pleno aos documentos arquivísticos públicos, respeitando as exceções legais de acesso.” (SILVA; VENÂNCIO, 2016, p. 86) Os dados completos a respeito dessa etapa da pesquisa encontram-se disponíveis na tese de doutorado.

[2] Entendido aqui como o momento de composição do documento, ou seja, a seleção da espécie documental, tendo como referência a identificação jurídico-administrativa do ato que se pretende documentar. Uma vez selecionada a espécie documental, os elementos semânticos e circunstanciais serão submetidos a fórmulas diplomáticas pré-estabelecidas (fixação do texto).

[3] Entendido aqui como o momento em que se conclui todas as etapas da gênese documental (tradição documental); quando então, o documento passa a ser reconhecível em função da sua proveniência, espécie, tipologia, elementos (intrínsecos e extrínsecos) e características (fixidez, naturalidade, unicidade, organicidade, imparcialidade e autenticidade).

[4] Conforme explicado na nota [1].

Referências

- AFFORNALLI, M. C. N. M. *Direito à própria imagem*. 1. ed. 6ª reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.
- AGOSTINI, L. C. de. *A intimidade e a vida privada como expressões da liberdade humana*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2011.
- ALEXY, R. *Teoria dos direitos fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- AMARANTE, A. I. *Responsabilidade civil por dano à honra*. 6 ed., rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- ARANHA, A. J. Q. T. de C. *Crimes contra a honra*. 3 ed. rev., aum. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.
- ARAÚJO, L. A. D. *A proteção constitucional da própria imagem*. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2013.
- ARENDRT, H. *A condição humana*. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BARROSO, L. R. Colisão entre liberdade de expressão e direitos da personalidade: critérios de ponderação; interpretação constitucionalmente adequada do Código Civil e da Lei de Imprensa. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 235, p. 1-36, fev. 2015.
- BEARMAN, D. A.; LYTLE, R. H. The power of the principle of provenance. *Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, [S.l.], p. 14-27, jan. 1985. ISSN 1923-6409.
- BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 161-174. (Estudos da informação, v. 1).
- BELLOTTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- BELLOTTO, H. L. Novas concepções do contexto arquivístico. In: ANDRADE, A. C. N. de (Org.). *Arquivos, entre tradição e modernidade: conferências e trabalhos premiados com menção honrosa no XI Congresso de Arquivologia do Mercosul*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2016. p. 42-50. [no prelo].
- BORNHOLDT, R. M. *Liberdade de expressão e direito à honra: uma nova abordagem no direito brasileiro*. Joinville, SC: Bildung, 2010.
- BRASIL. Arquivo Nacional. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Constituição do Brasil, de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 43, de 2004, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n.1 a 6, de 1994. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 5 out. 1998.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 9 jan. 1991.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- CACHAPUZ, M. C. *Intimidade e vida privada no novo Código Civil Brasileiro: uma leitura orientada no discurso jurídico*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2006.
- CHAVES, A. Direito à própria imagem. *Revista da Faculdade de Direito*, Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 67, p. 45-75, jan. 1972
- COOK, T. The concept of the archival fonds in the post-custodial era: theory, problems and solutions. *Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, [S.l.], jan. 1992.
- DELMAS, B. Os arquivos na sociedade contemporânea. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 5-14, jul./dez. 2010.
- DONEDA, D. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
- DOTTI, R. A. *Proteção da vida privada e liberdade de informação: possibilidades e limites*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- DOUGLAS, J. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. (Orgs.). *Correntes do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 47-74.
- DUCHEIN, M. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP*. París: Unesco, 1983
- GAMIZ, M. S. de F. *Privacidade e intimidade: doutrina e jurisprudência*. Curitiba: Juruá, 2012.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HORSMAN, P. The last dance of the Phoenix or the de-discovery of the archival fonds. *Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, [S.l.], jan. 2002. ISSN 1923-6409.
- HOTT, D. F. M. Dispositivos normativos de acesso aos documentos sigilosos nos arquivos brasileiros. In: RODRIGUES, G. M.; COSTA, M. G. da. *Arquivologia: configurações da pesquisa no Brasil: epistemologia, formação, preservação uso e acesso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. p. 205-235.
- INDOLFO, A. C. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. *Informação Arquivística*, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013
- JIMERSON, R. C. Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.
- KETELAAR, E. Archival theory and the dutch manual. *Archivaria, The Journal of the Association of Canadian Archivists*, [S.l.], jan. 1996.
- MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. P. *La construcción teórica em archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid; Boletín Oficial del Estado, 1996.
- MORAES, W. Direito à própria imagem (I). *Revista dos Tribunais*, São Paulo, Doutrinas Essenciais de Direitos Humanos, v. 2, p. 1089-1117, ago. 2011.
- NUNES, A. A. P. *O direito fundamental de acesso à informação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
- ROBL FILHO, I. N. *Direito, intimidade e vida privada: paradoxos jurídicos sociais na sociedade pós-moralista e hipermoderna*. Curitiba: Juruá, 2013.

- RODRIGUES, A. C. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs.). *Documento: gênese e contextos de uso*. Niterói: EdUFF, 2010. p. 175-192. (Estudos da informação; v. 1).
- ROSSEAU, J; COUTURE, C. *Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SILVA, J. A. *Curso de direito constitucional positivo*. 34 ed. rev. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.
- SILVA, W. A.; VENÂNCIO, R. P. Informação pessoal: uma sondagem sobre a aplicação da lei de acesso à informação no Poder Executivo Federal. *Ágora*, n. 52, v. 26, p. 49-90, 2016.
- SOUSA, R. T. B. A classificação como função matricial do que fazer arquivístico. In: SANTOS, V. B.; INNARELLI, H. C.: SOUSA, R. T. B. *Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Distrito Federal: SENAC, 2007. p. 77-172.
- TEIXEIRA, E. D.; HAEBERLIN, M. *A proteção da privacidade: sua aplicação na quebra do sigilo bancário e fiscal*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2005.
- THOMASSEM, T. Uma primeira introdução à Arquivologia. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, jan./jun. 2006.
- UHLIR, P. F. *Diretrizes políticas para o desenvolvimento e a promoção da informação governamental de domínio público*. Brasília: UNESCO, 2006.
- VENDRUSCOLO, W. *Direito à própria imagem e sua proteção jurídica*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.
- VIEIRA, O. V. *Direitos Fundamentais: uma leitura da jurisprudência do STF*. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

Apêndice A – Possibilidades de violação do direito à imagem

Captar, publicar, exteriorizar, utilizar, projetar, divulgar, representar, reproduzir, expor e/ou explorar, sem consentimento	
<p>1 O QUE</p> <p>1.1 imagem-retrato – permite reconhecer a personalidade/individualidade física (aspectos, características e atributos visuais) de um indivíduo</p> <p>1.1.1 físico, corpo</p> <p>1.1.2 partes destacadas do corpo (quando possível a sua identificação)</p> <p>1.1.3 semblante, fisionomia e aparência exterior, estética, plástica</p> <p>1.1.4 características dinâmicas e particulares como a voz (aspectos sonoros – modo particular de falar e se expressar), gestos, expressões, atitudes e indumentárias</p> <p>1.1.5 integridade física</p> <p>1.2 imagem-atributo – permite reconhecer a personalidade/individualidade moral e social de um indivíduo (conceito social/reputação/fama)</p> <p>1.2.1 qualidades e valores</p> <p>1.2.2 modo de ser compreendido (visto) na sociedade</p> <p>1.2.3 reconhecimento social (conhecimentos, habilidades e/ou competências)</p> <p>1.2.4 conceitos sociais</p> <p>1.2.5 integridade moral e psíquica</p> <p>1.2.6 dignidade</p> <p>1.2.7 inconveniências de cunho moral e íntimo</p> <p>1.2.8 conceito/reputação profissional</p> <p>1.3 imagem-científica – o material genético de um indivíduo, que permite a sua identificação e o seu reconhecimento, distinguindo-o dos demais sujeitos.</p>	<p>2 QUANDO (SITUAÇÕES/HIPÓTESES)</p> <p>2.1 Se tratar de abusos caracterizadores de</p> <p>2.1.1 intromissão/expressão da vida privada e/ou íntima</p> <p>2.1.2 prejuízo/ofensa à honra, boa fama e respeitabilidade do indivíduo</p> <p>2.1.3 relato de fatos inverídicos</p> <p>2.1.4 impressão negativa</p> <p>2.1.5 exploração dolosa, culposa</p> <p>2.1.6 exploração comercial e econômica / aproveitamento pecuniário</p> <p>2.1.7 lesão, falseamento, usuração, contrafação ou adulteração da identidade</p> <p>2.1.8 lesão do interesse individual</p> <p>2.1.9 o titular estiver fora do contexto em que atua (não estiver no exercício de sua vida coletiva e/ou função pública, mas de sua vida particular)</p> <p>2.1.10 situações que suscitam a curiosidade popular</p> <p>2.1.11 satisfeita a exigência policial (captura de fugitivo e/ou o criminoso procurado, por exemplo)</p> <p>2.1.12 satisfeito o interesse público (administração da justiça, manutenção da ordem, saúde pública)</p> <p>2.2 Se tratar de criança/adolescente, embora autorizado pelos pais ou responsáveis</p> <p>2.2.1 desrespeito aos parâmetros de dignidade e preservação da integridade física, psíquica e moral</p> <p>2.2.2 atos/procedimentos judiciais, policiais e administrativos (atribuição de autoria de ato infracional)</p> <p>2.2.3 notícia ou ilustração que se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente</p> <p>2.2.4 cena de sexo explícito ou pornográfica</p> <p>2.3 Em que houve retratação do titular (retirada de licença para o uso pactuado)</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Apêndice B – Exceções ao exercício do direito à imagem

Não se aplica quando se tratar de noticiário, veiculação ou divulgação de matérias:

- 1 de interesse público ou causa socialmente relevante, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; não se preste para veicular matéria publicitária; e a imagem tenha sido obtida por meios admitidos pelo direito
 - 1.1 de interesse científico
 - 1.2 de interesse artístico
 - 1.3 de interesse didático
 - 1.4 de interesse cultural
 - 1.5 de interesse da história (indivíduos que, dentro de um contexto de narrativa histórica, exerceram um papel de destaque)
 - 1.6 de interesse moral
 - 1.7 necessárias à manutenção da ordem pública
 - 1.8 necessárias à segurança nacional
 - 1.9 relacionadas a investigações criminais e atividades investigatórias por parte do Estado
 - 1.10 de cunho policial e/ou identificação criminal (indivíduos procurados pela Polícia – julgados autores de ilícitos penais)
 - 1.11 de interesse e administração da justiça
 - 1.12 de interesse da saúde pública (indivíduo que sofre de doença gravíssima de fácil transmissão e não tem conhecimento, pondo em risco toda a sociedade)
 - 1.13 relacionadas à sobrevivência da sociedade
 - 1.14 verificação de acontecimentos, atuação e ações do Poder Público (transparência, controle do Poder Público e Democracia)
- 2 cujo consentimento (tácito, expresso, oneroso ou gratuito) foi dado, desde que respeitados os limites pactuados (o que, para que, onde, quando e como)
- 3 sobre local, lugar, cenário ou acontecimento público (coletividade não identificada de pessoas ou em ambiente público), desde que os indivíduos retratados integrem a narrativa; sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; não se preste para veicular matéria publicitária; e a imagem tenha sido obtida por meios admitidos pelo direito
- 4 destinadas ao direito de informar e ser informado, desde que os indivíduos retratados integrem a narrativa; sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; não se preste para veicular matéria publicitária; e a imagem tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito
- 5 sobre pessoas públicas e notórias, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; não se preste para veicular matéria publicitária; e a imagem tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito
 - 5.1 obras biográficas literárias ou audiovisuais
 - 5.2 função (profissão ou natureza do serviço) de interesse especial
 - 5.3 famosos (no presente ou no passado), desde que nos limites da sua publicidade e notoriedade
 - 5.4 no exercício de funções e mandatos públicos (ações público-estatais)
 - 5.5 no exercício de ações público-sociais
- 6 proteção dos direitos e das liberdades de terceiros

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Apêndice C – Possibilidades de violação do direito à honra

Imputar, propalar e/ou divulgar um fato determinado ou afirmação genérica, eticamente degradante, injustificado ou ilegítimo, conforme as conjunturas sociais, locais e temporais, resultando em acusação, ofensa, ataque, agressão, xingamento, insulto, depreciação e/ou ridicularização (zombaria)	
<p>1 O QUE</p> <p>1.1 honra externa / objetiva - complexo ou conjunto de predicados ou condições de um indivíduo perante a sociedade e/ou inúmeros agrupamentos sociais em que projeta sua vida (valorização que terceiros fazem da personalidade do indivíduo)</p> <p>1.1.1 reconhecimento social</p> <p>1.1.2 respeitabilidade social</p> <p>1.1.3 mérito / valorização social</p> <p>1.1.4 estima / prestígio social</p> <p>1.1.5 significação moral, social e jurídica</p> <p>1.1.6 reputação / fama / conceito (bom nome) público</p> <p>1.1.7 acatamento e apreço público / opinião pública</p> <p>1.1.8 honra especial ou profissional (ligada ao meio econômico, literário, artístico, científico), agrupamento social (comunidade religiosa, confraternidade e outros) ou a profissão exercida - determinada linha de conduta, traçada pela lei, costumes, cultura, hábitos daquela classe de pessoas</p> <p>1.1.9 honra política (que se relaciona à conduta política)</p> <p>1.1.10 honra familiar (onde se considera o agrupamento social)</p> <p>1.1.11 honra do Estado (instituições, servidores representativos de órgãos, o Estado como pessoa jurídica, o seu representante legítimo e os indivíduos que o integram)</p> <p>1.2 honra interna / subjetiva - complexo ou conjunto de predicados ou condições de um indivíduo que lhe confere estima própria (juízo que o próprio indivíduo tem de si)</p> <p>1.2.1 personalidade</p> <p>1.2.2 brio pessoal / honorabilidade pessoal</p> <p>1.2.3 decoro</p> <p>1.2.4 sentimento da própria dignidade</p> <p>1.2.5 autoestima / autoavaliação</p> <p>1.2.6 autoconsciência</p> <p>1.2.7 virtudes (dotes e qualidades físicas, intelectuais e sociais)</p> <p>1.2.8 respeitabilidade pessoal</p> <p>1.2.9 pudor, decência, ética, probidade e/ou a integridade</p> <p>1.2.10 existência moral (sentimento sobre seus atributos morais - de honestidade, retidão de proceder e bons costumes)</p> <p>1.2.11 patrimônio moral (padrões, condições, costumes, comportamentos, atributos e deveres morais que tem para consigo mesmo e para com seus semelhantes e a sociedade)</p>	<p>2 QUANDO (SITUAÇÕES/HIPÓTESES)</p> <p>2.1 Se tratar de calúnia - exteriorização pública (consumada perante terceiro) de um fato determinado criminoso ou difamatório falso</p> <p>2.1.1 produzindo uma dor/abalo psíquico e/ou moral, acompanhados de atos de repulsa ao ofensor quando o fato atribuído não é verdadeiro</p> <p>2.1.2 produzindo uma dor/abalo psíquico e/ou moral, acompanhados de atos de repulsa ao ofensor quando o fato atribuído é verdadeiro, porém a pessoa visada é inocente</p> <p>2.2 Se tratar de difamação - exteriorização pública (consumada perante terceiro) de um fato determinado ofensivo</p> <p>2.2.1 produzindo uma dor/abalo psíquico e/ou moral, acompanhados de atos de repulsa ao ofensor</p> <p>2.3 Se tratar de injúria - exteriorização (consumada perante a vítima) de afirmação genérica ofensiva</p> <p>2.3.1 produzindo uma dor/abalo psíquico e/ou moral, acompanhados de atos de repulsa ao ofensor, utilizando de elementos referentes a vícios e qualidades negativas que atingem a sua dignidade ou decoro</p> <p>2.3.2 produzindo uma dor/abalo psíquico e/ou moral, acompanhados de atos de repulsa ao ofensor, utilizando de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, posição econômica ou social inferior, origem, à condição de portador de deficiência física ou a condição de pessoa incapaz, idosa, portadora de deficiência ou distúrbio mental, entre outros.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Apêndice D – Exceções ao exercício do direito à honra

Não se aplica quando se tratar de noticiário, veiculação ou divulgação de matérias:	
1	de interesse público ou causa socialmente relevante, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação <ul style="list-style-type: none"> 1.1 de interesse científico 1.2 de interesse artístico 1.3 de interesse didático 1.4 de interesse cultural 1.5 de interesse da história (indivíduos que, dentro de um contexto de narrativa histórica, exerceram um papel de destaque) 1.6 de interesse moral 1.7 necessárias à manutenção da ordem pública 1.8 necessárias à segurança nacional 1.9 relacionadas a investigações criminais e atividades investigatórias por parte do Estado 1.10 de cunho policial e/ou identificação criminal (indivíduos procurados pela Polícia – julgados autores de ilícitos penais) 1.11 de interesse e administração da justiça 1.12 de interesse da saúde pública (indivíduo que sofre de doença gravíssima de fácil transmissão e não tem conhecimento, colocando em risco toda a sociedade) 1.13 relacionadas à sobrevivência da sociedade 1.14 verificação de acontecimentos, atuação e ações do Poder Público (transparência, controle do Poder Público e Democracia) 1.15 necessário ao exercício profissional 1.16 fatos já notórios e de amplo conhecimento do público, devendo ser avaliada a extensão da preexistente notoriedade
2	cujo consentimento (tácito, expresso, oneroso ou gratuito) foi dado, desde que respeitados os limites pactuados (o que, para que, onde, quando e como)
3	sobre local, lugar, cenário ou acontecimento público (coletividade não identificada de pessoas ou em ambiente público), desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação
4	destinadas ao direito de informar e ser informado, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação
5	sobre pessoas públicas e notórias, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação <ul style="list-style-type: none"> 5.1 obras biográficas literárias ou audiovisuais 5.2 função (profissão ou natureza do serviço) de interesse especial 5.3 famosos (no presente ou no passado), desde que nos limites da sua publicidade e notoriedade 5.4 no exercício de funções e mandatos públicos (ações público-estatais) 5.5 no exercício de ações público-sociais 5.6 personalidade de candidato a cargos públicos, tendo em vista esclarecer o eleitorado
6	contendo caricaturas, exceto se a intenção de ridicularizar seja patente
7	contendo fotografias deliberadamente distorcidas, nas quais as imagens são deturpadas pela montagem ou pelo ângulo em que foram tiradas, exceto se a intenção de ridicularizar seja patente
8	proteção dos direitos e das liberdades de terceiros.

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Apêndice E – Possibilidades de violação dos direitos à vida privada e à intimidade

Intrometer, invadir, manipular, divulgar e/ou publicar, sem autorização e indevidamente, independente de má fé, assuntos, fatos e aspectos que compõem os espaços exclusivos de vivência consigo mesmo e/ou convivência reservada (ou particular) de um indivíduo, os quais, segundo a sua vontade, não deveriam repercutir publicamente.	
<p>1. O QUE</p> <p>1.1 Aspectos, circunstâncias e manifestações relativas ao núcleo essencial e mais elementar da personalidade do indivíduo</p> <p>1.1.1 Conduta e comportamento</p> <p>1.1.2 Defeitos, qualidades</p> <p>1.1.3 Autoestima, honra, reputação e pudor</p> <p>1.1.4 Emoções e sentimentos</p> <p>1.1.5 Tendências, convicções e crenças</p> <p>1.1.6 Individualidade</p> <p>1.1.7 Avaliações personalíssimas</p> <p>1.1.8 Preferências, interesses e opções</p> <p>1.1.9 Sonhos, desejos e anseios</p> <p>1.1.10 Valores éticos e morais</p> <p>1.1.11 Valores sentimentais e espirituais</p> <p>1.1.12 Vicissitudes, vícios, manias, hábitos e costumes</p> <p>1.1.13 Critérios educativos (incluindo os paternos)</p> <p>1.1.14 Perfil afetivo</p> <p>1.1.15 Perfil psicológico (incluindo o caráter e as anomalias mentais)</p> <p>1.2 Aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos exercícios cognitivos do indivíduo</p> <p>1.2.1 Desfrute do lúdico e da imaginação</p> <p>1.2.2 Ideias e pensamentos</p> <p>1.2.3 Elaboração intelectual e reflexões</p> <p>1.2.4 Consciência</p> <p>1.3 Aspectos, circunstâncias e manifestações físicas ou corporais do indivíduo:</p> <p>1.3.1 Imagem (retrato, atributo e científica)</p> <p>1.3.2 Defeitos físicos</p> <p>1.3.3 Integridade física e saúde</p> <p>1.3.4 Nudez (em zonas naturistas)</p> <p>1.3.5 Qualidades e expressões corporais</p> <p>1.4 Aspectos, circunstâncias e manifestações relativas às liberdades e autonomia (modo de ser e agir) do indivíduo:</p>	<p>2 QUANDO (SITUAÇÕES/HIPÓTESES)</p> <p>a) Vida privada (latu sensu) – compreender aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos de um indivíduo (em grau médio) em que acontecem relações de convivência moderada (reservada – número limitado de pessoas) e que exige comunicabilidade. Tem-se a identificação e projeção, pelo indivíduo, da sua face externa e interna.</p> <p>b) Intimidade inter-relacional – compreender aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos de um indivíduo (grau mínimo) em que acontecem relações de convivência mínima (mais reservada – número limitadíssimo de pessoas) e que exige comunicabilidade. Compreende a face externa do indivíduo (integridade física e integridade moral), por ele compartilhada.</p> <p>c) Intimidade subjetiva – compreender aspectos, circunstâncias e manifestações relativas aos espaços exclusivos de um indivíduo (grau máximo) em que não acontecem relações de convivência, mas de vivência consigo mesmo, e que não exige comunicabilidade. Compreende a face interna e exclusiva do indivíduo (integridade física e integridade moral).</p> <p>2.1 Se tratar de publicidade (comunicação e repercussão pública e/ou social) involuntária, legal e/ou indevida de assuntos e/ou fatos pertencente à pessoa ou ao indivíduo mesmo</p> <p>2.1.1 que desnuda a personalidade do indivíduo</p> <p>2.1.2 relativos ao modo de ser do indivíduo</p> <p>2.1.3 relativos à condução da própria vida (individual, familiar, doméstica, profissional e/ou social reservada)</p> <p>2.1.4 relativos à relação do indivíduo com os demais membros do seu meio social reservado e/ou familiar</p> <p>2.1.5 que abalam, quebram ou destroem a consistência psíquica e/ou moral do indivíduo, causando sofrimento espiritual, angústia aborrecimentos e dificuldades</p> <p>2.1.6 infúteis, embaraçosos e indiscretos</p> <p>2.1.7 não relevantes para a sociedade e/ou que não necessitam ser comunicados para terceiros para que o sujeito conviva em sociedade</p> <p>2.1.8 não relacionadas com o espaço público de relacionamento do indivíduo</p> <p>2.1.9 relacionados à curiosidade alheia</p> <p>2.1.10 sob falsas perspectivas ou o indivíduo é apresentado sob uma visão distorcida</p>
<p>1.4.1 Decisões e escolhas pessoais/particulares</p> <p>1.4.2 Realização e cumprimento de ações, deveres, obrigações e contratos particulares</p> <p>1.4.3 Liberdades fundamentais relativas à mente</p> <p>1.4.4 Liberdades fundamentais relativas ao corpo</p> <p>1.4.5 Liberdades fundamentais relativas ao espírito</p> <p>1.4.6 Liberdade de locomoção (frequência de lugares)</p> <p>1.5 Aspectos, circunstâncias e manifestações materiais que englobam a posição profissional, econômica e o nível de vida</p> <p>1.5.1 Bens e propriedades particulares</p> <p>1.5.2 Negócios, lucros e prejuízos</p> <p>1.5.3 Rendas e investimentos</p> <p>1.5.4 Dívidas e cobranças</p> <p>1.5.5 Pagamentos e obrigações financeiras</p> <p>1.5.6 Benefícios</p> <p>1.5.7 Receitas e despesas</p> <p>1.6 Aspectos, circunstâncias e manifestações que integram contextos específicos e exclusivos de convivência (situações relacionais)</p> <p>1.6.1 Vida familiar, doméstica e/ou domiciliar e seus reverses</p> <p>1.6.2 Vida cultural, política, social, econômica e seus reverses</p> <p>1.6.3 Vida profissional e seus reverses</p> <p>1.6.4 Vida afetiva e seus reverses (laços conjugais, amorosos, sentimentais, de amizade, parentais, sem prejuízo dos direitos de terceiros)</p> <p>1.6.5 Vida sexual e seus reverses (relações sexuais, comportamentos sexuais, sem prejuízo dos direitos de terceiros)</p> <p>1.6.6 Vida espiritual e religiosa e seus reverses</p> <p>1.7 Aspectos, circunstâncias e manifestações relativas à comunicação do indivíduo</p> <p>1.7.1 Correspondências particulares</p> <p>1.7.2 Conversas particulares</p> <p>1.7.3 Formas e meios de comunicação particulares</p> <p>1.8 Elementos de identificação do indivíduo</p> <p>1.8.1 Nome</p> <p>1.8.2 Endereço</p> <p>1.8.3 Profissão</p> <p>1.8.5 Estado civil</p> <p>1.8.6 Filiação</p> <p>1.8.7 Número de registro público oficial</p> <p>1.9 Aspectos, circunstâncias e manifestações relativas às acomodações e transigências da vida cotidiana</p> <p>1.9.1 Peripécias</p> <p>1.9.2 Reconciliações</p> <p>1.9.3 Alegrias, realizações e êxitos</p> <p>1.9.4 Tristezas, aborrecimentos e decepções</p> <p>1.9.5 Renúncias e sacrifícios</p> <p>1.9.6 Fracassos e derrotas</p> <p>1.9.7 Lazer e ócios</p> <p>1.9.8 Momentos de solidão, isolamento, recolhimento ou tranquilidade moral e do espírito</p>	<p>2.1.11 confidenciais</p> <p>2.1.12 imagens pessoais (fotografias, vídeos, etc.)</p> <p>2.1.13 que o indivíduo não quer que seja de conhecimento geral/público</p> <p>2.1.14 que depõem contra o indivíduo e/ou contra sua família, suas relações e comunicações com outros, sua propriedade e/ou seus negócios</p> <p>2.2 Se tratar de reserva de exclusividade</p> <p>2.2.1 momento do enclausuramento, de isolamento, de reflexão do indivíduo</p> <p>2.2.2 refúgio/fuga espiritual (de ser deixado em paz)</p> <p>2.2.3 desejo do indivíduo de se manter em anonimato (direito de gozar da intimidade em público sem ser reconhecido ou identificado)</p> <p>2.2.4 abstração da necessidade de comunicar-se com os demais</p> <p>2.2.5 abstração de controles e padrões sociais e do poder público</p> <p>2.2.6 abstração das ingerências alheias</p> <p>2.3 Se tratar de invasão e/ou utilização abusiva das comunicações privadas (meios e instrumentos de comunicações)</p> <p>2.4 Se tratar de divulgação de informações comunicadas ou recebidas confidencialmente por um particular</p> <p>2.5 Se tratar de espionagem e outras indiscrições injustificáveis ou inadmissíveis</p> <p>2.5.1 observações ocultas (vigiar, espreitar, espiar, acossar)</p> <p>2.5.2 escutas e gravações sem autorização</p> <p>2.5.3 coleta e registro de imagens sem permissão</p> <p>2.5.4 leitura e reprografia (cópia) de documentos particulares sem autorização</p> <p>2.6 Se tratar de apropriação, por terceiros, de determinados elementos da personalidade e identificação do interessando, para fins comerciais (lucro) e/ou para proveito próprio ou de terceiros, sem autorização</p> <p>2.7 Se tratar de quebra de relação de confiança num âmbito restrito de convivência (distante de um interesse que possa atingir um espaço público de relacionamento)</p> <p>2.8 Se tratar de violações dos espaços particulares de vivência e convivência do indivíduo</p> <p>2.9 Se tratar de violação dos segredos e sigilos relativos a relacionamentos, atividades e procedimentos em que o indivíduo se encontra inserido (contextos específicos e exclusivos de convivência) – segundo dispositivos legais e códigos de ética e conduta.</p> <p>2.9.1 das comunicações (textual, telegráfica, radioelétrica, telefônica, entre outras)</p> <p>2.9.2 de correspondência (incluindo a destruição de correspondência)</p> <p>2.9.3 da fonte</p> <p>2.9.4 das votações</p> <p>2.9.5 de Justiça</p> <p>2.9.6 profissional</p> <p>2.9.7 fiscal</p> <p>2.9.8 das atividades de inteligência e policiais</p> <p>2.9.9 industrial e empresarial</p> <p>2.9.11 de procedimentos administrativos</p> <p>2.9.12 de processo administrativo no âmbito da administração pública</p> <p>2.9.13 relativos a ação popular</p> <p>2.9.14 de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos, aquaviários, etc.</p> <p>2.9.15 de dados armazenados, processados e veiculados mediante atividades de informática - ligadas ao tratamento racional e automático da informação de princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet</p> <p>2.9.17 de informações de engenharia genética, biossegurança e biotecnologia</p> <p>2.9.18 de serviços notariais e registros</p> <p>2.9.19 relativos à assistência à saúde</p> <p>2.9.20 relativos à vigilância sanitária e à vigilância epidemiológica</p> <p>2.9.21 outros segredos e sigilos previstos no ordenamento jurídico e códigos de conduta</p> <p>2.10 Se tratar de interrogatórios mediante processos e meios ilegais como tortura, narcoanálise (mediante o uso de narcóticos), hipnose, detector de mentiras e outros.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Apêndice F – Exceções ao exercício dos direitos à vida privada e à intimidade

Não se aplica quando se tratar de noticiário, veiculação ou divulgação de matérias:	
1	de interesse público ou causa socialmente relevante, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação <ul style="list-style-type: none"> 1.1 de interesse científico 1.2 de interesse artístico 1.3 de interesse didático 1.4 de interesse cultural 1.5 de interesse da história (indivíduos que, dentro de um contexto de narrativa histórica, exerceram um papel de destaque) 1.6 de interesse moral 1.7 necessárias à manutenção da ordem pública 1.8 necessárias à segurança nacional 1.9 relacionadas a investigações criminais e atividades investigatórias por parte do Estado 1.10 de cunho policial e/ou identificação criminal (indivíduos procurados pela Polícia – julgados autores de ilícitos penais) 1.11 de interesse e administração da justiça 1.12 de interesse da saúde pública (indivíduo que sofre de doença gravíssima de fácil transmissão e não tem conhecimento, colocando em risco toda a sociedade) 1.13 relacionadas à sobrevivência da sociedade 1.14 verificação de acontecimentos, atuação e ações do Poder Público (transparência, controle do Poder Público e Democracia) 1.15 necessário ao exercício profissional 1.16 fatos já notórios e de amplo conhecimento do público, devendo ser avaliada a extensão da preexistente notoriedade
2	cujo consentimento (tácito, expresso, oneroso ou gratuito) foi dado, desde que respeitados os limites pactuados (o que, para que, onde, quando e como)
3	sobre local, lugar, cenário ou acontecimento público (coletividade não identificada de pessoas ou em ambiente público), desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação
4	destinadas ao direito de informar e ser informado, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação
5	sobre pessoas públicas e notórias, desde que sejam apresentadas informações verídicas, corretas e imparciais; o texto se restrinja à matéria em foco; a informação tenha sido obtida por meios admitidos pelo Direito; e que a divulgação dos fatos não tenha como objetivo a exposição ao menosprezo, ódio e/ou humilhação <ul style="list-style-type: none"> 5.1 obras biográficas literárias ou audiovisuais 5.2 função (profissão ou natureza do serviço) de interesse especial 5.3 famosos (no presente ou no passado), desde que nos limites da sua publicidade e notoriedade 5.4 no exercício de funções e mandatos públicos (ações público-estatais) 5.5 no exercício de ações público-sociais 5.6 personalidade de candidato a cargos públicos, tendo em vista esclarecer o eleitorado
6	proteção dos direitos e das liberdades de terceiros

Fonte: Elaboração própria, com base na revisão de literatura.

Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas

Analysis of institutional and archival scenario of the Macaé Public Archive: new discussion of problem old

Prof. Dr. José Maria Jardim¹ (1), Prof^a Dr.^a Mariana Lousada² (2) Ms. Juliana Loureiro Alvim Carvalho (3)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 458 - Urca, Rio de Janeiro - RJ, 22290-240, jardimbr@gmail.com. (2) marianalousada@hotmail.com. (3) Universidade Federal Fluminense - R. Tiradentes, 17 - Ingá, Niterói - RJ, 24210-510, juliana_alvimifyou@yahoo.com.br

Resumo

Esta comunicação é resultado da pesquisa de mestrado cujo tema refere-se ao Arquivo Público de Macaé no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas brasileiras, especialmente dos arquivos públicos municipais. Os objetivos são: identificar e analisar o cenário arquivístico e institucional do Arquivo, reconhecê-lo no escopo do Poder Executivo Municipal, bem como suas atribuições; analisar a estrutura político-jurídica e técnico-arquivística do Arquivo Público, a partir dos marcos legais no período de 2005 a 2016; e mapear os procedimentos arquivísticos existentes no Arquivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que compreende as seguintes etapas: a) pesquisa bibliográfica a respeito da história dos municípios como entes federativos após a Constituição de 1988, no intuito de compreender o município de Macaé; b) pesquisa e análise documental nos dispositivos legais produzidos pelo poder público com relação ao Arquivo Municipal e c) aplicação de instrumentos de coleta de dados. Pode-se concluir que, apesar da existência de aparatos legais referentes à questão documental, o Arquivo de Macaé necessita de maior institucionalidade, a fim de exercer suas funções nos termos da Lei 8.159 e do que se concebe como missão de uma instituição arquivística.

Palavras-chave: Arquivo Público Municipal; Município; Macaé; Instituições Arquivísticas; Gestão de documentos.

Abstract

This communication is the result of a Master's Degree research that aims to examine the Macaé Public Archive in the context of Brazilian public archival institutions, especially municipal archives. The objectives of this communication are: identify and analyse the archival and institutional setup of the Macaé archive, examine its role within the scope of the Municipal Executive Office, analyze its technical-archival and political-archival framework based on legislation from 2005 to 2016, and finally map its existing archival procedures. It is a qualitative analysis that comprises the following steps: a) bibliographical research on the history of municipalities as federal entities after the new Federal Constitution of 1988, in order to understand the Macaé municipality; b) documentary analysis and research of the legislation from 2005 to 2016 created by the government in relation to the Municipal Archive, and c) the use of data collecting instruments. The conclusion is that despite the existing legal apparatus, the Archive still needs to improve its institutional, in order to be able to accomplish its assignments as per Law no. 8.159 as well as what is commonly expected as the mission of an archival institution.

Keywords: Municipal Public Archive; Macaé; Archival Institutions; Records management.

1 Introdução

No Brasil, o acesso à informação pública, muitas vezes, acaba sendo destoante dos locais de custódia dos documentos. Isso significa que há discussões recentes acerca da transparência, do *accountability* e de outros requisitos que contribuem para a noção de uma boa governança informacional [1], mas é necessário salientar a importância da existência de uma política arquivística que ampare a gestão, a guarda, a conservação e a eliminação dos documentos.

No artigo do professor Dr. José Maria Jardim, denominado “De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal”, observam-se a inexistência de uma política de arquivos, bem como

grande desconhecimento sobre a adoção de políticas arquivísticas por parte dos diversos órgãos dessa esfera do poder.

Apesar de o Brasil dispor de uma Lei que contemple os arquivos públicos e privados, a realidade de algumas instituições arquivísticas públicas é complexa, no que tange à ausência de recursos tecnológicos, humanos e materiais. Fato esse verificado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) [2], a partir de uma pesquisa realizada em 2008, com o intuito de conhecer a situação arquivística dos estados e dos municípios brasileiros.

O Plano Setorial de Arquivos (2016-2026) elaborado pelo Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) previu a criação de um arcabouço básico para o cumprimento da legislação arquivística e de uma política integrada ao Governo Federal com o Distrito

Federal, Estados e Municípios. Esse documento apresentou como um dos indicadores a existência de apenas 250 arquivos municipais, sendo que, na época, o Brasil contava com 5.565 municípios. No plano, foi mencionado que os documentos arquivísticos produzidos nos municípios não contam com tratamento arquivístico adequado e o acesso à informação é escasso.

Atualmente, há aproximadamente 5.570 [3] municípios. Poucos são os que apresentam arquivos organizados e dotados de políticas arquivísticas, como mencionado nas pesquisas apresentadas acima, o que demonstra uma realidade bem preocupante com relação ao direito à informação pelos cidadãos

Vale lembrar que, para compreender as instituições arquivísticas municipais, é imprescindível conhecer a conjuntura dos municípios, estabelecidos após a Constituição de 1988, pois os municípios tornaram-se autônomos para se organizarem no que diz respeito à saúde, educação, cultura, assistência social, segurança alimentar, moradia, meio ambiente e patrimônio histórico. Fato esse descrito na Lei Orgânica, um instrumento legal que sedimenta e descreve as funções municipais, conforme ressaltado no art. 29 da Constituição Federal de 1988.

Nessa perspectiva, este trabalho refere-se a uma realidade arquivística municipal no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas brasileiras, especificamente o Arquivo Público de Macaé. A escolha por esta delimitação temática de pesquisa ocorreu devido ao interesse em investigar a situação arquivística (atual e passada) do Arquivo mencionado. Para isso, foi importante traçar os seguintes objetivos: 1) identificar e analisar o cenário arquivístico e institucional do Arquivo; 2) identificá-lo no escopo do Poder Executivo Municipal, bem como suas atribuições; 3) analisar a estrutura político-jurídica e técnico-arquivística do Arquivo Público, a partir dos marcos legais, no período de 2005 a 2016; e 4) mapear os procedimentos arquivísticos existentes no Arquivo.

Justifica-se a pertinência do tema por dois fatores relevantes: 1) a importância dos arquivos municipais no contexto nacional; 2) a inserção da pesquisadora, na época, como servidora/arquivista do Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé, fato esse que possibilitou perceber a relevância do Arquivo daquela localidade e as problemáticas existentes; e 3) a quantidade notável de aparatos legais aprovados pela Câmara sobre a institucionalização do Arquivo Público de Macaé e suas funções como órgão do Executivo Municipal.

O recorte temporal analisado refere-se aos onze anos (2005-2016) da criação do Arquivo Público, na época denominado como Arquivo Geral. Considerando-se esse marco temporal, questionou-se: como ocorre o recolhimento, o processamento técnico-arquivístico e o acesso aos documentos sob custódia do Arquivo Público

de Macaé? Os marcos legais são cumpridos e contemplam as necessidades do Arquivo Público? Os aparatos legais produzidos a partir da criação do Arquivo auxiliaram a gestão de documentos e o acesso à informação?

Adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, com a finalidade de responder os questionamentos acima. Os métodos empregados foram: 1) revisão da literatura arquivística sobre instituições arquivísticas e arquivos municipais; 2) pesquisa e revisão bibliográfica a respeito da história dos municípios como entes federativos após a Constituição de 1988, no intuito de compreender o município de Macaé; 3) levantamento, pesquisa e análise documental dos marcos legais produzidos (2005-2016) pelo poder público com relação ao Arquivo Municipal; e 4) a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados (um questionário e um roteiro de entrevista com questões fechadas e abertas - aplicados junto ao atual e ao antigo coordenador do Arquivo Público, respectivamente).

No que concerne às fontes documentais pesquisadas, tratam-se de registros institucionais escritos em formato de leis, decretos e portarias, que foram localizados no *site* da Prefeitura Municipal de Macaé, assim como no Portal Transparência do município.

As perguntas formuladas nos dois instrumentos de coleta de dados foram baseadas na obra *“Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del Records and Archives Management Program (RAMP)”* (EVANS; KETELAAR, 1983). Os autores apresentam um diagnóstico estruturado em nove eixos: apresentação geral; legislação e normas; recursos humanos; recursos financeiros; edifício e materiais; fundos e processos de trabalho; serviços oferecidos e centros de documentação. Além disso, outros diagnósticos realizados em serviços arquivísticos corroboraram como leituras auxiliares para a confecção dos instrumentos.

Esta comunicação estrutura-se em seis partes. As primeiras delimitam o quadro teórico-conceitual de fundamentação da pesquisa e as últimas descrevem o campo empírico deste trabalho, bem como as considerações.

2 A formação das instituições arquivísticas e a noção de instituições arquivísticas

A história das instituições arquivísticas como auxiliares da administração pública remontam ao período da Revolução Francesa, que se constituiu em um marco para a arquivologia e para a formação dessas instituições. A luta por inúmeros direitos proporcionou a ascensão da burguesia, enfraquecendo o poder da Igreja e do Estado Absolutista. Além disso, permitiu a

centralização e o acesso aos documentos por meio da criação do Arquivo Nacional da França, em 1790, na intenção de o Estado manter sua memória reconhecida. Segundo Marques (2013, p. 46), “a criação do Arquivo Nacional na França marca o surgimento das instituições arquivísticas, como o estabelecimento central dos arquivos do Estado”.

No Brasil, o Arquivo Nacional (AN) foi criado em 1838 e denominado Arquivo Público do Império. Apesar de sua institucionalização datar do ano de 1838, a Constituição de 1824, no capítulo IV – Da Proposição, Discussão, Sanção, e Promulgação das Leis, faz alusão ao Arquivo como responsável pela guarda das leis.

As instituições arquivísticas foram o lócus da produção de conhecimento arquivístico, ou seja, emergiram conhecimento técnico que sedimentaram o campo arquivístico, a partir das dificuldades encontradas na organização dos documentos, como, por exemplo, no século XIX, com o surgimento do Princípio de Respeito aos Fundos (1841) e o Manual dos Arquivistas Holandeses (1898). Nesse período é notória a aproximação da arquivologia como disciplina auxiliar da história, o que perdurou, em parte, até a II Guerra Mundial.

No século XX, após a II Guerra Mundial, com o aumento significativo da produção de documentos, a arquivologia se reconfigurou como disciplina, aproximou-se da administração e tornou-se um apoio executivo ao Estado. O formato da instituição arquivística é alterado, especialmente nos países anglo-saxônicos, com a emergência do conceito de gestão de documentos (*records management*) devido a alguns fatores elencados por Indolfo (2013, p.44).

O aumento significativo da produção documental com o incremento das atividades econômicas, sócio-culturais, governamentais, empresariais, entre outras, além da ampliação da produção, uso e difusão das informações registradas em novos suportes, como os magnéticos e os eletrônicos ou digitais. Os Estados Unidos, entre outros países anglo-saxônicos, são considerados pioneiros, desde os anos de 1940, na elaboração do conceito de gestão de documentos (*records management*).

A gestão de documentos está intrinsecamente associada à racionalização da produção documental e à sua eficácia. Surgida no fim de 1940, o conceito advém dos Estados Unidos e do Canadá, tornando-se a solução para resolver a problemática questão da produção documental em alta escala, advinda de mudanças econômicas e sociais de um mundo pós-guerra. Fato esse que modifica e amplia as vocações das instituições arquivísticas, que passam a ser responsáveis pela gerência de todo o processo de produção documental, não sendo restritas à custódia e à perpetuação da memória.

Referente à definição de instituição arquivística, não é apontada na Lei de Arquivos nº8.159, de 8 de janeiro de

1991. Em 2011, entretanto, a I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ) [4] sugere revisão da lei mencionada, ao passo que, desde 2014, há um projeto de revisão aprovado pelo CONARQ, o qual insere uma proposta de conceito para instituição arquivística, como consta no Art. 17:

Aquela que tem por finalidade orientar, coordenar e acompanhar as atividades de gestão, recolhimento, preservação, acesso e divulgação dos documentos de arquivo produzidos, recebidos e acumulados pelos órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício de suas funções e atividades. (BRASIL, 2014).

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq) e o Plano Setorial de Arquivos (2016-2026) propuseram um conceito para instituição arquivística.

Jardim (2012) aponta que a noção de instituição arquivística requer maior densidade como categoria teórica e faz considerações sobre a associação entre arquivo público e instituição arquivística como termos sinônimos.

Nesta seção, buscou-se apresentar a formação de instituição arquivística e sua noção, porque a compreensão de tais fatores auxilia na construção de requisitos para a análise do Arquivo Público Municipal estudado.

2.1 Funções e características dos arquivos municipais

Para que seja possível compreender as funções e as características de um arquivo público municipal, é importante conhecer sua definição em dicionários do campo arquivístico.

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo municipal é aquele órgão público “mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (BRASIL, 2005, p.33).

O Dicionário de Terminologia Arquivística, publicado pela Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, conceitua arquivo municipal como aquela “instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta” (ARQ-SP,2012, p.23).

A Cartilha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais diz que o arquivo municipal é uma

instituição responsável pelos conjuntos de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos municipais no exercício de suas atividades, ou seja, pelos poderes Executivos e Legislativos, representado, respectivamente, pela prefeitura e pela câmara dos vereadores, em decorrência de suas funções administrativas

e legislativas. São também públicos os conjuntos de documentos de caráter público produzidos e/ou recebidos por instituições privadas responsáveis pela prestação de serviços públicos. (CONARQ, 2014, p. 20).

Apesar da relevância dos arquivos públicos municipais brasileiros, conhece-se pouco sobre sua autoridade arquivística e sua capacidade de interagir com os cidadãos e com a administração pública municipal.

No Estado do Rio de Janeiro, há noventa e dois municípios e poucos dados sobre a existência de arquivos municipais, bem como a forma de sua organização. Em consulta ao *site* do CONARQ, especificamente nas entidades custodiadoras do Estado do Rio de Janeiro, localizaram-se apenas três arquivos municipais com o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) [5], sendo eles: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Público e Histórico Municipal de Valença e Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes.

Vale lembrar ainda que a ausência do CODEARQ de alguns arquivos públicos municipais não significa que a presença dessa instituição seja inexistente no município. Por exemplo, o Arquivo Público de Macaé, campo empírico deste trabalho, não possui CODEARQ mas é institucionalizado, de forma legal. Faz-se necessária, portanto, a construção de um censo dos arquivos municipais, para diagnosticar a realidade dessas instituições no Brasil.

Diante do exposto, analisar-se-á a compreensão dos municípios brasileiros, a fim de conhecer essas estruturas administrativas produtoras de documentos. Contextualizar o município como um ente federativo que emerge e se configura a partir da Constituição de 1988 auxilia na discussão abordada nesta seção.

3 Configurações do Município no Brasil: O Caso de Macaé

A forma de administração municipal foi característica de Roma e da Península Ibérica e, de acordo com Edmundo Zenha, “a autonomia destas entidades foi realmente um dos seus mais importantes predicados e efetivamente vigorava mesmo debaixo da dominação” (ZENHA, 1948, p.10).

Os municípios foram criados no Brasil desde a colonização como entidades político-administrativas e embasadas nas instituições romanas. Além disso, eles possuíam a intenção de reproduzir a ordem política da sociedade ibérica. As circunscrições administrativas eram elevadas à categoria de vilas e criavam-se as Câmaras Municipais. As vilas foram caracterizadas no Brasil como “as primeiras instituições regulares da nossa evolução político-social, primeiros passos da

Nação, células das Capitâneas e do futuro do Estado” (BANDECCHI, 1983, p.10).

Outro ponto que requer compreensão é a instalação das Câmaras Municipais no Brasil, que foram inspiradas nas existentes em Portugal. As Câmaras tinham a finalidade de gerir os territórios brasileiros, divididos por capitâneas hereditárias após o descobrimento.

As Câmaras Municipais se constituíam como extensão do poder local com a metrópole. Para Bandecchi (1983, p.28), “as Câmaras se organizavam de conformidade com a lei portuguesa”. Desta forma, atuavam como instâncias nas quais os “homens bons” [6] tomavam decisões e exerciam seus poderes sobre os demais colonos.

As Câmaras representavam poderes administrativos locais e submetidos à coroa portuguesa. Com relativa autonomia, elas tinham como função principal o gerenciamento das atividades comerciais, a prerrogativa de legislar, administrar, exercer competências judiciais, assim como garantir a defesa local.

Com relação à autonomia dos municípios, destaca-se a nova Constituição no Brasil, que foi elaborada no fim do século XIX, devido à proclamação da República em 1889. Nessa Constituição, mencionava-se o caráter federativo do país e no Art. 68 que “os Estados organizar-se-iam de forma que ficasse assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeitasse ao seu peculiar interesse” (BRASIL, 1891).

As Constituições de 1934, 1937, 1946 e 1967 ressaltam certa autonomia nos municípios, em especial no que se refere a eleger os governantes, administrar o próprio território local e taxar impostos na municipalidade. Mas, foi a Constituição Federal de 1988 que concedeu ao município a autonomia de legislar sobre o seu próprio território.

Por conseguinte, os períodos do Império (1827 a 1889), do Estado Novo (1930 a 1945) e do Governo Militar (1964 a 1984) foram categóricos com relação ao poder hegemônico da União. Segundo Teixeira (2009 apud TEIXEIRA, 2012, p.61),

essa hegemonia era uma consequência das diversas facetas dos regimes autoritários levados a cabo no país, com a submissão da política de estados e municípios aos desígnios de um poder central.

A partir do exposto, faz-se necessário, na próxima subseção, analisar a configuração do município após a Constituição de 1988 e compreender sua autonomia como ente federativo.

3.1 A configuração do município após a constituição de 1988

O processo de descentralização dos municípios brasileiros com a nova Constituição Federal de 1988 foi

um fator pertinente a ser debatido, porque ofereceu autonomia no que diz respeito à gestão administrativa, conforme pode ser verificado no Art. 18: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” (BRASIL, 1988, p. 9).

O município, com a Constituição de 1988, passou a ter a função de elaborar a sua Lei Orgânica e eleger seus próprios governantes, ou seja, após o pacto federativo, a administração local conta com autonomia política, administrativa e financeira. Sendo a autonomia financeira a competência que o município possui para instituir e arrecadar os seus próprios impostos, enquanto a administrativa refere-se à capacidade de gerenciar o território local, ao passo que a política envolve propor políticas, legislar e prestar serviços públicos de interesse local.

A respeito da autonomia dos municípios, Soares e Espinosa (2013, p.2) ressaltam que:

Sob a égide da nova Carta Constitucional a realidade do Município sofreu grandes modificações. Essas modificações configuram-se, principalmente, nas mudanças ocorridas na distribuição dos recursos tributários e também no processo de descentralização de políticas públicas, que conferiu ao Município novas responsabilidades político administrativas para exercer com autonomia os assuntos relativos ao peculiar interesse local em decorrência de seu inédito papel no novo padrão de organização federativa que a Constituição implantou.

Com referência à nova configuração que o município adquiriu a partir da Constituição de 1998, Fonseca (1996, p.3) menciona que “o município constitui um espaço privilegiado das relações entre o Estado e a Sociedade Civil”. A administração do próprio território proporcionou ao município mais proximidade entre o cidadão e o poder local.

Diante do explicitado, o campo empírico deste estudo será analisado na próxima subseção.

3.2 O Município de Macaé: histórico e características econômicas, sociais, geográficas e políticas

A criação da Vila de São João de Macaé ocorreu por meio do Alvará de 29 de julho de 1813, constituiu-se como marco para o contexto histórico do município em questão e destacou-se na Legislação do Estado do Rio de Janeiro. Seu território foi desmembrado da Vila de Campos e da Cidade de Cabo Frio. Anteriormente a esse período, havia tentativas de povoamento pelos portugueses, na primeira metade do século XVI.

Entre as principais atividades econômicas desenvolvidas em Macaé destacam-se a pecuária, nos séculos XVI e XVII, o estabelecimento de canaviais, no século XVIII, e de cafezais, no século XIX.

No que diz respeito à formação administrativa do território macaense, ressalta-se a instalação da Câmara Municipal, que ocorreu em 22 de janeiro de 1814.

A Câmara de Macaé possuía por função o gerenciamento das atividades comerciais, a prerrogativa de legislar, administrar, exercer competências judiciais, assim como garantir a defesa local, fato verificado em um documento custodiado no Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé. Com data de 1815, o documento é uma solicitação de isenção ao cargo de juiz ordinário da Vila de São João de Macaé.

Ainda sobre o século XIX, percebe-se que o trabalho escravo era significativo no município em análise. “Macaé contava, segundo recenseamento realizado em 1872, com 35.000 habitantes dos quais foram matriculados 11.599 escravos” (PENHA, 2001, p.27).

No ano de 1846, por meio da Lei Provincial nº 364, de 15 de abril de 1846, Macaé foi elevada à condição de cidade, enquanto em 1910 foi instituída sua administração municipal.

No fim de 1970, com a exploração de petróleo pela Petrobras e por outras empresas, o município sofreu alguns impactos com o aumento da sua população. Atraídos pela esperança de um local melhor para novas oportunidades de trabalho, ou até mesmo por pessoas transferidas de empresas que se instalaram em Macaé, a localidade deixou de possuir características rurais e se tornou um centro urbano, o que não é característico apenas dessa municipalidade. Dowbor (2016, p. 24) resalta que “no Brasil, enquanto nos anos 1950 éramos predominantemente um país rural, em 2016 a população urbana atinge 85%. O país se tornou urbano”.

A respeito dessa nova configuração econômica do município de Macaé, Swatowski (2006, p. 15-16) discorre sobre os impactos trazidos pela instalação da Petrobras e o posicionamento dos antigos moradores daquela localidade

Isto porque a estatal pode ser considerada um agente que acelerou, bruscamente, o processo de crescimento e modernização da cidade, forçando um re-ordenamento espacial, social e de hierarquias. Os antigos moradores de Macaé, com os quais manteve maior contato, assistiram a uma rápida mudança da paisagem sem poder ficar na condição de meros espectadores. Foram impelidos a se encaixar, de alguma forma, num novo ritmo de vida, a remapear o espaço urbano e a lidar com uma população cada vez mais heterogênea – que tem crescido 4% ao ano (segundo estimativas do IBGE).

O município de Macaé foi um local próprio para descanso e com características naturais notórias até meados de 1970, em que se viu deparado com uma nova demanda - estruturar a cidade para ser um centro comercial. A rápida urbanização ocasionou diversos danos ao município e muitos deles são difíceis de aferir.

Na próxima seção, discutirá o cenário institucional do arquivo, objeto deste artigo.

4 Cenário Institucional: O Arquivo Público de Macaé

Um dispositivo legal não é sinônimo de uma política pública, porém é preciso levar em conta a legislação para realizar a análise do cenário no qual se insere uma instituição arquivística. O intuito desta seção é perceber se as decisões/ações do Poder Executivo Municipal de Macaé, realizadas em formato de mecanismos legais, contemplam a questão arquivística.

Ao longo dos onze anos, recorte temporal deste trabalho, foram publicados dispositivos relacionados ao Arquivo Público de Macaé e aos seus documentos.

O primeiro foi a Lei de Criação do Arquivo Geral de Macaé nº 051, de 2005. O aparato legal apresentou a finalidade do Arquivo, definição de protocolo e estrutura organizacional composta por: a) arquivo intermediário; b) arquivo permanente; c) apoio normativo e técnico; d) apoio cultural e e) apoio administrativo.

A avaliação de documentos no município foi prevista na Portaria nº 1.218/2005, publicada no jornal intitulado: O Diário- Diário de Macaé, do dia 11 de agosto de 2005. O prefeito da época nomeou os servidores relacionados, sob presidência do coordenador do Arquivo Geral, para constituírem a comissão encarregada de analisar e avaliar prazos para a implantação da Tabela de Temporalidade Documental (TTD).

No ano de 2006, foi publicada nova Portaria nº 512, de 2006, sobre a questão documental, que designou alguns servidores, também sob presidência do coordenador do Arquivo Geral, para constituírem a comissão responsável pela microfilmagem e digitalização de documentos do Arquivo Geral do Município de Macaé.

O Decreto nº 257, de 2009, intitulou alguns integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos, com novos membros e composta por um arquivista (atual coordenador do Arquivo Público), um técnico de arquivo (graduado em arquivologia) e sete outros servidores com formações diversas. O aparato supracitado foi substituído pelo Decreto nº 279, de 2009, que modificou cinco integrantes do grupo de trabalho.

A Lei Complementar nº 102, de 2008, dispôs sobre a criação do Arquivo Público do Município de Macaé, reafirmou-se a criação do arquivo com outra denominação, que foi vinculado à Unidade da Secretaria Municipal Especial de Planejamento e Gestão e estabeleceram-se outras funcionalidades, que não foram previstas na Lei nº 051, de 2005. Com relação às funcionalidades previstas na Lei nº 102, de 2008,

destacam-se: proceder à racionalização e à eficiência administrativa. Nesse sentido, a Lei destaca a gestão de documentos para como promotora da eficiência e faz alusão à utilização dos instrumentos de gestão, diferencia as fases documentais, assim como ressalta a importância de se constituir uma Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e propor uma política municipal de gestão de documentos.

Essa Lei traz uma nova nomenclatura para o Arquivo, antes denominado pela Lei nº 051, de 2005, como Arquivo Geral do Município de Macaé e atualmente identificado como Arquivo Público de Macaé.

Soma-se a isto, o Decreto nº 211, de 2011, que regulamentou o artigo 7º da Lei Complementar nº 102, de 2008, mencionada no parágrafo anterior, além de instituir a Tabela de Temporalidade dos documentos no âmbito da Administração Pública do Município de Macaé e aprovar o Termo de Eliminação de Documentos.

A Tabela de Temporalidade de Documentos, instituída pelo Decreto supracitado, traz em suas classes assuntos referentes às áreas meio e fim do executivo municipal de Macaé. Nesse Decreto, o prefeito destaca a necessidade de racionalizar e otimizar o espaço do Arquivo Público Municipal, definir prazos de guarda, distinguir os documentos considerados como correntes e/ou intermediários e a preservação do patrimônio documental, nas suas diversas finalidades, em consonância com o princípio de eficiência.

A Portaria da Controladoria Geral do Município (CONGEM) nº 002, de 2016, designou os servidores para compor a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, para acompanhar a diminuição do acervo documental da PMM e o acondicionamento de toda documentação desta municipalidade no Arquivo Geral do Município.

É válido reforçar que o Arquivo é um órgão integrante de uma esfera do Executivo e, para compreender o seu cenário institucional, foi necessário conhecer o arcabouço da Prefeitura Municipal (PMM). O executivo (até o ano de 2016) está dividido por quarenta e três secretarias, uma autarquia e sete fundos.

Atualmente, o Arquivo Público de Macaé é vinculado à Controladoria Geral, uma posição hierárquica favorável ao contrário de outras realidades de arquivos municipais brasileiros.

Foram demonstrados nesta seção os aparatos legais publicados, ao longo de onze anos, sobre o cuidado com os documentos e com o Arquivo Público. Notou-se que a Lei Complementar de criação do Arquivo Geral - nº 051 de 2005- foi norteada pelo ato de criação, que consta no livro *Como Fazer 3 - Como Implantar Arquivos Públicos Municipais*. Diferenciando apenas nos cargos,

pois na obra mencionada o cargo atribuído era diretor e em Macaé optou-se por coordenador do Arquivo Geral.

Os mecanismos legais produzidos pelo município de Macaé demonstram preocupação com a aplicação da gestão de documentos, no intuito de visar a eficiência administrativa e estimular a burocracia em âmbito público. Conceitualmente, esses aparatos foram bem formulados e baseados em outros estudos sobre arquivos municipais. Não se pode afirmar a institucionalização do Arquivo Público de Macaé sem antes conhecer o seu cenário arquivístico.

À vista disso, foi imprescindível uma investigação mais criteriosa, assunto a ser debatido na seção 5, para entender e perceber se houve aplicação da legislação arquivística no Arquivo do município, durante o período de 2005 a 2016, bem como o desenvolvimento de atividades inerentes à gestão, preservação e acesso aos documentos.

5. O Cenário Arquivístico do Arquivo Público de Macaé

Para compreender o cenário arquivístico do Arquivo Público de Macaé foi necessária a aplicação de alguns métodos. Segundo Mills (1975, p.133 apud GONDIM, 2010, p.8), “quem detém o domínio da teoria e do método, tem consciência das suposições e implicações do trabalho que pretende fazer”. Minayo (1992) afirma que um bom método será sempre aquele que, permitindo uma construção correta dos dados, ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. É válido afirmar que o método tem que ser possível de ser concebido.

Definiu-se a abordagem qualitativa com a finalidade de descrever, compreender e analisar os dados coletados. Gondim (2010) lembra que a pesquisa qualitativa busca a compreensão dos fenômenos por meio de instrumentos de natureza qualitativa (observação, participante, entrevista em profundidade, história de vida e outros). É importante salientar que é a natureza do objeto que definirá o método a ser implantado.

De acordo com o campo epistemológico da arquivologia, em especial com o objeto estudado neste trabalho, o Arquivo Público de Macaé, foi importante compreender como estava a situação arquivística após onze anos de sua criação. Para obter tal, foi necessária a aplicação de dois instrumentos de coleta de dados, sendo eles o roteiro de entrevista e o questionário, a fim de mapear os procedimentos existentes no Arquivo Público de Macaé.

Os eixos utilizados no questionário e na entrevista foram fundamentados na proposta de Evans e Ketelaar (1983) e distribuídos da seguinte forma:

a) **Apresentação geral/identificação-** demonstrar dados gerais sobre os entrevistados, tais como: data

do preenchimento, cargo, formação, tempo de atividade exercida no Arquivo e na prefeitura - pelo ator respondente, bem como outras informações pertinentes sobre o local de custódia do acervo, endereço e telefone.

- b) **Legislação e normas-** buscar informações relativas à aplicabilidade dos aparatos legais no Arquivo Público de Macaé. Procurou-se investigar se os mecanismos legais são utilizados; se existem outros instrumentos legais no município; se a formulação da Legislação arquivística de Macaé teve como base dispositivos legais de outros municípios, estados ou do plano federal; se há uma justificativa para a inexistência de um regimento interno; e se o Arquivo possui normas técnicas.
- c) **Recursos Humanos-** apresentar a quantidade de funcionários, as atividades exercidas por eles, as informações relativas à capacitação e treinamentos, assim como o salário médio dos servidores e dos terceirizados do Arquivo.
- d) **Recursos Tecnológicos-** verificar a quantidade de equipamentos tecnológicos existentes no Arquivo, realização de microfilmagem, utilização de *software*, e-mail institucional, intranet, sítio, documentos digitalizados e *backups*.
- e) **Edifícios e materiais-** averiguar as instalações do Arquivo Público de Macaé, tais como: configuração do imóvel, período em que ocupam o imóvel, eventualidades ocorridas, mecanismos de prevenção contra incêndio, total de salas disponíveis para a guarda de documentos e área destinada à armazenagem.
- f) **Características dos fundos custodiados-** inquirir a respeito das principais características dos fundos custodiados com relação à quantidade, data-limite, estágio de tratamento dos fundos, espécies sob guarda do Arquivo e existência de massa documental sem tratamento.
- g) **Funções Arquivísticas, Métodos e Processos de Trabalho-** mapear se as funções, as técnicas e os métodos arquivísticos foram e são executados pelo Arquivo Público.

A escolha por eixos é válida para compreender a estrutura arquivística, as funções exercidas pelo Arquivo Público, os métodos de guarda e preservação documental, dentre outras atividades inerentes ao campo arquivístico.

Para realizar a divulgação das informações coletadas na entrevista e no questionário, foi necessário que o antigo e o atual coordenador do Arquivo concedessem autorização. Para isso, ambos assinaram o *Termo de autorização de uso e imagem e depoimentos*.

Com a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, foi possível compreender que o Arquivo Público, no passado, alcançou certa importância na configuração estrutural do Executivo Municipal de Macaé, a partir da atuação política do antigo coordenador, na elaboração e articulação junto a atores do Executivo e do Legislativo, para a criação dos aparatos legais existentes.

Percebe-se, por meio das respostas obtidas na entrevista, que havia treinamentos no intuito de qualificar o antigo coordenador. O concurso público realizado no ano de 2004 foi outro marco com relação ao investimento de mão de obra especializada, ou seja, os cargos de Arquivologista e de Técnico de Arquivo foram contemplados, a fim de preencherem o corpo técnico funcional do então denominado Arquivo Geral do Município de Macaé. Os recursos materiais e tecnológicos disponíveis, mesmo não havendo orçamento próprio, eram suficientes e atendiam e supriam as necessidades da época.

Com relação à aplicação do questionário junto ao atual coordenador, no total de vinte e nove questões fechadas - formuladas em sim e não, 72,4% foram respostas negativas, ao passo que 27,6% foram afirmativas. Compreende-se que o Arquivo Público de Macaé carece de investimentos: humanos, tecnológicos, estruturais e funcionais, a fim tornar-se uma instituição arquivística, no verdadeiro sentido da palavra.

Os avanços alcançados no início da criação do Arquivo não foram capazes de superar as dificuldades encontradas na conjuntura atual daquele local, que poderia ser considerado como uma instituição arquivística. A falta de investimento nos recursos humanos, financeiros e materiais, corroboram para uma equipe desmotivada na realização das atividades, que atualmente se resume a apenas uma: atendimento à solicitação, organização para atender. O ambiente em que se encontra o Arquivo Público carece de políticas arquivísticas, para que consiga cumprir suas funções e obter visibilidade.

6 Conclusão

A temática acerca dos arquivos municipais no Brasil é pouco debatida pela comunidade acadêmica e pelo CONARQ, além de haver grande desconhecimento sobre como esses arquivos se organizam institucionalmente e arquivisticamente. O desconhecimento dessa realidade por inúmeros atores, do Estado e da sociedade, contribui para a permanência do descaso informacional.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi, primeiramente, reconhecer e apresentar o cenário arquivístico do Poder Executivo de Macaé, especificamente do seu Arquivo Público, no contexto da situação das instituições arquivísticas públicas

brasileiras, principalmente dos arquivos públicos municipais. Percebeu-se, assim, que, apesar de o Arquivo ter sido instituído por meio legal, ele ainda necessita de uma atuação no cenário do Poder Executivo, para que assim consiga desempenhar as funções de uma instituição arquivística pública municipal.

A configuração dos municípios brasileiros, após 1988, tornou-se um elemento norteador para contextualizar Macaé no panorama nacional. Foi identificado, assim, que o município estudado passou por um desenvolvimento notável, mas não planejou o seu espaço urbano e os serviços oferecidos. Motivo pelo qual apresenta inúmeros problemas, típicos de grandes centros urbanos.

A respeito da situação arquivística de Macaé, notou-se que o “recolhimento selvagem” ocorre com frequência no Arquivo Público de Macaé, ou seja, todas as secretarias do Executivo encaminham documentos para o Arquivo, apesar de não existir uma estatística realizada pelo Arquivo. Na aplicação do questionário, os respondentes informaram que esse órgão atua na transferência e no recolhimento de forma passiva, ou seja, de acordo com as demandas dos demais órgãos da Prefeitura; isto é, não há um trabalho conjunto com as secretarias, na conscientização e aplicação da Tabela de Temporalidade, criada no município por meio do Decreto nº211 de 2011. As secretarias entram em contato com o Arquivo e informam que precisam encaminhar alguns documentos para a guarda, pois não possuem espaço físico em suas estações de trabalho e, caso ele se recuse a receber, a Controladoria intervém e permite o recolhimento selvagem dos documentos. Fato este que acarreta uma visível massa documental, que não possui medição, exposta ao tempo e em locais inapropriados, além de todos os funcionários realizarem a mesma tarefa: atendimento à solicitação, porque há uma elevada consulta aos documentos sob custódia no Arquivo.

Desse modo, apesar da inexistência de infraestrutura nos locais de depósitos, os funcionários acabam remanejando outros documentos, a fim de receberem os novos para a guarda.

No momento da aplicação do questionário, a pesquisadora observou a importância e a necessidade de comunicar às demais secretarias alguns critérios para a transferência e o recolhimento dos documentos. Um dos servidores concordou com essa afirmação, de modo que, mesmo não estando prevista no questionário, surgiu a interrogação: como as secretarias irão encaminhar os seus documentos organizados se isso não é um requisito estabelecido pelo setor responsável pela custódia dos documentos arquivísticos? Entretanto, para que haja essa ação, necessita-se de conscientização e treinamento junto às secretarias sobre a importância de manter seus

documentos organizados, a fim de proporcionar eficiência administrativa.

O Arquivo Público de Macaé é um caso atípico de outras realidades arquivísticas do âmbito municipal, conforme verificado na literatura arquivística sobre arquivos municipais estudada, pois ele é munido de dispositivos legais que sugerem uma instituição arquivística minimamente estruturada.

Em concordância com isso, a Lei nº102, de 2008, que institui o Arquivo Público do Município de Macaé, bem como a Comissão Municipal de Arquivos contextualiza a gestão de documentos, reforça o objetivo do Arquivo- enquanto órgão do Poder Executivo- destaca o dever do Coordenador do Arquivo em formular uma política municipal de gestão de documentos e enfatiza a necessidade da Comissão Permanente de Avaliação. A legislação existente em Macaé, com relação ao cuidado com os arquivos, é considerada um avanço, no que concerne o contexto dos arquivos públicos municipais brasileiros.

Entende-se, então, a partir da aferição das respostas no roteiro de entrevista, que o Arquivo recebeu incentivo durante um tempo (2005-2008), além de ser, de certa maneira, atuante e reconhecido na estrutura da Prefeitura. Porém, ao longo dos anos, foi perdendo a sua capacidade de articulação com os demais setores do Executivo Municipal e, principalmente, com a secretaria à qual ele está vinculado – mesmo essa sendo uma secretaria bem posicionada na estrutura da Prefeitura.

Percebeu-se, também, que a simples existência de inúmeros mecanismos legais não corresponde ao desenvolvimento de uma política arquivística, pois a aplicação desses dispositivos é o que fornece o caráter político. Apesar da legislação arquivística existente em Macaé, o Arquivo necessita de maior institucionalidade e capacidade arquivística para exercer suas funções, nos termos da Lei 8.159 e do que se concebe como missão de uma instituição arquivística.

Após a defesa de mestrado (fim do ano de 2017), a pesquisadora realizou a abertura de um processo administrativo contendo algumas recomendações baseadas no modelo de ciclo de políticas públicas para o gabinete do prefeito e esse o direcionou para a Controladoria, local ao qual o campo empírico deste trabalho está vinculado.

No fim do ano de 2018, a autora só conseguiu obter retorno do processo citado no parágrafo anterior, porque fez a solicitação via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). Atualmente, a sede do Arquivo Público de Macaé está em obras. A equipe do arquivo, entretanto, sofreu alterações, uma vez que duas pessoas foram transferidas para outros setores da prefeitura.

Diante disso, espera-se que esse estudo possa ser aprofundado por novas pesquisas de cunho acadêmico referente à realidade arquivística dos arquivos municipais brasileiros. Afinal, o arquivo municipal não representa apenas o local de memória do poder local, ele é um instrumento social para a busca de direitos e desenvolvimento da cidadania.

Notas

[1] Temática discutida na Ciência da Informação. Na arquivologia, o projeto de pesquisa do Professor Dr. José Maria Jardim intitulado: Governança Arquivística Contemporânea: trajetos e (re)configurações das políticas e sistemas públicos de Arquivos no Brasil sob novos cenários sociais e informacionais (1978-2018).

[2] Informações retiradas da Ata 52º da Reunião Plenária Ordinária do CONARQ, de 12/12/2008.

[3] Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

[4] A proposta dessas alterações teve origem na I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ, em dezembro de 2011.

[5] O Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), instituído pela Resolução nº 28 do CONARQ, fornece, por meio de preenchimento do formulário eletrônico, um código previsto na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

[6] De acordo com Edmundo Zenha (1948), os homens-bons eram uma corporação de homens notáveis da localidade, que tomavam parte nas deliberações graves dos municípios e forneciam para as funções destes os respectivos membros.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO(ARQ-SP). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. 3. ed. São Paulo: Quipu, 2012.

BANDECCHI, Pedro Brasil. **O município no Brasil e sua função política**. 5. ed. São Paulo: Ed. Pannartz, 1983.

BRASIL, Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: <<http://www.monarquia.org.br/PDFs/CONSTITUICAODOIMPERIO.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1891) **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 19 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 18 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em 17 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1946) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em 15 mai. 2019.

BRASIL, Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 14 mai. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Emenda constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Senado Federal: Secretaria Especial de Informática, Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro, 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 Jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 17 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **1º Conferência Nacional de Arquivos Por uma política nacional de arquivos**. Brasília, DF, 2012. 50 p.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Ata 52º Reunião Plenária Ordinária do CONARQ. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/Atas/Ata_52_reuniao_plenaria_ordinaria_conarq_20081212.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais**: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.conarqarquivosmunicipais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL (Brasil). **Plano Setorial de Arquivos**. Brasília, DF, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Projeto de Revisão da Lei de arquivos proposta pelo CONARQ disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/noticias/Projeto_de_revisao_da_Lei_de_Arquivos.pdf> Acesso em 20 de maio de 2019.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz: Ética, 2016.

EVANS, Frank B.; KETELAAR, Eric. **Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del RAMP**. Paris: UNESCO, 1983. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000550/055014sb.pdf>> Acesso em: 20 mai. 2019.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Direito à informação**: acesso aos arquivos públicos municipais. 1996. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

GONDIM, Linda Maria Pontes. **A pesquisa como artesanato intelectual**: considerações sobre método e bom senso. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

INDOLFO, Ana Celeste. **Dimensões político-arquivísticas da avaliação de documentos na Administração Pública Federal (2004-2012)**. 2013. 312f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153. ISBN 978-85-7983-266-6.

_____. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no Poder Executivo Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 41, n.1, p. 35-49, jan./abr. 2013.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 051, de 13 de julho de 2005**. Cria o Arquivo Geral do Município. Macaé: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: <http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>. Acesso em 03 fev. 2016.

MACAÉ. **Portaria nº 1218, de 09 de agosto de 2005**. Designa alguns servidores para constituírem Comissão encarregada e Analisar e Avaliar Prazos Documentais, para implantação da Tabela de Temporalidade Documental – TTD em todas as unidades da Prefeitura Municipal de Macaé, a contar de 01 de agosto de 2005. Macaé: Câmara Municipal, [2005]. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1311194757.pdf>>. Acesso em 19 out. 2015.

MACAÉ. **Portaria nº 512, de 07 de abril de 2006**. Designa alguns servidores a constituírem a Comissão Responsável pela Microfilmagem e Digitalização de Documentos do Arquivo Geral do Município de Macaé.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 102, de 18 de abril de 2008**. Institui o Arquivo Público do Município e a Comissão Municipal de Arquivo. Macaé: Câmara Municipal, [2008]. Disponível em: <<http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>> Acesso em 05 mar. 2016.

MACAÉ. **Lei Complementar nº 164, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a reestruturação na Administração Pública Municipal. Macaé: Câmara Municipal, [2010]. Disponível em: <[http://sistemas.macaerj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/\(LC-164-2010\)_LC%20164-2010.pdf](http://sistemas.macaerj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/(LC-164-2010)_LC%20164-2010.pdf)>. Acesso em 05 mar. 2016.

MACAÉ. **Decreto nº 257, de 10 de novembro de 2009**. Designa os integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos. Macaé: Câmara Municipal, [2009]. Disponível em: <<http://sistemas.macaerj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>. Acesso em 10 mar. 2016.

MACAÉ. **Decreto nº 279, de 27 de novembro de 2009**. Substitui integrantes do Grupo de Trabalho para elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos. Macaé: Câmara

Municipal, [2009]. Disponível em:
<<http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>
. Acesso em 12 mar. 2016.

MACAÉ. Decreto nº 211, de 22 de novembro de 2011.
Dispõe sobre regulamentação da Lei Complementar Municipal nº 102/08 e institui a Tabela de Temporalidade dos documentos no âmbito da Administração Pública do Município de Macaé. Macaé: Câmara Municipal, [2011].
Disponível em:
<<http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/transparencia/legislacao>>
. Acesso em 12 mar. 2016.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Arquivologia brasileira**: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

SOARES, Wilcinete Dias; ESPINOSA, Marcello. O Município na Constituição De 1988. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v.1, n.000040, p.1-19, Ago. 2013. Disponível em:
<<http://semanaacademica.org.br/artigo/o-municipio-na-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PENHA, Ana Lúcia Nunes. **O Município de Macaé**: fortunas agrárias na transição da escravidão para o trabalho livre. 2001. 123 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História Econômica e Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

SWATOWISKI, Cláudia Wolff. **Igreja Universal na “capital nacional do petróleo”**: considerações sobre as dinâmicas da comunicação de massa “a serviço de Deus”. 2006. 116 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. **Estado, governo e administração pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

ZENHA, Edmundo. **O município no Brasil (1532-1700)**. São Paulo: Ed. Ipê, 1948.

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental

Records Classification Tools proposed by Conarq and Senado Federal: a comparative analysis from the standpoint of their documental production

Paulo José Viana de Alencar (1), Clarissa Schmidt (2)

(1) (2) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ - Brasil - CEP: 24210-510

(1) E-mail: alencarpauloj@outlook.com (2) E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

Resumo

Considerando que a classificação é apontada como uma importante função arquivística e influencia a execução eficiente de quaisquer programas de gestão de documentos, esta pesquisa analisou e comparou os instrumentos de classificação elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq e pelo Senado Federal – SF. Inicialmente realizou-se um esforço de revisão considerando a formação dos princípios classificatórios enquanto saber na Arquivologia; os diferentes contextos organizacionais ao redor destas entidades, para então, dar-se ênfase aos métodos de elaboração destes instrumentos de gestão e suas relações de consonância e ruptura com a teoria arquivística. Os resultados demonstram que o instrumento de classificação do Conarq apresenta uma ausência de rigor teórico e metodológico, bem como a falta de expansibilidade de suas classes, o que traz problemas urgentes para os órgãos públicos que o têm como modelo, ou, usam-no para classificar seus documentos oriundos das atividades-meio da administração pública do executivo federal. Por outro lado, o instrumento de classificação do Senado Federal apresentou, parcialmente, uma superação dos pontos de melhoria em relação ao instrumento do Conarq.

Palavras-chave: Arquivologia; Classificação de documentos de arquivo; Metodologias de classificação; Classificação baseada em assuntos; Classificação funcional; Classificação por tipo documental.

Abstract

Considering that, classification is an important archival function and it influences the efficient execution of any Records Management Program this research analyzed comparatively the records classification tool looking specifically for facilitative activities developed by Conselho Nacional de Arquivos – Conarq and Senado Federal –SF, both from Brazil. It has made an effort considering the development of classification principles in Archival Science and the different organizational contexts around these entities, after that, it put highlight for the method of development of these tools and their relationships of consonances and ruptures with the archival theory. The results demonstrate that the records classification tool developed by Conarq shows an lack of theoretical and methodological rigor, as well, as expandability of their classes, which bring urgent problems for those public agencies whose have such tool as an model, or, use it for classify their records which derivate from facilitative activities from public administration in Federal Executive domain. On other hand, the tool developed by SF shows partially an overcoming of the improvement points identified in the Conarq's tool.

Keywords: Archival Science; Records classification; Methodologies of classification; Subject-based classification; Functional-based classification; Typology-based classification.

1 Introdução

Na medida em que a produção, recebimento e acumulação de documentos no âmbito da administração pública seja comum (AMPUDIA MELLO, 2017, p.19), o documento de arquivo ocupa um lugar central nesse contexto, já que o mesmo é produzido no transcurso de uma atividade e mantém relações orgânicas com os demais, o que lhe confere valor de prova e testemunho sobre os atos públicos que registram (BELLOTTO, 2006, p.37).

Do ponto de vista da Diplomática Arquivística, este valor de fonte de prova deriva das propriedades de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade do documento de arquivo

(DURANTI, 1994, p.51-52), bem como, na relação entre a indissolubilidade entre a informação, o meio documental, o suporte, a proveniência, e, principalmente, ao vínculo entre os documentos de arquivo do mesmo contexto genético (BELLOTTO, 2010, p.161).

Tratando-se especialmente daqueles documentos mais próximos de seu respectivo produtor, o valor de fonte de prova se manifesta administrativamente útil, já que o mesmo constitui parte do processo decisório, segundo Rousseau e Couture (1998, p.118). Entretanto, Smit (2017, p.8-9 grifo nosso) recentemente observou as ideias de Angelika Menne-Haritz e argumenta na direção de outro atributo, como vemos:

A sociedade contemporânea, globalizada, bombardeada por um excesso de informações (nem sempre verdadeiras), submetida a constantes críticas através das redes sociais (nem sempre fundamentadas) e cobrada em termos de transparência vive uma mutação permanente em função de uma dinâmica em boa parte impulsionada ou produzida pela tecnologia. As instituições, empresas e corporações são submetidas à mesma dinâmica e frequentemente a tomada de decisões acontece diante de cenários novos, que não estão presentes nos documentos de arquivo. **Estes documentos, portanto, não constituem mais, forçosamente, uma passagem obrigatória para a tomada de decisão, mas continuam essenciais, mormente em momentos de transição e rápidas alterações, pois lhes cabe atestar o funcionamento institucional, conferindo às instituições estabilidade graças ao autoconhecimento processual.**

O predicado do conhecimento através dos documentos de arquivo ganha força a partir da perspectiva orgânica, esta que também elucidou o arquivista norte-americano Oliver W. Holmes (1964, p.1, tradução nossa):

O conhecimento existe em duas formas: (1) “conhecimento ativo”, o que significa que pode ser encontrado nos cérebros dos seres humanos e está disponível a estes a qualquer momento como base para ações, e (2) “conhecimento passivo” (ou conhecimento potencial) que existe em grandes reservas de documentos nos quais foram registradas experiências, observações, pensamentos e descobertas de outros homens, mormente aqueles do passado.

Para Holmes (1964, p.1-2) o conhecimento passivo ou potencial contido nos conjuntos de documentos de arquivo, deve ser transformado em conhecimento ativo por arquivistas na medida em que estes: 1) preservem sua imparcialidade e segurança, e 2) o disponibilizem para guiarem a produção de conhecimento ativo.

A disponibilização dos conjuntos orgânicos depende, via de regra, do seu processamento. Nesse sentido, para arquivista espanhola Martín-Pozuelo Campillos (1996, p.50), a classificação de documentos de arquivo representa a função arquivística mais importante, pois materializa o princípio da proveniência, e, não obstante, demonstra a disciplina arquivística em seu conjunto.

A centralidade dessa função arquivística também é perceptível historicamente, como observaram Schmidt e Smit (2015, p.2) a partir de Brenneke, comentando a reconstituição prática-conceitual da classificação, onde: o período do século XVI ao XVII é marcado pela predominância do método “prático indutivo”; já no século XVIII era relevante a presença de sistemas teóricos dedutivos influenciados pelo iluminismo. Por fim, as autoras apontam que a partir do final do século XIX até nos dias atuais, a percepção acerca desta função é que ela está arraigada nos princípios teóricos que estruturam o próprio *corpus* científico da Arquivologia, como também corroboram outros autores (BARROS; MORAES, 2013), como o princípio da proveniência e a noção de vínculo arquivístico [1]. Por isso, é definida

como uma função arquivística (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), e, como tal, está sujeita a transformações de entendimentos na medida em que a ciência dos arquivos também se transforma.

No momento do surgimento do conceito de gestão de documentos, por volta de 1940, primeiramente no âmbito da administração pública norte americana, e posteriormente incorporada à Arquivologia (SCHELLENBERG, 2006), ocorre uma renovação do universo epistemológico e da própria prática na área (INDOLFO, 2012). Desta forma, é percebida uma necessidade de diferenciar a classificação realizada nos arquivos mais e menos próximos ao uso rotineiro da administração, aonde decorre a distinção entre classificação e arranjo, como esclarece Eastwood (2000, p.93 tradução nossa):

A palavra classificação não é mais satisfatória, isso denota o arranjo ou ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na ciência arquivística para o processo de organizar documentos correntes. Em contraste a isto a essência do arranjo arquivístico é a identificação das acumulações naturais de documentos de arquivo que tomam forma durante o processo de sua geração.

Efetivamente, a materialização da classificação é dada através da elaboração do plano de classificação. Este, que no instrumento terminológico de Pearce-Moses (2005, p.100 tradução nossa) é definido como:

Esquema de classificação (também plano de classificação) - Diagrama ou gráfico que descreve categorias padrão usadas para organizar documentos de arquivo com características similares [...] Os planos de classificação geralmente são de natureza hierárquica, e, frequentemente associam códigos com cada classe. Tipicamente utilizados nos escritórios de origem para arquivar os documentos de arquivo correntes, ou em arquivos como auxiliares a busca.

Camargo e Bellotto (1996, p.60), neste sentido, enfatizam que o plano de classificação é o esquema no qual se processa a classificação de documentos de arquivo.

Enquanto que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.132), por sua vez, destaca a forma de elaboração desse instrumento:

Plano de classificação – esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise de um arquivo (1) por ela produzido. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes.

Apesar de definições em muitos aspectos divergentes, de uma forma geral, a análise das funções das instituições como método de classificação mais adequado é consenso entre autores como: Schellenberg (2006, p.96); Orr (2005, p.109); Foscarini (2009, p.283), Sabourin (2000, p.143), entre outros.

Contudo, como parte da literatura demonstra, ainda há a falta de parâmetros claros para a elaboração do instrumento responsável pelo processamento da classificação (BARROS; MORAES, 2013, p.58), (MELLO; RODRIGUES, 2012, p.602).

Os princípios arquivísticos e os elementos da ação que dão origem aos documentos de arquivo proveem um caráter contextual à classificação, todavia, como se tratam de princípios científicos, estes se descortinam em metodologias de aplicação diversas, e, igualmente científicas, que, em consequência disso são passíveis de análise.

Assim, o presente trabalho nasceu a partir: a) de reflexões suscitadas na disciplina Classificação em Arquivos, cursada durante a graduação em Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, que se tornaram fio condutor do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido posteriormente, bem como, b) da exposição da mídia sobre os gastos com armazenagem de documentos pela administração pública federal [2].

Ainda que somente na função arquivística da avaliação seja possível atribuir prazos de guarda e destinação aos documentos de arquivo, é na classificação que ocorre a produção de uma imagem da organização e das funções as quais os documentos derivam, ou seja, é quando o contexto de produção destes é demarcado, e, conseqüentemente pode-se suceder às demais funções arquivísticas.

Deste modo, um esforço que vise a comparação de metodologias de classificação, então, se mostra oportuno para observar as consonâncias e rupturas desta operação com a teoria arquivística, onde o produto desta análise poderá servir de base para possíveis ajustes visando a execução da prática classificatória mais adequada.

Nesse sentido, esta pesquisa analisou e comparou as metodologias utilizadas na elaboração dos instrumentos de classificação produzidos pelo Conarq e Senado Federal, especificamente no que se referem às atividades meio.

Assim, os objetivos da pesquisa se desdobram em um objetivo geral, e, alguns objetivos específicos. Foi nosso objetivo geral: a) Analisar as metodologias para identificar as consonâncias e rupturas em relação a teoria arquivística nos instrumentos de classificação de atividades meio elaborados pelo Conarq e SF.

O alcance do objetivo geral demanda, por consequência lógica, o cumprimento de alguns objetivos específicos, estes que foram: a) Identificar a formação da Arquivologia enquanto campo do saber a partir do estabelecimento dos princípios classificatórios; b) Reconhecer a função classificação na perspectiva da gestão de documentos; c) Analisar conceitos e metodologias da classificação arquivística, e, d)

Comparar os instrumentos de classificação do Conarq e SF.

Objetivos estes, perscrutados através de revisão de literatura (GIL, 2002, p.44-45), isto é, o levantamento dos autores relevantes e relacionados à matéria em discussão, sua postulação coesa e a apreciação final do conteúdo pesquisado.

2 Os princípios classificatórios: do fazer ao saber

Fruto da Revolução Francesa, a criação do Arquivo Nacional da França representa um marco também, pelo reconhecimento do Estado da sua responsabilidade sobre o seu patrimônio documental, bem como na inauguração do princípio de acessibilidade aos arquivos (POSNER, 2013, p.275-276). Nessa linha de pensamento, Jardim (2015, p.20) corrobora resumando o processo, afirmando ser a Arquivologia filha do Estado Nacional em formulação na época.

A partir do surgimento das instituições arquivísticas, é observado que o tratamento dispensado aos documentos de arquivo é fundamentalmente caracterizado pela aplicação de métodos oriundos da Biblioteconomia, bem como pela concepção de documento de arquivo a partir da ótica ideológica –recorrente no século XVIII– (DUCHEIN, 1986). Sobre tal ideiação, nos diz Duchein:

Esta concepção ideológica da classificação de arquivos achava-se, então, universalmente disseminada. Era a época dos grandes sistemas de classificação científica, como o de Curvier para a Zoologia, o de Linneo para a Botânica, e o de Berzéluís para a Química. Pela ótica dos historiadores de então, o documento de arquivo era considerado por seu valor intrínseco, independentemente de seu contexto, da mesma maneira que, nas escavações arqueológicas - em Pompéia, por exemplo, ou no Egito durante a expedição de Bonaparte - só houve interesse pelos objetos de arte encontrados, como peça de coleção sem a preocupação de conservá-los no âmbito de seu descobrimento. (DUCHEIN, 1986, p.15)

Duchein, ao diferenciar a concepção ideológica de arquivos, indica então que existe uma natureza específica dos documentos de arquivo e esta é inerente à sua classificação, entretanto, como observou Schellenberg (2006, p.240) ao comentar a experiência de classificação temática de Camus e Daunou, entre meados do século XVIII até meados do XIX, no Arquivo Nacional da França, esta concepção gerou um colapso na administração daquele Arquivo.

Tal situação só começaria a ser superada pela institucionalização em 1841, por Natalis de Wailly, historiador e diretor da seção Administrativa do Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, do princípio de *respect des fonds*, ou princípio de respeito aos fundos. Este foi definido como a reunião de

[...] todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e

dispõem determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se referam “a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família...” (DUCHEIN, 1986, p.16)

Dessa forma, o princípio de respeito aos fundos alcança maior escala à prática arquivística e se torna, por outro lado, o primeiro fundamento teórico da área.

Na Prússia, posteriormente, como nos aponta Schellenberg (2006, p.245) o *provenienzprinzip*, ou princípio da proveniência, seria pensado com vistas ao agrupamento de acordo com as unidades administrativas. Como comenta o arquivista norte-americano:

O *Provenienzprinzip* simplesmente estabelecia que as principais divisões, no Arquivo do Estado, deviam ser formadas pela separação dos documentos originários das diversas unidades administrativas do governo. O reagrupamento dos documentos de diferentes órgãos, por assuntos, foi então reconhecido como um método impraticável, especialmente depois do grande aumento que sofreu o volume dos documentos transferidos (SCHELLENBERG, 2006, p.246).

Martín-Pozuelo Campillos (1996), todavia, atribui a Ernst Spiess a criação de tal princípio em sua obra *Von Archiven* publicada em 1777. Ainda de acordo com a autora, o princípio da proveniência possui dois níveis complementares: o de respeito aos fundos e respeito a estrutura dos fundos e a ordem dos documentos no interior dos mesmos (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.24).

Face ao entendimento consolidado, Douglas (2016) dá luz à outra percepção deste princípio arquivístico. A autora levanta uma possível compreensão do mesmo dentro de três olhares: como princípio organizativo, como construto físico e intelectual, e, como contexto sócio histórico.

O princípio da proveniência enquanto princípio organizativo, segundo a autora, representa a dissociação com o princípio de respeito aos fundos por motivos históricos, ressaltando o caráter pragmático da definição francesa em função do teórico (DOUGLAS, 2016, p.47-55).

Por sua vez, a visão enquanto construto físico e intelectual aponta que os arquivos com os quais os arquivistas lidam atualmente são diferentes em muitos níveis daqueles do século XIX. Douglas indica ainda perspectivas diferentes sobre a ordem original e a problemática da definição de fundo arquivístico sob natureza física versus abstrata (DOUGLAS, 2016, p.55-60).

Já a perspectiva de contexto sócio histórico é uma proposta endossada por Nesmith, citado por Douglas (2016, p.60), de levar em consideração os processos históricos e sociais na percepção do princípio da

proveniência, haja vista a influência dos mesmos na formatação do corpo de documentos (DOUGLAS, 2016, p.60-68).

Se no modelo de instituição arquivística promulgado após o período revolucionário contou-se também com ideia de acessibilidade aos arquivos públicos, como sugeriu Posner (2013), o princípio da proveniência, ao estabelecer a estrutura dos fundos, estabeleceu um direcionamento teórico fundamental para a função classificação. Posteriormente, quando do surgimento da gestão de documentos, a classificação desempenharia também um papel decisivo para o acesso aos documentos públicos.

2.1 Gestão de documentos e o papel da classificação na transparência

Face a problemas administrativos e ao eminente colapso pela acumulação de massa documental, foi criada, nos Estados Unidos, em 1947, a *Commission On Organization of the Executive Branch of the Government*, conhecida como Comissão Hoover (FONSECA, 2005, p.45), que definiu a necessidade em administrar, de forma científica, a documentação produzida pelo governo daquele país, no desempenho de suas funções, atividades e atos. Desse modo, instituiu-se que a gestão de documentos seria:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências (44 U.S.C. Chapter 29 *apud* FONSECA, 2005, p. 73, tradução da autora)

Jardim (1987, p.36) observa que uma das influências teóricas da gestão de documentos no universo da administração pública norte americana provém da noção de administração científica de Frederick Taylor e Frank Gilbreth, as quais reforçavam a ideia de eficiência nos processos administrativos.

No Brasil, a trajetória da gestão de documentos representou, à época, um desafio de renovação do papel das instituições arquivísticas, outrora essencialmente ligadas ao papel de exclusivamente custodiadoras de acervos para a pesquisa histórica, papel este mais próximo ao século XIX do que ao XX (JARDIM, 1987, p.39).

Nesse cenário, a atuação do Arquivo Nacional estava vinculada à tradição de instituição arquivística, o que Kecsméti (1988, p.5-6) denomina “arquivos nominais”, estes que tinham nomenclatura de arquivos, entretanto, não dispunham de recursos humanos, financeiros, orçamentários e materiais para a administração profissional do órgão e seus serviços.

Sobre esta época, Paes (1987, p.18) ressaltaria que o desconhecimento dos arquivos e suas funções obscureceu a liderança por arquivistas de órgãos com atribuições de arquivo e protocolo para se direcionar majoritariamente profissionais de outras áreas, como: bibliotecários, historiadores, cientistas sociais e etc., que, embora competentes em seus campos de atuação, não detinham do *know-how* da Arquivologia.

A autora pontua que, em decorrência desse fato, criou-se uma supervalorização de arquivos permanentes e seu valor histórico, à revelia daqueles correntes e mais próximos dos órgãos produtores ou acumuladores.

Sobre a importância dos arquivos correntes, cita a autora:

Entretanto, é nessa fase corrente — quando os arquivos estão se formando — que se deve criar as condições indispensáveis para que a documentação produzida ou recebida em decorrência das atividades de qualquer instituição seja sistematicamente organizada, controlada de forma racional e bem conservada em termos físicos para colocá-la, de maneira rápida e precisa, à disposição do usuário, seja ele uma autoridade com poder decisório, um funcionário burocrático, um técnico, um cientista, ou, enfim, um cidadão comum em busca da comprovação de seus direitos (PAES, 1987, p.18).

Paes (1987, p.18) identifica também que o produto de tal negligência no tratamento de documentos correntes gera uma imagem social negativa de arquivos, e da própria administração pública perante a sociedade, pois impossibilita o aumento da qualidade dos serviços prestados.

Se por um lado é evidente que o aumento da produção documental influencia a necessidade de se gerenciar os documentos com vistas à economia nos fluxos de trabalho, na esfera pública em especial, a facilidade e o acesso aos documentos de arquivo em sua gênese deriva da classificação, materializada em um plano de classificação que identifique os documentos produzidos, recebidos e acumulados (PAES, 1987, p.20).

Então, de maneira global, o princípio da proveniência demonstra, portanto, que a fundamentação teórica da Arquivologia acena na direção de que o fazer arquivístico é permeado pela análise do contexto da instituição produtora de documentos e, invariavelmente, a classificação de documentos de arquivo também o é, assumindo assim um papel essencial na gestão de documentos.

Cabe portanto, discutirmos sobre as formas que assumem as interpretações do princípio da proveniência, isto é, as metodologias de classificação e os instrumentos gerados.

3 Metodologias de classificação

No âmbito da gestão de documentos, a classificação se aplica em objetos distintos. Pode-se classificar os arquivos de acordo com as características de seus principais fundos (arquivos militares, eclesiásticos), o caráter da instituição produtora (arquivos públicos e privados), o tipo de administração (municipais, estaduais, nacionais), seu suporte (papel, suportes eletrônicos), e, principalmente, os documentos de arquivo de um fundo de acordo com as funções que os geraram (HERRERO; DÍAZ, 2012, p.134).

A arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera (1997, p.101) também disserta sobre, e atenta ao fato de que surgiram outras classificações de arquivos para atender ao caráter específico da documentação custodiada pelas instituições, bem como pelo seu suporte.

A classificação de arquivos por temática, alerta Heredia Herrera (1997, p.102), provê um sentido artificial ao termo, pois, ao mesmo tempo: não auxilia na clarificação do que está sendo custodiado por determinada instituição, assim como também fica alheia ao conceito de documento de arquivo, este, norteador evidente na teoria e prática arquivísticas.

Na mesma perspectiva, a arquivista italiana Fiorella Foscarini (2009, p.3 tradução nossa), identifica a classificação de documentos de arquivo à guisa de um modo procedimental de exercer o controle sobre os documentos, onde o papel de fazer explícito o vínculo arquivístico é tido como primordial:

Através do ato de classificar, a rede de relações inerentes na natureza de cada documento de arquivo é não só iluminada, como também estabelecida e perpetuada. Nesse caminho, o significado de cada documento de arquivo em relação a todos os outros, assim como à estrutura de todos os documentos (fundos arquivísticos) podem ser entendidas e transmitidas através do tempo.

Pois, arremata a autora:

Cada plano de classificação é necessariamente diferente uns dos outros, muito embora nós possamos esperar algumas similaridades entre produtores de documentos aos quais foram confiadas as mesmas funções. Em qualquer caso, um deles não deve sobrepor qualquer plano de classificação artificial, ou pré-estabelecido para uma acumulação de documentos, mesmo aonde o plano pudesse prover acesso aos documentos, pois, fazendo isso, os relacionamentos seriam inevitavelmente alterados ou obscurecidos. Isso não significa que a recuperação não é relevante para a classificação de documentos de arquivo. É relevante, como um benefício colateral, à medida em que não contradiz o propósito primário dos documentos de arquivo. (FOSCARINI, 2009, p.3 tradução nossa)

Os benefícios ora identificados por Foscarini (2009), o são igualmente para Orr (2005, p.32). Rocha (2012, p.278) observa esse aspecto aplicado na gestão de documentos, e, destaca: (1) o estabelecimento da relação orgânica de documentos oriundos de uma mesma atividade; (2) identificação consistente que permite

independência as variações da forma documental, e, suporte; (3) auxiliar na recuperação de documentos de arquivo sob uma mesma atividade, e, (4) oportunizar a avaliação de um conjunto relacionado para que sejam transferidos, recolhidos ou eliminados coletivamente.

Orr (2005, p.31) se questiona sobre os princípios de construção dos planos, e nesse aspecto, o autor destaca a necessidade de uma classificação hierárquica (isto é, não facetada, com classes necessariamente em diferentes níveis e excludentes no mesmo nível) tendo em vista a natureza da informação orgânica arquivística, e baseando-se em Bowker & Starr determina que:

- Cada sistema deve ser baseado em um único princípio classificatório;
- As classes são mutuamente excludentes;
- Sistema proverá a cobertura completa do mundo que descreve (ORR, 2005, p.31)

Schellenberg, por sua vez, considera que devem ser levados em conta três elementos principais durante a classificação: “a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz; e c) o assunto dos documentos.” (SCHELLENBERG, 2006, p.84).

No que se refere ao primeiro elemento, o autor o associa a própria definição de documento arquivístico que foi construída desde fins do século XIX até atualidade, quando assinala o documento de arquivo como produto de uma ação. Nesse sentido:

Os documentos públicos, na sua maioria, são produto de uma ação e subdividem-se em grupos que se referem a ações. Uma ação pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (*transactions*). O termo “função” é aqui usado com referência a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado. (SCHELLENBERG, 2006, p.84).

Órgãos públicos normalmente terão suas funções registradas em leis ou regulamentos, estes, subdividem-se em atividades fim (substantivas) e meio (auxiliares), e, sucessivamente em atos políticos ou normativos e executivos. Os primeiros referem-se a:

[...] determinam a diretriz a ser seguida em todos os casos do mesmo gênero. Uma determinada política pode aplicar-se aos atos de todo um órgão ou restringir-se aos de uma de suas partes (SCHELLENBERG, 2006, p.85)

Entretanto, a definição entre atos políticos e executivos é de difícil apreensão, uma vez que casos particulares influem na padronização de atos para casos similares, como nos diz o autor:

Se analisarmos os atos administrativos dos governos, podemos observar que a maioria deles refere-se a pessoas, uma vez que os governos modernos ocupam-se, em proporções surpreendentes, com a vida dos cidadãos, no desempenho de suas atividades de bem-estar social, de controle e atividades militares. Muitos outros atos referem-

se a entidades, tais como as unidades administrativas do próprio governo, organizações privadas ou instituições. (SCHELLENBERG, 2006, p.85).

Já no que tange ao aspecto da organização, Schellenberg subdivide as unidades dentro de uma organização em unidades de assessoramento (*staff*) e unidades de linha. As primeiras geralmente trabalham em cima das questões políticas relacionadas a totalidade da atuação do órgão. Já as unidades de linha são responsáveis pela execução dos atos políticos previstos pelas unidades de assessoramento. (SCHELLENBERG, 2006, p.87)

Por fim, em relação ao assunto, segundo afirma Schellenberg, está em uma perspectiva inapropriada no tratamento dispensado aos documentos de arquivo.

Ainda acerca das reflexões do autor americano, a partir da forma como os elementos de classificação são dispostos, se dão os tipos de classificação, a saber: organizacional, por assuntos, e, funcional.

A classificação organizacional se dá tanto na criação de um esquema de classes baseadas na estrutura orgânica do órgão, quanto na própria descentralização do arquivo, esta, que por si só, constitui um grande ato de classificação, isto é, o registro descentralizado (uma divisão de registro por departamento, ou ministério) já indica um certo nível de respeito da proveniência.

Todavia, há de se notar que:

Se a estrutura orgânica se reflete num esquema de classificação, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais da repartição. A divisão em classes organizacionais é possível em aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos. (SCHELLENBERG, 2006, p.91)

A classificação por assunto é uma exceção no âmbito da Arquivologia, só sendo aconselhável, segundo

Schellenberg, considerando-se que:

Conquanto os documentos públicos, geralmente, devam ser agrupados segundo a organização e função, far-se-á exceção a essa regra para certos tipos de **documentos, tais como os que não provêm da ação governamental positiva ou não estão a ela vinculados. Incluem-se nesses documentos as pastas de referência e informações.** (SCHELLENBERG, 2006, p.92-93, grifo nosso)

Isto é, a informação registrada em documentos necessários para as atividades de uma organização que não provêm de ação positiva, não são de fato documentos de arquivo, pois o termo principal da própria definição de documento de arquivo – a ação-, não é aplicável as mesmas, e, tampouco, é possível vislumbrar a organicidade de um conjunto sob tal perspectiva.

A classificação funcional abrange a perspectiva de que: se a produção de pastas (*file units*) se referem comumente a pessoas, classes sociais ou entidades, as

unidades de arquivamentos maiores, por sua vez, se referem as atividades. Conquanto que se siga essa lógica, obter-se-á o que Posner, mencionado por Schellenberg (2006, p.90), cita: “O registro ou o conjunto de registros reflete a entidade com suas diversas operações e é uma imagem duradoura de suas múltiplas atividades”, isto é, um reflexo do próprio respeito ao princípio da proveniência.

A classificação funcional tem sido adotada como principal metodologia desde meados da década de 1990 (ORR, 2005, p.37), o que muito embora ocorra sem se ter uma clara pacificação sobre sua definição (FOSCARINI, 2009, p.4), e parâmetros para tal (BARROS; MORAES, 2013, p.58).

Nesse sentido, então, Sabourin (2001, p.142 tradução nossa) chama atenção para os possíveis desvios que podem decorrer da falta desse entendimento, onde o autor identifica que comumente se classifica documentos de arquivo por assunto ao tentar criar classes funcionais genéricas.

Orr (2005, p.51), por sua vez, identifica dois métodos de elaboração da classificação funcional: análise de sistemas ou processos de negócio, e, análise cima-a-baixo. A análise de processos consiste na observação centralizada na rotina administrativa (ORR, 2005, P.55). Enquanto que a análise cima-a-baixo envolve a coleta de dados dos documentos e seus produtores para o estabelecimento de funções lógicas e hierárquicas (ORR, 2005, p.52-53).

Além destes, fulgura como refinamento, ou possível desdobramento metodológico, o uso da Diplomática Arquivística, ou Diplomática Contemporânea, como ferramenta na gestão de documentos.

3.1 *Diplomática Arquivística e Tipologia Documental*

A Diplomática nasce ao longo do século XVII buscando normatizar o processo de verificação da autenticidade de documentos da Igreja. A instituição demonstrou um desejo de estipular fatos reais nas vidas dos santos, à guisa de uma ótica positivista e não especulativa (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p.26).

Nos anos 1980, a partir de estudos arquivísticos há um retorno à Diplomática, que surge “reinventada”, ou mesmo “adaptada”, aplicando seus conceitos teóricos e metodológicos em documentos arquivísticos, notadamente relevantes na perspectiva de conjunto. Esse uso inaugura a abordagem conhecida como tipologia documental (RODRIGUES, 2010, p.180).

Para Bellotto (2006, p.53) seu campo de aplicação gira em torno da relação dos elementos com as atividades institucionais e seus objetivos são: estabelecer a proveniência; vincular documentos às competências; funções; atividades da entidade acumuladora; associar o

conteúdo e sua datação, espécies e tipos documentais; sendo o espécie “configuração que adquire um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (BELLOTTO, 2006, p.52).” e tipo: “configuração que assume a espécie documental de acordo com a espécie que a gerou” (BELLOTTO, 2006, p.52).

A gênese documental faz parte da tríade de elementos – junto com o contexto e a função-, que, junto com as propriedades outrora aqui descritas, imbuem ao documento de arquivo o seu estatuto nuclear: o valor de prova (BELLOTTO, 2010, p.161). Na medida em que nasce como prova, permanece como informação/testemunho, pois executa uma ação ou registra ações que geram outras ações (BELLOTTO, 2010, p.162).

4. Metodologia de classificação do Conarq

Em um contexto de reforma de Estado (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.5), o Conarq foi criado pela lei 8.1559/91 que lhe imbuí a tarefa de definir a política nacional de arquivos e o papel central no Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Já sua regulamentação foi estabelecida pelo decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

No que tange à classificação, os principais esforços do Conarq para a elaboração de um instrumento que desse conta das atividades-meio do executivo feral, se deram a partir da adaptação de um instrumento de classificação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) da década de 1980, e então, foi publicado pela Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996, e publicado no Diário Oficial no dia 29 de março de 1996.

A Resolução nº4 sofreu três alterações até então, através da Resolução nº 8 de 20 de maio de 1997, pela Resolução nº 14 de 24 de novembro de 2001, e, por fim, através da Resolução nº 21, de agosto de 2004, esta, válida atualmente.

Entretanto, pontuou Sousa (2004, p.32), nenhuma delas o alterou substancialmente. Posteriormente, Sousa e outros (2006), além de Pinho (2011), apontaram: a) a apropriação do sistema notacional decimal da Classificação Decimal de Dewey (CDD), comumente utilizada para localizar livros em bibliotecas de limitada expansibilidade, e, b) o elemento classificatório assunto ou híbrido entre funções, tipos documentais e assuntos utilizado equivocadamente.

O instrumento em si admite a classificação por assuntos para “agrupar os documentos sob um mesmo tema”, para sua subsequente: “recuperação [...] avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso”, onde a organização física é preponderante (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.9).

Apresenta-se também que o termo genérico “assunto” define espécies e tipos documentais que refletem a “estrutura funcional do órgão produtor” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.9), e se estabelece as 9 classes principais que devem “refletir as funções principais do órgão” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.10).

Para a ilustrar nossa análise, segue um recorte do plano:

021 Recrutamento e seleção

021.1 Candidatos a cargo e empregos públicos: inscrição e curriculum vitae

021.2 Exames de seleção (concursos públicos) provas e títulos, teste psicotécnicos e exames médicos.

Constituição de bancas examinadoras, editais, exemplares únicos de provas, gabaritos, resultados e recursos (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.55)

Ao passo em que existem classes específicas para por exemplo, classificar os documentos provenientes do processo de seleção e ingresso de uma pessoa no serviço público, a composição do assentamento funcional é nebulosa e tende a replicar uma não padronização na acumulação dos documentos deste tipo documental.

O instrumento do Conarq apresenta classes de menor nível que em verdade representam o uso indistinto dos elementos classificatórios: assunto, espécie e tipo documental, demonstrando inconsistência na construção hierárquica.

5. Metodologia de classificação do Senado Federal

Muito embora o exercício do poder legislativo no Brasil date da época imperial, como apontou Jacques (1976, p.76), seria o advento da república que configuraria este poder tal qual como conhecemos hoje.

Na atualidade, são marcos legais importantes que normatizam a atuação e os poderes do SF: seu regimento publicado através da resolução nº 93 de 1970, e mais recentemente atualizado pelo suplemento publicado no diário oficial do Senado Federal, de 02 de fevereiro de 2015.

O serviço arquivístico do SF é realizado sob a tutela dos órgãos superiores de execução: Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral da Mesa, no âmbito da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação – SGIDOC, através de sua célula: Coordenação de Arquivo – COARQ (BRASIL, 2014, s.p.). E, esta última divide seu acervo em três fundos: acervo legislativo, administrativo e fotográfico.

A primeira tentativa de elaboração de um instrumento de classificação para os conjuntos produzidos pelo SF no desempenho de suas atividades ocorreu a partir do modelo metodológico propagado pelo Conarq. Contudo, este não abarcou os objetivos da classificação na prática (BRASIL, 2014, p.15).

Em virtude do exposto, a primeira edição do atual instrumento de classificação do Senado Federal foi reestruturada a partir da metodologia de classificação funcional com o objetivo de facilitar a classificação pelo usuário final diante da implantação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) no Senado Federal (BRASIL, 2014, p.15).

Seu instrumento foi construído a partir do conhecimento dos procedimentos, os documentos produzidos, recebidos, sua tramitação, métodos de arquivamento e sistemas informatizados utilizados (BRASIL, 2014, p.15).

Sua estruturação se dá a partir da hierarquização: função; subfunção; atividade e tipos documentais, sendo as séries documentais encontradas neste último, e, a notação correspondente é do tipo duplex (BRASIL, 2014, p.17-18).

Em suas recomendações, o instrumento explicita a impossibilidade de se classificar os documentos de arquivo em outros níveis que não o mais baixo (tipo documental) (BRASIL, 2014, p.19).

Segue um exemplo ilustrativo do instrumento:

56 Gestão de recursos humanos

56.01 Normatização da gestão de recursos humanos

56.01.01 Elaboração de normas e diretrizes referentes à gestão de recursos humanos

56.01.01.00 Documentos classificados no Plano de Classificação anterior referentes à elaboração de normas e diretrizes para gestão de recursos humanos

56.01.01.01 Ato referente à gestão de recursos humanos

56.01.01.02 Despacho referente à elaboração de normas e diretrizes para gestão de recursos humanos (BRASIL, 2014, p.98).

A partir das classes analisadas do instrumento do SF, é perceptível a padronização na estruturação hierárquica das classes a partir da fórmula de critérios expostos anteriormente, onde, conforme surgem mais atividades atreladas a uma mesma função, o nome dos tipos documentais evidencia de forma mais clara a ação às quais os documentos se referem.

Muito embora se constituam séries por tipo documental, subordinadas respectivamente: à função, subfunção e atividade atreladas aos documentos de arquivo que são produzidos para materializá-las, percebemos a existência da classe “56.01.01.00”, específica para documentos anteriormente classificados através do instrumento anterior, entretanto, induz a criação de uma miscelânea em meio às séries tipológicas.

Tratando-se de documentos classificados a partir de um instrumento equivocado, uma solução possível é realizar a equivalência da série anterior à série adequada no instrumento retificado.

6 Conclusão

Se outrora os métodos de intervenção nos conjuntos orgânicos não foram fruto de reflexão teórica, foi o desenvolvimento de princípios arquivísticos que caracterizou um tratamento padronizado e cientificamente fundamentado nos arquivos, e, como produto desse processo, se descortinou a possibilidade inédita de controle intelectual sobre os documentos de arquivo, estes que foram, e ainda são, sedimentos da ação jurídico-administrativa, ferramentas de apoio ao processo decisório e ao autoconhecimento processual.

A classificação de documentos de arquivo, então, demonstrou-se vital para a plenitude deste desejável controle intelectual. Sendo reconhecidamente a primeira função na intervenção ao ciclo de vida dos documentos, seu desenvolvimento metodológico foi amplo, desde a redescoberta da importância da atenção à estrutura organizacional da entidade produtora ou acumuladora de documentos, até a sua renovação teórico-metodológica a partir dos modernos estudos de Diplomática, que, conseqüentemente, incrementaram as possibilidades dos arquivistas no desenvolvimento de planos de classificação, evidenciarem a gênese dos documentos de arquivo aos quais lhes são facultadas as tarefas complexas da custódia e acesso.

Diante disso e do que foi exposto ao longo do trabalho, o instrumento de classificação desenvolvido pelo Conarq demonstra a não pacificação de definições como “função”, “espécie”, e, “tipo documental”. A adoção da metodologia de classificação por assunto é fruto de uma influência da Biblioteconomia na Arquivologia, que já se evidenciou não aplicável no objeto específico da ciência dos arquivos pelo menos desde o século XIX, portanto, deveria ser repensada.

O instrumento de classificação desenvolvido pelo SF demonstrou um delineamento fundamentado de definições, rigor metodológico a partir do uso da classificação funcional, chegando até a identificação das séries por tipos documentais que evidenciam o binômio ação-contexto registrada nos documentos de arquivo do produtor.

Ainda que seja notável a diferença de escopo de atuação e contextos jurídico-administrativos os quais os planos de classificação dessas entidades têm a missão de abranger, a estrutura teórica provida pelos princípios classificatórios, e seus desdobramentos metodológicos, deve ser indistinta. A real distinção, desse modo, provém do planejamento para a elaboração do instrumento.

Nessa direção, duas possibilidades desenham-se: a) a deliberação da produção de planos de classificação de documentos de arquivo referentes às atividades meio pelos próprios serviços arquivísticos dos órgãos componentes da Administração Pública Federal, da mesma maneira como atualmente é feito para o plano de

classificação dos documentos das atividades finalísticas, o que talvez incidisse na não normatização metodológica quista para um sistema de arquivos; ou, b) o abandono do modelo atual para uma reformulação metodológica adotando a classificação funcional, por exemplo, produzida a partir dos procedimentos de estudo das diversas estruturas organizacionais, funções, subfunções, atividades e tipos documentais produzidos pela APF no transcurso de suas atividades de rotina.

A incumbência legalmente referenciada ao Conarq, isto é, do desenvolvimento técnico das atividades de arquivo dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, deveria ser a justificativa para a construção de uma metodologia de classificação não aderente às atuais rupturas com os preceitos da teoria arquivística. As experiências e práticas de outros órgãos da APF para um levantamento de dados, estruturas organizacionais, funções, subfunções, atividades e tipos documentais, bem como o diálogo com a pesquisa realizada nas universidades são interlocuções possíveis para um novo projeto de metodológico para esta importante função arquivística.

Refletir especificamente sobre a classificação de documentos de arquivo referentes às atividades meio das instituições se revela especialmente relevante na medida em que: como foi exposto na introdução deste trabalho, uma pequena porcentagem dos documentos arquivísticos justificam de fato sua preservação permanente (em grande parte são relativos às atividades fim do seu produtor), desse modo então, visualizar a organicidade dos conjuntos produzidos em atividades de suporte àquelas finalísticas, significa melhorar qualitativamente o processo de avaliação, seleção e eliminação de séries sem valor secundário.

Finalmente, consideramos que uma classificação de documentos de arquivo pensada a partir de metodologias adequadas ao objeto, rigorosa no estabelecimento do relacionamento de classes e com um conjunto de definições bem delimitadas seja essencial: não só para o arquivamento de documentos correntes para sua recuperação; para a execução das funções subsequentes; mas também seja uma demonstração consistente da cientificidade dos métodos desenvolvidos pela Arquivologia para abordagem de seu objeto.

Notas

[1] Para Duranti (1997, p.216 tradução e grifos nossos) O vínculo arquivístico é **originário**, porque existe quando um documento de arquivo é criado (ou seja, quando, depois de ser produzido ou recebido, ele é arquivado nos fundos da pessoa física ou jurídica que o produziu ou recebeu para ação ou referência), **necessário**, porque existe em cada documento (ou seja, um documento pode ser considerado um documento de arquivo somente se adquirir um vínculo arquivístico), e **determinado**, porque é **qualificado** pela função do

documento de arquivo na agregação documental ao qual pertence.

[2] NASCIMENTO, Barbara. Governo gasta R\$ 466 milhões por ano para armazenar documentos de 13 ministérios: só o Ministério da Previdência tem gasto estimado de R\$ 242,9 milhões em manutenção e armazenagem. O Globo. Rio de Janeiro. 5 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-gasta-466-milhoes-por-ano-para-armazenar-documentos-de-13-ministerios-21785836>> Acesso em: 19 de out. 2017.

Referências

- AMPUDIA MELLO, José Enrique. **Institucionalidad y gobierno**: un ensayo sobre la dimensión archivística de la administración pública. Ciudad de México: Archivo General de la Nación, 2017.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação dos documentos de arquivo relativos à atividade-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato; MORAES, João Batista Ernesto de. Da classificação biológica à classificação digital: perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*, v. 23, n. 46, p. 58-84, 2013.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique, RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, EdUFF, 2010, p.161-174.
- BRASIL. Congresso Nacional Federal. Secretaria de Gestão de Informação e Documentação. **Plano de Classificação de documentos de arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2014.
- _____. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, Brasília, 29 mar. 1996.
- _____. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001, Brasília, 8 fev.2002.
- _____. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**, Brasília, DF, jan.1991.
- _____. Senado Federal. Regimento Interno, estabelecido pela Resolução n. 93, de 1970.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial na administração pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v.49, n.1, p.5-42, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.
- DOUGLAS, Jenifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p.47-74.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v.13, p.50-64, 1994.
- _____. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, v.11, s.n., p.213-218, 1997.
- DUCHEIN, Michael. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Rio de Janeiro. *Arquivo & Administração*, v.10 – 14, n.1, abr. 1982 – ago. 1986, p.14-33, 1986.
- EASTWOOD, T. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. *Archivaria*, v. 50, p. 93-116, Fall, 2000.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FOSCARINI, Fiorella. **Functional-based classification systems**: an exploratory study of records management practices in central banks. 2009. 349 f. Phd Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivística general**. Teoria y practica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.
- HERRERO, Ana María Montero; DÍAZ, Alfonso Rodríguez. La clasificación. In: CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.). **Administración de documentos y archivos**: textos fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2012, p.133-166.
- HOLMES, Oliver W. **History and theory of archival practice**. In: STEVENS. R.E. (org). University Archives (Papers presented at an institute conducted by the University of Illinois Graduate School of Library Science, November 1-4, 1964, 11th ser.).
- INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. Rio de Janeiro: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, s.v., n.6, p.13-37, 2012.
- JACQUES, Paulino. O senado do império e o pragmatismo parlamentar brasileiro. Brasília, *Revista de Informação Legislativa*, s.v., s.n., p.77-84, out.-dez., 1976.
- JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em um cenário de transformações. Rio de Janeiro. *Acervo*, v.28, n.2, p.19 – 50, jul. / dez., 2015.
- _____. Do conceito à prática de gestão de documentos. Rio de Janeiro, *Acervo*, v.2,n.2, p.35-42, 1987.
- KECSMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, *Acervo*, v.3, n.2, p.5-9, jul.-dez., 1988.
- MARTÍN-POZUELLO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en Archivística el principio de procedência**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. Boletín Oficial del Estado Madrid, 1996.
- MELLO, Sílvia Lhamas de; RODRIGUES, Ana Célia. A Diplomática contemporânea como parâmetro para a classificação de arquivos universitários: reflexões para o caso da UFRJ. In: **XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2012. Rio de Janeiro. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2012.
- RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010, p.175-189.
- ROCHA, Cláudia C.M. Lacombe. Captura y transferencia. In: CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.). **Administración de documentos**

- y **archivos**: textos fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de archiveros, 2012, p.273-286.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SABOURIN, Paul. Constructing a function-based records classification system: business activity structure classification system. *Archivaria*, v.51, s.n., p.137-154, Spring, 2001.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *In: CONGRESO ISKO ESPAÑA Y CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL*, 11, 2, Murcia, 2015. XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, Murcia, 2015.
- SMIT, Johanna. Ciência da Informação e Arquivologia: as duas faces de Jano. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 11, n. 4, p. 6-9, 2017.
- SOUSA, Renato *et. al.* O uso do Código de Classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos. *Arquivística.net*, v.2, n.2, p. 19 – 37, ago. / dez., 2006.
- SOUSA, Renato. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. *Arquivo Rio Claro*, s.v, n.2, p. 26 – 69, 2004.
- ORR, S.A. **Functional-based classification of records: is it functional?** 2005. 170 f. MA Thesis (Mestrado) – Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.
- PAES, Marilena Leite. Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da Arquivologia. *Acervo*, v.2, n.1, p.17-21, jan.-jun., 1987.
- PEARCE MOSES, R. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.
- PINHO, Eliezer. O plano de classificação de documentos do Conselho Nacional de Arquivos: uma análise crítica. *Informação & Informação*, v.16, n.1, p.1-20, jan. /jun., 2011.
- POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. *Acervo*, v. 26, n. 2, p. 273-284, jul./dez., 2013.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, J.A.C. A Diplomática Contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico a partir das ideias de Luciana Duranti. *In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA*, 9, 2009, Valencia. XI Congreso ISKO España, Valencia, 2009.

Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea

Memory, Heritage and Users in Contemporary Archival Science

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência

Teaching Culture, Memory and Cultural Heritage in Archivology: An overview of a ten-year experience

Ivana D. Parrella

Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais

e.mail: ivanaparrella@ufmg.br

Resumo

Este artigo apresenta experiência de ensino das disciplinas das áreas de “Cultura” e “Memória e Patrimônio Cultural” no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais ao longo dos dez primeiros anos do curso. Analisam-se as mudanças de perspectivas de trabalho durante o processo de criação e consolidação do curso, que já passou por uma reforma curricular em 2014 e que passa pela segunda reforma curricular em 2019. O curso oferece as disciplinas “Cultura e Informação”, “Memória e Patrimônio Cultural” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” como um eixo para o estudo e a reflexão sobre o papel das instituições arquivísticas como Lugares de Memória (NORA) e sobre a inserção ou não do patrimônio arquivístico nas políticas brasileiras de patrimônio cultural. Conclui que a temática oferece subsídios essenciais à formação do arquivista no que tange às funções de avaliação dos documentos arquivísticos e de difusão dos acervos e de seus valores patrimoniais.

Palavras-chave: Ensino; Arquivologia; Cultura; Memória; Patrimônio cultural.

Abstract

This paper draws on teaching experience in the field of Culture, Memory and Cultural Heritage in the Archivology course at Federal University of Minas Gerais over the first decade of the course. The shift in work approaches over the course creation and implementation is analyzed, once a curriculum reform occurred in 2014 and another curricular reform is to be held 2019. In the course disciplines on “Culture and Information”, “Memory and Cultural Heritage” as well as “Cultural Actions and Heritage Education” stand as a pillar for study and reflection on the role played by archival institutions as Places of Memory (NORA) and on whether archival patrimony is encompassed by the Brazilian cultural heritage policies. In conclusion, such issue provides essential tools for training for archivists in archival documents alongside dissemination of collections and its patrimony values.

Keywords: Teaching; archivology; culture; memory; cultural heritage.

1 Introdução

O trabalho apresenta e discute alguns aspectos da experiência de ensino das disciplinas das áreas de “Cultura” e “Memória e Patrimônio Cultural” no curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais ao longo dos dez primeiros anos do curso, ou seja, de 2009 a 2019. Analisam-se as mudanças de perspectivas de trabalho durante o processo de criação e consolidação do curso, que já passou por uma reforma curricular em 2014 e que passa pela segunda reforma curricular em 2019.

O curso oferece as disciplinas “Cultura e Informação”, “Memória e Patrimônio Cultural” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” como um fio condutor para o estudo e a reflexão sobre o papel das instituições arquivísticas como responsáveis por fornecer subsídios para a construção de memórias coletivas, como Lugares de Memória (NORA), que compensam a perda dos

meios de memória, que tradicionalmente dispúnhamos; e, sobre a inserção ou não do patrimônio arquivístico nas políticas brasileiras de patrimônio cultural.

Partimos das discussões de Andreas Huyssen sobre a sedução da memória, que nos ronda desde o final do século XX. Para o autor, “um dos fenômenos culturais e políticos mais surpreendentes dos anos recentes é a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais” (2000, p. 9). O que a seu ver, contrastaria com o privilégio dado ao futuro característico da modernidade do início do mesmo século. Viveríamos assim, uma ‘cultura de memória’, marcada pela comercialização crescente e bem sucedida da memória pela indústria cultural do ocidente e ganha força em outras partes do mundo, especialmente, a partir de 1989, como no caso dos países que vivem o pós-comunismo (HUYSSSEN, 2000, p. 15-16).

Apesar da disseminação de tal valoração da memória, nas reflexões sobre o tema, destaca-se que o lugar político das práticas de memória é ainda local, regional ou nacional e não global. Assim, os arquivos tornam-se arsenais para combater o medo do esquecimento com estratégias de rememoração, tanto públicas como privadas. Tais debates, permitem lembrar aos alunos que quanto maior a capacidade de armazenamento, menor a capacidade de rememoração ativa do passado, que ancora nossa identidade e construção de perspectivas de futuro.

O texto clássico de Jacques Le Goff (2003) ao definir memória e memória coletiva permite discuti-las como um fenômeno individual e psicológico, como capacidade mnemônica que possibilitaria ao homem conservar certas informações e ainda a atualização de impressões ou informações passadas.

Outro aspecto importante a ser explorado no trabalho do autor diz respeito aos riscos que corremos de monumentalizar documentos em nosso trabalho. Le Goff nos mostra que documentos e monumentos, como materiais da memória coletiva e da história, não são um conjunto do que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam nas sociedades como agentes culturais, por exemplo, quer pelos que se dedicam à ciência do passado, os historiadores. O autor ressalta que o documento não é inócuo, que resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. Com isso, é possível lembrar aos alunos que não existe um documento-verdade, mas que as verdades são construídas por quem lança mão do documento como prova, como testemunho. Outro aspecto a ser problematizado com relação ao trabalho do arquivista, que pode ser explorado em comparações com o trabalho do historiador, diz respeito a suposta isenção do profissional do arquivo.

Em outra frente de trabalho, ao abordar a cultura é possível discutir o conceito como uma totalidade de normas, valores, crenças e tradições de uma determinada coletividade, que porta uma identidade específica. O que nos permite discutir as especificidades desenvolvidas por grupos sociais, que são construídas até mesmo no trabalho que consideramos mais rotineiro. Além disso, afastamo-nos das associações da cultura às artes eruditas e nos aproximamos dos debates sobre diversidade cultural, patrimônio imaterial, memória e história afro-brasileira e indígena nas políticas culturais do país.

Outro aspecto a ser considerado nas disciplinas abordadas neste trabalho diz respeito às relações desses debates sugeridos acima com as questões referentes à sustentabilidade, educação ambiental e ações de preservação do patrimônio cultural. Tais discussões permitem compreender as cartas patrimoniais, convenções ou recomendações de órgãos transnacionais

como do Conselho Internacional de Arquivos ou da Unesco. Além de tornar compreensível o grande apelo global à diversidade cultural e em um contexto de luta obstinada pelas identidades regionais em meio à configuração da globalização cultural apontada por Mattelart (2005, p. 96) a partir dos anos 1990.

2 A Arquivologia na UFMG

O curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) teve seu projeto pedagógico aprovado pela Câmara de Graduação em outubro de 2008. A primeira turma iniciou suas atividades em março de 2009. Como nova graduação, criada no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)[1], já havia a previsão de rever sua proposta curricular assim que os professores contratados especialmente para o curso e os alunos chegassem a Universidade.

A proposta do curso de Arquivologia foi elaborada em um contexto em que a Escola de Ciência da Informação da Universidade se reformulava como um todo. Originalmente criada como uma escola de Biblioteconomia, a unidade já havia alterado seu nome nos anos 2000, incorporando o nome da área e passado a oferecer o curso original em três turnos, além dos cursos de pós-graduação criados nos anos 1970 (CENDÓN, 2008). Tudo isso era feito por apenas trinta professores, distribuídos em dois departamentos: Teoria e Gestão da Informação e Organização e Tratamento da Informação.

Na primeira estrutura curricular do curso de Arquivologia, a grade era constituída de forma articulada com os cursos de Biblioteconomia e Museologia (este iniciado em 2010). Estruturava-se em três partes, somando 2.400 horas: 1ª) tronco comum – 960 horas, distribuídas em 17 disciplinas; 2ª) tronco específico – 570 horas, distribuídas em 10 disciplinas; e 3ª) tronco de flexibilização – 630 horas, com possibilidade de desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como: formação complementar (optativas), formação livre (eletivas) e outras atividades geradoras de créditos (como, participação em eventos e publicação de trabalho científico) (PARRELA; ARREGUY, 2015).

No tronco comum, originado do curso de Biblioteconomia, já existiam as disciplinas “Cultura e Informação” e “Memória e Patrimônio Cultural”, cada uma com 60 horas/aula e valendo 4 créditos, situação que se mantém até hoje nos dois casos. No entanto, toda a ênfase no que se refere tanto às políticas públicas de cultura e patrimônio quanto ao histórico destas políticas era atribuída a partir das bibliotecas.

Tal situação fazia com que uma das principais demandas apresentadas pelos primeiros alunos ao colegiado referia-se à substituição de disciplinas do tronco comum por disciplinas específicas ou à adequação de seus

conteúdos à Arquivologia. Essas propostas, somadas às competências identificadas no novo grupo de professores contratados para a área, levaram à reformulação do curso a partir do final de 2010.

Na nova grade curricular do curso, foi mantida a carga horária de 2.400 horas/aula, assim como dez disciplinas do tronco comum: “Elaboração e apresentação de trabalhos científicos”, “Introdução à Informática”, “Cultura e Informação”, Teorias da Organização”, “Introdução a Bancos de dados”, “Preservação de Acervos”, “Métodos e técnicas de pesquisa”, “Memória e patrimônio cultural”, “Estudos de usuários” e “Fundamentos da Ciência da Informação”.

A proposta apresentada era no sentido de que tais disciplinas fossem repensadas, considerando como fio condutor do curso as disciplinas obrigatórias da Arquivologia, que passaram a ser oferecidas desde o primeiro período a partir da disciplina “Introdução à Arquivologia”.

A mesma reforma, incorporou algumas disciplinas optativas que já eram consideradas “optatórias” pelos alunos das primeiras turmas, tamanho o interesse que despertavam e suas conexões com a Arquivologia. “Paleografia” e “Ação Cultural e Educação Patrimonial” são exemplos dessa justificativa para a inserção na grade curricular.

Para a elaboração dessa nova proposta, um dos principais referenciais teóricos apoia-se em algumas análises canadenses sobre os campos de pesquisa em Arquivologia (COUTURE; LAJEUNESSE; 2014, p. 218), as quais foram resumidas na discussão sobre os seguintes temas norteadores: “Teoria arquivística”, “Formação em arquivística”, “Funções arquivísticas”, “Gestão de arquivos e de documentos arquivísticos”, “Políticas, leis e normas arquivísticas”, “Tipos de mídias e arquivos”, “História dos arquivos e da arquivologia”, “Gestão de programas e serviços arquivísticos” e “Arquivos e os registros de memória”.

Em outubro de 2014, cinco anos após sua criação, o curso passou por um processo de avaliação pelo Ministério da Educação, obtendo a nota máxima [2]. Nesse contexto, as três disciplinas que delineavam um eixo sobre cultura, memória e patrimônio para o curso já se encontravam incorporadas e em nova disposição na grade curricular.

3 Cultura e Informação

Esta disciplina tem por objetivo oferecer referenciais básicos para o debate sobre cultura e informação. Embora, enfrente críticas por parte dos alunos, pela vastidão dos temas abordados e pela ampla bibliografia, ela é oferecida no primeiro período do curso. A opção por sua alocação levou em consideração a inserção das instituições arquivísticas nos órgãos de cultura do País e

a necessidade de aproximar os discentes das temáticas associadas à cultura.

Após os debates iniciais sobre cultura, que privilegiam autores como Keesing (1961) e Bosi (1987), a disciplina discute modelos de comunicação e o direcionamento da informação, percepção e processamento cognitivo da informação e da cultura no contexto digital, a partir de trabalhos como os de Araújo (2001), Dizard (2001) e Santanella (2007).

Desde 2010, a Escola possui como professor responsável pela disciplina um antropólogo. Isso foi importante para ampliar o debate sobre o conceito antropológico de cultura na disciplina, enfatizando as questões relativas a: memória, patrimônio intangível e identidades culturais e sociais, como comunidades quilombolas, expressões culturais afro-brasileiras (Reinado/Congado, Capoeira), dentre outros aspectos. Muitas vezes, a disciplina já foi oferecida por professores contratados para a implantação do curso de Arquivologia com formação em artes visuais ou história, mas que procuraram seguir a mesma perspectiva cultural a partir de um olhar antropológico.

Cabe destacar que outras disciplinas ao longo do curso discutem a interface da Arquivologia com a Ciência da Informação. Assim, esse não é o único espaço para o debate sobre informação no curso. Esses conteúdos foram afastados dos semestres iniciais do curso quando se enfatizam referências mais caras à Arquivologia.

4 Memória e Patrimônio Cultural

Esta disciplina tem por objetivo possibilitar ao aluno: refletir sobre os conceitos fundamentais relativos às memórias individual e social e ao patrimônio cultural; compreender os processos históricos de construção de uma política patrimonial no Brasil; e discutir as diferentes possibilidades de atuação como gestores de lugares de memória e patrimônio. Para dar conta de tais objetivos, abordam-se conceitos, inter-relações entre memória, patrimônio cultural e identidade, buscando apresentar historicamente os conceitos.

A disciplina, inserida no terceiro período do curso, retoma discussões sobre memória e patrimônio cultural, tendo como principais referenciais para a questão da memória individual e coletiva Jacques Le Goff (2003), Pierre Nora (1993) e José Maria Jardim (1995), contemplando o debate sobre a invenção da memória nos arquivos.

Para o trabalho com as políticas públicas de patrimônio, parte-se do conceito de patrimônio sustentado por autores como Françoise Choay (2001) e Leonardo Castriota (2009). Além disso, procura-se problematizar o lugar, ou o não lugar, dos arquivos nas políticas de patrimônio cultural, a partir das leituras de Janice Gonçalves (2002).

Para dar conta do debate sobre identidade no século XIX, a compreensão do objetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de construir uma memória e uma história nacional a partir dos documentos selecionados por seus membros nas instituições, públicas ou privadas, torna-se fundamental. Nessa parte, autores como Manoel L. S. Guimarães (1988) e Lília Schwarz (1993) nos permitem discutir o papel dos Institutos Históricos no mundo e no País, além de contrapor tais investimentos no IHGB com aqueles que eram feitos nos órgãos mantidos pelo próprio governo, como, o Arquivo e a Biblioteca, a partir das referências de história institucional oferecidas pelos trabalhos de Ana Paula S. Caldeira (2017), Eliana Dutra (2005) e do Arquivo Nacional (2012), por exemplo.

A disciplina também aborda os percursos das instituições nas províncias/estados, mediante a análise de casos como o do Arquivo Público Mineiro (PARRELA, 2012), que são contrapostos às histórias institucionais de arquivos públicos de estados como o São Paulo, Pará e Rio Grande do Sul.

Como a opção de tratamento da temática na disciplina é por historiar a criação de órgãos de preservação e memória, são considerados os debates do início do século XX sobre os riscos de perda iminente do patrimônio e as edificações propostas não só no nível federal, mas também no estadual, a partir dos trabalhos de José Reginaldo Gonçalves (1996) e Maria Cecília L. Fonseca (2005). Parte-se das investidas do advogado e poeta Augusto de Lima para preservar as “reliquias de Minas” e analisam-se o debate dos modernistas e a descoberta do patrimônio colonial para chegar às ações do Serviço de Patrimônio, atual IPHAN.

As noções de patrimônio construídas por Augusto de Lima, um dos primeiros diretores do Arquivo Público Mineiro e deputado responsável pela proposição de leis sobre o tema; e por Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro chefe do serviço de patrimônio; são discutidas a partir de documentos da série “Augusto de Lima” do Arquivo do Arquivo Público Mineiro, e dos textos publicados por Rodrigo Melo Franco na Revista do Serviço por ele criado. Acredita-se que tal aproximação dos discursos desses intelectuais, por meio da leitura de seus documentos, ‘humaniza’ os debates e aproxima os alunos da experiência dos pesquisadores que utilizam fontes como essas para a construção de narrativas históricas.

Por outra parte, o trabalho com o patrimônio documental arquivístico se contrapõe, ao trabalho de reconhecimento das práticas do IPHAN, que resguarda essencialmente bens edificado nas políticas públicas desenvolvidas pelo órgão até os anos 1970.

Assim, para que seja mais bem compreendida a relação do patrimônio documental arquivístico com outros bens culturais, ao longo da disciplina, os discentes

desenvolvem uma atividade avaliativa de “reconhecimento” das instituições e dos bens culturais do estado. A proposta consiste em construir um caderno manuscrito de registro das visitas ao arquivo, à biblioteca, ao museu histórico, ao centro cultural, ao centro de memória e a monumentos civis e religiosos que têm tombamento isolado.

A título de ilustração, apresentamos abaixo o trabalho de uma aluna da disciplina do primeiro semestre de 2019. A ideia não é permitir a leitura, mas por meio da montagem visualizar o esmero no trabalho e a própria diversidade das formas de representação das visitas. Em pesquisas feitas no início de cada curso, é possível perceber que a maioria dos alunos não conhece um arquivo ao ingressar na graduação em Arquivologia e, muitas vezes, nenhum dos demais equipamentos e bens culturais que são indicados para as visitas e experimentações.

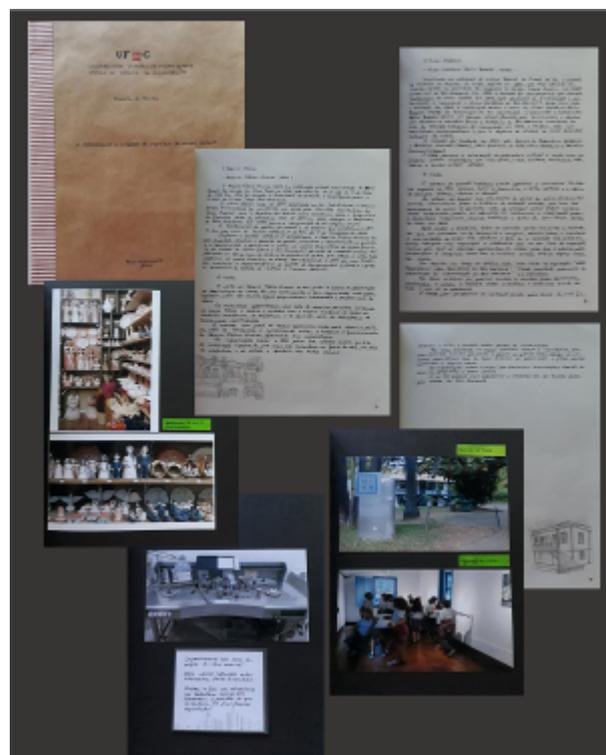


Figura 1 – Montagem com imagens do trabalho de Bianca de Sousa, 2019.

Além de visitar equipamentos culturais, a turma deve observar os usuários que estavam no espaço durante a visita e experimentar um “bem reconhecido como patrimônio imaterial”.

Como se trata de uma atividade desenvolvida com o patrimônio mineiro, mais de 90% dos trabalhos destacam a visita ao Mercado Central de Belo Horizonte para degustar queijos mineiros (e, em menor número, alimentos como a goiabada cascão, de São Bartolomeu, por exemplo), reconhecidos como patrimônio cultural de natureza imaterial.

Paralelamente ao debate sobre o Patrimônio Imaterial, discute-se a materialidade dos registros desses bens. Nesse caso, utilizam-se como exemplos os processos de “registro documental” dos bens patrimonializados pelo Departamento de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte, que têm guarda permanente no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Essa tipologia documental é produzida pelo interessado em demolir um imóvel construído nas imediações de áreas de interesse de preservação, como os bairros tombados, em grandes manchas na cidade.

A análise desses casos permite incluir os debates sobre a preservação dos bens edificados não monumentais, como os bairros próximos ao centro da cidade planejada, e as discussões sobre casos de preservação da memória e da história afro-brasileira, como o terreiro de candomblé Ilê Wopo Olojukan, reconhecido como bem cultural de Belo Horizonte (processo iniciado em 1995, no bojo das comemorações do tricentenário de Zumbi).

O trabalho se conclui com uma visita técnica a Ouro Preto, a qual se justifica pelo papel de quase “laboratório das políticas públicas de patrimônio” que a cidade ocupa ao longo dos mais de oitenta anos de atuação dos órgãos de preservação.

Além do seu caráter de prática de ensino, a visita constitui um dos primeiros encontros das turmas em espaços informais. Como o curso é noturno, até o terceiro semestre, são raras as oportunidades de maior entrosamento e diversão do grupo. Por esse motivo, as visitas acabam se tornando um veículo de divulgação do curso e da profissão. Pois, as fotografias costumam ser amplamente divulgadas nas redes sociais dos alunos e contribuem para discussões sobre a graduação em Arquivologia e o trabalho dos profissionais da área, conforme a avaliação dos alunos.



Figura 2 – Visita da turma de Memória e Patrimônio Cultural a Ouro Preto em 2016.

5 Ação Cultural e Educação Patrimonial

Esta disciplina era oferecida originalmente como optativa. No entanto, mesmo hoje, quando se discute uma nova proposta curricular com mais ênfase nas

funções arquivísticas – opção teórica que nos levou a considerar a possibilidade de substituí-la por uma disciplina obrigatória dedicada à Difusão –, ela ainda se mantém na grade no sexto período do curso, com 4 créditos.

Acredita-se que sua proposta amarra as noções e os conceitos discutidos nas duas disciplinas citadas acima e abre espaços para discutir o lugar social dos arquivos, a partir dos trabalhos pioneiros de Heloísa Bellotto (2002, 2000) e das ações culturais capazes de difundir não só as possibilidades de uso e apropriação do arquivo, como também seu potencial como espaço de fruição e de produção cultural, como apontado por autores como Ramon A. Fulgueras (2001, 2003).

Entende-se que o arquivo é espaço de criação, e não apenas da pesquisa instrumental e fabricação cultural (COELHO NETO, 1989). Outro aspecto importante, que decorre desse entendimento, considera a discussão sobre ação educativa não-formal no espaço do arquivo como algo que não deve ser de responsabilidade exclusiva de outros técnicos da instituição, como o pedagogo ou o historiador, mas, também do arquivista.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos usuários do arquivo, especialmente, os menos experientes, reside na compreensão das metodologias do trabalho arquivístico, não só na produção de instrumentos de pesquisa, como nas decisões tomadas de decisões na eliminação ou na definição de amostragens do que foi eliminado, por exemplo. Dar a conhecer os princípios arquivísticos, ferramentas de gestão de documentos ou instrumentos de pesquisa, também pode e deve ser discutido como temáticas educativas no arquivo. Tais ações não devem ser implementadas apenas quando se recebe os pares, os arquivistas, para visitas técnicas.

Ao discutir ainda o arquivo como espaço de educação – formal e não formal –, a partir das referências de Paulo Freire (2003), Adriana Koyama (2015) e Maria Carolina B. Galzerani (2013). Esses referenciais permitem pensar em novos usuários e suas demandas e na construção de propostas inclusivas para as instituições arquivísticas que sejam críticas em relação aos processos de monumentalização dos documentos, preocupados em fomentar o pensamento crítico, sem deixar de lado as sensibilidades dos diversos usuários do arquivo.

Nós formamos bacharéis em Arquivologia. Ao lembrar aos alunos que este é também um percurso de formação em educação no nosso curso, destacamos a importância dos ensinamentos de autores como Paulo Freire para uma compreensão alargada de educação que não se restringe aos espaços da escola.

Além das questões referentes às ações culturais produzidas no ou a partir do arquivo, a disciplina discute possibilidades de ações educativas capazes de serem desenvolvidas pelas instituições educacionais a partir dos subsídios oferecidos pelos arquivos.

Sugere-se ainda que os serviços arquivísticos quando se dedicam ao tratamento de documentos na fase corrente também podem e devem desenvolver ações educativas voltadas para os produtores de documentos.

Partindo-se do debate sobre a metodologia de Educação Patrimonial difundida pelo IPHAN, são revisitadas experiências já consolidadas em arquivos estrangeiros e nacionais bem anteriores aos anos 1990, como as francesas (PEGEON, 2012). Além disso, outras metodologias, como a proposta por Mattozzi (2009) de arquivos simulados, também são analisadas. São estudados os casos bem sucedidos do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (PARRELA, 2013), do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (DRESLER, 2008) e do Arquivo Público Estadual do Rio Grande do Sul, em parceria com o curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Como forma de avaliação final, normalmente, os alunos produzem uma proposta de ações educativas para um arquivo predeterminado pelo professor. Na última oferta da disciplina, usaram-se os parâmetros da Plataforma Semente [3], utilizada pelo Ministério Público de Minas Gerais para fomentar atividades socioambientais e culturais em várias áreas, por meio de termos de ajuste de conduta. Em outras ocasiões, já foram utilizados os parâmetros da Lei Estadual de Incentivo à Cultura ou da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.

Além de tomar os editais e seus critérios como norteadores para elaboração das propostas, também já foram utilizados os parâmetros do Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e do IPHAN em exercícios que visam demonstrar a diversidade de editais que existia até 2018 e que poderiam ser caminhos para a captação de recursos para os arquivos. Dados fornecidos pelo IEPHA-MG em seus eventos de treinamento ou visíveis em seu banco de dados sobre o ICMS Patrimônio Cultural [4] demonstram que os arquivos são os equipamentos culturais que menos difundem seus acervos como parte do patrimônio dos municípios, assim como suas ações educativas.

6 Conclusão

Nesse momento, ao reformularmos o curso, incorporando mudanças advindas das novas regras da Universidade, aproveitamos a oportunidade para rever a estrutura de todo o curso. Com base na análise das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural, concluiu-se que esse conjunto de temáticas oferece subsídios essenciais para a formação do arquivista no que tange às funções de avaliação dos documentos arquivísticos e de difusão dos acervos e de seus valores patrimoniais.

Ao analisar o formato que as três disciplinas ganharam ao longo dos dez primeiros anos do curso também se

tornou claro que é preciso inserir na grade curricular uma disciplina de “Difusão”, mais próxima as disciplinas de “Descrição” e “Estudo de Usuários de Arquivo”. Tais temáticas associadas, permitem pensar no trabalho intelectual do arquivista e em sua interlocução com os usuários distantes ou seus consulentes presenciais. Acredita-se que perguntas-chaves decorrem desse diálogo: para quem falamos quando descrevemos documentos? Quais são nossos canais de difusão hoje nas instituições arquivísticas? Qual o lugar das redes sociais nos programas de difusão? Quais são os documentos que iremos disponibilizar digitalizados para os usuários?

A decisão superior da Universidade, que motivou o início do novo processo de reformulação da grade curricular, e que deve contribuir para amplificar tais discussões na graduação define ainda a entrada de atividades de extensão como parte importante da formação dos alunos. Elas deverão, num futuro próximo, representar 10% das ações formativas dos alunos. Mas, essa experiência, ainda inédita para nós, pode ser um tema de outro artigo, em outra Reunião. Nós a citamos nesse texto apenas apontar a necessidade de pensarmos em outras possibilidades de aproximação dos discentes de Arquivologia com a sociedade.

Pois, acredita-se que além dos contributos diretos para o fazer do arquivista, as atividades culturais e educativas permitem qualificar a presença de outros públicos e usuários nos arquivos, como, as crianças ou os idosos, além de demonstrar a necessidade de construir parcerias com outras instituições e profissionais das áreas enfatizadas neste artigo para planejar exposições, visitas, presenciais ou virtuais, reapropriações do acervo por meio de experimentações artísticas e outras atividades que explorem a importância do arquivo para a construção da memória da sociedade na qual se insere. Outro aspecto importante, que carece de muita discussão entre nós, prende-se ao valor como patrimônio cultural dos documentos sob a custódia dos arquivos.

Nos últimos anos, muito se discutiu sobre o valor do documento arquivístico como prova, como garantidor de direitos, de um lado, e de seu valor informacional, de outro. As questões sobre seus valores como dispositivos para a construção de memórias históricas e coletivas andaram distante de nossas pautas. Acreditamos que é hora de rediscutir a importância do documento arquivístico, para atestar as ações das instituições públicas e privadas em tempos de pós-verdade e pouca credibilidade das instituições.

Notas

- [1] Para mais dados sobre o Programa Reuni na UFMG, cf. COELHO (2015).
- [2] Conforme Portaria do MEC 615, de 30 de outubro de 2014.
- [3] A Plataforma Semente é fruto de parceria entre o Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS) e o Ministério Público de Minas Gerais. De acordo com a

plataforma, “todas as ações realizadas são voltadas para a melhoria da atuação dos órgãos de defesa e conservação do meio ambiente e promoção da transparência na destinação das medidas compensatórias ambientais, aplicadas em termos de ajustamento de conduta, possibilitando maior acesso aos recursos disponíveis pelos proponentes que possuem projetos ambientais” (grifos nossos). Isso permite a inscrição de projetos sobre arquivo e educação. Cf. <http://sementemg.org/semente/page.php?id=1>

- [4] O ICMS Patrimônio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, por meio de repasse dos recursos para os municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes. O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. O acompanhamento das ações municipais e sua pontuação, que reverte recursos a mais para os municípios, de acordo com o investimento em patrimônio cultural é gerido pelo IEPHA-MG. A legislação original sobre o tema é de 1995. Cf. <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-aco/es/icms-patrimonio-cultural>.

Referências

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.2, n.5, out./2001.
- Arquivo Nacional**: 1838-2012. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 64p.
- BELLOTTO, H. Documentos de Arquivo e Sociedade. In: **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 31, jan./jun. 2002. p.167-176.
- BELLOTTO, H. Patrimônio documental e ação educativa nos arquivos. In: **Ciências & Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre: FAPA, n. 27, jan./jun. 2000. p.151-166.
- BOSI, Alfredo. Cultura como tradição. In: BORNHEIM, Gerd *et al.* **Cultura brasileira**: tradição/contradição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987. p.31-58.
- CALDEIRA, A. P. S. . **O Bibliotecário Perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: EDIPUCRS; Fundação Biblioteca Nacional, 2017. 396 p.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**. Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Annablume, IEDS, 2009.
- CENDÓN, B. V. et al. Cursos de graduação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais: propostas de expansão e flexibilização. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 223-240, 2008.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.
- COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COELHO, Maria de Lourdes. O programa Reuni na UFMG: contexto, adesão, implantação, criação do Giz e suas ações formativas. **Revista Docência do Ensino Superior**, v. 4, p. 3-46, 2015.
- COUTURE, Carol; LAJEUNESSE, Marcel. **L' archivistique à l'ère du numérique** - Les éléments fondamentaux de la discipline. Québec: Presses de L'Université du Québec, 2014.
- DIZARD, Wilson. **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DRESSLER, Karina G. Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho: trajetória, reconhecimentos e desafios. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008, Goiânia. **Anais do XV Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2008. 16 p.
- DUTRA, Eliana R. F. A tela imortal – O catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. In: **ANAIS do Museu Histórico Nacional**, v. 37, 2005. p. 160–179. Disponível em: <http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=MHN&pagfis=8250&pesq=&url=http://docvirt.com/docreaderr.net#>. Acessado em: 01/06/2019.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a Liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FUGUERAS, Ramón Alberch i *et all.* **Arquivo y cultura**: manual de dinamización. Gijón (Espanha): Trea, 2001.
- FUGUERAS, Ramón A. Difusión y acción cultural. In: CRUZ MONDET, R.*et all.* **Administración de documentos y archivos**. Textos fundamentales. Disponível: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/19730#preview>. Acessado em: 07/08/2018.
- GONÇALVES, Janice. Os Arquivos no Brasil e sua proteção jurídico-legal. In: **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. Indaiatuba, SP, Ano 1, n.1, jul. 2002, p. 28-43. Disponível em: <http://www.ppgh.udesc.br/images/stories/Arquivos%20e%20movimentos%20sociais.pdf>. Acessado em: 03/06/2019.
- GONÇALVES, José R. S. **A retórica da perda**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et all.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, p. 1-13, 1995. Disponível em:

- <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acessado em 30/05/2019.
- JEUDY, Henri. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.
- KEESING, Felix M. **Antropologia cultural: a ciência dos costumes**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.
- KOYAMA, Adriana Carvalho. **Arquivos online: ação educativa no universo virtual**. São Paulo: ARQ-SP, 2015. 360 p. (Thesis, 2).
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: _____. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 419-476.
- MATTOZZI, Ivo. Arquivos Simulados e didática da pesquisa histórica: para um sistema educacional integrado entre Arquivos e Escolas. In: **História Revista**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 321-336, jan./jun. 2009.
- MATTLART, A. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. Acessado em 30/05/2019.
- PEGEON, A. Uma experiência pedagógica em Arquivos: A disciplina “Arquivo” do Archives Nationales da França. In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 89-102, jan./jun. 2012. p. 89-102.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/Article/1941>. Acessado em 30/05/2019.
- PARRELA, I. D.; ARREGUY, C. A. C. O curso de Arquivologia da UFMG. In: **Perspectivas em Ciência da Informação** (Online), v. 20, p. 1-13, abr./jun. 2015.
- PARRELA, I. D. Educação Patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. In: **Ciência da Informação**, [S.I.], v. 42, n. 1, jan. 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/2266>. Acessado em: 07/06/ 2019.
- PARRELA, I. D. **Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional – Arquivo Público Mineiro 1895-1937**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH-UFMG (Coleção Olhares); Fapemig; 2012. 294 p.
- SCHWARZ, Lilia K. M. **O espetáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SFEZ, Lucien. **A comunicação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades

Archive and Education: Dialogues and Possibilities

Fernanda da Silva Rodrigues (1), Priscila Ribeiro Gomes (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Av. Pasteur, 458, fernandas_rodrigues@yahoo.com.br.

(2) pri.unirio@yahoo.com.br

Resumo

O artigo faz parte de um estudo realizado no âmbito de Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que buscamos estabelecer interlocuções e diálogos entre a Arquivologia e a Educação, apresentando as possibilidades de estudos que entrecruzam os referidos campos do conhecimento. Baseados nessa tessitura, chamamos atenção para os arquivos escolares enquanto um universo rico que necessita ser aprofundado pela Arquivologia, seja de forma teórica, através de revisão de literatura ou explorado empiricamente, uma vez que os estudos sobre o tema são incipientes e a grande maioria das reflexões sobre o assunto é proveniente da Educação. Deste modo, defendemos que há uma necessidade de aproximação entre as duas áreas, sobretudo por acreditarmos no caráter interdisciplinar da Arquivologia. Pensando o arquivo escolar enquanto patrimônio, visamos refletir sobre os conceitos de cultura e memória escolar por entender que esses sejam conceitos complexos que não podem ser pensados no singular, por referirem-se a um universo plural que são as culturas das escolas, que se materializam em seus documentos. Nesse sentido, procuramos por meio de uma discussão teórica destacar a importância de uma aproximação entre os campos, de modo a contribuir para futuros trabalhos.

Palavras-chave: Arquivologia; Educação; Arquivo Escolar; Interdisciplinaridade; Memória, diálogos; possibilidades.

Abstract

The article is part of a study carried out within the scope of the Post-Graduate Program in Document and Archives Management. This is a bibliographical research in which we seek to establish dialogues and dialogues between Archivology and Education, presenting the possibilities of studies that intersect the said fields of knowledge. Based on this structure, we call attention to school archives as a rich universe that needs to be deepened by Archivology, either theoretically, through literature review or empirically explored, since the studies on the subject are incipient and the vast majority of reflections on the subject comes from Education. Thus, we argue that there is a need for approximation between the two areas, mainly because we believe in the interdisciplinary character of the Archivology. Thinking about school archives as patrimony, we aim to reflect on the concepts of culture and school memory because they are complex concepts that can not be thought of in the singular, because they refer to a plural universe that is the cultures of the schools, which materialize in your documents. In this sense, we seek through a theoretical discussion to highlight the importance of an approximation between the fields, in order to contribute to future work.

Keywords: Archivology; Education; School Archive; Interdisciplinarity; Memory, dialogues; possibilities.

1 Introdução

A Arquivologia é um campo que vem se desenvolvendo ao longo do tempo e que se encontra em um contexto atual de renovação, sobretudo pelo advento de novos paradigmas tecnológicos e informacionais que trouxeram uma releitura da área, ampliando o seu escopo de análise e de abordagens, a partir, inclusive de uma aproximação com outros campos de conhecimento.

A partir da década de 1990, segundo Jardim (2012) novas formas de produção e uso da informação

arquivística provocaram essa releitura no que tange aos seus aspectos teóricos e práticos. Assim,

São questionados os objetos, os métodos, os princípios teóricos, as singularidades do documento digital, a web como espaço arquivístico, a perspectiva não custodial, o funcionamento das instituições e serviços, as formas de uso e transferência da informação arquivística, a preservação, a identidade do arquivista, a sua formação etc. (JARDIM, 2012, p.138).

Por esse prisma, percebe-se uma ampliação no que tange ao saber-fazer arquivístico, pautado em novos questionamentos, destacando-se a importância na

produção de pesquisas enquanto meio capaz de gerar novos conhecimentos à área, para além dos já consagrados e que possibilitam lidar com os novos desafios apresentados. Nesse aspecto, há um aumento nos debates acerca da disciplinaridade e interdisciplinaridade da Arquivologia.

Tal aproximação aponta para inflexões no sentido de pensar que outras perspectivas podem ser postas em discussão com a Arquivologia, como por exemplo, o arquivo escolar, que se apresenta como *locus* de atuação do arquivista; o documento como instrumento potencial nos processos de ensino e aprendizagem; os arquivos enquanto mananciais de informação para a historiografia educacional; as políticas educacionais no âmbito das instituições arquivísticas, dentre outras possibilidades que se entrelaçam ao tema.

A histórica relação da Arquivologia com outras disciplinas parece desnaturalizar-se. Ampliam-se as possibilidades de uma postura epistemológica, na qual zonas de interlocução da Arquivologia com outras disciplinas são requisitadas nas pesquisas. (JARDIM, 2012, p. 138)

Dessa forma, o fazer arquivístico no contexto atual exige do arquivista um conhecimento que perpassa os pressupostos teóricos da área a partir de diálogos com outros campos para além daqueles que já mantêm uma relação histórica com a disciplina, a exemplo da História, da Administração e do Direito, a fim de ampliar o seu escopo de análise e atuação, permitindo que, por exemplo, temas ou objetos que a permeiam, bem como a outras disciplinas, possam ser investigados de forma mais aprofundada. Ainda segundo Jardim:

Em todas as atividades arquivísticas, o arcabouço teórico e os métodos e técnicas da Arquivologia são acionados, evidentemente. No entanto, arquivos não são gerenciados apenas com os instrumentos teóricos e metodológicos da Arquivologia. (JARDIM, 2012, p. 142).

Nesse sentido, a partir das reflexões de Jardim (2012), no qual apresenta três visões da Arquivologia por parte dos autores: 1) Arquivologia vista como campo autônomo, 2) Arquivologia como subárea da Ciência da Informação e 3) Arquivologia como disciplina científica em permanente construção, dotada de autonomia, porém exercida em diversos aspectos mediante relações interdisciplinares, adotamos esta última por ser a que mais se aproxima a ideia dessa pesquisa.

Dito isso, partiremos de uma perspectiva de interdisciplinaridade, procurando ampliar o debate que envolve a Arquivologia e a Educação através de dois eixos: o primeiro explorando as possibilidades educativas em Arquivos e o segundo refletindo sobre os arquivos escolares em suas múltiplas facetas, a partir da percepção que tanto um quanto o outro são relevantes por possibilitarem, entre outros pontos, refletirmos sobre os possíveis impactos que a aproximação entre as áreas agrega para a Arquivologia enquanto disciplina científica.

2 Desenvolvimento

2.1 Possibilidades educativas em arquivos

Quando falamos em possibilidades educativas em arquivos não há como deixar de citar as contribuições de Heloisa Bellotto, umas das pioneiras nos estudos em Arquivologia no Brasil, que ainda no século passado visualizou possibilidades interessantes para os arquivos além dos seus aspectos primários.

Em um dos capítulos da sua obra *Arquivos permanentes: tratamento documental*, intitulado “Difusão Editorial, cultural e educativa em arquivos”, são apresentadas outras funções dos arquivos, distintas da sua razão de criação, onde,

Uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar os seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa. (BELLOTTO, 2004, p. 227)

A partir da leitura do capítulo então é possível apreendermos alguns usos dos arquivos, como a realização de palestras, exposições, debates, lançamentos de obras, turismo cultural, publicações educativas, visitas, atendimento a alunos, concursos, divulgação de reproduções de documentos, exposições de originais no recinto do arquivo, espetáculos de luz e som aliados aos museus, em que os arquivistas podem participar com o seu trabalho e experiência e serviços de assistência educativa. Algumas dessas ações podem e devem ocorrer em colaboração com outros organismos culturais e pedagógicos, como museus, bibliotecas, centros de documentação, universidades, instituições ligadas ao turismo, e as escolas. Por esse ângulo, Payne, destaca que:

O desenvolvimento de laços entre os arquivos e a educação não depende só da compreensão do papel que a educação deve exercer no mundo contemporâneo; são igualmente importantes: o reconhecimento do verdadeiro valor dos arquivos como fonte educativa e a vontade de transformar o valor educativo potencial dos arquivos em programas positivos e realistas. (PAYNE, 1980 apud BELLOTTO, 2004, p. 231).

Além disso, é proposta a utilização dos documentos de arquivo pelos professores de História e de outras disciplinas em suas aulas, possibilitando aos usuários despertarem seus olhares para esses espaços.

O arquivo, nesse ponto, assume uma função social, atingindo o aspecto mais importante para a Arquivologia e para os arquivistas que é o uso dos documentos, pois “não há evidência mais convincente do valor do arquivista do que o fato deste oferecer a todos os usuários pronto e útil acesso ao acervo que é acumulado e reservado” (FOX, 2007, p.25).

Isso não é apenas importante pela questão cultural e educativa ligada aos valores secundários dos documentos e do arquivo, mas, sobretudo pela sua própria função primária que passa a ser conhecida, uma vez que é desenvolvida a,

Compreensão dos testemunhos do passado, mesmo os mais modestos; difundindo a noção de respeito pelo documento escrito, evitando assim a destruição de papéis que se achem em depósitos particulares e, talvez, estimulando doações de fundos privados ou, ao menos sua cessão para microfilmagem. (BABELON et al, 1970, apud BELLOTTO, 2004, p. 240).

A instituição arquivística ao assumir funções direcionadas a aspectos culturais, educativos e de difusão, reforça a sua relevância social, que muitas vezes não é percebida se não houver esse esforço, ou se apenas o arquivo se direciona para seu caráter primário.

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos alinhando-se à sua função informacional, administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber. (BELLOTTO, 2004, p. 247).

A autora Heloisa Bellotto, dez anos após a edição da obra supracitada, no livro *Arquivos estudos e reflexões*, mais precisamente no capítulo “Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e educação”, reforça a relevância dos arquivos relacionada a esses aspectos.

Ressaltando as atividades que as funções básicas dos arquivos exigem, como: “reunir, organizar, conservar e tornar acessíveis as informações contidas nos documentos que deles fazem parte” (BELLOTTO, 2014, p. 133), possibilitando responderem às funções de servir a Administração, ao Direito, à cidadania e à historiografia, ela destaca que a sociedade faz dos arquivos usos multifacetados, utilizando os documentos como registros fidedignos para atender a demandas da vida civil, pessoal e profissional, além de possibilitar a compreensão da identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, mas também outros usos de aproximação ao público geral. Essas funções, “têm a ver com a cidadania, com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico” (BELLOTTO, 2014, p.133).

Dessa forma o arquivo se projeta como um espaço que não apenas serve à Administração ou aos cidadãos, ligados a questões de direitos, mas também como um espaço de cultura, de memória, de história, enfim de pertencimento para toda a sociedade.

A autora ainda faz alguns apontamentos interessantes que ampliam sua perspectiva comparada a obra anterior, trazendo questões como a importância do arquivo para a construção da identidade cultural dos cidadãos, sobre o

arquivo como um repositório do patrimônio cultural da comunidade, reforça e exemplifica o seu caráter mediador, aponta as relações que os arquivos podem estabelecer com outros organismos culturais, entre eles as escolas. Com relação a essas, Bellotto salienta que podem ser desenvolvidas ações específicas voltadas ao público escolar, compartilhadas com os princípios da Educação Patrimonial e com o ensino da História. Nesse sentido, a Educação Patrimonial busca,

(...) levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de educação cultural. (BELLOTTO, 2014, p.141 apud CORSETTI, 2000).

Ao falar de Educação Patrimonial, encontramos o artigo, “Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação”, publicado pela *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Nele, os autores Gomes e Monteiro enfatizam que:

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico (GOMES; MONTEIRO, 2016, p. 67).

Por fim, Bellotto apresenta os benefícios didáticos que a abertura dos arquivos traz para o público escolar, reforçando sua importância para o ensino da história local, que permite que os alunos conheçam a sua cidade, a sua cultura e história, despertando a partir desse conhecimento um interesse maior por uma história geral, mais universal. Além disso, o mais importante é quando defende que um Serviço Educativo de um Arquivo deva fazer parte da sua estrutura organizacional como algo efetivo e sistemático, haja vista que,

Engajar-se em políticas públicas que incluam programas de cooperação com as escolas, estará construindo uma incomparável aura de excelência às suas funções precípuas, contribuindo para formar um cidadão mais apto a compreender o passado da sociedade em que vive e poder participar na construção de um futuro mais digno desta mesma sociedade. (BELLOTO, 2014, p. 142).

Nessa concepção, pensando no público escolar, e no setor educativo destacamos que,

As instituições arquivísticas podem preparar exposições apresentando documentos antigos que tratam da origem da cidade e explorá-los como fonte, bem como fotografias que retratam o cotidiano ou atos oficiais [...] Outras histórias possuem a possibilidade de serem reconstruídas por pesquisadores e divulgadas, enfim o setor educativo de um arquivo possui muitas probabilidades para desenvolver suas atividades, depende da administração da instituição. (REIS; REIS, 2017, p. 481).

Ainda que esse tipo de visão em que se vislumbram aproximações e diálogos entre os arquivos, a Educação

e a cultura seja antiga, a própria autora infere que há dificuldades em inserir as instituições arquivísticas nas políticas públicas de patrimônio, uma vez que tanto os governos quanto a sociedade ainda têm a ideia de que estas se direcionam para aspectos de custódia de acervos, probatórios e de obtenção de direitos.

Nesse sentido, segundo Ivana Parrela “autores como Luís Carlos Lopes (2002) e Janice Gonçalves (2002), ao analisar o tratamento dado aos acervos e às instituições arquivísticas no âmbito das políticas de patrimônio, destacam o *não lugar* dos arquivos nas políticas públicas de cultura”. (LOPES, 2002, JANICE [Gonçalves], 2002, apud PARRELA, 2013, p. 108, grifo da autora). Conforme a autora, os investimentos dos arquivos brasileiros em atividades educativas, quando comparados aos dos museus, são considerados incipientes.

Porém, Parrela (2013) também apresenta iniciativas interessantes de ações educativas e de Educação Patrimonial em arquivos brasileiros se debruçando sobre três estados, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nesses são desenvolvidas ações como, por exemplo, a de transformar o Arquivo em parte da sala de aula dos professores, utilizando-se dos documentos como recursos didáticos, visitas técnicas aos acervos e oficinas temáticas sobre assuntos variados, atividades como exposições, palestras, visitas guiadas e até ações mais específicas e acadêmicas como a realização de eventos de divulgação de produção intelectual das Ciências Humanas, desenvolvidas no Arquivo do Rio Grande do Sul.

Chama atenção na fala da autora a experiência do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), que embora mais recente disputa “o seu espaço” com as lembranças de um antigo arquivo municipal que o antecedeu no tempo e com a forte presença do Arquivo Estadual mais antigo.

A partir de uma preocupação do corpo técnico com a sobrevivência da instituição e para construir a sua identidade institucional frente aos outros arquivos, o APCBH, se projetou como um arquivo moderno pautado na Gestão de Documentos, preocupado com os recolhimentos contínuos, atuando na identificação e recolhimento de massas documentais da Administração municipal de forma a tratá-las e torná-las disponíveis, bem como, desenvolvendo estratégias de difusão e acesso.

Tanto os capítulos de Bellotto quanto o artigo de Parrela, nos apresentam um panorama das possibilidades educativas nos arquivos e, por extensão as interlocuções e diálogos que podem ser realizados entre a Arquivologia e a Educação como campos de conhecimento interdisciplinares. A partir dessa perspectiva o escopo de análise daquela se expande e se fortalece, pois passa agregar outros elementos

importantes provenientes da Educação que irão possibilitar olhares distintos sobre os arquivos.

Isso é relevante em muitos sentidos, sendo um deles a percepção de possíveis impactos na Arquivologia enquanto disciplina a partir de um duplo movimento, pois se de um lado a aproximação das áreas cria olhares distintos sobre os arquivos pelos arquivistas, por outro lado, provoca um movimento que pode contribuir para uma mudança na formação desses arquivistas, com base nos currículos dos cursos de graduação, visando o desenvolvimento de competências direcionadas a explorar as possibilidades educativas dos arquivos.

Além de que, pensar estes por uma ótica que não apenas priorize a sua razão primária de existência contribui para alargar o seu valor social e a sua importância junto aos cidadãos, que passam a enxergá-los como um espaço de memória, de cultura, de história, de identidade e pertencimento.

O objetivo de organizar e conservar adequadamente os arquivos adquire toda a sua dimensão cidadã se assumimos que estes centros colaboram muito diretamente para a ascensão, entre outros, dos valores de patrimônio público, memória identidade e conhecimento, os quais, e não por acaso, se associam normalmente às finalidades irrenunciáveis do moderno conceito de cultura. É evidente, portanto, a implicação direta e decisiva dos arquivos no fomento e difusão dos valores assumidos pela sociedade como fundamentais. (FUGUERAS et al, 2001 apud BELLOTTO, 2014, p. 135)

Outra autora que aborda a questão é Bonato (2005) que traz exemplos interessantes tanto de outros países, como do Arquivo Nacional do Canadá, além de citar iniciativas do Arquivo Nacional, da Fundação Casa Rui Barbosa, do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e do Arquivo Público do Distrito Federal. Seu texto, embora mais antigo, serve para ilustrar que as iniciativas de atuação educativa e cultural dos arquivos, bem como a aproximação destes com as escolas já vêm se desenvolvendo há algum tempo.

Apesar das leituras de Bellotto, Bonato e Parrela nos mostrarem já haver um movimento por parte dos arquivos brasileiros que consideram os aspectos culturais e educacionais nas suas políticas, ainda existe um longo percurso a ser traçado. Nesse sentido, corroboramos a visão de Bonato quando salienta que,

Se por um lado, as escolas não estão indo aos arquivos, por outro não há, por parte dos arquivistas, um número significativo de projetos oficiais de assistência educativa escolares. (BONATO, 2005, p. 215)

E defendemos que a Arquivologia e os arquivistas sejam mais atuantes tanto no próprio Arquivo quanto no universo das escolas. Para os arquivistas, essas podem e devem ser mais um espaço de atuação profissional, no qual devem demonstrar a sua importância e ter visibilidade social.

Essa perspectiva será obtida a partir de uma releitura da disciplina arquivística, baseada em uma mudança na formação dos futuros arquivistas, como já destacado, contribuindo para que esses possam sair da universidade conhecendo os arquivos escolares e identificando-os como uma das possibilidades em que possam exercitar os seus conhecimentos obtidos durante a graduação.

Por esse ângulo, cabe destacar a parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) junto às escolas municipais do rio de janeiro, possibilitando aos alunos estagiarem no ambiente das escolas. Essa parceria é fruto das discussões desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisa de Arquivologia, que têm como preocupação pensar o arquivo escolar como uma possibilidade de diálogo entre as áreas.

Nesse aspecto, se fosse desenvolvida uma disciplina específica voltada para os arquivos escolares, haveria um grande ganho tanto para a Arquivologia e para os arquivistas, uma vez que essas discussões ganhariam fôlego e seriam muito mais aprofundadas na universidade, quanto para as próprias escolas na medida em que, a gestão dos seus acervos seria mais eficiente, por ter profissionais pensando estratégias direcionadas a eles.

Dito isso, ressaltamos o arquivo escolar como uma possibilidade tanto de aproximação entre a Arquivologia e a Educação, mas também como um espaço onde grande parte das ações que são desenvolvidas no âmbito das instituições arquivísticas, também podem ser desenvolvidas e até ampliadas, uma vez que esses arquivos estão mais próximos da comunidade escolar e de certo modo de toda a sociedade, haja vista as escolas fazerem parte da vida de todos os cidadãos.

Acreditamos que não apenas as instituições arquivísticas podem atuar junto às escolas, através de ações educativas, mas que ainda que de forma incipiente, por extensão, o próprio arquivo escolar, através dos seus documentos, pode servir como um ambiente profícuo para o desenvolvimento dessas ações, possibilitando a sua visibilidade social, contribuindo para que seja identificada a sua importância tanto administrativa quanto histórico-cultural.

Se o estudante e o professor, referências da comunidade escolar, perceberem a importância dessa documentação como memória da escola, provavelmente ajudarão na sua preservação e compreenderão a importância da gestão documental e da implantação do “arquivo permanente”, dentro das condições existentes. (BONATO, 2005, p. 216).

No âmbito das iniciativas e ações de pesquisa, vale destacar alguns movimentos institucionais, por parte das universidades, que caminham na direção de estreitar os laços entre a Arquivologia e a Educação, compartilhando experiências que envolvem olhares plurais e permitem um aprofundamento no debate sobre

as possibilidades arquivísticas aliadas a Educação. Nesse sentido, há o grupo de pesquisa Arquivos, Educação e Práticas de Memória: diálogos transversais (UFMG/Unicamp), coordenado pelas professoras Ivana Parrela e Adriana Koyama, que organizam, anualmente, um Simpósio de Arquivos e Educação com apresentação de trabalhos. Já foram realizados três simpósios temáticos, em três diferentes estados, o primeiro em Fortaleza, que ocorreu dentro do âmbito do Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), o segundo em Minas Gerais, como um evento prévio da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), e o último e mais recente em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP).

Além daquele, recentemente, foi criado o grupo de pesquisa Educação e Arquivos: experiências em contextos plurais (UNIRIO), coordenado pela professora Priscila Gomes, que organizou em 2019, o 1º Seminário de Educação e Arquivos: experiências arquivísticas no contexto educacional, que contou com a apresentação de convidados que dissertaram sobre as seguintes propostas temáticas: “Arquivos escovados a contrapelo: questões sobre prática de memória e educação”; “O arquivo e suas possibilidades educativas: iniciativas institucionais” e “O Arquivo como fonte para a pesquisa educacional: relatos de experiência”. Este último procurou abordar os arquivos escolares e suas possibilidades de estudo.

Notamos também, na 3ª Semana Nacional de Arquivos, uma ampliação da temática, pois tanto o Arquivo Nacional quanto a Fundação Casa de Rui Barbosa propuseram atividades voltadas para uma interlocução entre os referidos campos do saber.

A próxima sessão, então, se direciona a apresentar os arquivos escolares nas suas múltiplas facetas.

2.2 Por dentro dos Arquivos Escolares

Os arquivos escolares são um objeto de pesquisa recente, sendo o interesse por estudá-los reflexo do surgimento da Nova História Cultural, a partir de meados dos anos 1970, um movimento renovador da historiografia, fruto da Escola dos *Annales* e da Escola dos Neomarxistas Ingleses.

A Nova História Cultural surgiu “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p.14, apud, FURTADO, 2011 p.148).

Esse tipo de estudo foi incorporado pela História da Educação que passou a considerar outros temas de investigação e, conseqüentemente, outras fontes de pesquisa, que ultrapassavam a perspectiva dos ditos

documentos “oficiais”, como decretos, leis, regulamentos, portarias. Nesse contexto, não é que os temas mais amplos referentes à Educação tenham deixados de ser discutidos, mas percebemos uma preocupação maior com estudos relacionados ao cotidiano da escola, que tratam de temas, como cultura e a comunidade escolar, sobre o arquivo como lugar de memória, sobre a trajetória da instituição escolar, como pode ser observado nos trabalhos de Magalhães (1999), Vidal (2005), Mogarro (2005), Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001) e Faria Filho (2004), entre outros.

Assim, a partir dessa ótica, o arquivo escolar passou a ser identificado como um espaço rico em documentação para pesquisas e foi incorporado como objeto de análise pelos autores, que também passaram a se preocupar com o seu estado de preservação.

Por parte da Arquivologia os arquivos escolares ainda não são um tema muito abordado, podendo-se dizer que ainda se trata de um assunto carente de investigação. O cenário encontrado a partir das leituras realizadas é de que os autores arquivistas, que se interessam pelo assunto, no geral, possuem também parte da sua formação relacionada com a História e, sobretudo com a Educação, além de ser proveniente desta última o maior interesse pela temática. É preciso que os arquivistas se debruçam sobre o tema contribuindo com os seus referenciais teórico-metodológicos e com as questões provenientes da Arquivologia.

A Lei nº 8159, de 8 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos públicos e privados e dá outras providências, no seu artigo 2º conceitua arquivo, enquanto os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. No tocante aos documentos de arquivo, segundo Heloisa Belloto (1994), estes são os:

[...] produzidos e/ou acumulados pelas entidades públicas e privadas, ou por uma família, ou pessoa física, no decurso do cumprimento de suas atividades ou funções. Surgem por razões funcionais, administrativas e legais. Tratam, sobretudo, de dispor ou determinar sobre alguma coisa ou provar algum ato. (p.13)

Dessa forma os arquivos escolares enquadram-se nesses conceitos, haja vista seus documentos serem produzidos e recebidos por uma instituição pública ou privada, no caso as escolas, em decorrência de suas atividades, sendo então definidos como,

Documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou a natureza dos documentos (MEDEIROS, 2003, p.2).

Os arquivos escolares são importantes, segundo Medeiros (2003), haja vista as escolas exercerem múnus público- possuem deveres e obrigações perante o poder público, inclusive as escolas particulares- além de terem finalidades e funções diversas, sendo os seus documentos meios de prova de direitos de pessoas ou da Administração. Isso pode ser identificado, por exemplo, quando um aluno precisa comprovar a sua escolaridade, ou quando um professor precisa obter algum direito junto à Administração, e para essa quando precisa desenvolver alguma política educacional.

As finalidades destacadas por Medeiros se assemelham aos valores atribuídos por Schellenberg (1984) aos documentos em função de seus usos. Dessa maneira, há os documentos de valor primário ou imediato que é inerente a sua criação, podendo apresentar valor administrativo, fiscal ou jurídico, e os de valor secundário ou mediato o qual é identificado quando cessa o valor primário e a guarda do documento faz-se necessária permanentemente.

A escola deve ser entendida como uma instituição que tem missão, ações, atividades, objetivos, e os seus documentos e a informação que eles possuem refletem tanto as suas atividades-meio, mas principalmente, as suas atividades-fim, relacionadas aos processos de ensino e aprendizagem, em que nesse cenário, destaca-se o papel dos arquivos escolares como espaço de guarda também dessa documentação, voltada para as práticas pedagógicas que são realizadas no cotidiano da escola.

Os arquivos escolares são constituídos de diversas espécies documentais que são também fontes de pesquisa porque registram a memória do fazer e pensar pedagógico no cotidiano escolar, além das questões administrativas. O tipo de informação gerado numa escola é bastante específico, refere-se à evolução do número de vagas, ao histórico de reprovações, de evasão escolar, entre outras. Essas informações podem se constituir numa ferramenta importante para a definição de políticas educacionais, seja no âmbito do município ou do Estado. (SILVA et al, 2008, p. 2).

Os arquivos escolares são considerados um manancial de fontes primárias relevantes para a pesquisa historiográfica, apresentando os seus documentos valores histórico-culturais para os historiadores na construção das suas narrativas e representações da memória.

Diante dos arquivos escolares a imaginação e o trabalho científico irão explorar inúmeras possibilidades: construirão biografias escolares; elaborarão sucessivos conceitos de cultura ou de educação sistemática; esclarecerão a didática viva; discutirão formas de ensino dominantes em cada época; dirão como a escola estava inserida na comunidade, etc, etc.[...] Ali, nos documentos, estão memórias individual e coletiva da educação. (MEDEIROS, 2003, p. 6).

O enfoque mais histórico e cultural dos arquivos escolares é mais explorado na literatura, onde são encontrados trabalhos pensando, por exemplo, sobre o arquivo escolar para reconstituir a trajetória das instituições educacionais; os que identificam esse arquivo como lugar de memória; os que apresentam sua relevância enquanto fonte para os estudos da Educação; os que pensam sobre cultura escolar e os que manifestam preocupações quanto ao seu estado de conservação, condições físicas e que trabalham até sobre a ótica da gestão de documentos.

Quanto aos que tratam da importância desses arquivos para a reconstituição da trajetória da escola e como lugar de memória destacamos as contribuições de Magalhães (1999), que identifica esses arquivos como fonte essencial, haja vista que a trajetória da instituição é construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” e de Vidal (2005b), que a partir das observações de Pierre Nora (1993), enxerga os arquivos enquanto lugares duplos, como locais de guarda, guardados em si mesmo, mas também abertos a novas leituras acerca do passado e do presente, uma vez que oferecem acesso a sua documentação. Segundo a autora,

É essa duplicidade que permite a apropriação pela história, construída a partir de acontecimentos, e possibilita sua incorporação à memória, na medida em que consolidam marcos (e marcas) visíveis da existência humana. Os arquivos, assim, ao mesmo tempo que devem conservar os documentos, precisam ser investidos de uma aura simbólica, gerando um vínculo afetivo entre presente e passado. (VIDAL, 2005b, p.19).

Nesse sentido, o arquivo constitui-se enquanto espaço capaz de abrigar várias memórias, de reunir uma gama de documentos que ativam o nosso passado e passam a ganhar significado no presente, muitas vezes com outros olhares, outras interpretações. Partindo dessa percepção, o arquivo escolar não é diferente. Este nos ajuda a entender não somente a memória da escola, mas também a história do entorno.

Gomes e Monteiro (2016), ao abordarem os arquivos escolares, ressaltam que:

São formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio (p. 71).

Nesse aspecto, Reis e Reis (2017) defendem que a documentação armazenada nesses arquivos constitui memórias que trazem à tona noções e vestígios, que demonstram como a escola foi criada, por quem, quais as metas, funções e práticas cotidianas, e Mogarro (2006), que ressalta o lugar dos arquivos escolares nas

instituições educativas, para auxiliar na compreensão do seu itinerário ao longo do tempo.

A importância do lugar do arquivo na instituição tem acompanhado a afirmação dessa mesma instituição como um microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua dimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e identidade histórica de uma escola. (MOGARRO, 2006, p. 73).

Quanto ao arquivo escolar como fonte para a História da Educação, salientamos as contribuições da própria Mogarro (2006) que apresenta os diferentes tipos documentais que compõem o seu acervo e propõem temas que podem ser explorados a partir deles, e Bonato (2005) que destaca aquele como um ambiente profícuo para pesquisas, além de apresentar as múltiplas possibilidades de investigação que permitem conhecer as atividades administrativas e pedagógicas de transformação da educação ao longo do tempo.

Reis e Reis (2017) também contribuem para o debate, demonstrando a importância desses arquivos para responder indagações e incômodos que perpassam a pesquisa em Educação respondendo a questões pertinentes da área. Desse modo é possível,

Conhecer os estudantes de uma determinada escola; fazer estatística com os dados do histórico escolar; criar banco de dados demográfico por meio da certidão de nascimento, verificar as ocorrências como indisciplina e vandalismo, entre outras. Além da documentação do aluno, a escola produz e recebe outros documentos passíveis de estudo como as legislações referentes a educação brasileira, bem como as internas da instituição respaldadas pelos órgãos competentes. Essas fontes permitem conhecer a educação no âmbito municipal, estadual e federal. Com as legislações, o pesquisador que lida com História da Educação pode pensar as políticas públicas educacionais e fazer proposições. (REIS; REIS, 2017, p. 483).

Diana Vidal também explora esse ponto, ressaltando que os arquivos escolares têm sido uma temática recorrente na História da Educação, e que os autores têm se debruçado sobre,

Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico. ((VIDAL, 2005a, p. 71).

Ainda sobre a questão, Furtado (2011) infere que nos arquivos das escolas, é possível encontrar documentos que tratam de questões administrativas, pedagógicas e históricas, e que são inestimáveis para pesquisa, possibilitando compreender o processo de ensino e aprendizagem, a cultura escolar e a própria História da Educação, tornando-se fontes de informações imprescindíveis para a pesquisa.

Quanto aos arquivos escolares utilizados para pensar a cultura escolar, evidenciamos as contribuições de Vidal, já mencionada, e também de Viñao Frago (2000), Dominique Julia (2001) e Faria Filho (2004).

Nesse sentido adotamos a perspectiva de “Culturas Escolares” em detrimento de Cultura Escolar, por compreendermos que cada escola é um universo único, com inúmeras possibilidades. Apesar da missão, funções e atividades das escolas terem um padrão e haver legislações que regulamentam a sua atuação, a maneira como cada uma lida com isso e como os sujeitos atuam no cotidiano escolar é diversa e plural. Isso se reflete nos arquivos enquanto um produto desse contexto.

Com relação aos estudos que destacam a relevância das pesquisas referente aos arquivos escolares salientamos os aportes de Ragazzini (2001), Clarice Nunes e Marta Carvalho (1992). Essas últimas, segundo Gonçalves (2008), já destacavam a importância dos levantamentos desses acervos na 15ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Para as autoras:

(...) a compreensão crítica da trajetória da educação no nosso país fica comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, mas também pela ausência de uso de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa.

(...)Por essas razões, trabalhos que priorizem a localização de acervos, e a discussão em torno de levantamentos já existentes, são fundamentais para a renovação da prática da pesquisa histórica no campo da educação

(...) Mapear fontes é, portanto, preparar o terreno para uma crítica empírica vigorosa que constitua novos problemas, novos objetos e novas abordagens. (NUNES e CARVALHO, 1992, p.30, apud GONÇALVES, p.75).

Por fim, ressaltamos trabalhos nos quais os autores demonstram preocupações com as condições físicas dos acervos escolares, com seu estado de guarda e conservação, haja vista que, na grande maioria das vezes eles se encontram em condições muito precárias.

[...] Sede privilegiada de uma multiplicidade de ações humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afetivas, produto de um cotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do cotidiano escolar (MAGALHÃES, 1998, p. 75)

Mediante o exposto, levando-se em consideração tanto os valores primários quanto os secundários dos documentos que compõe os arquivos escolares inferimos que,

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a **administração** e o **ensino**, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...] Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira (BONATO, 2000, p. 45, grifo nosso).

3 Conclusão

Os documentos contidos no arquivo, seja de uma instituição pública ou privada, quanto os registros encontrados nos arquivos escolares, possibilitam interlocuções que aproximam a Arquivologia e a Educação. Nos Arquivos a atuação do arquivista deve visar o estabelecimento de um serviço educativo sistemático e atuante, que não resulte apenas em ações pontuais.

Nas escolas, acreditamos que as contribuições da Arquivologia e dos arquivistas são mais prementes e que aquelas devam ser espaços de atuação para esses profissionais, que têm grandes contribuições a oferecer com a sua formação e experiência empírica nos arquivos. Tanto nas escolas quanto nas instituições arquivísticas podemos empreender esforços no sentido de potencializar os usos dos arquivos com fins educativos, tornando-os visíveis para serem utilizados enquanto instrumentos favoráveis nos processos de ensino e aprendizagem, com destaque à metodologia da educação patrimonial.

Entendemos que essa atuação deva se estabelecer em parceria com os sujeitos envolvidos das escolas e com a área de Educação, que faz uso desses arquivos e que pode contribuir para a apreensão da sua importância na sua complexidade.

Identificamos que há um longo percurso a ser traçado para expandir as possibilidades e interlocuções entre os Arquivos, a Arquivologia e a Educação, tanto com relação a produções teóricas sobre o tema, quanto a ações empíricas que fomentem essa aproximação.

Observamos ao longo do trabalho algumas ações inseridas no âmbito de instituições arquivísticas que vêm sendo realizadas visando o fortalecimento dos laços. Além disso, destacamos a importância de grupos de pesquisas sobre o assunto, que por meio de seus eventos abrem mais espaços para a discussão sobre as possibilidades de diálogos entre a Arquivologia e a Educação, fundamentais para as trocas de experiências,

de modo a contribuir para a ampliação dos debates, minimizando a distância entre os campos.

Referências

- BELLOTTO, H. **Arquivo estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 132- 143.
- _____. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e educação. In: BELLOTTO, H. Difusão Editorial, Cultural e Educativa. In: BELLOTTO, H. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 227-247.
- _____. Patrimônio cultural, arquivo e Universidade. Boletim do Centro de Memória - Unicamp. Campinas, v. 6, n.11, p.11-18, jan-jun/1994.
- BONATO, N. Os Arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de história da educação**, n. 10 jul/dez, 2005.
- FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, p.23-30, jan./dez. 2007.
- FURTADO, Alessandra C. Os arquivos escolares e sua Documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011.
- GOMES, Priscila; MONTEIRO, Magno. Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.10-11, 2016.
- JARDIM, José Maria. A pesquisa em Arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Estudos avançados em Arquivologia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-153.
- MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B. (orgs.) **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. São Paulo: Escrituras, 1998.
- MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. **Revista Histedbr**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB - Vitória da Conquista- BA. 2003.
- MOGARRO, Maria J. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, v.5, n.2, 2005.
- PARRELA, I. Educação patrimonial nos arquivos brasileiros: algumas experiências e perspectivas de uso da metodologia. **Ciência da Informação**, v. 42, n. 1, 2015.
- POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, março 2005, p. 3-15.
- REIS, Filomena Luciene Cordeiro; REIS, João Olímpio Soares dos. Arquivos escolares: um estudo introdutório. **Ágora**, n. 55, v. 27, p. 475-500, 2017.
- SILVA, C. A.; RIEDLINGER, M. A.; CALDERON, W. R. **A Gestão da documentação escolar: o caso do Colégio Marcelino Champagnat**. set. 2008. Disponível em <
http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_educacao/analise_da_gestao_de_documentacao.pdf>
- VIDAL, D. G. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a.
- VIDAL, D. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R.;VLDEMARIN [Valdemarin], V. **A cultura escolar em debate**. Campinas: Autores Associados, 2005b, p. 3-30.

Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros

Presence of disciplines concerning users in Brazilian Archival Sciences courses

Rodrigo A. Duarte (1), Camila Costa (2)

(1) Arquivo Nacional, IBICT/UFRJ, Rio de Janeiro, rodrigo.a.duarte@ufrj.br (2) IBICT/UFRJ, camilamcta@gmail.com

Resumo

Os estudos de usuário têm ganhado cada vez mais espaço na arquivística, principalmente no espaço de debate acadêmico e na formação curricular. O presente estudo tem seu ponto de partida em trabalhos semelhantes realizados anteriormente como, por exemplo, os trabalhos de Flávia Helena Oliveira (2014) e de Gláucia Vaz e Carlos Alberto Araújo (2015), que traçaram mapas das disciplinas de matrizes curriculares de cursos de graduação em Arquivologia. Como resultado observou-se o aumento das disciplinas que têm como enfoque estudos de usuário. As estruturas curriculares dos cursos de graduação são dinâmicos e refletem, de certo modo, as agendas de pesquisa da área. A metodologia utilizada buscou demonstrar por meio de estudo quantitativo o crescimento de disciplinas voltadas para o ensino dos Estudos de Usuários no campo da Arquivologia ao longo dos últimos anos, provando que a temática tem tido sua importância cada vez mais reconhecida entre os cursos de graduação e no debate acadêmico em Arquivologia no Brasil.

Palavras-chave: Usuários; Estudos de Usuário; Comportamento Informacional; Difusão; Ensino de Arquivologia..

Abstract

User studies have marked their own territory in Archival Sciences, especially in the academic debate arena and in curricular education. This present article has as its starting point Works of similar kind previously released, for example, as the works of Flávia Helena Oliveira (2014) and Gláucia Vaz and Carlos Alberto Araújo (2015), that traced maps of the disciplines of the curricular schemes of undergraduate courses in Archival Sciences. As a result, we could observe the increase in the number of disciplines that emphasize user studies in general. The curricular structure of the undergraduate courses are dynamical, and reflect, in a certain way, the science field research agenda. The selected methodology has been used to demonstrate with a quantitative study the increase in disciplines turned towards the teaching of user studies in the Archival Sciences field throughout the last few years, stating that the thematic has had more recognition of its relevance among undergraduate courses of Archival Sciences in Brazil.

Keywords: Users; User Studies; Informational Behaviour; Archival Sciences Teaching.

1 Introdução e escopo do trabalho

Este trabalho pretende contribuir de forma relevante para o debate sobre a importância dos estudos de usos e usuários para o campo arquivístico, por meio da análise das disciplinas relacionadas a temáticas centradas nos usuários, ofertadas nos cursos de graduação em Arquivologia no país.

Para iniciar este estudo, partimos de trabalho semelhante desenvolvido por Flávia Helena Oliveira para sua tese de doutoramento concluída em 2014. Também serviu de base de análise o artigo de Gláucia Vaz e Carlos Alberto Araújo (2015), que apresenta números distintos, mas já permitiria ver uma ascensão no número geral de disciplinas que discutem temáticas voltadas ao usuário. Assim, a partir da análise desses dois trabalhos e da pesquisa por nós realizada, buscamos neste artigo avaliar a evolução do número de disciplinas específicas sobre usuários, competência informacional e difusão nos últimos anos.

Para a realização deste trabalho, o importante artigo de Welder Silva, Cíntia Arreguy e Leandro Negreiros (2015) foi também analisado, de modo a perceber a incidência de cursos sobre usuários nos currículos de graduação em Arquivologia. T

A pesquisa de Flávia Oliveira não permite identificar a data exata da coleta dos dados trabalhados. De todo modo, podemos considerar a data de 2013 como marco temporal dos resultados obtidos, inclusive porque a pesquisa não reflete especificamente a alteração curricular ocorrida na UNIRIO naquele ano, que incluiu uma disciplina de usuários, e que será analisada mais a frente. A pesquisa de Gláucia Vaz e Carlos Alberto Araújo identifica precisamente o período de 2013 a 2015 como de desenvolvimento do trabalho descrito, e portanto consideramos o marco de 2015 como referência. Na sequência do trabalho essas opções ficarão mais claras a partir da exposição do conteúdo dos trabalhos analisados.

A avaliação deu-se principalmente através da análise de grades ou matrizes curriculares e suas mudanças após

2013, mas também analisando, em alguns casos em que houve necessidade, projetos-político pedagógicos, resoluções do respectivo conselho universitário, ementas, e demais materiais disponíveis nos sítios institucionais das faculdades e departamentos responsáveis pelos dezesseis cursos de bacharelado em Arquivologia no Brasil.

Ao final iremos analisar os resultados tendo em vista ideias presentes no quadro da Arquivologia nacional e internacional com relação a estudos de usos e usuários, tecer comentários sobre os conceitos envolvidos e verificar uma tendência de maior valorização desses estudos no campo arquivístico.

1.1 Contexto inicial e escolhas metodológicas

Atualmente existem cursos de Arquivologia em 16 universidades públicas de doze estados em todas as regiões. São elas, por ordem de data de criação do curso: UNIRIO, UFSM, UFF, UnB, UEL, UFBA, UFES, UFRGS, UNESP, UEPB, UFAM, UFMG, FURG, UFPB, UFSC e UFPA. Desde a transferência e incorporação do Curso Permanente de Arquivos do Arquivo Nacional para a UNIRIO (Então FEFIEG) em 1977, até o mais novo, da UFPA em 2012, são mais de quarenta anos de ensino superior universitário e produção acadêmica qualificada em Arquivologia (OLIVEIRA, 2014, p.58-67).

Na tese de Flávia Oliveira (2014) e no artigo escrito em parceria com Renato Tarcísio Sousa (SOUSA; OLIVEIRA, 2014), os autores fizeram uma ampla análise dos currículos dos cursos de graduação em Arquivologia no país, identificando as principais linhas teórico-metodológicas dos cursos, sua relação com áreas afins e as competências profissionais que esperavam de seus egressos. Ainda naquele momento, os dois trabalhos avaliaram a distribuição de disciplinas dos currículos de Arquivologia das universidades brasileiras, dividindo-as em dois grandes grupos, quais sejam: os conteúdos específicos, basilares para a formação de arquivistas; e os conteúdos complementares, de disciplinas afins, porém correlatas e importantes na formação arquivística, como Biblioteconomia, História, Direito, Administração, etc.

Entre os conteúdos específicos, os autores identificaram os seguintes itens (OLIVEIRA, 2014, p. 103):

- Fundamentos Arquivísticos
- O profissional em Arquivologia
- Arquivo Permanente
- Preservação e Restauração
- Gestão de Documentos
- Gestão de Documentos Eletrônicos e/ou em Suportes Especiais

- Usuários
- Planejamento e Projetos
- Legislação Arquivística
- Pesquisa/Metodologia
- Estágio
- Trabalho de Conclusão de Curso

Para os fins deste trabalho, analisaremos tão somente as conclusões de Oliveira no que concerne ao conteúdo específico Usuários. Empregaremos também um critério semelhante ao escolhido para classificação das disciplinas, o qual é caracterizado da seguinte forma:

Em Usuários foram classificadas as disciplinas relativas aos estudos dos usos e dos usuários de arquivo, em que nas ementas se destacavam os seguintes tópicos: a) Estudo de usuários; b) Comportamento informacional; c) Difusão em arquivos. (OLIVEIRA, 2014, p. 113)

1.2 Usos, usuários, demanda, necessidade, comportamento

Nos últimos anos vimos uma escalada de novos usos e usuários de arquivos. Para além do uso tradicional da pesquisa acadêmica em história, que por si só vem sempre ganhando mais espaço, juntaram-se outros diversificados usos acadêmicos. Mas o uso do documento de arquivo vem também ganhando importância em outras áreas para além da academia. Vimos experimentando um grande aporte de genealogistas e pesquisadores diletantes, e um grande crescimento do uso cultural de arquivos por parte de agentes culturais os mais diversos em busca de material e inspiração. Em nosso país, especificamente, iniciativas de alguns anos como a iniciativa do Portal Memórias Reveladas, bem como a promulgação da Lei de Acesso a Informação e a criação da Comissão Nacional da Verdade e suas sucedâneas estaduais, conferiram aos arquivos também a aura de instituições relevante para a efetivação da justiça e a defesa dos Direitos Humanos.

Apesar disso, esse aumento nos modos de uso de documentos de arquivo não se traduziu numa ampla centralidade dessas instituições na vida social ou em seu reconhecimento maciço. Segundo Tom Nesmith (2010), os arquivistas não foram agressivos o suficiente em cultivar novos usos dos arquivos, e esse processo foi majoritariamente devido a esforços dos próprios usuários:

“Existem poucos artigos de arquivistas sobre os usos mencionados, e os que existem são em sua maioria veiculados dentro da literatura profissional de arquivistas. Existem alguns livros e conferências recentes, mas, novamente, para uma audiência de arquivistas. Os arquivistas não têm sido indiferentes ao cultivo de novos usos dos arquivos, mas raramente consideram o assunto como prioridade” (2010, p. 18)

Parafrazeando o texto de Helen Tibbo (2002), aos arquivos talvez ainda falte aprender a amar seus usuários, sem perder sua excelência em gestão e preservação, mas direcionando um pouco mais o foco para o uso.

1.3 Quadro de estudos de usuário em arquivos

Hea Rhee (2015, p. 29-31) traça um excelente quadro quantitativo de estudos de usuários em arquivos nos EUA e Canadá. Inicialmente argumentando que esse tipo de estudo já tem espaço consolidado na Biblioteconomia desde a década de 1940, a autora afirma que, na Arquivologia, esses estudos só teriam efetivamente sido iniciados na década de 1980, na esteira do fundamental trabalho de Paul Conway (1986), e ganhado mais fôlego a partir do final da década de 1990. Mesmo assim, a autora não identifica um aumento muito expressivo na quantidade de estudos na área. Para ela, em contraste com as Bibliotecas, onde a principal função é o atendimento ao usuário, nos Arquivos a preservação de material histórico assumiria a primazia sobre os serviços de referência (RHEE, 2015, p. 31).

No Brasil, o número de estudos não é volumoso. No trabalho de José Maria Jardim e Maria Odila Fonseca (2004), já havia a avaliação que a literatura de Arquivologia sobre o tema é bastante escassa e pouco aprofundada do ponto de vista prático e teórico, e que, apesar da clara preocupação com a questão do acesso à informação, essa questão é encarada principalmente por seus aspectos legais, técnicos ou institucionais (2004, p. 4).

A partir dos anos 2010, o número de estudos com referência a usos, usuários, demanda, necessidade e comportamento informacional em arquivos tem apresentado uma tendência de alta. Análises preliminares de bases de dados de referência do setor têm apresentado aumento no número de trabalhos voltados para essas temáticas, mas não será neste presente trabalho que iremos trabalhar esse recente incremento. Outra frente de trabalho vem sendo desenvolvida em paralelo para analisar esse aparente aumento na produção de artigos científicos nacionais com temáticas centradas no usuário de arquivos, e investigar sua evolução teórico-metodológica (GASQUE; COSTA, 2010).

Iremos nos voltar agora exclusivamente para a presença de disciplinas relacionadas nos cursos de Arquivologia, buscando demonstrar um aumento de volume, o que com certeza teria contribuído para maior quantidade de trabalhos acadêmicos específicos – e mesmo recebido também importantes contribuições em retorno. A medida que mais arquivistas passam por essas disciplinas em suas formações básicas, é muito possível asseverar que isso influenciaria uma tendência de alta

nos trabalhos acadêmicos refletindo essas temáticas. Desde já, fica colocada a questão da confrontação dos dois parâmetros de evolução das variáveis número de disciplinas e quantidade de trabalhos acadêmicos centrados em usuários ao longo do tempo. Em outra oportunidade, pretendemos nos debruçar sobre essas questões e suas potenciais implicações.

2 Desenvolvimento

Agora olharemos mais especificamente os dados dos trabalhos citados, e realizaremos comparação com os dados obtidos nesta nova abordagem produzida sobre o mesmo universo.

Em seguida, tentaremos analisar mais pormenorizadamente os dados para extrair informações sobre os principais conceitos relacionados nos títulos das disciplinas, confirmar se há uma tendência de alta e compará-la com as mudanças nos currículos de Arquivologia nos últimos anos.

A parte final do cruzamento de dados e avaliação de resultados será abordada posteriormente nas Considerações Finais.

2.1 Análise dos trabalhos iniciais sobre disciplinas de usuário: Flávia Oliveira

Na tese de doutorado de Flávia Oliveira, foram identificadas onze disciplinas na rubrica Usuário, que, em relação aos dezesseis cursos de graduação da área, dá uma ocorrência média de 0,68 disciplinas por curso, gerando a média mais baixa entre todos os conteúdos específicos, com o agravante de seis cursos não terem qualquer disciplina sobre a temática, segundo a metodologia de coleta de dados empregada na pesquisa da autora (2014, p. 114).

A pesquisa realizada foi extensiva, buscando responder questões mais amplas em relação a perfil de discentes, formação de currículo e histórico dos bacharelados em Arquivologia. Assim, o foco principal não foi a análise da estrutura curricular em si. De todo modo, encontramos no trabalho desenvolvido por Oliveira e no artigo em conjunto com seu orientador uma base de comparação adequada para avaliar se havia ocorrido uma variação significativa no número de disciplinas sobre usuários ofertadas nos currículos de graduação em Arquivologia no Brasil.

Abaixo vemos a distribuição das disciplinas por suas Instituições de Ensino Superior (IES) correspondentes:

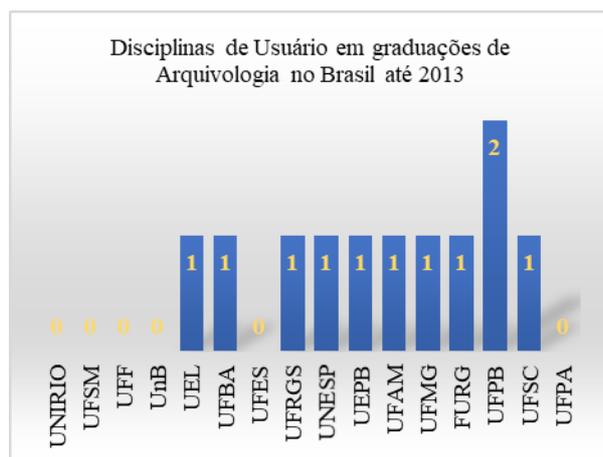


Figura 1: Disciplinas de Usuário em graduações de Arquivologia no Brasil até 2013 (reprodução de OLIVEIRA, 2014, p. 114). [1]

Para fazer a análise dos currículos atuais e avaliar se houve alguma modificação relevantes desde o trabalho de doutorado de Flávia Oliveira, procedemos à análise dos sítios eletrônicos dos cursos de graduação em Arquivologia das dezesseis IES. Este estudo procurou centrar-se nas grades ou matrizes curriculares, recorrendo a outros documentos fundamentalmente para avaliar se houve mudança curricular e em qual ano,

De imediato, ao proceder à avaliação comparativa de currículos antigos e novos e verificação de mudanças, foi possível localizar quatro divergências específicas em relação aos números encontrados por Oliveira. Foi possível, através desta nova análise, verificar a existência de três disciplinas em IES distintas, que já existiam no período 2010-2013, mas que inadvertidamente não foram mencionadas nos estudos de Oliveira.

Creditamos essa divergência à dificuldade de pronto acesso aos dados nos sítios institucionais das IES e dos departamentos, faculdades e cursos de Arquivologia. Mesmo hoje a pesquisa não foi tão simples, tendo sido localizadas muitas informações entrecortadas ou incompletas. Como reza antigo ditado popular, em casa de ferreiro, espeto de pau, e no campo arquivístico isso é mais comum do que desejaríamos como profissionais da área.

Assim, reavaliando os currículos do período coberto pelos pesquisadores, verificamos que havia três disciplinas que, por algum motivo, não haviam sido contabilizadas, considerando os mesmos critérios de disciplinas que enfatizassem conceitos e ideias relativas a: a) Estudo de usuários; b) Comportamento informacional; c) Difusão em arquivos.

Na UFSM, foi localizada uma disciplina de Referência e difusão em Arquivos. Na UnB, Estudo de Usuário. E na UFBA, em lugar de apenas uma, havia duas

disciplinas: Disseminação da Informação Arquivística e Marketing em Serviços de Informação.

Em outra IES, a UFPA, foi localizada a disciplina Leitura e Competência Informacional, optativa para alunos de Arquivologia. Os dados que dispomos não nos permitem confirmar se a disciplina era ou não oferecida desde o início do curso, uma vez que é um curso em implantação e cujo Projeto Político-Pedagógico apenas foi formalizado em 2014. Neste caso, preferimos manter o entendimento que a disciplina pode não ter sido oferecida no momento da coleta de dados de Oliveira.

Essa nova distribuição altera os resultados obtidos por Oliveira. Mesmo assim, incluindo essas disciplinas nos números de então, o que eleva de onze para quatorze disciplinas o total, a rubrica Usuários continuaria sendo a última dos conteúdos específicos, em empate com Política e Legislação Arquivísticas, ambas com média de 0,87 disciplinas por curso (SOUSA; OLIVEIRA, 2014, p. 145-156).

Podemos estabelecer essa faixa de onze a quatorze disciplinas, ou de média de 0,68 a 0,87 disciplinas por curso, como um parâmetro adequado para avaliar a presença de disciplinas até 2013.

Em nossa opinião, esta é uma quantidade muito pequena de disciplinas a tratar de uma questão de interação sociocultural tão importante para as instituições arquivísticas, no que influi diretamente em sua visibilidade e em seu diálogo e valorização pela sociedade.

2.2 Análise dos trabalhos iniciais sobre disciplinas de usuário: Gláucia Vaz e Carlos Alberto Araújo

Outro ponto de apoio para esta pesquisa foi o trabalho de Gláucia Vaz e Carlos Alberto Araújo (2015). Os pesquisadores estavam interessados fundamentalmente no conteúdo das disciplinas, na formação de arquivistas e docentes, e em como disciplinas voltadas para temáticas centradas no usuário poderiam beneficiar a prática profissional de arquivistas. Foi realizada uma pesquisa com questionários apresentados às coordenações de cursos, mas que nem todos lograram responder.

Em determinado ponto do estudo, os autores afirmam que:

Dos 16 cursos investigados no período de 2013 a 2015, apenas um, oferecido pela Universidade Federal Fluminense (UFF) não oferta uma disciplina voltada para estudos de usuários em seu currículo. [...] Em dois cursos, são ofertadas duas disciplinas voltadas para a temática dos estudos de usuários: na UFBA, com as disciplinas “Marketing em serviços de informação” e “Ação cultural e educacional nos arquivos”; e na UFES; onde são ofertadas as disciplinas “Estudo de público da Informação” e “Estudo de Usuário”. A duração das disciplinas em todos os cursos

varia de 30 a 60 horas. Essas disciplinas aparecem sob diversas denominações: além da expressão “Estudos de Usuários”, aparecem também em seus títulos as palavras “Marketing”, “Difusão”, “Usuários da Informação” e “Estudo de Público”. (VAZ, ARAÚJO, 2015, p. 12)

Considerando esses dados levantados, temos a seguinte distribuição das disciplinas, segundo a análise de Vaz e Araújo:



Figura 2: Disciplinas de Usuário em graduações de Arquivologia no Brasil até 2015. Produção própria com dados extraídos de VAZ; ARAÚJO, 2015, p. 12.

Considerando esses dados disponíveis, verificamos que os autores identificaram em 2015 dezessete disciplinas sobre temáticas relacionadas a usuário, o que, em proporção aos dezesseis cursos de graduação da área, dá uma ocorrência média de 1,06 disciplinas por curso de graduação em Arquivologia.

Ao confrontarmos o trabalho de Vaz e Araújo, surgem três relevantes questões de pesquisa: a) os autores afirmam que todas as dezesseis IES tinham curso sobre Usuários, com parâmetros semelhantes aos do artigo anteriormente analisado, no entanto, falharam em enumerar todas as disciplinas, deixando de citar a UFPA e a UFPB; b) os autores apresentam dados discrepantes do estudo anterior, apesar dos dois terem sido produzidos em momento semelhante e não haver alteração curricular no período que justifique essa divergência, em relação às disciplinas de UFES e UFPB; e c) os autores apresentam dados que não correspondem às análises de fontes realizada neste estudo, baseada no exame das matrizes curriculares de todos os dezesseis cursos de graduação, e no recurso a ementas de disciplinas, projetos político-pedagógicos e resoluções universitárias para dirimir eventuais dúvidas.

Em nossas pesquisas, que se basearam exclusivamente nos documentos disponíveis nos sítios institucionais dos cursos de graduação em Arquivologia e/ou unidades das IES que os abrigam, não foi possível obter os mesmos resultados que Vaz e Araújo. Deve-se frisar que os autores não especificaram se fizeram investigação das mesmas fontes selecionadas por nós, e que seus

principais dados de pesquisa foram entrevistas enviadas às coordenações dos cursos. Portanto, há questões metodológicas bastante pertinentes e específicas a cada trabalho. Nas palavras de Vaz e Araújo (2015, p. 5):

Para avaliar a inserção, a estrutura e a importância das disciplinas voltadas para a temática de estudos de usuários nos cursos de Arquivologia do país, buscou-se primeiro localizar e entrar em contato com os coordenadores dos cursos ou com os professores responsáveis em ministrar essas disciplinas. Na época da pesquisa, realizada entre 2013 e 2015, havia 16 cursos de Arquivologia no país, mas apenas oito aceitaram participar da pesquisa [...].

Assim sendo, ao considerarmos as distintas opções metodológicas comentadas, poderíamos apresentar algumas questões pertinentes frente aos dados organizados e expostos no artigo citado de Vaz e Araújo: a) em relação a UFPB, não citada nominalmente, foi atribuída uma disciplina, embora a universidade ostente duas em sua grade curricular, o que poderia causar um aumento de uma no número total de disciplinas identificadas; b) em relação à UFPA, também não citada nominalmente, foi atribuída uma disciplina; e, c) em relação à UFES, não conseguimos localizar disciplina alguma vinculada às temáticas de usuário antes da mudança curricular em 2017, o que reduziria em duas o total de disciplinas.

Com essas alterações, o número de disciplinas verificado seria alterado das dezessete identificadas por Vaz e Araújo para dezesseis, alterando assim proporcionalmente a média para 1 disciplina por curso. Essa alteração mantém o trabalho de Vaz e Araújo num patamar um pouco superior em quantidade de disciplinas em relação ao topo da faixa de disciplinas estabelecido anteriormente, com duas a mais na diferença de números totais, por conta também da inclusão de uma disciplina de Usos e Usuários da Informação Arquivística no currículo da UNIRIO na mudança da estrutura curricular efetivada em 2013.

O estudo analisado ficaria, sob as distintas opções metodológicas e possibilidades de alteração de números totais discutida acima, numa faixa de dezesseis a dezessete disciplinas, numa média calculada em 1 a 1,06 disciplinas por curso. Um leve aumento em relação ao estudo anterior dá-se, não apenas por eventuais desencontros de método de pesquisa, mas também já pelo início de uma tendência de alterações curriculares que avaliaremos mais adiante.

Mesmo apreciando todas as ressalvas identificadas, somos da impressão que as desconformidades localizadas não invalidam o pressuposto básico de um constante porém moderado incremento no número de disciplinas oferecidas pelos cursos de Arquivologia voltando atenção para temas centrados no usuário, incorporando todo discurso da área que coloca cada vez mais como um elemento crucial na constituição da “sociedade dos arquivos” (NESMITH, 2010), uma visão

com menos foco no trabalho direto de preservação, gestão e organização do arquivista com seu acervo, e mais ênfase na relação com o público e suas demandas informacionais específicas.

2.3 Apresentação dos dados atuais

Finalmente após analisar os estudos anteriores sobre o tema, e lidar com algumas situações encontradas, passaremos à apresentação dos principais dados obtidos na pesquisa nos endereços eletrônicos associados aos cursos de Arquivologia. Foram considerados critérios de análise semelhantes aos de Oliveira, de incluir disciplinas cujos títulos contivessem conceitos diretamente relacionados com conceitos como: a) Estudo de usuários; b) Comportamento informacional; e c) Difusão em arquivos, no qual também foram incluídas disciplinas referentes a marketing.

As disciplinas identificadas em cada uma das dezesseis IES brasileiras com graduações em Arquivologia foram as que seguem abaixo:

- Na UNIRIO, Usos e Usuários da Informação Arquivística;
- Na UFSM, Referência e Difusão em Arquivos;
- Na UFF, não foi localizada qualquer disciplina;
- Na UnB, Estudo de Usuários;
- Na UEL, Comportamento Informacional; Competência Informacional; e Difusão em Arquivos;
- Na UFBA, Disseminação da Informação arquivística; e Marketing em Serviços de Informação;
- Na UFES, Usos e Usuários da Informação Arquivística;
- Na UFRGS, Difusão em Arquivos;
- Na UNESP, Serviços e Usuários da Informação em Arquivos;
- Na UEPB, Usos e Usuários da Informação Arquivística;
- Na UFAM, Estudo do Usuário de Arquivo;
- Na UFMG, Estudos de Usuários de Arquivo;
- Na FURG, Difusão Arquivística;
- Na UFPB, Estudos de Usuário de Arquivo; e Marketing em Unidades de Informação;
- Na UFSC, Competência Informacional; e Marketing da Informação;
- Na UFPA, Leitura e Competência Informacional;

Foram localizadas um total de vinte disciplinas nos dezesseis cursos, perfazendo uma média de 1,25 disciplinas por curso. Só por esses números, já podemos

identificar um crescimento mais acentuado do número total de disciplinas, em relação aos números anteriores.

Os títulos das disciplinas acima apresentam diversos conceitos, que refletem as vinculações teóricas e as redes acadêmicas e conceituais em que os distintos cursos de graduação estão envolvidos e relacionados. São construções políticas que mostram quais os principais autores e correntes de vinculação dos professores universitários brasileiros da área de Arquivologia e suas afiliações e vinculações regionais e locais. Uma outra pesquisa muito interessante poderia ser a realização de mapeamento dessas vinculações através da ampla análise dos títulos, ementas e bibliografias das disciplinas de cada curso. Nem é este artigo o espaço indicado para esta digressão, nem há previsão efetiva de realizar o trabalho ora evocado em curto prazo. Assim, deixamos para outra oportunidade a indicação de pesquisa futura.

Em relação aos conceitos enumerados a partir dos títulos das disciplinas localizadas na pesquisa, temos a seguinte distribuição:

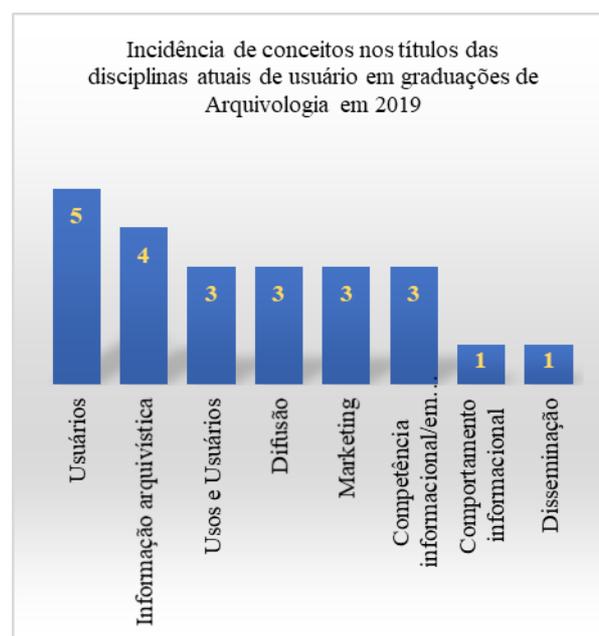


Figura 3: Incidência de conceitos nos títulos das disciplinas atuais de usuário em graduações de Arquivologia em 2019. Produção própria com dados de matrizes curriculares e demais documentos disponíveis nos sites institucionais dos cursos de graduação das IES brasileiras.

Podemos ver desse modo que o conceito presente no maior número de disciplinas é o de Usuário, que, associado ou não conceito de Uso, integra o título da maior parte das disciplinas. A ideia de Informação Arquivística, conceito também em ascensão no debate acadêmico de Arquivologia nos últimos anos, aparece com cada vez mais força, surgindo inclusive com maior número de ocorrências que outros conceitos mais direta e pontualmente ligados aos usos e usuários, como

Difusão, Marketing e Competência informacional/ em informação.

O aumento do número total de disciplinas e a incidência de conceitos mais recentes e em ascensão no debate acadêmico arquivístico pode ser parcialmente explicado no ciclo de mudanças de estrutura curricular empreendido por diversos cursos de graduação em Arquivologia. De acordo com os dados examinados, nove dos dezesseis cursos tiveram alterações em seus currículos nos últimos sete anos

A tabela abaixo mostra os cursos que sofreram mudanças curriculares de 2013 até hoje, salientando o ano da alteração e as disciplinas relativas a temáticas centradas no usuário incluídas. Por esses dados, podemos ver o quão relevante foi o aumento na oferta de disciplinas relacionadas a temáticas de usuário nos cursos de Arquivologia do Brasil no período. Entre 2013 e 2017, houve um aumento de uma nova disciplina a cada ano.

Tabela 1: Mudanças curriculares pós 2013 e disciplinas de usuário incluídas

UNIRIO	2013	Usos e usuários da informação arquivística
UFF	2015	Não incluída
UEL	2017	Comportamento Informacional; Competência em Informação
UFES	2017	Usos e usuários da informação arquivística
UFRGS	2017	Não incluída
UEPB	2016	Não incluída
UFMG	2015	Não incluída
FURG	2017	Não incluída
UFSC	2016	Competência informacional; Marketing da Informação

Em relação aos dados apresentados na tabela acima, podemos verificar que, de um total de nove IES que realizaram alterações curriculares, apenas uma não possuía disciplina de usuário e manteve esse padrão, que foi a UFF. As outras quatro IES que não incluíram disciplinas de usuário nas mudanças curriculares mais recentes (UFRGS, UEPB, UFMG e FURG), já possuíam anteriormente em seus currículos alguma disciplina relacionada.

Uma das IES analisadas incluiu novas disciplinas, somando-as a outra disciplina centrada em usuários já presente no respectivo currículo, que foi o caso da UEL. Outras duas não contavam com disciplinas correlatas e incluíram novas disciplinas em suas matrizes curriculares (UNIRIO e UFES). Especificamente no caso da UFSC, havia uma disciplina de Estudo de usuário da Informação, que aparentemente com os dados obtidos na pesquisa realizada, foi substituída pelas duas novas criadas em 2016 ou suprimida na nova estrutura curricular. Assim, quatro IES alteraram recentemente

suas matrizes para incluir ou alterar de algum modo disciplinas envolvidas com usuários.

Podemos dizer que menos da metade das alterações de currículo pós-2013 inseriram nova disciplina sobre usuários. Além disso, das restantes alterações, especificamente as mudanças de currículo promovidas nas IES que já possuíam disciplina sobre usuários em seus currículos de graduações em Arquivologia não acrescentaram novas disciplinas sobre o tema, o que sugere que a visão geral é que um número baixo de disciplinas dá conta dos temas envolvidos.

A figura abaixo mostra a evolução dos números totais das disciplinas desde 2013, a partir dos dados das pesquisas analisadas e dos dados obtidos para a produção deste novo trabalho. São apresentadas duas tendências, ambas de alta, de um lado a partir dos números originais contidos nos artigos, de outro levando em consideração as alterações de dados e as divergências identificadas ao longo da pesquisa.

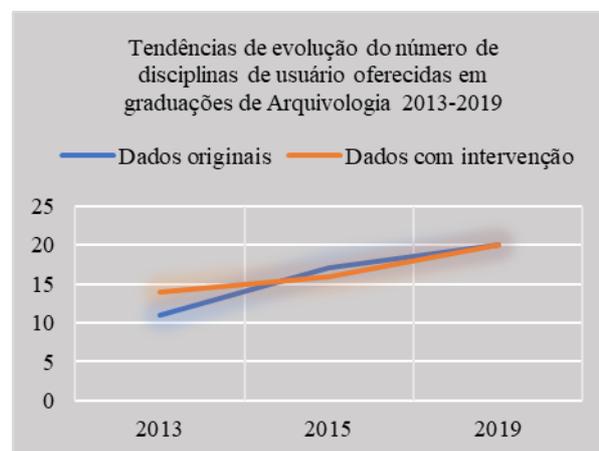


Figura 3: Tendências de evolução do número de disciplinas de usuário oferecidas em graduações de Arquivologia 2013-2019. Produção própria.

Verificamos desse modo uma tendência de alta constante na oferta de disciplinas voltadas para o trabalho com usuários. Essa tendência tem se manifestado em paralelo a um processo de revisão e reestruturação dos currículos da Arquivologia em nível nacional, que envolve tanto a incorporação de novos conceitos do debate qualificado da área quanto uma maior vinculação a uma tendência geral de passagem para um paradigma pós-custodial, mais focado nas relações sociais dos arquivos que propriamente nas relações técnicas com o trabalho em acervos.

3 Considerações finais

Avaliamos neste artigo a presença de disciplinas relacionadas a temas em torno da temática dos usuários nos dezesseis cursos de graduação em Arquivologia do Brasil.

Nesta análise, foi possível verificar que o número de disciplinas relacionadas é pequeno, mas tem experimentado aumento crescente nos últimos anos.

Atualmente, quinze dos dezesseis cursos de graduação e Arquivologia têm disciplinas associadas a temáticas relacionadas com usuários e relação dos arquivos com o público. Dessas, oito (UNIRIO, UnB, UFES, UNESP, UEPB, UFAM, UFMG, E UFPB), têm em suas matrizes curriculares disciplinas específicas com abordagem sobre o conceito de usuário em seus títulos.

Mesmo com esse constante aumento da participação e da incidência de disciplinas voltadas para o usuário nas graduações em Arquivologia, ainda parece que há pouca capilaridade do tema na área de arquivos. O aumento tem demonstrado maior sensibilidade dos arquivistas quanto à questão da compreensão de seus usuários e dos possíveis usos da documentação custodiada. Infelizmente essa maior sensibilidade tem encontrado dificuldade em se manifestar com mais força nos currículos de formação de arquivistas no Brasil.

Notas

[1] Um gráfico semelhante foi utilizado por Oliveira (2014, p. 114). O modelo de gráfico utilizado naquela dissertação foi aproveitado para os demais gráficos apresentados neste trabalho.

Referências

- ARAÚJO, C. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na arquivologia, na biblioteconomia e na museologia. **Em Questão**, v. 19, n. 1, p. 213-238, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/87995>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- CONWAY, P. Facts and Frameworks: An Approach to Studying the Users of Archives. **American Archivist**, vol. 49, no. 4, 1986, pp. 393-407. Disponível em: <http://hdl.handle.net/2027.42/85217>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GASQUE, K; COSTA, S. Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 39, n. 1, p 21-32, nov. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1285/1463>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, 35(3/2), p. 86-101, 2008.
- JARDIM, J.; FONSECA, M. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero**, 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002049/48e977b457db5029a0b0cd9a813f1865>. Acesso em: 21 abr. 2019.
- NESMITH, T. Conhecimento e educação para a sociedade dos arquivos. **Arquivo & Administração**, v. 9, n. 2, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51080>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- OLIVEIRA, F. A formação em arquivologia nas universidades brasileiras: objetivos comuns e realidades particulares. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17966/1/2014_FlaviaHelenadeOliveira.pdf. Acesso em 03 jul. 2019.
- RHEE, H. Reflections on Archival User Studies. **Reference & User Services Quarterly**, vol. 54, n. 4, p. 29-42, 2015. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/rusq/article/view/5707>. Acesso em 21 abr. 2019.
- SOUSA, R.; OLIVEIRA, F. O ensino universitário de arquivologia no brasil: um estudo sobre as propostas pedagógicas e estruturas curriculares dos cursos de graduação. **Arquivo & Administração**, v. 13, n. 1-2, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50114>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Da Arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia do Brasil. In: MATOS, M. T. de B.; CUNHA, F. J. A. P.; SÁ, A. Q. G. T. de; FREIXO, A. *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil*. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2015, p. 75-95.
- TIBBO, H. Learning to Love Our Users: A Challenge to the Profession and a Model for Practice. Midwest Archives Conference meeting, Minneapolis, MN, May 4, 2002. Disponível em <https://ils.unc.edu/tibbo/MAC%20Spring%202002.pdf>. Acesso em 21 abr. 2019.
- VAZ, G. A.; ARAÚJO, C. A. V. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41831>. Acesso em: 03 jul. 2019.

Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira

Contemporary issues of teaching in Brazilian Archival Science

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF)

The Historical-Curricular Trajectory of the Undergraduate Program in Archival Science of the Fluminense Federal University (UFF)

Juliana de Mesquita Pazos (1), Clarissa Moreira dos Santos Schmidt (2)

(1) Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Rua Tiradentes, nº 148, Ingá, Niterói, Rio de Janeiro, <juliana_mesquita@id.uff.br>. (2) <clarissaschmidt@id.uff.br>.

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar um panorama histórico a respeito da criação do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, instituído no ano de 1978, e atualmente vinculado ao Departamento de Ciência da Informação do Instituto de Arte e Comunicação Social. Nesse sentido, também se propõe a sistematizar os três currículos plenos que estiveram e/ou estão em vigor no referido curso (1979-1992; 1993-2006; 2007-), assim como descrever os ajustes realizados nessas matrizes curriculares a fim de adequar a formação discente às demandas acadêmicas, profissionais e sociais que foram se alterando no cenário brasileiro ao longo das últimas quatro décadas. Dito isso, recordamos que essa pesquisa tem caráter histórico e visa preencher uma lacuna notada no que tange a um maior detalhamento das origens deste curso especificamente na história educacional arquivística brasileira. Para tanto, uma pesquisa exaustiva foi realizada nos documentos conservados sob a custódia da Coordenação do Curso de Arquivologia, do Departamento de Ciência da Informação e do Arquivo Central da UFF. Assim, a metodologia aplicada pode ser caracterizada como qualitativa, exploratória, analítica e documental. Por fim, ressaltamos que uma nova reforma curricular encontra-se em andamento coordenada por uma comissão docente.

Palavras-chave: Curso de Graduação em Arquivologia; História dos Currículos; Universidade Federal Fluminense; UFF.

Abstract

The present article aims to present a historical overview of the creation of the Undergraduate Course in Archival Science of the Federal University of Fluminense, instituted in 1978, and currently linked to the Department of Information Science of the Institute of Art and Social Communication. In this sense, it also proposes to systematize the three full curricula that were and / or are in force in said course (1979-1992, 1993-2006, 2007-), as well as to describe the adjustments made in these curricular matrices in order to training students to the academic, professional and social demands that have been changing in the Brazilian scenario during the last four decades. Having said that, we recall that this research has a historical character and aims to fill a noted gap in what concerns to a greater detail of the origins of this course specifically in the Brazilian archival educational history. In order to do so, exhaustive research was carried out on documents kept under the custody of the Coordination of the Course of Archival Science, the Department of Information Science and the Central Archive of the UFF. Thus, the applied methodology can be characterized as qualitative, exploratory, analytical and documentary. Finally, we emphasize that a new curricular reform is underway coordinated by a teaching commission.

Keywords: Undergraduate of Archival Science; Curriculum History; Federal Fluminense University; UFF.

1 Introdução

O curso de bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) figura como o terceiro curso superior da área a ser criado no Brasil e, ainda, o segundo no estado do Rio de Janeiro. Atualmente, está vinculado ao Departamento de Ciência da Informação, antigo Departamento de Documentação (1979-2000), estando integrado ao Instituto de Arte e Comunicação Social desde a sua implementação no ano de 1978.

Apesar da relevância desse curso para a consolidação acadêmico-institucional da Arquivologia tanto no cenário estadual quanto nacional, constatamos que a sua trajetória histórica e curricular ainda não havia sido retratada com o cuidado que merece, carecendo de uma pesquisa que realizasse um maior detalhamento das suas origens.

Nesse sentido, objetivamos, no presente artigo, reconstituir o histórico de criação do referido curso,

assim como esquematizar os currículos plenos e os ajustes curriculares realizados no decurso dos seus quarenta e um anos de existência, refletindo acerca das alterações realizadas, especialmente, no que tange à interdisciplinaridade dessas estruturas curriculares com outros campos do conhecimento.

Nos propusemos a esse feito após realizarmos uma busca exaustiva de fontes bibliográficas, em ambientes físicos e virtuais, e constatarmos a escassez de trabalhos sobre o tema. Diante disso, procedemos ao levantamento e à análise dos documentos conservados sob a custódia da Coordenação do Curso de Arquivologia, do Departamento de Ciência da Informação e do Arquivo Central da UFF, com os quais pudemos almejar preencher essa lacuna na história educacional arquivística brasileira.

Por fim, destacamos que a metodologia empregada nessa pesquisa se caracteriza como qualitativa, exploratória, analítica e documental.

2 Estrutura Acadêmico-Institucional

A fundação da Universidade Federal Fluminense ocorreu no cenário da política nacional-desenvolvimentista do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), na qual a educação superior emergia como um meio de capacitar profissionais para promover o necessário avanço tecnológico e econômico do país. Em âmbito regional, Niterói, capital do estado (1903-1975), cuja economia era ainda fortemente marcada pela agricultura, assistia a um progressivo crescimento urbano e comercial e à onda migratória vinda do norte e noroeste fluminenses em busca de preparação educacional para ocupar cargos públicos (CORTE; MARTINS, 2010).

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ) foi instituída pela Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960, a partir da junção de dez estabelecimentos fluminenses de ensino superior. Posteriormente, mediante a Lei nº 4.831, de 5 de dezembro de 1965, tornou-se a Universidade Federal Fluminense (UFF).

O Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS) é a unidade universitária responsável por abrigar o curso de bacharelado em Arquivologia que, juntamente com o curso de bacharelado em Biblioteconomia e Documentação, integra atualmente o Departamento de Ciência da Informação.

O Departamento de Ciência da Informação (GCI) resultou de uma redesignação do antigo Departamento de Documentação (1979-2000), em conformidade com uma nova diretriz curricular departamental que estabelecia a congruência dos projetos pedagógicos dos cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação dentro do escopo da Ciência da Informação.

O histórico de criação do Curso de Bacharelado em Arquivologia na Universidade Federal Fluminense teve início quando o reitor Geraldo Sebastião Tavares Cardoso nomeou uma comissão de professores para elaborar um projeto preliminar sobre a viabilidade da implantação do referido curso nesta Universidade, através da Portaria nº 5.139, de 1 de setembro de 1976. A comissão era composta pelos professores Adolpho Roberto Brum, Delba Guarini Lemos, Dyrse Barreto Taveira (presidente), Eneida Pontes Vieira, José Pedro Pinto Esposel e Marlene Carmelinda Mendes Velloso, tendo se reunido oficialmente pela primeira vez no dia 11 de outubro de 1976, nas dependências do IACS à época, para discutir o anteprojeto de currículo previamente elaborado pela presidente do grupo a partir das recomendações de currículo mínimo e duração propostos pelo Conselho Federal de Educação na Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974.

Neste documento preliminar elaborado pela comissão, foram definidos os seguintes pontos – a fim de serem

debatidos de forma mais aprofundada para a formulação do projeto de currículo mínimo do curso: I) o currículo pleno possuiria carga horária total de 2.990 horas (2.250 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas optativas, 250 horas de estágio geral e 250 horas divididas igualmente entre duas especializações); II) a integralização dos créditos na graduação geral ocorreria em sete semestres e, caso o aluno optasse por alguma das especializações, se estenderia até oito períodos; III) o turno preferencial de aulas seria o noturno, ainda que algumas aulas pudessem vir a ser ministradas no horário vespertino; IV) as disciplinas dos diversos departamentos de ensino envolvidos deveriam ser criadas e/ou adaptadas, incorrendo no menor ônus possível à Universidade; V) a aquisição de uma coleção básica de livros e títulos de periódicos da área constituiria uma prerrogativa necessária; e VI) a possibilidade de criação do curso no formato de licenciatura (com a inclusão de disciplinas pedagógicas a partir do quinto período) seria estudada, devido à escassez de docentes na área.

Uma carta-consulta foi preparada e encaminhada pela comissão para apreciação do reitor e posterior envio ao Conselho Federal de Educação, na data de 11 de maio de 1977. O documento reunia informações referentes à: I) universidade (histórico, finalidades, estrutura acadêmica e distrito geoe educacional); II) natureza do curso (bacharelado inserido na área das humanidades e vinculado ao Centro de Estudos Gerais da UFF); III) necessidades sociais para sua implantação (complementar o ensino profissionalizante, qualificar mão-de-obra para o mercado de trabalho público e privado, fortalecer um sistema nacional de informações para o desenvolvimento nacional, e ausência desse curso na região do Grande-Rio); IV) currículo mínimo (composto por 39 disciplinas obrigatórias e sete optativas pertencentes aos departamentos/coordenações de: Administração, Comunicação, Contabilidade, Direito Público, Documentação, Educação Física e Desportos, Filosofia e Psicologia, História, Linguística e Filologia, e Problemas Brasileiros); e V) ementário (ementas de 40 disciplinas que já eram ministradas pela Universidade e constavam no “Catálogo Geral da UFF”).

Por sua vez, o relatório final apresentando o projeto de criação e funcionamento do Curso de Arquivologia foi submetido ao reitor na data de 24 de novembro de 1977. Nele constavam anexados os seguintes documentos: I) cópia da carta-consulta elaborada pela comissão; II) menção à Resolução nº 28/74, que versava sobre o currículo mínimo para os cursos superiores de Arquivologia; III) proposta modificada de currículo mínimo para o curso, com as disciplinas distribuídas por período ideal, carga horária e créditos; IV) ementário das disciplinas; e V) expedientes de onze departamentos tratando da cessão de créditos ao novo curso.

O currículo pleno proposto contabilizava uma carga horária total de 3.000 horas/171 créditos, sendo composto por 39 disciplinas obrigatórias (2.610 horas/145 créditos), um estágio supervisionado geral (180 horas/ 12 créditos), dois estágios supervisionados especializados (90 horas/6 créditos), uma disciplina optativa (60 horas/4 créditos), e uma disciplina eletiva (60 horas/4 créditos). Além da habilitação geral, seriam oferecidas habilitações específicas em “Arquivos Médicos” e “Arquivos de Estabelecimentos Escolares”.

Por fim, o Processo nº 21.272 foi instituído na data de 16 de dezembro de 1977, a fim de que o Conselho do Centro de Estudos Gerais e o Conselho de Ensino e Pesquisa se manifestassem a respeito do projeto de criação e funcionamento do curso de Arquivologia. Diante dos pareceres favoráveis, o Conselho Universitário aprovou a criação do curso superior em Arquivologia na UFF, através da Resolução nº 73, de 28 de junho de 1978, sendo instalado no Instituto de Arte e Comunicação Social, vinculado ao Departamento de Documentação. Já a solenidade da aula inaugural foi realizada na data de 22 de março de 1979, no Palácio do Ingá (Niterói).

A primeira oferta de 60 vagas anuais (divididas igualmente entre os semestres letivos) ocorreu através do vestibular integrado da Cesgranrio. O preenchimento das vagas se deu com 29 vestibulandos ingressantes no primeiro período letivo (1979.1) e 16 no segundo período (1979.2). E a primeira turma de arquivistas formada pelo curso era composta por quatro alunas que concluíram os seus estudos no segundo período letivo do ano de 1982.

O reconhecimento do curso por parte do Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi solicitado pela UFF através do Ofício nº 337/1984. A partir de então, a Secretaria de Educação Superior do MEC designou uma Comissão para verificar as condições de funcionamento do curso de Arquivologia na UFF, através da Portaria nº 32/1985. A Comissão era composta pelos professores Carlos Aléssio Rossato e Paulo da Terra Caldeira, vinculados, respectivamente, à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e tinha como objetivo visitar a instituição mantenedora do curso e elaborar um relatório sobre a sua situação dentro do prazo de 45 dias. A inspeção foi realizada nos dias 6 e 7 de maio de 1985, culminando no relatório que foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (Parecer nº 724/1985) e homologado pelo Ministério da Educação (Portaria nº 1/1986).

3 Estrutura Curricular

O primeiro currículo pleno (1979-1992) do curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense foi instituído pela Resolução nº 53, de 23 de agosto de 1978. A estrutura curricular era composta por 44 disciplinas

que totalizavam a carga horária de 2.985 horas e 170 créditos, sendo organizada da seguinte maneira: 18 disciplinas obrigatórias no ciclo básico (1.065 horas/68 créditos); 21 disciplinas obrigatórias no ciclo profissional (1.530 horas/88 créditos); um estágio supervisionado obrigatório no ciclo profissional (180 horas/4 créditos); dois estágios especializados obrigatórios no ciclo profissional (90 horas/2 crédito); uma disciplina optativa (60 horas/4 créditos); e uma disciplina eletiva (60 horas/4 créditos).

A duração mínima, média e máxima para a integralização do curso foi determinada em, respectivamente, seis, oito e dez períodos letivos.

Quadro 1. *Distribuição das Disciplinas do 1º Currículo Pleno da UFF (1979)*

<i>Disciplinas do Ciclo Básico</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>
Estatística I	60	4	1º
Introdução à Administração	60	4	1º
Introdução à Arquivologia	60	4	1º
Introdução à Classificação	60	4	3º
Introdução à Comunicação	60	4	3º
Introdução à Documentação	60	4	1º
Introdução ao Computador II	60	3	1º
Introdução ao Estudo da História II	60	4	1º
Introdução ao Estudo da História III	60	4	2º
Introdução ao Estudo do Direito	45	3	3º
Língua Inglesa I	90	6	2º
Língua Inglesa II	90	6	3º
Língua Portuguesa XVII	60	4	2º
Língua Portuguesa XVIII	60	4	3º
Noções de Contabilidade	60	4	2º
Organização e Métodos	60	4	2º
Prática Desportiva I	30	1	1º
Prática Desportiva II	30	1	2º
<i>Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Profissional</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>
Arquivos Correntes e Intermediários	90	5	4º
Arquivos de Estabelecimentos Escolares	165	6	8º
Arquivos Especiais	90	5	6º
Arquivos Médicos	165	6	8º
Arquivos Permanentes	90	5	5º
Conservação e Restauração de Documentos	60	4	6º

Dinâmica de Grupo e Relações Humanas III	60	4	4º
Diplomática	60	4	5º
Direito Notarial	60	4	5º
Documentação I	60	4	4º
Estudo dos Problemas Brasileiros I	30	2	5º
Estudo dos Problemas Brasileiros II	30	2	6º
Estágio em Arquivos de Estabelecimentos Escolares	45	1	8º
Estágio em Arquivos Médicos	45	1	8º
Estágio Supervisionado II	180	4	7º
História do Brasil I	60	4	4º
História do Brasil II	60	4	5º
História do Brasil III	60	4	6º
História Regional do Brasil I	60	4	7º
Meios de Reprodução de Documentos	60	4	6º
Metodologia da Pesquisa Documentária II	60	4	5º
Microfilmagem Aplicada aos Arquivos	90	5	7º
Paleografia	60	4	4º
Recursos Humanos e Materiais	60	4	7º
<i>Disciplinas Optativas</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>
Introdução à Filosofia	60	4	-
Introdução à Fotografia	60	4	-
Introdução à Sociologia	60	4	-
Língua Francesa	90	6	-
Metodologia e Técnica de Pesquisa	60	4	-
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	4	-

Fonte: Pazos (2019). Legenda: Carga Horária (CH); Créditos (CD); e Período Curricular (P).

Os ajustes curriculares realizados nesse primeiro currículo pleno foram identificados a partir da análise do “Livro de Atas de Reunião do Colegiado do Curso de Arquivologia” e dos “Boletins de Serviço da UFF”, abrangendo os anos entre 1979 e 1992.

Já na primeira reunião de Colegiado, realizada em 19 de outubro de 1979, foram debatidas algumas propostas de alterações dessa matriz curricular. Porém, somente uma proposição foi retomada e aprovada na reunião de 28 de abril de 1980, a saber: a substituição das disciplinas obrigatórias “Introdução ao Estudo da História II” e “Introdução ao Estudo da História III” por, respectivamente, “Introdução ao Estudo da História I” e

“Introdução ao Estudo da História II”, no primeiro e segundo período curriculares; e a oferta da disciplina “Introdução ao Estudo da História III” como optativa.

Durante reunião em 23 de junho de 1981, que tinha por objetivo realizar a correção do fluxograma e da carga horária do curso para posterior publicação no catálogo de cursos da Universidade, foram debatidas novas sugestões de mudanças no currículo vigente, tendo sido aprovadas: I) a revisão do conteúdo programático das disciplinas “Introdução ao Estudo da História I” e “Introdução ao Estudo da História II”, aprovadas em reuniões anteriores; e II) o anteprojeto da Resolução nº 1/81, que regulamentava as regras e o conteúdo do Estágio Supervisionado (dividido entre as modalidades: Arquivos Correntes, Arquivos Intermediários, Arquivos Permanentes, Arquivos Especiais, e Atividades Técnicas Complementares).

A movimentação para a organização do processo de reconhecimento do curso teve início na reunião de 15 de setembro de 1981, na qual também cogitaram instituir a obrigatoriedade da entrega de um trabalho monográfico ao final do curso; e, ainda, aumentar a duração da graduação em mais um período letivo, em razão do oitavo período possuir uma carga horária extensa de disciplinas e estágios especializados (420 horas).

Na reunião de 20 de maio de 1982, ocorreram discussões sobre a fixação de pré-requisitos entre algumas disciplinas no fluxograma. Assim, foi aprovado e determinado que a disciplina “Introdução à Classificação” seria pré-requisito de “Arquivos Correntes e Intermediários”; e “Introdução à Administração” pré-requisito de “Organização e Métodos”.

Entretanto, o primeiro ajuste curricular significativo ocorreu através da Resolução nº 12, de 23 de fevereiro de 1983, que rearranjou o ciclo profissional e o número de disciplinas optativas e eletivas, diminuindo a carga horária total do curso para 2.865 horas, ainda que o número total de créditos e a periodização entre as disciplinas tenham permanecido iguais.

Assim, as seguintes modificações foram realizadas: I) as disciplinas e os estágios obrigatórios em “Arquivos de Estabelecimentos Escolares” (210 horas/7 créditos) e em “Arquivos Médicos” (210 horas/7 créditos) foram transformados em duas habilitações, cabendo ao aluno escolher entre uma dessas opções e cursar a carga horária reformulada da disciplina (120 horas/6 créditos) e do estágio (90 horas/2 créditos) correspondentes; II) a carga horária e o número de créditos das disciplinas optativas aumentaram de 60 horas/4 créditos para 90 horas/8 créditos; III) a carga horária e número de créditos das disciplinas eletivas aumentaram de 60 horas/4 créditos para 120 horas/8 créditos; IV) as disciplinas obrigatórias de ciclo básico “Introdução ao Estudo do Direito” e “Língua Inglesa” tiveram seus nomes alterados para “Introdução ao Direito” e “Língua

Estrangeira Instrumental”, respectivamente; V) a disciplina optativa “Introdução à Filosofia” alterou sua designação para “Evolução do Pensamento Filosófico”; VI) as disciplinas optativas “Língua Francesa”, “Metodologia e Técnicas de Pesquisa”, e “Métodos e Técnicas de Pesquisa” foram excluídas da oferta disciplinar; e VII) as disciplinas “Cultura Brasileira”, “Introdução ao Estudo da História III” e “Organização Social e Política do Brasil” passaram a ser oferecidas como optativas.

Pouco tempo depois, o Colegiado decidiu alterar o fluxograma do curso no tocante aos pré-requisitos e aos correquisitos através da Decisão do Colegiado nº 1, de 28 de setembro de 1983, definindo: I) “Introdução à Arquivologia” como pré-requisito de “Introdução à Classificação”; II) “Introdução à Classificação” como pré-requisito de “Arquivos Correntes e Intermediários”; III) “Arquivos Especiais” como pré-requisito de “Estágio Supervisionado II”; IV) “Estágio Supervisionado II” como pré-requisito de “Arquivos Médicos”; V) “Arquivos Médicos” como correquisito de “Estágio em Arquivos Médicos”; e VI) “Recursos Humanos e Materiais” como correquisito de “Microfilmagem Aplicada aos Arquivos”.

Uma nova modificação no currículo pleno ocorreu através da Decisão do Colegiado nº 1, de 31 de maio de 1985, que incluiu as seguintes disciplinas optativas: “Antropologia Brasileira Contemporânea”; “Antropologia I”; “História da Filosofia I”; “História da Filosofia II”; “Introdução à Filosofia”, “Relações Internacionais”; “Sociologia da Burocracia”; “Sociologia da Comunicação”; “Sociologia do Conhecimento”; e “Teoria Sócio-Política Brasileira”.

No encontro seguinte, ocorrido em 17 de outubro de 1985, o Colegiado, a partir das recomendações coletadas no encontro do curso de Arquivologia com o Departamento de Documentação (“1º Encontro de Arquivologia da UFF”), ponderou a reformulação do conteúdo programático das disciplinas do curso. E, nos anos seguintes, se mobilizou junto aos professores do Departamento de Documentação e ao corpo discente para debater a reestruturação do currículo pleno do curso.

Na reunião de 4 de junho de 1987, foram formados grupos de trabalho para avaliar as habilitações e as disciplinas no que tange às ementas, à periodização e à carga horária. Para facilitar o trabalho de análise, as disciplinas foram organizadas em quatro grupos: I) Documentação I, Introdução à Arquivologia e Metodologia da Pesquisa Documentária I; II) Administração Racional de Documentos, Arquivos Correntes, Arquivos Intermediários, Arquivos Permanentes, Arquivos Especiais, Classificação e Indexação I, e Classificação e Indexação II; III) Arquivos Médicos, Automação em Arquivos, Ética Profissional Arquivística, Microfilmagem Aplicada aos

Arquivos e Recursos Humanos e Materiais; e IV) Conservação e Restauração de Documentos, Diplomática e Paleografia.

Por fim, na reunião de 12 de abril de 1988, foi apresentado para revisão o anteprojeto da reforma curricular, elencando 48 disciplinas, os pré-requisitos e os correquisitos entre elas, a carga horária individual e o período ideal. Quanto às habilitações, foram excluídas a fim de não limitar a formação do arquivista e a sua concomitante inserção no mercado de trabalho. Apesar do anteprojeto do novo currículo pleno estar finalizado, a reforma curricular somente foi aprovada pelo Colegiado na reunião de 31 de agosto de 1992.

No restante dos anos em que essa segunda matriz curricular vigorou, poucos ajustes foram verificados, como a exclusão das disciplinas “Estudos de Problemas Brasileiros” e “Práticas Desportivas”. Ainda destacamos a sugestão de criação de um Departamento de Arquivologia durante a reunião de 13 de abril de 1990.

Já o segundo currículo pleno (1993-2006) foi instituído mediante a Resolução nº 84, de 5 de maio de 1993. A estrutura curricular passou a ser composta por 44 disciplinas, totalizando 3.030 horas e 180 créditos, organizadas da seguinte forma: 18 disciplinas obrigatórias no ciclo básico (1.125 horas/73 créditos); 22 disciplinas obrigatórias no ciclo profissional (1.665 horas/91 créditos), incluindo o estágio supervisionado (225 horas/5 créditos) e o trabalho de conclusão de curso (120 horas/8 créditos); duas disciplinas optativas (120 horas/8 créditos); e duas disciplinas eletivas (120 horas/8 créditos).

A duração mínima, média e máxima para a integralização desse currículo mudou para sete, oito e dezesseis períodos letivos. O turno foi alterado para integral, oferecendo aulas nos horários manhã e noite. E, para sua implementação, um quadro de equivalência de disciplinas entre o antigo e o novo currículo pleno foi elaborado, cabendo aos alunos optarem pela permanência ou pela migração de matriz curricular.

Quadro 2. *Distribuição das Disciplinas do 2º Currículo Pleno da UFF (1993)*

<i>Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Básico</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>
Documentação I	60	4	1º
Estatística I	60	4	1º
Fundamentos Arquivísticos	60	4	2º
Fundamentos da Classificação	60	3	3º
Gestão de Documentos I	60	4	3º
Introdução à Administração	60	4	1º
Introdução à Comunicação	60	4	1º

Introdução à Informática I	60	3	3º
Introdução à Teoria da Informação	60	4	2º
Introdução ao Direito	45	3	3º
Introdução ao Estudo da História I	60	4	2º
Introdução ao Estudo da História II	60	4	3º
Língua Estrangeira Instrumental I	90	6	1º
Língua Estrangeira Instrumental II	90	6	2º
Língua Portuguesa XVII	60	4	1º
Língua Portuguesa XVIII	60	4	2º
Organização e Métodos	60	4	2º
Técnica Contábil	60	4	3º
<i>Disciplinas Obrigatórias do Ciclo Profissional</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>
Fundamentos da Administração Pública	60	4	4º
Administração de Programas Arquivísticos	90	5	7º
Administração de Projetos	60	4	6º
Arquivos Permanentes	90	5	5º
Automação em Arquivos	60	3	7º
Conservação e Restauração de Documentos	60	4	6º
Dinâmica de Grupo e Relações Humanas III	60	4	5º
Diplomática e Paleografia	90	5	5º
Direito Notarial	60	4	4º
Documentos Especiais	90	5	6º
Estágio Supervisionado - Arquivologia	225	5	8º
Ética Profissional Arquivística	30	2	7º
Gestão de Documentos II	90	5	4º
História do Brasil I	60	4	4º
História do Brasil II	60	4	5º
História do Brasil III	60	4	6º
Metodologia da Pesquisa Documentária I	60	3	5º
Representação Temática de Documentos I	90	6	4º
Representação Temática de Documentos III	60	3	6º
Reprodução de Documentos	90	5	6º
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	4	7º
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	3	8º
<i>Disciplinas Opcionais</i>	<i>CH</i>	<i>CD</i>	<i>P</i>

Epistemologia e História das Ciências	30	2	-
Introdução à Fotografia	30	2	-
Introdução à Informática II	60	4	-
Introdução à Sociologia	60	4	-
Língua Estrangeira Instrumental V-Francês	60	4	-
Metodologia da Pesquisa Documentária II	60	4	-
Sistemas de Identidade Visual	30	2	-

Fonte: Pazos (2019). Legenda: Carga Horária (CH); Créditos (CD); Período Curricular (P).

Aparentemente esse currículo não sofreu alterações significativas no decurso da sua vigência. A análise das atas de reunião do Colegiado do período pouco revelou, pois não foram localizados documentos referentes aos anos de 1996 e 2003.

O registro das atas das reuniões do Colegiado reiniciaram na data de 15 de novembro de 2004, quando foram apresentados, para apreciação e aprovação dos pares do Departamento, as propostas dos projetos pedagógicos formulados para os cursos de Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação, a partir de um núcleo comum de disciplinas.

Cabe aqui destacar que a segunda reforma curricular aconteceu como desdobramento dos debates iniciados por um grupo de trabalho, formado por membros do corpo docente do Departamento de Ciência da Informação, em setembro do ano de 2001, sob a coordenação da professora Maria Odila Kahl Fonseca, que tinha como objetivo promover a congruência entre os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação, pautados numa perspectiva interdisciplinar com a Ciência da Informação.

As reflexões foram estimuladas sobremaneira pela necessidade de adequação dos cursos à política pedagógica da Universidade, que recomendava uma maior aproximação interdisciplinar e/ou transdisciplinar dos currículos entre áreas afins; pela articulação das áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia num eixo comum disciplinar com a Ciência da Informação, promovida pelo MEC através da elaboração da Lei de Diretrizes e Base e da Tabela de Áreas do Conhecimento; pela participação da UFF nas reuniões do Conselho Nacional de Arquivos; e pelas sugestões coletadas no “Seminário de Diretrizes Curriculares em Biblioteconomia e Documentação”, realizado no ano de 1998, e nos eventos posteriores realizados sobre o tema.

Nesse sentido, o recém-criado Departamento de Ciência da Informação (2000-) buscou estruturar um currículo de núcleo básico comum a ambos os cursos e alinhado

com a proposta de criação da pós-graduação em Ciência da Informação. Para tanto, buscaram operacionalizar uma matriz curricular a partir da atribuição de carga horária e não de créditos, tentando evitar introduzir disciplinas com carga horária de 90 horas e fixar disciplinas de departamentos externos como obrigatórias, em razão destes não atenderem à demanda de turmas para o curso e às especificidades das áreas.

O currículo pleno de Arquivologia foi reformulado pela Resolução nº 297, de 29 de novembro de 2006, e se mantém até o momento, salvo alguns ajustes curriculares. A matriz curricular foi organizada em 40 disciplinas que somavam 2.660 horas, distribuídas conforme abaixo: 22 disciplinas obrigatórias no núcleo de formação geral comuns ao curso de Biblioteconomia e Documentação (1350 horas), incluindo o trabalho de conclusão de curso (120 horas); 10 disciplinas obrigatórias no núcleo de formação específica (600 horas); cinco disciplinas obrigatórias no núcleo de formação complementar (350 horas); duas disciplinas optativas (120 horas); e atividades complementares (240 horas), cuja carga horária é dividida entre o Estágio Supervisionado (120 horas) e a participação em eventos acadêmicos e/ou profissionais, projetos de pesquisa, de extensão e/ou de monitoria, e/ou conclusão de disciplinas eletivas (120 horas).

A duração mínima, média e máxima para a conclusão do curso foi mantida em sete, oito e dezesseis períodos, respectivamente. O turno permaneceu integral, sendo oferecidas aulas diurnas e noturnas. A migração para o novo currículo por solicitação do aluno ficou condicionada à análise do plano de estudos pelo Colegiado do curso e a sua concomitante adaptação ao quadro de equivalências de disciplinas elaborado para esse fim.

Quadro 3. *Distribuição das Disciplinas do 3º Currículo Pleno da UFF (2007)*

<i>Disciplinas Obrigatórias do Núcleo de Formação Geral</i>	<i>CH</i>	<i>P</i>
Ação Cultural em Unidades de Informação	60	7º
Análise de Documentos	60	2º
Análise Documentária e Recuperação da Informação	60	3º
Aspectos Legais dos Processos Informacionais	60	3º
Ética e Informação	60	7º
Fontes de Informação Gerais e Especializadas	60	2º
Fundamentos Teóricos em Informação I	60	1º
Fundamentos Teóricos em Informação II	60	2º
Gestão de Unidades de Informação	60	2º

Laboratório de Linguagem Documentária Verbal	60	6º
Linguagens Documentárias Notacionais	60	5º
Metodologia da Pesquisa I	60	1º
Metodologia da Pesquisa II	60	6º
Normas e Padrões para o Tratamento e a Recuperação da Informação	60	4º
Políticas Informacionais	60	5º
Preservação e Conservação de Acervos Documentais	60	6º
Representação da Informação	60	3º
Reprodução de Documentos	60	8º
Serviços de Referência e Informação I	60	3º
Tecnologias da Informação	90	4º
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	7º
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	8º
<i>Disciplinas Obrigatórias do Núcleo de Formação Específica</i>	<i>CH</i>	<i>P</i>
Arquivos Permanentes	60	6º
Avaliação e Seleção de Documentos	60	5º
Diplomática I	60	4º
Diplomática II	60	5º
Fundamentos Arquivísticos I	60	1º
Fundamentos Arquivísticos II	60	2º
Gestão de Documentos I	60	3º
Gestão de Documentos II	60	4º
Gestão de Instituições Arquivísticas	60	7º
Gestão de Serviços Arquivísticos	60	6º
<i>Disciplinas Obrigatórias do Núcleo de Formação Complementar</i>	<i>CH</i>	<i>P</i>
Estatística Aplicada às Ciências Humanas	80	5º
Evolução do Pensamento Filosófico e Científico	60	1º
Língua Estrangeira Instrumental I	60	4º
Oficina de Textos	60	1º
Sociologia da Burocracia	60	7º
<i>Disciplinas Optativas</i>	<i>CH</i>	<i>P</i>
Arte Brasileira III	60	-
História da Arte I	60	-
História da Arte II	60	-
História da Imprensa	60	-
Leitura, Acervos e Ação Cultural	60	-

Tópicos Especiais em Estudos de Informação III	60	-
Tópicos Especiais em Estudos de Informação VII	60	-
Tópicos Especiais em Estudos de Informação VIII	60	-

Fonte: Pazos (2019). Legenda: Carga Horária (CH); Créditos (CD); Período Curricular (P).

Esse terceiro currículo pleno encontra-se vigente há pouco mais de uma década e, em razão disso, sofreu ajustes consideráveis para sua adequação às realidades acadêmica e profissional, conforme segue: I) Resolução nº 165/2008, que alterou a carga horária das disciplinas obrigatórias do núcleo de formação complementar (de 350 horas para 320 horas) e das disciplinas optativas (120 horas para 150 horas); II) Resolução nº 11/2010, que modificou o nome da disciplina “Evolução do Pensamento Filosófico e Científico” para “Introdução à Filosofia”; III) Resolução nº 326/2010, que acrescentou o numeral romano I ao final das disciplinas “Análise Documentária e Recuperação da Informação” e “Laboratório de Linguagem Documentária Verbal”; IV) Resolução nº 29/2015, que criou a disciplina optativa “Classificação em Arquivos”; V) Resolução nº 32/2015, que substituiu a disciplina “Estatística Aplicada às Ciências Humanas” por “Estatística Básica para as Ciências Humanas II”; VI) Resolução nº 175/2016, que determinou a exclusão das disciplinas “Ação Cultural em Unidades de Informação”, “Gestão de Instituições Arquivísticas” e “Gestão de Serviços Arquivísticos” do currículo obrigatório; a inclusão curricular das disciplinas “Classificação em Arquivos”, “Descrição Arquivística” e “Gestão de Instituições e Serviços Arquivísticos” como obrigatórias; e o aumento da carga horária das atividades acadêmicas complementares (de 240 horas para 260 horas); VII) Resolução nº 339/2017, que incluiu as disciplinas optativas “Arquivos Pessoais” e “Paleografia Aplicada – Séculos XVII-XIX”; e VIII) Resolução nº 413/2018, que alterou o nome da disciplina obrigatória “Estatística Básica Aplicada às Ciências Humanas I” para “Estatística Geral”.

Cabe aqui ressaltar que esforços têm sido mobilizados em prol de uma nova reestruturação curricular. Para tanto, uma comissão foi formada pelos docentes Ana Célia Rodrigues, Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Margareth da Silva e Renato de Mattos, para realizar uma revisão do currículo vigente no curso.

Em função disso, uma primeira reunião com o corpo discente e egressos do curso foi procedida na data de 8 de maio de 2018, sob o título “Currículo do Curso de Arquivologia da UFF: Análises e Perspectivas”, no decorrer do evento “III Semana de Arquivologia da UFF”. As propostas aventadas pelos presentes, que somavam 53 ingressos e seis egressos, foram

compiladas pelo Centro Acadêmico de Arquivologia num documento preliminar.

4 Conclusões: a trajetória acadêmica, curricular e disciplinar do Curso de Arquivologia da UFF

O panorama histórico apresentado permitiu a constatação de que no curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense vigoraram três currículos plenos, resultantes de duas reformas curriculares e de diversos ajustes que objetivaram adequar acadêmica, profissional e socialmente o referido curso ao longo das mais de quatro décadas de sua existência.

Em síntese, verificamos que o primeiro currículo pleno (1979-1992) possuía uma carga horária total de 2.985 horas, distribuídas entre 44 disciplinas, organizadas entre os núcleos de formação básico e profissional. O seu projeto de criação e funcionamento foi elaborado por uma comissão composta por docentes dos cursos de Biblioteconomia e de História, norteados pelas diretrizes de currículo mínimo estabelecidos pelo Conselho Federal de Educação, através da Resolução nº 28/74. Constatamos que nesse currículo pleno a ênfase disciplinar recaía sobre a organização e tratamento dos arquivos permanentes e a gestão de instituições de custódia, de modo que havia uma maior aproximação com as áreas de Administração, Contabilidade, Diplomática, Direito, Documentação, História e Paleografia.

No segundo currículo pleno (1993-2006) foi mantido o quantitativo de 44 disciplinas, ainda que a carga horária total do curso tenha aumentado para 3.030 horas. Além dos núcleos de formação básico e profissional, a nova matriz exigia créditos em disciplinas optativas e eletivas para a integralização curricular. Interessante notar que a implementação desse novo currículo ocorreu pouco tempo depois da aprovação da Lei nº 8.159/91, conhecida como “Lei de Arquivos”, que determinou a responsabilidade da Administração Pública pela gestão dos documentos por ela produzidos e/ou acumulados. Esse fato se refletiu na matriz curricular através da incorporação de disciplinas voltadas à gestão de documentos e à organização dos mesmos através de métodos temáticos, ainda com especial influência das áreas de Administração, Documentação e História.

Já o terceiro currículo pleno (2007-) soma 2.660 horas, distribuídas entre 40 disciplinas nos núcleos de formação geral, específico e complementar, além do núcleo de optativas e atividades acadêmicas complementares. Essa matriz foi implementada através de um projeto político-pedagógico que buscava alinhar a estrutura curricular dos cursos de graduação em Arquivologia e em Biblioteconomia e Documentação com a pós-graduação em Ciência da Informação, de modo que a maioria das disciplinas de ambos os

currículos possuem uma abordagem interdisciplinar voltada ao campo informacional.

No decurso da pesquisa, notamos ser uma preocupação imediata do antigo Departamento de Documentação (1979-2000) aproximar as graduações de Arquivologia e de Biblioteconomia e Documentação, por meio de uma maior interação curricular, ainda que praticada de forma conjectural pela escassez de docentes. Esse intento realizou-se, efetivamente, com a reformulação dos projetos pedagógicos de ambos os cursos de graduação, no ano de 2006, que determinou a operacionalização de estruturas curriculares sob uma perspectiva comum orientada à Ciência da Informação. Essa proposta foi coordenada pelo recém-criado Departamento de Ciência da Informação (2000-) e vigora ainda hoje, mesmo passado mais de uma década desde a sua elaboração.

No entanto, recordamos que uma nova reforma curricular está em andamento e muito provavelmente garantirá uma maior autonomia à estrutura curricular do curso de Arquivologia, se confirmado os anseios que a grande maioria do corpo discente manifestou na primeira reunião sobre a revisão curricular.

Nesse contexto, é possível averiguar que a vinculação institucional a que o curso de graduação esteve e/ou está submetido reflete a maneira como ele é compreendido pela instituição mantenedora e pela comunidade universitária, de modo que a sua organização curricular, disciplinar e programática são influenciados por essa configuração.

Diante dessa constatação nos propusemos a investigar, numa perspectiva histórica, como a estrutura acadêmico-institucional influi no modelo curricular, disciplinar e programático dos cursos de Arquivologia do sudeste do Brasil, focalizando o ensino da função classificação ao longo das últimas quatro décadas, na pesquisa de mestrado intitulada “*O(s) lugar(es) da função classificação na formação do arquivista: uma análise da história, dos currículos e dos programas de ensino dos cursos de graduação em Arquivologia do sudeste do Brasil*”, defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, no ano de 2019, da qual deriva o presente artigo.

Nosso interesse pela função classificação decorre do fato desta ser a “função matricial” da Arquivologia, como declara Sousa (2003), pois assume um papel preponderante na epistemologia do campo arquivístico e permeia todo o trabalho intelectual e técnico do profissional arquivista, emergindo como uma operação fundamental para a manutenção dos princípios basilares da área e para a condução adequada das demais atividades relativas à gestão e ao tratamento dos documentos de arquivo nas fases corrente, intermediária e permanente do seu ciclo de vida.

Dito isso, esperamos ter contribuído para clarificar a trajetória histórico-curricular do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense, bem como evidenciar que o cenário institucional influencia na estruturação dos currículos, das disciplinas e da seleção dos conteúdos programáticos das mesmas. E, começando por esse artigo, pretendemos divulgar futuramente outros resultados alcançados através da referida pesquisa levada à cabo no mestrado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jun. 1974.
- BRASIL. Lei nº 3.848, de 18 de dezembro de 1960. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1960. Seção I, p. 16118.
- BRASIL. Lei nº 4.831, de 05 de dezembro de 1965. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 nov. 1965. Seção I, p. 11609.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1, de 2 de janeiro de 1986. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jan. 1986. Seção I, p. 66.
- BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 32, de 25 de março de 1985. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 mar. 1985.
- BRASIL. Ministério da Educação. Processo nº 23001.000007/85-43. Relatório para reconhecimento do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1985.
- CORTE, A. T. da; MARTINS, I. de L. (orgs.). *50 anos da Universidade Federal Fluminense – 1960-2010*. Niterói: EdUFF, 2010.
- SOUSA, R. T. B. de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. (Orgs.). *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. v. 2. Brasília: CID/Thesaurus, 2003. p. 240-269.

- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Colegiado do Curso de Arquivologia. Decisão nº 1, de 28 de setembro de 1983. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Colegiado do Curso de Arquivologia. Decisão nº 1, de 31 de maio de 1985. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1985.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Colegiado do Curso de Arquivologia. Livro de Atas de Reunião do Colegiado do Curso de Arquivologia. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1979-.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão para estudo da criação do curso de Arquivologia. Ata da reunião de 11 de outubro de 1976. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1976
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão para estudo da criação do curso de Arquivologia. Carta-Consulta com vistas à implantação do curso de graduação em Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, de 11 de maio de 1977. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1977.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão para estudo da criação do curso de Arquivologia. Documento preliminar sobre matérias do currículo mínimo. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, [1976?].
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão para estudo da criação do curso de Arquivologia. Portaria nº 5.139, de 1 de setembro de 1976. *Boletim de Serviço*, 168, Niterói, RJ, 2 set. 1976
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Comissão para estudo da criação do curso de Arquivologia. Relatório sobre a criação do curso de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, de 24 de novembro de 1977. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1977.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 1, 1981. *Boletim de Serviço*, [s.i.], Niterói, RJ, 1981.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 11, de 13 de janeiro de 2010. *Boletim de Serviço*, 67, Niterói, RJ, 30 abr. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 12, de 23 de fevereiro de 1983. *Boletim de Serviço*, [S.I.], Niterói, RJ, 1983.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 29, de 11 de fevereiro de 2015. *Boletim de Serviço*, 31, Niterói, RJ, 5 mar. 2015.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 32, de 11 de fevereiro de 2015. *Boletim de Serviço*, 31, Niterói, RJ, 5 mar. 2015.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 53, de 31 de agosto de 1978. *Boletim de Serviço*, 165, Niterói, RJ, 31 ago. 1978.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 73, de 28 de junho de 1978. *Boletim de Serviço*, 125, Niterói, RJ, 5 jul. 1978.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 84, de 5 de maio de 1993. *Boletim de Serviço*, [s.i.], Niterói, RJ, 1993.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 165, de 28 de maio de 2008. *Boletim de Serviço*, 96, Niterói, RJ, 17 jun. 2008.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 175, de 4 de maio de 2016. *Boletim de Serviço*, 78, Niterói, RJ, 13 maio 2016.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 297, de 29 de novembro de 2006. *Boletim de Serviço*, 196, Niterói, RJ, 11 dez. 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 326, de 11 de agosto de 2010. *Boletim de Serviço*, 145, Niterói, RJ, 2 set. 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 339, de 16 de agosto de 2017. *Boletim de Serviço*, 167, Niterói, RJ, 18 set. 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução nº 413, de 5 de setembro de 2018. *Boletim de Serviço*, 169, Niterói, RJ, 19 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Departamento de Ciência da Informação. Comissão para estudo da reforma curricular. Documento síntese sobre a proposta de reforma curricular dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia e Documentação, de [200-]. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, [200-].

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Processo nº 21.272, de 16 de dezembro de 1977. Proposta de criação do curso de graduação em Arquivologia. Arquivo da Coordenação do Curso de Graduação em Arquivologia. Niterói, RJ, 1977.

A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos

The archivist professional learning and the teaching of the treatment of photographic documents in archives

Anna Carla Almeida Mariz (1), Raquel Oliveira Melo (2)

(1) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, Av. Pasteur 458, Rio de Janeiro, annacarla@unirio.br

(2) Universidade de São Paulo – USP, Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, São Paulo, SP, raquel.melo@usp.br

Resumo

O campo de trabalho para Arquivistas é extremamente amplo. Uma vez que a fotografia pode ser considerada documento de arquivo, e, como atualmente a fotografia está presente de maneira determinante em todas as áreas, conseqüentemente, aparece em arquivos com muita frequência. Devido à importância de formar um profissional preparado para lidar com esses documentos que exigem um tratamento diferenciado em relação à linguagem e ao suporte, desenvolveu-se esta pesquisa. O trabalho apresenta uma análise do panorama do ensino relativo aos documentos fotográficos em arquivos nos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil. Para isso, foi feita uma revisão da literatura sobre formação do profissional Arquivista, e um levantamento das grades curriculares oferecidas pelos dezesseis cursos de Arquivologia com intenção de identificar, quantificar e qualificar as disciplinas oferecidas que abordam o assunto. Verificou-se que nem todas as universidades oferecem disciplinas sobre o tema, e apenas quatro, das dezoito disciplinas oferecidas, dedicam-se exclusivamente às fotografias nos arquivos. A maioria das disciplinas é optativa e dilui o conteúdo relativo tratamento desses documentos em disciplinas que trabalham também outras espécies e gêneros documentais. Constatou-se o protagonismo dos professores na construção das matrizes curriculares e, conseqüentemente, no perfil profissional dos Arquivistas.

Palavras-chave: Formação profissional; Arquivista; Grade curricular; Documentos fotográficos; Arquivologia

Abstract

The workfield for Archivists is extremely broad. Since the photograph can be considered as archival document, and, as currently photography is present in a decisive way in all areas, it consequently appears in files too often. Due to the importance of training a prepared professional to handle those documents that require differentiated treatment in language and support, this research was developed. This paper presents an analysis of the teaching panorama related to the photographic documents in archives on the undergraduate courses of archival science at Brasil. For that, a literature review was made about the archivist professional qualification, and a survey of the curricula offered by the sixteen archival science courses with the intention of identifying, quantifying and qualifying the subjects offered that deal with the subject. It was found that not all universities offer subjects on the subject, and only four of the eighteen subjects offered are exclusively devoted to photographs in the archives. Most of the subjects are elective and dilute the content concerning the treatment of these documents in disciplines that also work other species and documentary genres. It was verified the protagonist of the teachers in the curricular matrices construction and consequently in archivists professional profile.

Keywords: Archival graduating; Curricular curriculum; Photographic documents; Archival Science.

1 Introdução

A área de atuação da Arquivologia é bastante ampla e particular. Uma vez que qualquer atividade organizada produz documentos arquivísticos, pode-se ter campo de atuação em qualquer área do conhecimento, em uma enorme variedade de atividades. Tem-se arquivos em órgãos públicos e privados, dos mais variados negócios, tais como hospitais, universidades, museus, instituições religiosas, jurídicas, empresas de comunicação, de engenharia, entre uma infinidade de exemplos que poderiam ser acrescentados. Além dos arquivos provenientes das atividades-meio presentes em todas as instituições, tais como recursos humanos, fiscais, contábeis, etc. E, já há algum tempo, a Arquivologia começou a se debruçar também sobre os arquivos pessoais e familiares. Fato é que encontramos documentos fotográficos na grande maioria deles, em

vários possíveis formatos, atendendo aos mais diversos propósitos.

Desde o menor escritório até o maior Ministério, todos geram documentos arquivísticos, nos mais diferentes campos das ciências, contendo documentos relativos às funções, atividades, doutrinas e técnicas. Mas, segundo Bellotto (2014), não é das ciências respectivas que o Arquivista tem de ser conhecedor atento e profundo. O Arquivista tem é que entender de arquivos e, para tanto, deverá estudar as atividades meio e fim da entidade em que for atuar, para que possa, munido de seus conhecimentos específicos, dar o tratamento técnico adequado. Portanto, independentemente da natureza do arquivo, a área necessita de recursos humanos especializados e esta larga abrangência de atuação faz com que o ensino na área dos arquivos seja muito singular em comparação com outros cursos de formação profissional.

A formação do profissional Arquivista no Brasil se dá atualmente através de dezesseis cursos de graduação. Todos são oferecidos por universidades públicas. Apesar de poucos, comparado ao quantitativo de outros cursos da área, como biblioteconomia por exemplo [1], as grades curriculares são bem diferentes umas das outras, especialmente com relação ao tratamento de documentos fotográficos em arquivos.

O profissional formado por esses cursos deve estar apto a interagir com toda a estrutura organizacional das instituições, com o objetivo de atender à administração, além de zelar e proteger a memória e a cultura nacionais e de produzir conhecimento através de pesquisas científicas (MARIZ, 2012, p. 189).

Com o objetivo de analisar o panorama do ensino relativo aos documentos fotográficos em arquivos nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, foi feita uma análise da literatura sobre formação em arquivologia, utilizando os autores da área que se dedicam a estudar o assunto e os livros resultantes dos encontros da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ. Foi feito ainda, um levantamento das grades curriculares oferecidas pelos 16 cursos de bacharel em arquivologia disponíveis no Brasil com intenção de identificar, quantificar e qualificar disciplinas oferecidas, em caráter optativo ou obrigatório, que abordam o tratamento de fotografias em arquivos. O levantamento foi feito nos sites dos cursos e universidades, no dia 21 de maio de 2019.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma revisão da literatura sobre a fotografia como documento de arquivo, mas sim, sobre o ensino do tratamento dos documentos fotográficos em arquivos, contextualizando-o sob ótica histórica e contemporânea da realidade dos cursos de Arquivologia do Brasil.

2 A fotografia nos arquivos

A fotografia é um documento extremamente versátil, não somente nos possíveis formatos e suportes em que se apresenta, como também na função social que exerce. Retrato, registro histórico, prova judicial, campanha publicitária, jornalismo, arte, catálogo de espécies, diagnóstico clínico, etc. Ela está presente em quase todas as atividades da sociedade pelo seu alto potencial de registro e comunicação.

O adequado tratamento arquivístico dos documentos fotográficos presentes nos arquivos é fundamental para a manutenção da organicidade e para uma eficiente gestão documental. Se o Arquivista falhar no tratamento arquivístico do documento fotográfico, o vínculo com os demais documentos pode se perder e dificultar a recuperação da informação desejada, diminuindo as possibilidades de uso, ou até inviabilizando o acesso.

Devido à natureza dos seus possíveis suportes, a fotografia é um documento que exige cuidados especiais

de acondicionamento e climatização. Quanto às suas dimensões físicas e semânticas, a descrição e indexação da fotografia deve conter informações próprias além das que registramos dos tradicionais documentos textuais em suporte de papel. Sobre a avaliação e eliminação de documentos fotográficos, devem atender a critérios adequados à instituição a que pertencem. Portanto, durante a graduação, é necessário introduzir o assunto minimamente, para que o aluno, uma vez no mercado de trabalho, tenha condições de buscar instrumentos para criação de políticas adequadas de tratamento de documentos fotográficos em seu arquivo.

Com os avanços tecnológicos, a produção de fotografias cresceu exponencialmente. Na era digital, a produção de documentos fotográficos é massiva. Sendo assim, a capacidade do Arquivista de avaliar e preservar esses documentos se faz cada vez mais importante. Pensando nas potencialidades digitais, a interoperabilidade entre arquivos vai depender de boas práticas arquivísticas no maior número de arquivos possíveis.

O ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos pode ajudar à academia a solucionar algumas questões como terminologia, padrões de formato, classificação, padrões de metadados, entre outras, que podem ser obstáculos de preservação e recuperação num futuro não tão distante.

A resolução nº 41 do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ foi um grande passo no cenário brasileiro ao determinar a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Antes, esses documentos eram negligenciados em muitos arquivos. Entretanto, a inserção desses documentos na política de gestão, não garante que receberão o tratamento adequado, por vários motivos: falta mão de obra qualificada na maioria dos arquivos, o CONARQ só tem ingerência sobre os arquivos inseridos no SINAR, não há punição prevista para o não cumprimento das resoluções do CONARQ e, mesmo quando há profissionais qualificados e políticas de gestão e preservação adequadas, a verba pública destinada à preservação do patrimônio costuma ser sazonal e/ou insuficiente.

3 A formação do profissional Arquivista

Desde que começou-se a formar profissionais para trabalhar com arquivos, esta formação já deu-se de muitas maneiras, em vários níveis de formação, em ensino técnico, universitário com nível de graduação, de pós-graduação, entre outras variações. Foi realizado em diversos tipos de instituições, mas principalmente em Universidades públicas e Instituições Arquivísticas, e o conteúdo da formação, o que é ensinado a esse profissional e que espera-se que ele tenha domínio

também envolve um largo leque de conhecimentos, entre uma série de outros fatores.

A Universidade é considerada por Fonseca (2005) como um dos espaços de configuração do campo arquivístico, e a sua importância enquanto espaço político e acadêmico nesta configuração consolidou-se na década de 1990. Ela aponta vários motivos que levaram a essa consolidação, com base em dados levantados em 1999, tais como o aumento do número de cursos de arquivologia no país, a melhoria da qualificação do corpo docente nesses cursos, aumento da contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área, entre outros.

Posteriormente a esse estudo, a importância da Universidade na configuração do campo continuou avançando: a quantidade dos cursos de graduação aumentou, bem como os estudos em pós-graduação, destacando-se a criação do primeiro mestrado na área em 2012, o Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivo na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, além do incremento dos outros indicadores também. Em 2011, Santos afirma que as universidades são responsáveis por mais de 60% dos artigos publicados nos periódicos técnicos, demonstrando como a Universidade tem um papel primordial na construção de um campo de conhecimento e no reconhecimento de uma área e de uma profissão.

Para Santos (2012) a constituição de uma disciplina científica depende da formação e do desenvolvimento consistente dos sistemas conceitual (de ideias) e social (de atores) reconhecidos por sua comunidade, e os cursos universitários são uma das estruturas formais que fornecem os componentes sociais de que uma disciplina científica precisa para possuir uma identidade.

Sobre a formação universitária na área da Arquivologia Bellotto (2014) afirma não ter dúvidas de que é o mais importante instrumento para que a atividade, definitivamente, passe de ocupação à profissão. E complementa que, para isso, é necessário capacitar quadros que compreendam muito bem a essência do arquivo, profissionais que entendam que é pelas estruturas, evolução, funções e atividades institucionais/organizacionais que se chega a organizar com eficácia os arquivos. Para isso, é necessário partir das bases, princípios e técnicas concernentes ao objeto real da Arquivologia.

A autora afirma que o importante é que o profissional tenha profundo conhecimento da natureza dos arquivos (este ‘conjunto coerente de informações sobre um órgão público, empresa ou indivíduo’) e da natureza das entidades, assim compreendendo perfeitamente as funções que essas entidades exercem/exerceram, como criaram, receberam, organizaram e utilizaram a informação e, citando Thomassen (1997) “transmitindo valores, padrões, terminologia, conhecimento, experiência, o ensino

mune os novos profissionais de instrumentos para impor sua própria imagem profissional.” (BELLOTTO, 2014, p. 251-2)

Entre outros autores, a história do ensino de Arquivologia foi objeto de estudo de Paola Carucci (1994, *apud* MATOS, 1999) que assinala que duas tendências emergiram: a primeira, baseada na concepção de uma Arquivologia histórica-erudita, na qual os conhecimentos são dirigidos principalmente para a História e suas ciências auxiliares. A segunda seguiu a corrente de uma Arquivologia bibliodocumental, dando ênfase a problemas relacionados à informação contemporânea. Com a evolução dos tempos e do mercado de trabalho, as funções do Arquivista se ampliaram, impondo a adaptação do ensino.

Esta adaptação do ensino se deu de forma muito diversa nos diferentes continentes e países, atendendo às necessidades, especificidades e tendências de cada lugar. Uma das importâncias de se conhecer essa evolução é poder utilizá-la como base para planejar novos avanços na área da formação profissional.

Jardim (1999) ao proceder à análise do “Repertório de Escolas e Cursos de Formação Profissional de Arquivistas” de 1992, com 155 estabelecimentos de ensino em 43 países de cinco continentes, relatou enormes diferenças entre os ciclos de estudo, condições de admissão dos alunos, quantidade e perfil do docente, duração dos cursos, conteúdo, diplomas, etc. E destacou que estas diferenças não se evidenciam apenas entre os países, mas dentro de um mesmo país. O autor destaca também que a predominância destes programas de formação encontra-se inserido em Universidades, o que demonstra o status acadêmico assumido pela Arquivologia.

As diferenças entre as diversas configurações curriculares são decorrentes de vários fatores, entre elas a organização institucional e a subordinação hierárquica dos cursos, a formação e experiência profissional do corpo docente, as diferenças regionais, as demandas do mercado de trabalho, o perfil do corpo discente. Assim, cada curso vai estabelecendo sua identidade para a formação dos profissionais.

3.1 *Grades curriculares*

A definição do que deve constar em uma construção curricular da formação de Arquivistas sempre foi matéria de várias discussões. Que profissional formar? Bellotto (2014, p. 261-2) questiona “até que ponto nossos currículos de arquivologia estão possibilitando aos egressos das universidades a instrumentação suficiente e necessária para os labores arquivísticos na era da informação?” E opina que o Arquivista da era da informação deve ter consciência de que os princípios da proveniência, da organicidade e da unicidade, é que darão a segurança e autenticidade da informação, sejam

os documentos em que suporte forem, analógicos ou virtuais.

Uma das tecnologias que permite o ensino coletivo é o currículo, que tem como pontos mais importantes em sua definição a organização temporal, o agrupamento dos alunos e a seleção e organização dos saberes que farão parte do currículo. Ao longo dos anos, a organização mais tradicional dos saberes escolares se fez em disciplinas ou matérias. E, segundo Lopes e Macedo (2011, p.83)

o conteúdo da educação, no entanto, é sujeito a grandes variações históricas. Como seleção, expressa, consciente ou inconscientemente, certos elementos básicos da cultura: é um conjunto particular de ênfases e omissões

Nos processos de estabelecimento do currículo o papel do docente é essencial. Em última instância, é aos professores que cabe a tarefa de implementar no cotidiano da sala de aula o que foi definido quando da elaboração do currículo. E isso vai ser feito com base nos recursos dos quais o professor dispõe, principalmente de acordo com a formação que teve e com as experiências profissionais e de vida que acumulou.

não há um profissional a ser formado, mas diferentes profissionais para atuarem nas realidades deste país heterogêneo e por vezes paradoxal [...] o mercado de trabalho não pode e nem deve ser o único elemento norteador das atividades de ensino pois estas transcendem àquele. (Guimarães, 1992 *apud* JARDIM, 1999, p.47)

Em pesquisa que se desdobrou em várias fases, Silva, Arreguy e Negreiros (2015) fizeram extenso estudo sobre os currículos dos cursos de graduação brasileiros em Arquivologia. Em uma das fases, para analisar o cenário geral, estabeleceram duas premissas: a primeira, que entre as disciplinas obrigatórias, as de conteúdos específicos deveriam prevalecer em relação às de conteúdos interdisciplinares; e a segunda, que entre as disciplinas optativas, as de conteúdos específicos e interdisciplinares deveriam aparecer de forma equilibrada. De acordo com os autores, quando o curso atende à primeira premissa, pode-se inferir que possui um grau de concentração regular ou elevado em Arquivologia. E quando atende à segunda, cada aluno, tem a opção de escolher entre aprofundar mais seus conhecimentos em Arquivologia ou ampliar seus conhecimentos em outras áreas que lhe interessem. A conclusão a que chegaram foi de que 10 cursos atendem à primeira premissa e nenhum atende à segunda. Sendo assim, na maioria dos cursos (ou em todos), se faz necessário a criação e oferecimento de disciplinas de conteúdo específico, para que se respeite a política de flexibilização do ensino brasileiro sem perder de vista os fundamentos da Arquivologia, seu(s) objeto(s) e o seu escopo de atuação. (SILVA, ARREGUY e NEGREIROS, 2015)

As disciplinas que contemplam os documentos fotográficos, e até de uma maneira mais geral, os iconográficos e audiovisuais podem ser consideradas nessa categoria de conteúdo específico e podem estar tanto entre as obrigatórias, quanto entre as optativas, dependendo do que define o projeto político pedagógico do curso.

Os mesmos autores também esclarecem que não se pode deixar de considerar o contexto regional, a capacidade docente instalada na instituição, o mercado laboral e as configurações acadêmico-institucionais. Existe um corpo de saberes que devem configurar todos os currículos de Arquivologia do Brasil e outros tantos que devem partir da percepção acurada de fatores importantes.

A universidade não precisa ser capaz de preparar o profissional de forma que ele esteja apto a lidar com toda e qualquer realidade, mas é essencial que possa apresentar um leque de possibilidades para que, o aluno em sua formação possa escolher, segundo seu próprio entendimento como vai direcionar a sua formação.

3.2 A influência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB

No Brasil, a formação do profissional teve início em um curso técnico ministrado pelo Arquivo Nacional, dentro das suas dependências, por seu próprio corpo técnico e convidados externos, destacando-se alguns estrangeiros, e visava capacitar seus quadros. Foi aberto ao público externo e posteriormente este curso recebeu mandato universitário em 1973. Alguns anos depois de ser transformado em nível superior, foi transferido para a Universidade (o curso que hoje está na UNIRIO). A partir de então, outros cursos de Arquivologia foram criados em universidades brasileiras.

Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996, os cursos deveriam seguir o que determinava o currículo mínimo [2], instituído em 1974. Este currículo era genérico em relação às disciplinas específicas de Arquivologia, mencionando apenas as disciplinas Arquivos I a IV, sem especificar seus conteúdos. Portanto, não chegava a estabelecer nada em relação a arquivos especiais, e cada Universidade definia seus conteúdos para estas disciplinas (Arquivo I a IV) segundo seus próprios entendimentos.

Esse panorama só foi modificado pela LDB, em 1996, porém até então, só existiam quatro cursos de arquivologia no Brasil (UNIRIO, UFSM, UFF e UNB) o quinto curso já foi criado em 1997 (UEL). Assim, dos 16 em funcionamento hoje, 12 não precisaram se sujeitar à rigidez do currículo mínimo, pois já foram criados sob a vigência da LDB. Desde meados dos anos 1990, os cursos de Arquivologia em funcionamento no país passaram a elaborar reformas, de modo a adequar os

currículos à ideia da flexibilização curricular e ao fim dos chamados currículos mínimos.

A LDB preconiza que seja permitido ao aluno direcionar sua formação de acordo com seu interesse intelectual, adequando-a às suas necessidades e aspirações profissionais. Visa assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação, baseada na premissa de maior flexibilidade na organização curricular, revendo a tradição de burocratizar os cursos.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CES 776/97 critica a excessiva rigidez anterior, com a fixação detalhada de mínimos curriculares. Especialmente por ser o Brasil um país com tão grande extensão territorial e diferenças tão significativas de várias ordens entre as regiões.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação estabeleceu em nível nacional, diretrizes curriculares para assegurar a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.

Cada universidade passa a ter a atribuição de fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes. E tem ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministrados. O então Ministério da Educação - MEC instituiu a flexibilização por julgá-la como solução para aumentar a permanência dos alunos nas universidades, pois considerava a rigidez curricular como sendo a principal causa da evasão.

Com a legislação atual, pode-se elaborar o currículo de forma a dar margem para que o aluno direcione sua formação e desenvolva seu potencial. Mas é necessário que o curso dê a base para isso e que sejam atendidas as especificidades da Arquivologia, respeitando seu referencial teórico. O ensino da base teórica da Arquivologia não pode ser negligenciado nem confundido com outros campos teóricos, que são importantes como formação complementar, mas não como formação principal (Mariz, 2012, p.220)

Thomassen (1994, *apud* Jardim, 1999, p. 36)

A educação profissional deve frequentemente cruzar as fronteiras entre assuntos especializados, disciplinas tradicionais e profissões afins e entre o mundo do conhecimento e o mundo do trabalho [...] Ela não pode ser excessivamente especializada, específica ou prescritiva.

É muito difícil estabelecer, e principalmente chegar a um consenso, sobre o ponto ideal entre o que é excessivamente especializado e o que é importante que seja incluído na formação do Arquivista. Podemos ver na literatura alguns autores mencionando a inclusão de disciplinas que contemplam o assunto onde se incluem

os documentos fotográficos, alguns desses casos são apontados a seguir.

Couture, Martineau e Ducharme (1999) sistematizaram o que quarenta arquivistas profissionais propuseram ao longo de 15 anos (1982 a 1997) sobre a formação arquivística ideal. Fizeram isso reunindo as disciplinas sob quatro categorias: as da arquivística “pura”, as de história, as comuns às ciências da informação e as das disciplinas conexas. Com esse material montaram um quadro sumário e observam que, entre as disciplinas propostas, algumas geraram controvérsias, porém não é o caso de nenhuma do módulo da arquivística pura. Incluído nesse módulo, uma das temáticas que aparece é ‘suportes especiais’.

Em artigo sobre o ensino de Arquivologia no Brasil, Matos (1999) apresentava uma proposta de disposição hierárquica para as disciplinas de conteúdo arquivístico, ainda na época em que estava em vigor o currículo mínimo. Ela propunha Disciplinas Fundamentais (Fundamentos, Avaliação, Conservação, entre outras) e Disciplinas Temáticas (entre estas “Tipologia dos Documentos Arquivísticos” e “Tipologia dos suportes de Informação Arquivística”). Sobre as disciplinas temáticas, ela explicava que iriam permitir aos alunos desenvolver a especialização do seu interesse. Deviam ser dirigidas às particularidades da tradição arquivística latino-americana e brasileira e tratar de assuntos específicos ao mundo arquivístico. Chamava a atenção de que tratavam-se de disciplinas complementares, mas que os alunos deveriam cursar um certo número de créditos entre elas.

Mais de dez anos depois, Marques (2012), analisando os currículos vigentes dos cursos de Arquivologia no Brasil, constatou que a temática referente aos suportes especiais estava presente em quase todos os cursos, e ponderou que, embora não aparecesse explicitamente nos currículos de alguns cursos, muito provavelmente, essa temática seria contemplada em outras disciplinas do curso.

Como exemplo, pode-se ver o caso da UNIRIO, que mantém o curso que está há mais tempo em funcionamento, com origem no Arquivo Nacional. Já passou por várias alterações curriculares, entre Reformas e Ajustes. Entre 1974 e 1985 as disciplinas específicas eram Arquivo I a Arquivo VI. Entre 1986 e 2006 passam a ser Arquivo I a Arquivo IV, as disciplinas Arquivo V e VI mudam de denominação e a disciplina Arquivo VI passa a se chamar Arquivos Especiais, todas obrigatórias. Em 2007, a disciplina Arquivos especiais dá lugar à disciplina optativa 'Documentos Audiovisuais e Digitais', que permanece no currículo até hoje.

4 Análise das disciplinas encontradas nos cursos de Arquivologia relativas aos documentos fotográficos

Atualmente, existem dezesseis cursos de graduação em Arquivologia ativos no Brasil, todos públicos, sendo treze federais e três estaduais. Após um levantamento de todas as grades curriculares, foi possível identificar, quantificar e qualificar as disciplinas oferecidas, em caráter optativo ou obrigatório, que abordam o tratamento de fotografias em arquivos.

Foram identificadas vinte disciplinas nas dezesseis grades curriculares com potencial de abordar o tratamento de documentos fotográficos em arquivos, entretanto, após análise das ementas, duas foram descartadas por se dedicarem à fotografia, mas não como documento de arquivo. Abordam a história, a linguagem, as técnicas, mas não o tratamento custodial. Apesar de disciplinas importantes para a formação do profissional Arquivista, não se enquadram no recorte proposto.

Dos dezesseis, onze cursos oferecem disciplinas que abordam o tratamento de documentos fotográficos nos arquivos, o que corresponde a aproximadamente 70% das universidades, distribuídas, de certa forma, de maneira equilibrada pelo território nacional.

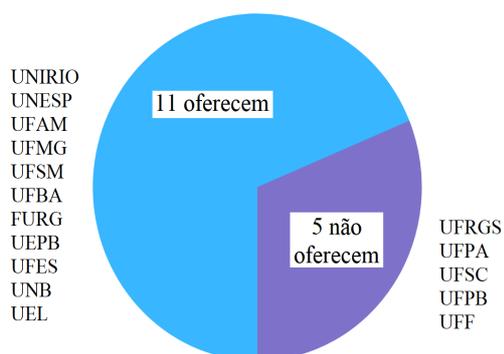


Gráfico 1. Divisão dos cursos que oferecem disciplinas que abordam o tratamento de documentos fotográficos nos arquivos

Ao todo são dezoito disciplinas oferecidas, sendo 4 disciplinas obrigatórias e catorze optativas. Em quase metade dos cursos de Arquivologia, sete, o aluno só terá contato com o tratamento de documentos fotográficos em arquivos se assim escolher. Ademais, é sabido que disciplinas optativas não têm a obrigatoriedade da regularidade de oferecimento dentro do tempo de formação do aluno, como as disciplinas obrigatórias. Não sendo, portanto, a vontade do aluno, o único fator de influência em sua formação.

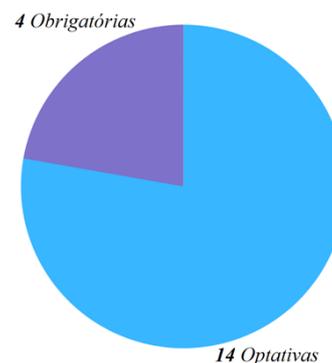


Gráfico 2. Divisão das disciplinas oferecidas entre obrigatórias e optativas

Em quatro cursos são oferecidas mais de uma disciplina relativa ao tratamento de documentos fotográficos em arquivos. Em 7 universidades, as disciplinas oferecidas são optativas, sendo todas federais. Enquanto as 3 universidades em que as disciplinas são obrigatórias, são estaduais. A FURG é o único caso em que são oferecidas uma disciplina obrigatória e uma optativa.

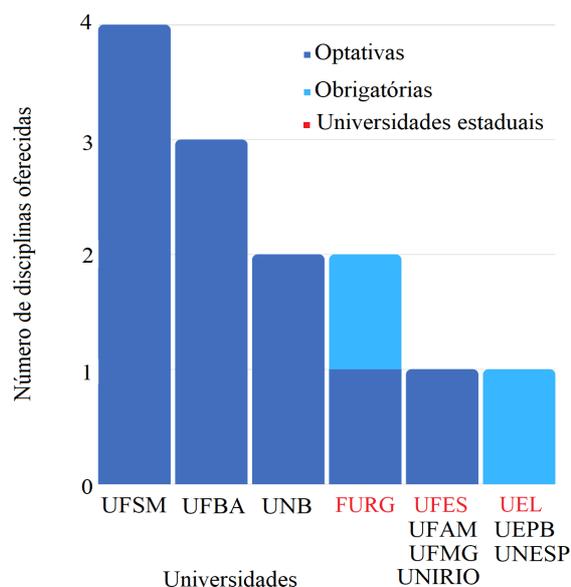


Gráfico 3. Distribuição das disciplinas que abordam o tratamento de documentos fotográficos entre as universidades

Na maioria dos cursos, as disciplinas oferecidas que abordam o tratamento de documentos fotográficos em arquivos não são exclusivamente deste assunto, elas abordam também outras espécies e gêneros documentais. Por exemplo: Representação e recuperação de imagens, oferecida pela UFBA, que pode incluir imagens estáticas e imagens em movimento, tratando de fotografias, porém não

exclusivamente. As exceções são quatro entre as dezoito disciplinas. Dentre as quatro disciplinas de ementa exclusivamente voltada ao tratamento de fotografias em arquivos, uma é de 30h (Acervos fotográficos digitais - UFES), uma de 34h (Organização e preservação de acervos fotográficos - UFBA), uma é de 45h (Pesquisa sobre Fotografia - UFSM) e uma de 60h (Acervos fotográficos em Arquivos - FURG). As disciplinas que trabalham outros temas além da fotografia dificilmente conseguiriam dedicar tantas horas ao tratamento da fotografia em arquivos quanto as de carga horária exclusiva. Com sorte, podem dedicar uma parcela significativa para a apresentação do tema sem prejuízo do tempo necessário para a apresentação do tratamento dos demais documentos trabalhados.

Os programas das disciplinas não fizeram parte da análise empreendida para este trabalho, mas em alguns casos, quando constavam nos sites, pôde-se ver algumas disciplinas com propostas interessantes de tratamento de fotografias como documento de arquivos. Um diálogo entre os cursos e os egressos poderia contribuir para a elaboração de ementas específicas sobre o tratamento de documentos fotográficos, seja em caráter obrigatório ou optativo.

Dos onze cursos, seis ainda têm nos títulos das suas disciplinas a nomenclatura ‘especial’. Uma terminologia que é questionada por vários profissionais da área, mas que ainda é usada em mais de 50% dos cursos que oferecem disciplina nessa área. Por mais que seja considerado obsoleto em muitos casos, ainda não se chegou a um consenso de uma terminologia mais adequada para substituí-la. Essas disciplinas se dedicam a documentos em linguagem não-textual, em suporte não convencional, que exigem procedimentos específicos e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica. O documento fotográfico é apenas uma pequena parcela desses documentos, entretanto, é muito o valioso o contato com o processamento técnico, guarda e preservação desses documentos.

Dos cinco cursos de Arquivologia que não oferecem disciplinas direcionadas ao tratamento de fotografias em arquivos, a UFPA e a UFRGS se destacaram por oferecerem aos alunos do curso de Arquivologia a disciplina ‘Introdução à Fotografia’, que, apesar de ser oferecida por outros cursos aos alunos de Arquivologia, e não ser direcionada ao tratamento da fotografia como documento de arquivo, é muito importante para que os alunos compreendam melhor a natureza e usos desse documento presente em tantos arquivos. É interessante observar que na UFRGS a disciplina é obrigatória (60h) e pré-requisito para que o aluno possa cursar Reprografia e Microfilmagem, enquanto na UFPA a disciplina é optativa (64h).

5 Considerações Finais

O campo de trabalho para um profissional Arquivista é extremamente amplo e diverso em possibilidades. A fotografia pode ser considerada documento de arquivo, se atender aos requisitos estabelecidos nas definições de arquivo, e, como a fotografia atualmente está presente de maneira determinante em todas as áreas, também aparece nos arquivos com muita frequência.

A formação do Arquivista já se deu de várias maneiras ao longo da história da área, e já foi produto de vários estudos e análises. Atualmente no Brasil, se dá em nível de graduação e é ministrado em dezesseis universidades públicas. Em quase 70% deles, existe a proposta de ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos em diferentes cargas horárias, de forma exclusiva ou diluída em conteúdos análogos. O que não deixa de ser um bom resultado. Entretanto, em apenas quatro cursos de Arquivologia no Brasil (25%), o contato com documentos fotográficos é obrigatório. Em cerca de um terço dos cursos de Arquivologia, não há oferecimentos de disciplinas relativas ao ensino de documentos fotográficos em arquivos.

Pela frequência que os documentos fotográficos aparecem nos arquivos, seria muito importante que os alunos tivessem amplo acesso a esse conteúdo ou que, minimamente, pudessem fazer essa opção nas suas formações.

Pudemos constatar que os cursos que oferecem as disciplinas, e até entre os que têm em mais quantidade, são exatamente os que possuem nos seus quadros docentes que se dedicam a pesquisas e atuações na área, demonstrando o protagonismo dos professores na construção das matrizes curriculares e, conseqüentemente, no perfil profissional dos Arquivistas do Brasil.

Não foi feito aqui, por não ser a proposta desse artigo, a análise histórica da presença dessas disciplinas nos cursos. Seria interessante analisar como se deu o processo, examinando todas as versões curriculares de cada curso, para ver como foi a evolução. Os cursos que não oferecem, se já ofereceram ou não, as nomenclaturas utilizadas, mudanças de carga horária, entre outros aspectos. Pois a busca por um currículo que atenda às necessidades discentes e o perfil esperado pelo mercado de trabalho, exige um trabalho conjunto entre professores, alunos, egressos, profissionais de áreas afins, representantes do mercado de trabalho e pesquisadores.

Notas

- [1] Existem atualmente no Brasil 49 cursos ativos de Biblioteconomia e/ou Ciência da Informação entre universidades federais, estaduais e particulares - <http://emec.mec.gov.br>

[2] Resolução nº 28, de 13 de maio de 1974, do Conselho Federal de Educação.

Referências

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; n. 51).
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Resolução CONARQ nº 41, de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso.
- ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A. Influências na estruturação de currículos de Arquivologia: as configurações acadêmico-institucionais, o contexto regional, o mercado laboral e o perfil docente. *Perspectivas em ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.20, n.2, p.172-197, abr./jun 2015.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivo: estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: FINATEC, 1999.
- FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- JARDIM, J. M. A universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999. p. 31-51.
- LOPES, A. C.; MACEDO, E. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez/FAPERJ, 2011.
- MARQUES, A. Cursos de Arquivologia no Brasil: adaptações curriculares. In: VENANCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 163-188.
- MARIZ, A. C. A. Reformas curriculares do curso de Arquivologia da UNIRIO: reflexões e propostas. In: VENANCIO, R.; NASCIMENTO, A. (Org.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2012. p. 189-222.
- MATOS, M. T. N. B. Cartografia do ensino universitário de Arquivologia nas Américas. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999. p. 9-30.
- MATOS, M. T. N. B. O ensino universitário de Arquivologia no Brasil. In: JARDIM, J. M.; FONSECA, M. O. (Org.). *A formação do arquivista no Brasil*. Niterói: EDUFF, 1999. p. 53-86.
- NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5., Salvador, 2012. *Anais [...]*. Salvador: Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA); Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), 2012. Disponível em: <https://www.arquivista.net/AnaisEventos/cna2012/AnaisVCNA2012.pdf>. Acesso em: 30 jun.2019.
- SANTOS, V. B. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. 2011. 216f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2011.
- SANTOS, P. R. E. A pesquisa em Arquivologia no Brasil e os centros não universitários: apontamentos para um debate. In: MARIZ, A. C. A.; JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A. (Org.). *Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Mobile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 66-73
- SILVA, W. A., ARREGUY, C. C., NEGREIROS, L. Da arquivologia que fazemos: mapeamento dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil. In: MATOS, M. T. N. B., CUNHA, F. J. A. P., SÁ, A. Q. G. T., FREIXO, A. L. *Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 75-95
- UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Faculdade de Ciência da Informação. *Manual do Curso de Graduação em Arquivologia*. Brasília: FCI/Unb, 2017. Disponível em: <http://arquivologia.fci.unb.br/index.php/manual-do-curso>. Acesso em: 21 maio. 2019.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas. Graduação em Arquivologia. Currículo. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/curriculo/>. Acesso em: 21 maio. 2019.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Departamento de Ciência da Informação. Graduação. Arquivologia. Matriz Curricular. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/cin/pages/arquivologia/matriz-curricular.php>. Acesso em: 21 maio. 2019.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA”. Faculdade de Filosofia e Ciências. Arquivologia. Matriz curricular: estrutura curricular 2012. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/arquivologia/grade-curricular/estrutura-curricular-2012/>. Acesso em: 21 maio. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Instituto de Ciência da Informação. Graduação em Arquivologia. Matrizes Curriculares: 2010.1 diurno. Disponível em: https://blog.ufba.br/ici/files/2013/01/Matriz_Curricular_Diurno_20101.pdf. Acesso em: 21 maio. 2019.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências da Informação. Graduação em Arquivologia. Matriz Curricular. Disponível em:

<http://www.ccsa.ufpb.br/arqv/contents/menu/matriz-curricular>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Escola de Ciência da Informação. Curso de Arquivologia. Configuração curricular do curso. Disponível em: <http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/documentos/configuracao-curricular-arquivologia-n-20151>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Pró-Reitoria de Graduação. Departamento de Administração Escolar. Currículo do curso: Arquivologia. Disponível em: <http://arquivologia.ufsc.br/files/2017/06/Curr%C3%ADulo-do-Curso.pdf>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Portal do ementário. Arquivologia. Currículos: 2014. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ementario/curso.html?curso=732>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino e Graduação. Grades curriculares dos cursos da UFAM. Currículo do Curso de Arquivologia. Nível do curso: Ensino Superior – graduação regular. Curso: IH25 – Arquivologia. Versão: 2009/1 (Grade Curricular corrente). Disponível em: <https://ecampus.ufam.edu.br/ecampus/gradesCurriculares/report>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Departamento de Arquivologia. Nova grade curricular: em vigor a partir de 2017/2: grade curricular, ementas e bibliografia. Disponível em http://arquivologia.ufes.br/sites/arquivologia.ufes.br/files/field/anexo/ppc_arquivologia_2016_versao_final_grade_curricular_e_ementario_26052017.pdf#overlay-context=grade-curricular. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Escola de Arquivologia. Processo Administrativo: solicitação de reformulação curricular do curso de graduação em Arquivologia. Data de abertura em 09 nov. 2012, aprovação em 09 jan. 2013. Disponível em: <http://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/PPARQUIVOLOGIA2013.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Arquivologia. Grade de Disciplinas. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BwBxGTKKXMLjTmJpVTdlQnRiMXc/view>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Graduação em Arquivologia. Estrutura curricular. Disponível em: <https://arquivologia.furg.br/estrutura-curricular>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Arquivologia. Organização curricular: currículo e súmulas das disciplinas 2019/1. Disponível em: <https://www1.ufrgs.br/graduacao/xInformacoesAcademic>

<as/curriculo.php?CodCurso=301&CodHabilitacao=33&CodCurriculo=77&sem=2019012>. Acesso em: 21 maio. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Arte e Comunicação Social. Graduação em Arquivologia. Grade curricular. Disponível em: http://iacs.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/226/delightful-downloads/2018/04/Arquivologia_Grade-2018_REV01.pdf. Acesso em: 21 maio. 2019.

Apêndice – Oferecimento de disciplinas nas Universidades

UNIVERSIDADE	Disciplina(s) oferecida(s)	Situação	Carga horária
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Arquivologia através do cinema	optativa	60h
	Documentação Áudio Visual	optativa	60h
	Documentos Audiovisuais	optativa	45h
	Pesquisa sobre Fotografia	optativa	45h
Universidade de Brasília – UNB	Arquivo, cinema, informação e memória	optativa	60h
	Organização e tratamento de materiais especiais	optativa	60h
Universidade Federal da Bahia – UFBA	Organização e preservação de acervos fotográficos	optativa	34h
	Organização e preservação de acervos sonoros e audiovisuais	optativa	68h
	Representação e recuperação de imagens	optativa	68h
Universidade Estadual de Londrina – UEL	Arquivos Especiais	obrigatória	30h
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Acervos fotográficos em Arquivos	optativa	60h
Universidade Estadual Paulista – UNESP/Marília	Documentação Audiovisual e Iconográfica	obrigatória	60h
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Arquivos especiais e especializados	obrigatória	60h
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Acervos fotográficos digitais	optativa	30h
	Arquivos especiais	obrigatória	60h
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG	Descrição e organização de documentos especiais	optativa	60h
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Seminários de arquivos especiais e especializados	optativa	45h
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Documentação Audiovisual e Digital	optativa	60h
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Não oferece	-	-
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Não oferece	-	-
Universidade Federal Fluminense – UFF	Não oferece	-	-
Universidade Federal do Pará – UFPA	Não oferece	-	-
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Não oferece	-	-

A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação

Distance Education and Teaching in Archival Science: Possibilities and Challenges in Undergraduate

Priscila Ribeiro Gomes (1), Luiza Angélica Lisboa Pinto (2)

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, pri.unirio@yahoo.com.br.
(2)lisboa.luiza@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa compartilhar experiências emergidas durante a disciplina metodologia da pesquisa arquivística, ministrada no curso de graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2017 a 2018. Tal experiência nos possibilitou pensar o quanto a plataforma de educação à distância, disponibilizada no contexto institucional, por meio da Coordenação de Educação a Distância, se apresenta como uma ferramenta importante nos processos de ensino e aprendizagem. Nossa intenção durante este estudo foi apresentar o desenvolvimento da disciplina, que iniciou com a construção do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Em seguida, abordamos os desdobramentos da disciplina focando os recursos utilizados em sala de aula, bem como as estratégias de ensino, incluindo nessa dinâmica a participação da monitoria. Aliado a isso, fizemos uma abordagem de cunho bibliográfico visando contextualizar a educação a distância no Brasil. Por fim, os resultados apresentados por meio do rendimento dos alunos indicam o quanto essa modalidade pode se tornar um instrumento potencial direcionado aos processos educativos.

Palavras-chave: Arquivologia; Ensino; Educação à distância; Graduação

Abstract

This article aims to share empirical knowledge acquired during the discipline methodology of archival research, taught in the undergraduate course at the Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro between the years 2017 to 2018. These experiences enabled us to think about the distance education platform, which made was available in the institutional context, through the Coordination of Distance Education, presents itself as a significant tool in the teaching and learning processes. The study's purpose was to present the development of the discipline, which began with the construction of the Virtual Learning Environment. Subsequently, a discussion regarding the unfolding of the discipline whilst focusing on the resources used in the classroom, as well as the teaching strategies, including of this dynamic the participation of the assisted monitoring. All while incorporating a bibliographic approach to contextualize distance education in Brazil. Lastly, the results presented through the student's performance indicate how much this methodology can become potential instrument aimed at the educational processes.

Keywords: Archival Science; Teaching; Distance Education; Undergraduate

1 Introdução

O interesse pela escrita desse artigo se deu a partir das experiências surgidas com a disciplina metodologia da pesquisa arquivística, com carga horária total de 60 horas, que embora conste na matriz curricular como disciplina do segundo período, vem sendo oferecida aos alunos no primeiro período do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O recorte escolhido para fins deste trabalho compreende os anos de 2017 a 2018. Ao lermos a ementa da referida disciplina encontramos “Abordagem científica da realidade e do conhecimento humano. O método científico. Metodologias de estudo, elaboração e apresentação de trabalhos científicos”. Deste modo, procuramos introduzir aos nossos alunos o cenário atual da arquivologia e, posteriormente, adentramos ao tema da metodologia. Como objetivos a disciplina busca

estimular os alunos a compreender os conflitos e contradições do campo científico, abordar os paradigmas epistemológicos e as repercussões nas pesquisas, com enfoque ao campo arquivístico, compreender o que é pesquisa e a importância do método para a mesma; conhecer como se constrói um projeto de pesquisa, aprender a utilizar as normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Dentre os conteúdos programáticos, podemos destacar: O que é pesquisa?; discussões sobre paradigmas epistemológicos no campo arquivístico; qual é a importância do método?; a construção de um projeto de pesquisa; o trabalho de campo; os tipos de pesquisa; instrumentos de coleta de dados; formas de trabalhos científicos e normalização.

Todas as informações em relação ao programa da disciplina estão inclusas no que denominamos na

Educação a Distância (EaD) de “Guia da disciplina”, cujo modelo é disponibilizado pela Coordenação de Educação a Distância. Além deste, o aluno também tem acesso ao cronograma da disciplina, especificando todas as atividades que ocorrerão na disciplina, bem como os recursos utilizados, chamando atenção para as aulas presenciais e *online*.

Pretende-se por meio deste trabalho destacar a relevância dessa modalidade na prática educativa, como base na experiência vivida, apresentando, deste modo, o quanto o ambiente virtual de aprendizagem pode se tornar um forte aliado nos processos de ensino e aprendizagem, dependendo, da forma como a disciplina é pensada e estruturada. Realizamos uma análise qualitativa e quantitativa do desempenho dos discentes, assim como uma pesquisa bibliográfica buscando contextualizar o ensino da EaD no Brasil, destacando seus limites e possibilidades na realização da disciplina, tanto do ponto de vista docente quanto discente.

2 A modalidade de educação à distância: uma breve reflexão

Percebemos que o avanço das tecnologias que culminou na globalização da informação, nos conduziu a um repensar acerca de algumas esferas, neste caso, a educacional, exigindo não só das instituições de ensino como também de seus professores novos desafios perante cenário ora apresentado.

Segundo estudo realizado por Oliveira em 2001, a EaD teve um crescimento considerável em 1990, fruto dos avanços das tecnologias de comunicação e informação e da Universidade Aberta de Londres, criada em 1969. Mas é importante salientar, segundo a autora, que a EaD se inicia no Brasil, ainda, nos anos de 1970, apresentando-se de formas diferentes, sendo muito utilizado, por exemplo, o modelo via correspondência.

Complementando esta ideia, Moran (2001, p.01), ao definir EaD, procura exemplificar algumas tecnologias que proporcionam a mediação que nessa modalidade consiste no processo de:

[...] Ensino/aprendizagem onde professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Mas também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

Frente ao exposto, acreditamos que se faz necessário, inicialmente, um estudo acerca dos fundamentos da educação a distância, pois consideramos que seja a base para a discussão de uma reflexão mais consistente quando pensamos nos projetos de cursos totalmente a distância, ou compostos por um percentual de disciplinas que são oferecidas também nesta modalidade.

Nesse sentido Moran (2002, p. 1) salienta que:

A educação a distância pode ser feita nos mesmos níveis que o ensino regular. No ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. É mais adequada para a educação de adultos, principalmente para aqueles que já têm experiência consolidada de aprendizagem individual e de pesquisa, como acontece no ensino e pós-graduação e também de graduação.

Os fundamentos da EaD são as bases que não devem ser esquecidas quando tratamos do ensino a distância. Conforme Campos (et al. 2007, p.5), os fundamentos da educação a distância nos auxiliam e nos orientam a trabalhar em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que menciona em seu artigo 47, § 3º, que:

Esta deve ser compreendida como a atividade pedagógica que é caracterizada por um processo de ensino-aprendizagem realizado com mediação docente e a utilização de recursos didáticos sistematicamente [...].

Nessa direção Moran (2002, p.1) complementa ao salientar que é uma modalidade de

Ensino e aprendizagem em que professores e estudantes não estão necessariamente juntos fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias como a Internet, embora também possam ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o telefone e tecnologias semelhantes.

Desta forma, a fim de que se alcance o sucesso nesta modalidade alguns indicadores de informação devem estar presentes. Segundo Carvalho (2009, p.3) os ambientes virtuais de aprendizagem devem contar com: “reciprocidade permanente, compromisso implícito, iniciativa, informalidade, colaboração e intervenção, pontual do professor”. Nisso consiste também a relevância do estudo dos fundamentos, pois como bem mencionado por Campos (et al. 2007), estes são pautados numa teoria de aprendizagem, que tem como objetivo subsidiar o professor no que tange à sua prática, de modo a contribuir para o sucesso do processo entre os agentes envolvidos.

Para obtermos êxito nesta modalidade, é importante chamar atenção também para alguns aspectos, dentre eles: a mediação e a comunicação na EaD associada ao papel do monitor e sua atuação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Esses assuntos serão abordados em seguida, quando explicaremos o funcionamento da disciplina.

3 A plataforma e-UNI

A fim de atender as demandas do profissional arquivista, e pensando no que ressaltam Gak, Belesse e Gomes (2012, p. 275), destacamos que:

É necessário refletir sobre outras possibilidades de ações formativas, com qualidade, presenciais ou não, analisando e respeitando as particularidades práticas e teóricas dos cursos de Arquivologia.

Nesse bojo, a ideia de ministrar a disciplina de metodologia da pesquisa arquivística a distância surge a partir da Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, do MEC, onde 20% das disciplinas do curso podem ser ministradas na modalidade à distância, conforme o texto legal abaixo:

Art. 1º As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. § 1º As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Vale mencionar que atualmente temos em vigor a Portaria n. 1.428, publicada no Diário Oficial de 28 de dezembro de 2018, que altera de 20% para até 40% a carga horária de disciplinas a serem ofertadas na modalidade a distância, permanecendo os cursos da área de saúde e engenharia com apenas 20%.

A decisão de migrá-la para plataforma e-UNI ocorreu no decorrer do primeiro semestre de 2017 e foi aprovada pelo Departamento de Arquivologia, em 16 de maio de 2017. Ao final do semestre a professora da disciplina apresentou um relatório ao Colegiado sobre a experiência, ressaltando algumas dificuldades e também os pontos positivos, decidindo por continuá-la na modalidade a distância.

A Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD) é a responsável por disponibilizar a plataforma na Universidade, fornecendo também capacitação para o uso da mesma. Em 29 de junho de 2017, participamos no auditório Paulo Freire, no Centro de Ciências Humanas da UNIRIO, do treinamento para uso da e-UNI, além de realizarmos na plataforma o curso “Capacitação e-UNI”. É importante destacar que esta plataforma funciona a partir de um sistema de gerenciamento voltado para o aprendizado, conhecido pela sigla Moodle, que significa *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, que em nossa língua quer dizer “ambiente de aprendizado modular orientado ao objeto”, de forma simplificada permite uma série de interações na montagem da AVA, são elas:

- Chat: possibilita uma discussão em tempo real sobre a temática determinada;
- Escolha: oportuniza a criação de perguntas fechadas que serão respondidas pelos participantes;
- Fórum: visa estimular debate sobre questões propostas;
- Glossário: esta atividade permite criar uma lista de termos e definições em conjunto com os participantes;
- Laboratório de avaliação: opção que possibilita a avaliação e revisão em grupo;
- Lição: são atividades em páginas que concluem com uma questão e suas possíveis respostas;
- Pesquisa de avaliação: viabiliza a montagem de um questionário e sua aplicação;
- Questionário: criação de teste múltipla escolha;

-Tarefa: os alunos podem submeter trabalhos nos mais diversos formatos; e

-Wiki: ação de adicionar e criar coleções de sítios eletrônicos em grupo.

Além dos seguintes recursos: arquivo, que permite ao docente fornecer material aos alunos em vários formatos; livro, disponibiliza ao aluno material em formato de livro; rótulo, inclusão de textos e imagens com *hiperlinks*; e URL, possibilita a inclusão de *links* de sítios eletrônicos.

O curso pode ser montado em quatro formatos: atividade única, para mostrar apenas uma atividade ou recurso; social onde um fórum é disponibilizado na página do curso; tópicos que organiza por seções; e semanal a página é dividida em seções semanais conforme data de início e término do curso.

A AVA é bastante intuitiva e oportuniza a personalização do perfil de cada usuário, assim que o aluno é matriculado na disciplina, é criado um *login* e senha, a senha será alterada no primeiro acesso e cada aluno deve preencher os dados do perfil, com a inclusão de foto, descrição, lista de interesses e opcional com campos para fornecer endereço, telefone e páginas de redes sociais.

Os recursos oferecidos pelo Moodle são importantes, pois tornam o AVA mais dinâmico, possibilitando diversas atividades. Em relação à utilização dos recursos, cabe ressaltar que é fundamental analisar o público que faz uso da plataforma. Em nosso caso procuramos utilizar recursos simples, visto que alguns alunos não tinham muita familiaridade e uma parcela significativa nunca havia realizado curso a distância.

4 A mediação: uma estratégia importante na aprendizagem

Além da definição dos recursos que serão utilizados na AVA, é fundamental a interação entre os mediadores e alunos, como destacado, anteriormente, por Carvalho (2009). Isso porque a mediação está relacionada também com as estratégias de aprendizagem que utilizamos de modo a aproximar os alunos ao conteúdo abordado. Na disciplina Metodologia da Pesquisa Arquivística, a professora e a monitora exerciam os papéis de mediadoras, buscando uma aproximação com os discentes ao longo de todas as atividades sugeridas, em especial, pela plataforma.

Entre as habilidades necessárias, os mediadores devem estar familiarizados com o ambiente virtual, buscando promover a participação constante dos alunos. Não se trata apenas de postar as atividades na plataforma, mas também de dar um *feedback* aos alunos. Há uma diferença quando agimos desta forma, pois os alunos notam que são correspondidos.

Na educação a distância o aluno não é um simples receptor de mensagens e conteúdos planejados, produzidos e distribuídos por um centro docente, sem possibilidade de esclarecimentos

e orientações. O aluno pode responder às questões que lhe são propostas nos materiais instrucionais, assim como pode propor um diálogo com o seu tutor, enriquecendo sua atividade de aprendizagem. O diálogo também pode ser simulado através da conversação didática guiada entre docente e aluno, proporcionada pelos materiais de ensino. A intensidade da comunicação bilateral pode tornar os programas de EaD mais ou menos distantes de seus destinatários, devendo ser dirigida com maior empenho para que esta distância tenha o menor significado e influências possíveis (FORTUNATO; FERREIRA, 2001, p. 42).

Essa comunicação bilateral que se estabelece deve estimular o aluno, ao mesmo tempo em que direciona a este uma determinada autonomia para que possa também se desenvolver. O papel do mediador, neste caso, está voltado também para um agente acelerador do processo de aprendizagem.

Essa concepção ainda sugere que a aprendizagem pode não só seguir o desenvolvimento, mas também superá-lo, projetando-o para frente e suscitando novas formações. Dessa forma, os processos de aprendizagem e desenvolvimento não são dois processos independentes ou o mesmo processo, mas existem entre eles relações complexas (VYGOTSKY, 2000, p. 310).

Deste modo, nosso objetivo ao fazer uso da EaD, é propor conforme Gomes (2012) um ambiente de aprendizagem construtivista que envolve o papel do mediador enquanto um facilitador no processo de aprendizagem.

Assim sendo, ao falar sobre a aprendizagem nos espaços virtuais, Moran (2002, p.2) destaca que apesar de complexa, deve ser considerada algo positivo, uma vez que:

Sai do aluno individual para incorporar o conceito de aprendizagem colaborativa, de que aprendemos também juntos, de que participamos e contribuimos para uma inteligência cada vez mais coletiva.

Pensar o ambiente virtual a partir de uma perspectiva sócio interacionista, que propicie também uma aprendizagem colaborativa, converge com o pensamento de Rurato (2008, p. 109), ao destacar autores que caminham na mesma direção.

Jonassen et al. (1995), introduziram o conceito de construtivismo a distância, porque acreditam que uma aproximação construtivista à construção do conhecimento e da aprendizagem pode ser bem suportado na EaD, através de um conjunto variado de tecnologias. Deste modo, argumentam que essas tecnologias podem oferecer à EaD, alternativas para facilitar a aprendizagem. Para, além disso, indicam, ainda, que o poder da conferência por computador e do correio eletrônico, enquanto ferramentas de aprendizagem construtivista, e como ambiente, está relacionado com as suas capacidades de permitir conversação e colaboração. Assim, pode-se trabalhar em grupo, para resolver problemas em conjunto, argumentar acerca de interpretações, negociar significados ou comprometer-se com outras atividades educacionais.

Dessa forma a mediação realizada pela docente em parceria com a monitora fez uma grande diferença na construção e na realização da disciplina a distância. Mais à frente veremos como essa aprendizagem colaborativa pode ser exercitada por meio das estratégias de aprendizagens utilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

5 A disciplina Metodologia da Pesquisa Arquivística no ambiente virtual de aprendizagem: a prática

O primeiro semestre de 2017 foi marcado por muitas dificuldades estruturais na UNIRIO, dessa forma passamos por uma série de contratempos para conseguirmos uma sala de aula. Diante desses acontecimentos levantou-se a possibilidade de migrar a disciplina para EaD. Após aprovação do Colegiado iniciamos então nos meses de junho e julho do mesmo ano a estruturação das atividades a serem desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem.

O projeto inicial executado no segundo semestre de 2017 foi estruturado da seguinte forma. As atividades foram divididas em 16 semanas, de acordo com o calendário acadêmico, onde os alunos participariam de exercícios temáticos semanais, com interação de segunda a sexta-feira, segundo a disponibilidade do discente, visto que a plataforma fica à disposição 24 horas, dando ao aluno uma maior flexibilidade no tocante à participação, mas contrapartida exige do mesmo uma organização e planejamento de estudos, a fim de não perder os prazos.

As semanas foram separadas por temas e com perguntas a serem respondidas via fórum. Além dos fóruns, os alunos deveriam trabalhar em grupo, na realização de resenha, prova e seminário final com entrega de trabalho escrito e apresentação, sendo este último, portanto, presencial.

No que tange ao material pedagógico, ressaltamos que revisamos o conteúdo que era ministrado aos alunos no período em que a disciplina era ofertada presencialmente. Deste modo, alguns textos foram alterados, assim como a ordem a serem trabalhados.

Os conteúdos que eram desenvolvidos em sala de aula foram transformados em arquivos de apresentações, como material de apoio juntamente à bibliografia recomendada, objetivando auxiliar o aluno na compreensão da leitura da semana. Bem como, a sugestão de alguns vídeos da plataforma *Youtube*, como forma de exemplificar e ampliar a discussão de alguns assuntos. Desenvolvemos também um manual de acesso e uso da plataforma para minimizar as dificuldades.

Foram planejadas quatro aulas presenciais, a primeira de apresentação da disciplina e da plataforma, a segunda uma aula de revisão do conteúdo e orientação do

seminário final, a terceira referente à normalização, na Biblioteca Central com a bibliotecária Ana Carolina Carvalho Petrone e a última a apresentação do seminário final. No que concerne ao primeiro encontro presencial, destacamos a importância da disciplina e seu funcionamento.

Após apresentarmos o “Guia da Disciplina” e as estratégias de ensino, orientamos os alunos sobre as formas de acesso, bem como sobre a importância de configurar o perfil com uma foto. Isso se mostra relevante até mesmo para os mediadores no momento da interação, pois conseguimos identificar os alunos no ambiente virtual e fora dele.



Figura 1. Tela Inicial AVA 2017.2 Guia da Disciplina e cronograma de atividades

O semestre 2017.2 transcorreu de forma satisfatória. Como a disciplina metodologia da pesquisa arquivística é oferecida aos alunos do primeiro período, a inscrição nesta disciplina é feita automaticamente pela Secretaria da Escola de Arquivologia, ou seja, não é realizada pelos alunos. Somente no período de inclusão e exclusão de disciplinas é que o discente tem a possibilidade de escolher se permanecerá com as disciplinas inscritas ou não.

O momento da inclusão dos alunos na plataforma e-UNI é sempre mais delicado e cuidadoso, justamente para que todos estejam devidamente cadastrados na plataforma, e funciona da seguinte forma: contatamos a secretaria da Escola de Arquivologia para que enviem uma relação contendo nomes dos alunos, cadastro de pessoa física, número de matrícula e e-mail. Após todos os dados preenchidos, enviamos um e-mail a Coordenação de Educação a Distância para que seja efetuado o cadastro dos alunos na plataforma, e na referida disciplina.

No primeiro mês, até a inclusão de todos os alunos na plataforma, as mediadoras, neste caso, a professora da

disciplina e a monitora atendiam os alunos diariamente, inclusive via e-mail, pois alguns ainda tinham dúvidas referentes ao uso da plataforma, mesmo tendo participado da primeira aula sobre a apresentação da mesma. Após este período ficou acordado que a interação das mediadoras na plataforma ocorreria pelo menos três vezes na semana, onde todas as respostas dos alunos eram lidas e respondidas de forma individualizada, ou em grupo de resposta de até cinco estudantes.

Iniciamos a disciplina em EaD com a maior turma do curso de Arquivologia, foram 56 alunos matriculados, 10 não cursaram ou abandonaram a disciplina, talvez porque tenham obtido aproveitamento de disciplina, nos casos de alunos que já possuíam outra graduação, e apenas um reprovado por nota. Como resultado final 59% da turma obteve desempenho entre 9 a 10. Um crescimento de desempenho de 18,10% em relação à turma presencial. O trabalho desenvolvido nesta transição foi apresentado na 16ª Semana de Integração Acadêmica, entre os dias 15 a 19 de outubro de 2018, na 11ª Semana de Ensino de Graduação.

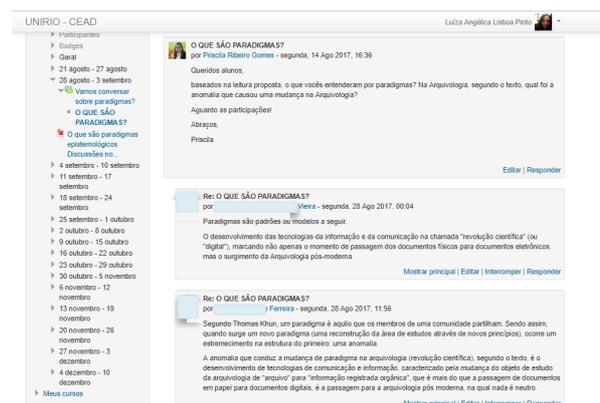


Figura 2. Fórum 28/08 a 03/09/2017

Diante do resultado do semestre anterior, em 2018.1, mantivemos a mesma estrutura, com a melhoria de alguns pontos, como a mudança da forma do curso antes era por semana onde constava a data e passou a ser intitulada por tópico, buscando atrair a atenção do aluno. Reforçamos a informação da presença ligada à participação nos fóruns durante todo semestre. Tivemos o cuidado de computar todas as participações ao longo do semestre e enviar e-mail aos alunos que estavam no limite de presença e aos que já estavam reprovados por falta, uma vez a ausência de participação nos fóruns conta como falta, pois o aluno deixou de participar de uma aula.

Continuamos com uma turma grande, foram 47 alunos matriculados, 14 cancelaram a matrícula ou reprovaram por falta. Dentre estes vale destacar que, alguns obtiveram aproveitamento de estudos, outros foram

chamados para outras opções de cursos no Sisu ou desistiram. A média de desempenho foi de 9,59, um crescimento de 13,22% referente ao semestre anterior. Em conversa com alunos um ponto destacado como positivo na plataforma foi a comodidade de ler os textos com calma, pois era dado acesso ao material desde do primeiro dia de aula e planejaram a participação nas atividades com prazo maior, diferente do presencial. Outra questão levantada foi a necessidade de organização dos horários, exigindo deles uma maior disciplina e comprometimento para não perder o prazo.



Figura 3. Tela inicial AVA 2018.1

No segundo semestre de 2018, mantivemos a estrutura anterior, com pequenas alterações. Incluímos na descrição do tópico a data limite de participação na atividade e mais uma aula presencial, bem como a participação da turma no evento “Diálogos Arquivísticos” com o tema “A Invenção do Arquivo sobre Educação Popular de Jovens e Adultos”, aberto também aos alunos da graduação, e promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos e pela Escola de Arquivologia. Vale mencionar que solicitamos a diminuição do quantitativo de alunos matriculados para 40, pois observamos que um grande número de alunos de outros cursos estava se inscrevendo na disciplina. Foram mantidos os *feedbacks* individualizados e atendimento presencial pela monitora sempre que solicitado. A turma era composta por 39 alunos matriculados, 14 reprovados por falta, o desempenho médio da turma foi de 8,76. Queda do desempenho foi de 8,7% e o índice de reprovação sofreu acréscimo não em quantidade, mas em porcentual, representou 35,89% da turma.

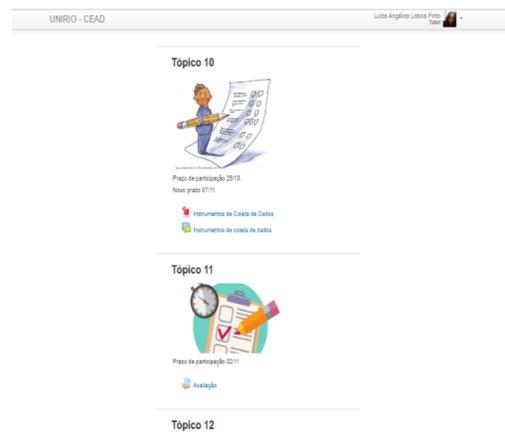


Figura 4. Página Principal da AVA 2018.2

5.1 Resultados observados

Até o momento constatamos que o uso da modalidade a distância tem sido satisfatório. Conforme o gráfico abaixo houve um aumento no desempenho dos alunos, se comparado a 2017.1, semestre em que a disciplina ainda estava no formato presencial. Percebemos que em 2018.1 este crescimento é ainda mais expressivo. Salientamos que 2017.2 foi a primeira experiência da disciplina na modalidade EaD, funcionando como um teste. O que auxiliou na realização de alguns ajustes, visando contribuir ainda mais para o processo de aprendizagem. Cabe evidenciar que a participação muitas vezes está atrelada ao perfil da turma. Temos constatado que turmas com alunos mais experientes, advindos de outras graduações, tendem a apresentar um rendimento mais alto.

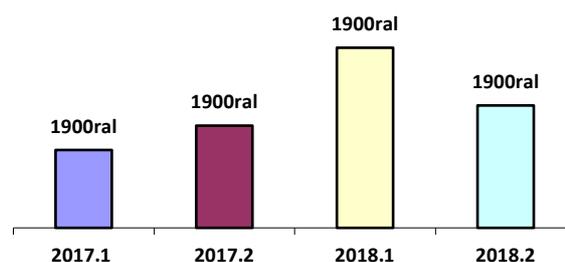


Gráfico 1. Desempenho médio dos alunos por semestre

Em 2017.2 tivemos um número expressivo de alunos, pois deixamos em aberto vagas para outros cursos. Esta não foi uma experiência positiva. Na modalidade a distância, o trabalho acaba sendo muito maior, uma vez que damos o *feedback* a todos os alunos. Todos interagem na plataforma e aguardam uma resposta. Cinquenta e seis alunos significam 56 retornos a cada semana. Por isso, em alguns momentos optamos por trabalhar em blocos, com no máximo de 5 alunos, no

parecer semanal. Acreditamos que ofertar vagas para outros cursos seja importante, mas devemos considerar também que por ser uma disciplina ofertada no primeiro período, já apresenta um número significativo de alunos. Normalmente as turmas iniciam bem cheias. Todos os estudantes que estão adentrando à Universidade são inscritos automaticamente nas disciplinas que são ofertadas no primeiro período. Isso significa que, se ofertamos 50 vagas, provavelmente, teremos 50 inscritos, isso se completarmos o número máximo de vagas. Ressalta-se que nos últimos anos temos mantido 40 vagas para entrada por meio do Sisu e o restante para transferências, reingresso e revinculação.

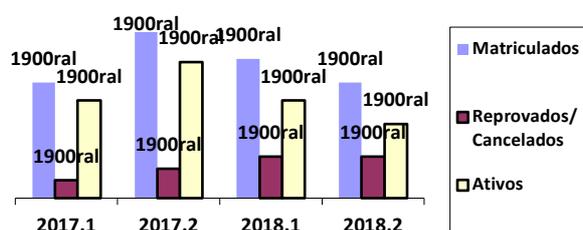


Gráfico 2. *Quantitativo de Alunos*

Observa-se que existem variantes que afetam, por exemplo, o percentual de alunos cancelados na disciplina. A palavra “cancelados” pode estar associada, por exemplo, a discentes que conseguiram aproveitamento de estudos, e, portanto, não precisam cursar a disciplina, ou ainda, pode acontecer de ser um aluno que, naquele momento, havia feito opções por outros cursos no Sisu, e após ser convocado, abandonou o curso. É importante esclarecer, pois nem sempre os estudantes comunicam ao Curso.

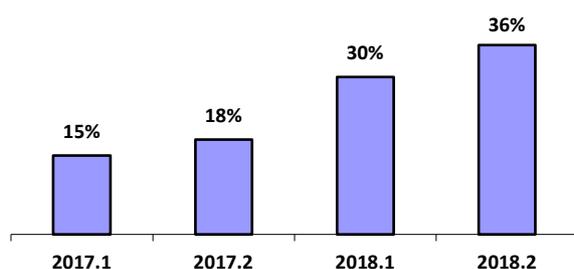


Gráfico 3. *Porcentual de Cancelados/Reprovados por semestre*

6. Conclusão

Como se trata de uma reunião de ensino e pesquisa no campo da Arquivologia, consideramos que seria interessante escrever este trabalho com o intuito de compartilhar experiências, dividindo não só as dificuldades, mas apresentando os pontos positivos que a modalidade oferece no que tange ao ensino da disciplina.

Nos quatro semestres aqui contemplados tivemos 181 alunos matriculados, destes 137 cursaram a disciplina. Compreender um pouco mais sobre estas desistências e cancelamentos é um ponto que precisa ser ajustado. Identificamos nos três semestres que a disciplina se encontra na modalidade EaD um melhor desempenho dos alunos, 10% em média maior que o presencial. Este desempenho comprova o que percebemos pelas participações nos fóruns e nos trabalhos entregues, onde os alunos estão cientes e ativos nas discussões.

Ademais, procuramos sempre ao final da disciplina realizarmos uma conversa com os alunos com o objetivo de saber o quê eles acharam da disciplina nessa modalidade, de modo a ouvi-los. Temos percebido através dessa conversa que a maioria tem se identificado, não só no que tange ao aprendizado, mas salientaram outros motivos que também contribuem, principalmente levando em consideração o contexto de crise em que vivemos. Alguns alunos destacaram, por exemplo, a economia financeira com transportes, outros mencionaram que podem ficar mais tempo no trabalho e a grande maioria destacou a flexibilidade que ensino a distância proporciona.

Para além da aprendizagem, que é condição *sine qua non*, pensando institucionalmente, em termos de infraestrutura, a modalidade da EaD se apresenta como uma ótima alternativa, uma vez que diminui os problemas relacionados aos espaços físicos, possibilitando o acesso à plataforma até mesmo do celular. Deste modo, consideramos a experiência satisfatória, principalmente por possibilitar uma aprendizagem colaborativa, ultrapassando os limites físicos.

Referências

- BRASIL. MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=21&data=11/10/2016>. Acesso em 10 fev. 2017.
- BRASIL. MINISTÉRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251. Acesso em 10 fev. 2019.

CAMPOS, Fernanda; COSTA, Rosa; SANTOS, Neide. *Fundamentos da educação a distância, mídias e ambientes virtuais*. Juiz de Fora: Editar, 2007.

CARVALHO, Jaciara de Sá. *Indicadores de formação de comunidades virtuais de aprendizagem*. In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 2009, Florianópolis. Anais[...] Florianópolis: Universidade de São Paulo. 10 p.

FORTUNATO, Érika Corrêa; FERREIRA, Michele de Carvalho. *Educação a distância: Limites e possibilidades*. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade da Amazônia, Belém: 2001.

GAK, Luiz Cleber; BELESSE, Julia. GOMES, Priscila. A Arquivologia e a Educação a distância: reflexões sobre possível cenário. In: MARIZ, A., JARDIM, J. SILVA, S. *Novas dimensões do ensino e pesquisa da Arquivologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012. p. 269-283.

GOMES, P. *O papel do tutor no ensino a distância: uma abordagem sócio interacionista*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em planejamento, implementação e gestão da educação a distância) -Instituto de Matemática e Estatística, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MORAN, José Manuel. *O que é educação a distância*. 2002. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 10. out. 2018.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. *Educação a distância na transição paradigmática*. 2001. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia: 2001.

RURATO, Paulo Alexandre Lima. *As características dos aprendentes na educação a distância- impacto no processo educativo com vista ao desenvolvimento de estratégias de sucesso*. 2008. Tese (Doutorado em Engenharia de Gestão Industrial) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2008. Disponível em: <http://www2.ufp.pt/~lmbg/monografias/phd_prurato08.pdf.> Acesso em: 16 out. 2011.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos

Postgraduate Program in Document and Records Management: an analysis based on the view of the graduates

Mariana Lousada (PPGARQ/UNIRIO) marianalousada@unirio.br

Ana Celeste Indolfo (PPGARQ/UNIRIO) indolfo@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho foi realizar o acompanhamento dos egressos do PPGARQ, a fim de conhecer e compreender a dimensão de aplicabilidade no ambiente profissional dos TCC's produzidos no Programa. Como objetivos específicos podemos destacar: quantificar a participação dos egressos em eventos científicos da área divulgando os resultados da pesquisa; quantificar a produção científica e técnica dos egressos com relação a publicação dos resultados da pesquisa; analisar a progressão/promoção profissional do egresso após a sua participação no Programa; conhecer a dimensão de como vem se dando a aplicação dos TCC's no ambiente profissional do egresso; avaliar a aplicabilidade dos TCC's no ambiente profissional dos egressos. Os dados coletados e analisados serviram para verificar e justificar a efetividade da produção técnico-científica para o exercício da profissão dos egressos considerando não só as atividades de aprendizagem propiciadas durante o curso assim como, também, as habilidades necessárias para o desenvolvimento das pesquisas e a ampliação de conhecimento da área de Arquivologia.

Palavras-chave: PPGARQ; egressos; aplicabilidade dos TCC's.

Abstract: The objective of this work was to follow the graduates of the PPGARQ in order to know and understand the applicability dimension in the professional environment of the TCC's produced in the Program. As specific objectives we can highlight: quantify the participation of graduates in scientific events in the area disseminating the results of the research; quantify the scientific and technical production of the graduates in relation to the publication of the results of the research; analyze the progression / professional promotion of the alumnus after his / her participation in the Program; to know the dimension of how the application of TCC's in the professional environment of the egress has been given; evaluate the applicability of CBTs in the professional environment of graduates. The data collected and analyzed served to verify and justify the effectiveness of the technical-scientific production for the exercise of the profession of the graduates considering not only the learning activities provided during the course as well as the skills necessary for the development of the researches and the expansion of knowledge of the area of Archivology.

Keywords: PPGARQ; graduates; applicability of TCC's.

1 Introdução

O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi instalado em 2012 e insere-se em um contexto de alterações no cenário arquivístico brasileiro, especialmente nas últimas duas décadas.

O PPGARQ está estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, onde se concentram importantes instituições arquivísticas. Destaca-se, assim, o mercado de trabalho em que, além de um complexo setor privado, conta com muitas organizações governamentais. As principais instituições arquivísticas públicas situadas na cidade são: o Arquivo Nacional, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Além dessas, localizam-se outras entidades de referência nacional na preservação de significativos acervos arquivísticos.

A opção pela modalidade profissional permitiu a caracterização de uma infraestrutura de ensino e pesquisa que incluiu as parcerias com o APERJ, o AGCRJ, a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) e a Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

O parecer da Comissão de área da Comunicação e Informação da CAPES, registrado na Ficha de Avaliação Quadrienal (2013-2016) sobre o mérito da Proposta do Programa, destacou que os objetivos específicos, apresentados na referida Proposta, estão em consonância com os objetivos da modalidade de Mestrado profissional, atribuindo um "muito bom".

A inauguração do PPGARQ aconteceu, ainda, um momento de afirmação e amadurecimento do ensino e pesquisa em Arquivologia no plano nacional. Na UNIRIO, a área atravessou seu estágio embrionário no ambiente universitário, e o curso de graduação em

Arquivologia da UNIRIO desenvolveu caminhos que impulsionaram a criação do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos.

Sob tal cenário, mostrou-se premente a qualificação de gestores de documentos e arquivos para atuação em serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, contribuindo para a inovação de processos, produtos e serviços arquivísticos, a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas e o uso social da informação arquivística.

Essa perspectiva norteou a proposta do Programa, onde se destacam alguns objetivos:

- formar mestres altamente qualificados para a gestão de documentos e arquivos em serviços e instituições arquivísticas públicos e privados, atendendo as diversas demandas sociais, profissionais e organizacionais;
- estimular a produção de conhecimento arquivístico e sua aplicação com bases científicas em vários ambientes organizacionais, nos setores público, privado e acadêmicos;
- favorecer o desenvolvimento inovador de processos, produtos e serviços arquivísticos, de forma a contribuir para a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas e o uso social, científico e tecnológico da informação arquivística;

- colaborar para a ampliação e consolidação do campo científico da Arquivologia em seus aspectos sociais, políticos, econômicos, cognitivos, jurídicos e éticos.

Entre 2012 e 2018, o PPGARQ contabiliza 8 (oito) processos seletivos, totalizando 295 candidatos inscritos e 81 aprovados (índice de aprovação de 27%). Nesses sete anos de funcionamento formou 56 mestres com 100% de trabalhos defendidos antes de completar o prazo regulamentar.

Todos os Trabalhos de Conclusão de Curso, defendidos até o final de 2018, encontram-se disponíveis no site do Programa e distribuem-se pelos seguintes campos de pesquisa:

- gestão de documentos de arquivo – 25%;
- gestão de serviços e de instituições arquivísticas – 25%;
- o perfil da atividade arquivística – 12,5%;
- arquivos privados – 12,5%;
- produção e difusão de conhecimento arquivístico – 12,5%;
- políticas arquivísticas – 12,5%.

Esses dados demonstram que as temáticas desenvolvidas estão contempladas na área de concentração e linhas de pesquisa do Programa, bem como refletem seu objetivo que é contribuir com a

consolidação e amadurecimento da Arquivologia brasileira.

Contudo, pelos parâmetros estabelecidos no Documento de Área e na Classificação da Produção Técnica da CAPES para a área da Comunicação e Informação, os TCC's são avaliados a partir da perspectiva da sua aplicabilidade. Pela Ficha de Avaliação Quadrienal (2013-2016) o índice aferido foi de 0,45, sendo ideal o 1.0. Por esta razão, pode-se identificar alguns desafios ora enfrentados pelo Programa.

Entende-se que, uma das maneiras de superar esta deficiência apontada e enfrentar esse desafio será verificar, sistematicamente, junto aos alunos egressos, como vem se dando a aplicação dos TCC's no seu ambiente de trabalho.

Nesse sentido, foi criado o projeto de pesquisa "Percepções dos egressos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos", apresentado a seguir.

2 O Projeto de Pesquisa

Este projeto de pesquisa foi instituído em 2018 e teve a duração de 1 (um) ano, sendo coordenado pelas professoras Ana Celeste Indolfo e Mariana Lousada.

O projeto teve por objetivo realizar o acompanhamento dos egressos do PPGARQ, a fim de conhecer e compreender a dimensão de aplicabilidade no ambiente profissional dos TCC's produzidos no Programa. Como objetivos específicos podemos destacar: quantificar a participação dos egressos em eventos científicos da área divulgando os resultados da pesquisa; quantificar a produção científica e técnica dos egressos com relação a publicação dos resultados da pesquisa; analisar a progressão/promoção profissional do egresso após a sua participação no Programa; conhecer a dimensão de como vem se dando a aplicação dos TCC's no ambiente profissional do egresso; avaliar a aplicabilidade dos TCC's no ambiente profissional dos egressos.

Os dados coletados e analisados serviram para verificar e justificar a efetividade da produção técnico-científica para o exercício da profissão dos egressos considerando não só as atividades de aprendizagem propiciadas durante o curso assim como, também, as habilidades necessárias para o desenvolvimento das pesquisas e a ampliação de conhecimento da área de Arquivologia.

2.1 Procedimentos metodológicos

A coleta e a sistematização das informações necessárias para a realização da pesquisa basearam-se nos aspectos quanti-qualitativos, e dividiram-se em duas etapas.

Na primeira etapa foram reunidos dados gerais sobre os egressos [Mestres formados das turmas ingressantes

entre 2012.2 a 2016.2] e foram atualizados os contatos, essencialmente o endereço eletrônico para envio do questionário. Logo em seguida, houve a mobilização dos egressos para participarem da pesquisa por meio de uma chamada nas redes sociais e no Facebook do Programa.

O questionário foi elaborado na plataforma Google Formulários para pesquisa *online* e teve como base o questionário produzido pelo Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil (CPDOC) em 2015, e contou com os seguintes eixos temáticos: perfil do egresso; o mestrado e a carreira do aluno; avaliação do mestrado profissional do PPGARQ; e comentários.

Na segunda etapa foram tabulados e sistematizados os dados coletados na aplicação do questionário e realizadas a análise dos resultados obtidos.

O questionário foi aplicado do período de janeiro a abril de 2019, tendo sido enviado o questionário para os 56 (cinquenta e seis) alunos egressos, conforme o Quadro 1. Desse total, 48 (quarenta e oito) egressos participaram da pesquisa, respondendo ao questionário, ou seja, 85,7% do universo total pesquisado.

Quadro 1: *Egressos do PPGARQ*

Ano de entrada das turmas	Número de egressos
2012.2	10
2013.2	10
2014.2	07
2015.1	08
2015.2	13
2016.2	08
total	56

As respostas foram codificadas e transferidas para um programa estatístico, para permitir a análise descritiva dos dados, bem como a melhor visualização das respostas registradas.

Os dados mensurados são consistentes e são úteis para compreender as percepções do público pesquisado sobre alguns temas importantes para o Programa de Pós-Graduação.

3 Análise dos dados coletados

As informações obtidas no primeiro eixo temático, de acordo com o questionário enviado, procuraram identificar o perfil dos egressos.

Dos 48 egressos que responderam, 54,2% são do sexo

feminino e 45,8% do sexo masculino, sendo que 34,7% encontram-se na faixa etária de 34 a 40 anos.

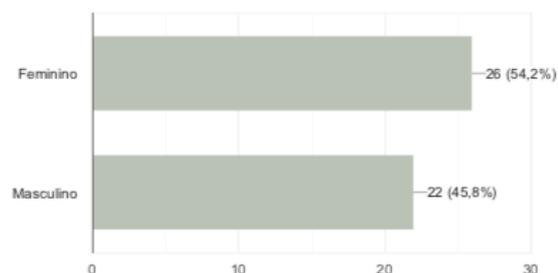


Gráfico 1. *Perfil dos egressos.*

Do universo da pesquisa, 39 (81,3%) são formados em Arquivologia e desse total, 16 (41%) são provenientes da Unirio. Apenas 5 (10,4%) não fizeram Arquivologia e outros 4 (8,3%) possuem outra graduação além de Arquivologia.

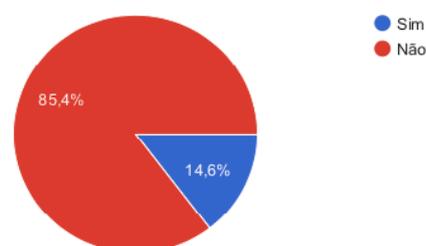


Gráfico 2. *Formação dos egressos.*

Após o término do mestrado, 7 (14,6%) já estão fazendo doutorado e 41 (85,4%) não estão, ainda, cursando, conforme gráfico 3.

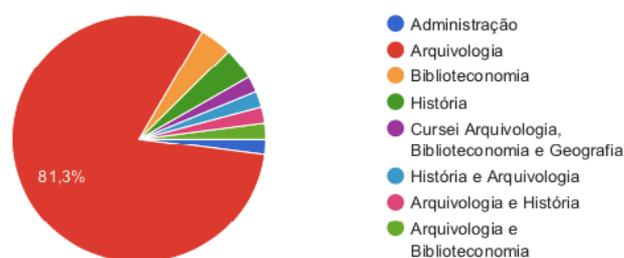


Gráfico 3. *Formação dos egressos.*

Porém do grupo que ainda não está cursando doutorado, 28 (68%) manifestaram intenção de fazê-lo. Pode-se inferir que, apesar de ser um mestrado na modalidade profissional, a maioria dos egressos pretende dar continuidade ao aprimoramento profissional.

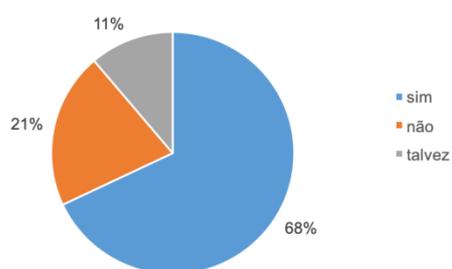


Gráfico 4. Egressos que cursam doutorado.

Do total de egressos respondentes ao questionário, 45 (93,75%) trabalham em instituições públicas, 2 em estatais e apenas 1 (um) na iniciativa privada. De onde se infere que a maioria (91,7%) tem trabalho fixo e que 97,9% atuam na área, mesmo que em trabalhos temporários. Ressalta-se que 30 (62,5%) ocupam o cargo de arquivista e 6 (12,5%) são docentes universitários.

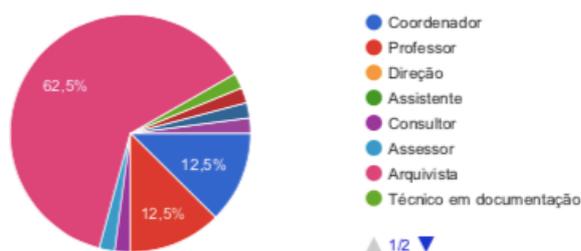


Gráfico 5. Cargo que ocupa na instituição.

Quanto às informações obtidas no eixo referente a visão do curso de mestrado e os reflexos na carreira profissional, destacam-se os seguintes aspectos: 47,9% afirmaram que a experiência de participação no curso foi extremamente importante e 43,6% muito importante, o que totaliza 91,5% de satisfação.

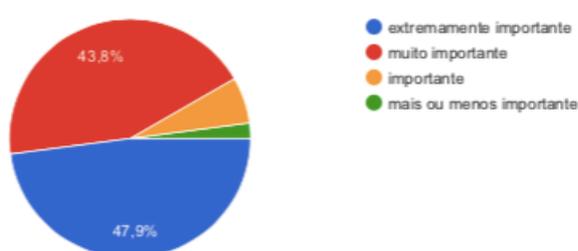


Gráfico 6. Impacto do curso na carreira profissional.

Com relação as seis consequências alcançadas na carreira, após o término do PPGARQ, que foram indicadas no questionário e das quais poderiam ser

assinadas mais de uma, tem-se como resultado:

- 31 (64,6%) alcançaram melhoria no prestígio profissional;
- 26 (54,2%) obtiveram aumento de salário;
- 24 (50%) ganharam aumento de responsabilidades.

A aplicabilidade dos conhecimentos, obtidos no curso, na sua área de trabalho foi considerada alta para 66,7% e para 25% muito alta, o que demonstra uma adequação do conteúdo das disciplinas e uma transferência da experiência da pesquisa para a área de atuação profissional uma vez que 21 (43,8%) declararam que o TCC permitiu a geração de novas metodologias e de novos procedimentos e 6 (12,5%) obtiveram com o TCC novos produtos e tecnologias.

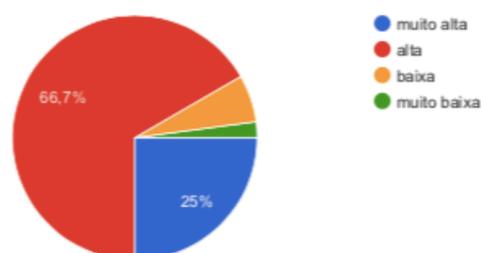


Gráfico 7. Aplicabilidade dos conhecimentos obtidos no curso.

No eixo específico sobre a avaliação do mestrado profissional propriamente, 68,8% manifestaram a possibilidade muito alta de recomendar o curso e 29,2% alta, o que indica um total de 98% dos egressos satisfeitos e, conseqüentemente, divulgadores do Programa assim como incentivadores de outros colegas a viram buscar aperfeiçoamento profissional.

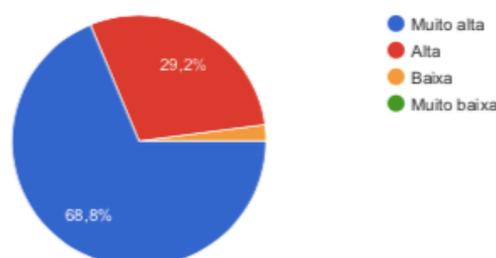


Gráfico 8. Recomendação do curso.

Quanto as três afirmativas referentes à avaliação do curso pode-se destacar que praticamente todos concordaram com as proposições apresentadas, tais como: o TCC contribuiu para o desenvolvimento de

habilidades de pesquisa; o curso propiciou a ampliação da capacitação para análises de questões mais abrangentes; e, a qualificação atendeu as demandas exigidas pelo mercado.

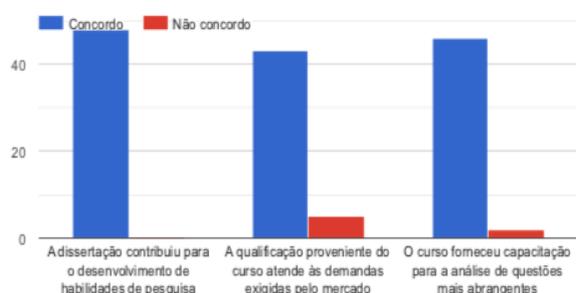


Gráfico 9. Avaliação do curso.

Com relação aos objetivos que levaram os egressos a procurarem o curso, pode-se considerar que a maior parte, ou seja, 31 (64,6%) o fez para atualização, 28 (58,3%) para ascensão profissional, 25 (52,1%) para maior dedicação da área acadêmica, e 22 (45,8%) para melhorar currículo, tendo sido atendidas as expectativas antes de fazer o curso em 91,6%.

Durante o curso, e mesmo logo após o seu término, os alunos são estimulados a produção de artigos para publicação técnica relevante em periódicos assim como também a participação em eventos científicos área. Esse aspecto foi contemplado de forma satisfatória uma vez que 15 egressos (31,3%) publicaram artigos na Revista do AGCRJ, 5 (10,4%), Qualis B2; na Revista Acervo do Arquivo Nacional, 5 (10,4%), Qualis B2, no periódico Informação Arquivística, editado pela AERJ e 4 (8,3%) na Revista Agora, Qualis B1.

A participação em eventos tem-se concentrado na Reparq, pois 24 egressos (50%) apresentaram o resultado de suas pesquisas e, também, no Enancib onde 14 deles (29,2%) tiveram seus trabalhos apresentados e publicados nos Anais. Outros dois eventos da área de Arquivologia, o Congresso do Mercosul e o Congresso Nacional contaram, respectivamente, com 22,9% e 16,7% de participação.

3.1 A visão dos egressos por meio de seus comentários

Para o aprimoramento do Programa foi essencial disponibilizar um campo para que os egressos pudessem se manifestar por meio de comentários, sugestões e críticas, além do levantamento feito por meio da coleta de dados, de forma mais objetiva, cuja análise foi apresentada na seção anterior.

Como garantia da preservação da identidade dos respondentes, foi explicitado que suas opiniões (ou visões), caso viessem a ser citadas e/ou usadas no texto

dos resultados da pesquisa, não seriam passíveis de identificação, atribuindo-se um número aleatório a partir da chegada das respostas ao questionário. Assim, o E1, E2, etc. significa que aquela opinião (ou visão) refere-se à ordem da chegada das respostas dos egressos.

Dos 48 egressos respondentes, apenas 8 (16,5%) não enviaram nenhum tipo de comentário e nem sugestões ou mesmo críticas, portanto o universo da pesquisa em relação a esse item ficará restrito aos 40 egressos que atenderam satisfatoriamente a solicitação feita ao final do questionário.

Do conjunto de egressos que se manifestaram, 23 (57,5%) enviaram importantes sugestões, as quais o Programa deverá analisar e verificar a possibilidade de acatá-las visando o seu aprimoramento:

- criação de curso de doutorado [E17 e E39];
- possibilidade de convênios para realização de pesquisas em instituições estrangeiras [E1] e cooperação com programas de pós-graduação internacionais [E5];
- ampliar a produção de trabalhos acadêmicos [E8];
- ampliar as discussões acerca das empresas privadas [E13];
- priorizar as disciplinas voltadas para a gestão de documentos, auditoria financeira, conformidade legal, melhoria de processos, marketing e, também, para a gestão dos documentos arquivísticos digitais [E1, E4, E23, E29, E37 e E47];
- melhorar a definição do que seria produto técnico-científico e do que seria uma dissertação [E21];
- promover seminários, palestras e outros eventos que contassem com a participação dos egressos [E31, E42, E46];
- possibilidade de ofertar disciplinas mais próximas dos fins de semana para que candidatos de outros regiões do país pudessem frequentar o curso que se realiza na cidade do Rio de Janeiro [E6 e E45];
- possibilitar a indicação dos orientadores desde o início do curso ou até mesmo no próprio processo de seleção [E3, E7, E34 e E35].

Com relação às críticas, 9 (22,5%) egressos apontaram alguns pontos fracos e falhos do curso, de uma maneira geral, os quais deverão ser analisados profundamente para se verificar se eles já foram sanados ao longo do percurso percorrido nesses nove anos de funcionamento do PPGARQ ou se, ainda, precisam ser superados:

- carga de leitura altíssima em algumas disciplinas com a quantidade de textos exagerados [E41];
- aprofundar o conteúdo da disciplina de Metodologia de Pesquisa a fim de ampliar a aplicabilidade na execução dos trabalhos de conclusão de curso [E5, E33 e E34];

- a não definição dos orientadores no início do curso e a falta de afinidade de docentes e orientandos [E6, E15 e E41];

- melhorar a infraestrutura da sala de aula e da secretaria do PPGARQ [E30].

O Programa, ainda, recebeu de 8 (20%) egressos comentários elogiosos que valorizam os esforços dispendidos pelos profissionais envolvidos, essencialmente pelos docentes e coordenadores do Programa, como também demonstram que os objetivos e metas pretendidos estão sendo alcançados:

- o PPGARQ foi fundamental para a percepção da função da pesquisa para o profissional de arquivo e da Arquivologia como disciplina científica [E2 e E18];

- o PPGARQ contribui muito para a formação acadêmica e profissional, foi uma experiência proveitosa e enriquecedora e o curso transformou minha carreira profissional [E3, E24 e E29];

- fui muito contemplado pelo acolhimento e aprendizado proporcionado pelo Programa [E6];

- agradeço pela oportunidade de ter cursado uma pós-graduação de qualidade [E10];

- tive a oportunidade de estudar com excelentes profissionais da área assim como acesso a uma vasta literatura da Arquivologia [E45];

- avaliaria o curso com a nota máxima [E20].

Ao se destacar alguns dos comentários, das críticas e sugestões dos egressos, pretende-se, antes de tudo, respeitar a liberdade de cada um, acatando sua opinião, percepção ou visão sobre o mestrado profissional cursado.

Acredita-se que as expectativas profissionais e pessoais revelam diversas visões e cada um dos depoimentos aponta enfoques próprios da experiência vivida durante a permanência no Programa.

4 Conclusão

O principal objetivo desta pesquisa ao acompanhar os egressos do Programa [Mestres formados das turmas

ingressantes entre 2012.2 a 2016.2], era tentar conhecer e compreender a dimensão da aplicabilidade, no ambiente profissional, dos TCC's produzidos.

Pelas respostas obtidas nos questionários foi possível aferir que 91,7% dos egressos consideraram de alta a muito alta a aplicabilidade dos conhecimentos obtidos no curso, na sua área de trabalho, assim como também 56,3% afirmaram que os TCC's contribuíram para a produção de novas metodologias, procedimentos além de produtos e tecnologias. Porém, destaca-se que pouco foi expressado nos comentários acima acerca da aplicabilidade dos TCC's.

Com relação aos demais objetivos foi possível identificar que tanto a participação dos egressos em eventos científicos como a produção técnico-científica em relação a publicação dos resultados dos TCC's têm ocorrido de forma satisfatória, mas espera-se que elas sejam incrementadas com a finalidade de ampliar a visão da área como produtora de conhecimento científico.

Referências

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA DO BRASIL. **Percepções dos egressos do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais**. Rio de Janeiro. 2015. 15p. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cursos/posgraduacao/arq/RelatorioEgressos_MP.pdf. Acesso em: 10 de novembro de 2018.

INDOLFO, A. C.; LOUSADA, M. **Percepções dos egressos do Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos**. 2018. 8f. Projeto de Pesquisa (Departamento de Arquivologia) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS. **Regulamento do curso de mestrado profissional em gestão de documentos e arquivos**. Rio de Janeiro. 2012. 13p.

Apêndice

Questionário utilizado

“Percepções” dos egressos do Programa de Pós-graduação em Gestão de documentos e Arquivos (PPGARQ)

Apresentação: O PPGARQ está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer um pouco melhor o perfil dos alunos egressos e a sua opinião sobre o funcionamento do Mestrado Profissional. Pedimos sua colaboração para participar de nossa pesquisa e garantimos o anonimato dos entrevistados, pois faremos apenas análises por grupos, nunca individuais. Portanto, o(a) Sr.(a) pode ficar a vontade para responder.

Perfil do egresso

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Sexo masculino feminino
- 3- Qual foi o curso de graduação que o(a) Sr(a) concluiu?
 - Administração
 - Arquivologia
 - Biblioteconomia
 - História
 - Outros
- 4- Em qual instituição o(a) Sr(a) concluiu a sua graduação?
- 5- O(a) Sr(a), atualmente é aluno de doutorado:
 - Sim Não
- 6- Se a resposta anterior foi SIM, em qual instituição e programa o(a) Sr(a) está cursando o doutorado?
- 7- Se não está cursando o doutorado, tem intenção em prestar no próximos anos?
 - Sim Não Talvez
- 8- Qual curso / instituição lhe atrairia?
- 9- No momento, o(a) Sr(a) está trabalhando?
 - Sim, trabalho fixo
 - Sim, trabalho temporário
 - Não
- 10- O(a) Sr(a) trabalha em instituição pública, empresa privada ou em ONG? Qual o nome da instituição?
- 11- E qual cargo o(a) Sr(a) ocupa na instituição?
 - Coordenador
 - Direção
 - Assistente
 - Consultor
 - Assessor
 - Arquivista
 - Outros
- 12- O(a) Sr(a) atua profissionalmente em uma das áreas cobertas pelo curso da pós-graduação?
 - Atua na área
 - Nunca trabalhou na área
 - Já atuou, mas não trabalha mais na área

O mestrado e a carreira do aluno

13- Do seu ponto de vista, o(a) Sr(a) diria que o curso foi em sua carreira profissional?

- extremamente importante
 muito importante
 importante
 mais ou menos importante

14- Quais consequências ocorridas após o término do curso no PPGARQ, ocorreram em sua carreira profissional:

- Aumento de responsabilidade no emprego
 Melhora do prestígio profissional junto à equipe
 Aumento de salário
 Obtenção de um novo emprego
 Promoção de cargo
 Aprovação em concurso público
 Outros

15- E com que frequência o(a) Sr(a) utiliza os conhecimentos obtidos durante o curso em suas tarefas e atividades no trabalho?

- sempre
 quase sempre
 as vezes
 raramente
 nunca

16- A aplicabilidade dos conhecimentos obtidos no curso em suas tarefas e atividades no trabalho é:

- muito alta
 alta
 baixa
 muito baixa

17- O produto-técnico/dissertação desenvolvido permitiram a geração de algum dos resultados abaixo?

- Produtos e tecnologias
 Política pública
 Nova metodologia/procedimentos
 Participação em editais de pesquisa
 Elaboração de projetos
 Outros

Avaliação do mestrado profissional do PPGARQ

18- A possibilidade de o(a) Sr(a) recomendar o curso é:

- Muito alta
 Alta
 Baixa
 Muito baixa

19- Responda as afirmações abaixo assinalando: concordo ou discordo.

A dissertação contribuiu para o desenvolvimento de habilidades de pesquisa	<input type="checkbox"/> concordo <input type="checkbox"/> discordo
--	--

A qualificação proveniente do curso atende às demandas exigidas pelo mercado	<input type="checkbox"/> concordo <input type="checkbox"/> discordo
O curso forneceu capacitação para a análise de questões mais abrangentes	<input type="checkbox"/> concordo <input type="checkbox"/> discordo

20- Ao fazer o curso o seu principal objetivo foi:

- Atualização
- Ampliar o conhecimento em outras áreas
- Mudança na área de atuação
- Melhorar o currículo
- Ascensão profissional
- Dedicção à área acadêmica
- Exigência do trabalho
- Competitividade do mercado
- Outros

21- Considerando a sua expectativa antes de entrar no curso, o(a) Sr(a) diria que o curso:

- Atendeu completamente suas expectativas
- Atendeu muito suas expectativas
- Atendeu pouco suas expectativas
- Não atendeu suas expectativas

22- Dos itens descritos abaixo, marque aqueles em que, desde a entrada no curso do PPGARQ, já realizou:

- Apresentação de trabalho em seminário internacional
- Apresentação de trabalho em seminário nacional
- Publicação de artigo em periódico
- Publicação de capítulo de livro
- Publicação de livro
- Elaboração de produtos técnicos
- Recebimento de prêmio
- Desenvolvimento de projeto cultural
- Proposição de projeto social

23- Em quais revistas e periódicos o(a) Sr(a) publicou seus trabalhos?

- Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
- Informação Arquivística
- Revista Acervo
- Revista Àgora
- Outros

24- Em quais eventos o(a) Sr(a) apresentou trabalho?

- Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia - REPARQ
- Congresso Nacional de Arquivologia - CNA
- Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB

[] Congresso de Arquivologia do Mercosul – CAM

25- Gostaríamos que você enviasse comentário, sugestão, avaliação ou crítica que pudesse contribuir para o aprimoramento do PPGARQ.

Muito obrigado pela participação!

O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES

Archival Science teaching in the perspective of the digital age: The case of the undergraduate course at UFES

Tânia Barbosa Salles Gava (1), Luciana Itida Ferrari (2) Margarete Farias de Moraes (3)

Universidade Federal do Espírito Santo, Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES, 29075-910,
 tania.gava@ufes.br (1), luciana.itida@ufes.br (2), margarete.moraes@ufes.br (3)

Resumo

Desde a década de 1990, com o advento da Internet, muitas foram as mudanças e avanços tecnológicos, refletindo diretamente em todas as áreas do conhecimento, inclusive na Arquivologia. Essas mudanças e avanços têm sido apresentados na literatura e legislação arquivística brasileira, no entanto é preocupante o fato de não estarem sendo contemplados de forma adequada nos cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar a reposta dada pelo curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo ante aos desafios do Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital. Para isso apresenta-se a nova matriz curricular do curso, implantada desde 2017-2, detalhando como o documento arquivístico digital está sendo tratado em três disciplinas obrigatórias do curso, a saber: Gestão de Documentos; Documentos Arquivísticos Eletrônicos e Repositórios Arquivísticos Digitais. Conclui-se que muitos ainda são os desafios no Ensino da Arquivologia na perspectiva da era digital para que se possam formar profissionais que estejam preparados para enfrentá-los. Caso contrário, corre-se o risco da perda do patrimônio arquivístico digital e da memória coletiva decorrentes das vulnerabilidades dos documentos arquivísticos digitais.

Palavras-chave: Graduação em Arquivologia; Matriz curricular; Era Digital; Documento Arquivístico Digital.

Abstract

Since the 1990s, with the advent of the Internet, the technological advances have been implying changes in all knowledge areas, including the Archival Science. These changes and advances have been presented in Brazilian archival literature and legislation; however, it is concerning that they are not been adequately addressed in the undergraduate courses in Archival Science in Brazil. Thus, this paper aims to present the response given by the undergraduate course in Archival Science of the Federal University of Espírito Santo for the challenges of teaching Archival Science in the perspective of the digital age. We present the new curriculum of the course, implemented since 2017-2, detailing how the digital archival document is being treated in three compulsory disciplines of the course, namely: Document Management; Electronic Archival Documents and Digital Archival Repositories. It is concluded that many challenges remain in the task of teaching Archival Science in the perspective of the digital age, so that the professionals are properly prepared to face these challenges. Otherwise, we face the risk of losing the digital archival heritage and collective memory due to the vulnerabilities of digital archival documents.

Keywords: Archival Science Undergraduate Course; Curriculum; Digital Age; Digital Archival Document.

1 Introdução

Desde a década de 1990, com o advento da Internet, várias foram as mudanças ocorridas, principalmente no tocante aos avanços tecnológicos. Isso impacta diretamente em todas as áreas do conhecimento, e na Arquivologia não é diferente. A Arquivologia tem se transformado em relação a suas teorias e práticas, mudanças de paradigmas e métodos, tanto no âmbito da Pesquisa, quanto no Ensino. Ou seja, todas as transformações ocorridas, principalmente em relação às perspectivas na era digital, precisam ser aprendidas, ressignificadas, mas também ensinadas, refletindo diretamente nos currículos dos Cursos de Arquivologia do Brasil.

Flores (2016) apresenta sua preocupação com o fato de que o avanço das pesquisas em Documentos

Arquivísticos Digitais vem sendo apresentado na literatura e na legislação brasileira, porém não está sendo contemplado de forma adequada nos cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil, deixando uma lacuna na formação do profissional Arquivista em virtude das demandas atuais da sociedade.

Neste sentido, em 2017, o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo implantou uma nova matriz curricular, visando atualizá-la em virtude das demandas atuais na área arquivística (GAVA; FERRARI; MORAES, 2017). Nesta nova matriz as disciplinas foram divididas em três grupos principais: 1) Arquivologia e Gestão da Informação; 2) História e Patrimônio; e 3) Tecnologia e Comunicação.

Embora a reforma curricular tenha ocorrido para atender às diferentes transformações ocorridas nos últimos anos em nossa sociedade, este trabalho tem como objetivo

geral apresentar a resposta dada pelo Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em relação às perspectivas da era digital; e como objetivos específicos apresentar o relato de como o documento arquivístico digital está sendo tratado em três disciplinas obrigatórias do curso.

A metodologia de pesquisa utilizada neste trabalho é de pesquisa participante, pois trata de disciplinas do curso de graduação em Arquivologia da UFES. É de abordagem qualitativa, utilizando a técnica de observação participante. Como fonte de pesquisa são citadas ainda as pesquisas bibliográfica e documental, que fornecem embasamento teórico para o conteúdo das disciplinas.

Sendo assim, a seção 2 apresenta de forma mais detalhada a trajetória do Ensino de Arquivologia na UFES; a seção 3 apresenta o ensino em Arquivologia na UFES na perspectiva da era digital, focando em três disciplinas específicas, a saber: Gestão de Documentos, Documentos Arquivísticos Eletrônicos e Repositórios Arquivísticos Digitais; a seção 4 apresenta as considerações finais deste trabalho; e por fim as referências bibliográficas utilizadas.

2 Trajetória do Ensino de Arquivologia da UFES

O Curso de Arquivologia na UFES foi criado em 1999, fruto da constatação da necessidade de profissionais arquivistas que pudessem suprir uma carência cada vez mais crescente no mercado de trabalho capixaba. A análise estava correta, visto a relação de 12 candidatos por vaga no seu primeiro processo seletivo. Em 2004, o curso recebeu finalmente seu reconhecimento pelo MEC (MALVERDES; MORAES, 2011).

O primeiro currículo do curso estabeleceu uma carga horária de 2400 horas, sendo 1530 horas de disciplinas obrigatórias (24 componentes curriculares, incluindo TCC e Estágio Obrigatório) e 870 disciplinas optativas (31 componentes). Apesar do curso já estar em pleno funcionamento, somente em 2007 foi aprovado o Projeto Político Pedagógico – PPC. Entretanto, nesse momento não houve alteração da grade curricular do curso.

Após 15 anos sem revisão, as diretrizes, a dinâmica pedagógica e os componentes do currículo estavam desatualizados. Conforme descrito detalhadamente no artigo de Gava, Ferrari e Moraes (2018), em 2015 foi iniciado um processo de elaboração de um novo PPC de forma sistematizada e que pudesse atender às demandas de docentes, discentes, egressos e do mercado de trabalho. Os docentes foram divididos em grupos de trabalho conforme as afinidades de formação e atuação, e a opinião dos discentes e egressos foi captada e organizada através de uma pesquisa. Os docentes trouxeram para as discussões dos grupos de trabalho as

demandas recebidas de suas respectivas áreas de atuação, de seus contatos com o mercado de trabalho, seja em supervisão de estágios, projetos de extensão, orientações de trabalhos que se propunham a discutir problemas reais e possíveis soluções a serem aplicadas, atuação junto às instâncias administrativas da Universidade, contatos com outros órgãos federais, parcerias com órgãos estaduais e municipais, e até mesmo visitas técnicas a outras instituições de ensino com curso de graduação em Arquivologia. Além disso, destacam-se as seguintes fontes bibliográficas, que embasaram teoricamente as discussões dos grupos de trabalho: Silva, Arreguy e Negreiros (2016) e Negreiros, Arreguy e Silva (2012), que tratam questões como os conteúdos e competências específicos e interdisciplinares abordados nos cursos de graduação em Arquivologia, e metodologias para analisar seus currículos; e o trabalho de Flores (2016) que aborda a questão de como o documento arquivístico digital pode ser trabalhado nos cursos de graduação em Arquivologia.

Sobre a pesquisa realizada em 2015 com discentes e egressos, ressalta-se que uma das hipóteses levantadas foi que “Há necessidade de atualização do currículo, especialmente no que se refere à legislação arquivística e às tecnologias da informação?” (FERRARI; GAVA; FLEGLER, 2016, p. 4). Especificamente quanto às tecnologias da informação, as respostas dos alunos indicaram que: as disciplinas de tecnologia existentes no curso foram consideradas pouco adequadas ao contexto da Arquivologia para 39% dos finalistas e egressos; 93% dos alunos consideraram ser importante ou muito importante ter disciplinas de tecnologia da informação no curso; e que os alunos gostariam de ter mais disciplinas de tecnologia no curso (40% deles votando na opção de que gostariam de muitas disciplinas obrigatórias de tecnologia).

Após 18 meses de trabalho e discussões, o novo PPC estava pronto para seguir o processo de aprovações nas instâncias competentes da instituição, o que possibilitou sua implantação no segundo semestre de 2017.

O novo PPC manteve as 2400 horas do currículo anterior. Deste total, 1740 horas eram disciplinas obrigatórias (25 componentes, incluindo TCC e Estágio Obrigatório), 420 horas de disciplinas optativas (38 componentes curriculares) e 240 horas de atividades complementares. O currículo foi estruturado em quatro grupos: 1) Arquivologia e Gestão da Informação; 2) História e Patrimônio; 3) Tecnologia e Comunicação; 4) Outras habilidades (grupo de disciplinas interdisciplinares). Esta nova estruturação teve como objetivo dar ao aluno a possibilidade de desenvolvimento de um perfil profissional já na graduação, na medida em que sua carga horária de optativas pudesse ser preenchida com componentes de seu interesse (GAVA; FERRARI; MORAES, 2018).

O novo currículo se preocupou em possibilitar um desenvolvimento gradual de habilidades e competências. Os componentes do primeiro e segundo períodos estão voltados para o desenvolvimento de competências básicas e não adentra nos postulados teóricos e metodológicos da Arquivologia, em disciplinas como Raciocínio Lógico, Filosofia, Comunicação na Sociedade da Informação, História e Memória, Introdução à Administração, entre outros.

Conforme o aluno vai avançando no curso, os componentes aumentam seu grau de dificuldade, de tal forma que nos últimos períodos são trabalhadas novas temáticas arquivísticas, na intenção de formar um profissional ou pesquisador capaz de inovar e enfrentar os desafios contemporâneos da Arquivologia.

A disciplina de Gestão de Documentos (no 2º período) é o momento em que o aluno inicia o contato com a questão dos documentos digitais e sistemas informatizados para gestão de documentos. Concomitantemente, indica-se que o aluno curse a disciplina Comunicação na Sociedade da Informação, que tem como objetivo discutir como as inovações tecnológicas estão transformando a sociedade na qual vivemos e sua interação com dados e informações, desde a criação, passando pelo armazenamento, até a disseminação, comunicação e difusão. Espera-se que o aluno discuta, nesta disciplina assuntos, como: conceitos de *hardware* e *software*, programas e sistemas informatizados; tecnologias de ponta de mídias de armazenamento; comunicação, transmissão e difusão de dados e informação etc.

No 3º período, é indicada a disciplina Documentos Arquivísticos Eletrônicos, que tem dois objetivos principais: o primeiro é contextualizar o documento arquivístico digital e quais são os modelos, sistemas e *softwares* indicados para cada momento do ciclo de vida do documento; o segundo é analisar detalhadamente os elementos que compõem o documento digital.

No 4º período, é indicada a disciplina Repositórios Arquivísticos Digitais, onde são aprofundados os conceitos relacionados à preservação do documento digital em todo o seu ciclo de vida.

As demais disciplinas do grupo “3) Tecnologia e Comunicação”, que tem foco em documentos arquivísticos digitais, são optativas e tem os seguintes objetivos:

- Em Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), a intenção é discorrer sobre os requisitos que um sistema deve ter para garantir a gestão arquivística de documentos, tendo como principal referência o e-ARQ Brasil (CONARQ, 2011).
- Na disciplina de Preservação Digital, o objetivo é aprofundar os conhecimentos e práticas

vistos nas disciplinas Documentos Arquivísticos Eletrônicos e Repositórios Arquivísticos Digitais.

- A disciplina *Softwares* para Descrição Arquivística foca na disseminação e difusão de acervos digitais. É uma disciplina bastante prática, que visa solidificar os conceitos discutidos na disciplina obrigatória Descrição de Documentos Arquivísticos.

A Figura 1 apresenta parte do encadeamento das disciplinas do grupo “Tecnologia e Comunicação” da matriz curricular. As disciplinas da 1ª coluna são disciplinas obrigatórias, e as da 2ª coluna são disciplinas optativas. As setas indicam os pré-requisitos.



Figura 1. Algumas disciplinas do grupo “3) Tecnologia e Comunicação” com seus pré-requisitos.

3 O Ensino em Arquivologia na UFES na perspectiva da era digital

Esta seção apresenta o conteúdo, o material didático utilizado e a dinâmica das três disciplinas selecionadas para este relato: Gestão de Documentos, Documentos Arquivísticos Eletrônicos e Repositórios Arquivísticos Digitais.

3.1 Disciplina Gestão de Documentos

Esta disciplina tem carga horária de 60 horas e pertence ao conjunto da oferta do 2º período do curso, tendo como pré-requisito a disciplina Fundamentos de Arquivologia. Sua ementa compreende: História, conceitos, importância e evolução da Gestão Documental; Sistema de gestão de documentos com base na norma ISO; Protocolo; Métodos de arquivamento; Tipologia documental. A disciplina pretende introduzir o aluno na dinâmica complexa da produção, uso e tratamento dos documentos e informações analógicos e digitais nas organizações.

Tendo como base os postulados teóricos e metodológicos da Gestão de Documentos Arquivísticos e da ISO 30.300, ela aborda, além da trajetória histórica e conceitual, a classificação e tipologias de documentos arquivísticos analógicos e digitais.

Entendendo que arquivistas precisam desenvolver um olhar estratégico sobre a gestão dos documentos e informações nas organizações, a disciplina apresenta também novas técnicas e metodologias, como *Enterprise Content Management* – ECM, Sistemas Corporativos, Gestão de Conhecimento, entre outros.

A disciplina pretende introduzir o aluno na produção dos documentos e informações arquivísticas analógicas e digitais, a partir do olhar das organizações e de sua crescente demanda por soluções informacionais, no contexto da Arquivologia e das Tecnologias.

Como estratégia pedagógica utiliza-se a aprendizagem ativa, onde o aluno tem contato com textos e outros materiais previamente às aulas presenciais. Utilizam-se também atividades com base nas experiências reais dos alunos, como levantamento documental de sua realidade profissional ou de estágios, para proposição de projetos de gestão de documentos arquivísticos analógicos ou digitais com vistas à resolução de problemas quanto à produção, arquivamento e acesso. Durante o semestre, o aluno é motivado a pensar a gestão de documentos de forma realística, além da preservação e da garantia do ciclo vital dos documentos e informações, como também em soluções de problemas do contexto organizacional em que está inserido.

3.2 Disciplina Documentos Arquivísticos Eletrônicos

Esta disciplina tem carga horária de 60 horas, e é dada no 3º período do curso, tendo como pré-requisito a disciplina Comunicação na Sociedade da Informação e tem como ementa: Conceitos básicos de Documentos Arquivísticos Eletrônicos. Elementos dos documentos digitais: físico, lógico e conteúdo. Metadados. Introdução às tecnologias para Arquivologia.

A disciplina Documentos Arquivísticos Eletrônicos tem dois objetivos principais. O primeiro é contextualizar (de forma ampla e superficial) o documento arquivístico digital, relacionando cada idade do seu ciclo de vida com os *softwares*, normas e padrões utilizados atualmente no Brasil e no mundo; e ainda indicar em quais disciplinas do curso estes conteúdos serão abordados de forma mais aprofundada (Apêndice A).

O segundo objetivo é estudar (de forma aprofundada) a composição do documento digital, incluindo conceitos de certificação digital e metadados. O artigo de Flores (2014) permeia a disciplina em vários momentos, fornecendo suporte teórico em ambos objetivos.

Ao iniciar a disciplina, é solicitado aos alunos que leiam o artigo de Flores (2014), destacando as partes que geram dúvidas. Cada dúvida é elucidada, e trazida para as discussões iniciais de contextualização. Após esta etapa, são selecionados alguns pontos do texto para serem discutidos de forma mais detalhada, a saber: a terminologia utilizada na área arquivística para lidar

com documentos digitais; suportes para armazenamento de dados; sistemas de informação; tecnologias de transmissão de dados; formatos de documentos digitais gerados por *softwares*; metadados. Além disso, a pedido dos alunos, foram incluídos outros temas que geraram interesse, tais como criptografia, *hash* e assinatura digital.

Até este momento, que dura cerca de dois terços da carga horária da disciplina, as avaliações sobre as teorias estudadas são feitas em forma de exercícios *online*, prova escrita presencial, e apresentação de seminários. Vale ressaltar que, para avaliar a parte de assinatura e certificação digital de forma mais dinâmica, os alunos assistem a uma série de vídeos do CertForum – Fórum de Certificação Digital [1], e apresentam seminários, discutindo os casos apresentados.

Na parte final do período, retornamos à seção “4. Documento Arquivístico Digital” do artigo de Flores (2014) para discutir o documento arquivístico digital em detalhes, decompondo-o em seus elementos principais, tais como suporte, forma, conteúdo, contexto, e relação orgânica. Conforme Figura 2, no texto de Flores (2014), o autor compara como os autores Innarelli (2009) e Rondinelli (2005) decompõem o documento arquivístico digital, bem como com os conceitos propostos no âmbito do Projeto InterPARES [2]. Na disciplina os conceitos também são comparados com Ferreira (2006), que propõe o estudo do documento digital nos níveis físico, lógico e conceitual.

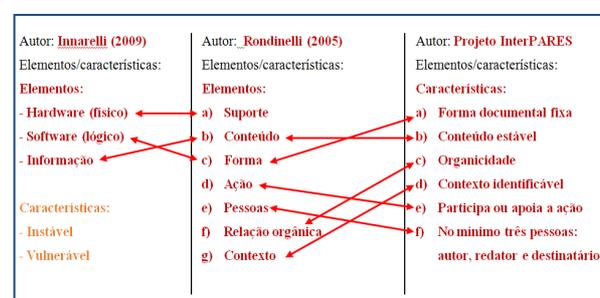


Figura 2: Correlação dos elementos e características dos documentos arquivísticos digitais conforme Innarelli, Rondinelli e Projeto InterPares.

Nesta etapa, a avaliação é feita na forma de um trabalho prático, no qual os alunos têm que escolher um objeto digital e avaliar, segundo o Projeto InterPares, se ele pode ser considerado um documento arquivístico digital, e quais seriam as estratégias de preservação recomendadas para este objeto. Para nortear a análise, são indicados como exemplos os estudos de caso realizados pelo *Team Brasil* do InterPARES [3], especialmente o que analisa as teses e dissertações digitais da UNICAMP (INTERPARES 3 PROJECT, 2012), que é apresentado em detalhes na disciplina. Ao final da disciplina, os alunos são solicitados a ler

novamente o texto de Flores (2014), a fim de realizar uma autoavaliação da evolução do seu conhecimento construído ao longo do período.

3.3 Disciplina Repositórios Arquivísticos Digitais

Esta disciplina tem carga horária de 60 horas e é dada no 4º período do curso, tendo como pré-requisito a disciplina “Documentos Arquivísticos Eletrônicos”, e tem como ementa: Conceitos Básicos de Repositórios Digitais. Repositórios Temáticos x Repositórios Institucionais. Sistemas de Repositórios Digitais Arquivísticos x Não Arquivísticos. Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos. A Figura 3 apresenta a sequência de materiais didáticos usados na disciplina:



Figura 3 – Material didático dado na disciplina

Na disciplina, primeiramente é abordado todo o conteúdo da Resolução nº 43 do CONARQ de 04 de setembro de 2015, que estabelece as diretrizes para a implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq para o arquivamento e manutenção de documentos arquivísticos digitais em suas fases corrente, intermediária e permanente, dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Após esse conteúdo, aborda-se o conceito de Preservação Digital e suas diferentes estratégias, tendo como literatura básica o livro de Miguel Ferreira (2006) “Introdução à preservação digital – Conceitos, estratégias e actuais consensos”. Em seguida aborda-se a orientação nº 03 do CONARQ de novembro de 2015, que apresenta cenários que representam algumas possibilidades de implantação de um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) integrado a um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD). Para entender sobre a presunção de autenticidade dos documentos arquivísticos digitais aborda-se a Resolução nº 37 do CONARQ de 19 de dezembro de 2012. Por fim é apresentada a Política de Preservação digital do Programa Permanente de Preservação e Acesso a Documentos Arquivísticos Digitais – AN Digital, do

Arquivo Nacional, que tem como objetivo dotar o Arquivo Nacional da infraestrutura organizacional e tecnológica capazes de preservar e dar acesso aos documentos digitais por ele recolhidos.

A disciplina Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq é dada em duas partes principais: a primeira parte da disciplina é teórica, onde são apresentados aos alunos os materiais didáticos apresentados na Figura 3 e no Apêndice B. Além das aulas expositivas dialogadas, nesta parte da disciplina utiliza-se uma ferramenta metacognitiva chamada “mapas conceituais”. Os Mapas conceituais foram desenvolvidos por Joseph Novak (NOVAK, 1977) com o intuito de organizar e representar o conhecimento. Eles são usados como uma linguagem para descrição e comunicação de conceitos, uma vez que representam graficamente os conceitos e seus relacionamentos, nas mais diversas áreas do conhecimento, mas principalmente na Educação. Pesquisas vêm apontando, ao longo dos anos, a dificuldade dos alunos em todos os níveis de escolaridade, inclusive no Ensino Superior, com relação à leitura e interpretação de texto (CRISTÓVÃO, GAVA, 2011). Diante desse problema, visando apoiar a leitura e compreensão de textos científicos, é que adotamos esta ferramenta para apoiar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Para isso, são apresentados aos alunos cinco (5) artigos científicos para que eles desenvolvam um mapa conceitual sobre cada um deles. Para cada artigo são selecionados os conceitos principais que os alunos precisam compreender. No Apêndice B apresentam-se os artigos selecionados e os conceitos obrigatórios que devem constar nos mapas conceituais dos alunos.

O Apêndice C apresenta o mapa referência desenvolvido para o Artigo 4 (SANTOS; FLORES, 2015b). O mapa referência é o mapa desenvolvido pelo professor da disciplina que serve de exemplo de como se espera que os conceitos estejam relacionados no mapa conceitual dos alunos, de acordo com o artigo científico relacionado. Para finalizar a parte teórica da disciplina, os alunos fazem uma prova com questões objetivas e associativas.

A segunda parte da disciplina diz respeito a um trabalho prático realizado em grupo. Cada grupo deve montar um pacote com cinco (5) objetos digitais para serem inseridos no *software* Archivematica (INSTITUTO, 2015), que é um *software* de preservação digital de código aberto adotado pelo Arquivo Nacional, e de ampla utilização ao redor do mundo. Os alunos precisam criar os pacotes SIP, AIP e DIP (que são, respectivamente, os pacotes de admissão, arquivamento e disseminação preconizados pelo Modelo de Referência OAIS (CCSDS, 2012)) por meio do *software* Archivematica. Além disso, o trabalho também solicita que cada grupo faça a interoperabilidade do Archivematica com o AtoM (plataforma de acesso

usada para a visualização dos objetos digitais preservados no Archivemática). Os *softwares* Archivemática e AtoM utilizados para a realização dos trabalhos dos alunos estão instalados na remasterização .ISO disponibilizada no Blog do Grupo *CNPq-UFF Ged/A - Documentos Digitais: Gestão, Preservação, Acesso e Transparência Ativa* [4], liderado pelo Prof. Daniel Flores. Os objetos digitais que devem fazer parte dos pacotes devem ser de formatos aceitos pela Política de Preservação do Programa AN Digital (Arquivo Nacional, 2016). Após o uso dos *softwares* cada grupo deve preencher um relatório sobre o desenvolvimento do trabalho.

4 Conclusão

A nova matriz curricular do curso de Arquivologia da UFES, implantada em 2017/2, atendeu muitas demandas do mercado de trabalho, dos egressos, dos discentes e dos docentes da instituição, mas de forma especial, trouxe direcionamentos para estudar o documento arquivístico na era digital. A popularização de tecnologias digitais implica na transição de metodologias, técnicas, procedimentos e regulamentações necessárias para lidar adequadamente com os documentos arquivísticos, e estas mudanças precisam ser abordadas nos cursos de Arquivologia, para formar profissionais que se sintam seguros para agir diante dessa nova realidade.

As disciplinas selecionadas para apresentação do relato apresentado neste artigo são obrigatórias, sendo que a Disciplina Gestão de Documentos já existia no currículo antigo, mas teve muitas atualizações na ementa; e as disciplinas Documentos Arquivísticos Eletrônicos e Repositórios Arquivísticos Digitais são disciplinas novas que têm como foco o documento arquivístico digital. Sendo assim, em nosso entendimento, o conteúdo previsto para estas disciplinas já habilita minimamente o egresso para lidar com o documento arquivístico digital.

Adicionalmente, como o curso foi estruturado em grupos de disciplinas, o aluno que se interessar por cursar as disciplinas optativas do grupo “3) Tecnologia e Comunicação” terá embasamento teórico e treinamento prático adicionais para tratar adequadamente das questões relativas à era digital e como elas impactam a Arquivologia.

Apesar de listar os materiais didáticos apresentados atualmente nas disciplinas, é importante salientar que a bibliografia utilizada é constantemente atualizada, incorporando novas fontes de pesquisa. Além disso, em relação ao processo de ensino e aprendizagem, buscamos trazer metodologias que aliam a teoria à prática, visando o melhor desempenho acadêmico do aluno, e que ele seja protagonista da construção do seu próprio conhecimento.

Referências

Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **AN Digital - Política de Preservação Digital**. Versão 2. Rio de Janeiro. Dezembro de 2016.

CCSDS – Consultative Committee for Space Data Systems. **Reference Model for an Open archive Information System (OAIS)**. Washington: CCSDS Secretariat, June 2012. Disponível em: <http://public.ccsds.org/publications/archive/650x0m2.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

CONARQ. Câmara Técnica de documentos eletrônicos. **e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais**. Rio de Janeiro, 2012.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/diretriz_es_rdc_arq.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. **Cenários de uso de RDC-Arq em conjunto com o SIGAD**. Rio de Janeiro, 2015.

CRISTÓVÃO, H. M.; GAVA, T. B. S. Aplicação de Mapas conceituais na educação. In: NOBRE, I. A. M. et al (Org.). **Informática na Educação: um caminho de possibilidades e desafios**. Serra: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, 2011. p. 103-126.

FERRARI, L; GAVA, T. B. S.; FLEGLER, K. M. do R. **Reforma Curricular do curso de Arquivologia da UFES: visão dos discentes**. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn, João Pessoa, v. 4, n. especial, p. 892-911, out. 2016.

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006. 85 p.

FLORES, D.; HEDLUND, D.A. **Preservação do Patrimônio Documental Através da Produção de Instrumentos de Pesquisa Arquivísticos e da Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais**. Série Patrimônio Cultural e Extensão Universitária, IPAHN, p. 33. 2014.

FLORES, Daniel. Desafios contemporâneos dos currículos de Arquivologia: a questão dos documentos arquivísticos digitais e suas relações interdisciplinares da arquivologia. In: NEVES, D.A.B.; ROCHA, M.M.; SILVA, P.. (Org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. Ied. João Pessoa: UFPB, 2016, v. 1, p. 91-118.

FLORES, Daniel; ROCCO, Brenda Couto de Brito; SANTOS, Henrique Machado dos. **Cadeia de custódia para documentos arquivísticos digitais**. Acervo, v. 29, n. 2, p. 117-132, 2016.

FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos; RODRIGUES, Sérgio R. da S. O uso das tecnologias na construção da

Memória Institucional. 2014. In: Memorial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (Org.). **Anais do III Simpósio Capixaba de Memória Institucional - O uso das tecnologias na construção da Memória Institucional**. Dossi Editora. Vitória – ES: MP-ES, 2014. Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/b55c7ad9-8880-4244-9cfa-d51179467317.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019. p. 11-44.

GAVA, T.B.S.; FERRARI, L.I. MORAES, M. F.; Reforma curricular do curso de Arquivologia da UFES: Relato de experiência In: **Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos**. 1ª ed. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018, v.1, p. 1-728.

INNARELLI, H. C. Preservação digital e seus dez mandamentos. In: SANTOS, Vanderlei Batista (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos, classificação, preservação digital, gestão do conhecimento**. Distrito Federal: Senac, 3. ed. 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. **Guia do usuário – Archivematica**. 2015. Disponível em: http://wiki.ibict.br/index.php/Guia_do_Usu%C3%A1rio_-_Archivematica. Acesso em: 26 jun. 2019.

INTERPARES 3 PROJECT. **Estudo de Caso BR04 – Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Teses e dissertações digitais**: Relatório final. The InterPARES 3 Project, TEAM Brazil, 2012. Disponível em http://interpares.org/ip3/display_file.cfm?doc=ip3_brazil_cs04_relatorio_final.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

MORAES, M. F.; MALVERDES, A. O curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo In: **A Formação e a pesquisa em Arquivologia na universidades públicas brasileiras**. 1 ed. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 1-45.

NEGREIROS, L. R.; ARREGUY, C. A. C.; SILVA, W. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2012.

NOVAK, Joseph Donald. **A Theory of education**. Ithaca, N.Y., Cornell. University Press, 1977.

ROCHA, C. L. **Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais**. Acervo - Revista do Arquivo Nacional, v. 28, n. 2, p. 180-191, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40764>. Acesso em: 26 jun. 2019.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

RUESTA, Carlota B. **Série ISO 30300: Sistema de gestão para documentos de arquivo**. LISBOA: BAD, 2012. Disponível em: http://www.bad.pt/publicacoes/Serie_ISO_30300.pdf Acesso em: 26 jun. 2019.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. **As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de**

preservação digital. Biblios: Revista de Bibliotecología y Ciencias de la Información (Lima) 59: 45-54., 2015a. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/215>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. _____. **Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo**. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 198-218, jun. 2015b. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2341>. Acesso em: 26 jun. 2019.

_____. _____. **Reflexões sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais: estratégias e repositórios**. Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, v. 28, p. 9-24, 2016.

SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C.; NEGREIROS, L. R. Harmonização curricular: análise das configurações acadêmico-institucionais e do perfil docente dos cursos de arquivologia no Brasil. In: NEVES, D.A.B.; ROCHA, M.M.; SILVA, P.. (Org.). **Cartografia da pesquisa e ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. 1ed. João Pessoa: UFPB, 2016, v. 1, p. 91-118.

Notas

[1] O CertForum <http://certforum.iti.gov.br> é um evento sobre certificação digital, que ocorre anualmente no Brasil. As palestras são gravadas e disponibilizadas no YouTube <http://www.youtube.com/ITIdigital>.

[2] O Projeto InterPARES (The International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems) é um projeto multinacional e interdisciplinar que estuda o documento arquivístico digital. A documentação produzida pelo Projeto InterPARES nas fases de 1 a 3 se encontra disponível em <http://www.interpares.org>, e na fase atual se encontra disponível em <https://interparestrust.org/>.

[3] O Team Brasil é a equipe brasileira que participou da fase 3 do Projeto InterPARES. Eles realizaram uma série de estudos de caso para aplicar os conhecimentos estabelecidos nas fases 1 e 2 do projeto. Os estudos de caso estão disponíveis em: http://www.interpares.org/ip3/ip3_case_studies.cfm?team=4.

[4] O Blog do Grupo CNPq-UFF Ged/A - Documentos Digitais: Gestão, Preservação, Acesso e Transparência Ativa (<http://documentosarquivisticosdigitais.blogspot.com>) disponibiliza para *download* várias versões de remasterização .ISO contendo o Archivematica e o AtoM, que permite executar os *softwares* mesmo em computadores que não possuam o Linux instalado.

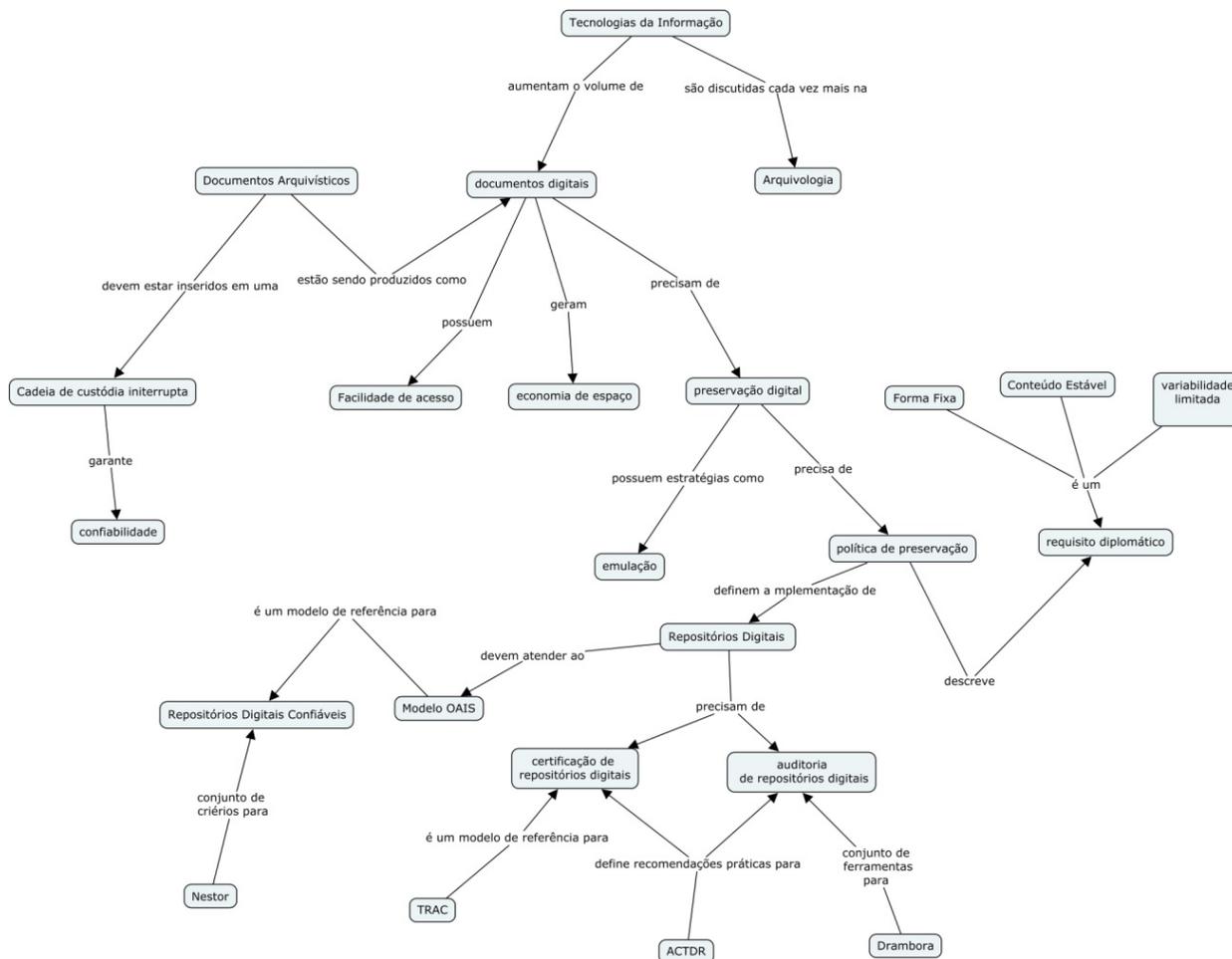
Apêndice A – Relação entre idade, ciclo de vida, tecnologias, normas e disciplinas correlatas.

	Arquivo Corrente e Intermediário	Arquivo Permanente	Acesso/ Divulgação e Descrição
Softwares	GED, SIGAD	Archivematica	Ica-AtoM
Normas e padrões	e-Arq Brasil	RDC-Arq, OAIS, METS, PREMIS	ISAD(G), ISDF, ISAAR(CPF), ISADIAH, NOBRADE
Disciplinas	Documentos Arquivísticos Eletrônicos (obrigatória), Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD)	Documentos Arquivísticos Eletrônicos (obrigatória), Repositórios Arquivísticos Digitais (obrigatória) e Preservação Digital	Documentos Arquivísticos Eletrônicos (obrigatória) e Softwares para Descrição Arquivística

Apêndice B – Relação dos artigos e conceitos obrigatórios para o desenvolvimento dos mapas conceituais

<i>Nº</i>	<i>Artigo</i>	<i>Conceitos obrigatórios</i>
1	As vulnerabilidades dos documentos digitais: Obsolescência tecnológica e ausência de políticas e práticas de preservação digital (SANTOS; FLORES, 2015a)	Organizações públicas e privadas, documentos, cidadãos, documentos digitais, documentos em suporte tradicional (papel), informações, tecnologias da Informação, preservação digital, <i>hardware</i> , <i>software</i> , suporte, políticas de preservação digital, acesso a longo prazo, obsolescência tecnológica, política organizacional, estratégias de preservação digital, migração, preservação de tecnologia, emulação, encapsulamento, refrescamento.
2	Repositórios para a preservação de documentos arquivísticos digitais (ROCHA,2015).	Autoridades Arquivísticas, Acesso à informação, Documentos Arquivísticos Digitais, Gestão de documentos, Preservação digital, Modelo OAIS, Repositórios digitais confiáveis, Modelo conceitual, Modelo funcional, Modelo de informação, TRAC, Pacotes de informação, Pacotes SIP, Pacotes AIP, Pacotes DIP,Infraestrutura organizacional, gerenciamento dos documentos digitais, Aspectos tecnológicos.
3	Cadeia de custódia para documentos arquivísticos (FLORES; ROCCO; SANTOS, 2016)	Documento digital, Degradação de suporte, Obsolescência tecnológica, Documento arquivístico digital, Gestão arquivística, Ciclo de vida documental, Cadeia de custódia documental, e-Arq Brasil, RDC-Arq, Preservação digital, Descrição multinível, autenticidade, organicidade, Arquivo Corrente, Arquivo Intermediário, Arquivo Permanente, AtoM, SIGAD.
4	Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo (SANTOS; FLORES, 2015b)	Documento digital, Tecnologias da Informação, Arquivologia, Documentos Arquivísticos, Preservação digital, Políticas de preservação, Cadeia de custódia ininterrupta, confiabilidade, requisito diplomático, variabilidade limitada, forma fixa, conteúdo estável, Repositório Digital, Repositórios Digitais Confiáveis, auditoria de repositórios digitais, certificação de repositórios digitais, Modelo OAIS, Nestor, Drambora, TRAC, ACTDR.
5	Reflexões sobre a preservação de documentos arquivísticos digitais: estratégias e repositórios (SANTOS; FLORES, 2016).	Conceitos devem ser definidos pelo próprio aluno. Mínimo de 20 conceitos.

Apêndice C – Mapa conceitual referência do artigo 4 (SANTOS; FLORES, 2015b)



Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado

Teaching, Research and Extension in Archival Science degree: report on integrated project experience

Marcia Cristina de Carvalho Pazin-Vitoriano

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Av. Higino Muzzi Filho, 737 – Sala 15 – CEP: 17.525-900 – Marília/SP, marcia.pazin@unesp.br

Resumo

Apresenta um relato de experiência de integração de atividades de ensino, pesquisa e extensão, num projeto voltado ao desenvolvimento de ações para implantação de um arquivo municipal em Marília, município localizado no interior de São Paulo. Partindo do referencial teórico da Arquivologia nos temas Políticas Arquivísticas e Arquivos Municipais e considerando a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, preconizada pela educação superior no Brasil, o artigo apresenta objetivos, metodologia e resultados obtidos durante o desenvolvimento do referido projeto. A análise dos resultados demonstra que a articulação entre os três elementos potencializa a construção do conhecimento nos alunos envolvidos no processo e amplia a capacidade de atuação da universidade na formulação de políticas públicas de arquivo nas comunidades em que se insere.

Palavras-chave: arquivo municipal; políticas arquivísticas, atuação profissional; ensino; pesquisa; extensão

Abstract

It presents an experience report of integrating teaching, research and extension activities, in a project that aims to develop actions for the implementation of a municipal archive in Marília, municipality located in the interior of São Paulo. Starting from the theoretical reference of Archival Science on Archival Policies and Municipal Archives themes, and considering the tripod teaching, research and extension, advocated by higher education in Brazil, the article presents objectives, methodological procedures and results obtained during the development of the project. The analysis of results shows that the articulation between the three elements enhances the construction of the knowledge for the students involved in the process and expands the capacity of university action in the formulation of public policies of archives in the communities in which it is inserted.

Keywords: municipal archive; archival policies; professional performance; Teaching, Research, Extension.

1 Introdução

O ensino universitário brasileiro está baseado no princípio da indissociabilidade do tripé Ensino, Pesquisa e Extensão, conforme é definido pela Constituição Federal, em seu artigo 207 (BRASIL, 1988). Segundo o Estatuto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, essa é uma de suas diretrizes e integra os objetivos da universidade.

Art. 2º A Unesp rege-se pelos princípios de liberdade de pensamento e de expressão de desenvolvimento crítico e reflexivo, com o objetivo permanente de criação e de transmissão do saber e da cultura, devendo: I - criar, preservar, organizar e transmitir o saber e a cultura por meio do ensino, da pesquisa e da extensão II - oferecer ensino público, gratuito e de qualidade, sem discriminação de qualquer natureza; III - formar cidadãos capacitados para o exercício da investigação e das diferentes profissões; IV - privilegiar e estimular a atividade intelectual e a reflexão continuada sobre a sociedade brasileira, defendendo e promovendo a cidadania, os direitos humanos e a justiça social; V - promover atividades de extensão e de articulação com a comunidade. (...) (UNESP, 1989, p.01)

Considerando essa grande diretriz, entende-se que a atuação da universidade deve contemplar a articulação dos três elementos de maneira equilibrada, de modo a garantir a formação profissional, o desenvolvimento da pesquisa científica e o fornecimento à sociedade de uma parcela do saber construído no ambiente universitário, configurando-se um claro papel social.

Considerando também a importância da universidade como apoio teórico-metodológico no contexto do estabelecimento de políticas públicas ligadas às mais diversas áreas do conhecimento, projetos acadêmicos que integrem as três áreas podem ser instrumentos benéficos para o desenvolvimento da sociedade como um todo.

Ocorre que, muitas vezes, a prevalência do ensino e da pesquisa sobre o tema da extensão tem distanciado a universidade da sociedade, reduzindo a integração e o benefício social que poderia estar ligado ao processo ensino-aprendizagem.

Compreendendo a relevância do tema, este artigo tem como objetivo apresentar um relato de experiência sobre

a articulação entre os elementos ensino, pesquisa e extensão no curso de Arquivologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp – Campus Marília, a partir do desenvolvimento de um projeto de extensão universitária voltado à criação e implementação de políticas públicas arquivísticas. Como objetivos específicos, pretendemos realizar uma análise sobre os benefícios trazidos pela presença da extensão universitária em projetos no ambiente de formação profissional arquivística. Além disso, identificar possibilidades de atuação de docentes e alunos dos mais diversos cursos de Arquivologia junto às comunidades locais, visando ao desenvolvimento de ferramentas de apoio à criação e implementação de instrumentos de gestão documental.

A partir do conceito de extensão universitária, como braço articulador de ações junto à sociedade, incorporado pela comunidade acadêmica, a proposta de desenvolvimento de um projeto de extensão universitária junto à Prefeitura Municipal de Marília ensejou a possibilidade de aliar atividades específicas de extensão aos temas das disciplinas ministradas durante a turmas do curso de Arquivologia e a desenvolver paralelamente projetos de pesquisa destinados à elaboração de artigos científicos, de trabalhos de conclusão de curso (TCC) de graduação e de dissertações de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp.

Como resultados, o artigo apresenta uma análise do projeto e de sua contribuição para a política arquivística municipal, considerando as necessidades para implantação de um Arquivo para o município e identifica possíveis linhas de atuação junto à comunidade universitária e à comunidade local.

2 Referencial Teórico

Presente na formulação dos objetivos da Unesp, a concepção de Extensão Universitária é apresentada no seu Estatuto Geral (UNESP, 2012).

Art. 1º A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.
§ 1º Dentro desta concepção considera-se que a extensão universitária:

I - representa um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;

II - constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III - é um meio de formar profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

IV - é uma produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente

transformadoras entre universidade e sociedade; V - favorece a renovação e a ampliação do conceito de “sala de aula”, que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade.

Alguns elementos apresentados direcionam a definição dos projetos e programas, em especial o projeto aqui analisado. A ‘relação escola-professor-aluno-sociedade’ definida não se estabelece em uma única via. Embora a atuação parta da universidade, espera-se que ao chegar à sociedade, cada ação retorne como novo conhecimento produzido e ensejem novas inquietações. A ideia de inter-relação e de modificação mútua apresentada inicialmente demonstra que a atuação da extensão universitária deve estar ligada a um ambiente social específico, no qual possa atuar diretamente, mas que também receba influência da comunidade em que se insere. Delineia-se então, o conceito de universo de atuação que, estando fora da Universidade, pode estar ligado a ela por meio da convivência e da troca de experiências.

Um segundo elemento é representado pela formação de ‘profissionais-cidadãos’, capazes de atuar na sociedade. Trata-se, portanto de inserir os alunos a uma vivência profissional efetiva neste ambiente previamente definido.

O terceiro elemento envolve a produção de novos conhecimentos por meio da extensão e está associado ao quarto elemento, que é a renovação dos métodos de ensino-aprendizagem, representado aqui pela expressão ‘sala-de-aula’. Mudar o conceito de ‘sala-de-aula’ representa modificar a estrutura de ensino convencional.

Estes quatro elementos, ambiente (comunidade externa), formação profissional (atuação efetiva com base no ensino), criação de conhecimento (pesquisa) e métodos de ensino-aprendizagem são determinantes para identificar as formas de atuação possíveis de cada curso no ambiente extensionista.

No curso de Arquivologia, duas vertentes se sobressaem: a prestação de serviços em organização de documentos e informações e a assessoria para o desenvolvimento de políticas arquivísticas.

Considerando as especificidades do município de Marília, as muitas necessidades identificadas por docentes e alunos ao longo dos mais de dez anos de existência do curso demonstraram que seria muito importante atuar no apoio à criação de uma política arquivística para implantação efetiva da gestão de documentos no município.

Definiam-se assim as primeiras diretrizes para a elaboração de um projeto de extensão. O ambiente seria a Prefeitura Municipal de Marília e, mais

especificamente os Arquivos e depósitos de documentos existentes.

O elemento formação profissional assentou-se na definição do tipo de projeto a ser realizado: um projeto de implantação de instrumentos de gestão de documentos, dentro do conceito geral de políticas arquivísticas.

O elemento criação de conhecimento partiu das primeiras questões que se colocaram a partir da definição dos elementos anteriores. Quais problemas existem no município? Quais elementos dentre os conteúdos ensinados no curso poderiam ser aplicados? As respostas a estas questões foram determinantes para definir a atuação de pesquisa durante o desenvolvimento do projeto.

E, por fim, os métodos de ensino-aprendizagem devem determinar as estratégias metodológicas de atuação de docentes e alunos ao longo do projeto.

Considerando estes elementos, dois grandes eixos teóricos iniciais foram delimitados: políticas públicas arquivísticas e arquivos municipais. Estes dois eixos determinaram tanto a elaboração do projeto quanto a definição de estratégias de ação e linhas de pesquisa, conforme apresentado na seção de resultados.

2.1 Políticas públicas arquivísticas

O conceito de política pública está intrinsecamente ligado à atuação dos governos para planejar e dirigir ações de gestão nas diversas atribuições governamentais, voltadas à vida em sociedade.

Para Vasquez (2005, p.5), o termo política, aqui considerada como política pública, representa um “conjunto de metas e objetivos que tendem a elevar a qualidade de vida de uma comunidade, mediante utilização dos recursos existentes ou a serem criados, e que se traduzem em diretivas e, em seguida, em legislação”. Em outra definição,

Políticas Públicas podem ser entendidas como o conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, por meio dos quais são traçadas as diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado, sobretudo na implementação dos objetivos e direitos fundamentais dispostos na Constituição (SOUSA, 2006, p.3)

Ao analisar o conceito de políticas públicas, Sousa (2006, p.04) chega a cinco constatações. A primeira delas é que “Política não é sinônimo apenas de leis e Pública não pode ser traduzida somente por governo”. Isto significa que não basta elaborar a legislação necessária para que, automaticamente, a política esteja implantada, é necessário também que outras ações, administrativas e técnicas, sejam colocadas em prática, para garantir o sucesso de sua implementação. Além

disso, políticas públicas não podem ser consideradas apenas como ação única e exclusiva da gestão pública. A sociedade civil é responsável por uma parcela importante da criação e manutenção de políticas públicas, com a cobrança de ações para efetivação das propostas governamentais. E também, pode ser responsável por fomentar estas políticas mediante ações de organizações da sociedade civil.

A segunda constatação refere-se à possibilidade real da existência de políticas públicas de arquivo, uma vez que a informação contida nos documentos de Arquivo são insumo estratégico para o desenvolvimento social em vários âmbitos. Uma outra constatação é a necessidade de articulação entre os interesses governamentais e os interesses da sociedade, de modo a conectar governo e público-alvo e garantir a participação ativa da sociedade junto aos agentes públicos, responsáveis pela criação de políticas (SOUSA, 2006).

A quarta constatação é que a criação e execução de políticas públicas envolvem sempre a necessidade de informação, o que demonstra a importância das políticas públicas de arquivo, que garantam o fornecimento de informações para a elaboração e realização de políticas de outras áreas. E, por fim, a constatação da coexistência de duas dimensões das políticas públicas: a dimensão política, propriamente dita, e uma dimensão técnico-científica (SOUSA, 2006).

Estas constatações devem ser fortemente consideradas em todos os processos de discussão e formulação de políticas arquivísticas. No caso do projeto em questão, elas foram fundamentais para identificar os aspectos que deveriam ser levados em conta para o desenvolvimento das ações pretendidas.

O Conarq (2011, p. 19) caracteriza uma política de gestão arquivística como “uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será realizada a gestão arquivística no órgão ou entidade”.

Como diretriz geral, a política arquivística deve:

- Incluir as linhas gerais do programa de gestão;
- Indicar normas e procedimentos necessários;
- Ser comunicada e implementada em todos os níveis dos órgãos e entidades;
- Estar articulada às demais políticas informacionais existentes no órgão ou entidade (CONARQ, 2011).

Para Manuel Vasquez (2005, p.6) a política arquivística:

É aquela política que formula objetivos e propõe meios apropriados para servir aos direitos e necessidades da sociedade em seu conjunto; das instituições produtoras / receptoras de documentos; dos interesses individuais ou institucionais e, por último, dos investigadores retrospectivos.

Assim como Sousa (2006), o autor também entende que a política arquivística não deve ser considerada como uma política de natureza exclusivamente governamental. Deve estar presente nas instituições públicas ou privadas. E deve, também, ser capaz de adaptar-se às necessidades e aos recursos existentes na instância à qual atenderá.

Esta não é uma tarefa fácil para a realidade brasileira, como salienta Jardim (2013, p.36)

Embora, no caso brasileiro, seja muito presente nos discursos produzidos por gestores de algumas instituições, as políticas arquivísticas ainda não se traduzem em reflexões teóricas mais estruturadas, inclusive na literatura internacional. As declarações de políticas arquivísticas emitidas por serviços e instituições apontam para diferentes formas de visualizar os processos, ações e sujeitos da gestão arquivística. Não raro um dispositivo legal, projeto ou programa são caracterizados como uma política arquivística. No entanto, o fato de se tomar uma decisão política de implementar um projeto de gestão de documentos não confere a esse projeto a condição de uma política arquivística.

O conceito de política arquivística envolve, portanto, a aplicação de diretrizes técnicas e legais ao tratamento dos arquivos, considerando as múltiplas dimensões de atendimento às necessidades da população atingida por elas.

No âmbito dos municípios, uma política arquivística deve estar relacionada prioritariamente à criação e implantação de diretrizes de gestão de documentos, de preservação da memória regional e à criação de um ambiente propício ao fomento de uma certa cultura arquivística na sociedade. Um dos elementos representativos deste processo é a criação do arquivo municipal.

2.2 Arquivos Municipais

A implementação de arquivos pela administração pública municipal é uma obrigação legal dos municípios desde que a Lei de Arquivos brasileira definiu os documentos de arquivo “como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991, art. 1º) e determinou que “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”, de acordo com a instância da administração” (BRASIL, 1991, art. 17)

Fica clara a dupla importância dos arquivos nas diversas instâncias da administração pública. Se por um lado, os documentos são instrumentos de apoio à administração e, portanto, sua finalidade de prova documental das ações do gestor público é salientada, por outro lado o elemento cultural e de participação no desenvolvimento científico nacional também são colocados em evidência.

Nas décadas seguintes à promulgação da Lei de Arquivos, o aspecto da garantia do direito à informação foi fortalecido por novas leis, que demonstraram a necessidade de os municípios brasileiros implantarem mecanismos eficientes de gestão de documentos de arquivo, como instrumentos de controle da administração municipal e como mecanismo de acesso à informação pública por parte dos cidadãos, objetos da Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e da Lei de Acesso à informação (BRASIL, 2011).

Gradativamente, os municípios têm tentado criar estruturas administrativas para manutenção e acesso aos documentos e informações públicos, por motivos de gestão ou por solicitação dos cidadãos. Porém, na maior parte das vezes, falta a compreensão de que somente será possível garantir plenamente o atendimento à legislação a partir da existência de um Arquivo Municipal, onde a documentação produzida e/ou acumulada pela administração possa ser arquivada e tratada adequadamente, garantindo a preservação de direitos ao longo do tempo e, também, a preservação da memória da atuação do município.

Cabe salientar que é no município que se desenvolve a cultura regional e onde se fortalecem laços sociais e culturais. É também no município que são atendidas as demandas essenciais da sociedade, dos serviços públicos à saúde e educação básicas, entre outros. Ao mesmo tempo, como parte da gestão pública, os municípios produzem documentos de grande interesse para a história local, assim como para a garantia dos direitos da população.

O arquivo municipal é a instituição responsável pelo tratamento dos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e, em alguns casos, do legislativo, no âmbito da administração municipal direta e indireta (MACHADO; CAMARGO, 2000).

Porém, dentre os 5.570 municípios existentes no Brasil, apenas uma pequena parcela possui arquivo municipal instalado e cumprindo suas atribuições. Considerando os aspectos abordados, torna-se evidente a importância da atuação dos cursos de Arquivologia no fornecimento de assessoria teórico-metodológica para subsidiar ações do poder público municipal para cumprimento desta finalidade. É nesse contexto que o projeto ora analisado teve início.

3 Desenvolvimento do Projeto

O projeto de extensão “Desenvolvimento de políticas arquivísticas – diretrizes para os instrumentos de gestão de documentos no município de Marília/SP” teve início em 2015, a partir de uma demanda antiga do corpo docente do Curso de Arquivologia da Unesp Marília: realizar ações junto ao poder público municipal visando

incentivar e subsidiar tecnicamente a implantação do Arquivo Público Municipal da cidade.

Diversas tratativas já vinham sendo realizadas desde a metade dos anos 2000 com este objetivo, mas a cada momento, questões burocráticas ou relativas ao contexto político-administrativo do município impediam o andamento do processo. Passados vários anos, uma nova iniciativa tomava forma.

3.1 O contexto arquivístico do município de Marília

Marília é um município do interior do estado de São Paulo. Localizada no Oeste Paulista, conta atualmente com cerca de 235 mil habitantes, constituindo-se como município de médio porte.

Embora a Lei Municipal nº 6.720, de 13 de março de 2008, tenha criado o Arquivo Público Municipal, com as funções de gestão de documentos e de preservação do patrimônio documental do município (MARÍLIA, 2008), até o ano de 2017 não havia profissionais habilitados para estas atividades no corpo funcional da prefeitura municipal, nem haviam sido realizadas ações efetivas para realização desses objetivos, como a instalação da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADA).

O chamado Arquivo Municipal corresponde, ainda hoje, a uma Divisão da Secretaria Municipal de Administração com a finalidade de gerenciar o arquivamento de documentos relativos ao trâmite de processos da prefeitura, especialmente das solicitações de municípios, processos de obras e parte dos processos administrativos. Não possui relação com as demais Secretarias Municipais e também não tem responsabilidade pela preservação dos documentos produzidos no âmbito administrativo de cada secretaria, que não tenham tramitado especificamente como processos ou expedientes internos.

Somente em 2018, a partir da criação da função de arquivista, foi realizado o primeiro concurso para provimento do cargo, em que foram contratadas as três primeiras arquivistas do município e implantada a CADA, ainda com composição limitada aos servidores da Divisão de Arquivo.

Ao longo deste período, a gestão de documentos e o acesso à informação tornaram-se questões relevantes para a prefeitura municipal com a promulgação de duas leis federais, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), que consolidaram a necessidade de implementar legislação própria no município para atender as determinações federais de transparência e acesso. Em Marília, a Lei de Acesso à Informação foi regulamentada pelo Decreto Municipal nº 11.515, de 12/05/2015, e deu origem ao Portal de Transparência do município, onde são publicados os documentos

obrigatórios definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LEATI, PAZIN-VITORIANO, 2018).

Neste momento o contexto político do município tornava-se mais favorável ao desenvolvimento do projeto de assessoria proposto pela Unesp.

3.2 O projeto de extensão

Com base na realidade apresentada, o Departamento de Ciência da Informação da Unesp Marília celebrou, em 2016 convênio junto à prefeitura municipal com o objetivo de desenvolver ações conjuntas para realizar as atividades de diagnóstico, planejamento e implantação do Arquivo Público Municipal.

Cabe ressaltar que esta etapa, de natureza legal e política, sofreu inúmeros percalços até ser concretizada. Do início da negociação para criação da lei municipal que autorizava a realização do convênio, em 2015, até sua efetivação em 2016, uma série de negociações e adaptações tiveram que ser realizadas para que as atividades tivessem início.

Esta era uma etapa essencial para que o projeto pudesse ter andamento, uma vez que o acesso tanto às Secretarias, Divisões e Setores, como aos servidores responsáveis, deveria ser autorizado por meio de instrumento legal.

Embora as atividades do projeto tenham se iniciado durante o processo de negociação, somente após a celebração do convênio entre Unesp e Prefeitura Municipal foi possível dar andamento às ações previstas.

Como objetivo geral, o projeto pretende colaborar com a equipe de servidores técnico-administrativos da Prefeitura Municipal de Marília no levantamento de dados para o desenvolvimento de ações para a implantação do Arquivo Público Municipal, principalmente no que se refere à criação dos instrumentos técnicos de gestão documental – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade - para os documentos da administração pública municipal.

Para cumprimento do objetivo geral, o projeto tem como objetivos específicos:

- Identificar as características da estrutura administrativa municipal no desempenho das funções com vistas a subsidiar estudos de gestão documental voltadas à documentação produzida.
- Realizar o mapeamento de locais de preservação nas unidades identificadas em parceria com servidores municipais e elaborar um relatório geral da situação da documentação municipal;
- Iniciar o levantamento dos documentos produzidos e sistematizar junto aos servidores informações sobre valor dos documentos (administrativo, legal, técnico, histórico).

- Subsidiar tecnicamente a Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo (CADAS) no processo de avaliação documental e na elaboração dos instrumentos de gestão de documentos – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade.

3.3 Metodologia

Para cumprimento de suas ações, o projeto utiliza-se de procedimentos da pesquisa aplicada, contemplando além da revisão bibliográfica, a pesquisa de campo e a pesquisa documental, que visam cumprir os objetivos propostos.

A pesquisa documental utiliza a análise de legislação e contempla a realização de estudos sobre a história do município e a evolução da estrutura administrativa municipal, visando identificar funções e atividades desempenhadas o longo do tempo.

A pesquisa de campo contempla duas fases. Inicialmente refere-se ao levantamento de locais em que estejam depositados documentos relativos à administração municipal, com a realização de entrevistas junto a servidores e usuários que possam fornecer informações sobre a existência de depósitos de documentos, sua localização e caracterização básica. Nesta fase também são pesquisados documentos de valor permanente.

Numa segunda etapa, dentre os diversos locais identificados, são elencados aqueles que serão utilizados para levantamento da documentação existente e para os quais será realizado o estudo da Tipologia Documental característica da Prefeitura Municipal.

3.4 Resultados esperados

Por se tratar de um projeto de grande dimensão, as ações foram divididas em etapas. A cada uma delas delimitaram-se resultados esperados, considerando a articulação entre ensino-pesquisa e extensão, conforme apresentado a seguir:

- Elaboração de um relatório de análise da evolução da estrutura administrativa e das funções desempenhadas pelos diversos órgãos da administração municipal;

- Elaboração de relatório geral de diagnóstico do acervo documental mantido pela Prefeitura Municipal de Marília, contemplando a identificação dos locais em que existem documentos, especialmente de valor histórico, o levantamento geral do volume de documentos e as condições de conservação do acervo em cada local, além da caracterização tipológica básica desses conjuntos;

- Ampliação do contato dos alunos de graduação e pós-graduação com a realidade concreta dos arquivos municipais, a partir da aplicação da teoria e da metodologia aprendidas em sala de aula em um caso

real, durante o processo de trabalho nos setores da Prefeitura Municipal onde se dará a realização do projeto;

- Sensibilização da administração pública municipal para a questão da gestão de documentos e, principalmente, para a preservação do patrimônio histórico documental do município;

- Elaboração de relatório contendo subsídios e diretrizes para o planejamento de implantação de um Arquivo Público Municipal, contemplando o diagnóstico da situação, as implicações legais relativas à necessidade de existência de um arquivo público e as necessidades técnicas e de infraestrutura para essa ação;

- Ampliação da visibilidade da FFC/UNESP junto à comunidade do município, principalmente no que se refere à participação da universidade na construção de políticas públicas de natureza administrativas e culturais;

- Estabelecimento de uma rede de comunicação dos objetivos do projeto e de suas vantagens, junto à mídia local (TV, rádio e jornais), de modo a divulgar as ações e os impactos positivos do projeto para o município e dar visibilidade às ações de extensão da universidade.

A proposição de resultados do processo extensionista visa determinar ações práticas que representem os objetivos definidos no projeto. Entende-se que, dessa forma, torna-se visível a atuação junto à comunidade interna e externa, demonstrando claramente as mudanças situacionais desencadeadas pelo projeto.

4 Apresentação de Resultados

A partir da celebração do convênio, professores e alunos poderiam dar início às atividades junto às secretarias e autarquias municipais, com a participação ativa dos servidores, voltadas ao cumprimento dos objetivos propostos.

As primeiras ações tiveram início em 2016, mas foram bastante prejudicadas pela ausência, inicialmente do instrumento de formalização legal, o convênio, só formalizado ao final daquele ano e, depois, pela ausência de profissionais com habilitação técnica dentre os servidores que pudessem funcionar como ponte entre a equipe da Universidade e as Secretarias.

Nesse período, foram realizados:

- Levantamento das funções e atribuições dos órgãos municipais, a partir da pesquisa da legislação municipal.

- Levantamento dos documentos históricos do município, preservados em diversas entidades externas aos arquivos setoriais da Prefeitura Municipal. Foram identificados documentos no Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília – CEDHUM, da

Unesp, na Biblioteca Pública Municipal e na Biblioteca da Câmara Municipal.

- Análise das atividades realizadas por Arquivos Públicos Municipais de outras regiões relativos a ações culturais e educativas, visando ampliar a discussão sobre o Arquivo Municipal do ponto de vista de sua importância cultural para a cidade.

A cada ano, o projeto contou com um bolsista de extensão e alunos voluntários que desenvolveram projetos de pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Em 2016, durante a fase inicial do projeto, três alunas realizaram pesquisas com enfoque em diferentes temas ligados aos arquivos municipais, integrando aspectos teóricos apresentados nas disciplinas cursadas às questões colocadas no projeto de extensão e à pesquisa científica.

A partir dos temas tratados na disciplina de Classificação Arquivística, Leme (2016) desenvolveu um projeto voltado à análise comparativa das atribuições, funções e atividades como subsídio à elaboração de planos de classificação para municípios. Este trabalho comparava diferentes realidades de municípios de pequeno, médio e grande porte, já estudadas na bibliografia, com a realidade específica do município de Marília.

Utilizando-se dos conceitos abordados na disciplina de Arquivos Permanentes, Pacífico (2016) desenvolveu uma pesquisa para levantamento dos documentos de valor permanente do município, dispersos por diversas entidades municipais, como a Biblioteca Pública Municipal, a Biblioteca da Câmara Municipal e o Centro de Documentação Histórica e Universitária de Marília (Cedhum), da Unesp.

Aplicando os conceitos de ação cultural e ação educativa, apresentados na mesma disciplina de Arquivos Permanentes, Santos (2016) realizou uma pesquisa sobre a existência de atividades de ação educativa em arquivos municipais na Região Sudeste.

Após a finalização, os TCCs resultantes foram encaminhados à gestão municipal, e se tornaram fonte de referência para a realização das próximas etapas do projeto.

Os resultados dessa fase e a percepção da magnitude de um projeto dessa natureza demonstraram a possibilidade de utilização de elementos do projeto de extensão para aplicação em sala de aula. Assim, foi criada uma disciplina optativa denominada Arquivos Municipais, visando discutir as especificidades deste tipo de arquivo, com a apresentação de questões históricas, legais e técnicas envolvidas na implantação e gestão de arquivos no âmbito dos municípios e utilizando os dados coletados no município de Marília universo de trabalho.

Em sua terceira edição, a disciplina vem atuando na formação de novos bolsistas e pesquisadores do tema, ampliando o contato dos alunos com a realidade dos arquivos municipais.

Um dos resultados da disciplina foi o início uma pesquisa sobre a relação da legislação municipal com a implantação das políticas arquivísticas que teve como primeiro resultado um artigo sobre o tema (LEATI, PAZIN-VITORIANO, 2018). Esta pesquisa continua em andamento, visando à elaboração de TCC cujo tema é a identificação de necessidades e diretrizes para implantação da gestão de documentos em arquivos municipais.

A partir da pesquisa citada anteriormente (LEME, 2016), a mesma aluna desenvolveu o projeto que resultou em uma dissertação de mestrado tratando da inter-relação entre identificação arquivística e classificação, numa perspectiva metodológica aplicada ao município de Marília (LEME, 2019). Durante esta pesquisa, uma análise bibliométrica de citação sobre ao tema da Classificação Arquivística realizada pela autora em parceria com outras pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação lançou luz sobre a influência dos teóricos arquivísticos do tema (LEME; PACHU; HILÁRIO, 2018).

Todos estes trabalhos demonstram a possível retroalimentação entre ensino (conteúdo das disciplinas), pesquisa (problemas e projetos) e extensão (universo de estudo).

A partir de 2018, uma nova diretriz administrativa da gestão municipal, com a contratação das três arquivistas do município, a retomada das discussões oficiais sobre gestão de documentos e a oficialização da CADA, possibilitou que as ações do projeto tivessem maior impulso para a realização da etapa de diagnóstico arquivístico e das primeiras etapas de identificação documental. Atualmente, esta fase continua em andamento. Foram realizadas 25 entrevistas com servidores e grupos de servidores de todas as Secretarias Municipais, acompanhadas de visitas aos depósitos de documentos.

O relatório resultante está em processamento e deverá ser apresentado ao Secretario de Administração, para definição das prioridades de trabalho e das próximas etapas do projeto.

Por fim, um dos resultados esperados para o projeto, a ampliação dos mecanismos de comunicação junto à comunidade local, foi iniciado somente em período mais recente. Com o desenvolvimento do projeto, duas matérias foram produzidas pela TV UNESP (Unesp, 2019) e pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal (MARÍLIA, 2019) e foram responsáveis pela divulgação do projeto tanto entre os servidores municipais, numa preparação para a realização do diagnóstico, quanto para o conhecimento e

reconhecimento das atividades de extensão da Unesp junto à comunidade local.

O conjunto de resultados apresentados, embora tenha se desenhado em prazo mais longo, considerando-se o início dos trabalhos, demonstra também a necessidade de que projetos de extensão que pretendam provocar mudanças significativas nas políticas públicas regionais, mantenham regularidade ao longo do tempo, visando ultrapassar as dificuldades existentes no âmbito da gestão pública em grande parte das localidades do país. Resiliência é um atributo que deve acompanhar a decisão sobre a realização de um projeto dessa natureza.

5. Conclusão

A análise do desenvolvimento do projeto e de seus resultados até o momento permite identificar uma série de questões relevantes para a proposição de projetos integrados, associando ensino, pesquisa e extensão.

Em primeiro lugar, o projeto de extensão deve ter ligação direta com os componentes curriculares e com as disciplinas do curso. A utilização de exemplos, com situações concretas, leva para a sala de aula a vivência profissional da realidade e envolve os alunos na discussão teórica e em sua apropriação prática.

A criação de disciplinas optativas derivadas dos projetos, que abordem aspectos específicos da aplicação da teoria arquivística no contexto social, amplia a capacidade de aprendizagem dos alunos, uma vez que, ao aproximar a teoria das situações práticas, os alunos conseguem incorporar de modo mais consistente os conceitos apresentados.

Como determinado pelo conceito de extensão universitária, o envolvimento efetivo dos elementos da sociedade participantes do projeto é essencial para seu sucesso. No novo conceito de extensão, não se concebe a participação passiva dos 'beneficiários' da ação. Considera-se que a extensão universitária deve promover a integração sociedade – universidade de maneira equânime.

Nesse sentido, a atuação política, no sentido da negociação com os agentes públicos (no caso de um projeto destinado à administração municipal) é essencial e deve ser considerada um instrumento estratégico para consecução dos objetivos. Como relatado anteriormente, etapas importantes do projeto foram prejudicadas pela inexistência de autorização oficial para as atividades sugeridas, o que pode atrasar em um tempo considerável o desenvolvimento do projeto.

A comunicação institucional, sistemática, mantida entre os canais da universidade e da administração municipal constitui-se como um fator preponderante para o sucesso das estratégias de ação nesse tipo de projeto.

Sendo assim, a articulação proposta neste artigo contempla um elemento a mais, integrador do processo como um todo. Às atividades técnico-científicas deve-se associar um conjunto de atividades ligadas ao planejamento estratégico de comunicação de objetivos e resultados, visando ao engajamento de todos os envolvidos, sejam estudantes, docentes, servidores municipais e a comunidade como um todo.

Com isso, é possível obter os melhores resultados nos três eixos aqui tratados: ensino, pesquisa e extensão.

Referências

- BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 05 out.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- BRASIL. Lei 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 05 mai 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm
- BRASIL. Lei 12527, de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à informação. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18.nov.2011. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm .
- BRASIL. Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991. Lei de Arquivos. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 09.jan.1991. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm .
- CONARQ (Brasil). e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 1.1. versão. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.
- JARDIM, J. M. De que falamos quando falamos em políticas arquivísticas? Percepções sobre políticas arquivísticas no poder executivo federal. *Ciência da Informação*, v. 42, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/19587>
- LEATI, R.A, PAZIN-VITORIANO. M.C.C. Políticas públicas em arquivos: a importância da legislação municipal In: *Anais do XIX Encontro de Pesquisadores: Pesquisa científica e desenvolvimento*. Franca/SP: Uni-Facef, 2018, v.01, p. 1437-1444.
- LEME, T. F. PACHU, A. S. HILÁRIO, C. M. Análise da produção científica sobre classificação arquivística: um estudo de citações em periódicos brasileiros de arquivologia. *CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA*, 8., 2018, João Pessoa. *Anais eletrônicos. Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIN*, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 52-65, out. 2018. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v6_esp

- LEME, T.F. A identificação arquivística como subsídio para a classificação: uma proposta metodológica para a Prefeitura Municipal de Marília. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP Marília, 2019.
- LEME, T.F. Estudo comparativo de atribuições, funções e atividades como subsídio à elaboração de planos de classificação para a gestão arquivística em âmbito municipal, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de Ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- MACHADO, H.C.; CAMARGO, A.M.A. Como implantar arquivos municipais. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2000 (Como fazer, 3)
- MARÍLIA (Câmara Municipal). Lei nº 6.720, de 13 de março de 2008. Cria o Arquivo Municipal e dá outras providências. Câmara Municipal de Marília, 2008.
- MARÍLIA (Prefeitura Municipal). Convênio entre Prefeitura e Unesp de Marília dá início ao diagnóstico de toda documentação do município. Administração. Notícias. Prefeitura Municipal de Marília, 2019 Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/convenio-entre-prefeitura-e-unesp-de-marilia-da-inicio-ao-diagnostico-de-toda-documentacao-do-municipio/>
- PACÍFICO, E. D. Documentos permanentes e preservação da memória local: o caso do Município de Marília. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- SANTOS, M. A presença da Ação Educativa em Arquivos Municipais da Região Sudeste. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Departamento de ciência da Informação / UNESP. Marília, 2016.
- SOUSA, R. T. B. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. II Congresso Nacional de Arquivologia, Porto Alegre/RS, julho 2006. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>.
- UNESP. Resolução nº 21, de 21 de fevereiro de 1989. Aprova o Estatuto da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Publicado no Diário Oficial do Estado em 22 fev. 1989. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/secgeral/manuais/legislacao-unesp/>
- UNESP. Resolução nº 11, de 02 de fevereiro de 2012. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária na UNESP. São Paulo: UNESP, 2012.
- UNESP. Projeto da Unesp desenvolve políticas de arquivamento para a Prefeitura de Marília. Unesp Notícias. TV UNESP, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k_v3kkYds5o&t=9s

(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG

(Re)thinking the curriculum: the experience of curricular revision of the course of Archival Science at UFMG

Mariana Batista do Nascimento, José Francisco Guelfi Campos

Escola de Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antonio Carlos, 6627, Belo Horizonte (MG), marimbn@gmail.com, jfgcampos@eci.ufmg.br.

Resumo

O presente trabalho apresenta os resultados do processo de reflexão em torno do ajuste do currículo do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais. A primeira versão do currículo, elaborada em 2009, quando da criação do curso, foi reformulada entre 2012 e 2014, entrando em vigor em 2015. Em 2018, teve início o processo de revisão do currículo, motivado pelas percepções do corpo docente a respeito do encadeamento das disciplinas e pela atenção dada aos comentários dos estudantes acerca da organização do curso e dos trajetos de formação. Discute o modelo de formação refletido pelo currículo, tendo como base a preocupação com a relação entre teoria, prática e pesquisa, instigando a formação do espírito crítico e o desenvolvimento de habilidades específicas exigidas pelo exercício profissional. Compara a nova matriz curricular com aquela que deu origem ao processo de reflexão.

Palavras-chave: Arquivologia; Ensino superior; Modelos de formação; Currículo; Universidade Federal de Minas Gerais.

Abstract

This paper presents the results achieved on the process of adjustment of the curriculum of the course of Archival Science at the Federal University of Minas Gerais. The first version of the curriculum was elaborated in 2009, when the course was created. It was reformulated between 2012 and 2014, coming into force in 2015. In 2018, the faculty gathered in a task-force to revise and adjust the curricular proposal, motivated by the assessment of its effectiveness made by each professor and the student community. Our purpose was to rethink the training model, seeking to enhance the interaction between theory, practice and research in order to develop critic spirit and the specific skills required by professional practice. It compares the renewed curricular proposal to be implemented in 2020 with that one which is still in force.

Keywords: Archival Science; Higher education; Training models; Curricular proposal; Federal University of Minas Gerais.

1 (Re)pensar o currículo

Toda proposta de educação formal, independentemente do nível (básico, técnico ou superior), pressupõe a existência de um documento que procure estruturar a trajetória de formação, organizando e seriando os conteúdos que a compõem. Ao contrário do que muitos supõem, a elaboração de uma proposta curricular resulta, com efeito, de um processo complexo e intrincado, para o qual concorrem forças, interesses e visões de mundo diversas.

O currículo não se resume a uma mera esquematização sinóptica de disciplinas. No dizer de Tomaz Tadeu da Silva (2019), ele é um “documento de identidade”. É mesmo difícil tentar defini-lo de maneira inequívoca, haja vista a variedade de teorias que se dedicam a refletir sobre a essência e a natureza dos currículos pedagógicos. Importa, contudo, ter sempre em mente que

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. (SILVA, 2019, p. 15).

Masetto (2003, p. 66), por seu turno, também aponta as várias compreensões possíveis para o conceito de currículo. A primeira tem a ver com a ideia de organização do conteúdo a ser aprendido, de acordo com uma determinada ordem de progressão. Desta ideia, que para o autor “é a que preside às diferentes comissões de reforma curricular” nas faculdades, decorre um problema fundamental: a justaposição de disciplinas formuladas individualmente pelos professores que as ministram, deixando a cargo dos alunos o estabelecimento de integrações e nexos entre elas, bem como a realização de uma síntese que lhes permita exercer com competência sua profissão:

Se ele não conseguir fazer essa integração, o que possivelmente vai acontecer, o aluno termina sua faculdade com o conhecimento distribuído por compartimentos, sem

integrá-los, devendo conseguir esta façanha a duras penas durante o exercício de sua profissão. (MASETTO, 2003, p. 66).

O currículo é (ou deveria ser) produto de um processo continuado de profunda reflexão, para que possa, efetivamente, dar conta da flexibilidade, da dinamicidade e da atualidade que dele se esperam. Evidentemente, há fatores que, em diferentes medidas, limitam este processo: a legislação mais ampla, as diretrizes nacionais e locais, a competência instalada e a infraestrutura das instituições de ensino, os recursos humanos e financeiros, entre outros elementos, criam balizas entre o “ideal” e o “possível” na elaboração de uma proposta curricular.

De toda forma, convém considerar o papel do currículo na aquisição, elaboração e organização de informações; no acesso ao conhecimento existente, bem como na produção e reconstrução do conhecimento; na identificação de múltiplos pontos de vista e no estímulo da imaginação e da criatividade para a solução de problemas, reforçando o compromisso com a valorização e a atualização do conhecimento, com a pesquisa, o pensamento crítico, a cooperação, a ética profissional e, em seu sentido mais amplo, com os valores sociais, culturais, políticos e econômicos pelos quais se pauta a participação na sociedade (MASETTO, 2003, p. 28-29).

O que está em jogo, quando se pensa um currículo, é, no limite, a concepção de um modelo de formação capaz de transformar os discentes em profissionais de excelência. As questões aí implicadas são muitas e verdadeiramente complexas. Vão desde as de escopo mais amplo (que tipo de ser humano pretende-se formar para determinado tipo de sociedade?) até aquelas mais de caráter mais específico: Que tipo de profissional pretende-se formar? Qual é o seu objeto de trabalho e de reflexão? Que habilidades cognitivas e sociais devem ser trabalhadas e construídas? Quais aspectos ou parcelas do conhecimento existente compõem, precisamente, o espectro dos subsídios necessários para atingir os objetivos esperados?

Não há, evidentemente, resposta única para estas e tantas outras questões que se impõem. Soaria como lugar-comum responder que o que se espera é formar profissionais aptos a responderem com agilidade, desenvoltura e precisão aos problemas e às questões de seu tempo. Apesar de muito amplo (ou, até mesmo, muito vago), este não deixa de ser um objetivo da formação superior. No entanto, o enfoque sobre a formação profissional não deve superar aquilo que a universidade deveria ser capaz de oferecer em seu sentido mais lato: a formação do ser humano intelectualmente autônomo e comprometido com a sociedade em que se insere. Complicado, mesmo, é harmonizar, no espaço do currículo de graduação,

ambições tão elevadas e, em certos aspectos, contraditórias.

A elaboração de uma proposta curricular pressupõe reflexão mais ampla acerca da natureza de uma determinada área do saber, de seu objeto e das finalidades da formação universitária, tendo em vista a preparação do aluno para enfrentar, com desenvoltura e proficiência, as exigências de sua profissão.

A concepção de um *modelo de formação* vale frisar, não se confunde com a formulação de um "currículo mínimo" aplicável a todos os cursos de graduação [1]. Trata-se muito mais de buscar responder a algumas questões de fundo, de modo a imprimir identidade ao curso de graduação e orientar a elaboração do currículo: o que se espera do arquivista nos dias de hoje? Quais são as competências e habilidades a serem desenvolvidas, no âmbito da formação universitária, para atender a tais expectativas? De que maneira se pretende construir o conhecimento, de modo a instrumentalizar o aluno para executar as demandas de sua profissão?

No Brasil, atualmente, existem 16 cursos de graduação em Arquivologia, apenas um em universidade particular. Estão divididos nas 5 regiões do país e foram criados entre as décadas de 1970 e 2010, apresentando um crescimento considerável nos anos 2000, o que se deve tanto ao reconhecimento da relevância social da área e à necessidade de profissionais qualificados quanto ao movimento de expansão da universidade pública. Se os problemas que inspiram a reflexão acerca de um modelo de formação são basicamente os mesmos, as respostas que cada curso dá a eles, representadas pelos currículos de graduação, podem, naturalmente, apresentar admirável grau de variação.

Ciência aplicada, a Arquivologia experimenta de maneira particularmente intensa um dilema dos mais complicados, qual seja a conciliação entre teoria e prática num quadro social em que ainda prevalece uma imagem do arquivista vinculada ao domínio de saberes utilitários. Ana Maria Camargo (2002, p. 189), em instigante ensaio, questionou a possibilidade de harmonizar os elementos que distinguem "a ciência básica, a ciência aplicada e as habilidades técnicas, proporcionando-lhes a unidade a que não cessam de aspirar".

Para autora, o ponto de partida desta discussão tem por base a *instrumentalidade* da Arquivologia, fator que, a uma só vez, "participa de uma dupla condição: a de ser inerente à prática e a de ser, ao mesmo tempo, tema de reflexão, um tema essencialmente teórico", e que assume a condição de elemento de alta pertinência na definição do perfil científico da Arquivologia, do qual derivam os princípios pelos quais a área orienta seus procedimentos e demarca suas fronteiras com outras disciplinas (CAMARGO, 2002, p. 190).

Neste sentido, cumpre considerar com clareza o objeto da Arquivologia – o documento de arquivo, aquele que justifica sua existência pela força probatória, que ostenta a correspondência que mantém com as ações das quais participaram, adquirindo, daí, caráter único e específico – para se cogitar construir um perfil desejável para profissional de arquivo, capaz de assegurar, de um lado, o acesso aos arquivos e aos documentos que os compõem, e de outro, apto a compatibilizar a manutenção da integridade do arquivo e de sua capacidade especular com as operações imperiosas de seleção e redução de volume (CAMARGO, 2002, p. 194).

Um modelo de formação, traduzido em currículo para o curso de graduação em Arquivologia, deve ostentar a preocupação com a relação entre teoria, prática e pesquisa, instigando a formação do espírito crítico e o desenvolvimento de habilidades específicas aplicáveis ao exercício profissional. Evidentemente, as propostas e questionamentos neste sentido podem ser tão plurais quanto sejam as percepções e visões de mundo dos sujeitos, condicionadas ao tempo e ao espaço social em que se inserem [2]. Trata-se, no limite, do desafio de articular reflexão e questionamento, experimentação e treinamento, no sentido de promover a percepção dos limites da teoria frente aos problemas do mundo real.

Neste sentido, procurou-se repensar o currículo do curso de Arquivologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) visando à reforma curricular de maneira que pudesse atender as necessidades atuais. Aqui, buscamos traçar um panorama sobre a situação geral do currículo, revisitando o contexto de sua primeira reforma (ocorrida em 2012 e implementada em 2015) e discutir o processo de elaboração da nova matriz curricular, apresentando as decisões tomadas no âmbito das reuniões do corpo docente do curso de Arquivologia da UFMG e a configuração resultante do ajuste curricular que deve entrar em vigor no ano de 2020.

2 O curso de Arquivologia da UFMG

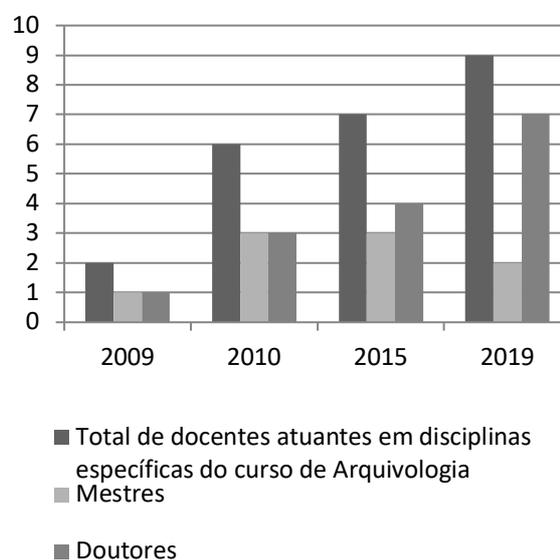
Criado em 2009, no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o curso de graduação em Arquivologia representou a concretização de uma meta recorrente da Escola de Ciência da Informação (ECI) da UFMG e se deu de forma paralela à reestruturação do curso de Biblioteconomia, cuja origem remete ao ano de 1950. Para tanto, procurou-se aproveitar a competência instalada na ECI e em outras unidades da UFMG, visando à otimização dos recursos humanos e da estrutura de ensino, pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012, p. 12).

Atualmente, o curso de Arquivologia conta com nove professores (7 doutores e 2 mestres) dedicados às suas

disciplinas fundamentais, dos quais oito trabalham em regime de dedicação exclusiva à docência e à pesquisa. O perfil de formação destes professores corresponde majoritariamente à área de História, sendo que apenas um é graduado em Arquivologia. No entanto, cumpre sublinhar que todos os docentes ostentam em seus currículos experiências profissionais e de pesquisa ligadas às temáticas arquivísticas, com produção bibliográfica significativa no campo da Arquivologia.

Anualmente, são abertas 40 vagas anuais para o curso de graduação, cujas aulas são ministradas no período noturno. Desde a sua criação, o curso já formou 191 bacharéis em Arquivologia e conta, em 2019, com 165 alunos matriculados.

Gráfico 1. Evolução do corpo docente especializado



Fonte: elaborado pelos autores.

2.1 O currículo inaugural (2009-2014)

O fato de ter sido concebido ao mesmo tempo em que se pensava a reformulação do curso de Biblioteconomia e também a criação da graduação em Museologia acarretou algumas das características primárias conferidas ao curso de Arquivologia, entre as quais se destaca uma proposta curricular marcada por um tronco comum de formação de arquivistas, bibliotecários e museólogos fundamentado nos pressupostos teóricos da Ciência da Informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012, p. 15).

Reflexo de seu tempo e sujeito a influências diversas, como o estágio de maturidade da área de conhecimento, o mercado de trabalho, a visão política e ideológica da instituição e os recursos humanos e financeiros, como

bem observaram Cesarino e Vianna (1990, p. 37), o currículo inaugural do curso de Arquivologia da UFMG foi estruturado, para além do tronco comum, em torno de outros três núcleos de formação: núcleo específico, núcleo complementar e núcleo de formação livre.

O tronco comum aos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia tinha por objetivo permitir ao aluno maior mobilidade pelo campo da Ciência da Informação, além de, evidentemente, tornar viável a proposta de ensino em face dos recursos humanos da ECI e das especialidades de seu corpo docente. Totalizando 960 das 2400 horas que constituem a carga horária total do curso de graduação, o tronco comum preenchia, portanto, 40% do currículo.

Quadro 1. Disciplinas do tronco comum (2009-2014)

Núcleo comum - Disciplinas
Introdução à Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia
Fundamentos de organização da informação
Informática aplicada à Ciência da Informação
Cultura e informação
Teorias da organização
Fundamentos da Ciência da Informação
Introdução aos bancos de dados
Análise de assunto
Linguagens de indexação
Métodos e técnicas de pesquisa
Usuários de informação
Memória e patrimônio cultural
Planejamento em unidades e sistemas de informação
Bibliotecas, arquivos e museus digitais
Preservação do acervo
Competência informacional

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Universidade Federal de Minas Gerais (2012).

Composto por 810 horas (240 das quais destinadas a estágio supervisionado), o núcleo específico compreendia dez disciplinas.

Quadro 2. Disciplinas do núcleo específico (2009-2014)

Núcleo específico - Disciplinas
Fundamentos da Arquivologia
Organização e métodos aplicados à Arquivologia
Gestão de documentos arquivísticos
História administrativa do Brasil e Regional
Avaliação de documentos arquivísticos
Gestão arquivística de documentos eletrônicos
Arquivos permanentes
Descrição de documentos arquivísticos
Planejamento e gestão de redes e sistemas de arquivo
Diplomática e tipologia documental

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Universidade Federal de Minas Gerais (2012).

Para integralizar a carga total do curso, o aluno deveria, ainda, cumprir 360 horas em atividades de formação complementar (disciplinas ofertadas na própria ECI) ou livre (disciplinas ofertadas em outras unidades acadêmicas da UFMG).

Nota-se, na primeira versão do currículo, um modelo de formação fortemente ancorado no pressuposto de que a formação do arquivista equivale à formação do profissional da informação. Não por acaso, o conteúdo específico da Arquivologia ocupava, nesta proposta, pouco menos de 35% do curso de graduação.

Gráfico 2. Proporção entre os núcleos de formação no currículo (2009-2014)



- Tronco comum
- Núcleo específico
- Atividades complementares

Fonte: elaborado pelos autores.

Cumprido, no entanto, reconhecer que este primeiro currículo foi fruto dos esforços e das reflexões de uma comissão de professores do curso de Biblioteconomia e que reflete as possibilidades instaladas na ECI naquele momento, embora seja possível, a partir daí, destilar todo um leque de reflexões a respeito de uma determinada concepção da natureza do conhecimento arquivístico, algo que, nesta oportunidade, não nos cabe analisar detidamente.

2.2 A reestruturação curricular (2011-2012)

A criação do curso de Arquivologia representou, naturalmente, a expansão do quadro docente da ECI. No final do ano de 2010, as disciplinas que compunham o núcleo de formação específica eram divididas por seis professores, cinco dos quais recém-contratados.

Coube a este grupo reformular o currículo então vigente, trabalho iniciado em 2011 e concluído no início de 2012. Vale observar que, para tanto, foi definida uma

metodologia para orientar e nortear tanto as reflexões do corpo docente quanto às operações de alteração curricular.

A sustentação teórica do trabalho, segundo Negreiros, Silva e Arreguy (2012, p. 16), pautou-se pelos estudos da área da Arquivologia destinados a “sistematizar a importância da formação profissional, disciplinas, modos, lugares e níveis”. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados, o trabalho de reestruturação do currículo envolveu seis fases, resumidas a seguir:

- 1ª fase: definição da base metodológica, por meio da construção de mapa conceitual representativo dos conteúdos e das competências consideradas necessárias à formação do arquivista, resultando na identificação de dez macrocategorias (fundamentos e teoria; gestão de documentos; profissional; relações interdisciplinares; gestão de documentos eletrônicos; arquivo permanente; preservação, conservação e restauração; planejamento e projetos; usuários; legislação arquivística);
- 2ª fase: análise do currículo, partindo-se dos títulos das disciplinas e sua classificação em função das categorias estabelecidas na primeira fase;
- 3ª fase: avaliação do currículo a ser reestruturado, realizada individualmente pelos professores por meio de questionário, com o objetivo de sistematizar as diferentes opiniões e sugestões a respeito de disciplinas consideradas “problemáticas”, do sequenciamento das disciplinas e de outras questões que mereciam discussão mais aprofundada;
- 4ª fase: oficinas para criação de propostas curriculares, em que os professores se dividiram em dois grupos para formular, com base nos resultados das etapas anteriores, propostas de currículo para o curso de graduação;
- 5ª fase: oficina de consolidação das propostas, em que as duas propostas resultantes da fase 4 foram comparadas e consolidadas em uma única proposta para a matriz curricular;
- 6ª fase: análise da proposta em face da legislação de ensino, de modo a observar sua pertinência em relação ao projeto pedagógico do curso; às diretrizes curriculares nacionais e à legislação federal relativa ao ensino superior; aos pareceres do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior; às resoluções da UFMG relativas às diretrizes curriculares internas, implantação da flexibilização dos currículos de graduação, aos procedimentos

relativos aos estágios em cursos de graduação; ao estatuto e ao regimento interno da universidade e ao plano de desenvolvimento institucional da UFMG (NEGREIROS; SILVA; ARREGUY, 2012, p. 20-30).

A tabulação dos dados obtidos na segunda fase do trabalho, bem como sua representação em gráficos comparativos, permitiu ao grupo de professores demonstrar que o curso, àquela altura, encontrava sua identidade muito mais em outras áreas do que no próprio campo da Arquivologia, desconsiderando, inclusive, outras áreas importantes para a formação do profissional de arquivo (NEGREIROS; SILVA, ARREGUY, 2012, p. 24).

Desta forma, o currículo foi reestruturado contemplando as seguintes disciplinas obrigatórias:

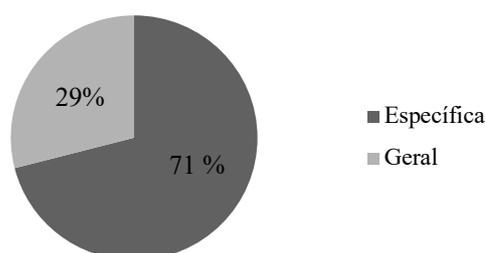
Quadro 3 – Disciplinas obrigatórias do currículo de Arquivologia (2015)

Período	Disciplina
1º	Elaboração e apresentação de trabalhos científicos
	Formação das instituições do Brasil contemporâneo
	Introdução à Arquivologia
	Introdução à informática
	Produção dos registros do conhecimento
2º	Cultura e informação
	Fundamentos da Arquivologia
	História administrativa do Brasil
	Introdução a banco de dados
3º	Teorias da organização
	Gestão de documentos arquivísticos I
	Memória e patrimônio cultural
	Métodos e técnicas de pesquisa
	Organização e métodos aplicados à Arquivologia
4º	Preservação de acervos
	Diplomática
	Estudos de usuários de arquivo
5º	Gestão de documentos arquivísticos II
	Arquivos permanentes I
	Gestão de documentos arquivísticos digitais
6º	Projeto e planejamento de instituições e serviços arquivísticos
	Ação cultural e educação patrimonial
	Arquivos permanentes II
	Paleografia
7º	Planejamento e gestão de redes e sistemas de arquivos
	Estágio Supervisionado em Arquivologia A
	Pesquisa em Arquivologia
8º	Política e legislação arquivística
	Elaboração de projetos de financiamento e fomento
	Estágio Supervisionado em Arquivologia B
	Fundamentos da Ciência da Informação

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Universidade Federal de Minas Gerais (2016).

Este currículo, aprovado pela Pró-Reitoria de Graduação em 2014, passou a vigorar em 2015. Comparado à primeira proposta curricular, representou um salto considerável na conquista de uma “identidade” própria para o curso de Arquivologia, como demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 3. Proporção entre os núcleos de formação no currículo (2015)



Fonte: elaborado pelos autores.

3 Da aplicação à reflexão: ajuste curricular

No final de 2018, o corpo docente dedicado às disciplinas específicas do curso de Arquivologia se reuniu para revisar a proposta curricular, em face das reflexões e percepções advindas da aplicação do currículo implementado em 2015. Se o currículo em vigor demonstra um salto considerável em relação àquele formulado em 2009, dando ao curso de Arquivologia uma identidade própria, com a exclusão do tronco comum em Ciência da Informação, o trabalho desenvolvido entre 2018 e 2019 pautou-se, num primeiro momento, pela promoção de ajustes. O desenvolvimento das reflexões, no entanto, resultou em uma proposta de matriz curricular de feições bem mais renovadas do que a intenção inicial.

A iniciativa, capitaneada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de graduação em Arquivologia, contou com a participação efetiva de sete professores, quatro dos quais estiveram envolvidos na primeira reestruturação curricular. Dois deles, recém-ingressados, a despeito de não terem participado dos debates de 2011 e 2012, puderam contribuir na medida em que trouxeram para a discussão um “olhar exterior” [3].

A motivação do corpo docente veio não apenas das percepções individuais de cada professor a respeito do funcionamento das disciplinas sob sua responsabilidade, mas também da atenção dada aos comentários dos alunos a respeito da organização do trajeto de formação.

Outro elemento que contribuiu para justificar o empenho dos professores na proposição de ajustes curriculares tem a ver com a observação dos índices de evasão estudantil.

Deve-se também considerar as demandas impostas pela própria universidade. Neste sentido, concorre a Resolução Complementar nº 01/2018, que aprova as novas Normas Gerais de Graduação da UFMG, que preconizam maior flexibilidade para as estruturas curriculares dos cursos de graduação e a incorporação explícita, nos projetos pedagógicos, da proposição de formas de integração com outros cursos de graduação e com cursos de pós-graduação e de estratégias que promovam a interação do estudante com a sociedade, o que, no currículo, se reflete por meio da criação de núcleos de formação específica, complementar, geral e avançada (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2018).

Naturalmente, o processo de reflexão a respeito do currículo passa pelo balanço das expectativas dos docentes no que diz respeito à interação do conteúdo com as competências e habilidades específicas que o curso deve promover, as quais, segundo as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação (2001), são:

- Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo;
- Identificar o contexto de produção dos documentos no âmbito das entidades públicas e privadas;
- Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos, tendo em vista sua organização, avaliação e utilização;
- Realizar operações de arranjo, descrição e difusão.

O debate e a reflexão acerca dos ajustes da estrutura curricular foram permeados pela preocupação permanente com:

- a seriação coerente das disciplinas;
- a proposição de percursos alternativos de formação;
- a maior presença de conteúdos específicos da área da Arquivologia desde o primeiro período do curso;
- a promoção de maior articulação entre teoria e prática;
- o reconhecimento do processo histórico que envolve a produção dos documentos, buscando compreender a relação dos documentos natodigitais com os princípios fundamentais da Arquivologia;
- e a capacitação do aluno para aquisição de autonomia intelectual, no sentido de garantir a atualização continuada após a conclusão do curso.

Segundo relatório emitido pelo Setor de Estatística da Pró-Reitoria de Graduação da UFMG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2017), 72% dos alunos que saíram do curso (entre 2009 e 2016) haviam cursado até o 4º período [4]. Este dado revelou, para o corpo docente, a necessidade de buscar identificar a existência de problemas no currículo dos dois primeiros anos do trajeto de formação. Com efeito, o que se verificou – e que pôde ser confirmado pela escuta aos alunos atualmente matriculados – é uma carga mais ampla de conteúdos introdutórios ou disciplinas de formação geral no começo do curso. Desta forma, o grupo compreendeu que as mudanças mais significativas teriam a ver, em primeiro lugar, com a sequência das disciplinas.

O que se procurou fazer, então, observadas as possibilidades, foi antecipar a introdução de conteúdos específicos, no sentido de propor um percurso de formação que, desde o início, possibilitasse ao aluno o contato com as especificidades da carreira. Uma primeira versão do novo currículo, construída a partir da sistematização e da consolidação dos debates empreendidos pelos professores, foi apresentada em atividade aberta ao corpo discente, explicitando-se as condições e os parâmetros que nortearam as mudanças curriculares. Nesta ocasião, foi possível apurar a percepção de alunos de diferentes períodos a respeito da proposta, bem como colher críticas e sugestões que foram, posteriormente, avaliadas e discutidas pelo NDE.

Num percurso que se pretende lógico, o novo currículo preconiza uma formação inicial concentrada em conteúdos estreitamente ligados à essência do que fazer arquivístico, sua teoria e as funções que o operacionalizam. Assim, o primeiro período passa a contemplar disciplinas que discutem a história dos arquivos e da Arquivologia, a introdução aos conceitos e princípios que dão identidade à arquivística, a história dos suportes e das técnicas de produção dos documentos, a relação dos arquivos com as tecnologias contemporâneas (em substituição às disciplinas de "Introdução à informática" e "Introdução aos bancos de dados"), e as teorias da organização, que visam a promover o contato com as especificidades da Arquivologia e instrumentalizar os alunos para o período seguinte.

O segundo período antecipa o primeiro módulo da disciplina "Gestão de documentos" (antes oferecido no 3º período), com foco na classificação arquivística, prevendo a criação de uma disciplina de caráter complementar e aplicado, antes oferecida como optativa ("Elaboração de plano de classificação de documentos"), contemplando também as disciplinas de "Organização e métodos aplicados à Arquivologia" e "História administrativa do Brasil". A disciplina "Diplomática", antes alocada no 4º período, foi antecipada para o segundo, em resposta tanto às

manifestações dos alunos quanto à percepção de sua instrumentalidade para a compreensão da natureza do documento de arquivo e para a consecução das funções arquivísticas implicadas já nas fases iniciais do ciclo vital dos documentos.

No terceiro período, a avaliação também é abordada em duas disciplinas, uma de caráter teórico e outra de natureza prática, oferecidas em regime de co-requisito, a exemplo do proposto no período anterior. As demais disciplinas ("Cultura e informação", "Memória e patrimônio cultural" e "Preservação de acervos") preparam o terreno para a introdução, nos períodos seguintes, do conteúdo ligado às funções desempenhadas no arquivo permanente.

Assim, do primeiro ao quinto período, o aluno toma contato com as funções que acompanham o ciclo vital dos documentos – produção, classificação, avaliação, arranjo e descrição – e com disciplinas que fornecem subsídios para a compreensão e viabilização do que fazer arquivístico nas fases de gestão documental e de tratamento dos arquivos permanentes. A partir do sexto período, introduz-se o contato com as funções executadas após o tratamento documental (difusão, estudo de usuários), com as atividades de cunho gerencial ("Administração do serviço de arquivo permanente", "Projeto e planejamento de instituições e serviços arquivísticos", "Planejamento de redes e sistemas de arquivo") e com a pesquisa, por meio das disciplinas "Elaboração e apresentação de trabalhos científicos", "Métodos e técnicas de pesquisa" e "Pesquisa em Arquivologia". O estágio curricular obrigatório, dividido em dois módulos, ocupa o sétimo e o oitavo períodos.

Tendo percorrido um trajeto centrado naquilo que a Arquivologia tem de específico, espera-se que o aluno chegue ao oitavo período com maior domínio dos conceitos, noções e princípios que orientam e fundamentam a teoria e a prática do trabalho com arquivos. Neste sentido, a disciplina "Fundamentos da Ciência da Informação" foi mantida no final do curso, de modo a assegurar que o estudante, ao cursá-la, esteja melhor preparado para reconhecer as fronteiras e os possíveis pontos de contato entre estes dois campos disciplinares.

4 Considerações finais

Se a intenção inicial do NDE do curso de Arquivologia da UFMG era promover ajustes na seriação das disciplinas que compunham o currículo de graduação, o resultado do processo de reflexão empreendido entre os anos de 2018 e 2019 resultou em proposta curricular consideravelmente renovada, revelando a preocupação constante com a concepção de um percurso de formação coerente e bem encadeado (Apêndice A).

Desta forma, ao reorganizar as disciplinas em torno de eixos lógicos e progressivos (partindo da história e dos fundamentos da Arquivologia, passando pelas funções que acompanham o ciclo vital dos documentos e pelos aspectos gerenciais dos serviços de arquivo, e chegando, por fim, à dimensão da pesquisa e do trabalho científico), espera-se minimizar o impacto da dispersão de conteúdos afins observada no currículo ainda vigente, imprimindo coerência ao percurso formativo e criando a possibilidade de reelaboração das ementas e do conteúdo programático das matérias, em benefício da coesão entre as disciplinas.

Procurou-se também, nesta proposta, conferir maior equilíbrio entre as disciplinas voltadas para a gestão documental e para o arquivo permanente, dobrando-se a carga horária destinada a cada um destes eixos de 120 para 240 horas por meio da criação de quatro novas disciplinas ("Elaboração de plano de classificação de documentos", "Elaboração de tabela de temporalidade e destinação de documentos", "Administração do serviço de arquivo permanente" e "Difusão em arquivos").

Com a proposta de alteração curricular concluída, espera-se implementar o novo currículo do curso de graduação em Arquivologia no primeiro semestre de 2020.

Agora, o NDE passa a centrar seus esforços na reformulação das ementas de todas as disciplinas do curso, processo a ser desenvolvido coletivamente, de modo a assegurar a coesão e a coerência pretendidas para o modelo de formação a ser implantado e a manutenção do caráter colaborativo da iniciativa.

Outras iniciativas paralelas em andamento são a atualização do projeto pedagógico do curso de modo a contemplar as exigências da Pró-Reitoria de Graduação no que tange à inclusão de temas transversais e à integração entre o ensino e a extensão universitária, e a elaboração do regulamento do curso, também demandada pelas Normas Gerais da Graduação aprovadas em 2018, atividades que certamente abrirão novas perspectivas para a reflexão a respeito do trabalho docente, as quais esperamos compartilhar em breve com a comunidade de professores e pesquisadores.

O esforço de reflexão sobre o currículo, no entanto, não termina com a implementação da proposta ora formulada, que traduz, naturalmente, preocupações, percepções e limitações de seu tempo. Encerramos, assim, com as palavras de Ana Maria Camargo, que resumem, de modo particularmente inspirado, o caráter essencialmente dialético da difícil tarefa de pensar a educação:

Como todo saber introduz descontinuidade na continuidade empírica do mundo, recortá-lo, com o propósito de configurar espaços disciplinares, pressupõe admitir que as contradições derivadas do próprio recorte devem ser objeto de contínuo questionamento. Se entendemos por interface

uma superfície de contato, de tradução e de articulação de ordens de realidades diferentes [...], podemos elegê-la como mecanismo profícuo para trazer à tona, compreender e dilatar, em todas as oportunidades que os currículos acadêmicos oferecem, com seus conteúdos teóricos e práticos, o estatuto ontológico dos arquivos. Afinal, uma ciência adquire legitimidade na medida em que o reconhecimento de seu contorno específico lhe garante a autonomia necessária para desenvolver-se. (CAMARGO, 2002, p. 195).

Estão lançadas as sementes para novas inquietações sobre a complexidade de ensinar, aprender e aprender a ensinar.

Notas

- [1] No Brasil, os cursos de graduação em Arquivologia estiveram submetidos a um "currículo mínimo" determinado pelo Conselho Federal de Educação, que vigorou até 1996.
- [2] A respeito da pluralidade de expectativas em relação à formação em Arquivologia, convém observar, à guisa de curiosidade, as posições de Heloísa Bellotto (2014), André Ancona Lopez (2012), Anna Szlejcher (2011) e Anne Gilliland (2011).
- [3] Compuseram o grupo de trabalho para o ajuste curricular, no âmbito do Núcleo Docente Estruturante, os professores Adalson de Oliveira Nascimento, Ivana Denise Parrela, José Francisco Guelfi Campos, Mariana Batista do Nascimento, Marta Eloísa Melgaço Neves, Renato Pinto Venâncio e Welder Antônio Silva.
- [4] Evidentemente, a evasão não se explica completamente pela questão da seriação das disciplinas do curso, concorrendo outros fatores subjetivos, econômicos e sociais a respeito dos quais o corpo docente tem pouca ou nenhuma margem de ação.

Referências

- BELLOTTO, H. L. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. In: **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 257-267.
- CAMARGO, A. M. A. Por um modelo de formação arquivística. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 31, p. 187-195, jan./jun. 2002.
- CESARINO, M. A. N.; VIANNA, M. M. O curso de graduação em biblioteconomia da UFMG. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 19, n. esp., p. 37-67, mar. 1990.
- GILLILAND, A. Neutrality, social justice and the obligations of archival education and educators in the twenty-first century. **Archival Science**, n. 11, p. 193-209, 2011.
- LOPEZ, A. P. A. A formação de arquivistas no Brasil: notas para um debate. In: VALENTIM, M. L. P. (org). **Estudos avançados em Arquivologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p. 181-196.
- MASETTO, M. T. **Competência pedagógica do professor universitário**. 2 ed. São Paulo: Summus, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNS/CES 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História,

Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em 31 maio 2019.

NEGREIROS, L. R.; SILVA, W. A.; ARREGUY, C. A. C. Metodologia para análise, avaliação e reestruturação curricular de cursos de Arquivologia: a experiência do curso de Arquivologia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 5, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: AABA, 2012.

SZLEJCHER, A. Investigación y formación archivística: los nuevos desafíos. In: MARQUES, A. A. C.; RONCAGLIO, C., RODRIGUES, G. M. **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras**: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Brasília: Thesaurus, 2011, p. 17-52.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Projeto pedagógico do curso de Arquivologia. Belo Horizonte, 2012. Disponível em <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico>> . Acesso em: 31 maio 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. Relatório de versão curricular do curso de Arquivologia. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://colgradarquivo.eci.ufmg.br/documentos/configuracao-curricular-arquivologia-n-20151>>. Acesso em 31 maio 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO. Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de graduação: Arquivologia. Belo Horizonte, 2017. (Não publicado).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Resolução complementar n. 01/2018, de 20 de fevereiro de 2018. Aprova as Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <https://ufmg.br/storage/5/9/2/9/592961707134d5baa49cc04ace3e19f6_15489657205599_1786148042.pdf>. Acesso em 31 maio 2019.

Apêndice A – Quadro comparativo dos currículos do curso de Arquivologia da UFMG (disciplinas obrigatórias)

Período	Currículo vigente de 2015 a 2019	Currículo a ser implementado em 2020
1º	Elaboração e apresentação de trabalhos científicos	História dos arquivos e da Arquivologia
	Formação das instituições do Brasil contemporâneo	Fundamentos da Arquivologia
	Introdução à Arquivologia	Produção dos registros do conhecimento
	Introdução à informática	Arquivologia e tecnologias contemporâneas
	Produção dos registros do conhecimento	Teorias da organização
2º	Cultura e informação	Gestão de documentos (classificação)
	Fundamentos da Arquivologia	Elaboração de plano de classificação de documentos
	História administrativa do Brasil	Organização e métodos aplicados à Arquivologia
	Introdução a banco de dados	História administrativa do Brasil
	Teorias da organização	Diplomática
3º	Gestão de documentos arquivísticos I	Gestão de documentos (avaliação)
	Memória e patrimônio cultural	Elaboração de tabela de temporalidade e destinação de documentos
	Métodos e técnicas de pesquisa	Cultura e informação
	Organização e métodos aplicados à Arquivologia	Memória e patrimônio cultural
	Preservação de acervos	Preservação de acervos
4º	Diplomática	Arquivos permanentes (arranjo)
	Estudos de usuários de arquivo	Educação patrimonial
	Gestão de documentos arquivísticos II	Paleografia
5º	Arquivos permanentes I	Arquivos permanentes (descrição)
	Gestão de documentos arquivísticos digitais	Administração do serviço de arquivo permanente
	Projeto e planejamento de instituições e serviços arquivísticos	Política e legislação arquivísticas
6º	Ação cultural e educação patrimonial	Projeto e planejamento de instituições e serviços arquivísticos
	Arquivos permanentes II	Difusão em arquivos
	Paleografia	Estudo de usuários de arquivo
	Planejamento e gestão de redes e sistemas de arquivos	Formação das instituições do Brasil contemporâneo
7º	Elaboração e apresentação de trabalhos científicos	Elaboração e apresentação de trabalhos científicos
	Estágio Supervisionado em Arquivologia A	Planejamento de redes e sistemas de arquivo
	Pesquisa em Arquivologia	Métodos e técnicas de pesquisa
8º	Política e legislação arquivística	Estágio supervisionado em Arquivologia A
	Elaboração de projetos de financiamento e fomento	Pesquisa em Arquivologia
	Estágio Supervisionado em Arquivologia B	Fundamentos da Ciência da Informação
	Fundamentos da Ciência da Informação	Estágio supervisionado em Arquivologia B

Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ)

Academic profile of the members of the group of Teaching and Research in Archival Science (EPARQ)

Evelin Mintegui (1), Roberta Pinto Medeiros (2)

(1) Professora da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. eminteguimail@gmail.com.

(2) Professora da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Doutoranda em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. roberta.furg@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar o perfil acadêmico dos participantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, com o intuito de obter uma imagem coletiva dos atores da comunidade arquivística envolvida com o Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia. Aproveitando a oportunidade de um recadastramento dos e-mails do referido grupo, foi enviado um formulário interessado no levantamento de informações sobre formação, atuação profissional e pesquisa. O perfil levantado demonstra que 60% são graduados em Arquivologia, 10% possuem dupla graduação, sendo maior a frequência em arquivologia e história, e que 55,3% do grupo é composto por doutores. Além disso, a principal área de pós-graduação da titulação mais alta, obtida ou em andamento, é a de Ciência da Informação. Os cursos *lato sensu* foram declarados na titulação de 17,3%, em todos os casos acompanhando alguma formação *stricto sensu*, obtida ou em andamento. Foi encontrado um número significativo de arquivistas, sendo que a metade deste subconjunto apresenta doutorado em andamento ou título de doutor. Espera-se que os dados aqui trazidos possam contribuir como parte do diagnóstico do campo de pesquisa e ensino da Arquivologia no país, de maneira a reforçar a proposta de criação de uma associação de ensino e pesquisa na área.

Palavras-chave: Perfil acadêmico; Grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia; Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia; Formação acadêmica.

Abstract

The aim of this paper is to present the academic profile of the participants of the Group of Teaching and Research in Archival Science, with the aim of obtaining a collective image of the actors of the archival community involved with the National Forum of Teaching and Research in Archival Science. Taking advantage of the opportunity to re-register the e-mails of the aforementioned group, a form was sent interested in collecting information about formation, professional activity and research. The surveyed profile shows that 60% are graduates in Archival Science, 10% have double degrees, being more frequent in Archival Science and History. And that 55.3% of the group is composed of doctors. In addition, the major postgraduate area of the highest degree, obtained or in progress, is that of Information Science. The *lato sensu* courses were declared in the titration of 17.3%, in all cases accompanying some *stricto sensu* formation, obtained or in progress. A significant number of archivists were found, with half of this subset presenting a doctoral degree in progress or doctoral degree. It is hoped that the data presented here may contribute as part of the diagnosis of the field of research and teaching of archival science in the country, in order to reinforce the proposal to create a teaching and research association in the area.

Keywords: Academic profile; Group of Teaching and Research in Archival Science; National Forum of Teaching and Research in Archival Science; Academic training.

1 Introdução

O grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) foi criado no ano de 2010 ao final da primeira Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), constituindo-se como principal estratégia de comunicação e mobilização, primeiramente dos coordenadores de cursos de arquivologia e, posteriormente, dos demais interessados no projeto de uma associação científica, para mobilização de assuntos da área, difusão de informativos como concursos, etc. Com o passar dos

anos, o grupo cresceu e ampliou-se o número de integrantes. Notou-se a duplicação de perfis, membros inativos, bem como alterações de endereços eletrônicos (principalmente daqueles que usam e-mails institucionais).

A proposta deste trabalho surgiu no escopo de um recadastramento, levado a cabo por meio de um formulário que, além de solicitar a confirmação da intenção de participação da lista e, por consequência, do universo de discussões do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (FEPARQ), permitiu levantar informações acerca do perfil acadêmico desse

conjunto de pessoas. Assim, objetiva-se aqui apresentar esses dados de maneira a contribuir para o fortalecimento da ideia da construção de uma entidade voltada para a discussão e a disseminação da Arquivologia por meio de uma imagem coletiva de seus atores.

A seguir, apresenta-se brevemente o contexto do Grupo EPARQ: a REPARQ e o FEPARQ.

2 A REPARQ, o FEPARQ e o grupo EPARQ

O estabelecimento da REPARQ é resultante de um movimento provocado, especialmente, pela criação de diversos novos cursos de graduação no país no final da década de 2000. A já reconhecida necessidade de uma maior visibilidade da Arquivologia como campo autônomo de pesquisa encontrava, então, uma excelente oportunidade para a elaboração de estratégias conjuntas por parte desta relativamente nova comunidade científica. A harmonização curricular na graduação, o mapeamento de linhas de pesquisa e de programas de pós-graduação em que a temática dos arquivos estivesse presente, bem como a criação de cursos *stricto sensu* na área, entre outras temáticas não menos relevantes, começavam a constituir-se como demandas. Nesse contexto, no ano de 2010, em Brasília, os coordenadores de todos os cursos de graduação em Arquivologia reuniram-se, considerando, entre outras justificativas, a necessária criação de um

[...] espaço permanente de interlocução para os docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da área, bem como de um espaço próprio para a produção de pesquisas arquivísticas, tendo em vista a relevância do amadurecimento da Arquivologia como campo científico relativamente autônomo, sem perder de vista as suas interfaces com outras disciplinas e áreas do conhecimento (REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA, 2010, [s. p.]).

Na reunião seguinte, realizada em 2011 no Rio de Janeiro, foi colocada e aprovada como recomendação a criação do FEPARQ. O FEPARQ tem o “objetivo de assegurar a criação e instalação da entidade nacional de ensino e pesquisa em Arquivologia” (MARIZ, JARDIM, SILVA, 2012, p. 512), constituindo-se como uma organização transitória, a ser extinta quando seu objetivo for cumprido.

Desde então realizaram-se mais três REPARQs: 2013 (Salvador), 2015 (João Pessoa) e 2017 (Belo Horizonte). Em 2019, a reunião terá lugar na cidade de Belém, no Pará. Considera-se que as reuniões realizadas atingiram o objetivo de criação de espaço de interlocução qualificado, tanto no sentido acadêmico quanto no sentido político. No sentido acadêmico, porque recebe, avalia e publica trabalhos resultantes das práticas de pesquisa e ensino de Arquivologia no Brasil, estabelecendo-se como evento regular, reconhecido e

frequentemente financiado por agências oficiais de fomento de pesquisa. No sentido político, porque congrega um conjunto de pesquisadores e professores com o objetivo de fortalecer e ampliar o reconhecimento da área, o que implica na organização e no posicionamento, que podem ser verificados tanto nas recomendações e moções das reuniões quanto nos diversos manifestos lançados pelo FEPARQ.

Assim, pode-se aceitar que os participantes do grupo EPARQ têm em comum a intenção de participar do universo de discussões e objetivos do FEPARQ, ainda que, até o momento da escrita deste trabalho, nenhuma forma de declaração de participação ou inscrição tenha sido formalizada pelo fórum.

No Brasil, as associações profissionais tiveram expressiva participação no movimento de institucionalização da Arquivologia e na formação de arquivistas (GOMES, 2014; SILVA E ORRICO, 2015). Entretanto, uma associação científica representa a consolidação de um grupo de ideias um tanto distinto daquelas de cunho profissional.

Sobre as funções das associações científicas, de maneira geral, Junqueira coloca que

(...) assumem um conjunto plural de funções, que apesar de ligadas de uma forma ou outra à esfera científica, vão além da comunicação entre pares ou do desenvolvimento do saber científico (JUNQUEIRA *et al.*, 2014, p. 78).

De acordo com Oliveira (2017), qualquer que seja o domínio das associações científicas, cada vez mais existe a expectativa do papel que possam ter na definição de políticas públicas. É exatamente essa prerrogativa evidenciada por Roncaglio (2015), quando coloca a necessidade de uma associação científica na área de Arquivologia:

No caso aqui abordado, entende-se que é importante e oportuno que se estruture uma associação de caráter científico para, em linhas gerais, favorecer maior integração da comunidade de pesquisa vinculada à área de Arquivologia e para obter maior reconhecimento e autoridade perante as agências de fomento, entre elas, CNPq, Capes e Fundações Estaduais de Pesquisa (FAPs) (RONCAGLIO, 2015, p. 257).

Considerando o teor dos editais de tais órgãos e agências de fomento, o doutoramento seria um requisito mínimo, tanto quanto para diversas outras atividades no âmbito das universidades e fundações de pesquisa.

Entre os estudos levantados sobre o perfil acadêmico e Arquivologia, destacam-se os de Aguiar (2015), Oliveira (2014), Silva, Arreguy e Negreiros (2016) e Marques *et al.* (2018).

Aguiar, Barbalho e Fonseca (2015) informam que, em buscas na plataforma Lattes, o termo “Arquivologia” era citado em 1364 currículos (389 por doutores e 975 por demais pesquisadores). “Arquivística”, por sua vez,

foi citado em 952 currículos (278 por doutores e 674 por demais tipos de pesquisadores). Para analisar os campos em que esses termos foram citados, o autor optou por uma amostra correspondente aos docentes dos três cursos de graduação em Arquivologia mais antigos do Brasil (UNIRIO, UFSM e UFF). Nesse estudo, verificou-se que o percentual de doutores era de 50%, com potencial de aumento para 76% considerando os mestres em processo de doutoramento. 59% desses docentes tinham entrado em serviço depois do ano 2000.

Oliveira (2014), entre outros dados de interesse para compreender a formação dos arquivistas no Brasil, informa a baixa da frequência de docentes também graduados em Arquivologia (22,69%). Silva, Arreguy e Negreiros (2016) também trazem elementos sobre o perfil docente dos cursos de graduação em arquivologia em seus estudos sobre as possibilidades de harmonização curricular, com dados sobre graduação e áreas da pós-graduação dos professores.

Já Marques et al. (2018) realizaram levantamento sobre os grupos de pesquisa certificados pelo CNPq, com temáticas arquivísticas, buscando relacionar suas linhas de pesquisa com as agendas de pesquisa propostas anteriormente pela literatura na área.

Todos esses estudos trazem dados sobre diferentes aspectos ou de subconjuntos do grupo EPARQ, composto por docentes, pesquisadores, pós-graduandos e graduados em arquivologia, caracterizando-o como uma comunidade específica.

Logo, o perfil dos participantes desse grupo pode informar a mesma comunidade sobre quem são seus membros e permitir que se tracem estratégias que possam promover a mobilização deste conjunto de pessoas, de maneira que mais um passo seja dado em direção à maior visibilidade da Arquivologia.

3 Metodologia

Os dados aqui apresentados são resultados da combinação de metodologias quantitativas e qualitativas que foram reproduzidas em algumas técnicas: um levantamento histórico da REPARQ, do FEPARQ e do grupo EPARQ; um questionário aplicado por meio de um formulário (via *Google Forms*) para o recadastramento no grupo EPARQ, disponibilizado para preenchimento entre 11 de fevereiro e 31 de março de 2019; e a análise dos dados coletados tanto pelo levantamento quanto pelo formulário.

O levantamento histórico da REPARQ, do FEPARQ e do grupo EPARQ foi necessário para a compreensão do objetivo de criação de uma entidade nacional de ensino e pesquisa em Arquivologia. O intuito não foi o de fazer um histórico aprofundado, visto não ser este o objetivo da pesquisa. No entanto, era necessário para se medir se

houve desde o início a vontade da criação e instalação de uma entidade nacional. Para o levantamento foram utilizados recursos como os sites das REPARQs e algumas publicações sobre o tema.

O objetivo do formulário foi bastante específico: levantar o número de integrantes no grupo EPARQ, o número de doutores ou mestres, quantos grupos de pesquisa existem, as temáticas mais pesquisadas, entre outras características que podem ser mais bem visualizadas na seção 4 deste trabalho.

A validade das respostas do formulário, para os fins desta pesquisa, está relacionada aos seguintes critérios: o respondente deveria identificar-se como pessoa física e preencher as respostas até o fim do formulário. Desta forma, foram consideradas 150 respostas válidas das 162 obtidas.

4 Resultados

O grupo EPARQ apresenta, até o momento, 328 endereços de e-mail cadastrados (327 + proprietário). O maior número de inscrições concentrou-se no ano de 2013, quando foi realizada a III REPARQ, em Salvador, como pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1. *Inscrições no Grupo EPARQ por ano*

Ano	Número de inscrições
2010	46
2011	35
2012	32
2013	85
2014	43
2015	21
2016	44
2017	13
2018	9
Total	328

Fonte: Grupo EPARQ, 2019.

O número de respostas ao formulário consideradas válidas para fins de levantamento do perfil foi de 150, o que corresponde a 45,7% dos inscritos no grupo EPARQ.

O grupo EPARQ apresenta, em sua maioria, graduados em Arquivologia, seguidos por graduados em História e Biblioteconomia, dentre outras graduações, como pode ser visualizado na Tabela 2.

Tabela 2. *Cursos de Graduação dos Participantes do grupo EPARQ*

Curso	Frequência
Arquivologia	90
História	36
Biblioteconomia	17
Ciências Sociais	3
Comunicação Social	4
Administração	2
Letras	2
Bacharelado em Piano	1
Engenharia Mecânica	1
Filosofia	1
Matemática	1
Medicina	1
Pedagogia	1
Sociologia	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Do total de 150 inscritos no grupo, 13% dos respondentes apresentam dupla graduação, e um deles, tripla graduação, conforme Tabela 3.

Tabela 3. Dupla Graduação dos Participantes do grupo EPARQ

Cursos		
Arquivologia	História	9
Arquivologia	Comunicação Social	3
Arquivologia	Ciências Sociais	2
Arquivologia	Biblioteconomia; Artes Plásticas	1
Arquivologia	Sociologia	1
Biblioteconomia	Comunicação Social	1
Biblioteconomia	História	1
Ciência da Computação	Matemática	1
Letras	Medicina	1

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Foi observado, de acordo com a Tabela 4, que mais da metade dos respondentes do formulário apresenta a titulação de doutor.

Tabela 4. Nível Pós-Graduação dos Participantes do grupo EPARQ

Titulação	Frequência	Percentual
Doutor	83	55,3
Doutorando	26	17,3
Mestre	38	25,3
Mestrando	1	0,7
Graduado	2	1,3
Total	150	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A pós-graduação *lato sensu* foi declarada com maior frequência por 26 pessoas, as quais também possuem alguma formação *stricto sensu* completa ou em andamento. A lista de cursos de especialização *lato sensu* pode ser verificada no Apêndice A.

Entre os programas de pós-graduação apontados na maior titulação (efetiva ou em andamento) pelos membros do Grupo EPARQ, destaca-se o programa de pós-graduação em Ciência da Informação como curso com maior frequência (72), seguido pelo de História (10), o de Gestão de Documentos e Arquivos (9), o de Patrimônio Cultural (9), o de História Social (8), o de Educação (6), o de Memória Social (6), o de Comunicação (4), o de Sociologia (4), o de Difusão do Conhecimento (3) e o de Letras (2), conforme podem ser visualizados os dados completos no Apêndice B.

É interessante observar os dados acerca do número de doutores e mestres entre os graduados em arquivologia, conforme a Tabela 5. Esses dados têm um impacto significativo na área, pois com o aumento de doutores há fortes indícios de fortalecimento do grupo e, conseqüentemente, indicativos para a criação de uma associação nacional na área de Arquivologia.

Tabela 5. Nível de Graduação dos Arquivistas Participantes do grupo EPARQ

Titulação	Frequência	Percentual
Doutor	34	38,2
Doutorando	22	24,7
Mestre	30	33,7
Mestrando	1	1,1
Graduado	2	2,2
Total	90	100

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os programas de pós-graduação de maior titulação obtidos ou em andamento dos arquivistas podem ser visualizados no Apêndice C. Novamente, o curso de pós-graduação em Ciência da Informação é o predominante no conjunto de arquivistas participantes do grupo EPARQ. Já as especializações *lato sensu* declaradas pelos arquivistas concentram-se especialmente nos cursos de Gestão de Arquivos (4) e História do Brasil (3).

apenas uma citação os termos arquivos digitais, arquivos pessoais digitais, cadeia de custódia digital arquivística, documentos digitais e TIC's, gestão de documentos arquivísticos digitais, gestão de documentos físicos e digitais, gestão de produtos digitais, humanidades digitais, preservação de documentos arquivísticos digitais, repositórios arquivísticos digitais confiáveis, repositórios digitais arquivísticos e transformação digital.

5 Conclusão

O perfil acadêmico do grupo EPARQ pode, então, ser expressado nos seguintes termos: 60% de graduados em Arquivologia; 10% com dupla graduação, em sua maior frequência arquivologia e história; 55,3% do Grupo composto por doutores. A principal área de pós-graduação da titulação mais alta, obtida ou em andamento, é a de Ciência da Informação. Os cursos *lato sensu* foram declarados na titulação de 17,3%, em todos os casos acompanhando alguma formação *stricto sensu*, obtida ou em andamento.

O recorte realizado para análise do conjunto de respondentes com graduação em Arquivologia segue a mesma tendência do grupo em geral no que se refere à pós-graduação *stricto sensu* obtida e ou em andamento, ou seja, a de Ciência da Informação é a área mais presente na formação desse subconjunto. Os doutores representam aqui 38,2%, com promissores 24,7% em processo de obtenção do doutorado. Isto é, em breve o conjunto de arquivistas do grupo EPARQ terá mais da sua metade composta por doutores.

De volta aos dados do grupo como um todo, a vinculação institucional permite afirmar que a distribuição geográfica dos componentes do grupo está majoritariamente concentrada na região sudeste, seguida pelas regiões sul e nordeste. Essas instituições são majoritariamente nacionais, ainda que se verifique a baixa presença de instituições internacionais. A maior parte dos membros do grupo EPARQ identificou-se como professor em cursos de graduação em Arquivologia, sendo que 50,5% deles apresentam 10 ou mais anos de experiência docente.

Os membros também declararam vincular-se a grupos de pesquisa, em sua maioria cadastrados no CNPQ, relacionados a 23 instituições de pesquisa. O grupo EPARQ apresenta 24 membros líderes desses grupos de pesquisa.

As palavras-chave apresentadas nos permitem verificar a amplitude dos interesses de pesquisa dos participantes do grupo. Ainda que a maior concentração esteja relacionada a gestão de documentos, é interessante observar a miríade de temáticas que, embora apareçam em frequência mais baixa, apresentam um panorama diverso e múltiplo.

Os dados levantados no cadastramento do grupo EPARQ apresentam, ainda, diversas possibilidades de análise e entrecruzamento com outras informações. Entre elas, coloca-se a análise da produção científica do grupo, através do rastreamento dos currículos *lattes* de seus integrantes.

Finalmente, espera-se que os dados aqui trazidos possam contribuir como parte do diagnóstico do campo de pesquisa e ensino da Arquivologia no país, tanto no sentido de demonstrar os resultados dos investimentos na graduação e pós-graduação, como evidenciar que se trata de um grupo com qualificação, com interesses científicos e com potencial de mobilização, atuando em universidades, fundações de pesquisa e grupos de pesquisa.

Referências

- AGUIAR, Leandro Coelho; BARBALHO, Renata Regina Gouvêa; FONSECA, Vitor Manoel Marques. O currículo Lattes como fonte de informação no estudo da produção do conhecimento científico em Arquivologia. . In: MATOS, Teresa Navarro de Britto; CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza. SÁ, Alzira Queiróz Godim Tude de; FREIXO, Aurora Leonor. (Orgs). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- GOMES, Yuri Queiroz. Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: 1971-1978. In: **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2014.
- JUNQUEIRA, Luís; DELICADO, Ana; REGO, Raquel; CONCEIÇÃO, Cristina Palma. Participação associativa dos investigadores científicos. **Sociologia**, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol XXVII, 2014, p. 67-88.
- MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite. (Orgs). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia**. Rio de Janeiro: Móbile: Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. A pesquisa em arquivos e arquivologia no brasil: análise dos grupos de pesquisa certificados pelo CNPq. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson. (Orgs). **Ensino e pesquisa em arquivologia: cenários prospectivos**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2018. Disponível em: <http://vpreparq.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/10/Ensino-e-pesquisa-em-arquivologia-cenarios-prospectivos.pdf> Acesso em 10 ago. 2019.
- OLIVEIRA, Madalena. Associações científicas da ideia de rede ao ideal de comunidade. In: MARTINS, Moisés de Lemos. **A internacionalização das comunidades**

lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas: o caso das ciências da comunicação. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2017.

OLIVEIRA, Flávia Helena de. **A formação em Arquivologia nas universidades brasileiras:** objetivos comuns e realidades particulares. Brasília: FCI/UnB, 2014. 223 fl. (Tese de Doutorado). Orientador: Prof. Dr. Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

REUNIÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA. Disponível em:
<http://www.reparq.arquivistica.org/reparq2010> Acesso em: 31 mar. 2019.

RONCAGLIO, Cynthia. A Reparq e a proposta de uma associação de ensino e pesquisa em Arquivologia. In: MATOS, Teresa Navarro de Britto; CUNHA, Francisco José Aragão Pedroza; SÁ, Alzira Queiróz Godim Tude de; FREIXO, Aurora Leonor. (Orgs). **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2015.

SILVA, Welder Antônio; ARREGUY, Cíntia Aparecida Chagas; NEGREIROS, Leandro Ribeiro. IN: NEVES, Dulce Amélia de Brito; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia. (Orgs). **Cartografia da pesquisa e ensino da arquivologia no Brasil: IV REPARQ** [recurso eletrônico]. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. Disponível em:
<http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/96/24/435-1> Acesso em 10 ago. 2019..

SILVA, Eliezer Pires da; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. **O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico.** Perspectivas em Ciência da Informação, v.20, n.3, p.85-100, jul./set. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v20n3/1413-9936-pci-20-03-00085.pdf> Acesso em 10 ago. 2019.

Apêndice A – Cursos *Lato Sensu* informados pelos membros do grupo EPARQ

CURSO <i>LATU SENSU</i>	Frequência
Especialização em História do Brasil	6
Especialização em Gestão de Arquivos	5
Especialização em Organização de Arquivos	3
Especialização em Arquivos Públicos	2
Especialização em Administração Hospitalar	1
Especialização em Arquivologia	1
Especialização em Arquivos e Direitos Humanos	1
Especialização em Auditoria Interna	1
Especialização em Ciência da Computação	1
Especialização em Ciência da Informação	1
Especialização em Conservação e Preservação Fotográfica	1
Especialização em Gestão da Informação e Inteligência Competitiva	1
Especialização em Gestão da Inovação e Difusão Tecnológica	1
Especialização em Gestão Pública	1
Especialização em Organização do Conhecimento para Organização da Informação	1
Especialização em Preservação de Acervos	1
Especialização em Serviços e Sistemas de Informação	1

Apêndice B – Cursos *Stricto Sensu* informados pelos membros do grupo EPARQ

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	Frequência
Ciência da Informação	72
História	10
Gestão de Documentos e Arquivos	9
Patrimônio Cultural	9
História Social	8
Educação	6
Memória Social	6
Comunicação	4
Sociologia	4
Difusão do Conhecimento	3
Letras	2
Memória Social e Patrimônio Cultural	1
Ciência Política e Relações Internacionais	1
Documentação	1
Educação em Ciências	1
Engenharia de Produção	1
Engenharia Elétrica	1

História das Ciências	2
Língua Espanhola	1
Linguística	1
Meio Ambiente e Desenvolvimento	1
Mercado de Trabalho	1
Multimeios	1
Musicologia	1
Patrimônio Cultural Material	1

Apêndice C – Cursos *Stricto Sensu* informados pelos Graduados em Arquivologia membros do grupo EPARQ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	Frequência
Ciência da Informação	42
Patrimônio Cultural	9
Gestão de Documentos e Arquivos	8
Memória Social	6
História Social	5
Educação	3
Comunicação	2
História das Ciências	2
Letras	2
Ciências Políticas e Relações Internacionais	1
Difusão do Conhecimento	1
Documentação	1
História	1
Língua Espanhol - disponibilidade léxica	1
Memória Social e Patrimônio Cultural	1
Patrimônio Cultural Material	1
Sociologia	1

Apêndice D – Palavras-chave representando interesses de pesquisa dos membros do grupo EPARQ

PALAVRAS-CHAVE	Frequência
Gestão de documentos	32
Memória	13
Arquivos pessoais	12
Diplomática	12
Preservação digital	12
Descrição Arquivística	11

Classificação	10
Fundamentos da Arquivologia	8
Arquivos permanentes	7
Documentos Arquivísticos Digitais	7
Documentos digitais	7
Preservação	7
Descrição	6
História dos arquivos	6
Paleografia	6
Políticas Arquivísticas	6
Tipologia documental	6
Acesso à informação	5
Avaliação de documentos	5
Epistemologia da Arquivologia	5
História da Arquivologia	5
Identificação Arquivística	5
Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos	5
Arquivos universitários	4
Avaliação	4
Gestão	4
Gestão Documental	4
Patrimônio	4
Acesso	3
Arquivos e Direitos Humanos	3
Arquivos municipais	3
Avaliação arquivística	3
Conservação	3
Cultura	3
Descrição de documentos	3
Documento	3
Documento digital	3
Ensino de Arquivologia	3
Fotografia	3
Gestão Arquivística	3
Gestão da informação	3
Política de informação	3
<i>Archivematica</i>	2
Arquivos	2
Arquivos de ciência e tecnologia	2
Arquivos de museus	2
Arquivos empresariais	2

Arquivos privados	2
AtoM	2
Audiovisual	2
Bancos de dados aplicados à Arquivologia	2
Classificação Arquivística	2
Classificação de documentos	2
Difusão	2
Difusão arquivística	2
Digitalização	2
Empreendedorismo	2
Epistemologia	2
Estudo de usuários de arquivos	2
Formação arquivista	2
Formação profissional	2
Gestão de documentos arquivísticos	2
Instituições Arquivísticas	2
Memória e patrimônio	2
Memória social	2
Política Pública Arquivística	2
Preservação Arquivística	2
Preservação de acervos	2
RDC-Arq	2
Teoria	2
Tipologia	2
Usos e usuários	2
Ação cultural em arquivo	1
Ação educativa em arquivo	1
Acesso aos acervos Arquivísticos	1
Acesso aos documentos	1
Administração pública federal	1
Antropologia	1
Arquivista	1
Arquivística contemporânea	1
Arquivo	1
Arquivo e Cidadania	1
Arquivologia	1
Arquivologia e Ciência da Informação	1
Arquivologia e Educação	1
Arquivologia e Sociedade	1
Arquivologia social	1
Arquivos científicos	1

Arquivos da ditadura	1
Arquivos de instituições científicas em saúde	1
Arquivos de pessoas	1
Arquivos digitais	1
Arquivos e Literatura	1
Arquivos e Movimentos sociais	1
Arquivos e patrimônio cultural	1
Arquivos e sociedade	1
Arquivos escolares	1
Arquivos fotográficos	1
Arquivos históricos	1
Arquivos Municipais do Brasil	1
Arquivos pessoais de cientistas	1
Arquivos pessoais digitais	1
Arranjo	1
<i>Associação profissional</i>	1
Associativismo	1
Atuação profissional	1
Autenticidade de documentos	1
Avaliação das unidades de informação	1
Cadeia de Custódia Digital Arquivística	1
<i>Cadena de custodia</i>	1
<i>Capacitação profissional</i>	1
Cemitério	1
Ciência da informação	1
Cinema	1
Classificação e arranjo	1
Competência em informação	1
Comunicação científica	1
Correio eletrônico	1
Currículo	1
Descrição de arquivo	1
Destruição dos arquivos	1
Diplomática Arquivística	1
Diplomática contemporânea	1
Direito de acesso à informação	1
Disseminação	1
Diversidade em arquivos	1
Documentação	1
Documento fotográfico	1
Documentos Digitais e TICs	1

Documentos empresariais	1
Documentos especiais	1
Editoração científica	1
Educação Patrimonial	1
Epistemologia da arquivologia e da tecnologia	1
Epistemologia social	1
Estudos de usuário	1
Ética	1
Ética da informação	1
Ética profissional	1
Ética Profissional Arquivística	1
Filmes documentários	1
Fontes documentais históricas	1
Formação dos Bacharelados em Arquivologia no Brasil	1
Formação Profissional em Arquivologia	1
Função avaliação	1
Função descrição	1
Função Social dos Arquivos	1
Funções arquivísticas	1
Gestão arquivística de documentos	1
Gestão arquivística de documentos em todo tipo de suporte	1
Gestão da informação e do conhecimento	1
Gestão da memória	1
Gestão de acervos	1
Gestão de Documentos Arquivísticos Digitais	1
Gestão de documentos digitais	1
Gestão de documentos físico e digitais	1
Gestão de Produtos Digitais	1
Gestão do conhecimento	1
Gestão pública	1
Governança Arquivística	1
História	1
História da arquivologia no Brasil	1
História do pensamento arquivístico	1
História institucional	1
Humanidades Digitais	1
Identidade	1
Identificação	1
Imagens	1
Indexação	1
Infoprodutos	1

Informações em saúde	1
Instrumentos de pesquisa nos arquivos	1
Interdisciplinaridade	1
Justiça Social	1
Lei de Acesso à informação	1
Linguagem e Arquivologia	1
<i>Literacia</i>	1
Manuscritos	1
Mediação	1
Mediação em arquivos	1
Memória de instituições arquivísticas	1
Memória e história institucional	1
Memória Institucional	1
Memoriais	1
Mercado de Trabalho	1
Mercado de trabalho e arquivologia	1
Método de Pesquisa Documental Arquivística (Archival Research)	1
Metodologia	1
Metodologia Científica em Arquivologia	1
Metodologia de Identificação	1
Movimentos Sociais	1
Noção de Ramificação	1
Normalização arquivística	1
Normalização da gestão dos documentos eletrônicos	1
Organização	1
Organização da informação	1
Organização de arquivos	1
Organização do Conhecimento	1
Patrimônio Arquivístico	1
Patrimônio arquivístico comum	1
Patrimônio Documental	1
Pedagogia do Ensino Superior	1
Perfil docente em Arquivologia	1
Perfil Institucional em Arquivologia	1
Pesquisa	1
Pesquisa em Arquivologia	1
Pesquisa em Arquivos	1
Planejamento de Instituição Arquivística	1
Planejamento e projetos arquivísticos	1
Plataformas arquivísticas de acesso	1
Plataformas de Acesso, Difusão e Transparência Ativa de Documentos	1

Políticas de Arquivos	1
Políticas públicas e arquivos	1
Preservação do Conhecimento	1
<i>Preservación documento archivístico digital</i>	1
Processos de Criação	1
Processos documentários	1
Projetos Arquivísticos	1
Projetos e sistemas de arquivos	1
Rede de Arquivos	1
Redes de Arquivistas	1
Registro civil	1
Relações de gênero	1
Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis	1
Repositórios Digitais Arquivísticos	1
Representação da Informação	1
Representação da Informação Arquivística	1
Representação da Informação Orgânica	1
Reprografia	1
Segurança da Informação	1
Serviços arquivísticos federais	1
Sistemas de informação	1
Sociedade	1
Tecnologia	1
Tecnologia da informação	1
Tecnologias de informação	1
Teoria arquivística	1
<i>Trajetória Institucional</i>	1
Transformação Digital	1
Uso social dos arquivos	1
Usuários	1
Usuários de arquivo	1

A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa

The Information Literacy in Archival Science: reflections under the research focus

Renata Lira Furtado (1), Regina Célia Baptista Belluzzo (2), Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (3)

(1) Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Arquivologia (FAARQ), Campus Guamá, Belém/PA. (2,3) Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), Campus Marília, Marília/SP
(1) renatalira@ufpa.br (2) rbelluzzo@gmail.com (3) marcia.pazin@unesp.br

Resumo

Visando contribuir para consolidação das pesquisas em torno da díade Competência em Informação-Arquivologia, este artigo objetiva estabelecer uma relação teórico-prática entre as “Dimensões Conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”, o Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” e o Projeto de Pesquisa “Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações”, ambos desenvolvidos na Universidade Federal do Pará, tendo em vista que a Competência em Informação é considerada uma abordagem de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do arquivista, no aprimoramento e no desenvolvimento da compreensão crítica da informação. As relações indicam forte aderência do instrumento teórico-conceitual com as possibilidades de aplicações práticas vislumbradas na descrição e nas atividades tanto do grupo, como do projeto de pesquisa, considerando o objetivo principal das dimensões de contribuir para inclusão da Competência em Informação no universo arquivístico, especificamente no desenvolvimento de ações, no âmbito da formação e da atuação do arquivista, na construção de um arcabouço teórico que atenda o universo acadêmico-científico da área e das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia e reflitam em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo.

Palavras-chave: Arquivologia; Arquivista; Competência em informação; Grupo de pesquisa; Projeto de Pesquisa.

Abstract

Aiming to contribute to the consolidation of research on the dyad Information Literacy - Archival Science, this article aims to establish a theoretical-practical relationship between the "Conceptual Dimensions for the insertion of Information Literacy in the Brazilian Archival Science Scene", the Research Group "Archival Science and Information Literacy" and the Research Project "Information Literacy and Archival Science: Spectra and Interrelations", both developed at the Federal University of Pará, considering that Information Literacy is considered as an essential learning approach for the development of the archivist, the enhancement and the development of the critical understanding of the information. The relationships indicate strong adherence of the theoretical-conceptual instrument with the possibilities of practical applications envisaged in the description and activities of both the group and the research project, considering the main objective of the dimensions of contributing to inclusion of Information Literacy in the air - specifically in the development of actions within the scope of the archivist's training and performance, in the construction of a theoretical arcade that meets the academic-scientific universe of the area and of the other disciplines that establish relations with the Archival Science, and reflect on actions that benefit society as a whole.

Keywords: Archival Science; Archivist; Information Literacy; Search group; Research project.

1 Introdução

A Competência em Informação (CoInfo) é conceituada como um conjunto de atitudes e conhecimentos necessários para lidar com a informação. É uma disciplina relevante a todos os indivíduos, considerando que possibilita o desenvolvimento da autonomia e está intimamente relacionada ao desenvolvimento do pensamento crítico e do aprendizado ao longo da vida. Horton Jr. (2015) no prefácio da 2ª edição do *Overview of Information Literacy Resources Worldwide* destaca que a CoInfo passou por uma rápida transição – de uma teoria abstrata no final do século XX para um lugar central no arsenal de ferramentas estratégicas do século XXI, próximo da Competência em Mídia e da Competência Digital.

As discussões em torno desta temática surgiram na literatura internacional na década de 1970, abarcadas inicialmente no escopo de pesquisa da Biblioteconomia, consolidando-se posteriormente também na Ciência da informação, inclusive com a participação de órgãos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que na última década, tem promovido ativamente ações em torno da Informação e do Conhecimento, onde a CoInfo aparece como um fator relevante nos projetos que visam à construção de uma sociedade pluralista, equitativa e participativa, capacitando os cidadãos para tomar decisões críticas e proporcionando aos países sustentabilidade para o desenvolvimento político, econômico e social.

No âmbito da Arquivologia, especialmente no Brasil, as discussões em torno da CoInfo ocupam uma posição inicial, mesmo estando a Arquivologia teoricamente próxima da Ciência da Informação. Tal ocorrência pode ser justificada pela baixa incidência de pesquisas na Arquivologia que fogem ao eixo Organização e Representação da informação e pelos estudos em torno da CoInfo terem se desenvolvido massivamente no contexto da Biblioteconomia.

Ressalta-se que a tese de doutorado “A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada” (FURTADO, 2019) que teve como principal objetivo identificar a situação da Competência em informação no cenário arquivístico, considerando o universo teórico/científico, de formação acadêmica e de atuação profissional, a fim de propor subsídios teórico-práticos auxiliares ao desenvolvimento e a aplicação da Competência em Informação no universo arquivístico, evidenciou em seus resultados uma baixa produção teórico/científica, tanto nacional como internacional, diante de uma relação ainda pouco explorada (Arquivologia – Competência em Informação), mas com elevado potencial de pesquisa. No eixo formação acadêmica os resultados apontaram que embora não se identifiquem de forma explícita, os princípios da CoInfo permeiam transversalmente todos os documentos norteadores do ensino em Arquivologia no Brasil, o que facilita a inserção sistematizada de conteúdos específicos nos cursos de graduação. Com relação à atuação profissional, os resultados obtidos com arquivistas que já atuam no mundo do trabalho, evidenciou-se a necessidade de inserção da temática na formação do arquivista, considerando que estes profissionais que já ocupam postos de trabalho identificam, mesmo sem o conhecimento teórico, a relevância das habilidades de CoInfo para a prática cotidiana do arquivista (FURTADO, 2019).

O produto da referida tese é constituído por “Dimensões Conceituais para a Inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”. Acredita-se que essas dimensões configuram-se como um embasamento teórico-conceitual para que os preceitos da CoInfo possam ser inseridos no âmbito da Arquivologia, não apenas no eixo da formação profissional, mas que possa refletir na atuação profissional do arquivista, na construção de um arcabouço teórico relevante que atenda tanto o universo acadêmico-científico arquivístico, como das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia e principalmente possa ser refletida em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo (FURTADO, 2019).

Com o intuito de contribuir para consolidar as pesquisas em torno da CoInfo no cenário arquivístico e a partir dos resultados obtidos na referida pesquisa de doutorado, configurou-se o Projeto de Pesquisa “Competência em

Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações” no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA). Isso, por sua vez, desencadeou a proposição do Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” na mesma instituição, apresentando três distintas Linhas de Pesquisa: 1) Competência em Informação e aprendizagem no contexto arquivístico, 2) Competência em Informação e o fazer arquivístico, 3) Competência em Informação e os fenômenos informacionais no contexto arquivístico.

Assim, diante do cenário apresentado, este artigo tem como objetivo estabelecer uma relação teórico-prática entre as “Dimensões Conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”, o Grupo de Pesquisa Arquivologia e Competência em Informação/UFPA e o Projeto de Pesquisa “Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações”, tendo em vista a CoInfo ser considerada uma abordagem de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do arquivista, no aprimoramento e no desenvolvimento da compreensão crítica da informação.

2 Competência em informação no contexto arquivístico

A Competência em Informação consolida-se como uma disciplina relevante para a sociedade diante dos avanços tecnológicos, da necessidade do indivíduo de desenvolver habilidades para lidar com a informação e usufruir dos recursos tecnológicos. Permeia os processos de aprendizado, investigação, criação, tomada de decisão e resolução de problemas e está intimamente relacionada ao processo de emancipação humana. (DUDZIAK, 2001; CATTS; LAU, 2008).

O conceito de CoInfo que melhor se apresenta ao contexto arquivístico é o proposto pela ACRL (2016), que define a Competência em Informação como o conjunto de capacidades integradas que contempla a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada e o uso da informação na criação ética e legal de novo conhecimento (tradução nossa).

Contudo, pesquisas envolvendo a temática Competência em Informação no âmbito da Arquivologia ainda podem ser consideradas incipientes no cenário nacional: FURTADO, FERREIRA, 2019; MOURA, FURTADO, BELLUZZO, 2019; FURTADO, 2019; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2019; FURTADO, BELLUZZO, 2018; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2018; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2017; MARTENDAL; SILVA; VITORINO, 2017; FURTADO, BELLUZZO, PAZIN, 2016.

Para Martendal, Silva e Vitorino (2017) que analisaram os projetos pedagógicos de três cursos de arquivologia brasileiros, o estudante de graduação em Arquivologia

já convive antes mesmo de desenvolver a prática profissional “com a presença da competência em informação nas disciplinas e conteúdos curriculares dos cursos” (MARTENDAL; SILVA; VITORINO, 2017, p. 22). Observação corroborada por Furtado (2019) que analisou os projetos pedagógicos das dezesseis universidades brasileiras que ofertam a graduação em Arquivologia:

[...] é possível considerar que as diretrizes da CoInfo, transitam nos documentos norteadores da formação arquivística, mesmo que de forma implícita, acentuando a presença da ciência arquivística, nas discussões pertinentes às áreas ditas “da informação” (FURTADO, 2019 p.265).

No que tange aos aspectos teóricos, Furtado (2019) observou que no âmbito internacional é possível identificar termos configurados como uma vertente arquivística da Competência em Informação, ainda que necessitem de uma modelagem mais adequada para tal:

- *Archival Literacy*, caracterizada como uma aplicação contextual da *Information Literacy* e conceituada como um conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar e usar eficientemente arquivos, manuscritos e outros tipos de fontes primárias únicas e não publicadas. Pode ser literalmente traduzido como Competência Arquivística (WEINER; MORRIS; MYKYTIUK, 2014; 2015).

- *Archival Intelligence*, traduzida como Inteligência Arquivística e conceituada como o conhecimento dos princípios, práticas, regras e procedimentos arquivísticos, bem como o desenvolvimento de estratégias de busca para questões de pesquisa e compreensão das fontes primárias (YAKEL; TORRES, 2003).

- *Literacy with primary sources*, traduzido como Competência em Fontes Primárias e conceituado como a combinação de conhecimentos e habilidades para localizar, interpretar, avaliar e usar eticamente as fontes primárias em contextos específicos, a fim de criar novos conhecimentos ou de rever entendimentos (YAKEL, 2004; CARINI, 2016; ACRL, 2018).

Vale lembrar que, nesse contexto, a CoInfo configura-se como um instrumento de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do arquivista, aprimorando e capacitando a compreensão crítica da informação e de conteúdo, juntamente com o desenvolvimento e progresso da Arquivologia no contexto brasileiro.

3 Dimensões conceituais para a inserção da Competência em informação no cenário arquivístico brasileiro

As “Dimensões Conceituais para a Inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico

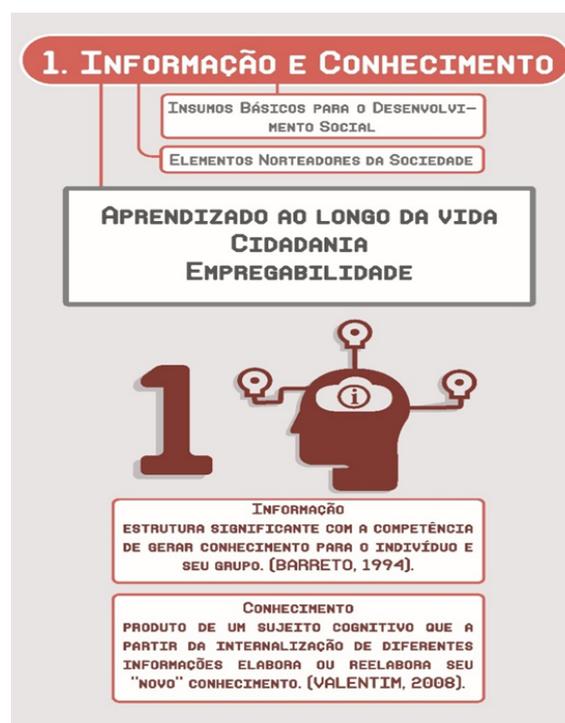
brasileiro” constituem uma modelagem conceitual cujo objetivo é:

[...] contribuir para inclusão da CoInfo no universo arquivístico por meio de conceitos essenciais que auxiliam o entendimento dos preceitos da CoInfo e apoiam a construção de programas e o desenvolvimento de ações, na formação e na atuação profissional do arquivista, bem como na construção de um arcabouço teórico que atenda tanto ao universo acadêmico-científico arquivístico, como a essência das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia e, principalmente, possa ser refletida em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo (FURTADO, 2019).

São cinco as dimensões que compõe o instrumento e para cada uma são apresentadas orientações que conduzem à sua inserção no universo arquivístico.

A **Dimensão 1 – Informação e Conhecimento** (Figura 1) abarca todo o contexto conceitual, onde os dois elementos assumem simbolicamente uma hierarquia superior, sendo reconhecidos como insumos básicos para o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade. Configuram-se, então, como fenômenos interligados pela sua natureza comum, mas não são processos idênticos ou que se confundem, funcionam em níveis distintos, onde o processo de construção do conhecimento supõe estruturação e depuração de informações, processos esses que por sua vez necessitam do acionamento de habilidades que otimizem o processo de construção de conhecimento, habilidades essas que podem ser desenvolvidas por meio da Competência em Informação (FURTADO, 2019).

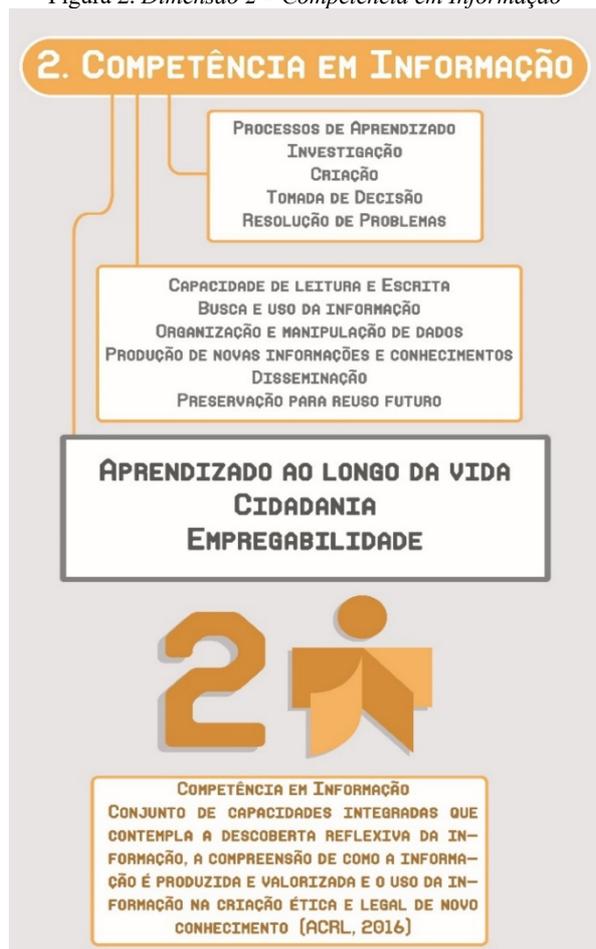
Figura 1. Dimensão 1 – Informação e Conhecimento



Fonte: FURTADO, 2019.

A **Dimensão 2 – Competência em Informação** (Figura 2) é o eixo principal do instrumento, que por sua vez aparece sustentado pela tríade Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade que permeia também as dimensões 3 - Sociedade, 4 - Universidade e 5 - Arquivologia, considerando a configuração concreta de aplicabilidade e funcionalidade de programas e ações da CoInfo que esses três elementos representam (FURTADO, 2019).

Figura 2. Dimensão 2 – Competência em Informação

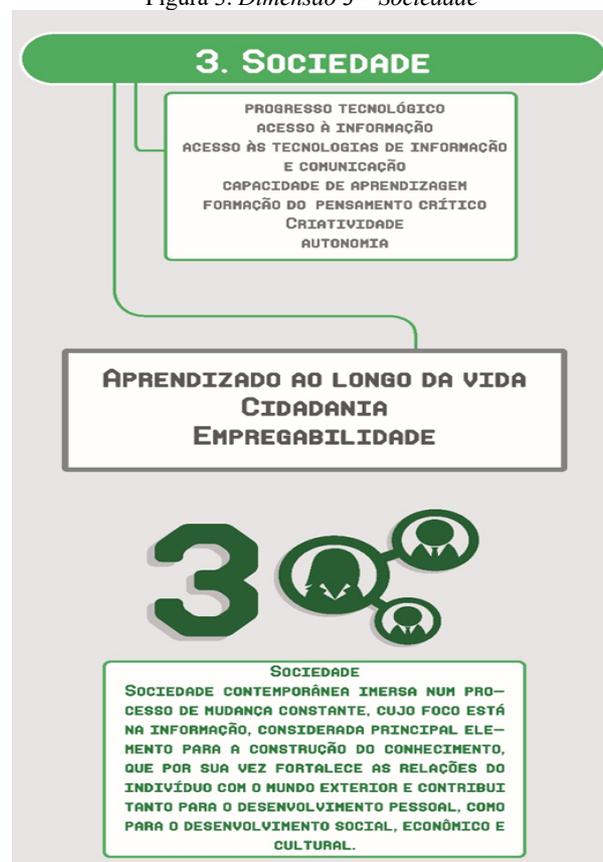


Fonte: FURTADO, 2019.

A **Dimensão 3 – Sociedade** (Figura 3) determina a amplitude de atuação da ferramenta e elenca elementos considerados primordiais para o pleno desenvolvimento da sociedade: o progresso tecnológico, o acesso à informação e às tecnologias de informação e comunicação, a capacidade de aprendizagem, a formação do pensamento crítico, a criatividade e a autonomia. Tais elementos configurados de forma estratégica possibilitam a consolidação de uma sociedade aberta, democrática e alicerçada no desenvolvimento de programas e ações de CoInfo, seja em ambientes formais ou informais, mas que evidenciem a tríade apresentada na Dimensão 2:

Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade (FURTADO, 2019).

Figura 3. Dimensão 3 – Sociedade

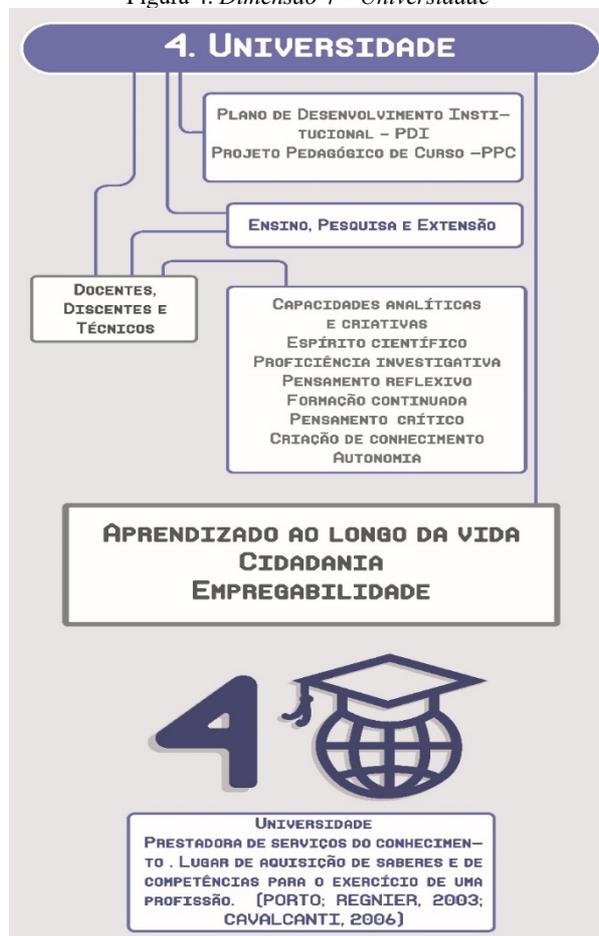


Fonte: FURTADO, 2019.

A **Dimensão 4 – Universidade** (Figura 4), apresenta que as diretrizes norteadoras do ensino superior, por meio do tripé – Ensino, Pesquisa e Extensão, preconizam o desenvolvimento de competências, habilidades e capacidades que não se limitam apenas à formação profissional, direcionam-se à formação social do indivíduo, a saber: Capacidades analíticas e criativas; Espírito científico; Proficiência investigativa; Pensamento reflexivo; Formação continuada; Pensamento crítico; Criação de conhecimento e Autonomia. No contexto desta dimensão, a universidade enquanto instituição representa um ambiente para desenvolvimento dos preceitos da Competência em informação de forma transversal, considerando principalmente os instrumentos que direcionam suas ações – Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e os instrumentos que direcionam os cursos individualmente – Projeto Pedagógico de Curso, bem como a participação dos principais atores nesse cenário: docentes, discentes e técnicos, que sob a tutela da universidade necessitam de ações concretas para o desenvolvimento de suas próprias habilidades, visando

a execução de suas funções laborais e acadêmicas (FURTADO, 2019).

Figura 4. Dimensão 4 – Universidade

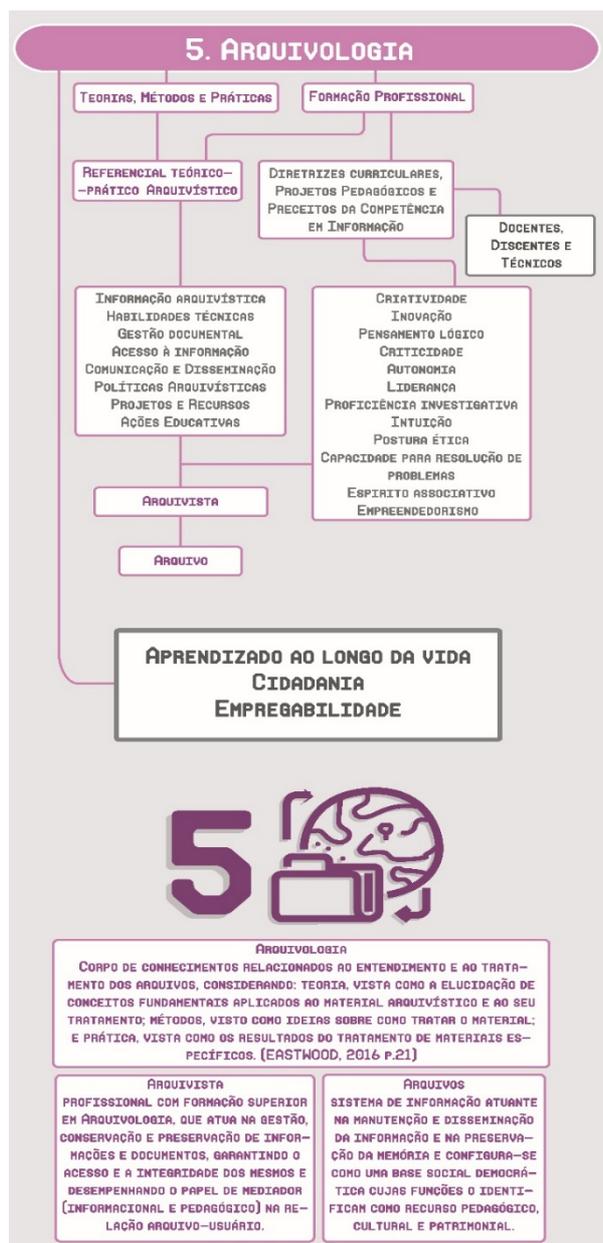


Fonte: FURTADO, 2019.

A **Dimensão 5 – Arquivologia** (Figura 5) representa o ambiente de inserção dos preceitos da CoInfo, considerando a relevância da área no contexto da informação e sua representatividade na sociedade. Três elementos destacam-se nessa dimensão: a Arquivologia, o Arquivo e o Arquivista. O elemento Arquivologia se desdobra em duas vertentes: A vertente 1 – Arquivologia: teoria, métodos e práticas relaciona-se com o elemento Referencial teórico-prático arquivístico, representado pelas áreas e respectivas atividades indicadas como pertencentes ao fazer arquivístico: Informação arquivística, Habilidades técnicas, Gestão de documentos, Acesso à informação, Comunicação e Disseminação, Políticas Arquivísticas, Projetos e Recursos e Ações Educativas. A vertente 2 – Arquivologia: formação profissional relaciona-se numa extremidade com o elemento “Referencial teórico-prático arquivístico”, considerando ser este o conteúdo

que norteia além do fazer profissional, as disciplinas e Ementas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros e embasam a produção acadêmico-científica da área. Na outra extremidade a relação se estabelece com o elemento “Diretrizes curriculares, Projetos Pedagógicos e Preceitos da Competência em Informação” que apresenta habilidades identificadas na análise dos documentos e que se coadunam com os preceitos da CoInfo. Ambas as vertentes interagem com o Arquivista, considerando que ele vai adquirir durante sua formação elementos que possibilitem o desenvolvimento de suas próprias habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional considerando que as atividades desempenhadas, refletem diretamente no Arquivo enquanto instituição social. (FURTADO, 2019).

Figura 5. Dimensão 5 - Arquivologia



Fonte: FURTADO, 2019.

Considerando o objetivo principal das dimensões apresentadas em torno de sua contribuição para inclusão da Competência em Informação no universo arquivístico, especificamente no desenvolvimento de ações, no âmbito da formação e da atuação profissional do arquivista, na construção de um arcabouço teórico que atenda tanto ao universo acadêmico-científico da área e da essência das demais disciplinas que estabelecem relações com a Arquivologia, podendo ser refletida em ações concretas que beneficiem a sociedade como um todo, buscou-se por meio dessa reflexão apresentar o Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” e o Projeto de pesquisa “Competência em Informação e Arquivologia: espectros

e inter-relações” como ações concretas embasadas nas dimensões conceituais propostas.

4 A pesquisa como interface prática das “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em informação no cenário arquivístico brasileiro”

As “Dimensões” apresentadas bem como as orientações básicas que as acompanham foram lançadas, com o objetivo de que grupos de trabalho e pesquisa, docentes, gestores e instituições responsáveis pela coordenação de assuntos arquivísticos as identifiquem e possam aperfeiçoá-las *in continuum* (FURTADO, 2019).

Nesse contexto, apresenta-se a seguir Grupo e Projeto de pesquisa, configurados como uma interface prática das “Dimensões Conceituais para a Inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro”.

O Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação”, foi criado em maio de 2019 na Universidade Federal do Pará (UFPA), encontra-se devidamente registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DGP/CNPq) e certificado pela instituição. É formado por pesquisadores doutores e mestres da Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e Universidade Estadual de Londrina (UEL), além de alunos de graduação em Arquivologia e arquivistas egressos da UFPA.

A finalidade do grupo é sistematizar a experiência de pesquisa, pautar a construção de novos planos de estudo, captar e organizar recursos humanos, institucionais e técnicos envolvendo a relação temática inovadora ainda em consolidação no país, direcionada dentre outras vertentes ao exercício pleno da cidadania e ao aprendizado ao longo da vida, tanto por parte dos arquivistas como dos sujeitos envolvidos nos processos informacionais.

O Grupo de pesquisa objetiva desenvolver pesquisas relacionadas à Competência em Informação, à Arquivologia e à profissão do Arquivista, considerando que estes representam um ambiente de inserção dos preceitos da CoInfo, tendo em vista a relevância da área no contexto da informação e sua representatividade na sociedade, além da aquisição de elementos que possibilitem o desenvolvimento de habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional em relação às atividades desempenhadas e que refletem diretamente no Arquivo enquanto instituição social.

O Grupo de pesquisa está configurado em três linhas:

- Linha de pesquisa 1 – Competência em Informação e aprendizagem no contexto arquivístico: ferramenta essencial para o desenvolvimento do arquivista no

cenário nacional, aprimorando e capacitando a compreensão crítica do sujeito com relação à informação, juntamente com o desenvolvimento e o progresso da Arquivologia no contexto brasileiro. Destaca-se nesse cenário o papel da Universidade, enquanto instrumento social constituído por pessoas (corpo docente, discente e técnico), em desenvolver e consolidar programas e ações que possibilitem a apropriação e a vivência dos preceitos da Competência em Informação, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional na formação do arquivista, com resultados que ultrapassam o âmbito universitário.

• Linha de pesquisa 2 – Competência em Informação e o fazer arquivístico: as atividades que envolvem o planejamento e a implantação de programas de gestão de documentos tanto físico como digitais, junto com as demais atividades prioritárias da Gestão de documentos, bem como outras atividades que compõem o *métier* do arquivista contemporâneo, apresentam elementos que corroboram com os preceitos da CoInfo, indicando ao profissional a necessidade de desenvolvimento de habilidades específicas e aquisição da consciência sobre as diferentes formas de experimentar o uso da informação através do envolvimento em reflexões e práticas informacionais relevantes na resolução de situações da vida profissional, acadêmica e cotidiana.

• Linha de pesquisa 3 – Competência em Informação e os fenômenos informacionais no contexto arquivístico: o acesso à informação configura-se como uma das principais atribuições da Arquivologia, assim, discussões em torno dos processos que o circundam se mostram relevantes num contexto que abarca elementos como a formação do pensamento crítico, a criatividade e a autonomia na produção, gerenciamento e disseminação da informação e do conhecimento, especificamente quando associada a recursos tecnológicos de informação e comunicação, ambiente propício para a ocorrência de fenômenos informacionais como *Disinformation*, *Misinformation* e *Fake News* que interferem negativamente na qualidade da informação e nos processos de construção do conhecimento.

Destaca-se que a terceira Linha de pesquisa apresentada não foi contemplada efetivamente na pesquisa de doutorado (FURTADO, 2019). Cabe atribuir o mérito à pesquisa desenvolvida por Moura (2018) como Trabalho de conclusão do curso de Arquivologia na UFPA e que pode ser considerada pioneira ao apresentar a Competência em Informação e a Desinformação como temas pertinentes para desenvolvimento de pesquisas na Arquivologia. Moura (2018) além de identificar a ausência de produção acadêmico-científica sobre a “Desinformação no cenário arquivístico”, também observa a relevância das discussões acerca dessa temática, considerando, por exemplo, o contexto atual de atuação do arquivista, onde a interferência das *fake news* – caracterizadas como uma forma de

desinformação, o que indica a necessidade de desenvolvimento das habilidades de Competência em Informação para os processos de gestão da informação, tanto do usuário, produtor e disseminador da informação como para o arquivista (MOURA, 2018).

Dentre as atividades desenvolvidas no Grupo de Pesquisa, destaca-se o projeto “Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações” que foi o embrião para a formação do Grupo. O projeto está articulado com as pesquisas desenvolvidas pela proponente, no mestrado e no doutorado (FURTADO, 2014; 2019), ambos na Ciência da Informação, onde a CoInfo atuou como protagonista na articulação teórica e prática com a Arquivologia. Tem como objetivo geral explorar os espectros e as inter-relações existentes entre a Competência em Informação e a Arquivologia apoiado em três eixos: aprendizagem, práticas profissionais e fenômenos informacionais no contexto arquivístico.

Para alcançar esse objetivo, foram elencados objetivos específicos:

- Mapear a produção acadêmico-científica no cenário nacional e internacional em torno das temáticas abordadas.
- Estabelecer relações teóricas com outras disciplinas científicas engajadas nas discussões dos temas.
- Ampliar os espaços de discussão sobre Competência em informação na Arquivologia.
- Contribuir para inserção da temática Competência em informação nos cursos de graduação em Arquivologia.
- Contribuir com a formação continuada de arquivistas no âmbito da Competência em informação.
- Aproximar as discussões em torno dos fenômenos informacionais contemporâneos com a Competência em informação e a Arquivologia.

O projeto foi aprovado pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UFPA para ser desenvolvido no período de agosto de 2019 a agosto de 2021 e dentre as metas elencadas para esse período, destacam-se:

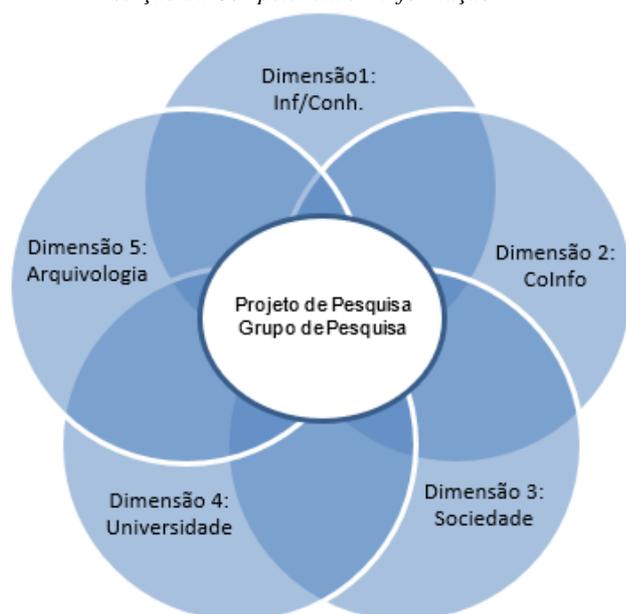
- Inserir discentes do curso de graduação em Arquivologia em pesquisas que escapem ao “fazer” tradicional do arquivista.
- Estabelecer uma agenda de eventos em torno da diáde Competência em informação e Arquivologia.
- Promover oficinas sobre a temática Competência em Informação para arquivistas.
- Desenvolver uma estrutura teórico-prática que possibilite a inserção de forma transversal da

CoInfo nos cursos de graduação em Arquivologia.

- Criar uma disciplina de Competência em informação específica para os cursos de graduação em Arquivologia.
- Apresentar comunicações em eventos científicos.
- Publicar artigos em periódicos científicos.
- Desenvolver estratégias para divulgação das ações e produções do projeto de pesquisa.

Diante dos delineamentos apresentados acerca do Grupo e do Projeto de pesquisa foi possível estabelecer relações, ainda que iniciais, com as “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em Informação”. São consideradas iniciais, pois as atividades descritas, especialmente as relacionadas ao Projeto de pesquisa, ainda não foram concretizadas. Dessa forma, apresenta-se a Figura 6, onde o ponto de confluência das cinco dimensões acha-se representado no Grupo e no Projeto de pesquisa mencionados.

Figura 6. Confluência das “Dimensões conceituais para a inserção da Competência em informação”



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2019

Na análise da Figura 6, ressalta-se que tal confluência foi estabelecida considerando que tanto o projeto, como o grupo de pesquisa apresentam entremeados em suas estruturas, elementos das cinco dimensões.

Os elementos Informação e Conhecimento compõem a Dimensão 1 e são os eixos norteadores para as demais dimensões. Para além do instrumento são considerados norteadores da sociedade e insumos básicos para seu desenvolvimento. Na aplicação do grupo e do projeto de pesquisa, essa dimensão configura-se, assim, como para

a sociedade, um eixo norteador para construção de conhecimento, especialmente para os alunos de graduação em Arquivologia, arquivistas egressos e para a comunidade externa que se beneficiará dos produtos e serviços oriundos do grupo de pesquisa, uma vez que propiciar o acesso à informação é promover a construção de conhecimento.

A Competência em Informação é o elemento principal do instrumento, do grupo e do projeto de pesquisa, sendo o eixo da Dimensão 2, sustentada também por outros três elementos: Aprendizado ao longo da vida, Cidadania e Empregabilidade que representam, por sua vez, a configuração concreta de aplicabilidade e funcionalidade de programas e ações da CoInfo. Saliente-se que, na configuração do grupo e do projeto de pesquisa, esses elementos vão tecendo uma trama junto com os elementos informação e conhecimento, num processo que contribui para o desenvolvimento da sociedade. Uma vez que o indivíduo lida com a informação de forma competente, o mesmo toma consciência da sua função social no mundo do trabalho e na vida pública, aprecia o valor e o poder da informação de qualidade, se engaja no combate à desinformação, tornando o processo de construção do conhecimento contínuo e sustentável, implementando o ciclo de geração de novas informações e novos conhecimentos.

Nessa trama, aparece de forma implícita o elemento Sociedade que compõe a Dimensão 3 do instrumento e a Linha 3 do grupo de pesquisa, cujo foco está no impacto dos fenômenos informacionais como as *Fake News* no contexto arquivístico, direcionado aos processos que circundam a disseminação e o acesso à informação e interferem negativamente na construção do conhecimento.

A Dimensão 4 – Universidade, destaca as diretrizes norteadoras do ensino superior Ensino, Pesquisa e Extensão e no contexto dessa análise, o foco recai sob o eixo Pesquisa, considerando o grupo e o projeto ora apresentado, os Docentes responsáveis por despertar nos discentes a necessidade de desenvolvimento das habilidades de CoInfo visando um melhor desempenho acadêmico e vislumbrando as necessidades futuras da sua atuação profissional e os Discentes responsáveis por apropriar-se da oferta proporcionada para desenvolvimento das habilidades necessárias à sua plena atuação na sociedade, primeiramente enquanto universitário e, num segundo momento, na esfera profissional, incluindo a sua vivência cidadã e seu desenvolvimento social. Essa dimensão configura a Universidade também como instituição, como o ambiente físico de inserção e desenvolvimento das ações do grupo e do projeto de pesquisa, onde as práticas serão desenvolvidas.

Quanto à Dimensão 5 – Arquivologia, apresenta os elementos Arquivologia, Arquivo e Arquivista. Tanto no grupo, como no projeto de pesquisa esses elementos configuram-se como elementos de destaque. Como já apresentado, o conceito de Arquivologia se desdobra em duas vertentes: 1 – Arquivologia: teoria, métodos e práticas e 2 – Arquivologia: formação profissional. A vertente 1 é a representação da área enquanto ciência e a vertente 2 é a representação dos cursos de graduação em Arquivologia, ambas se configuram como espaços de desenvolvimento da CoInfo, de acordo com suas relações e atribuições. Vertentes que desembocam no Arquivista, que no decorrer de sua formação vai desenvolver suas próprias habilidades que serão válidas tanto no âmbito pessoal, como no âmbito profissional considerando que as atividades desempenhadas, refletem diretamente no Arquivo enquanto instituição social.

Ao traçar um paralelo dessa dimensão especificamente com o grupo de pesquisa Arquivologia e Competência em Informação é possível alinhar as duas vertentes apresentadas com as linhas de pesquisa 1 e 2 do referido grupo. Onde o foco da Linha 1 está direcionado aos processos de aprendizagem no contexto arquivístico, tanto na formação do arquivista nos cursos de graduação, como no aprendizado ao longo da vida para arquivistas e demais envolvidos nas funções arquivísticas, sejam eles produtores ou usuários da informação arquivística e o foco da Linha 2 está nas atividades que envolvem o planejamento e a implantação de programas de gestão de documentos e de outras atividades que compõem o *métier* do arquivista contemporâneo. Ambas as linhas são direcionadas às vertentes delineadas da Arquivologia que, por sua vez, convergem com o fazer do arquivista e o arquivo.

Destaca-se que a Linha 1 relaciona-se com a Dimensão 3 – Sociedade ao considerar o aprendizado ao longo da vida em ambientes não-formais direcionado à arquivistas, produtores e usuários da informação arquivística. Na mesma perspectiva, a Linha 1 apresenta uma estreita relação com a Dimensão 4 – Universidade, uma vez que o escopo da linha está direcionado aos processos de aprendizagem na formação do arquivista nos cursos de graduação, voltada então aos pilares que sustentam a Universidade: Ensino, Pesquisa e Extensão e seus respectivos atores – docentes, discentes e técnicos.

Com relação aos objetivos do projeto de pesquisa alinhados à Linha 1 do grupo de pesquisa e à Dimensão 4 – Universidade, especificamente o pilar Ensino, cabe destacar que o projeto visa contribuir para inserção da temática Competência em informação nos cursos de graduação em Arquivologia, seja por meio de uma disciplina de CoInfo específica para formação básica de arquivistas, inexistente até o momento nos 16 cursos brasileiros, seja de forma transversal, em uma estrutura

de CoInfo para formação de arquivistas que perpassa a estrutura curricular já existente. Ainda relacionado à Linha 1, acredita-se que a formação continuada de CoInfo à arquivistas já graduados, inseridos ou não no mundo do trabalho, seja possível por meio de eventos, cursos e oficinas, além de outras possibilidades disponíveis no universo tecnológico.

O pilar Extensão não aparece explicitamente nos objetivos ou metas do grupo ou do projeto de pesquisa, contudo de forma implícita, as atividades de extensão permeiam principalmente a promoção de eventos e oficinas que por sua vez se relacionam com a Linha 1 voltada aos processos de aprendizagem e com as ferramentas de disseminação da comunicação científica, estabelecendo dessa forma, além da relação com a dimensão Universidade, com todas as demais dimensões: Informação e conhecimento, Competência em informação, Sociedade e Arquivologia.

Tal inferência pode ser atribuída também ao pilar Pesquisa, considerando que a essência dos elementos analisados – grupo e projeto, é a pesquisa que está entremeada em todas as dimensões apresentadas, ainda que não seja considerado um elemento constante na formação do arquivista. Jardim (2016) relata que, ainda que não tenha realizado nenhuma pesquisa em torno da temática, percebeu durante sua vivência como docente e pesquisador na Arquivologia que

[...] o aluno graduado em Arquivologia chega, em geral, na pós-graduação, muito pouco equipado em termos de experiência de iniciação científica. Exceções à parte, esse aluno tende a apresentar um domínio frágil sobre o que é Ciência, suas grandes questões, o sistema de comunicação científica, o campo científico na contemporaneidade, a função social da ciência, os métodos de pesquisa e também sobre a carpintaria da pesquisa, especialmente a normalização do trabalho acadêmico (JARDIM, 2016 p.78)

Considerando então a percepção de Jardim (2016), que caracteriza-se como uma realidade para a grande maioria dos egressos dos cursos de graduação em Arquivologia, cabe destacar que para além do que se propõe como objetivos e metas explícitos no grupo e no projeto de pesquisa ora apresentado, uma das principais contribuições da inserção da CoInfo nos cursos de graduação em Arquivologia brasileiros, iniciando pela UFPA é desenvolver nos discentes habilidades específicas para pesquisa científica.

5 Considerações Finais

A Competência em Informação é considerada uma abordagem de aprendizagem essencial para o desenvolvimento do arquivista, no aprimoramento e no desenvolvimento da compreensão crítica da informação. No contexto político e social contemporâneo é extremamente relevante ao profissional desenvolver habilidades para utilizar a informação, seja ela

arquivística ou não, em distintos ambientes e situações. Seja como estudante (independente do grau e com foco no aprendizado ao longo da vida), seja como profissional (na formação e no exercício da profissão) ou como cidadão.

As “Dimensões Conceituais para a inserção da Competência em Informação no cenário arquivístico brasileiro” (FURTADO, 2019) foram apresentadas como um embasamento teórico-conceitual para inserir os preceitos da CoInfo no âmbito da Arquivologia, considerando o eixo da formação profissional de forma que atenda tanto o universo acadêmico-científico e principalmente possa refletir em ações concretas que beneficiem a sociedade. Ao estabelecer uma relação dessas dimensões teóricas com o Grupo de Pesquisa “Arquivologia e Competência em Informação” e o Projeto de Pesquisa “Competência em Informação e Arquivologia: espectros e inter-relações”, esses configuraram-se como uma interface prática dessas “Dimensões Conceituais”.

Da reflexão sobre as relações entremeadas pela confluência das dimensões com elementos do grupo e do projeto de pesquisa, foi possível identificar forte aderência do instrumento teórico-conceitual com as possibilidades de aplicações práticas vislumbradas na descrição e nas atividades tanto do grupo, como do projeto de pesquisa, com destaque para as relações estabelecidas nas três linhas de pesquisa direcionadas aos processos de aprendizagem, ao fazer arquivístico e aos fenômenos informacionais no contexto arquivístico.

Destacou-se ao final da análise a Dimensão 4 – Universidade e os pilares que sustentam a universidade enquanto instituição: Ensino, Pesquisa e Extensão, onde o Ensino aparece de maneira explícita na Linha 1, a Extensão de forma implícita se relaciona com a Linha 1 e com todas as demais dimensões e a Pesquisa por sua vez configura-se como elemento central das ferramentas analisadas e pode ser considerada, com o auxílio da CoInfo um diferencial para inserção do graduado em Arquivologia na pós graduação.

Referências

- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES [ACRL]. **Framework for information literacy for higher education**. Chicago: ACRL, 2016. Disponível em: <http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>. Acesso em: 01 fev. 2018.
- CARINI, P. Information literacy for archives and special collections: defining outcomes. **Portal: Libraries and the Academy**, v. 16, n. 1, p. 191-206, 2016.
- CATTS, R.; LAU, J. **Towards information literacy indicators**. Paris: UNESCO, 2008.
- DUDZIAK, E. A. **A information literacy e o papel educacional das bibliotecas**. São Paulo, 2001.
- Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-30112004-151029/>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- FURTADO, R. L. FERREIRA, E. J. A Competência em Informação no currículo do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. **Biblionline**, João Pessoa, v. 15, n. 1, p. 107-121, 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblionline/view/44454> Acesso em 23 jun 2019.
- FURTADO, R. L. **A Competência em Informação no cenário arquivístico: uma contribuição teórico-aplicada**. 2019. 364f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180950> Acesso em 13 jun 2019
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Gestão do conhecimento e competência em informação: possíveis relações e perspectivas de atuação do profissional arquivista. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 314-339, maio/ago, 2018. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28881>. Acesso em: 3 dez. 2018
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. Competência em Informação: disciplina necessária à formação do arquivista? **Revista Acervo**. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/967> Acesso em: 22 mai 2019.
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. A Competência em Informação na Formação em Arquivologia. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Marília: UNESP, 2017. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiiencanib/EANCIB/paper/view/355>. Acesso em: 30 abr. 2018
- FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B.; PAZIN, M. C. C. Arquivologia e Competência em Informação: possíveis conexões por meio da abordagem à literatura internacional. XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Londrina: UEL, **Anais eletrônicos...** 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENCANIB/CIB/xixenancib/paper/viewFile/1352/1531> Acesso em 30 abr 2018
- HORTON, JUNIOR, F. W. **Overview of information literacy: resources worldwide**. 2. ed. Paris: UNESCO, 2014/2015. Disponível em: <http://infolit.org/unescos-overview-of-information-literacy-resources-worldwide-2nd-ed-2014-2015/>. Acesso em: 02 maio 2018.
- JARDIM, J. M. A Pesquisa em Arquivologia: Métodos, Especificidades e Diálogos. In: Dulce Amélia de Brito Neves, Maria Meriane Vieira Rocha, Patrícia Silva. (Org.). **Cartografia da Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ**. 1ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, v. , p. 73-90.

- MARTENDAL, F. F.; SILVA, E. C. L.; VITORINO, E. V. Diálogo entre as dimensões da competência em informação e os cursos de graduação em Arquivologia do sul do Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 53-78, 2017.
- MORRIS, S.; MYKYTIUK, L.; WEINER, S. Archival literacy for history students: Identifying faculty expectations of archival research skills. **The American Archivist**, v. 77, n. 2, p. 394-424, 2014. Disponível em: <http://www.americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.77.2.j270637g8q11p460>. Acesso em: 23 set. 2018.
- MOURA, A. R. P.; FURTADO, R. L.; BELLUZZO, R. C. B. Desinformação e competência em informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, v. 6, n. 1, p. 37-57, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7063A> cesso em: 13 jun 2019
- MOURA, A. R. P. Desinformação e Competência em Informação: discussões e possibilidades na Arquivologia. Belém, 2018. 48 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Arquivologia, Belém. 2018.
- WEINER, S. A.; MORRIS, S.; MYKYTIUK, L. J. Archival Literacy Competencies for Undergraduate History Majors. **The American Archivist**, v. 78, n. 1, p. 154-180, 2015. Disponível em: <http://www.americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/0360-9081.78.1.154>. Acesso em: 23 set. 2018.
- YAKEL, E. Information literacy for primary sources: Creating a new paradigm for archival researcher education. **OCLC Systems & Services: International digital library perspectives**, v. 20, n. 2, p. 61-64, 2004.
- YAKEL, E.; TORRES, D. AI: archival intelligence and user expertise. **The American Archivist**, v. 66, n. 1, p. 51-78, 2003.

Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência

Teaching Paleography on the XIXth century: an experience report

Camila Mattos da Costa (1)

(1) UFES, Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras, Vitória - ES | CEP 29075-910, camilamcta@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é um relato da experiência realizada na disciplina de “Prática em Arquivologia”, do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A disciplina tinha como objetivo realizar a transcrição paleográfica de documentos identificados como censitários pelo Arquivo Público do Espírito Santo (APEES). Os documentos selecionados, digitalizados pela instituição custodiadora e compartilhados com os alunos eram todos datados do século XIX (1813 – 1875), e haviam sido produzidos com o objetivo de controlar os residentes e aqueles que chegavam ao estado, no caso dos imigrantes. Foram transcritas de acordo com as regras de transcrição paleográfica 250 páginas de documento ao longo de um período letivo. A disciplina de prática em Arquivologia objetiva capacitar os alunos para a realização de transcrições paleográficas e exercitar o uso das normas de transcrição já consolidadas. Ao longo da disciplina, os alunos puderam praticar a tarefa de transcrição de documentos manuscritos e uso das ferramentas da tecnologia para o desenvolvimento das tarefas individual e coletivamente.

Palavras-chave: Transcrição Paleográfica; Ensino de Arquivologia; Paleografia na Contemporaneidade; Ensino de Paleografia.

Abstract

The present article is an experience report of the activities of the “Practice in Archival Sciences” discipline, of the Archival Sciences undergraduate program at the Federal University of Espírito Santo (UFES). The discipline had as its objective to conduct a paleographic transcription of documents identified as censitary by the Public Archives of Espírito Santo (APEES). The selected documents, digitized by its custodian institution and shared with the students were all dated back to the XIXth century (1813 – 1875), and had been produced aiming to control the residents and those coming into the state, mainly immigrants. 250 pages of documents were transcript in the course of one school year, according to the paleographic transcription standards. The “Practice in Archival Sciences” discipline has as its main goals to capacitate the students to accomplishing paleographic transcriptions and exercise the usage of the consolidated transcription standards. Throughout the discipline, the students could manage to practice the transcription of manuscript documents and the use of technological tools to the fulfilment of their tasks both individually and in groups.

Keywords: Paleographic Transcription; Archival teaching; Contemporary Paleography; Paleographic teaching.

1 Introdução

A prática de leitura de manuscritos antigos, denominada Paleografia, baseia-se na necessidade de decifrar e interpretar os registros antigos e manuscritos que se tornaram ilegíveis para a maior parte dos indivíduos. Para a Arquivologia, é possível identificar que a capacidade de ler e transcrever documentos manuscritos é útil em ao menos dois processos importantes para o exercício da atividade profissional. No caso de manuscritos antigos, a leitura/transcrição paleográfica auxilia na descrição dos documentos e também é uma maneira de promover a difusão destes acervos para um público maior. A Paleografia, neste sentido, possui o papel de interpretação dos documentos por meio de sua escrita, “determinando o tempo e o local de sua redação através de estudo metódico” (KRUGER, 2014, p.213). É por isso que a paleografia segue importante no processo de formação do Arquivista (KRUGER, 2014; LEAL, 2013). A autora aponta que o ensino da Paleografia é exigência para o bom exercício profissional dos arquivistas, pois é capaz de auxiliar na

leitura e interpretação dos documentos, colaborando com as funções da classificação e descrição (KRUGER, 2014, p.213), corroborando aquilo que fora dito anteriormente. Aline Kruger (2014, p.213) aponta também que a paleografia é indispensável método de pesquisa, pois utiliza-se da análise de conteúdo, o que a autora entende como “uma operação metodológica fundamental na construção do conhecimento científico sobre a Informação” (KRUGER, 2014, p.213).

A paleografia (e a diplomática) têm tido ao longo dos séculos uma forte relação com a arquivística. Apesar disso, Elias Mateus (2016, p.27) aponta que, ao longo do século XX, a Paleografia e a Diplomática foram relegadas à posição de disciplinas optativas principalmente nos cursos de História, Letras, Arquivologia e Biblioteconomia. Em entrevista concedida a Carlos Eduardo dos Reis e realizada em 2013 em ocasião da realização do V Congresso Nacional de Arquivologia, o professor e paleógrafo João Eurípedes Franklin Leal indica que apesar disso, a técnica vem sendo redescoberta. O professor segue ainda indicando que um dos problemas do ensino da

Paleografia é a falta de professores universitários capacitados (REIS, 2013, p.7).

O presente artigo objetiva mostrar os resultados obtidos na disciplina de Prática em Arquivologia, cujo o propósito era a realização de transcrições paleográficas de documentos censitários do século XIX do Espírito Santo (UFES), realizada no período 2018.2, pelo Departamento de Arquivologia em parceria com o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Também pretende-se discutir como o ensino da Paleografia é um instrumento interessante para o processo de aprendizagem em arquivologia na atualidade.

Foram transcritas aproximadamente 250 páginas. Os documentos elaborados ao longo do Século XIX são capazes de evidenciar as diferenças de grafia de palavras, abreviaturas, entre outros elementos. Já o conteúdo possibilita perceber como estava configurada a sociedade espírito-santense ao longo do século XIX. Portanto, os documentos transcritos constituem um conjunto bastante rico para entender a história do Estado do Espírito Santo e as diferenças na língua portuguesa ao longo do tempo. Além disso, é importante evidenciar que os documentos censitários costumemente atraem usuários aos arquivos por diversas questões.

A iniciativa deu-se porque os alunos realizaram transcrições ao longo da disciplina de Paleografia e Diplomática no semestre anterior. Como há muitos semestres, a disciplina não era ofertada e já não consta como disciplina no Plano Curricular vigente no curso, houve muitos inscritos de diversos cursos além da arquivologia. Participaram da disciplina de Paleografia e Diplomática alunos do curso de letras, artes, história, arquivologia, biblioteconomia e gemologia. No semestre de 2017/2, os alunos, além dos aspectos teóricos da disciplina, realizaram diversas transcrições dos documentos. A carga horária da disciplina de apenas 30 horas/aula, dividida entre atividades teóricas e práticas. No entanto, os documentos utilizados como exercícios práticos não tinham correlação alguma com a história do Espírito Santo. Também possuíam poucas páginas, impossibilitando que os alunos pudessem perceber o padrão na grafia das palavras ou do notário. Por causa do sucesso da disciplina, buscou-se através da parceria com o APEES a realização de uma nova disciplina com o objetivo de praticar aquilo que já havia sido apresentado aos alunos. No Projeto Pedagógico do Curso do bacharelado em Arquivologia da UFES vigente a partir de 2017, há uma série de disciplinas práticas. Há as disciplinas de “Prática em Pesquisa”, “Prática em Arquivologia” e “Prática em Tecnologia”. A experiência aqui relatada estava sob o código da disciplina de “Prática em Arquivologia”. Estas disciplinas possuem ementas bem abrangentes e flexíveis, objetivando facilitar a realização de atividades práticas em arquivos com os alunos. Nestas disciplinas, os alunos podem e devem exercitar aquilo que

aprenderam na teoria nas demais disciplinas. Por causa da proposta do plano pedagógico, foi possível realizar uma disciplina que consistisse somente na prática de transcrição paleográfica ao longo de um semestre. A disciplina também possuía carga horária de 30 horas/aula.

Para tal, o APEES forneceu digitalizações dos documentos censitários listados abaixo. Aqui estamos entendendo como censitários os documentos que contenham informações sobre a população do Espírito Santo no século XIX.

Os alunos desenvolveram ao longo do semestre a transcrição paleográfica, ou seja, a transcrição de documentos com base nas normas de transcrição paleográfica já consolidadas dos seguintes documentos:

- Mapa ou Lista do Número do Povo da Villa Nova de Almeida existente nella no anno de 1813;
- Mapa [estatístico] da População de Benevente [1813]
- Mapa dos Moradores do Destricto de Guaraparim com a mensão de suas idades, cores, estados, empregos, occupaões em 1.º de Julho de 1814;
- Mapa dos batizados e casamentos na Freguesia de Cariacica [1863]
- Mapa dos óbitos da Freguesia de Cariacica [1863]
- Lista de Habitantes de Itapemirim em 1833
- Mapa da População de Victória em 1825
- Livro de Matrícula do Ilheós - Portugueses [1812-1815]
- Relação de Imigrante que seguiram para Santa Isabel
- Relação dos Filhos Livres de Mulheres Escravas Residentes em Vítória (1875)

Este trabalho divide-se fundamentalmente em duas partes. A primeira delas discorre sobre os elementos teóricos que norteiam a prática de transcrições paleográficas. Já a segunda parte apresenta a experiência da disciplina realizada na Universidade Federal do Espírito Santo.

2 Desenvolvimento

O ensino de Arquivologia no século XXI continua impondo desafios aos professores e alunos. É preciso adaptar-se às realidades e as demandas dos dias atuais, utilizando-se das ferramentas disponíveis e propondo atividades que sejam, de algum modo, estimulantes para os alunos. É neste contexto em que a disciplina de Prática em Arquivologia, voltada para a realização de transcrições paleográficas é realizada.

2.1 Ensinando paleografia no século XXI

Nesta seção, discorreremos sobre experiências de ensino de Paleografia na atualidade, abordando suas potencialidades e seus desafios.

A paleografia, segundo Ana Regina Berwanger e Franklin Eurípedes Leal (2008, p.16), compreende “a história da escrita, a evolução das letras, bem como os instrumentos para escrever”. É considerada por alguns como arte ou ciência. No entanto, há certamente uma dimensão técnica (BERWANGER; LEAL, 2008. p.16).

Deve-se observar conforme o apontador pela professora Aline Krüger (2014, p.213) que, durante as práticas de transcrição paleográfica deve-se observar

a base da escrita, a tinta, a grafia das palavras, a caligrafia, a pautação, os parágrafos, a pontuação, a numeração, bem como eventuais tentativas de adulteração do documento, entre outros aspectos (KRUGER, 2014, p.213)

Segundo Aline Krüger (2014, p.212), trabalhos paleográficos sobre fundos documentais pouco conhecidos permitem que o acesso e a interpretação dos documentos sejam melhores para usuários, proporcionando conhecimento sobre diversos aspectos da vida em sociedade como a língua e a linguagem utilizada no momento de elaboração do documento, mas também sobre outros aspectos da vida em sociedade. Portanto, as fontes selecionadas para o trabalho são capazes de:

5. Conhecimento sobre padrões e variações da língua portuguesa no século XIX no estado do Espírito Santo;
6. Reflexos da sociedade brasileira e espírito-santense ao longo do tempo, entendendo até mesmo diferenças de gênero e classe;
7. Estudos genealógicos;
8. As múltiplas origens do povo brasileiro e espírito-santense: brancos, pardos, indígenas e negros, europeus, brasileiros; e
9. Dados econômicos.

A professora Aline Krüger (2014, p.214) nos lembra que alguns problemas causam dificuldade aos alunos no primeiro contato com os documentos. Conforme apontado pela autora,

o não reconhecimento do tipo de letra, as disparidades nas formações das palavras e frases, expressões e abreviaturas não usuais nos dias de hoje, o estado de conservação do papel e da tinta, que podem causar borrões, abrasões, perfurações, o que acarretam dificuldades na leitura (KRUGER, 2014, p.2014).

Deve-se considerar também, conforme o apontado por Elias Mateus (2016, p.37) o primeiro passo ao iniciar o processo de transcrição do manuscrito, deve ser a familiarização com o punho do amanuense. O autor

aponta que é “a partir de uma matriz comum do alfabeto de determinada época, cada escriba imprime suas próprias particularidades na sua escrita”.

A paleografia para além do espanto das dificuldades iniciais exige prática. Franklin Leal (REIS, 2013, p.8) aponta que para “ser paleógrafo, além dos estudos, tem que ter a prática, mas a prática sem a teoria é fraca e a teoria sem a prática de pouco vale.”. É preciso a conjugação das duas coisas.

Por isso, a seguir, descreveremos a experiência da realização da disciplina.

2.2 A parceria Arquivo Público e Universidade: o Projeto Censos

O APEES e a UFES têm uma parceria contínua e de longa data. Por meio do convênio celebrado entre as duas instituições diversas atividades de pesquisa, ensino e, até mesmo, extensão são realizadas. A presente experiência dá-se sob o convênio assinado em 2017 pelas duas instituições.

O projeto “CENSOS POPULACIONAIS DO SÉCULO XIX NO ESPÍRITO SANTO” objetiva divulgar fac-símiles e transcrições paleográficas de fontes documentais (mapas e/ou listas nominais de população, estatísticas dentre outros) provenientes de diversos fundos do APEES sobre a população capixaba no século XIX. O projeto é capaz de proporcionar um acesso mais rápido e prático ao público acadêmico, com interesse em diversas áreas de pesquisa, tais como: Demografia Histórica, História Cultural, História Social, História da Família, Genealogia, dentre outras.

Outro objetivo do projeto idealizado pelo Arquivo Público é o atendimento de uma demanda social existente na instituição, possibilitando que parte da população capixaba e espírito-santense como, por exemplo, os descendentes de povos africanos e indígenas, dentre outros, tenham acesso a fontes documentais, embora mais escassas, porém similares as que foram utilizadas para a Base de Dados do Projeto Imigrantes Espírito Santo [1]. Deste modo, o APEES objetiva tornar disponíveis as fontes que permitirão aos usuários conhecerem os povos que colonizaram o Espírito Santo ao longo do século XIX.

A digitalização dos manuscritos foi importante porque a atividade pôde ser realizada à distância, fora do horário de funcionamento da instituição arquivística. Além disso, as imagens puderam ser editadas de acordo com as necessidades dos alunos que transcreviam os documentos. Conforme apontado por Elias Mateus (2016, p.27), o documento original permanece sob a custódia da instituição arquivística. Os alunos possuem diante de si, uma cópia do documento manuscrito original disponibilizado pela instituição. O primeiro olhar diante dos documentos foi de espanto, mas pouco

a pouco, os alunos puderam se familiarizar com o conjunto documental, adquirindo maior habilidade com a prática ao longo do semestre.

A seguir, discorreremos sobre a metodologia de trabalho empregada ao longo da disciplina.

2.3 Transcrevendo individualmente, corrigindo em grupo

A professora Aline Krüger em artigo publicado em 2014 apresentou a experiência da realização da disciplina Paleografia e Diplomática com alunos da Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo ela, a disciplina tinha por “finalidade desenvolver e ampliar a habilidade do aluno na compreensão de textos antigos” (KRUGER, 2014, p.213). A disciplina enfatizava a “prática de leitura e edição de textos antigos, através do aperfeiçoamento de técnicas específicas para a transcrição de documentos” (KRUGER, 2014, p.213). Segundo a autora, os documentos eram transcritos segundo as “Normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos”, assim como aqueles que foram descritos pelos alunos da UFES. A experiência da Universidade Federal de Santa Catarina realizou-se a partir da documentação custodiada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Na experiência realizada na Universidade Federal do Espírito Santo, ao longo de um semestre, oito alunos realizaram a transcrição de nove documentos. Recebemos 212 imagens digitalizadas e foram produzidas a partir disto, como dito anteriormente, 250 páginas de transcrição.

As transcrições foram realizadas segundo as normas técnicas de transcrição paleográfica, como o dito anteriormente. A norma de transcrição paleográfica estabeleceu as diretrizes e convenções para a realização de transcrição e edição de documentos manuscritos. O objetivo da publicação é compilar os critérios, tornando as edições paleográficas mais uniformes.

A disciplina foi dividida em duas partes. A primeira delas objetiva explicitar as regras de transcrição paleográfica e as convenções que utilizaríamos ao longo do processo. Por exemplo, por uma questão pedagógica, optamos por sempre realizar a extensão das abreviaturas, possibilitando que os alunos utilizassem o dicionário de abreviaturas organizado por Maria Helena Flexor.

Ressaltou-se também a preocupação com a manutenção da grafia original das palavras

Os documentos foram divididos em grupos cujo os membros foram escolhidos aleatoriamente de acordo com o número de páginas do documento. Outros documentos cujo o número de páginas era pequeno ou apenas uma foram feitos individualmente. Segundo o acordado com a turma, as imagens deviam ser editadas

de modo que as linhas dos documentos recebessem numeração. Ou seja, os alunos tiveram contato com programas de edição de imagens e tinham autonomia para escolher aqueles que tivessem maior facilidade ou disponibilidade nos computadores da universidade ou em suas residências.

As aulas eram realizadas no laboratório de informática disponível na Universidade. Em casa, os alunos realizavam as transcrições dos documentos sob sua responsabilidade em arquivo editável. Convencionamos também que as dúvidas seriam colocadas em vermelho, facilitando que fossem encontradas no momento da conferência realizada em grupo.

No laboratório durante o horário de aula, realizávamos coletivamente a conferência do material, dirimindo as dúvidas que ficaram marcadas em vermelho. Os alunos também podiam consultar o dicionário caso precisassem. A experiência foi interessante porque as atividades eram realizadas individual e coletivamente, de certo modo. Isto favorece tanto a capacidade de autonomia quanto a valorização do trabalho em grupo. Os documentos deviam ser transcritos em arquivo de texto editável. Por isso, os alunos e alunas puderam experimentar a utilização dos recursos destas ferramentas de edição de textos, adaptando-as e adequando-as às realidades da transcrição paleográfica de documentos.

A disponibilização de documentos digitalizados para a prática de transcrições paleográficas dá maior autonomia porque permite que as transcrições sejam realizadas à distância, a qualquer tempo e com o uso de ferramentas de edição de imagem. Estas ferramentas de edição de imagem permitem também que os documentos digitalizados sejam observados com maior ou menor *zoom*, cumprindo a função da lupa que é parceira de longa data dos paleógrafos.

A seguir, apresentaremos alguns dos resultados dos trabalhos realizados pelos estudantes ao longo da disciplina.

2.4 Resultados: transcrições realizadas pelos alunos

Ao longo de um semestre, os alunos realizaram transcrições paleográficas de documentos censitários. Estes documentos eram identificados como listas, relações de imigrantes e mapas. Os documentos eram também bastante diferentes entre si, com características diplomáticas diversas. As principais dificuldades apontadas envolviam a grafia das palavras e as abreviaturas encontradas nos documentos.

Como exemplos, apresentaremos três documentos do conjunto apontado anteriormente. São eles os mapas da população de Benevente (1813) e Victoria (1825), e a lista de moradores da Villa de nova Almeyda. Todos estes documentos apresentam as respectivas

transcrições das páginas das figuras em tamanho legível no apêndice deste trabalho.

O primeiro documento é o mapa populacional de Benevente. A Villa de Benevente corresponde hoje ao município de Anchieta.



Figura 1. Mapa da População do Distrito da Villa de Benevente (1813)

No documento acima, destaca-se a possibilidade de conhecer o quantitativo populacional do Distrito de Villa de Benevente em 1813. Lá residiam homens e mulheres, adultos e crianças, brancos, negros, pardos, índios e mamelucos. A maior parte dos habitantes era casado e ocupava-se da lavoura. A ocupação de outros era a pescaria, a “cerraria”, “offícios” e negócios. Este documento tem somente uma página.

A seguir, a transcrição paleográfica do documento acima:

- 1 Mapa da População do Distrito da Villa¹
- 2 De Benavente feito no 1. de Julho de 1813

	homens	mulheres	filhos	totaes
			menores	
Branco	92	94	208	394
Indios e mamalucos	198	307	488	993
Pardos libertos	48	67	82	197
Escravos	136	140	109	388
Somma final				1972

- 11 A maior parte deste Povo he casado, e se
- 12 ocupa na lavoura: parte em pescaria: parte
- 13 em cerraria, e pouco em offícios e negocio.
- 14 Francisco Antonio da Fonseca

¹ anotação posterior a lápis na lateral inferior direita da página do numeral 194)

Figura 2. Transcrição do Mapa da População do Distrito de Villa de Benevente (1813)

O segundo documento, o Mappa da População da Cidade da Victoria, indica que a cidade é a capital da província do Espírito Santo. Victoria, na atualidade Vitória, segue sendo a capital do Estado.

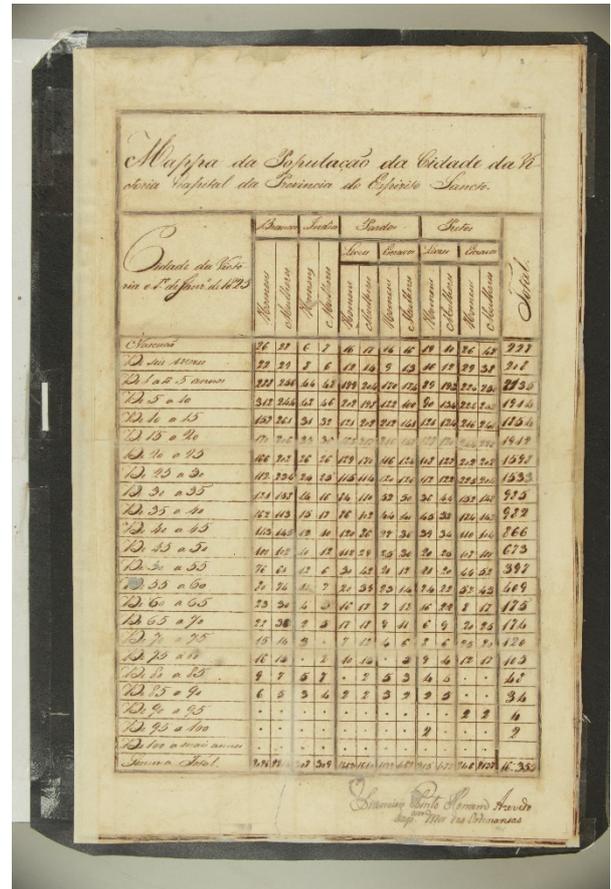


Figura 3. Mapa da População da Cidade de Victoria (1825)

O documento está assinado pelo Capitão Mor das Ordenanças Francisco Pinto Homem de Azevedo. A palavra Capitão encontra-se abreviada. No documento aparece “Cap^{am}”. Segundo o dicionário organizado por Maria Helena Flexor (2008, p.76), a abreviatura pode ter dois significados: Capelão e Capitão. Para dirimir a dúvida, encontrou-se uma referência ao Capitão Francisco Pinto Homem de Azevedo devido à sua importância na configuração administrativa e social do Espírito Santo do século XIX. Provando mais uma vez que as tecnologias da comunicação e informação podem, sim, funcionar como aliadas no processo de transcrição de documentos paleográficos. Este documento tem somente uma página.

A seguir, a transcrição do documento acima:

Mapa da População da Cidade da Victoria Capital da Provincia do Espirito Sancto.

Cidade da Victoria o 1º de Junho de 1825	Branços				Indios				Partos				Pretos				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Livres		Escravos		Livres		Escravos		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			
Nascento	26	26	6	7	16	17	16	16	19	10	26	42	227				
De seis annos	22	29	8	6	12	16	9	13	16	12	29	38	208				
De 1 até 5 annos	288	296	44	42	199	204	170	178	89	192	226	250	2135				
De 5 a 10	312	244	82	48	202	198	122	100	90	134	222	262	1914				
De 10 a 15	152	261	31	32	121	202	212	141	124	124	216	241	1854				
De 15 a 20	170	206	35	30	165	417	216	167	128	120	266	288	1912				
De 20 a 25	166	202	26	26	129	170	46	124	108	127	202	202	1698				
De 25 a 30	162	234	24	25	115	114	120	126	112	122	225	204	1533				
De 30 a 35	121	158	16	16	84	110	52	50	36	44	152	168	985				
De 35 a 40	162	113	15	19	86	102	44	100	45	32	184	142	982				
De 40 a 45	143	145	12	10	120	86	27	36	39	34	110	104	866				
De 45 a 50	100	102	10	12	412	29	25	30	20	20	109	100	673				
De 50 a 55	76	61	12	6	30	42	21	12	21	20	44	52	397				
De 55 a 60	80	74	11	7	20	35	23	14	24	22	52	42	409				
De 60 a 65	23	30	4	5	16	17	7	12	16	22	8	17	175				
De 65 a 70	22	30	2	5	17	18	9	11	6	9	20	25	174				
De 70 a 75	15	16	3	..	7	12	6	6	8	6	25	20	120				
De 75 a 80	16	15	..	2	10	15	..	5	9	4	12	17	105				
De 80 a 85	9	7	5	7	..	2	5	3	4	6	48				
De 85 a 90	6	5	3	4	2	2	3	2	2	5	34				
De 90 a 95	2	2	4	4				
De 95 a 100	2	2				
De 10 a mais annos				
Sociedade Total	2021	2214	307	309	1463	1610	1199	1062	915	1072	2106	2137	16.322				

Francisco Pinto Homem Azevedo
Capitão Major das Ordenanças

Figura 4. Mapa da População da Cidade de Victoria (1825)

O último documento, é a lista dos moradores da Villa de Nova Almeida, produzido em 1813.

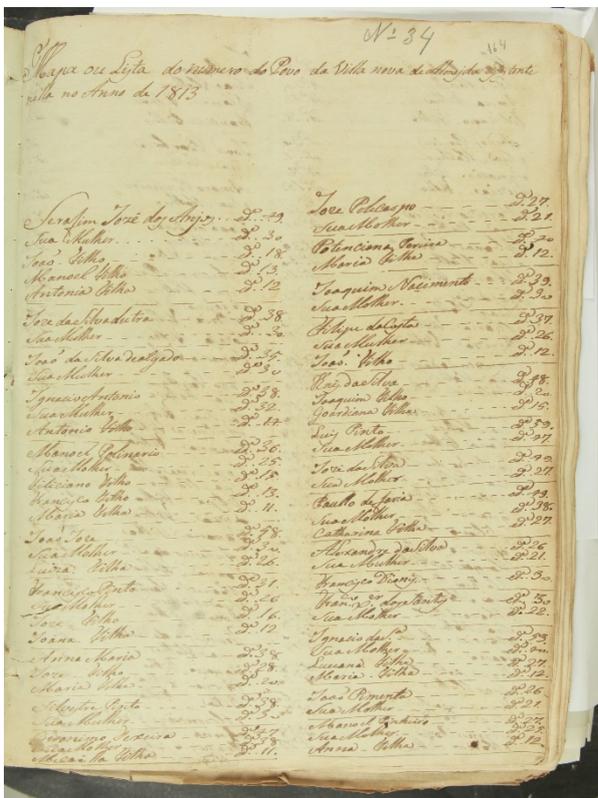


Figura 5. Lista dos Moradores de Villa de Nova Almeida (1813)

Os nomes dos moradores e suas idades são listados. As famílias são separadas a partir do nome do pai. Curiosamente, as mulheres não tem nome. No documento aparece o nome do sujeito que é o chefe da família. Seguido da expressão “sua mulher”. Na realidade, ao longo do documento aparecem duas grafias para a palavra mulher. Sendo elas mulher e molher. Ou seja, as mulheres não são nomeadas no documento, demonstrando seu papel social naquele momento. Os filhos e filhas são identificados pelos nomes. Há também duas maneiras de escrever a palavra idade. Sendo idade e edade. O documento é composto por 25 páginas.

A seguir, a transcrição do documento acima:

Nº 34 154

01 Mapa ou Lista do numero do Povo da Villa nova de Almeida existente

02 Lista no Anno de 1813

03	Serafim Joze dos Anjos	idade 29	35	Joze Policarpo	idade 27
04	Sua Mulher	idade 30	36	Sua Mulher	idade 21
05	Joze Filho	idade 18	37	Antonio Pereira	idade 70
06	Manoel Filho	idade 13	38	Maria Filha	idade 12
07	Antonia Filha	idade 12	39	Joaquim Nascimento	idade 39
08	Joze da Silva Dutra	idade 38	40	Sua Mulher	idade 30
09	Sua Mulher	idade 30	41	Filipe da Costa	idade 37
10	Joze da Silva Dutra	idade 35	42	Sua Mulher	idade 26
11	Sua Mulher	idade 30	43	Joze Filho	idade 12
12	Ignacio Antonio	idade 38	44	Luiz da Silva	idade 78
13	Sua Mulher	idade 32	45	Joaquim Filho	idade 20
14	Antonia Filha	idade 17	46	Antonio Filha	idade 15
15	Manoel Polinario	idade 36	47	Luiz Pinto	idade 59
16	Sua Mulher	idade 25	48	Sua Mulher	idade 77
17	Filiciano Filho	idade 13	49	Joze da Silva	idade 39
18	Francisco Filho	idade 13	50	Sua Mulher	idade 27
19	Maria Filha	idade 11	51	Luiz de Faria	idade 79
20	Joze Joze	idade 48	52	Sua Mulher	idade 38
21	Sua Mulher	idade 30	53	Catharina Filha	idade 27
22	Luiza Filha	idade 26	54	Alexandre da Silva	idade 26
23	Francisco Pinto	idade 31	55	Sua Mulher	idade 21
24	Anna Mulher	idade 26	56	Francisco Joze	idade 30
25	Joze Filho	idade 16	57	Francisco Nunes dos Santos	idade 30
26	Antonia Filha	idade 12	58	Sua Mulher	idade 22
27	Ignacio da Silva	idade 38	59	Ignacio da Silva	idade 53
28	Joze Filho	idade 28	60	Sua Mulher	idade 70
29	Maria Filha	idade 20	61	Luciana Filha	idade 27
30	Silvestre Pinto	idade 38	62	Maria Filha	idade 12
31	Sua Mulher	idade 30	63	Joze Pimenta	idade 26
32	Antonio Dutra	idade 77	64	Sua Mulher	idade 21
33	Sua Mulher	idade 38	65	Manoel Pinheiro	idade 27
34	Manoel Filha	idade 11	66	Sua Mulher	idade 25
			67	Anna Filha	idade 12

Nota de rodapé: Nº 34 e 154 são elementos presentes no rascão da página, escritos a lápis, que não fazem parte do documento original, sendo acrescentados após a criação do documento.

Figura 6. Lista dos Moradores de Villa de Nova Almeida (1813)

Estes são apenas alguns exemplos das transcrições realizadas em sala de aula. As imagens apresentam o destaque em vermelho das palavras cujo a grafia não corresponde à grafia atual. Isso demonstra que é preciso estar atento ao trabalho, inclusive desativando a correção automática do editor de texto para garantir que a grafia presente no documento seja respeitada.

Os documentos transcritos possuíam diferentes graus de dificuldade. Outro ponto a ser destacado é a questão dos tipos documentais utilizados na época como mapas e listas para atividades censitárias e de controle

populacional. Os alunos conseguiram observar algumas das práticas com documentos vigentes à época.

Os documentos assim como todos os documentos que compõem a série Censos Capixabas não possuem iluminaras, selos e gravuras. Seu estado de conservação está relativamente bom, apesar de algumas poucas sujidades que não foram capazes de atrapalhar a leitura dos documentos.

3 Conclusão

O material transcrito certamente poderá ser utilizado como fonte para pesquisas que tratem da história do Espírito Santo e de sua gente.

A disciplina foi importante porque possibilitou a prática da leitura e transcrição paleográfica, para além das discussões teóricas. Também trouxe aos alunos a possibilidade de conhecer padrões de grafia e escrita das palavras no século XIX e executar transcrições conforme a norma. Outro aspecto a ser destacado em relação à disciplina é que o trabalho foi executado individualmente, mas a revisão do trabalho foi feita em grupo. Portanto, os estudantes puderam exercer tanto sua autonomia ao realizarem suas tarefas individuais, quanto foram estimulados a trabalhar em grupo para que o trabalho pudesse ser concluído.

Os alunos apresentaram entusiasmo durante as aulas e diante da transcrição dos documentos, buscando maiores informações sobre as localidades e as pessoas envolvidas, por exemplo. Os estudantes relataram que a disciplina mudou a relação deles com os documentos manuscritos, auxiliando-os na leitura e interpretação de documentos escritos à mão em outros momentos e atividades, indicando que a disciplina foi importante em suas formações. Eles também disseram que o conteúdo dos documentos foi interessante porque possibilitou que conhecessem uma parte da história e dos costumes da sociedade espírito-santense no século XIX.

Apesar das dificuldades iniciais com o uso com das ferramentas tecnológicas, os alunos conseguiram aproveitar as potencialidades das mesmas e superando os problemas de seu uso.

A realização de aulas práticas de transcrição auxilia os alunos na prática profissional vindoura porque os ajuda a aprender características das grafias e das letras dos indivíduos, mas também a buscar soluções para os problemas que surgem, exercitando a autonomia dos estudantes. Outro aspecto é que, apesar do estranhamento inicial, os alunos começam a identificar-se com as tarefas e passam a gostar do processo de transcrição de documentos.

Conforme dito anteriormente, o ensino da Arquivologia continua desafiador para alunos e professores na atualidade. Deste modo, a prática de leitura e

transcrição paleográficas podem ser excelentes ferramentas. Dito isto, é necessário encontrar mecanismos para que a Paleografia permaneça instigante e adaptada às novas demandas da profissão de arquivista. É neste contexto que as ferramentas de comunicação e informação podem ser utilizadas de forma a auxiliar as atividades de transcrição e podem ser um bom instrumento pedagógico em disciplinas de Paleografia.

De um lado, a prática em paleografia provoca nos alunos a curiosidade diante dos documentos tanto pelos seus aspectos extrínsecos quanto por seus aspectos intrínsecos, passando pelos elementos intermediários. Por outro, documentos que possuem transcrição paleográfica têm seu uso facilitado pelos pesquisadores especializados ou leigos. Conclui-se, portanto, que ainda há espaço para o ensino da paleografia nos cursos de arquivologia no século XXI.

Notas

- [1] O projeto Imigrantes foi desenvolvido a partir de informações obtidas em documentos sob custódio do APEES, do Arquivo Nacional, principalmente. Maiores informações sobre o projeto podem ser encontradas no endereço eletrônico <http://imigrantes.es.gov.br/>.

Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Censos Populacionais. Espírito Santo, 2019. Disponível em: < <https://ape.es.gov.br/censos-objetivo>>. Acesso em 05 jul 2019.
- BERWANGER, Ana Regina. LEAL, Franklin Eurípedes. Noções de Paleografia e Diplomática. 3ed. Santa Maria: UFSM, 2008.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: Manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 3 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- KRUGER, Aline. O ensino de Paleografia no curso de graduação em arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: *Ágora*, v. 24, n. 48, p. 211-223, jan./jun., 2014. Disponível em:< <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/483>>. Acesso em: 05 jul 2019.
- MATEUS, Elias Theodoro. Os “papéis velhos” na rede: manuscritos digitalizados e a leitura paleográfica. *Aedos*. V. 8, n. 18, p. 26-51, Ago 2016
- REIS, C. E. V congresso nacional de arquivologia e o vii encontro nacional de paleografia e diplomática: uma entrevista com o professor João Eurípedes Franklin leal. *Ágora*, v. 23, n. 46, p. 5-13, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/13801>>. Acesso em: 05 jul.2019.

Apêndice A – Mappa da População do Distrito da Villa de Benevente [1813]

- 1 Mapa da População do Distrito da Villa¹³
 2 De Benavente feito no 1. de Julho de 1813

	homens	mulheres	filhos	totaes
			menores	
Branços	92	94	208	394
Indios, e ma- malucos	198	307	488	993
Pardos libertos	48	67	82	197
Escravos	136	140	109	388
Somma final				1972

- 11 A maior parte deste Povo he cazado, e se
 12 ocupa na lavoura: parte em pescaria: parte
 13 em cerraria, e pouco em officios, e negocio.
 14 Francisco Antonio da Fonseca

¹³ anotação posterior a lápis na lateral inferior direita da página do numeral 194)

Apêndice B – Mappa da População da Cidade de Victoria [1825]

Mappa da População da Cidade da Victoria Capital da Provincia do Espirito Sancto.													
Cidade da Victoria o 1º de Janeiro de 1825	Branços		Indios		Pardos				Pretos				Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Livres		Escravos		Livres		Escravos		
					Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Nascerão	26	28	6	7	16	17	16	16	19	10	26	42	227
De seis mezes	22	29	8	6	12	16	9	13	16	12	29	38	208
De 1 até 5 annos	288	256	44	42	199	204	170	176	89	192	226	250	2135
De 5 a 10	312	244	62	46	202	198	122	100	90	134	222	262	1914
De 10 a 15	152	261	31	32	121	202	212	141	124	124	216	241	1854
De 15 a 20	170	206	35	30	165	417	216	167	128	120	266	288	1912
De 20 a 25	166	202	26	26	129	170	46	124	108	127	202	202	1598
De 25 a 30	162	234	24	25	115	114	120	126	112	122	225	204	1533
De 30 a 35	121	158	16	16	84	110	52	50	36	44	152	168	985
De 35 a 40	162	113	15	19	86	102	44	100	45	32	184	142	982
De 40 a 45	143	145	12	10	120	86	27	36	39	34	110	104	866
De 45 a 50	100	102	10	12	412	29	25	30	20	20	109	100	673
De 50 a 55	76	61	12	6	30	42	21	12	21	20	44	52	397
De 55 a 60	80	74	11	7	20	35	23	14	24	22	52	42	409
De 60 a 65	23	30	4	5	16	17	7	12	16	22	8	17	175
De 65 a 70	22	30	2	5	17	18	9	11	6	9	20	25	174
De 70 a 75	15	16	3	.	7	12	6	6	8	6	25	20	120
De 75 a 80	16	15	.	2	10	15	.	5	9	4	12	17	105
De 80 a 85	9	7	5	7	.	2	5	3	4	6	.	.	48
De 85 a 90	6	5	3	4	2	2	3	2	2	5	.	.	34
De 90 a 95	2	2	4
De 95 a 100	2	.	.	.	2
De 10 a mais annos	
Somma Total.	2021	2214	307	309	1463	1610	1199	1062	915	1072	2106	2137	16:352

Francisco Pinto Homem Azevedo

Capitã Mor das Ordenansas

Apêndice C – Lista do Povo da Villa de Nova Almeyda [1813]

N° 34

164

01 Mapa ou Lista do numero do Povo da Villa nova de Almeyda existente

02 nella no Anno de 1813

03	Serafim Jozê dos Anjos -----	edade 29
04	Sua Mulher -----	edade 30
05	Joaõ Filho -----	edade 18
06	Manoel Filho -----	edade 13
07	Antonia Filha -----	edade 12
08	Joze da Silva dutra -----	edade 38
09	Sua Mulher -----	edade 30
10	Joaõ da Silva deolgado -----	edade 35
11	Sua Mulher -----	edade 30
12	Ignacio Antonio -----	edade 38
13	Sua Mulher -----	edade 32
14	Antonio Filho -----	edade 17
15	Manoel Polinario -----	edade 36
16	Sua Molher -----	edade 25
17	Filiciano Filho -----	edade 13
18	Francisco Filho -----	edade 13
19	Maria Filha -----	edade 11
20	Joaõ Joze -----	edade 48
21	Sua Molher -----	edade 30
22	Luiza Filha -----	edade 26
23	Francisco Pinto -----	edade 31
24	Sua Molher -----	edade 26
25	Joze Filho -----	edade 16
26	Joãna Filha -----	edade 12
27	Anna Maria -----	edade 38
28	Joze Filho -----	edade 28
29	Maria Filha -----	edade 20
30	Silvestre Pinto -----	edade 38
31	Sua Mulher -----	edade 30

35	Joze Policarpo -----	edade 27
36	Sua Molher -----	edade 21
37	Potenciana Pereira -----	edade 70
38	Maria Filha -----	edade 12
39	Joaquim Nascimento -----	edade 39
40	Sua Molher -----	edade 30
41	Filipe da Costa -----	edade 37
42	Sua Mulher -----	edade 26
43	Joaõ Filho -----	edade 12
44	Hnês[?] da Silva -----	edade 78
45	Joaquim Filho -----	edade 20
46	Goardiana Filha -----	edade 15
47	Luiz Pinto -----	edade 59
48	Sua Molher -----	edade 77
49	Jozê da Silva -----	edade 79
50	Sua Molher -----	edade 27
51	Paullo de faria -----	edade 79
52	Sua Molher -----	edade 38
53	Catharina Filha -----	edade 27
54	Alexandre da Silva -----	edade 26
55	Sua Mulher -----	edade 21
56	Francisco Dionis[?] -----	edade 30
57	Francisco Nunes dos Santos -	edade 30
58	Sua Molher -----	edade 22
59	Ignacio da Silva -----	edade 53
60	Sua Molher -----	edade 70
61	Luciana Filha -----	edade 27
62	Maria Filha -----	edade 12
63	Joaõ Pimenta -----	edade 26

32	Geronino Texeira -----	<u>idade</u> 77
33	Sua Molher -----	<u>idade</u> 38
34	Micaëlla Filha -----	<u>idade</u> 11

64	Sua Molher -----	<u>idade</u> 21
65	Manoel Pinheiro -----	<u>idade</u> 27
66	Sua Molher -----	<u>idade</u> 25
67	Anna Filha -----	<u>idade</u> 12